ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 183 Brasília - DF, segunda-feira, 26 de setembro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 11
Ministério das Comunicações 16
Ministério da Defesa 20
Ministério do Desenvolvimento Regional 47
Ministério da Economia 48
Ministério da Educação 64
Ministério da Infraestrutura 66
Ministério da Justiça e Segurança Pública 79
Ministério de Minas e Energia 92
Ministério da Saúde 101
Ministério do Trabalho e Previdência 140
Ministério do Turismo 142
Ministério Público da União 145
Tribunal de Contas da União 148
Poder Judiciário 252
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 261

Esta edição é composta de 270 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.649 **(1)**

ORIGEM	: 6649 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S)	: FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY (38672/DF, 095573/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DATA PRIVACY BRASIL DE PESQUISA
ADV.(A/S)	: BRUNO RICARDO BIONI (316083/SP)
ADV.(A/S)	: MARIANA MARQUES RIELLI (408049/SP)
ADV.(A/S)	: RAFAEL AUGUSTO FERREIRA ZANATTA (311418/SP)
ADV.(A/S)	: IZABEL SAENGER NUNEZ (232503/RJ)
AM. CURIAE.	: LABORATORIO DE POLITICAS PUBLICAS E INTERNET LAPIN
ADV.(A/S)	: JOSE RENATO LARANJEIRA DE PEREIRA (59985/DF)
ADV.(A/S)	: PAULO HENRIQUE ATTA SARMENTO (63259/DF)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO MAIS CIDADANIA
ADV.(A/S)	: LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE (35267/PR)
ADV.(A/S)	: ROOSEVELT ARRAES (34724/PR)

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização de sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Danilo Cesar Maganhoto Doneda; e, pelo *amicus curiae* Instituto Mais Cidadania, o Dr. Luiz Gustavo de Andrade. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 31.8.2022.

Decisão: Após o início do voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo interessado, o Ministro Bruno Bianco Leal, Advogado-Geral da União; pelo *amicus curiae* Associação *Data Privacy* Brasil de Pesquisa, o Dr. Rafael Augusto Ferreira Zanatta; pelo *amicus curiae* Laboratório de Políticas Públicas e Internet - LAPIN, o Dr. José Renato Laranjeira de Pereira; e, pela Procuradoria-Geral da República, a Dra. Lindôra Maria Araújo, Vice-Procuradora-Geral da República. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 1º.9.2022.

Decisão: Após o voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), que conhecia da ADI 6.649 e da ADPF 695 e, julgando parcialmente procedentes os pedidos, conferia interpretação conforme ao Decreto 10.046/2019, traduzida nos seguintes termos: 1. O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades da Administração Pública, pressupõe: a) eleição de propósitos legítimos, específicos e explícitos para o tratamento de dados (art. 6º, inciso I, da Lei 13.709/2018); b) compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas (art. 6º, inciso II); c) limitação do compartilhamento ao mínimo necessário para o atendimento da finalidade informada (art. 6º, inciso III); bem como o cumprimento integral dos requisitos, garantias e procedimentos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados, no que for compatível com o setor público. 2. O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos pressupõe rigorosa observância do art. 23, inciso I, da Lei 13.709/2018, que determina seja dada a devida publicidade às hipóteses em que cada entidade governamental compartilha ou tem acesso a banco de dados pessoais, "fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos". 3. O acesso de órgãos e entidades governamentais ao Cadastro Base do Cidadão fica condicionado ao atendimento integral das diretrizes acima arroladas, cabendo ao Comitê Central de Governança de Dados, no exercício das competências aludidas nos arts. 21, incisos VI, VII e VIII do Decreto 10.046/2019: 3.1. prever mecanismos rigorosos de controle de acesso ao Cadastro Base do Cidadão, o qual será limitado a órgãos e entidades que comprovarem real necessidade de acesso aos dados pessoais nele reunidos. Nesse sentido, a permissão de acesso somente poderá ser concedida para o alcance de propósitos legítimos, específicos e explícitos, sendo limitada a informações que sejam indispensáveis ao atendimento do interesse público, nos termos do art. 7º, inciso III, e art. 23, caput e inciso I, da Lei 13.709/2018; 3.2. justificar prévia e minudentemente, à luz dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade e dos princípios gerais de proteção da LGPD, tanto a necessidade de inclusão de novos dados pessoais na base integradora (art. 21, inciso VII) como a escolha das bases temáticas que comporão o Cadastro Base do Cidadão (art. 21, inciso VIII); 3.3. instituir medidas de segurança compatíveis com os princípios de proteção da LGPD, em especial a criação de sistema eletrônico de registro de acesso, para efeito de responsabilização em caso de abuso. 4. O compartilhamento de informações pessoais em atividades de inteligência observará o disposto em legislação específica e os parâmetros fixados no julgamento da ADI 6.529, Rel. Min. Cármen Lúcia, quais sejam: (i) adoção de medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público; (ii) instauração de procedimento administrativo formal, acompanhado de prévia e exaustiva motivação, para permitir o controle de legalidade pelo Poder Judiciário; (iii) utilização de sistemas eletrônicos de segurança e de registro de acesso, inclusive para efeito de responsabilização em caso de abuso; e (iv) observância dos princípios gerais de proteção e dos direitos do titular previstos na LGPD, no que for compatível com o exercício dessa função estatal. 5. O tratamento de dados pessoais promovido por órgãos públicos ao arrepio dos parâmetros legais e constitucionais importará a responsabilidade civil do Estado pelos danos suportados pelos particulares, na forma dos arts. 42 e seguintes da Lei 13.709/2018, associada ao exercício do direito de regresso contra os servidores e agentes políticos responsáveis pelo ato ilícito, em caso de culpa ou dolo. 6. A transgressão dolosa ao dever de publicidade estabelecido no art. 23, inciso I, da LGPD, fora das hipóteses constitucionais de sigilo, importará a responsabilização do agente estatal por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei 8.429/92, sem prejuízo da aplicação das sanções disciplinares previstas nos estatutos dos servidores públicos federais, municipais e estaduais. E, ainda, votava no sentido de declarar, com efeito *pro futuro*, a inconstitucionalidade do art. 22 do Decreto 10.046/19, preservando a atual estrutura do Comitê Central de Governança de Dados pelo prazo de 60 dias, a contar da data de publicação da ata de julgamento, a fim de garantir ao Chefe do Poder Executivo prazo hábil para (i) atribuir ao órgão um perfil independente e plural, aberto à participação efetiva de representantes de outras instituições democráticas; e (ii) conferir aos seus integrantes garantias mínimas contra influências indevidas; do voto do Ministro André Mendonça, que não conhecia da arguição de descumprimento de preceito fundamental e, no mérito, caso vencido na preliminar, julgava-a procedente, nos termos do voto do Relator, e, quanto à ação direta de inconstitucionalidade, dela conhecia e, no mérito, julgava-a procedente, nos termos de seu voto, para fins de declarar a inconstitucionalidade, sem pronúncia de nulidade, até 31 de dezembro de 2022, do Decreto nº 10.046/2019. Caso vencido na técnica decisória empregada e, por consequência, na extensão acolhida do pedido, acompanhava o Ministro Relator no sentido da parcial procedência da ADI com a finalidade de conferir interpretação conforme à Constituição ao Decreto 10.046/2019, divergindo do Relator em três pontos: (i) atribuía eficácia *pro futuro*, a contar de 31 de dezembro de 2022, tanto à interpretação conforme - que na proposta do Relator tem vigência imediata -, quanto à declaração de inconstitucionalidade do art. 22 do objeto que versa sobre a composição do Comitê Central de governança de Dados - que no voto do Ministro Gilmar Mendes terá sua estrutura preservada apenas por 60 (sessenta) dias; (ii) não subscrevia o item 5 da interpretação conforme que se refere à responsabilidade civil do Estado e respectivo direito de regresso *hic et nunc*; e (iii) não subscrevia o item 6 da interpretação conforme referente à responsabilização automática por improbidade administrativa de servidores públicos estatais; e do voto do Ministro Nunes Marques, que acompanhava o voto do Ministro André Mendonça, o julgamento foi suspenso. Presidência da Ministra Rosa Weber. Plenário, 14.9.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.649 **(2)**

ORIGEM	: 6649 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S)	: FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY (38672/DF, 095573/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DATA PRIVACY BRASIL DE PESQUISA
ADV.(A/S)	: BRUNO RICARDO BIONI (316083/SP)
ADV.(A/S)	: MARIANA MARQUES RIELLI (408049/SP)
ADV.(A/S)	: RAFAEL AUGUSTO FERREIRA ZANATTA (311418/SP)
ADV.(A/S)	: IZABEL SAENGER NUNEZ (232503/RJ)
AM. CURIAE.	: LABORATORIO DE POLITICAS PUBLICAS E INTERNET LAPIN
ADV.(A/S)	: JOSE RENATO LARANJEIRA DE PEREIRA (59985/DF)
ADV.(A/S)	: PAULO HENRIQUE ATTA SARMENTO (63259/DF)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO MAIS CIDADANIA
ADV.(A/S)	: LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE (35267/PR)
ADV.(A/S)	: ROOSEVELT ARRAES (34724/PR)

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização de sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Danilo Cesar Maganhoto Doneda; e, pelo *amicus curiae* Instituto Mais Cidadania, o Dr. Luiz Gustavo de Andrade. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 31.8.2022.

Decisão: Após o início do voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo interessado, o Ministro Bruno Bianco Leal, Advogado-Geral da União; pelo *amicus curiae* Associação *Data Privacy* Brasil de Pesquisa, o Dr. Rafael Augusto Ferreira Zanatta; pelo *amicus curiae* Laboratório de Políticas Públicas e Internet - LAPIN, o Dr. José Renato Laranjeira de Pereira; e, pela Procuradoria-Geral da República, a Dra. Lindôra Maria Araújo, Vice-Procuradora-Geral da República. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 1º.9.2022.

Decisão: Após o voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), que conhecia da ADI 6.649 e da ADPF 695 e, julgando parcialmente procedentes os pedidos, conferia interpretação conforme ao Decreto 10.046/2019, traduzida nos seguintes termos: 1. O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades da Administração Pública, pressupõe: a) eleição de propósitos legítimos, específicos e explícitos para o tratamento de dados (art. 6º, inciso I, da Lei 13.709/2018); b) compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas (art. 6º, inciso II); c) limitação do compartilhamento ao mínimo necessário para o atendimento da finalidade informada (art. 6º, inciso III); bem como o cumprimento integral dos requisitos, garantias e procedimentos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados, no que for compatível com o setor público. 2. O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos pressupõe rigorosa observância do art. 23, inciso I, da Lei 13.709/2018, que determina seja dada a devida publicidade às hipóteses em que cada entidade governamental compartilha ou tem acesso a banco de dados pessoais, "fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos". 3. O

AVISO

Foi publicada em 23/9/2022 a edição extra nº 182-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

acesso de órgãos e entidades governamentais ao Cadastro Base do Cidadão fica condicionado ao atendimento integral das diretrizes acima arroladas, cabendo ao Comitê Central de Governança de Dados, no exercício das competências aludidas nos arts. 21, incisos VI, VII e VIII do Decreto 10.046/2019: 3.1. prever mecanismos rigorosos de controle de acesso ao Cadastro Base do Cidadão, o qual será limitado a órgãos e entidades que comprovarem real necessidade de acesso aos dados pessoais nele reunidos. Nesse sentido, a permissão de acesso somente poderá ser concedida para o alcance de propósitos legítimos, específicos e explícitos, sendo limitada a informações que sejam indispensáveis ao atendimento do interesse público, nos termos do art. 7º, inciso III, e art. 23, caput e inciso I, da Lei 13.709/2018; 3.2. justificar prévia e minudentemente, à luz dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade e dos princípios gerais de proteção da LGPD, tanto a necessidade de inclusão de novos dados pessoais na base integradora (art. 21, inciso VII) como a escolha das bases temáticas que comporão o Cadastro Base do Cidadão (art. 21, inciso VIII); 3.3. instituir medidas de segurança compatíveis com os princípios de proteção da LGPD, em especial a criação de sistema eletrônico de registro de acesso, para efeito de responsabilização em caso de abuso. 4. O compartilhamento de informações pessoais em atividades de inteligência observará o disposto em legislação específica e os parâmetros fixados no julgamento da ADI 6.529, Rel. Min. Cármen Lúcia, quais sejam: (i) adoção de medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público; (ii) instauração de procedimento administrativo formal, acompanhado de prévia e exaustiva motivação, para permitir o controle de legalidade pelo Poder Judiciário; (iii) utilização de sistemas eletrônicos de segurança e de registro de acesso, inclusive para efeito de responsabilização em caso de abuso; e (iv) observância dos princípios gerais de proteção e dos direitos do titular previstos na LGPD, no que for compatível com o exercício dessa função estatal. 5. O tratamento de dados pessoais promovido por órgãos públicos ao arrepio dos parâmetros legais e constitucionais importará a responsabilidade civil do Estado pelos danos suportados pelos particulares, na forma dos arts. 42 e seguintes da Lei 13.709/2018, associada ao exercício do direito de regresso contra os servidores e agentes políticos responsáveis pelo ato ilícito, em caso de culpa ou dolo. 6. A transgressão dolosa ao dever de publicidade estabelecido no art. 23, inciso I, da LGPD, fora das hipóteses constitucionais de sigilo, importará a responsabilização do agente estatal por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei 8.429/92, sem prejuízo da aplicação das sanções disciplinares previstas nos estatutos dos servidores públicos federais, municipais e estaduais. E, ainda, votava no sentido de declarar, com efeito *pro futuro*, a inconstitucionalidade do art. 22 do Decreto 10.046/19, preservando a atual estrutura do Comitê Central de Governança de Dados pelo prazo de 60 dias, a contar da data de publicação da ata de julgamento, a fim de garantir ao Chefe do Poder Executivo prazo hábil para (i) atribuir ao órgão um perfil independente e plural, aberto à participação efetiva de representantes de outras instituições democráticas; e (ii) conferir aos seus integrantes garantias mínimas contra influências indevidas; do voto do Ministro André Mendonça, que não conhecia da arguição de descumprimento de preceito fundamental e, no mérito, caso vencido na preliminar, julgava-a procedente, nos termos do voto do Relator, e, quanto à ação direta de inconstitucionalidade, dela conhecia e, no mérito, julgava-a procedente, nos termos de seu voto, para fins de declarar a inconstitucionalidade, sem pronúncia de nulidade, até 31 de dezembro de 2022, do Decreto nº 10.046/2019. Caso vencido na técnica decisória empregada e, por consequência, na extensão acolhida do pedido, acompanhava o Ministro Relator no sentido da parcial procedência da ADI com a finalidade de conferir interpretação conforme à Constituição ao Decreto 10.046/2019, divergindo do Relator em três pontos: (i) atribuía eficácia *pro futuro*, a contar de 31 de dezembro de 2022, tanto à interpretação conforme - que na proposta do Relator tem vigência imediata -, quanto à declaração de inconstitucionalidade do art. 22 do objeto que versa sobre a composição do Comitê Central de governança de Dados - que no voto do Ministro Gilmar Mendes terá sua estrutura preservada apenas por 60 (sessenta) dias; (ii) não subscrevia o item 5 da interpretação conforme que se refere à responsabilidade civil do Estado e respectivo direito de regresso *hic et nunc*; e (iii) não subscrevia o item 6 da interpretação conforme referente à responsabilização automática por improbidade administrativa de servidores públicos estatais; e do voto do Ministro Nunes Marques, que acompanhava o voto do Ministro André Mendonça, o julgamento foi suspenso. Presidência da Ministra Rosa Weber. Plenário, 14.9.2022.

Decisão: O Tribunal rejeitou as preliminares; conheceu, por unanimidade, da ADI 6.649; e, quanto à ADPF 695, dela conheceu, por maioria, vencidos os Ministros André Mendonça e Nunes Marques, que não conheciam da arguição. No mérito, por maioria, julgou parcialmente procedentes os pedidos, conferindo interpretação conforme ao Decreto 10.046/2019, traduzida nos seguintes termos: 1. O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades da Administração Pública, pressupõe: a) eleição de propósitos legítimos, específicos e explícitos para o tratamento de dados (art. 6º, inciso I, da Lei 13.709/2018); b) compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas (art. 6º, inciso II); c) limitação do compartilhamento ao mínimo necessário para o atendimento da finalidade informada (art. 6º, inciso III); bem como o cumprimento integral dos requisitos, garantias e procedimentos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados, no que for compatível com o setor público. 2. O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos pressupõe rigorosa observância do art. 23, inciso I, da Lei 13.709/2018, que determina seja dada a devida publicidade às hipóteses em que cada entidade governamental compartilha ou tem acesso a banco de dados pessoais, "fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos". 3. O acesso de órgãos e entidades governamentais ao Cadastro Base do Cidadão fica condicionado ao atendimento integral das diretrizes acima arroladas, cabendo ao Comitê Central de Governança de Dados, no exercício das competências aludidas nos arts. 21, incisos VI, VII e VIII do Decreto 10.046/2019: 3.1. prever mecanismos rigorosos de controle de acesso ao Cadastro Base do Cidadão, o qual será limitado a órgãos e entidades que comprovarem real necessidade de acesso aos dados pessoais nele reunidos. Nesse sentido, a permissão de acesso somente poderá ser concedida para o alcance de propósitos legítimos, específicos e explícitos, sendo limitada a informações que sejam indispensáveis ao atendimento do interesse público, nos termos do art. 7º, inciso III, e art. 23, *caput* e inciso I, da Lei 13.709/2018; 3.2. justificar formal, prévia e minudentemente, à luz dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade e dos princípios gerais de proteção da LGPD, tanto a necessidade de inclusão de novos dados pessoais na base integradora (art. 21, inciso VII) como a escolha das bases temáticas que comporão o Cadastro Base do Cidadão (art. 21, inciso VIII); 3.3. instituir medidas de segurança compatíveis com os princípios de proteção da LGPD, em especial a criação de sistema eletrônico de registro de acesso, para efeito de responsabilização em caso de abuso. 4. O compartilhamento de informações pessoais em atividades de inteligência observará o disposto em legislação específica e os parâmetros fixados no julgamento da ADI 6.529, Rel. Min. Cármen Lúcia, quais sejam: (i) adoção de medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público; (ii) instauração de procedimento administrativo formal, acompanhado de prévia e exaustiva motivação, para permitir o controle de legalidade pelo Poder Judiciário; (iii) utilização de sistemas eletrônicos de segurança e de registro de acesso, inclusive para efeito de responsabilização em caso de abuso; e (iv) observância dos princípios gerais de proteção e dos direitos do titular previstos na LGPD, no que for compatível com o exercício dessa função estatal. 5. O tratamento de dados pessoais promovido por órgãos públicos ao arrepio dos parâmetros legais e constitucionais importará a responsabilidade civil do Estado pelos danos suportados pelos particulares, na forma dos arts. 42 e seguintes da Lei 13.709/2018, associada ao exercício do direito de regresso contra os servidores e agentes políticos responsáveis pelo ato ilícito, em caso de culpa ou dolo. 6. A transgressão dolosa ao dever de publicidade estabelecido no art. 23, inciso I, da LGPD, fora das hipóteses constitucionais de sigilo, importará a responsabilização do agente estatal por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei 8.429/92, sem prejuízo da aplicação das sanções disciplinares previstas nos estatutos dos servidores públicos federais, municipais e estaduais. Por fim, o Tribunal declarou, com efeito *pro futuro*, a inconstitucionalidade do art. 22 do Decreto 10.046/19, preservando a atual estrutura do Comitê Central de Governança de Dados pelo prazo de 60 dias, a contar da data de publicação da ata de julgamento, a fim de garantir ao Chefe do Poder Executivo prazo hábil para (i) atribuir ao órgão um perfil independente e plural, aberto à participação efetiva de representantes de outras instituições democráticas; e (ii) conferir aos seus integrantes garantias mínimas contra influências indevidas. Tudo nos termos do voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), vencidos, parcialmente e nos termos de seus respectivos votos, os Ministros André Mendonça, Nunes Marques e Edson Fachin. Presidência da Ministra Rosa Weber. Plenário, 15.9.2022.

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.397 **(3)**

ORIGEM	: ADI - 1062 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. NUNES MARQUES**
REQTE.(S)	: CONFEDERACAO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO CONFENEN
ADV.(A/S)	: RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE (11110/DF)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a ação direta e declarou a constitucionalidade formal da Lei n. 9.131/1995 e, pelo ângulo material, a higidez do que contido no art. 9º, § 1º, "c", e § 2º, "d", "e", "f" e "g", da Lei n. 4.024/1961, na redação dada pela de n. 9.131/1995, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 5.8.2022 a 15.8.2022.

EMENTA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 9º, § 1º, "C", E § 2º, "D", "E", "F" E "G", DA LEI N. 4.024/1961, NA REDAÇÃO DADA PELA DE N. 9.131/1995. RELEVÂNCIA E URGÊNCIA. CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE RESTRITO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL NÃO VERIFICADA. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CAPACIDADE DELIBERATIVA INSTITUÍDA POR LEI. REORGANIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE.

1. Alterações legislativas sem substancial impacto no significado da norma impugnada não conduzem à perda do objeto do controle de constitucionalidade abstrato previamente instaurado.

2. Excetuados os casos de evidente abuso de poder, o controle de constitucionalidade não pode incidir sobre o juízo de conveniência e oportunidade do Presidente da República para a edição de medidas provisórias, observado o disposto no art. 62 da Constituição Federal. Precedentes.

3. A competência dos ministérios é definida primariamente por lei e secundariamente mediante atos do Presidente da República, o qual pode delegar atribuições aos ministros mesmo inexistindo lei expressa a esse respeito (CF, art. 87). Não há garantia constitucional acerca da competência de ministério em face do Presidente da República, visto caber a esse último o exercício superior da administração federal, aí incluído o juízo sobre a melhor forma de disciplinar a atuação dos órgãos e agentes do Poder Executivo (concentração/desconcentração administrativa).

4. As normas impugnadas referem-se, na maior parte, ao ensino superior. A Constituição Federal, a partir da Emenda n. 14/1996, definiu que a competência estadual em matéria de ensino deve concentrar-se prioritariamente no ensino fundamental e médio (CF, art. 211, § 3º, na redação da EC n. 14/1996).

5. Mesmo quanto ao § 1º, "c", do art. 9º da Lei n. 4.024/1961, na redação dada pela de n. 9.131/1995, que diz respeito não ao ensino superior, mas ao básico, está clara a ausência de invasão das competências estaduais, na medida em que a atribuição conferida ao órgão federal é para traçar diretrizes curriculares, ou seja, editar normas gerais, atuação compatível com a do ente central no âmbito da competência concorrente (CF, art. 22, XXIV).

6. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida e julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.148 **(4)**

ORIGEM	: 6148 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. ANDRÉ MENDONÇA
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	: INSTITUTO SAÚDE E SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S)	: HELIO WICHER NETO (306272/SP)
ADV.(A/S)	: LEO VINICIUS PIRES DE LIMA (183137/SP)
ADV.(A/S)	: PATRICIA BIANCHIM DE CAMARGO (158584/SP)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO ALANA
ADV.(A/S)	: THAIS NASCIMENTO DANTAS (377516/SP)
ADV.(A/S)	: PEDRO AFFONSO DUARTE HARTUNG (329833/SP)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

ADV.(A/S) : ANGELA MOURA BARBARULO (186473/SP)
ADV.(A/S) : DANILO FERREIRA ALMEIDA FARIAS (56116/BA)

Decisão: Após o voto da Ministra Cármen Lúcia (Relatora), que conhecia da ação direta de inconstitucionalidade e julgava procedente o pedido formulado para declarar a incompatibilidade das normas questionadas com os princípios constitucionais de segurança e proteção eficiente ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sem pronúncia de nulidade da Resolução CONAMA n. 491/2018, apenas para determinar ao Conselho Nacional do Meio Ambiente que, nos termos do pedido formulado, edite norma com suficiente capacidade protetiva do meio ambiente, especialmente no que se refere a prazos a serem atendidos e a providências de fiscalização e controle pelos entes competentes, no prazo máximo de doze meses; e dos votos dos Ministros André Mendonça e Nunes Marques, que conheciam da ação direta e a julgavam improcedente, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Izabel Vinchon Nogueira de Andrade, Secretária-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União; pelo *amicus curiae* Instituto Saúde e Sustentabilidade, o Dr. Hélio Wicher Neto; e, pelo *amicus curiae* Instituto Alana, a Dra. Angela Moura Barbarulo. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 4.5.2022.

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta de inconstitucionalidade, julgou-a improcedente e, (a) A partir da análise das teses trazidas na inicial,em cotejo com a jurisprudência desta Corte, declarou ser **ainda constitucional** a Resolução CONAMA 491/2018; (b) Não obstante, em que pese não haver vício de inconstitucionalidade, **determinou** que, no prazo de vinte e quatro meses a contar da publicação do presente acórdão, o CONAMA edite nova resolução sobre a matéria, a qual deverá levar em consideração: ***(i)*** as atuaisorientações da Organização Mundial da Saúde sobre os padrões adequados da qualidade do ar; ***(ii)*** a realidade nacional e as peculiaridades locais; bem como ***(iii)*** os primados da livre iniciativa, do desenvolvimento social, da redução da pobreza e da promoção da saúde pública; (c) Por fim, decorrido o prazo de vinte e quatro meses acima concedido, sem a edição de novo ato que represente avanço material na política pública relacionada à qualidade do ar, passarão a vigorar os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde enquanto perdurar a omissão administrativa na edição da nova Resolução. Tudo nos termos do voto do Ministro André Mendonça, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Cármen Lúcia (Relatora), Edson Fachin, Roberto Barroso e Rosa Weber, que julgavam procedente a ação, nos termos de seus votos. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 5.5.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. PADRÕES DE QUALIDADE DO AR. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA): COMPETÊNCIA PARA EXERCER JUÍZO TÉCNICO DISCRICIONÁRIO DE NORMATIZAÇÃO DA MATÉRIA. PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO. AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 491, DE 2018: NORMA CONSTITUCIONAL EM VIAS DE SE TORNAR INCONSTITUCIONAL. CONCESSÃO DO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES PARA EDIÇÃO DE NOVA RESOLUÇÃO: OBSERVÂNCIA DA ATUAL REALIDADE FÁTICA.

1. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é órgão colegiado criado pela Lei nº 6.938, de 1981, dotado de capacidade institucional e responsabilidade, para, a partir de estudos e debate colegiado, dispor sobre "normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida".

2. Diante das múltiplas vicissitudes e peculiaridades do caso, cabe, prioritariamente, ao CONAMA, como órgão regulador e no exercício da sua capacidade institucional, aquilatar, com devida atenção e aprofundado rigor técnico, qual o melhor conjunto de medidas apto a orientar a política de controle da qualidade do ar.

3. Impropriedade do Poder Judiciário em adentrar, ou mesmo substituir, o juízo técnico discricionário realizado na elaboração e no aprimoramento da política pública em foco.

4. Não se afigura salutar a conduta judicial de permanente e minudente escrutínio incidente sobre a condução das políticas públicas selecionadas pelo Administrador.

5. Em se tratando de tema de complexa e controvertida natureza técnico-científica, cabe ao Poder Judiciário atuar com ainda maior deferência em relação às decisões de natureza técnica tomadas pelos órgãos públicos com maior capacidade institucional para o tratamento e solução da questão.

6. Eventual atuação desta Suprema Corte no sentido de rever os critérios que redundaram na opção empreendida pelo CONAMA dependeria de manifesta falta de razoabilidade, de ausência de justificação ou de evidente abusividade na escolha empreendida pelo Administrador, não sendo este o caso dos autos.

7. A Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que as diretrizes por ela traçadas não devem ser aplicadas automática e indistintamente, devendo cada país levar em conta os riscos à saúde, sua viabilidade tecnológica, questões econômicas e fatores políticos e sociais peculiares, além do nível de desenvolvimento e da capacidade de cada ente competente para atuar na gestão da qualidade do ar.

8. Sob a ótica do desenvolvimento sustentável, é necessário que sejam consideradas, pelo órgão regulador, o estágio mais atual da realidade nacional, das peculiaridades locais, bem como as possibilidades momentâneas de melhor aplicação dos primados da livre iniciativa, do desenvolvimento social, da redução da pobreza e da promoção da saúde pública, como elementos de indispensável consideração para construção e progressiva evolução da norma, de forma a otimizar a proteção ambiental, dentro da lógica da maior medida possível.

9. Reconhecimento de que a Resolução CONAMA nº 491, de 2018, afigura-se "ainda constitucional". Determinação ao CONAMA de edição de nova resolução sobre a matéria que considere ***(i)*** as atuais orientações da Organização Mundial de Saúde sobre os padrões adequados da qualidade do ar; ***(ii)*** a realidade nacional e as peculiaridades locais; e ***(iii)*** os primados da livre iniciativa, do desenvolvimento social, da redução da pobreza e da promoção da saúde pública.

10. Se decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sem a edição de novo ato que represente avanço material na política pública relacionada à qualidade do ar, passarão a vigorar os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde enquanto perdurar a omissão administrativa na edição da nova Resolução.

11. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente.

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 695 (5)
ORIGEM : 695 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADV.(A/S) : IVO DA MOTTA AZEVEDO CORREA (207069/SP)
INTDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : LABORATORIO DE POLITICAS PUBLICAS E INTERNET LAPIN
ADV.(A/S) : HENRIQUE BAWDEN SILVERIO DE CASTRO (58680/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ASBIN
ADV.(A/S) : ANTÔNIO TORREÃO BRAZ FILHO (9930/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO LAWGORITHM DE PESQUISA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
ADV.(A/S) : MIGUEL GARZERI FREIRE (382841/SP)
ADV.(A/S) : RICARDO RESENDE CAMPOS (438833/SP)
ADV.(A/S) : NURIA LOPEZ CABALEIRO SUAREZ (235236/RJ, 305612/SP)
ADV.(A/S) : JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO (194021/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO BETA PARA DEMOCRACIA E INTERNET - IBIDEM
ADV.(A/S) : DANIEL AUGUSTO VILA NOVA GOMES (56175/DF, 404281/SP)
AM. CURIAE. : INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ADV.(A/S) : MANUELA OLIVEIRA CAMARGO (300982/SP)
ADV.(A/S) : BRUNO MOSCHETTA (298123/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO MAIS CIDADANIA
ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE (35267/PR)
ADV.(A/S) : ROOSEVELT ARRAES (34724/PR)

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização de sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Ivo da Motta Azevedo Corrêa; e, pelo *amicus curiae* Instituto Mais Cidadania, o Dr. Luiz Gustavo de Andrade. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 31.8.2022.

Decisão: Após o início do voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), o julgamento foi suspenso. Falaram: pela interessada, o Ministro Bruno Bianco Leal, Advogado-Geral da União; pelo *amicus curiae* Laboratório de Políticas Públicas e Internet - LAPIN, o Dr. José Renato Laranjeira de Pereira; pelo *amicus curiae* Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência - ASBIN, a Dra. Luiza Torreão Braz; pelo *amicus curiae* Associação Lawgorithm de Pesquisa em Inteligência Artificial, o Dr. Ricardo Campos; pelo *amicus curiae* Instituto Beta para Democracia e Internet - IBIDEM, o Dr. Daniel Augusto Vila-Nova Gomes; e, pela Procuradoria-Geral da República, a Dra. Lindôra Maria Araújo, Vice-Procuradora-Geral da República. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 1º.9.2022.

Decisão: Após o voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), que conhecia da ADI 6.649 e da ADPF 695 e, julgando parcialmente procedentes os pedidos, conferia interpretação conforme ao Decreto 10.046/2019, traduzida nos seguintes termos: 1. O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades da Administração Pública, pressupõe: a) eleição de propósitos legítimos, específicos e explícitos para o tratamento de dados (art. 6º, inciso I, da Lei 13.709/2018); b) compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas (art. 6º, inciso II); c) limitação do compartilhamento ao mínimo necessário para o atendimento da finalidade informada (art. 6º, inciso III); bem como o cumprimento integral dos requisitos, garantias e procedimentos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados, no que for compatível com o setor público. 2. O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos pressupõe rigorosa observância do art. 23, inciso I, da Lei 13.709/2018, que determina seja dada a devida publicidade às hipóteses em que cada entidade governamental compartilha ou tem acesso a banco de dados pessoais, "fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos". 3. O acesso de órgãos e entidades governamentais ao Cadastro Base do Cidadão fica condicionado ao atendimento integral das diretrizes acima arroladas, cabendo ao Comitê Central de Governança de Dados, no exercício das competências aludidas nos arts. 21, incisos VI, VII e VIII do Decreto 10.046/2019: 3.1. prever mecanismos rigorosos de controle de acesso ao Cadastro Base do Cidadão, o qual será limitado a órgãos e entidades que comprovarem real necessidade de acesso aos dados pessoais nele reunidos. Nesse sentido, a permissão de acesso somente poderá ser concedida para o alcance de propósitos legítimos, específicos e explícitos, sendo limitada a informações que sejam indispensáveis ao atendimento do interesse público, nos termos do art. 7º, inciso III, e art. 23, caput e inciso I, da Lei 13.709/2018; 3.2. justificar prévia e minudentemente, à luz dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade e dos princípios gerais de proteção da LGPD, tanto a necessidade de inclusão de novos dados pessoais na base integradora (art. 21, inciso VII) como a escolha das bases temáticas que comporão o Cadastro Base do Cidadão (art. 21, inciso VIII); 3.3. instituir medidas de segurança compatíveis com os princípios de proteção da LGPD, em especial a criação de sistema eletrônico de registro de acesso, para efeito de responsabilização em caso de abuso. 4. O compartilhamento de informações pessoais em atividades de inteligência observará o disposto em legislação específica e os parâmetros fixados no julgamento da ADI 6.529, Rel. Min. Cármen Lúcia, quais sejam: (i) adoção de medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público; (ii) instauração de procedimento administrativo formal, acompanhado de prévia e exaustiva motivação, para permitir o controle de legalidade pelo Poder Judiciário; (iii) utilização de sistemas eletrônicos de segurança e de registro de acesso, inclusive para efeito de responsabilização em caso de abuso; e (iv) observância dos princípios gerais de proteção e dos direitos do titular previstos na LGPD, no que for compatível com o exercício dessa função estatal. 5. O tratamento de dados pessoais promovido por órgãos públicos ao arrepio dos parâmetros legais e constitucionais importará a responsabilidade civil do Estado pelos danos suportados pelos particulares, na forma dos arts. 42 e seguintes da Lei 13.709/2018, associada ao exercício do direito de regresso contra os servidores e agentes políticos responsáveis pelo ato ilícito, em caso de culpa ou dolo. 6. A transgressão dolosa ao dever de publicidade estabelecido no art. 23, inciso I, da LGPD, fora das hipóteses constitucionais de sigilo, importará a responsabilização do agente estatal por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei 8.429/92, sem prejuízo da aplicação das sanções disciplinares previstas nos estatutos dos servidores públicos federais, municipais e estaduais. E, ainda, votava no sentido de declarar, com efeito *pro futuro*, a inconstitucionalidade do art. 22 do Decreto 10.046/19, preservando a atual estrutura do Comitê Central de Governança de Dados pelo prazo de 60 dias, a contar da data de publicação da ata de julgamento, a fim de garantir ao Chefe do Poder Executivo prazo hábil para (i) atribuir ao órgão um perfil independente e plural, aberto à participação efetiva de representantes de outras instituições democráticas; e (ii) conferir aos seus integrantes garantias mínimas contra influências indevidas; do voto do Ministro André Mendonça, que não conhecia da arguição de descumprimento de preceito fundamental e, no mérito, caso vencido na preliminar, julgava-a procedente, nos termos do voto do Relator, e, quanto à ação direta de inconstitucionalidade, dela conhecia e, no mérito, julgava-a procedente, nos termos de seu voto, para fins de declarar a inconstitucionalidade, sem pronúncia de nulidade, até 31 de dezembro de 2022, do Decreto nº 10.046/2019. Caso vencido na técnica decisória empregada e, por consequência, na extensão acolhida do pedido, acompanhava o Ministro Relator no sentido da parcial procedência da ADI com a finalidade de conferir interpretação conforme à Constituição ao Decreto 10.046/2019, divergindo do Relator em três pontos: (i) atribuía eficácia *pro futuro*, a contar de 31 de dezembro de 2022, tanto à interpretação conforme - que na proposta do Relator tem vigência imediata -, quanto à declaração de inconstitucionalidade do art. 22 do objeto que versa sobre a composição do Comitê Central de governança de Dados - que no voto do Ministro Gilmar Mendes terá sua estrutura preservada apenas por 60 (sessenta) dias; (ii) não subscrevia o item 5 da interpretação conforme que se refere à responsabilidade civil do Estado e respectivo direito de regresso *hic et nunc*; e (iii) não subscrevia o item 6 da interpretação conforme referente à responsabilização automática por improbidade administrativa de servidores públicos estatais; e do voto do Ministro Nunes Marques, que acompanhava o voto do Ministro André Mendonça, o julgamento foi suspenso. Presidência da Ministra Rosa Weber. Plenário, 14.9.2022.

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 695 (6)
ORIGEM : 695 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADV.(A/S) : IVO DA MOTTA AZEVEDO CORREA (207069/SP)
INTDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : LABORATORIO DE POLITICAS PUBLICAS E INTERNET LAPIN
ADV.(A/S) : HENRIQUE BAWDEN SILVERIO DE CASTRO (58680/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ASBIN
ADV.(A/S) : ANTÔNIO TORREÃO BRAZ FILHO (9930/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO LAWGORITHM DE PESQUISA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
ADV.(A/S) : MIGUEL GARZERI FREIRE (382841/SP)
ADV.(A/S) : RICARDO RESENDE CAMPOS (438833/SP)
ADV.(A/S) : NURIA LOPEZ CABALEIRO SUAREZ (235236/RJ, 305612/SP)
ADV.(A/S) : JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO (194021/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO BETA PARA DEMOCRACIA E INTERNET - IBIDEM
ADV.(A/S) : DANIEL AUGUSTO VILA NOVA GOMES (56175/DF, 404281/SP)
AM. CURIAE. : INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ADV.(A/S) : MANUELA OLIVEIRA CAMARGO (300982/SP)

ADV.(A/S) : BRUNO MOSCHETTA (298123/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO MAIS CIDADANIA
ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE (35267/PR)
ADV.(A/S) : ROOSEVELT ARRAES (34724/PR)

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização de sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Ivo da Motta Azevedo Corrêa; e, pelo *amicus curiae* Instituto Mais Cidadania, o Dr. Luiz Gustavo de Andrade. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 31.8.2022.

Decisão: Após o início do voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), o julgamento foi suspenso. Falaram: pela interessada, o Ministro Bruno Bianco Leal, Advogado-Geral da União; pelo *amicus curiae* Laboratório de Políticas Públicas e Internet - LAPIN, o Dr. José Renato Laranjeira de Pereira; pelo *amicus curiae* Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência - ASBIN, a Dra. Luiza Torreão Braz; pelo *amicus curiae* Associação Lawgorithm de Pesquisa em Inteligência Artificial, o Dr. Ricardo Campos; pelo *amicus curiae* Instituto Beta para Democracia e Internet - IBIDEM, o Dr. Daniel Augusto Vila-Nova Gomes; e, pela Procuradoria-Geral da República, a Dra. Lindôra Maria Araújo, Vice-Procuradora-Geral da República. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 1º.9.2022.

Decisão: Após o voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), que conhecia da ADI 6.649 e da ADPF 695 e, julgando parcialmente procedentes os pedidos, conferia interpretação conforme ao Decreto 10.046/2019, traduzida nos seguintes termos: 1. O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades da Administração Pública, pressupõe: a) eleição de propósitos legítimos, específicos e explícitos para o tratamento de dados (art. 6º, inciso I, da Lei 13.709/2018); b) compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas (art. 6º, inciso II); c) limitação do compartilhamento ao mínimo necessário para o atendimento da finalidade informada (art. 6º, inciso III); bem como o cumprimento integral dos requisitos, garantias e procedimentos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados, no que for compatível com o setor público. 2. O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos pressupõe rigorosa observância do art. 23, inciso I, da Lei 13.709/2018, que determina seja dada a devida publicidade às hipóteses em que cada entidade governamental compartilha ou tem acesso a banco de dados pessoais, "fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos". 3. O acesso de órgãos e entidades governamentais ao Cadastro Base do Cidadão fica condicionado ao atendimento integral das diretrizes acima arroladas, cabendo ao Comitê Central de Governança de Dados, no exercício das competências aludidas nos arts. 21, incisos VI, VII e VIII do Decreto 10.046/2019: 3.1. prever mecanismos rigorosos de controle de acesso ao Cadastro Base do Cidadão, o qual será limitado a órgãos e entidades que comprovarem real necessidade de acesso aos dados pessoais nele reunidos. Nesse sentido, a permissão de acesso somente poderá ser concedida para o alcance de propósitos legítimos, específicos e explícitos, sendo limitada a informações que sejam indispensáveis ao atendimento do interesse público, nos termos do art. 7º, inciso III, e art. 23, caput e inciso I, da Lei 13.709/2018; 3.2. justificar prévia e minudentemente, à luz dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade e dos princípios gerais de proteção da LGPD, tanto a necessidade de inclusão de novos dados pessoais na base integradora (art. 21, inciso VII) como a escolha das bases temáticas que comporão o Cadastro Base do Cidadão (art. 21, inciso VIII); 3.3. instituir medidas de segurança compatíveis com os princípios de proteção da LGPD, em especial a criação de sistema eletrônico de registro de acesso, para efeito de responsabilização em caso de abuso. 4. O compartilhamento de informações pessoais em atividades de inteligência observará o disposto em legislação específica e os parâmetros fixados no julgamento da ADI 6.529, Rel. Min. Cármen Lúcia, quais sejam: (i) adoção de medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público; (ii) instauração de procedimento administrativo formal, acompanhado de prévia e exaustiva motivação, para permitir o controle de legalidade pelo Poder Judiciário; (iii) utilização de sistemas eletrônicos de segurança e de registro de acesso, inclusive para efeito de responsabilização em caso de abuso; e (iv) observância dos princípios gerais de proteção e dos direitos do titular previstos na LGPD, no que for compatível com o exercício dessa função estatal. 5. O tratamento de dados pessoais promovido por órgãos públicos ao arrepio dos parâmetros legais e constitucionais importará a responsabilidade civil do Estado pelos danos suportados pelos particulares, na forma dos arts. 42 e seguintes da Lei 13.709/2018, associada ao exercício do direito de regresso contra os servidores e agentes políticos responsáveis pelo ato ilícito, em caso de culpa ou dolo. 6. A transgressão dolosa ao dever de publicidade estabelecido no art. 23, inciso I, da LGPD, fora das hipóteses constitucionais de sigilo, importará a responsabilização do agente estatal por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei 8.429/92, sem prejuízo da aplicação das sanções disciplinares previstas nos estatutos dos servidores públicos federais, municipais e estaduais. E, ainda, votava no sentido de declarar, com efeito *pro futuro*, a inconstitucionalidade do art. 22 do Decreto 10.046/19, preservando a atual estrutura do Comitê Central de Governança de Dados pelo prazo de 60 dias, a contar da data de publicação da ata de julgamento, a fim de garantir ao Chefe do Poder Executivo prazo hábil para (i) atribuir ao órgão um perfil independente e plural, aberto à participação efetiva de representantes de outras instituições democráticas; e (ii) conferir aos seus integrantes garantias mínimas contra influências indevidas; do voto do Ministro André Mendonça, que não conhecia da arguição de descumprimento de preceito fundamental e, no mérito, caso vencido na preliminar, julgava-a procedente, nos termos do voto do Relator, e, quanto à ação direta de inconstitucionalidade, dela conhecia e, no mérito, julgava-a procedente, nos termos de seu voto, para fins de declarar a inconstitucionalidade, sem pronúncia de nulidade, até 31 de dezembro de 2022, do Decreto nº 10.046/2019. Caso vencido na técnica decisória empregada e, por consequência, na extensão acolhida do pedido, acompanhava o Ministro Relator no sentido da parcial procedência da ADI com a finalidade de conferir interpretação conforme à Constituição ao Decreto 10.046/2019, divergindo do Relator em três pontos: (i) atribuía eficácia *pro futuro*, a contar de 31 de dezembro de 2022, tanto à interpretação conforme - que na proposta do Relator tem vigência imediata -, quanto à declaração de inconstitucionalidade do art. 22 do objeto que versa sobre a composição do Comitê Central de governança de Dados - que no voto do Ministro Gilmar Mendes terá sua estrutura preservada apenas por 60 (sessenta) dias; (ii) não subscrevia o item 5 da interpretação conforme que se refere à responsabilidade civil do Estado e respectivo direito de regresso *hic et nunc*; e (iii) não subscrevia o item 6 da interpretação conforme referente à responsabilização automática por improbidade administrativa de servidores públicos estatais; e do voto do Ministro Nunes Marques, que acompanhava o voto do Ministro André Mendonça, o julgamento foi suspenso. Presidência da Ministra Rosa Weber. Plenário, 14.9.2022.

Decisão: O Tribunal rejeitou as preliminares; conheceu, por unanimidade, da ADI 6.649; e, quanto à ADPF 695, dela conheceu, por maioria, vencidos os Ministros André Mendonça e Nunes Marques, que não conheciam da arguição. No mérito, por maioria, julgou parcialmente procedentes os pedidos, conferindo interpretação conforme ao Decreto 10.046/2019, traduzida nos seguintes termos: 1. O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades da Administração Pública, pressupõe: a) eleição de propósitos legítimos, específicos e explícitos para o tratamento de dados (art. 6º, inciso I, da Lei 13.709/2018); b) compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas (art. 6º, inciso II); c) limitação do compartilhamento ao mínimo necessário para o atendimento da finalidade informada (art. 6º, inciso III); bem como o cumprimento integral dos requisitos, garantias e procedimentos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados, no que for compatível com o setor público. 2. O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos pressupõe rigorosa observância do art. 23, inciso I, da Lei 13.709/2018, que determina seja dada a devida publicidade às hipóteses em que cada entidade governamental compartilha ou tem acesso a banco de dados pessoais, "fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos". 3. O acesso de órgãos e entidades governamentais ao Cadastro Base do Cidadão fica condicionado ao atendimento integral das diretrizes acima arroladas, cabendo ao Comitê Central de Governança de Dados, no exercício das competências aludidas nos arts. 21, incisos VI, VII e VIII do Decreto 10.046/2019: 3.1. prever mecanismos rigorosos de controle de acesso ao Cadastro Base do Cidadão, o qual será limitado a órgãos e entidades que comprovarem real necessidade de acesso aos dados pessoais nele reunidos. Nesse sentido, a permissão de acesso somente poderá ser concedida para o alcance de propósitos legítimos, específicos e explícitos, sendo limitada a informações que sejam indispensáveis ao atendimento do interesse público, nos termos do art. 7º, inciso III, e art. 23, *caput* e inciso I, da Lei 13.709/2018; 3.2. justificar formal, prévia e minudentemente, à luz dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade e dos princípios gerais de proteção da LGPD, tanto a necessidade de inclusão de novos dados pessoais na base integradora (art. 21, inciso VII) como a escolha das bases temáticas que comporão o Cadastro Base do Cidadão (art. 21, inciso VIII); 3.3. instituir medidas de segurança compatíveis com os princípios de proteção da LGPD, em especial a criação de sistema eletrônico de registro de acesso, para efeito de responsabilização em caso de abuso. 4. O compartilhamento de informações pessoais em atividades de inteligência observará o disposto em legislação específica e os parâmetros fixados no julgamento da ADI 6.529, Rel. Min. Cármen Lúcia, quais sejam: (i) adoção de medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público; (ii) instauração de procedimento administrativo formal, acompanhado de prévia e exaustiva motivação, para permitir o controle de legalidade pelo Poder Judiciário; (iii) utilização de sistemas eletrônicos de segurança e de registro de acesso, inclusive para efeito de responsabilização em caso de abuso; e (iv) observância dos princípios gerais de proteção e dos direitos do titular previstos na LGPD, no que for compatível com o exercício dessa função estatal. 5. O tratamento de dados pessoais promovido por órgãos públicos ao arrepio dos parâmetros legais e constitucionais importará a responsabilidade civil do Estado pelos danos suportados pelos particulares, na forma dos arts. 42 e seguintes da Lei 13.709/2018, associada ao exercício do direito de regresso contra os servidores e agentes políticos responsáveis pelo ato ilícito, em caso de culpa ou dolo. 6. A transgressão dolosa ao dever de publicidade estabelecido no art. 23, inciso I, da LGPD, fora das hipóteses constitucionais de sigilo, importará a responsabilização do agente estatal por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei 8.429/92, sem prejuízo da aplicação das sanções disciplinares previstas nos estatutos dos servidores públicos federais, municipais e estaduais. Por fim, o Tribunal declarou, com efeito *pro futuro*, a inconstitucionalidade do art. 22 do Decreto 10.046/19, preservando a atual estrutura do Comitê Central de Governança de Dados pelo prazo de 60 dias, a contar da data de publicação da ata de julgamento, a fim de garantir ao Chefe do Poder Executivo prazo hábil para (i) atribuir ao órgão um perfil independente e plural, aberto à participação efetiva de representantes de outras instituições democráticas; e (ii) conferir aos seus integrantes garantias mínimas contra influências indevidas. Tudo nos termos do voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), vencidos, parcialmente e nos termos de seus respectivos votos, os Ministros André Mendonça, Nunes Marques e Edson Fachin. Presidência da Ministra Rosa Weber. Plenário, 15.9.2022.

Acórdãos

AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 950 (7)

ORIGEM : 950 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : ABRAPP - ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR
ADV.(A/S) : EDUARDO SILVA TOLEDO (44181/DF)
ADV.(A/S) : PEDRO HENRIQUE DI MASI PALHEIRO (127420/RJ)
ADV.(A/S) : VLADIMIR MORCILLO DA COSTA (143928/RJ)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 24.6.2022 a 1.7.2022.

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. SUBSIDIARIEDADE. DESPROVIMENTO.

1. Embora esta Corte venha, de fato, admitindo o cabimento de ADPF contra interpretações judiciais de que possam resultar lesão a preceito fundamental, essa compreensão deve ser conjugada aos demais requisitos formais da ADPF, dos quais se destaca precisamente a subsidiariedade enquanto condição preliminar qualificada do interesse processual.

2. A questão controversa encontra-se devidamente devolvida ao Supremo Tribunal Federal por meio de Recurso Extraordinário, não servindo a ADPF a sanar lesões individuais e concretas.

3. A existência de outros meios idôneos ao enfrentamento da lesão constitucional alegada pelo Agravante inviabiliza o imediato acesso à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, revelando desatendido o requisito da subsidiariedade (art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/1999). Precedentes.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

Secretaria Judiciária
ADAUTO CIDREIRA NETO
Secretário

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

DEFIRO o credenciamento da AR 7CERT CERTIFICADOS DIGITAIS. Processo n° 00100.001559/2022-42.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

COMITÊ GESTOR DA ICP-BRASIL

RESOLUÇÃO CG ICP-BRASIL Nº 202, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga a Resolução nº 160, de 17 de abril de 2020, do Comitê-Gestor da ICP-Brasil.

A COORDENADORA DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária, realizada em sessão por videoconferência em 15 de setembro de 2022,

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022, que declarou o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência do coronavírus (2019-nCov) e revogou a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, resolveU:

Art. 1º Fica revogada a Resolução nº 160, de 17 de abril de 2020, do Comitê-Gestor da ICP-Brasil, que estabeleceu diretrizes para as reuniões do Plenário do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil (CG ICP-Brasil) durante o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

JULIANA RIBEIRO SILVEIRA

RESOLUÇÃO CG ICP-BRASIL Nº 203, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova os Relatórios de Auditoria Independente realizada no ambiente operacional da AC Raiz e seu Prestador de Serviço de Suporte.

A COORDENADORA DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária, realizada em sessão por videoconferência em 15 de setembro de 2022, resolveU:

Art. 1º Ficam aprovados os Relatórios de Conformidade e os Relatórios de Asseguração do ambiente operacional da Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz), bem como seu prestador de serviço de suporte, elaborados pela empresa de auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes S/S, baseada nos normativos vigentes, denominados DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02, e documentos Webtrust, em conformidade com a Resolução nº 159, de 07 de fevereiro de 2020, referentes ao período auditado de 09 de setembro de 2020 a 08 de setembro de 2021.

§ 1º O documento denominado Relatório de Asseguração Razoável dos Auditores Independentes, em suas versões em português e inglês, encontra-se disponibilizado no sítio http://www.gov.br/iti.

§ 2º Os selos Webtrust for Certification Authorities, SSL Baseline Requirements, SSL Extended Validation e Code Signing encontram-se disponíveis somente por meio do site do ITI.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

JULIANA RIBEIRO SILVEIRA

RESOLUÇÃO CG ICP-BRASIL Nº 204, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o DOC-ICP-05 - Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil, aprovado pela Resolução nº 177, de 20 de outubro de 2020.

A COORDENADORA DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária, realizada em sessão por videoconferência em 15 de setembro de 2022, e

CONSIDERANDO necessidade de esclarecer que inexiste vedação do gerenciamento do PUK por entidade autorizada pelo titular do certificado, resolveu:

Art. 1º Esta Resolução altera o item 4.5.1.2 do DOC-ICP-05 - Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil, aprovado pela Resolução nº 177, de 20 de outubro de 2020.

Art. 2º O anexo da Resolução nº 177, de 20 de outubro de 2020, DOC-ICP-05, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"1.6 Definições e acrônimos

SIGLA	DESCRIÇÃO
.....	.....
PIN	Personal Identification Number
.....	.....
PUK	PIN Unbloking Key
.....	....." (NR)

"4.5.1.2 .....

.....

b) garantir a proteção e o sigilo de suas chaves privadas, código de ativação (PIN) e dispositivos criptográficos;

.....

f) garantir a proteção do PUK, sendo permitido o gerenciamento por entidade autorizada pelo titular do certificado, mediante identificação presencial ou outro método com nível de segurança equivalente.

....." (NR)

Art. 3º Fica aprovada a versão 6.3 do documento DOC-ICP-05 - Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil.

§ 1º A identificação da versão deverá ser atualizada no preâmbulo e incluída no controle de versões do anexo da Resolução nº 177, de 20 de outubro de 2020.

§ 2º A identificação da versão deverá ser atualizada no artigo 2º da Resolução nº 177, de 20 de outubro de 2020.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

JULIANA RIBEIRO SILVEIRA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA AGU Nº 335, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 41, da Resolução CSAGU nº 1, de 14 de maio de 2002, consolidada e publicada pela Portaria nº 10, de 26 de novembro de 2014, do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, alterada pela Resolução CSAGU nº 6, de 14 de julho de 2021, pela Resolução CSAGU nº 11, de 26 de outubro de 2021 e pela Resolução CSAGU nº 7, de 05 de setembro de 2022, ambas do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, e no subitem 19.3 do Edital ESAF nº 11, de 3 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 7 de maio de 2012, Seção 3, págs. 85 a 91, e considerando a decisão judicial transitada em julgado comunicada pelo Parecer de Força Executória nº 00886/2022/CORESPNE/PRU5R/PGU/AGU, de 14 de setembro de 2022, referente ao Processo Judicial nº 0800581-15.2012.4.05.8300, em trâmite na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, e o que consta do Processo Administrativo nº 00696.000088/2022-01, resolve:

Art. 1º Retirar a expressão **sub judice**, indicada por dois asteriscos (**) ao lado do nome da candidata Ana Carolina de Melo Brito, constante do Anexo II da Portaria AGU nº 180, de 23 de maio de 2013, que homologou o resultado final do concurso público destinado ao provimento dos cargos de Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria, deflagrado pelo Edital nº 11, de 3 de maio de 2012, da Escola de Administração Fazendária e que republicou e divulgou o Edital nº 8, de 24 de abril de 2012, do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, em razão do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à candidata.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÕES DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED), com fulcro no inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, e no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do artigo 12 da Resolução CMED nº 03, de 29 de julho de 2003 (Regimento Interno), decidiu sobre os processos administrativos para apuração de infração, conforme anexo.

ROMILSON DE ALMEIDA VOLOTÃO

ANEXO

Processo Administrativo nº 25351.930564/2021-52
Interessado: NEW MEDIC COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA. (CNPJ nº 25.288.745/0001-29)

Extrato da Decisão nº 201, de 13 de setembro de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 45.232,25 (quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006; e Art. 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.093867/2018-89
Interessado: MEGAFARMA DISTRIBUIDORA EIRELI. (CNPJ nº 17.461.173/0001-00)

Extrato da Decisão nº 202 de 14 de setembro de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 26.657,73 (vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos), em decorrência da venda de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Artigo 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; e Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.909708/2021-10
Interessado: ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA. (CNPJ nº 05.439.635/0004-56)

Extrato da Decisão nº 203, de 15 de setembro de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 422.147,57 (quatrocentos e vinte e dois mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), em decorrência da oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.921280/2021-75
Interessado: EREFARMA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI. (CNPJ nº 15.439.366/0001-39)

Extrato da Decisão nº 204, de 15 de setembro de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 3.522,88 (três mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos), em decorrência da oferta de medicamento por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.906421/2022-19
Interessado: GUEDES & PAIXÃO LTDA. (CNPJ nº 16.928.871/0001-00).

Extrato da Decisão nº 206 de 16 de setembro de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 51.607,63 (cinquenta e um mil, seiscentos e sete reais e sessenta e três centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Artigo 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; e Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.914775/2022-29
Interessado: AURORA FARMA LTDA (Drogaria Colombo). (CNPJ nº 20.011.740/0001-30)

Extrato da Decisão nº 207, de 19 de setembro de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 70.332,15 (setenta mil, trezentos e trinta e dois reais e quinze centavos), em decorrência da venda e oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; e Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.912301/2022-42
Interessado: MEDLINN HOSPITALAR EIREL. (CNPJ nº 10.492.871/0001-23)

Extrato da Decisão nº 208, de 22 de setembro de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 2.308,91 (dois mil, trezentos e oito reais e noventa e um centavos), em decorrência da oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MAPA Nº 493, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o inciso IV do art. 3º da Portaria nº 150, de 25 de maio de 2021, que Institui o Comitê de Monitoramento e Avaliação do Contrato de Gestão da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Coater.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 10 da Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, no § 6º do art. 12 do Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014, e o que consta do Processo nº 21000.017126/2020-45, resolve:

Art. 1º A Portaria MAPA nº 150, de 25 de maio de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

IV - Coordenador-Geral de Inclusão Produtiva da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo; e

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

MARCOS MONTES

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 173, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O Superintendente Federal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.676, de 11 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2016 e art. 262, da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo Administrativo nº 21036.000611/2022-33, resolve:

Art.1° Cadastrar sob o número BR-PE0874 a empresa GVS FRUIT COMPANY Ltda., inscrita sob o CNPJ 04.740.475/0003-37, localizada na Estrada dos vermelhos, s/n, Zona Rural, CEP 56.395-000, Lagoa Grande, PE, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários, sem prestação de serviço para terceiros, em atendimento aos programas e controles oficiais de competência legal no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na modalidade Tratamento Térmico: Tratamento a frio.

Art. 2º A concessão do cadastro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não isenta a empresa de suas obrigações legais junto a outros órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal e municipais, responsáveis pelos setores de agricultura, saúde, meio ambiente e de segurança do trabalhador.

Art. 3º A empresa cadastrada deverá comunicar à área técnica da sanidade vegetal da representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco qualquer alteração nos dados fornecidos por ocasião do cadastro, no prazo de trinta dias da ocorrência, acompanhada da documentação correspondente.

Art. 4º A inclusão de modalidades de tratamento deverá ser requerida à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de Pernambuco.

Art. 5º O cadastro terá validade indeterminada estando a empresa sujeita à fiscalização e a observância das disposições da Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021 e da legislação relacionada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANTÔNIO RIBEIRO RAMALHO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 24, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA - SUBSTITUTO, nomeado pela Portaria nº 2.757, de 14 de agosto de 2019, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018 e ainda o constante dos autos do processo SEI 21000.047002/2021-75, resolve:

Art. 1º Declarar a inidoneidade do médico veterinário, Augusto José Kammer, para emissão de atestados zoossanitários, conforme disposto no art. 2º do Decreto-Lei nº 818, de 05 de Setembro de 1969 e inciso X da Portaria nº 9, de 8 de janeiro de 1970.

Art. 2° Cancelar a habilitação do médico veterinário, Augusto José Kammer, para a colheita de amostras para os testes de mormo com finalidade de trânsito de equídeos ou quaisquer outras diretrizes relativas, consoante disposto no § 3º do art. 4º da IN nº 06, de 16 de janeiro de 2018.

Parágrafo único: Revoga-se, unicamente, a habilitação do médico veterinário citado na Portaria SFA-SC nº 287, de 23/07/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS CEZAR FARIA DE MESQUITA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 50, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal-Divisão de Defesa Agropecuária- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do artigo 274 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 36, de 24 de novembro de 2009, alterada pela IN nº 42, de 5 de dezembro de 2011, na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21052.020774/2018-59, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, o credenciamento da entidade de pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins ROTAM DO BRASIL AGROQUÍMICA E PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA, localizada à Estrada Artur Nogueira-Mogi Mirim, km 17 - Bairro Ponte de Tábua - Artur Nogueira (SP),, conforme estabelece o Inciso V, do Art. 26 da Instrução Normativa nº 36, de 24 de novembro de 2009.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA DE ARAUJO REIS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 657, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Credencia a JN Certificadora de Alimentos LTDA à cessão de pessoal auxiliar à inspeção post mortem.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA SUBSTITUTO do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 24 e 68, do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no art. 4º da Portaria 345, de 1° de julho de 2021, e o que consta do Processo nº 21052.003493/2022-18 resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa JN Certificadora de Alimentos LTDA, CNPJ nº 45.033.363/0001-61, localizado na avenida 21, 2186 América, CEP: 147.830-61 Barretos - SP, para a cessão de pessoal auxiliar à inspeção post mortem, para o cumprimento do inciso II do art. 73, do Decreto n.º 9.013, de 29 de março de 2017.

Art. 2º A empresa deverá cumprir com as obrigações contidas no Capítulo II, da Portaria SDA nº 345, de 1º de julho de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MÁRCIO REZENDE EVARISTO CARLOS

PORTARIA SDA Nº 658, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o anexo I, da Instrução Normativa nº 94, de 18 de setembro de 2020, que aprova o Regulamento Técnico, que fixa os padrões de identidade e qualidade para o soro de leite e o soro de leite ácido.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SUBSTITUTO, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 24 e 68 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta do Processo nº 21000.063811/2020-13, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa SDA nº 94, de 18 de setembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

''ANEXO I

Tabela 1: Parâmetros físico-químicos para soro de leite líquido e concentrado.

REQUISITOS	SORO DE LEITE (*)	SORO DE LEITE ÁCIDO (*)	SORO DE LEITE CONCENTRADO E SORO DE LEITE ÁCIDO CONCENTRADO (*)
pH	6 a 6,8	Inferior a 6	5,8 a 6,9
Sólidos totais (g/100mL)	Mínimo 5 **(**)**	Mínimo 7	Mínimo 5 (**)

(*) Os requisitos físico-químicos que constam na Tabela 1 são válidos para os soros de leite e soros de leite concentrados, com redução de sais minerais e lactose.

(**) Mínimo 4,5, para soros, obtidos de queijo de massa lavada.

Tabela 2: Parâmetros Físico-Químicos para Soro de Leite em Pó.

REQUISITOS	SORO DE LEITE EM PÓ	SORO DE LEITE ÁCIDO EM PÓ
Lactose (g/100 g)	Mínimo 61	Mínimo 61
Proteína láctea (g/100 g)	Mínimo 10	Mínimo 7
Umidade (g/100 g)	Máximo 5,0	Máximo 4,5
Cinzas (g/100 g)	Máximo 9,5	Máximo 15
pH solução a 10%	Mínimo 5,1	Máximo 5,1

Tabela 3: Parâmetros físico-químicos do soro de leite em pó, parcialmente desmineralizado e soro de leite em pó desmineralizado.

REQUISITOS	SORO DE LEITE EM PÓ PARCIALMENTE DESMINERALIZADO	SORO DE LEITE EM PÓ DESMINERALIZADO	SORO DE LEITE EM PÓ PARCIALMENTE DELACTOSADO
Lactose (g/100 g)	Mínimo 61	Mínimo 61	Mínimo 60-Máximo 70
Proteína láctea (g/100 g)	Mínimo 10	Mínimo 7	Mínimo 18
Umidade (g/100 g)	Máximo 4	Máximo 4,5	Máximo 5
Cinzas (g/100 g)	1,5 a 7	Máximo 1,5	Máximo 22

(*) Nota: No caso do soro de leite em pó que sofrer a redução de minerais e lactose, devem ser atendidos os parâmetros físico-químicos do soro de leite em pó parcialmente delactosado." (NR).

Art. 2º Fica revogada a Portaria SDA nº 386, de 25 de agosto de 2021, publicada em 27 de agosto de 2021, Edição 163, Seção 1, página 34.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 03 de outubro de 2022.

MÁRCIO REZENDE EVARISTO CARLOS

PORTARIA SDA Nº 659, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Reconhece o status fitossanitário para o Cancro Cítrico (Xanthomonas citri subsp. citri) em distintas áreas do Estado de Minas Gerais.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA-SUBSTITUTO, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com as atribuições que lhe conferem os arts. 24 e 68 do Anexo I, do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, considerando o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, nos arts. 10 e 39 da Instrução Normativa nº 21, de 25 de abril de 2018, e o que consta do Processo nº 21028.007086/2018-09, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado de Minas Gerais como Área Sem Ocorrência de Cancro Cítrico (Xanthomonas citri subsp. citri), exceto os Municípios de Campina Verde, Carneirinho, Formoso, Frutal, Iturama e Planura.

Art. 2º Reconhecer os Municípios de Campina Verde, Carneirinho, Formoso, Frutal, Iturama e Planura, do Estado de Minas Gerais, como Área sob Sistema de Mitigação de Risco - SMR para Cancro Cítrico (Xanthomonas citri subsp. citri).

Art. 3º Revogar a Resolução nº 3, de 12 de setembro de 2019, publicada no D.O.U., em 13 de setembro de 2019, Edição 178, Seção 1, página 3.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO REZENDE EVARISTO CARLOS

PORTARIA SDA Nº 660, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova os requisitos para instalação, validação e uso de sistemas de aspersão de água no resfriamento de carcaças dos animais de abate.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SUBSTITUTO do Ministério da AGRICULTURA, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 24 e 68 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta do processo n° 21000.093079/2021-17, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma desta Portaria, os requisitos para instalação, validação e uso de sistemas de aspersão de água no resfriamento de carcaças dos animais de abate.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Esta Portaria se aplica aos estabelecimentos registrados junto ao Serviço de Inspeção Federal, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, que pretendem utilizar sistema de aspersão de água durante o resfriamento de carcaças dos animais de abate.

Parágrafo único. Esta Portaria não se aplica aos estabelecimentos de abate que promovem o resfriamento das carcaças por imersão.

Art. 3º O sistema de aspersão de que trata esta Portaria consiste na aplicação, por aspersão, de água potável fria sobre a superfície das carcaças com os objetivos de reduzir seu tempo de resfriamento e sua perda de peso.

Art. 4º Para efeito desta Portaria adotam-se as seguintes definições:

I - animais de abate: são os bovinos, os búfalos, os equídeos, os suídeos, os ovinos, os caprinos, os II - carcaça: representa as duas meias-carcaças, inteiras ou separadas, de um mesmo animal de abate;

III - categoria animal: conjunto de animais definido pelo estabelecimento, considerando a espécie, as faixas de peso e, quando aplicável, a idade, o sexo e o acabamento de gordura das carcaças;

IV - ciclo de aspersão: sequência de evento pré-definido que contempla o tempo de duração de aspersão de água sobre as carcaças, acrescido do tempo sem aspersão;

V - instalações de frio: são as instalações e equipamentos utilizados para resfriamento e circulação de ar frio no interior das câmaras de resfriamento de carcaças;

VI - período de desumidificação: período de tempo após o término dos ciclos de aspersão e antes da retirada das carcaças da câmara de resfriamento;

VII - peso quente da carcaça: é o peso da carcaça ao final do abate, previamente à etapa de lavagem;

VIII - peso frio da carcaça: é o peso da carcaça após o término do resfriamento e antes de qualquer processamento ou expedição;

IX - peso total das carcaças: é o somatório dos pesos individuais das carcaças;

X - protocolo de aspersão: é protocolo de tratamento de aspersão das carcaças, definido pelo estabelecimento, que especifica a categoria animal em que será aplicado, o ciclo de aspersão, a quantidade de ciclos a serem realizados em determinado período de tempo, o volume de água utilizado e o período de desumidificação; e

XI - validação do sistema de aspersão: é a avaliação do sistema de aspersão instalado, conduzida pelo estabelecimento, com o objetivo de comprovar sua eficácia e o atendimento às exigências estabelecidas nesta Portaria, podendo ser total ou parcial.

CAPÍTULO II

REQUISITOS GERAIS PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ASPERSÃO

Art. 5º Os estabelecimentos que pretendem utilizar sistemas de aspersão de água no resfriamento de carcaças dos animais de abate devem:

I - instalar os equipamentos e dispositivos de controle do sistema de aspersão em consonância com as exigências estabelecidas nesta Portaria;

II - dispor, em seus programas de autocontrole, de procedimentos específicos para validação e monitoramento do uso do sistema de aspersão;

II - assegurar ao Serviço de Inspeção Federal acesso total e irrestrito a todas as dependências, instalações e equipamentos utilizados no sistema de aspersão de carcaças; e

IV - disponibilizar acesso a todos os registros gerados durante a validação e o uso do sistema de aspersão de carcaças, sempre que requerido pelo Serviço de Inspeção Federal.

Art. 6º Os estabelecimentos devem dispor de água potável em volume suficiente para atender a demanda específica de uso no sistema de aspersão, sem prejudicar a demanda de uso de água potável em quaisquer outras atividades industriais.

Parágrafo único. É vedado o uso de substâncias não aprovadas na água utilizada no sistema de aspersão ou sobre as carcaças.

Art. 7º Os equipamentos de resfriamento de água e os reservatórios de água fria devem ser capazes de assegurar que a água utilizada na aspersão esteja em temperatura máxima de 2 °C (dois graus Celsius), toleradas variações de até 2 °C (dois graus Celsius) acima desta temperatura.

Parágrafo único. A capacidade de resfriamento da água deve ser compatível com o volume e vazão de água fria utilizados na aspersão.

Art. 8º A rede de distribuição de água fria no interior das câmaras de resfriamento, os equipamentos aspersores e as instalações de frio devem ser localizados e regulados de forma a evitar a formação de condensação, a aspersão ou a pulverização, direta ou indireta, de água na trilhagem, carretilhas, teto, instalações de frio, luminárias e quaisquer outros equipamentos instalados na câmara de resfriamento, implicando em risco de contaminação indireta das carcaças.

Parágrafo único. O sistema de distribuição de água fria deve possibilitar o controle do volume de água utilizado e da pressão da água aspergida.

Art. 9º Os equipamentos de aspersão de água devem:

I - estar localizados abaixo da trilhagem fixa de carcaças;

II - ser direcionados de forma a aspergir água somente nas carcaças; e

III - estar regulados de forma a permitir a aspersão uniforme de água nas carcaças submetidas ao mesmo protocolo de aspersão.

Art. 10. Os estabelecimentos devem dispor de balanças e equipamentos de controle para mensuração do peso quente e do peso frio das carcaças, localizados de forma a viabilizar a adoção de medidas corretivas sobre os produtos antes de seu processamento ou expedição.

Parágrafo único. A trilhagem de carcaças na área de mensuração do peso frio das carcaças deve possibilitar o retorno de produtos para as câmaras de resfriamento.

Art. 11. A aspersão de água potável fria nas carcaças será realizada em ciclos de aspersão durante o período de permanência das carcaças nas câmaras de resfriamento.

§ 1º É vedada a aspersão contínua de água nas carcaças submetidas à aspersão.

§ 2º Após o último ciclo de aspersão as carcaças devem ser mantidas sem aspersão por tempo suficiente para permitir a secagem de sua superfície, antes de sua retirada das câmaras de resfriamento para processamento ou expedição.

§ 3º O esvaziamento da tubulação mediante escoamento vertical de água despressurizada após o término do ciclo de aspersão não é considerado aspersão.

Art. 12. A utilização do sistema de aspersão não pode resultar em ganho de peso das carcaças aspergidas.

§ 1º A aferição do ganho de peso prevista no caput é realizada com base na diferença entre o peso total das carcaças quentes e o peso total das carcaças frias submetidas ao mesmo protocolo de aspersão.

§ 2º Será caracterizado que houve ganho de peso quando o peso total das carcaças frias for superior ao peso total das carcaças quentes.

§ 3º Nenhuma operação que implique em remoção de partes das carcaças pode ser realizada após a determinação de seu peso quente e antes da determinação de seu peso frio.

Art. 13. Os procedimentos, equipamentos e dispositivos de controle utilizados no sistema de aspersão de carcaças devem gerar registros auditáveis.

§ 1º Os registros da avaliação dos protocolos de aspersão devem ser armazenados enquanto estiverem em uso e pelo período mínimo de dois anos, após sua alteração.

§ 2º Os registros de monitoramento do uso do sistema de aspersão devem ser armazenados pelo período mínimo de dois anos.

§ 3º Os estabelecimentos devem garantir a segurança, a integridade e a disponibilidade da informação quando utilizarem sistemas informatizados para o monitoramento e verificação do uso do sistema de aspersão.

Art. 14. O estabelecimento deverá comunicar o Serviço de Inspeção Federal sobre a instalação do sistema de aspersão de carcaças, o período de realização de testes e validação do sistema, e a data efetiva de início de uso, após sua validação.

Parágrafo único. A instalação, a validação e o uso do sistema de aspersão de carcaças e a elaboração e a implementação dos programas de autocontrole são de responsabilidade exclusiva do estabelecimento.

CAPÍTULO III

DO AUTOCONTROLE SOBRE O USO DO SISTEMA DE ASPERSÃO

Art. 15. O uso do sistema de aspersão deve estar previsto nos programas de autocontrole do estabelecimento contemplando, no mínimo:

I - informações sobre o sistema de resfriamento de água potável e rede de distribuição de água fria para uso no sistema de aspersão, incluindo:

a) especificação do equipamento de resfriamento de água, sua localização, e capacidade de resfriamento de água conforme volume de uso;

b) quantidade, capacidade e localização dos reservatórios de água fria;

c) localização da rede de distribuição de água fria;

d) especificação dos pontos de verificação da temperatura da água aspergida e dispositivos de controle; e

e) indicação dos pontos de coleta de água, frequências de coleta e análises realizadas para assegurar a potabilidade da água aspergida;

II - identificação das câmaras de resfriamento em que o sistema de aspersão será instalado, abrangendo:

a) os tipos de aspersores utilizados, sua localização e disposição;

b) informações sobre a pressão utilizada nos equipamentos de aspersão e forma de controle;

c) parâmetros de controle da aspersão e das instalações de frio para evitar a condensação e a pulverização da água em instalações ou equipamentos; e

d) especificação dos dispositivos de controle do volume de água aspergido e forma de registro;

III - identificação e localização das balanças utilizadas para obtenção do peso frio e do peso quente das carcaças;

IV - especificação do local onde será realizada a avaliação da variação do peso total das carcaças antes e após o resfriamento e forma de registro;

V - descrição dos protocolos de aspersão utilizados, incluindo:

a) especificação da categoria animal;

b) definição do ciclo de aspersão;

c) quantidade de ciclos de aspersão utilizados;

d) período mínimo de desumidificação; e

e) volume de água previsto para uso na aspersão.

VI - descrição dos controles realizados para que não ocorra ganho de peso das carcaças em decorrência da aspersão de água, contemplando:

a) monitoramento diário do peso das carcaças quentes e do peso das carcaças frias; e

b) medidas corretivas sobre o processo e sobre os produtos, quando houver desvios;

VII - procedimentos de validação do sistema de aspersão, atendendo ao disposto na Seção I deste Capítulo;

VIII - frequência ou situações que requeiram nova validação, total ou parcial, do sistema de aspersão;

IX - procedimentos e frequência de higienização das câmaras de resfriamento, abrangendo as instalações de frio, a trilhagem de carcaças, os equipamentos utilizados na aspersão de água fria e quaisquer outros equipamentos instalados nas câmaras;

X - especificação dos registros gerados na validação e no monitoramento do uso do sistema de aspersão, incluindo forma, local e período de armazenamento; e

XI - a especificação dos procedimentos, dos responsáveis, da forma de registro e frequências mínimas de monitoramento e de verificação do funcionamento do sistema de aspersão.

§ 1º Os estabelecimentos podem elaborar protocolos de aspersão específicos para uso nos fins de semana, feriados ou dias em que não haja abate.

§2 º É facultado o uso da relação entre o volume de água utilizado para aspersão e o peso quente das carcaças para definição dos protocolos de aspersão.

Art. 16. Os programas de autocontrole referentes ao uso do sistema de aspersão de carcaças não estão sujeitos à prévia avaliação ou aprovação pelo Serviço de Inspeção Federal.

SEÇÃO I

VALIDAÇÃO DO SISTEMA DE ASPERSÃO

Art. 17. Os estabelecimentos devem validar o funcionamento do sistema de aspersão antes do início do seu uso rotineiro.

Art. 18. A validação do sistema de aspersão de carcaças compreende:

I - a avaliação do sistema de resfriamento e distribuição de água, com objetivo de demonstrar que a mesma atende ao padrão de potabilidade e temperatura máxima de uso, conforme volume utilizado;

II - a avaliação dos protocolos de aspersão, com o objetivo de demonstrar que os mesmos não resultarão em ganho de peso das carcaças aspergidas; e

III - a avaliação do funcionamento dos equipamentos de aspersão e das instalações de frio para evitar a contaminação indireta das carcaças e demonstrar a uniformidade da aspersão de água.

Parágrafo único. Atendidos os objetivos estabelecidos neste artigo, nos termos dispostos nas Subseções I a III desta Seção, o funcionamento do sistema de aspersão será considerado validado.

SUBSEÇÃO I

AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE RESFRIAMENTO DE ÁGUA

Art. 19. Durante o período de realização dos testes de aspersão de carcaças para validação do sistema de aspersão, o estabelecimento deverá:

I - monitorar continuamente a temperatura da água na saída do reservatório de água fria para demonstrar o atendimento à exigência contida no caput do art. 7º; e

II - demonstrar que a água utilizada no sistema de aspersão atende aos padrões de potabilidade previstos em legislação específica.

Art. 20. O sistema de resfriamento de água será considerado satisfatório quando não forem identificados desvios nos parâmetros avaliados pelo período mínimo de três dias.

Art. 21. O sistema de resfriamento de água deve ser submetido a nova avaliação quando:

I - houver aumento do volume total ou da vazão de água fria utilizados no sistema de aspersão de carcaças;

II - houver alterações em equipamentos resfriadores de água, reservatórios de água fria ou na rede de distribuição de água fria; ou

III - nos casos previstos no art. 36.

SUBSEÇÃO II AVALIAÇÃO DO PROTOCOLO DE ASPERSÃO

Art. 22. Os testes para avaliação do protocolo de aspersão serão realizados por, no mínimo, três dias, seguidos ou alternados.

Art. 23. A avaliação de que trata esta Subseção deve ser realizada para cada protocolo de aspersão a ser utilizado.

Parágrafo único. Quando o estabelecimento possuir equipamentos de aspersão distintos, a avaliação do protocolo será realizada, adicionalmente, para cada tipo de equipamento instalado.

Art. 24. Para avaliação dos protocolos de aspersão o estabelecimento deverá:

I - especificar a câmara de resfriamento onde serão realizados os testes;

II - especificar o protocolo de aspersão a ser avaliado;

III - identificar individualmente as carcaças a serem submetidas ao protocolo de aspersão e mapear sua localização na câmara de resfriamento;

IV - determinar os pesos individuais quentes e frios de todas as carcaças submetidas ao protocolo de aspersão; e

V - comparar peso total das carcaças frias e o peso total das carcaças quentes, determinando sua diferença, para avaliar se houve ganho de peso.

Parágrafo único. O ganho de peso individual de carcaças, isoladamente, não será considerado indicativo de desvio.

Art. 25. A avaliação do protocolo de aspersão será considerada satisfatória quando constatado que o peso total frio das carcaças é igual ou inferior ao peso total quente das carcaças, em pelo menos três lotes de carcaças submetidas ao mesmo protocolo, em períodos subsequentes ou alternados.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, entende-se por lote o conjunto de carcaças submetidas ao mesmo protocolo de aspersão.

Art. 26. O estabelecimento deverá realizar nova avaliação de seus protocolos de aspersão quando:

I - houver alterações nos protocolos de aspersão, envolvendo quaisquer dos critérios especificados no inciso V do art. 15;

II - em caso de alteração ou modificação dos equipamentos de aspersão; ou

III - nos casos previstos no art. 36.

SUBSEÇÃO III

AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE ASPERSÃO E DAS INSTALAÇÕES DE FRIO

Art. 27. Durante o período de realização dos testes de validação do sistema de aspersão, os estabelecimentos devem avaliar o funcionamento dos equipamentos de aspersão e das instalações de frio para verificar o atendimento das exigências contidas:

I - no caput do art. 8º e no inciso II do art. 9º; e

II - no inciso III do art. 9º.

§º 1 A avaliação de que trata o inciso I do caput será realizada por, no mínimo, três dias, mediante avaliações visuais no interior das câmaras de resfriamento.

§ 2º As avaliações visuais de que trata o §º1 devem:

I - ser iniciadas a partir do início do preenchimento da câmara de resfriamento;

II - ser realizadas nas seguintes frequências mínimas:

a) a cada uma hora, durante o período de preenchimento da câmara e nas primeiras quatro horas de resfriamento; e

b) a cada duas horas, após as quatro primeiras horas do resfriamento, até o término deste processo;

III - contemplar pelo menos um ciclo de aspersão completo, em diferentes localidades da câmara de resfriamento; e

IV - abranger todas as diferentes estruturas e equipamentos instalados na câmara de resfriamento em que possam ocorrer condensação, aspersão ou pulverização, direta ou indireta, da água, implicando em risco de contaminação das carcaças.

§ 3º A avaliação prevista no inciso II do caput será realizada por, no mínimo, três dias, de forma concomitante com a avaliação prevista no art. 24, mediante comparação dos pesos quentes e frios das carcaças agrupadas por diferentes localizações da câmara de resfriamento, para avaliar se a aspersão de água ocorreu de forma uniforme.

Art. 28. O funcionamento dos equipamentos de aspersão e das instalações de frio será considerado satisfatório quando não forem identificadas não conformidades frente às exigências contidas no art. 27.

Art. 29. Deverá ser realizada nova avaliação do funcionamento dos equipamentos de aspersão e das instalações de frio:

I - em casos de alterações dos tipos de equipamentos aspersores ou instalações de frio;

II - alterações ou modificações na localização ou regulagem das instalações de frio;

III - modificações no sistema de aspersão que impliquem em aumento da pressão da água aspergida;

IV - ocorrerem alterações estruturais ou de leiaute da câmara de resfriamento; ou

V - nos casos previstos no art. 36.

SEÇÃO II

MONITORAMENTO DO USO DO SISTEMA DE ASPERSÃO

Art. 30. Os estabelecimentos devem monitorar e verificar o correto funcionamento do sistema de aspersão, gerando registros auditáveis, de forma a assegurar o atendimento ao disposto nesta Portaria e, em especial, que:

I - a água aspergida atende ao padrão de potabilidade e temperatura máxima de uso;

II - a aspersão não resultou em ganho de peso das carcaças; e

III - não houve contaminação indireta das carcaças.

Parágrafo único. As frequências mínimas de monitoramento e de verificação previstas no caput serão definidas pelo estabelecimento, exceto nos casos tratados nos arts. 31 ao 33.

Art. 31. O monitoramento da temperatura da água utilizada para aspersão deve ser realizado de modo contínuo sempre que o sistema de aspersão estiver em uso, mediante mensuração na saída do reservatório de água fria.

Art. 32. A avaliação rotineira realizada pelos estabelecimentos para determinar se a utilização do sistema de aspersão resultou em ganho de peso das carcaças observará o que segue:

I - deverão ser identificadas, individualmente, e mensurados os pesos individuais quente e frio de, no mínimo, dezesseis carcaças, por câmara de resfriamento, submetidas a um mesmo protocolo de aspersão, para determinação e comparação do peso total quente e peso total frio deste conjunto de carcaças;

II - a seleção e identificação das carcaças de que trata o inciso I será realizada de forma aleatória na sala de abate, previamente à mensuração de seus pesos quentes;

III - as carcaças selecionadas para mensuração do peso poderão ser dispostas de forma aleatória ou sequencial, em um ou mais trilhos da câmara de resfriamento, de forma a facilitar a operacionalização do monitoramento;

IV - a avaliação quanto a ocorrência ou não de ganho de peso prevista no caput observará o disposto no art. 12; e

V - nenhuma carcaça poderá ser retirada da câmara de resfriamento para expedição ou posterior processamento antes da avaliação de que trata o inciso IV.

§ 1º O disposto no inciso V do caput não se aplica ao remanejamento de carcaças necessário para permitir a mensuração de peso prevista neste artigo.

§ 2º Em caso de constatação de ganho de peso no conjunto de carcaças amostrado, todas as carcaças devem retornar à câmara de resfriamento e permanecer sob ventilação refrigerada por período suficiente para evaporação do excesso de água, repetindo-se a mensuração de peso prevista neste artigo.

§ 3º Nos casos tratados inciso III do **caput**, quando o estabelecimento optar pela disposição sequencial das carcaças, deverá haver alternância entre sua localização nos diferentes trilhos.

Art. 33. A mensuração comparativa de peso prevista no art. 32 poderá ser realizada de forma simplificada, abrangendo avaliação mínima de vinte e cinco por cento das câmaras de resfriamento, quando:

I - o mesmo protocolo de aspersão for utilizado em diferentes câmaras de resfriamento;

II - os registros gerados de uso do sistema de aspersão demonstrarem que o protocolo de aspersão foi aplicado corretamente nas câmaras de resfriamento; e

III - a mensuração do ganho de peso for realizada nas primeiras câmaras de resfriamento a serem abertas no dia de produção, para expedição ou posterior processamento das carcaças, que representem o percentual mínimo previsto no caput.

§ 1º Para utilização do processo simplificado de avaliação de que trata o caput é necessário que haja alternância entre as primeiras câmaras de resfriamento a serem abertas, de forma a contemplar a mensuração de cada câmara, pelo menos uma vez, no período de trinta dias.

§ 2º Caso não seja possível a realização de abertura alternada das câmaras de resfriamento na forma prevista no §1º ou, ainda, se a realização deste procedimento resultar em dificuldades operacionais, os estabelecimentos deverão realizar a mensuração de peso de que trata este artigo em todas as câmaras de resfriamento, pelo menos uma vez, no período de trinta dias.

§ 3º A forma simplificada de avaliação de peso prevista no caput será interrompida no dia de produção se for constatado ganho de peso total das carcaças aspergidas em qualquer das mensurações.

§ 4º No caso tratado no §3º o estabelecimento deverá:

I - adotar a ação prevista no §2º do art. 32 nas carcaças alojadas na câmara que apresentou desvio; e

II - realizar a mensuração de peso prevista no art. 32, em todas as demais câmaras de resfriamento em que tenha sido utilizado o mesmo protocolo de aspersão, previamente à sua liberação para expedição ou processamento.

§ 5º A possibilidade de realização do processo de avaliação simplificado previsto no caput não exime os estabelecimentos de realizar a identificação individual e a determinação do peso quente individual da quantidade mínima de carcaças prevista no inciso I do caput do art. 32 em cada câmara de resfriamento.

Art. 34. Os estabelecimentos que realizarem a identificação individual e a mensuração dos pesos frio e quente de todas as carcaças poderão, como alternativa ao procedimento estabelecido no art. 32, liberar produtos para a expedição ou processamento mediante a avaliação da ocorrência de ganho de peso em cada carcaça, individualmente.

§ 1º As carcaças que apresentarem, individualmente, ganho de peso, devem retornar à câmara de resfriamento e permanecer sob ventilação refrigerada por período suficiente para evaporação do excesso de água, repetindo-se, posteriormente, a mensuração do peso.

§ 2º Nos casos tratados no caput, a avaliação da conformidade do processo de aspersão para fins de caracterização de desvios e adoção das medidas previstas no art. 35 será realizada com base na determinação e comparação do peso total quente e do peso total frio de todas as carcaças presentes na câmara de resfriamento.

§ 3º Os pesos obtidos na nova mensuração prevista no § 1º não são considerados para a avaliação de conformidade de processo de que trata o § 2º.

Art. 35. Em caso de constatação de desvios os estabelecimentos devem adotar medidas corretivas sobre o processo e, quando pertinente, sobre os produtos, conforme definido em seus programas de autocontrole.

Art. 36. Os estabelecimentos deverão realizar nova validação, total ou parcial, do sistema de aspersão de carcaças, conforme a natureza do desvio encontrado, caso, após a adoção das medidas corretivas de que trata o art. 35 para restabelecimento do controle do processo, ocorrerem os mesmos desvios, na mesma câmara de resfriamento, nas seguintes frequências:

I - no caso de protocolos de aspersão de uso diário:

a) por dois dias consecutivos; ou

b) quatro dias não consecutivos, no período de trinta dias; ou

II - no caso de protocolos de aspersão aplicados em finais de semana, por dois períodos subsequentes.

Parágrafo único. A nova validação de que trata o caput observará o disposto nas Subseções I, II e III da Seção I deste Capítulo, conforme o caso.

CAPÍTULO IV

VERIFICAÇÕES OFICIAIS

Art. 37. O Serviço de Inspeção Federal realizará verificações oficiais sobre o funcionamento do sistema de aspersão e dos programas de autocontrole do estabelecimento previstos nesta Portaria, seguindo os procedimentos e frequências estabelecidos em legislação específica, e adotará as ações fiscais pertinentes previstas na legislação, em caso de constatação de infrações.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38. É dispensada a aprovação de plantas e memoriais, nos termos da Portaria n° 393, de 9 de setembro de 2021, desta Secretaria de Defesa Agropecuária, previamente à instalação, validação e início de uso dos sistemas de aspersão de carcaças.

Parágrafo único. Após o início do uso dos sistemas de aspersão os estabelecimentos têm prazo de cento e oitenta dias para atualizar suas informações no sistema informatizado de que trata o art. 3º da Portaria n° 393, de 2021, ou para atualização de seu memorial técnico sanitário, nos casos tratados no art. 43 do mesmo ato normativo.

Art. 39. Os estabelecimentos de abate que instalaram, validaram e iniciaram o uso de sistemas de aspersão de carcaças seguindo o disposto na Resolução n° 2, de 9 de agosto de 2011, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou com base no Termo de Não Objeção para Inovações Tecnológicas n° 01/2021, do mesmo Departamento, têm prazo de cento e oitenta dias para adequar suas instalações e programas de autocontrole referentes ao uso do sistema de aspersão de carcaças ao disposto nesta Portaria.

Parágrafo único. A adequação prevista no caput abrange, ainda, a realização de nova validação do sistema de aspersão, nos termos do art. 18 ao art. 29.

Art. 40. Ficam revogadas:

I - a Resolução n° 2, de 9 de agosto de 2011, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, publicada na Edição 153, Seção 1, do Diário Oficial da União, em 10 de agosto de 2011; e

II - a Resolução n° 5, de 4 de junho de 2018, da Secretaria de Defesa Agropecuária, publicada na Edição 108, Seção 1, do Diário Oficial da União, em 7 de junho de 2018.

Art. 41. Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

MÁRCIO REZENDE EVARISTO CARLOS

RETIFICAÇÃO

NA PORTARIA MAPA Nº 655, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022, publicada no DOU de 20/09/2022, Edição 179, Seção 1, página 3,

Onde se lê: No uso da atribuição que lhe conferem os Arts. 21 e 63 do ANEXO I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020,

Leia-se: No uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 24 e 68 do ANEXO I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 1.953, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Torna sem efeito as Portarias Incra/SR(30) nº 61, de 2006, e nº 62, 2006.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 19 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, combinado com o Art. 110 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de março de 2020;

Com base na decisão do Conselho Diretor do Incra, constante da Resolução nº 55, de 22 de setembro de 2022, exarada no âmbito dos Processos Incra nº 54501.015186/2006-83 e 54501.015185/2006-39; resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito as Portarias Incra/SR30 nº 61, de 2006, e nº 62, de 2006, que criaram, respectivamente, os Projetos de Assentamento Coletivos Bela Terra I e Bela Terra II, no município de Belterra, estado do Pará.

Art. 2º Caberá à Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD a adoção das providências necessárias em razão do disposto no art. 1º, bem como comunicar a Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra - PFE/Incra em razão do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre o MPF e o Incra no âmbito da Ação Civil Pública de nº 887-06.2007.4.01.3902.

Art. 3º A Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD e a Diretoria de Governança Fundiária - DF ficarão responsáveis pela definição quanto a destinação da área, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

PORTARIA Nº 1.960, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Autorização para aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 19 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, combinado com o Art. 110 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, e

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54170.002647/2015-38 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização para aquisição ou arrendamento de imóvel rural;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural denominado "Fazenda Conceição do Rio da Prata - Gleba 2", com área de 336,9011 (trezentos e trinta e seis hectares, noventa ares e onze centiares) hectares, localizado no Município de Paracatu/MG;

Considerando que a área requerida pelos interessados é de 336,9011 hectares, equivalente a 22,46007333 Módulos de Exploração Indefinida, uma vez que o MEI do Município de Paracatu é de 15 hectares, não ultrapassando o limite de 50 (cinquenta) MEI, em área contínua ou descontínua, de que trata o art. 3º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e o art. 7º do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974;

Considerando que área total do Município de Paracatu/MG, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 8.229,595 (oito mil, duzentos e vinte e nove vírgula quinhentos e noventa e cinco) Km², ou seja, 822.959,5 (oitocentos e vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e nove hectares e cinquenta ares) hectares, e que, por ter filho brasileiro e ser casado com brasileira, o requerente fica dispensado das restrições impostas pelo § 1º e caput do art. 12 da Lei nº 5.709 de 1971 e pelo § 1º e caput do art. 5º do Decreto nº 74.965 de 1974;

Considerando que a área do imóvel rural é superior a 20 Módulos de Exploração Indefinida e teve o projeto de exploração agrícola apreciado e aprovado pela área técnica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída da matrícula nº 25.914 do CRI de Geraldo Campos, Comarca de Paracatu/MG, situado no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro;

Considerando que foram publicados no Diário Oficial da União de 28/12/2018, Seção 1, a Resolução/INCRA/CD/nº 49, de 17 de dezembro de 2018, e a Portaria Incra nº 2.024, de 20 de dezembro de 2018, ambas autorizando a aquisição do imóvel em questão, porém sem efeito jurídico, visto que não houve a lavratura da Escritura Pública de Compra e Venda devido a negativa de um dos transmitentes, tendo sido o imbróglio resolvido em audiência de conciliação, conforme informação dos requerentes juntada nos autos; e

Considerando a decisão exarada na Resolução do Conselho Diretor nº 59, de 24 de 22 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.965, de 1974, o senhor JORIS ANTONIUS ALFONSUS COPPENS, de nacionalidade holandesa, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro, na classificação Permanente, RNE nº V058144-S, válida até 14/12/2024, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, em 23/12/2015, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.xxx.496-xx, casado em regime de comunhão parcial de bens com ALESSANDRA BENEDITA NEIVA COPPENS, professora, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº M-6.322.xxx, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 877.xxx.406-xx, a adquirir o imóvel rural denominado "Fazenda Conceição do Rio da Prata - Gleba 02", com área de 336,9011 (trezentos e trinta e seis hectares, noventa ares e onze centiares) hectares, localizado no Município de Paracatu/MG e cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº 404.080.015.466-5, cuja área do referido imóvel rural equivale a 22,46007333 Módulos de Exploração Indefinida.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Tornar sem efeito a Resolução/INCRA/CD/ nº 49, de dezembro de 2018, publicada em 28/12/2018, no Diário Oficial da União, nº 249, Seção 1, página 20; e a Portaria Incra nº 2.024, de 20 de dezembro de 2018, publicada em 28/12/2018, no Diário Oficial da União, nº 249, Seção 1, página 19.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza o Presidente do Incra a tornar sem efeito as Portarias Incra/SR(30) nº 61, de 2006, e nº 62, 2006.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº. 1.100, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº. 7.231 de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial do dia 21 de fevereiro de 2020, combinado com o art. 108, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de março de 2020, considerando a deliberação ocorrida durante sua 713ª reunião, realizada em 19 de setembro de 2022;

CONSIDERANDO a criação dos Projetos de Assentamento Coletivos Bela Terra I e Bela Terra II, por meio das Portarias INCRA/SR-30 nº 61 e 62, de 2006, publicadas em Diário Oficial da União, de 15/12/2006, com áreas respectivas de 10.850,7772 hectares e de 11.034,6557 hectares;

CONSIDERANDO o constante no Termo de Cooperação Técnica firmado pelo então Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, celebrado em 19 de dezembro de 2002, visando à implementação de ações conjuntas no âmbito de terras rurais de domínio da União, cujo extrato de referido instrumento foi publicado no Diário Oficial da União em 01 de janeiro de 2003;

CONSIDERANDO que não foi efetivado até a presente data o assentamento de famílias do Programa Nacional de Reforma Agrária nas áreas objeto das Portarias INCRA/SR-30 nº 61 e 62, de 2006, que criaram os PACs Bela Terra I e Bela Terra II;

CONSIDERANDO o que consta no OFÍCIO Nº 249546/2021/ME da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - SPU;

CONSIDERANDO que as áreas incidentes nos PACs Bela Terra I e Bela Terra II são, em parte, de expansão urbana do Município de Belterra/PA;

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 887-06.2007.4.01.3902, movida pelo Ministério Público Federal em Santarém/PA em face do Incra, no bojo do qual foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), tendo, entre outros, sido suspensos administrativamente os Projetos de Assentamentos Bela Terra I e Bela Terra II, até que o Incra se manifestasse conclusivamente sobre a situação de viabilidade e manutenção;

CONSIDERANDO a documentação que consta nos autos dos Processos Incra nº 54501.015186/2006-83 e 54501.015185/2006-39, referente a proposta de tornar sem efeito as Portarias INCRA/SR(30) nº 61, de 2006 e INCRA/SR(30) nº 62, de 2006 e INCRA/SR(30) nº 79, que criaram, respectivamente, os Projetos de Assentamento Coletivos Bela Terra I e Bela Terra II;, resolve:

Art. 1º Autorizar o Presidente do Incra a tornar sem efeito as Portarias Incra/SR30 nº 61, de 2006, e nº 62, de 2006, que criaram, respectivamente, os Projetos de Assentamento Coletivos Bela Terra I e Bela Terra II, no município de Belterra, estado do Pará.

Art. 2º Caberá à Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD a adoção das providências necessárias em razão do disposto no art. 1º, bem como comunicar a Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra - PFE/Incra em razão do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre o MPF e o Incra no âmbito da Ação Civil Pública de nº 887-06.2007.4.01.3902.

Art. 3º A Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD e a Diretoria de Governança Fundiária - DF ficarão responsáveis pela definição quanto a destinação da área, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.100, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231 de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial do dia 21 de fevereiro de 2020, combinado com o art. 108, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de março de 2020, considerando a deliberação ocorrida durante sua 713ª reunião, realizada em 19 de setembro de 2022;

CONSIDERANDO o Recurso Administrativo interposto por José Andrade de Carvalho, em face do DESPACHO DECISÓRIO Nº 7376/2020/DF/SEDE/INCRA, que declarou resolvido o Contrato de Alienação de Terras Públicas - CATP CLE-03/75/32/0369, pelo descumprimento das Cláusula Terceira e Cláusula Quinta que, respectivamente, tratam da implantação de empresa rural nos termos da Instrução Especial INCRA n° 03/75 e não implantação do anteprojeto conforme análise de sensoriamento remoto;

CONSIDERANDO as manifestações das áreas técnica e jurídica, que concluíram pelo indeferimento do recurso; e

CONSIDERANDO os documentos que instruem os autos do Processo nº 21400.005191/1975-08;, resolve:

Art. 1º Conhecer do recurso administrativo interposto por José Andrade de Carvalho e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão exarada no Despacho Decisório nº 7376/2020/DF/SEDE/INCRA, referente ao imóvel rural denominado Lote 89, Linha 45, Setor 02, Gleba Corumbiara, com área aproximada de 2.000 ha, atualmente no Município de Pimenta Bueno/RO.

Art. 2º Determinar à Superintendência Regional de Rondônia - SR(RO) a adoção das providências recomendadas por meio do DESPACHO n. 00080/2021/EQUAD ADM/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU, da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.100, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231 de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial do dia 21 de fevereiro de 2020, combinado com o art. 108, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de março de 2020, considerando a deliberação ocorrida durante sua 713ª reunião, realizada em 19 de setembro de 2022;

CONSIDERANDO o Recurso Administrativo interposto por Marcos Antônio Assi Tozzatti, em face do Despacho Decisório nº 10133/2021/DF/SEDE/INCRA, que indeferiu o pedido de liberação das cláusulas resolutivas e declarou a resolução do Título de propriedade nº 083128, em nome de Marlene Aparecida Bolonhezi Moraes, em razão do descumprimento de cláusula de inalienabilidade do imóvel;

CONSIDERANDO as manifestações das áreas técnica e jurídica, que concluíram pelo indeferimento do recurso; e

CONSIDERANDO os documentos que instruem os autos do Processo Administrativo nº 55000.009489/2017;, resolve:

Art. 1º Negar provimento ao recurso administrativo, mantendo-se a decisão recorrida que indeferiu o pedido de liberação das cláusulas resolutivas e declarou a resolução do Título de Propriedade, sob condição resolutiva, nº 083128, datado de 24/04/1992 e levado a registro em 25/09/1998.

Art. 2º Determinar à Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso - SR(MT) a adoção das providências indicadas nos itens 12 a 14, do Relatório DF - SEI nº 13639760, constante do Processo nº 55000.009489/2017, no prazo de 10 dias da publicação desta decisão.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 59, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Autorização para aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial do dia 21 de fevereiro de 2020, que aprova a sua Estrutura Regimental, combinado com o art. 108, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Incra nº 531, de 23 de março de 2020, publicado no DOU do dia 24 de março de 2020, tendo em vista a decisão adotada em sua 713ª reunião, realizada em 19 de setembro de 2022; e

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54170.002647/2015-38 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização para aquisição ou arrendamento de imóvel rural;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural denominado "Fazenda Conceição do Rio da Prata - Gleba 2", com área de 336,9011 (trezentos e trinta e seis hectares, noventa ares e onze centiares) hectares, localizado no Município de Paracatu/MG;

Considerando que a área requerida pelos interessados é de 336,9011 hectares, equivalente a 22,46007333 Módulos de Exploração Indefinida, uma vez que o MEI do Município de Paracatu é de 15 hectares, não ultrapassando o limite de 50 (cinquenta) MEI, em área contínua ou descontínua, de que trata o art. 3º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e o art. 7º do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974;

Considerando que área total do Município de Paracatu/MG, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 8.229,595 (oito mil, duzentos e vinte e nove vírgula quinhentos e noventa e cinco) Km², ou seja, 822.959,5 (oitocentos e vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e nove hectares e cinquenta ares) hectares, e que, por ter filho brasileiro e ser casado com brasileira, o requerente fica dispensado das restrições impostas pelo § 1º e caput do art. 12 da Lei nº 5.709 de 1971 e pelo § 1º e caput do art. 5º do Decreto nº 74.965 de 1974;

Considerando que a área do imóvel rural é superior a 20 Módulos de Exploração Indefinida e teve o projeto de exploração agrícola apreciado e aprovado pela área técnica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída da matrícula nº 25.914 do CRI de Geraldo Campos, Comarca de Paracatu/MG, situado no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro; e

Considerando, por fim, que foram publicados no Diário Oficial da União de 28/12/2018, Seção 1, a Resolução/INCRA/CD/nº 49, de 17 de dezembro de 2018, e a Portaria Incra nº 2.024, de 20 de dezembro de 2018, ambas autorizando a aquisição do imóvel em questão, porém sem efeito jurídico, visto que não houve a lavratura da Escritura Pública de Compra e Venda devido a negativa de um dos transmitentes, tendo sido o imbróglio resolvido em audiência de conciliação, conforme informação dos requerentes juntada nos autos;, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.965, de 1974, o senhor JORIS ANTONIUS ALFONSUS COPPENS, de nacionalidade holandesa, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro, na classificação Permanente, RNE nº V058144-S, válida até 14/12/2024, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, em 23/12/2015, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.xxx.496-xx, casado em regime de comunhão parcial de bens com ALESSANDRA BENEDITA NEIVA COPPENS, professora, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº M-6.322.xxx, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 877.xxx.406-xx, a adquirir o imóvel rural denominado "Fazenda Conceição do Rio da Prata - Gleba 02", com área de 336,9011 (trezentos e trinta e seis hectares, noventa ares e onze centiares) hectares, localizado no Município de Paracatu/MG e cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº 404.080.015.466-5, cuja área do referido imóvel rural equivale a 22,46007333 Módulos de Exploração Indefinida.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Tornar sem efeito a Resolução/INCRA/CD/ nº 49, de dezembro de 2018, publicada em 28/12/2018, no Diário Oficial da União, nº 249, Seção 1, página 20; e a Portaria Incra nº 2.024, de 20 de dezembro de 2018, publicada em 28/12/2018, no Diário Oficial da União, nº 249, Seção 1, página 19.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÕES

No Art. 2º da Resolução/INCRA/CD/N° 553, de 05 de novembro de 2020, publicada no DOU nº 214, do dia 10 seguinte, onde se lê: "Determinar a SR(13)MT que proceda nova análise do pedido de regularização fundiária de forma parcial, limitada a área objeto do acordo judicial homologado, indicada na ação reivindicatória nº 0006141-76.2010.4.01.3603.", leia-se "Determinar à SR(MT) que dê continuidade à análise do pedido de regularização fundiária considerando a área atual pleiteada pelo requerente, observado o cumprimento do acordo judicial homologado, indicada na ação reivindicatória nº 0006141-76.2010.4.01.3603, n° 0008244-56.2010.4.01.3603 e nº 0000019-47.2010.4.01.3603".

No Art. 3º, onde se lê: "Condicionar a regularização fundiária ao preenchimento dos requisitos da lei 11.952 de 2009 e a desocupação da área remanescente - não regularizável.", leia-se: "Condicionar a regularização fundiária ao preenchimento dos requisitos da Lei nº 11.952 de 2009, Decreto nº 10.592, de 2020 e Instrução Normativa Incra nº 104, de 2021, bem como à confirmação pela SR(MT) quanto à desocupação da área remanescente, não regularizável.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº 1.270, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, designado pela Portaria INCRA N° 700, de 19 de dezembro de 2017, publicada no DOU, de 20/12/2017, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 118 do Regimento Interno do INCRA, PORTARIA/ INCRA n° 531/2020, publicada no DOU em 24 de março de 2020, Resolução nº 436 de 29 de junho de 2020, publicada no DOU em 01/07/2020.

CONSIDERANDO que o Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do INCRA no Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao Art. 16º do Regimento Interno do Conselho Diretor, na forma do Art. 9º da Estrutura Regimental e do Art. 13º do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Resolução do CD nº 01, de 20 de março de 2013, realizou a sua 8ª Reunião no dia 08 de setembro de 2022;

CONSIDERANDO o Ofício Requisitório nº 2283/2018-GAB-EB, do Ministério Público de Santa Catarina, ao qual informa que há indícios de ilegalidade na aquisição do bem público, solicitando a análise da cadeia dominial do imóvel rural, cadastrado originariamente sob o nº 806.021.033.448 e registrado no 2º ORI de Florianópolis/SC sob a matrícula nº 386.

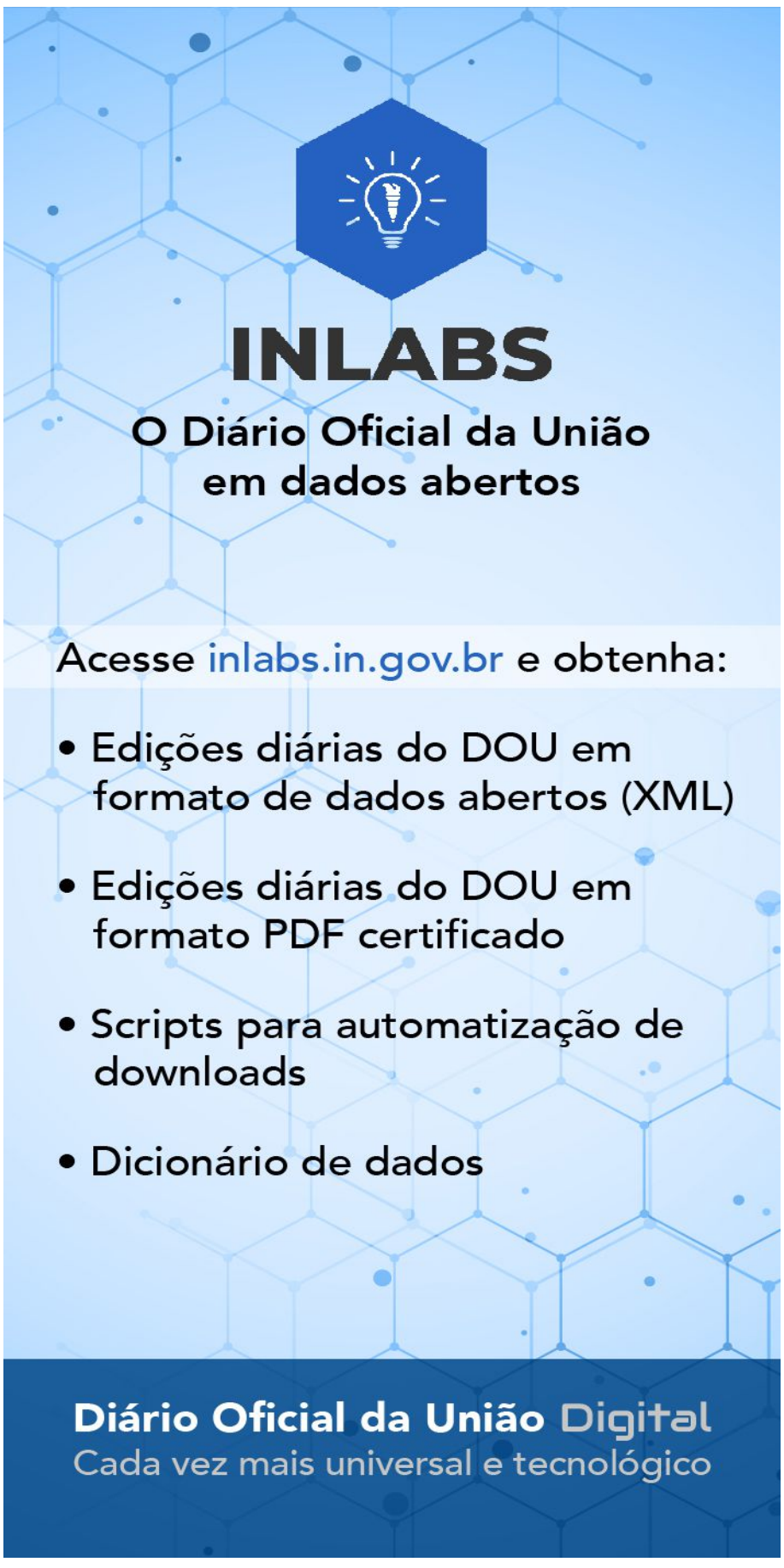
CONSIDERANDO o Parecer n. 00021/2018/PFE/PFE-INCRA-SC/PGF/AGU (1242549), concluindo que não ocorreu o regular destaque do patrimônio público federal, por ocasião da titulação, pois a titulação feita pelo Governo do Estado se deu "non domino", ou seja, o estado transferiu a sua titularidade, sem ter o domínio do imóvel, tornando assim, a cadeia dominial viciada.

CONSIDERANDO a análise e decisão do CDR, pelo INDEFERIMENTO do recurso interposto pelo Senhor Carlos Alberto Schneider, em razão de fiscalização cadastral de imóvel de sua propriedade, processo administrativo SEI nº 54000.081242/2018-52, resolve:

Art. 1º - APROVAR a Ata de Reunião SR(SC)G (13996872) referente ao CDR do dia oito de setembro de 2022.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

NILTON TADEU GARCIA



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

PORTARIA AECI/MCTI Nº 6.356, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece os procedimentos gerais de instituição do Programa de Gestão no âmbito da Assessoria Especial de Controle Interno, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

O CHEFE DA ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO, considerando o disposto no art. 6º da Portaria MCTI nº 5.120, de 18 de agosto de 2021, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos gerais de instituição do Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, no âmbito da Assessoria Especial de Controle Interno, de acordo com o art. 10 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e conforme Anexos I a IV a esta Portaria.

Art. 2º O Programa de Gestão nesta unidade abrangerá as atividades descritas na Tabela de Atividades constante no Anexo III a esta Portaria.

Art. 3º Serão adotados os seguintes regimes de execução do Programa de Gestão nesta unidade:

I - regime de execução parcial: quando o participante executa a atividade laboral presencialmente e fora das dependências do órgão, e registra cronograma com a indicação dos dias nos quais estará presente no órgão, dispensado do controle de frequência; ou

II - regime de execução integral: quando o participante da modalidade teletrabalho executa a atividade laboral fora das dependências do órgão, dispensado do controle de frequência.

Art. 4º Os resultados e benefícios esperados para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a partir da instituição do Programa de Gestão no âmbito desta unidade, são os seguintes:

I - promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes;

II - contribuir com a redução de custos no poder público;

III - atrair e manter novos talentos;

IV - contribuir para a motivação e o comprometimento dos participantes com os objetivos da Instituição;

V - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VI - melhorar a qualidade de vida dos participantes;

VII - gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos; e

VIII - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

Art. 5º O participante selecionado para o teletrabalho será responsável por manter a infraestrutura e os equipamentos necessários para o exercício de suas atribuições, inclusive aqueles relacionados à segurança da informação.

Art. 6º Para participar do Programa de Gestão nesta unidade, o candidato selecionado na forma dos arts. 10 e 11 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020, deverá dar aceite na documentação necessária.

Art. 7º O participante que tiver sua entrega em teletrabalho avaliada com a nota de 0 a 4, por 3 (três) vezes consecutivas, injustificadamente, será desligado do do Programa de Gestão, com retorno às atividades presenciais no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

Parágrafo único. O participante com o desligamento de que trata o caput só poderá se candidatar a um novo Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, após 4 (quatro) meses do seu desligamento.

Art. 8º A Tabela de Atividades, o Plano de Trabalho e o Termo de Ciência e Responsabilidade deverão ser registrados no Sistema do Programa de Gestão (SISPG).

Art. 9º. Fica vedada a participação no Programa de Gestão do agente público que se encontrar nas seguintes situações:

I - ocupante de DAS/FPCE nível 4 ou superior, em qualquer hipótese; e

II - em estágio probatório.

Art. 10. O participante do Programa de Gestão poderá ser convocado para comparecimento pessoal à unidade organizacional, quando houver interesse fundamentado da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, com antecedência mínima de:

I - ocupante de DAS/FCPE nível 3: 48 (quarenta e oito horas) horas; e

II - demais ocupantes de DAS/FCPE ou não ocupantes: 72 (setenta e duas) horas.

Parágrafo único. O não comparecimento pessoal à unidade organizacional, quando convocado, sem a devida justificativa, será considerado descumprimento às regras do Programa de Gestão e ensejará o desligamento do participante.

Art. 11. As informações especificadas no § 1º do art. 28 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020, serão divulgadas no sítio eletrônico da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, ressalvadas as informações consideradas sigilosas, conforme legislação vigente.

Art. 12. Poderá ser estabelecido, por meio de alteração desta Portaria, o adicional de produtividade de até 20% (vinte por cento) após o período inicial de 6 (seis) meses, a contar da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 13. Será admitido o teletrabalho no exterior por prazo determinado, desde que observado o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022.

Art. 14. Esta portaria entra em vigor no dia 3 de outubro de 2022.

ARTHUR RODRIGO MOTA DE MIRANDA

ANEXO I

TABELA DE GRUPO DE ATIVIDADES			
UNIDADE ORGANIZACIONAL: AECI		GRUPO DE ATIVIDADES	
Nome do Grupo	Sigla	Descrição	Código
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	AECI	Atividades compreendidas nos processos de competência da Assessoria Especial.	AECI_AECI
OUVIDORIA	OUVID	Atividades compreendidas nos processos de competência da Ouvidoria.	OUVID_AECI
CORREGEDORIA	CORREG	Atividades compreendidas nos processos de competência da Corregedoria.	CORREG_AECI
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	ADMINISTRA	Atividades de apoio administrativo e produção de documentos.	ADM_AECI
ANÁLISES E PARECERES TÉCNICOS	ANALISA	Atividades relacionadas à realização de análises, sob demanda, afetas à publicação de normativos e outros atos oficiais que não componham os macroprocessos da AECI, da Corregedoria ou da Ouvidoria.	ANALISA_AECI
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	COMUNICA	Atividades relacionadas à elaboração de materiais para comunicação interna, e para as unidades vinculadas, nos temas afetos a atuação da Assessoria Especial, da Corregedoria e da Ouvidoria, inclusive manuais e conteúdos para capacitação.	COMUNICA_AECI
ATIVIDADES DE OCORRÊNCIA	AO	Atividades que impeçam o participante de executar o Plano de trabalho inicialmente previsto pela chefia imediata.	AO_AECI

ANEXO II

TABELA DE PARÂMETROS			
Faixa de Complexidade	Descrição	Horas	
		Presencial	Teletrabalho
A	Altíssima complexidade	40	40
B	Alta complexidade	24	24
C	Média-alta complexidade	16	16
D	Média complexidade	10	10
E	Média-baixa complexidade	8	8
F	Baixa complexidade	4	4
G	Baixíssima complexidade	2	2

ANEXO III

TABELA DE ATIVIDADES							
Grupo de Atividades(código)	Atividade (descrição)	Atividade (código)	Faixa de complexidade	Tempo de execução em horas (presencial)	Tempo de execução em horas (teletrabalho)	Ganho de produtividade (percentual)	Entregas esperadas
	Gerir as demandas dos Órgãos de Controle, de Defesa do Estado, e outros, referentes a ações de Controle Interno	AT1	A	40	40	0%	Demanda atendida (Recebimento, análise dos documentos, envio, acompanhamento, monitoramento de prazos, análise de conformidade das manifestações, elaboração e encaminhamento das respostas via sistemas Conecta/TCU, e-Aud/CGU, peticionamento eletrônico e outros meios de comunicação, a fim de dar cumprimento ao atendimento da demanda, da determinação ou recomendação direcionada ao Ministério).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Realizar atividades relativas aos processos de Tomadas de Contas Especiais para a emissão do Pronunciamento Ministerial.	AT2	A	40	40	0%	Pronunciamento Ministerial emitido e assinado eletronicamente no sistema e-TCE
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
			A	40	40	0%	

AECI_AECI	Prestar orientação técnica e acompanhar a elaboração e conclusão dos Relatórios de Gestão e de Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR).	AT3	B	24	24	0%	Orientação e acompanhamento realizados. (Orientação e acompanhamento da elaboração dos Relatórios e do envio aos órgãos de controle e/ou respectiva publicação nos sítios eletrônicos institucionais pertinentes, nos prazos estabelecidos).
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Realizar atividades relacionadas à Integridade	AT4	A	40	40	0%	Atividade relacionadas à Integridades, realizada. (Elaboração, monitoramento e atualização de normativos internos; Elaboração, revisão e atualização de materiais internos como manuais, cartilhas e outros; Monitoramento da execução das medidas de integridade constantes no Plano de Integridade; Aplicação e consolidação do questionário de avaliação/percepção de integridade; Revisão e elaboração da nova versão do Plano de Integridade, dentre outras).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Realizar análise de Instrumentos de Contratação, Transferência Voluntária, Parceria, Acordo de Cooperação, e outros.	AT5	A	40	40	0%	Análise da documentação do projeto, dos prazos, da validade dos Termos de Fomentos, dos Convênio; a conformidade da documentação do Convenente e do MCTI; da regularidade de dados existentes na Plataforma +Brasil, relacionados ao instrumento em análise. Verificação.do Plano de Trabalho, ateste de aprovação dos titulares das áreas Emissão de manifestação do Controle Interno acerca do Instrumento em análise (realização de reuniões, consultas e pesquisas).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
CORREG_AECI	Realização de juízo de admissibilidade	AT6	A	40	40	0%	Juízo de admissibilidade, realizada. (Realizar análise de informações, denúncias e representações, instrução processual, dentre outras).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Conduzir investigações preliminares e outros procedimentos investigativos	AT7	A	40	40	0%	Investigações e outros procedimentos investigativos realizados . (Praticar os seguintes atos de instrução: estudo do processo, elaboração de atos de expediente, de termos de indiciamento , elaboração do relatório final, dentre outros).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Conduzir procedimentos correcionais contraditórios ou punitivos	AT8	A	40	40	0%	Procedimentos Correcionais contraditórios ou punitivos, realizado. (Praticar os seguintes atos de instrução: estudo do processo, elaboração de atos de expediente, de termos de indiciamento, elaboração do relatório final, dentre outros).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Análise prévia ao julgamento da autoridade competente	AT9	A	40	40	0%	Análise de procedimentos correcionais concluídos, visando subsidiar a decisão da autoridade julgadora competente.
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Registro nos sistemas correicionais e assessoramento às comissões processantes.	AT10	A	40	40	0%	Cadastramento de ações nos sistemas correcionais (CGUPAD e EPAD) de denúncia, representação, processo instaurado, processo pendente de julgamento, processo julgado. Prestar assessoria às comissões processantes relacionadas aos sistemas correcionais.
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
OUVID	Realizar atividades relacionadas a Acesso à Informação (LAI).	AT11	A	40	40	0%	Atividade relacionada a Lei de Acesso à Informação (LAI), realizada. (Atendimento ao usuário pelo acesso, triagem, análise, e resposta ao usuário, dentre outras).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Realizar atividades relacionadas a tratamento de Denúncias.	AT12	A	40	40	0%	Tratamento de denúncia, realizado. (Atendimento ao usuário pelo acesso, triagem, análise e resposta ao usuário, dentre outras).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Realizar atividades relacionadas a Manifestações de Ouvidoria (Reclamações, Sugestões, etc)	AT13	A	40	40	0%	Manifestações de Ouvidoria recebidas e tratadas. (Atendimento ao usuário pelo acesso, triagem, análise e resposta ao usuário, dentre outras).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Realizar atividades relacionadas a Conselhos de Usuários	AT14	A	40	40	0%	Atividades relacionadas ao Conselho de usuários, realizadas.
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Realizar atividades referentes ao Núcleo de Mediação	AT15	A	40	40	0%	Atividades referentes ao Núcleo de Mediação, realizadas.
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
ANALISA_AECI	Realizar análises, sob demanda, relacionadas a publicação de normativos e outros atos oficiais que não componham os macroprocessos da AECI, da Corregedoria e da Ouvidoria.	AT16	A	40	40	0%	Analisar conteúdo da demanda e emitir parecer sobre ato normativo, projeto, processo, realizar pesquisa e estudos correlatos, dentre outras necessárias para concluir a análise demandada.
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	

ADM_AECI	Realizar atividades de apoio administrativo.	AT17	A	40	40	0%	Gestão de e-mails institucionais, atualização de agendas, atualização de listas de contatos, controle de planilhas Excel, organização de documentos/pastas na rede, gestão de Pessoal, gestão dos processos de avaliação de desempenho institucional e individual, atualização de conteúdo do site/intranet, dentre outras atividades administrativas.
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Elaboração de Portarias, atos normativos e ordens de serviço.	AT18	A	40	40	0%	Elaboração de Portarias, atos normativos e ordens de serviço.
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
COMUNICA_AECI	Elaborar documentos para comunicação institucional e ações de divulgação e suporte à capacitação	AT19	A	80	80	0%	Elaboração de documentos institucionais, realizada. (normas técnicas, manuais, cartilhas, relatórios de gestão, planos de ação, materiais para treinamentos e cursos, materiais para palestras, relatórios estatísticos/gerenciais, dentre outros. Ações de divulgação e conscientização sobre integridade (campanhas, capacitações, palestras, cursos); Ações de divulgação e conscientização sobre a Lei de Acesso à Informação (campanhas, capacitações, palestras, cursos); Ações de divulgação e conscientização sobre a Ouvidoria (campanhas, capacitações, palestras, cursos).
			B	60	60	0%	
			C	40	40	0%	
			D	20	20	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
AO_AECI	Atestado de Comparecimento (comparecimento do participante, de seu dependente ou familiar às consultas médicas, odontológicas e realização de exames em estabelecimento de saúde).	AT20	A	40	40	0%	Atividade de Ocorrência (AO)
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Execução de atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares, com pagamento de GECC.	AT21	A	40	40	0%	Atividade de ocorrência (AO).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Licença para tratamento de saúde.	AT22	A	40	40	0%	Atividade de ocorrência (AO).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Recesso para comemoração das festas de final de ano.	AT23	A	40	40	0%	Atividade de ocorrência (AO).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Férias.	AT24	A	40	40	0%	Atividade de ocorrência (AO).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Feriados e pontos facultativos não registrados no sistema.	AT25	A	40	40	0%	Atividade de ocorrência (AO).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Participação em ação de desenvolvimento profissional em serviço.	AT26	A	40	40	0%	Atividade de ocorrência (AO).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Realização de atividade em outra unidade.	AT27	A	40	40	0%	Atividade de ocorrência (AO).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Outras ocorrências de afastamento previstas em lei.	AT28	A	40	40	0%	Atividade de ocorrência (AO).
			B	24	24	0%	
			C	16	16	0%	
			D	10	10	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Pelo presente termo de ciência e responsabilidade, em razão da solicitação de adesão ao Programa de Gestão da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações DECLARO que:

I - atendo às condições para participação no Programa de Gestão da Assessoria Especial de Controle Interno;

II - estou ciente do prazo de antecedência mínima de convocação conforme estabelece os incisos I e II do art. 10 da norma de procedimentos gerais da Assessoria Especial de Controle Interno para comparecimento pessoal à unidade, quando houver interesse fundamentado da Administração e pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados;

III - estou ciente de todas as minhas atribuições e responsabilidades previstas no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022 e no art. 22 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e conforme transcrito abaixo:

a) cumprir o estabelecido no plano de trabalho;

b) atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, mediante convocação com antecedência mínima prevista na norma de procedimentos gerais e desde que devidamente justificado pela chefia imediata;

c) manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos, sendo esses de livre divulgação tanto dentro do órgão ou da entidade quanto para o público externo que necessitar manter contato.

d) consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a Intranet e demais formas de comunicação do órgão ou entidade de exercício;

e) permanecer em disponibilidade constante para contato por telefonia fixa ou móvel pelo período acordado com a chefia, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da unidade;

f) manter o chefe imediato informado, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagem de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

g) comunicar a chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

h) zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação;

i) retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade;

IV - estou ciente que a minha participação no Programa de Gestão desta unidade organizacional não constitui direito adquirido e nem dever, podendo ser desligado nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020; e

V - estou ciente quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 14 e 15 do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e os arts. 29 a 36 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020.

VI - estou ciente quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;

VII - estou ciente quanto ao dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que couber;

VIII - estou ciente quanto às orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal;

IX - estou ciente que devo manter as estruturas físicas e tecnológicas necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão de internet, de energia elétrica e de telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício das atribuições;

X - estou ciente que quando ocorrer o desligamento do programa de gestão deverei retornar ao controle de frequência dentro do prazo estipulado pela unidade, não podendo este ser menor que 30 (trinta) dias, após o ato de notificação;

XI - estou ciente que a chefia imediata poderá redefinir minhas metas por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas;

XII - estou ciente que a chefia imediata e o dirigente da unidade organizacional deverão acompanhar a qualidade e a adaptação dos participantes do Programa de Gestão;

XIII - estou ciente que a chefia imediata deverá manter contato permanente com os participantes do Programa de Gestão para repassar instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação;

XIV - estou ciente que a chefia imediata deverá aferir o cumprimento das metas estabelecidas bem como avaliar a qualidade das entregas;

XV - autorizo o fornecimento do número de telefone, fixo ou celular, para contato;

XVI - comprometo-me em me manter operante, disponível e acessível pela Assessoria Especial de Controle Interno, durante toda a jornada de teletrabalho, com acesso ao e-mail institucional e ao telefone, nos termos do inciso V do artigo 9º do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022 e dos artigos 22 e 23 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020; e

XVII - os meus números de telefone estão ativos e atualizados.

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.302, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Alteração de titularidade de Portarias MCTI que reconhecem que bens ou produtos são decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos e para os fins da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MCTI nº 4.584, de vinte e quatro de março de 2021, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, no Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, na Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, o que consta no Processo MCTI nº 01245.013654/2020-45: considerando que a empresa Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda., CNPJ/ME nº 07.620.567/0001-00, é titular de Portarias MCTI que reconhecem que bens ou produtos são decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos e para os fins da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006; e. considerando que a Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda. foi incorporada pela empresa Furukawa Electric Latam S.A., CNPJ/ME nº 51.775.690/0001-91, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, resolve:

Art. 1º Fica alterada a titularidade das Portarias MCTI nº 663, de 20 de fevereiro de 2020, e MCTI nº 3.949, de 21 de outubro de 2020, que reconhecem que bens ou produtos são decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos e para os fins da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, da empresa Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda., CNPJ/ME nº 07.620.567/0001-00, para a empresa Furukawa Electric Latam S.A., CNPJ/ME nº 51.775.690/0001-91, a partir da data em que se efetivou o ato de incorporação, conforme registro junto aos órgãos próprios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados todos os atos praticados pela empresa Furukawa Electric Latam S.A., CNPJ/ME nº 51.775.690/0001-91, em virtude da sucessão de direitos decorrentes da incorporação, desde a data em que esta se operou.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.325, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.004995/2021-19, de 18 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica SIAM Indústria de Automação e Monitoramento Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 09.405.185/0001-99, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 09.405.185/0001-99, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Equipamento para testes em redes de automação.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.004995/2021-19, de 18 de março de 2022.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.326, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.020877/2021-40, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Weg Drives &Controls - Automação Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 14.309.992/0001-48, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 14.309.992/0001-48, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- ESTACAO DE RECARGA PARA VEICULOS ELETRICOS, BASEADA EM TECNICA DIGITAL.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.020877/2021-40, de 10 de dezembro de 2021.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.327, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.007528/2022-13, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Furukawa Electric LatAm S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 51.775.690/0001-91, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Caixa de Terminação de Redes de Comunicação de Fibras Ópticas, modelo: CAIXA TERMINAL OPTICA PRECONECTORIZADA SELADA FK-CTOP-L (W Z A D) (C), ONDE: W - (MFX, BX, LX, SENDO X DE 1 A 144), Z - (PR, BR, AM, AZ, VM, VD, LA, VI, CZ), A - ADAPTADOR ÓPTICO (SLIM, IP9, CLICKPIN OU DIRETO), D - ACESSÓRIOS, C - CLIENTE.).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.328, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020,

e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.007523/2022-91, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Furukawa Electric LatAm S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 51.775.690/0001-91, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Caixa de terminação de redes de comunicação de fibras ópticas, modelo: CAIXA TERMINAL OPTICA PRÉ-CONECTORIZADA FK-CTOP-16P (INLINE X W/Y A D) (C), ONDE: X - DE 1 A 156F, W - MB, SPLITTERS (1XN), PIGTAILS (DE 1 A 32), Y - DE 1 A 32, A - ADAPTADOR óPTICO (SLIM, DIRETO, IP9, CLICKPIN), D - ACESSóRIOS, C - CLIENTE.).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.329, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.007512/2022-19, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Furukawa Electric LatAm S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 51.775.690/0001-91, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Caixa de terminação de redes de comunicação de fibras ópticas, modelo: CAIXA TERMINAL OPTICA CONECTORIZADA FK-CTO (16MT W GROMMET X-Y)-Z-C, ONDE W= MODULO BASICO (MB), SPLITTERS 1X8, 1X8 SC-UPC, 2 X 1X8, 2X 1X8 SC-UPC OU 1X16, 1X16 SC-UPC; X= 6-9, 9-12; Y (ACESSóRIOS INCLUSOS NO PRODUTO), Z = COR (PR, BR, AM, AZ, VM, VD, LA, VI, CZ); C (CLIENTE).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.330, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.021323/2021-60, de 21 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Bull Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 21.649.280/0012-96, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 21.649.280/0012-96, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Unidade digital de processamento montada em um mesmo corpo ou gabinete, do tipo servidor de média capacidade;

II - Unidade digital de processamento montada em um mesmo corpo ou gabinete, do tipo servidor de grande capacidade;

III - Unidade digital de processamento montada em um mesmo corpo ou gabinete, do tipo servidor de muito grande capacidade; e

IV - Unidade digital de processamento montada em um mesmo corpo ou gabinete, do tipo servidor de pequena capacidade.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.021323/2021-60, de 21 de dezembro de 2021.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.332, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.018741/2021-70, de 3 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Eletra Indústria e Comércio de Medidores Elétricos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 12.115.480/0001-15, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 12.115.480/0001-15, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Aparelho para medição de vazão volumétrica de água, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.018741/2021-70, de 3 de novembro de 2021.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.333, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.001213/2022-62, de 25 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Cadservice-Produtos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 65.877.300/0001-07, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 65.877.300/0001-07, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Aparelho para leitura de cartões inteligentes e validação de dados.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.001213/2022-62, de 25 de janeiro de 2022.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

90ª RELAÇÃO DE PESQUISADORES CREDENCIADOS À IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/1990

PORTAL GOV.BR

CREDENCIAMENTO	**NOME**	CPF	VENCIMENTO
920.003931/2022	Volodymyr Zaitsev	***.765.627-**	23/09/2027
920.006430/2022	Charbel Nino El Hani	***.431.125-**	23/09/2027
920.006447/2022	Altibano Ortenzi Junior	***.287.378-**	23/09/2027
920.006469/2022	Alessandro Goncalves Girardi	***.068.400-**	23/09/2027
920.006509/2022	Wellington Maycon Santos Bernardes	***.820.996-**	23/09/2027
920.004031/2009	Leonardo Evangelista Lagoeiro	***.099.476-**	23/09/2027
920.006552/2022	Marcos Reinaldo da Silva	***.631.263-**	23/09/2027
920.002441/2006	Valter Junior de Souza Leite	***.210.076-**	23/09/2027
920.006588/2022	Lucas Compassi Severo	***.111.730-**	23/09/2027
920.006836/2017	Daniel Costa Fortier	***.526.973-**	23/09/2027
920.006687/2022	Aida Araujo Ferreira	***.700.744-**	23/09/2027

CLAÚDIO DA SILVA VALÉRIO
Diretor
Substituto

DESPACHO DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O Diretor Substituto de Gestão e Tecnologia da Informação no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.010/1990, torna público a 8ª RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTA PARA IMPORTAÇÃO - AGOSTO/2022 - LEI 8.010/1990

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0001/1990	Universidade de São Paulo	3.474,62
0002/1990	Universidade Federal de São Paulo	30.172,64
0003/1990	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	2.983.789,11
0006/1990	Universidade Estadual de Campinas	14.786,17
0007/1990	Fundação Universitária José Bonifácio	169.398,41
0008/1990	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	320.882,53
0011/1990	Fundação Faculdade de Medicina	42.308,77
0013/1990	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	73.296,00
0014/1990	Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	266.514,86
0016/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	75.126,01
0019/1990	Universidade Federal do Rio Grande	98,40
0020/1990	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	2.185,49
0022/1990	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	661.101,82
0029/1990	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	1.543,00
0037/1990	Fundação Zerbini	14.826,50
0045/1990	Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa	137.885,48
0049/1990	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	20.131,62
0060/1990	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	76.000,00
0066/1990	Fund. da UFPR para o Desenvolv. da Ciência, Tecnologia e Cultura	26.782,25
0083/1990	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	78.971,51
0101/1990	Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein	9.274,52
0102/1990	Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura	497.801,75
0103/1990	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de PE	207.851,14
0122/1990	Universidade Estadual de Maringá	111.819,23
0123/1990	Universidade Estadual de Londrina	47.412,63
0135/1990	Fundação Butantan	2.750.219,41
0137/1990	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP	161.410,14
0158/1990	Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão	5.353,82
0160/1990	Fundação Arthur Bernardes	17.227,94
0192/1991	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	154.704,00
0225/1991	Fundação Casimiro Montenegro Filho	222.550,77
0231/1991	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	2.477.857,53
0281/1991	Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	838.069,84
0285/1991	Fundação Christiano Ottoni	26.386,98
0298/1992	Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba	6.675,00
0302/1992	Fund. de Apoio Institucional ao Desenvolv. Científico e Tecnológico	7.224,00
0337/1992	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	7.988,51
0355/1992	Associação das Pioneiras Sociais	59.628,86
0359/1992	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	52.090,87
0372/1992	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	57.192,34
0439/1993	Associação Cultural de Renovação Tecnológica Sorocabana	4.885,00
0534/1993	Fund. Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	2.954.805,58
0570/1994	Fundação de Apoio à Pesquisa	554.519,14
0585/1994	CNEN/Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	13.680,00
0589/1994	USP/Instituto de Física de São Carlos	34.642,43
0625/1995	Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia	5.501,44
0633/1995	Escola de Engenharia de São Carlos	1.390,00
0640/1995	Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul	208.546,37
0643/1995	Associação Brasileira de Saúde Coletiva	92.058,33
0656/1995	Instituto de Ciências Biomédicas - ICB III	9.236,76
0659/1996	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	166.657,22
0668/1996	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe	92.780,43
0674/1996	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá	51.290,00
0677/1996	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino e Extensão	9.548,00
0693/1997	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	3.134.060,95
0695/1997	Escola Politécnica do Estado de São Paulo	12.018,00
0697/1997	Instituto de Física da Universidade de São Paulo	458,95
0698/1997	USP/Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas	840,39
0712/1997	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos	365.181,43
0726/1998	Fund. de Apoio à Educ., Pesq. e Desenvol.Cient. e Tec. da UTFPR	36.691,48
0737/1998	Instituto Presbiteriano Mackenzie/Mackenzie	42.700,00
0740/1998	Fund. Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	3.962,00
0742/1998	Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera	564,00
0746/1998	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	921.804,87
0750/1998	Faculdades Católicas/PUC-Rio	188.472,04
0760/1999	Fund. para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde	489.844,46
0762/1999	Fundação Educacional Ciência e Desenvolvimento	146.211,57
0769/1999	Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento	51.189,94
0772/2000	Fundação Espírito Santense de Tecnologia	65.353,57
0782/2000	Instituto de Biologia Molecular do Paraná	77.659,39
0786/2000	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa	5.309,52
0798/2000	Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande	14.804,43
0812/2001	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	132.619,67
0814/2001	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	40.572,02
0819/2001	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ	4.287,00
0873/2002	Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT	11.982,99
0908/2004	Fundação Escola Politécnica da Bahia	4.477,59
0917/2004	União Brasileira de Educação e Assistência (PUC-RS)	45.010,12
0930/2004	Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia e Informação	7.622,24
0933/2005	Fund. Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências	3.153,57
0963/2005	Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica	26.949,40
0981/2006	Fundação Cultural e de Fomento a Pesquisa, Ensino e Extensão	74.162,14
0982/2006	Fundação de Apoio Universitário	158.317,76
1008/2006	Fundação Universidade Federal do ABC	7.140,00
1012/2007	Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural	138.019,75
1013/2007	Fund. de Apoio à Pesquisa,Desenvolv. e Inovação Exército Brasileiro	86.007,77
1049/2008	Universidade Estadual de Goiás	93.000,00
1063/2008	Fund. de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento à Pesquisas	38.590,82
1073/2008	Instituto Mato-Grossense do Algodão	63.982,49
1080/2009	Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - SP	15.121,90
1094/2009	SENAI - Departamento Regional de Santa Catarina	116.643,82
1120/2010	Oninn Centro de Inovações	7.839,76
1134/2011	Fundação de Estudos do Mar	366.616,59
1169/2012	Instituto Sintef do Brasil	78.255,00
1211/2014	Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino	6.900,00
1259/2017	Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural	137.074,45
1264/2017	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	133.691,33
1279/2018	Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil	3.010,00
1281/2019	Fundação de Ciência e Tecnologia Guamá	83.579,33
1300/2020	Instituição Científica e de Inovação Tecnológica Brasil	17.805,00
1314/2021	Instituto Hercílio Randon	25.235,00
8010/1990	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	153.244,17
9200/2004	Ciência Importa Fácil - Pessoa Física	388.158,37

CLÁUDIO DA SILVA VALÉRIO

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 6.216, DE 19 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta dos Processos nº 53115.006120/2021-22 e nº 53115.003982/2021-01, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 77.237.733/0001-79, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 47 (quarenta e sete), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de OSÓRIO, estado do RIO GRANDE DO SUL.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 77.237.733/0001-79, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 39.326, de 05 de junho de 1955, publicado no Diário Oficial da União de 11 de junho de 1955, para execução do serviço no município de CURITIBA, estado do PARANÁ.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.275, DE 26 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo nº 53115.006257/2020-04, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 61.413.092/0001-26, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 49 (quarenta e nove), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de SÃO MARCOS, estado do RIO GRANDE DO SUL.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 61.413.092/0001-26, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 99.156, de 12 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União de 13 de março de 1990, e ratificado por meio do Decreto Legislativo nº 209, de 24 de outubro de 1991, publicado no Diário Oficial de 25 de outubro de 1991, para execução do serviço no município de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, estado de SÃO PAULO.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.302, DE 29 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do processo seletivo decorrente do chamamento público nº 105, publicado no Diário Oficial da União de 0,3 de setembro de 2020, na forma do Anexo I, e outorgar autorização à RÁDIO BARÉ LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.561.767/0001-40, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de rádio na Amazônia Legal, ancilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com utilização do canal 221 (duzentos e vinte e um), frequência 92,1 MHz, classe C, em caráter primário, no município de MAUÉS, estado do AMAZONAS.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da RÁDIO BARÉ LTDA, pessoa jurídica permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, inscrita no CNPJ sob o nº 04.561.767/0001-40, cuja permissão foi outorgada por meio do Decreto nº 46899, de 24 de setembro de 1959, publicado no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 1959, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, e adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, por meio de Termo Aditivo, publicado no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2016, para execução do serviço no município de MANAUS estado do AMAZONAS.

Art. 3º O contrato relativo à autorização outorgada por meio desta Portaria foi assinado em 02 de Agosto de 2022, pelo Sr. RODOLFO MACHADO MOURA e/ou pelo Sr. LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA, que, no ato, representou a RÁDIO BARÉ LTDA, e pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no âmbito do processo administrativo nº 53115.013298/2020-49.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 18 do Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

ANEXO I - Homologação do Resultado

Classificação	Nome da Pessoa Jurídica	Situação
1º LUGAR (EMPATE)	SOCIEDADE DE TELEVISÃO MANAUARA LTDA.	HABILITADA
1º LUGAR (EMPATE)	RÁDIO RIO MAR LIMITADA	HABILITADA
1º LUGAR (EMPATE)	RÁDIO BARÉ LTDA	HABILITADA
4º LUGAR	FUNDAÇÃO BOAS NOVAS	HABILITADA

PORTARIA MCOM Nº 6.408, DE 12 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.059661/2018-08, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CANASVIEIRAS - ACC, inscrita no CNPJ sob nº 21.242.676/0001-61, cuja sede se situa na Rua Dr. Antônio Prudente de Moraes, nº 609 - Canasvieiras, na localidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 252, cuja frequência é de 98,3 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.431, DE 17 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.026327/2018-60, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE MENDES PIMENTEL (ACOMEND), inscrita no CNPJ sob nº 26.484.376/0001-02, cuja sede se situa na Rua José Casimiro de Barros, 12 - Centro, na localidade de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.445, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do processo seletivo decorrente do chamamento público nº 105, publicado no Diário Oficial da União de 03 de setembro de 2020, na forma do Anexo I, e outorgar autorização à RÁDIO BARÉ LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.561.767/0001-40, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de rádio na Amazônia Legal, ancilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com utilização do canal 215 (duzentos e quinze), frequência 90,9 MHz, classe C, em caráter primário, no município de NOVO AIRÃO, estado do AMAZONAS.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da RÁDIO BARÉ LTDA, pessoa jurídica permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, inscrita no CNPJ sob o nº 04.561.767/0001-40, cuja permissão foi outorgada por meio do Decreto nº 46899, de 24 de setembro de 1959, publicado no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 1959, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, e adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, por meio de Termo Aditivo, publicado no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2016, para execução do serviço no município de MANAUS estado do AMAZONAS.

Art. 3º O contrato relativo à autorização outorgada por meio desta Portaria foi assinado em 18 de Agosto de 2022, pelo Sr. RODOLFO MACHADO MOURA e/ou pelo Sr. LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA, que, no ato, representou a RÁDIO BARÉ LTDA, e pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no âmbito do processo administrativo nº 53115.013300/2020-80.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 18 do Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

ANEXO I - Homologação do Resultado

Classificação	Nome da Pessoa Jurídica	Situação
1º Lugar	SOCIEDADE DE TELEVISÃO MANAUARA LTDA	HABILITADA
2º Lugar	RÁDIO BARÉ LTDA	HABILITADA
3º Lugar	RÁDIO RIO MAR LTDA	HABILITADA
4º Lugar	FUNDAÇÃO BOAS NOVAS	HABILITADA

PORTARIA MCOM Nº 6.450, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo nº 53115.036710/2021-80, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à TELEVISÃO PIONEIRA LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 09.590.480/0001-62, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 28 (vinte e oito), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de SÃO JOÃO DO PIAUÍ, estado do PIAUÍ.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TELEVISÃO PIONEIRA LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 09.590.480/0001-62, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 87.190, de 19 de maio de 1982, publicado no Diário Oficial da União de 21 de maio de 1982, para execução do serviço no município de TERESINA, estado do PIAUÍ.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.507, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o art. 6º, parágrafo 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 26-C, incisos II e III, da Lei n.º 13.844, de 18 de junho de 2019, e tendo em vista a concorrência n.º 082/2001-SSR/MC e o que consta do Processo n.º 53630.000134/2002-41, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO ENCONTRO DOS RIOS LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), na localidade de Eirunepé/AM.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.510, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.002422/2015-27, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9503/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00607/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2013, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO VALE DO JAGUARIBE LTDA (CNPJ nº 07.623.838/0001-80), nos termos do Decreto nº 965, datado em 7 de maio de 1962, publicado em 4 de julho de 1962, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Limoeiro do Norte, Estado de Ceará.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.519, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.004701/2014-98, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8546/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00674/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à RÁDIO TÉCNICA ATIBAIA LTDA (CNPJ nº 54.143.755/0001-74), nos termos da Portaria MVOP nº 499, de 23 de maio de 1955, publicada em 2 de junho de 1955, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Atibaia, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.619, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.024164/2018-81, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA ALVORADA FM, inscrita no CNPJ sob nº 26.494.611/0001-27, cuja sede se situa na Rua Projetada, C, 2123 - Pedreira, na localidade de Guarujá, Estado de São Paulo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 223, cuja frequência é de 92,5 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.727, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.033380/2018-17, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DOS ASSENTAMENTOS JUAZEIRO SÃO LUIZ SANTA RITA E ADJACÊNCIA, CNPJ n° 30.676.708/0001-28, cuja sede se situa na Comunidade Assentamento Juazeiro São Luiz, s/nº - Zona Rural, na localidade de Altos, Estado do Piauí, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.802, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova projeto de investimento em infraestrutura no setor de telecomunicações, considerando-o prioritário para fins de emissão de debêntures, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e na Portaria MCOM nº 6.197, de 18 de julho de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto de investimento em infraestrutura de telecomunicações descrito no Anexo desta Portaria, considerando-o prioritário para fins de emissão de debêntures, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Art. 2º Para dar cumprimento ao disposto no § 5º do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, a pessoa jurídica titular do projeto de investimento deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério das Comunicações:

a) a relação das pessoas jurídicas que a integram; ou

b) a identificação da sociedade controladora, no caso de pessoa jurídica titular do projeto constituída sob a forma de companhia aberta com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado acionário;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da portaria de aprovação e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - encaminhar ao Ministério das Comunicações até 30 de abril de cada ano as informações constantes do artigo 7º, incisos I a V, da Portaria nº 6.197 MCOM, de 18 de julho de 2022;

IV - enviar o relatório final previsto no art. 7º, §2º, da Portaria MCOM nº 6.197, de 18 de julho de 2022, em até 90 (noventa) dias após a utilização de todo o valor captado no projeto de investimento; e

V - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures ou dos certificados de recebíveis imobiliários ou após o encerramento do fundo de investimento em direitos creditórios, para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle.

Parágrafo único. A obrigação prevista no inciso II do caput também deverá ser cumprida, no que for aplicável, na hipótese de emissão pública de certificados de recebíveis imobiliários ou de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, e caberá a seu administrador o cumprimento dessa obrigação.

Art. 3º O Ministério das Comunicações:

I - informará a unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil com circunscrição sobre o estabelecimento matriz da pessoa jurídica titular do projeto, quando tomar conhecimento, a ocorrência de situações que evidenciem a não implementação do projeto prioritário na forma aprovada nesta Portaria; e

II - manterá os autos do processo de análise do projeto arquivados, em meio eletrônico, e disponíveis para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle, pelo prazo de cinco anos, contado da data de conclusão do projeto.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e tem validade de 5 (cinco) anos.

FÁBIO FARIA

ANEXO

I. Pessoa Jurídica Titular (Emissora):	WECLIX TELECOM S.A. (CNPJ 31.445.249/0001-34).
II. Pessoa Jurídica Executora (Autorizatária):	WECLIX TELECOM S.A. (CNPJ 31.445.249/0001-34).
III. Descrição do projeto:	Infraestrutura para rede de telecomunicações.
IV. Setor:	Telecomunicações.
V. Unidades da Federação:	SP.
VI. Valor máximo autorizado para emissão de debêntures:	R$ 200.000.000,00.
VII. Processo:	53115.018874/2022-14.

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53900.000391/2016	Fundação Padre Adelmar da Mota Valença	FME	Garanhuns	PE	Conhece e nega	142
53900.046196/2016	Fundação Rádio e Tv Educativa de Juína	FME	Juína	MT	Conhece e nega	144
53900.025259/2014	Acbnh - Associação Comunitária do Bairro Novo Horizonte	RADCOM	Candelas do Jamari	RO	Conhece e nega	307

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA Nº 5.931, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias nº 112, de 22 de abril de 2013, e nº 562, de 22 de dezembro de 2011 (vigente à época da infração), e tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 8206/2022/SEI-MCOM, que integra o Processo nº 53569.002569/2014-54, cujos fundamentos encontram-se motivados na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Aplicar à FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA, Fistel nº 50400531003, outorgada para executar o serviço de retransmissão de televisão, por meio do canal nº 3, na localidade de Rurópolis, estado do Pará, a sanção de cassação que, por este ato, fica convertida em multa, no valor de R$ 76.155,21 (setenta e seis mil cento e cinquenta e cinco reais e vinte e um centavos), e lhe atribuir 16 (dezesseis) pontos, em razão da prática da infração capitulada no parágrafo único do art. 30 do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou nº 294, de 30 de janeiro de 2015 e/ou nº 353, de 19 de janeiro de 2018, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.014556/2016	Associação Comunitária Areia Branca FM	RADCOM	Areia Branca	SE	Multa	534,32	Art. 40, V, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 6755 de 22/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.011911/2019	Instituto São José do Barreiro de Cultura	RADCOM	São José do Barreiro	SP	Multa	788,59	Art. 40, XXII, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 6756 de 22/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 353/2018

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

DESPACHO Nº 381/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e no artigo 2º da Portaria nº 2.996, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 53115.007542/2021-15 e Nota Técnica nº 12513/2022/SEI-MCOM, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução dos canais analógicos à União, a partir da data indicada para cada localidade, listadas abaixo, concedidos à RÁDIO E TV UMBU LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 89.294.565/0001-32, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter Primário, concedidas nos respectivos municípios.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

ANEXO

Localidade	UF	Número do FISTEL do Canal analógico	Serviço - Caráter	Canal Analógico	Canal Digital	Data de Homologação do Desligamento e Devolução do Canal Analógico
Carazinho	RS	50400335670	RTV-P	6+	33	25 de abril de 2021.
Espumoso	RS	50400335328	RTV-P	46	23	25 de abril de 2021.
Frederico Westphalen	RS	50400335247	RTV-P	8-	34	25 de abril de 2021.
Lagoa Vermelha	RS	50400334941	RTV-P	3	24	25 de abril de 2021.
Marau	RS	50400334780	RTV-P	5-	34	25 de abril de 2021.
Não-ME-Toque	RS	50400334607	RTV-P	5-	42	25 de abril de 2021.
Palmeira das Missões	RS	50400334518	RTV-P	8+	33	25 de abril de 2021.
Sarandi	RS	50400334275	RTV-P	12+	35	25 de abril de 2021.
Soledade	RS	03023503575	RTV-P	12-	36	25 de abril de 2021.
Tapejara	RS	50400334356	RTV-P	12+	25	25 de abril de 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 7.960, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.000207/2019-98. Transferir a autorização para exploração dos Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito fistel nº 50432323317 e a autorização do serviço notificado Serviço Limitado Privado fistel nº 50417701586 de titularidade da ECTX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 77.769.388/0014-39, para a EUCATEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 56.643.018/0026-14, bem como a outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s) à autorização para execução do serviço.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 13.435, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.010870/2022-04. Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à Ventos de Santa Joana Xv Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 19.082.728/0001-38, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.454 - Processo nº 53504.010106/2022-21. Expede autorização à Tnw Entertainment Ltda, CNPJ nº 38.050.978/0001-30, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.456 - Processo nº 53504.010226/2022-28. Expede autorização ao FERNANDO DE ALMEIDA SILVA, CPF nº ***.599.378-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.505 - Processo nº 53504.010731/2022-72. Expede autorização à Pecuária Santa Maria Ltda, CNPJ nº 10.435.528/0001-47, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.506 - Processo nº 53504.010759/2022-18. Expede autorização ao VICTOR SOLYMOSSY, CPF nº ***.578.438-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 13.231, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Extinguir, por cassação, a partir da data de validade da radiofrequência indicada para cada entidade, as autorizações de uso de radiofrequências, declarando extinta a autorização do Serviço Limitado Privado, de caráter restrito, com fulcro no §7º, do artigo 16, do regulamento de uso do espectro de radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016 e no parágrafo único do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 das entidades relacionadas na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTEL, validade da Radiofrequência:

FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA, 07.885.809/0001-97, 50000047449, 23/01/2020, L R LIMA GONCALVES, 06.270.451/0001-25, 50408074574, 13/07/2021, MAGNA HOTEIS E TURISMO LTDA11.689.908/0001-70, 50002128608, 03/03/2019, MARIA IRENIDE LUCIANO CARVALHO, ****.180.333-**, 50001505114, 24/09/2018, MARIMAR S/A, 11.027.315/0001-49, 07020482082, 14/10/2018, METALURGICA L.C.R. LTDA., 06.045.777/0001-59, 10020257961, 29/06/2017, MUNICIPIO DE CARIRIACU - PREFEITURA MUNICIPAL, 06.738.132/0001-00, 50408221976, 30/09/2021, NORTH SEGURANCA LTDA, 86.960.598/0001-86, 10020288174, 25/04/2019, PAQUETA CALCADOS LTDA., 01.0989.83/0007-07, 50405423721, 21/11/2018, PAQUETA CALCADOS LTDA., 01.0989.83/0005-37, 50405423217, 21/11/2018.

A relação de entidade(s) com exclusão do Serviço de Interesse Restrito está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTEL, em razão do advento do termo final das autorizações de uso de radiofrequência associadas, com efeitos retroativos à data da expiração:

L R LIMA GONCALVES, 06.270.451/0001-25, 50424147386, MAGNA HOTEIS E TURISMO LTDA11.689.908/0001-70, 50426475976, 03/03/2019, MARIA IRENIDE LUCIANO CARVALHO, ****.180.333-**, 50429257830, 24/09/2018, MUNICIPIO DE CARIRIACU - PREFEITURA MUNICIPAL, 06.738.132/0001-00, 50424897385, 30/09/2021, NORTH SEGURANCA LTDA, 86.960.598/0001-86, 50437386937, 25/04/2019, PAQUETA CALCADOS LTDA., 01.0989.83/0007-07, 50421002379, 21/11/2018, PAQUETA CALCADOS LTDA., 01.0989.83/0005-37, 50421117192, 21/11/2018.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 13.416, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Outorga autorização para uso de radiofrequência à EMPRESA BRASILEIRA DE PRODUCAO AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 10.430.160/0003-96, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 13.426, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à RADIO CULTURA DE AMARANTE LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Onda Média, CNPJ nº 06.863.906/0001-16, na localidade de Amarante/PI, até 25/06/2032, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas - SARC

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE RELACIONAMENTO COM OS CONSUMIDORES

ATO Nº 13.489, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Expedir autorização à LIDIANE COLARES MONTEIRO, CPF nº ***.719.483-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.273. Processo nº 53548.001404/2022-13. Expede autorização ao MARCOS MEDEIROS MARCHESE, CPF nº ***.107.838-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.277. Processo nº 53548.001368/2022-98. Expede autorização ao RICARDO TRAVI, CPF nº ***.614.920-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.279. Processo nº 53548.001399/2022-49. Expede autorização à HINOVE AGROCIENCIA S.A., CNPJ nº 14.031.191/0002-44, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.282. Processo nº 53548.001402/2022-24. Expede autorização ao JOAO RENATO BARBOSA CEOLIN, CPF nº ***.471.301-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.284. Processo nº 53548.001418/2022-37. Expede autorização ao LUIZ GABRIEL DUARTE BARBEDO, CPF nº ***.589.741-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.285. Processo nº 53548.001422/2022-03. Expede autorização à AGROPECUARIA RANCHO CURIANGO LTDA, CNPJ nº 27.275.198/0004-15, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.297. Processo nº 53548.001318/2022-19. Outorga autorização para uso de radiofreqüências à AGROTERENAS S.A CANA, CNPJ nº 49.894.132/0008-70, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.300. Processo nº 53548.001343/2022-94. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à RIO CORRENTE AGRICOLA S/A, CNPJ nº 14.972.350/0001-24, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.304. Processo nº 53548.001392/2022-27. Outorga autorização para uso de radiofreqüências ao MARCIO NODA, CPF nº ***.467.831-**, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 13.412, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Expedir autorização ao CONSULADO GERAL DO JAPAO NO RECIFE-PE, CNPJ: 03.748.525/0001-06, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 13.413, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Expedir autorização a HELHO GOMES QUARESMA, CPF: XXX.151.904-XX, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 13.379, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Processo: 53578.001076/2022-06. Extingue, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito outorgada a MARIA DA CONCEICAO SANTOS COSTA, CPF nº ***.907.882-** e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Móvel Marítimo tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATOS DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.477. Processo: 53578.003183/2022-61. Outorga autorização de uso das radiofrequências a Mr Jomar Serviços de Internet Ltda, CNPJ nº 02.891.541/0001-82, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, pelo prazo em anos.

Expede autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional as entidades a seguir relacionadas:

Nº 13.511. Processo: 53504.010736/2022-03. REGINALDO TIROTTI, CPF nº ***.030.268-**.

Nº 13.486. Processo: 53578.003447/2022-86. MARCOS JOSÉ DA SILVA AMORIM, CPF nº ***.478.022-**.

Nº 13.483. Processo: 53578.003438/2022-95. IVANILDO DA SILVA PESSOA, CPF nº ***.443.842-**.

Nº 13.479. Processo: 53578.003435/2022-51. EARLLE SILVA SANTIAGO, CPF nº ***.382.402-**.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.542 Processo nº 53500.309079/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A, CNPJ 27.865.757/0026-52, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Cruz do Escalvado/MG.

Nº 12.543 Processo nº 53500.309081/2022-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 33.050.733/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Duas Barras/RJ.

Nº 12.544 Processo nº 53500.309083/2022-49. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Orizona/GO.

Nº 12.545 Processo nº 53500.309084/2022-93. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Água Clara/MS.

Nº 12.546 Processo nº 53500.309085/2022-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Antônio João/MS.

Nº 12.547 Processo nº 53500.309086/2022-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aparecida do Taboado/MS.

Nº 12.548 Processo nº 53500.309089/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bataguassu/MS.

Nº 12.549 Processo nº 53500.309091/2022-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Batayporã/MS.

Nº 12.550 Processo nº 53500.309094/2022-29. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cassilândia/MS.

Nº 12.551 Processo nº 53500.309096/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Eldorado/MS.

Nº 12.552 Processo nº 53500.309097/2022-62. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Iguatemi/MS.

Nº 12.553 Processo nº 53500.309098/2022-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ladário/MS.

Nº 12.554 Processo nº 53500.309100/2022-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Alvorada do Sul/MS.

Nº 12.555 Processo nº 53500.309101/2022-92. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Porto Murtinho/MS.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD Nº 4.942, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Portaria Normativa nº 45/GM-MD, de 5 de maio de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60585.001500/2017-13, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria Normativa nº 45/GM-MD, de 5 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....:

.....

V - da Escola Superior de Guerra;

VI - do Hospital das Forças Armadas;

VII - do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia; e

VIII - da Escola Superior de Defesa.

....."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA GM-MD Nº 4.965, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra - ESG, para ano de 2023.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 23 do Anexo do Decreto nº 5.874, de 15 de agosto de 2006, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60631.004939/2022-62, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra - ESG, para o ano de 2023.

CAPÍTULO I

FINALIDADE

Art. 2º A Diretriz de que trata esta Portaria tem por finalidade estabelecer os elementos básicos e necessários para o planejamento e a execução das atividades de estudo, pesquisa e ensino, além de orientar e divulgar os processos de indicação, inscrição, seleção e matrícula dos candidatos aos cursos da ESG no ano letivo de 2023.

CAPÍTULO II

ATIVIDADES DE ESTUDO E DE PESQUISA - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Art. 3º Os estudos e pesquisas desenvolvidos na ESG são voltados para assuntos de interesse do Ministério da Defesa - MD, sob a orientação da Chefia de Educação e Cultura - CHEC do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA.

Art. 4º As atividades de estudos e pesquisas realizadas devem contribuir para:

I - formação de recursos humanos no campo da Defesa Nacional, mediante abordagem das temáticas de Segurança e ao Desenvolvimento;

II - produção de conhecimento científico;

III - promoção da integração com os meios acadêmicos nacional e internacional;

IV - elaboração de cenários prospectivos;

V - divulgação do tema Defesa junto à sociedade brasileira, contribuindo, inclusive, para organizar o debate permanente entre as lideranças civis e militares a respeito dos problemas da defesa, observado o disposto na Estratégia Nacional de Defesa - END;

VI - elaboração de estudos e projetos para setores do Ministério da Defesa em suas áreas de atuação;

VII - formação de rede de informação e análise no campo da Defesa e suas interfaces com as áreas de Segurança e Desenvolvimento nacionais;

VIII - construção, embasamento da formulação e avaliação das políticas públicas do setor de Defesa;

IX - produção da análise Política e Estratégica da Defesa Nacional, considerando os aspectos da Segurança Internacional;

X - consolidação do Instituto de Doutrina de Operações Conjuntas - IDOC como padronizador do ensino da doutrina e incentivador da pesquisa sobre operações conjuntas;

XI - evolução da doutrina de operações conjuntas; e

XII - análise e produção do conhecimento na dimensão do espaço cibernético, nos níveis político e estratégico.

Art. 5º Para a realização das atividades de que trata o art. 4º, a ESG contará com:

I - pesquisadores civis e militares de seu Corpo Permanente;

II - pesquisadores associados;

III - estagiários dos cursos e alunos do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa - PPGSID; e

IV - professores do magistério superior da ESG.

Art. 6º A ESG estabelecerá a normatização para a estruturação das atividades de estudos e pesquisa em documentos internos, de acordo com o preconizado nesta Portaria.

Art. 7º A produção de conhecimento na ESG deve ser pautada pelas seguintes finalidades e princípios:

I - elaboração de estudos de interesse específico do Ministério da Defesa, por iniciativa própria ou por demanda do Ministério;

II - edição de revista científica na área de Defesa;

III - publicação de artigos em revistas científicas da área de Defesa pelos integrantes do Corpo Permanente e pelos professores do Magistério superior da ESG;

IV - produção de livros, artigos de opinião, análises de conjuntura e reflexões sobre temas de interesse da Segurança Internacional, Defesa Nacional e Desenvolvimento Nacional, em proveito próprio ou de outras instituições;

V - disponibilização do conhecimento obtido nos eventos organizados com pesquisadores nacionais e internacionais sobre temas de interesse da Segurança Internacional, da Defesa Nacional e do Desenvolvimento Nacional;

VI - incentivo ao Corpo Discente da ESG, estagiários e alunos dos cursos de pós-graduação, para a produção de conhecimento em temas de interesse da Segurança Internacional, Defesa Nacional e Desenvolvimento Nacional;

VII - levantamento de subsídios com vistas a revisar e a discutir aspectos doutrinários referentes à Doutrina de Operações Conjuntas, por intermédio de seminários e de notas de convenção didáticas e doutrinárias;

VIII - coordenação das atividades da Comissão Interescolar de Doutrina de Operações Conjuntas - CIDOC, com o objetivo de uniformizar o ensino da doutrina de operações conjuntas, conforme Portaria GM-MD nº 3.779, de 8 de julho de 2022, e da Ação Estratégica de Defesa - AED-33 da Estratégia Nacional de Defesa - END 2020;

IX - estímulo ao debate do tema Defesa na sociedade; e

X - articulação com outras estruturas, do Ministério da Defesa ou da Academia em geral para a produção conjunta de conhecimento.

Parágrafo único. A divulgação do conhecimento produzido pelos integrantes de que trata o art. 5º, bem como sua extensão, deverão estar em conformidade com as normas vigentes e sujeitas à aprovação do Comandante da ESG.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE ENSINO

Art. 8º O conteúdo programático dos cursos da ESG observará critérios de transversalidade com as diversas áreas do conhecimento, com vistas a estabelecer abordagem construtiva e integradora dos temas Segurança, Desenvolvimento e Defesa, em especial quanto aos aspectos relacionados à Política, à Economia, à Ciência, Tecnologia e Inovação.

Parágrafo único. Os trabalhos desenvolvidos pelos estagiários nas disciplinas dos cursos versarão sobre os seguintes temas:

I - Estudos em Defesa Nacional;

II - Indústria de Defesa,

III - Poder Nacional;

IV - Infraestrutura Nacional como fator de Desenvolvimento e Defesa;

V - Geopolítica;

VI - Gestão de Recursos de Defesa; e

VII - Operações Conjuntas e Segurança e Defesa Cibernética.

Seção I

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu

Art. 9º O Programa de Pós-Graduação - PPGSID, criado em 2018, abrangerá o Curso de Mestrado Acadêmico em Segurança Internacional e Defesa, observadas as regras dos órgãos e instituições competentes do Ministério da Educação.

I - o PPGSID destina-se a preparar recursos humanos, civis e militares, no campo dos Estudos de Segurança Internacional e Defesa, capacitando-os tanto para produzir conhecimentos e pesquisas na área, quanto para atuar no campo da Defesa;

II - o curso terá duração prevista de dois anos letivos, com efetivo planejado de quinze alunos; e

III - a carga horária, a equivalência de créditos, bem como o início e término do curso serão estabelecidos por meio do respectivo edital.

Art. 10. São metas do programa de Pós-Graduação de que trata o art. 9º:

I - capacitar recursos humanos para atuar no campo da Defesa;

II - ampliar a produção científica no campo da Defesa;

III - capacitar o docente e o discente a produzir novos conhecimentos a partir de atividade de pesquisa científica;

IV - promover a disseminação dos assuntos de Defesa junto à sociedade brasileira;

V - favorecer o intercâmbio com outras Instituições de Ensino Superior - IES, civis e militares, nacionais e internacionais;

VI - produzir trabalhos científicos que atendam às áreas de interesse do Ministério da Defesa; e

VII - formar pesquisadores e docentes para o ensino superior, para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão, na área da Defesa, bem como de outras atividades profissionais, observando os aspectos éticos inerentes a essas atividades.

Seção II

Cursos de Pós-Graduação lato sensu (nível especialização)

Art. 11. Os seguintes cursos de especialização serão ofertados pela ESG no ano letivo de 2023:

I - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - CAEPE;

II - Curso de Estado-Maior Conjunto - CEMC; e

III - Curso Superior de Segurança e Defesa Cibernética - CSSDC.

Art. 12. Os objetivos e as condições de execução dos cursos de especialização de que trata o art. 11, em conformidade com os respectivos projetos pedagógicos, são os seguintes:

I - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia:

a) o objetivo do CAEPE é preparar civis e militares das Forças Armadas, dos Estados, do Distrito Federal e de nações amigas para o exercício de funções de direção e assessoramento de alto nível na Administração Pública, em especial nas áreas afetas à Defesa Nacional; e

b) o Curso terá a duração de quarenta e duas semanas, com efetivo planejado de noventa e nove estagiários, sendo até nove de nações amigas.

II - Curso de Estado-Maior Conjunto:

a) o objetivo do CEMC é preparar oficiais superiores das Forças Armadas para o exercício de funções nos Estados-Maiores Conjuntos e para o desempenho de atividades que envolvam o planejamento, nos níveis político e estratégico, e o emprego estratégico-operacional de forças militares em operações conjuntas ou executadas sob orientação e supervisão do Ministério da Defesa, bem como capacitá-los às atividades de instrutoria; e

b) o Curso terá a duração de dezessete semanas e será desenvolvido na modalidade semipresencial, sendo que a fase à distância terá duração de três semanas e a fase presencial terá duração de quatorze semanas, com o efetivo planejado de trinta estagiários.

III - Curso Superior de Segurança e Defesa Cibernética:

a) o objetivo do CSSDC é habilitar oficiais superiores das Forças Armadas, dos Estados, do Distrito Federal e de nações amigas, para exercerem funções de direção e assessoramento, em atividades na dimensão do espaço cibernético, nos níveis político e estratégico; e

b) o Curso terá a duração de quatorze semanas, sendo desenvolvido na modalidade de ensino semipresencial, sendo que a fase a distância terá duração de cinco semanas e a fase presencial terá duração de nove semanas, com efetivo planejado de trinta estagiários brasileiros, sendo até três de nações amigas.

Parágrafo único. Em observância ao disposto na Portaria Normativa Interministerial MD/MEC nº 3.867, de 14 de julho de 2022, os cursos de especialização da ESG são equivalentes aos cursos de pós-graduação lato sensu, definidos na Resolução nº 01, de 3 de abril de 2001, alterada pela Resolução nº 01, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES), alterada em seu artigo 11 pela Resolução nº 4/CNE/CES, de 16 de julho de 2021.

CAPÍTULO IV

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 13. As atividades de extensão da ESG visam propiciar a interação da Escola com a sociedade, a partir de seus recursos humanos e instalações, desenvolvendo programas, projetos, cursos e eventos acadêmicos, em articulação com as dimensões do ensino e da pesquisa, e ancoradas em processos pedagógicos interdisciplinares e culturais, a fim de contribuir com o desenvolvimento nacional e a difusão da mentalidade de Defesa, podendo ser realizadas em parceria com outras instituições de ensino superior.

Seção I

Cursos de Extensão

Art. 14. Os seguintes Cursos de Extensão serão ofertados pela ESG no ano letivo de 2023:

I - Curso Superior de Defesa - CSD;

II - Curso Especial de Preparação para Oficiais-Generais - CEPOG;

III - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - CGERD-MG, a ser realizado em Belo Horizonte/MG;

IV - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - CGERD-RJ, a ser realizado no Rio de Janeiro/RJ;

V - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - CGERD-SC, a ser realizado em Santa Catarina/SC;

VI - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - CGERD-SP, a ser realizado em São Paulo/SP;

VII - Outros Cursos de Gestão de Recursos de Defesa - CGERD, a serem realizados em outros Estados da Federação, à medida que haja interesse das respectivas Federações das Indústrias e aprovação do Comando da ESG;

VIII - Curso de Governança em Defesa - CGED;

IX - Curso de Políticas e Estratégias frente às Ameaças Complexas - CPEAC; e

X - Programa de Extensão Cultural da ESG - PECESG.

Parágrafo único. poderão ser realizados outros cursos de extensão, conforme necessário, sendo que a ativação destes ficará a critério do Comandante da Escola.

Art. 15. Os objetivos e as condições de execução dos cursos de extensão de que trata o art. 14, em conformidade com os respectivos Projetos Pedagógicos, são os seguintes:

I - Curso Superior de Defesa:

a) o objetivo do CSD é preparar civis e militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal para o exercício de funções de assessoramento de alto nível que envolvam assuntos de defesa, tanto no âmbito do Ministério da Defesa como nos demais órgãos governamentais de interesse da Defesa Nacional, promovendo a interação entre os integrantes dos Cursos de Altos Estudos realizados pelas Forças Armadas e pela ESG; e

b) o Curso será desenvolvido em sete semanas, distribuídas ao longo do ano, com efetivo previsto de duzentos participantes, e será desenvolvido concomitantemente com os Cursos de Política e Estratégia - CAEPE (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia), CPEM (Curso de Política e Estratégia Marítimas), CPEAEx (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) e CAEM (Curso de Altos Estudos Militares), abrangendo assuntos comuns, inseridos nas áreas do conhecimento de Política, Defesa, Geoestratégia e Planejamento de Força.

II - Curso Especial de Preparação para Oficiais-Generais:

a) o objetivo do CEPOG é capacitar, prioritariamente, oficiais-generais das Forças Armadas do primeiro posto, proporcionando-lhes conhecimentos atualizados em assuntos das políticas e estratégias associadas à Defesa Nacional, de cenários relevantes e de planejamentos de defesa, sob a perspectiva do Ministério da Defesa, contribuindo com o princípio da interoperabilidade entre as Forças, bem como de assuntos de relevância para o Brasil nos contextos nacional e internacional; e

b) o Curso terá a duração de uma semana, com três edições ao ano, nos meses de março, julho e novembro, sendo desenvolvido na modalidade presencial e com efetivo condicionado ao número de Oficiais Superiores das três Forças propostos para a promoção ao Generalato, nos meses respectivos ao de sua execução.

III - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - MG:

a) o objetivo do CGERD é proporcionar conhecimento a civis e militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal sobre conceitos de Defesa Nacional e os processos de gestão de recursos de defesa no âmbito das Administrações Pública e Privada; e

b) o Curso terá a duração de sete semanas, sendo realizado em Minas Gerais, e será desenvolvido na modalidade semipresencial, sendo que a fase a distância terá duração de duas semanas e a fase presencial terá duração de cinco semanas, com efetivo planejado de trinta e cinco estagiários.

IV - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - RJ:

a) o objetivo do CGERD é proporcionar conhecimento a civis e militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal sobre conceitos de Defesa Nacional e os processos de gestão de recursos de defesa no âmbito das Administrações Pública e Privada; e

b) o Curso terá a duração de sete semanas, sendo realizado no Rio de Janeiro, e será desenvolvido na modalidade semipresencial, sendo que a fase a distância terá duração de duas semanas e a fase presencial terá duração de cinco semanas, com efetivo planejado de trinta e cinco estagiários.

V - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - SC:

a) o objetivo do CGERD é proporcionar conhecimento a civis e militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal sobre conceitos de Defesa Nacional e os processos de gestão de recursos de defesa no âmbito das Administrações Pública e Privada; e

b) o curso terá a duração de sete semanas, sendo realizado em Santa Catarina, e será desenvolvido na modalidade semipresencial, sendo que a fase a distância terá duração de duas semanas e a fase presencial terá duração de cinco semanas, com efetivo planejado de trinta e cinco estagiários.

VI - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - SP:

a) o objetivo do CGERD-SP é proporcionar conhecimento a civis e militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal sobre conceitos de Defesa Nacional e os processos de gestão de recursos de defesa no âmbito da administração pública e privada; e

b) o Curso terá a duração de sete semanas, sendo realizado em São Paulo, e será desenvolvido na modalidade semipresencial, sendo que a fase a distância terá duração de duas semanas e a fase presencial terá duração de cinco semanas, com efetivo planejado de trinta e cinco estagiários.

VII - Curso de Governança em Defesa:

a) o objetivo do CGED é estimular os integrantes da alta Administração Pública Federal, os militares e civis do Ministério da Defesa, das Forças Armadas, das suas respectivas Escolas de Altos Estudos e os professores e alunos dos Programas de Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior a fazerem reflexões críticas sobre uma das áreas mais significativas para a Defesa Nacional, a área de Governança, que engloba desafios complexos oriundos de demandas que surgem do mundo mais interconectado, das novas dimensões dos conflitos e, em especial, da sociedade, sugerindo instituições cada vez mais fortes, bem governadas e transparentes;

b) o Curso terá a duração de duas semanas e será desenvolvido na modalidade semipresencial, sendo que a fase a distância terá a duração de uma semana e a fase presencial, também, de uma semana, com efetivo planejado de quarenta estagiários; e

c) o Curso é uma parceria da Escola Superior de Guerra - ESG com o Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa William J. Perry - WJPC, no contexto do "Programa de Cooperação Acadêmica" conduzido pelas duas Instituições.

VIII - Curso de Políticas e Estratégias frente às Ameaças Complexas:

a) o objetivo do CPEAC é estimular os integrantes da alta Administração Pública Federal, os militares e civis do Ministério da Defesa, das Forças Armadas, das suas respectivas Escolas de Altos Estudos e os professores e alunos dos Programas de Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior a fazerem reflexões críticas e explorar metodologias de elaboração de políticas e estratégias diante de ameaças complexas ao estado moderno;

b) o Curso terá a duração de duas semanas e será desenvolvido na modalidade semipresencial, sendo que a fase a distância terá a duração de uma semana e a fase presencial, também, de uma semana, com efetivo planejado de quarenta estagiários; e

c) o Curso é uma parceria da Escola Superior de Guerra - ESG com o Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa William J. Perry - WJPC, no contexto do "Programa de Cooperação Acadêmica" conduzido pelas duas Instituições.

IX - Programa de Extensão Cultural da ESG:

a) o objetivo do PECESG é proporcionar a interação entre a ESG e a comunidade mediante o debate de temas desenvolvidos no âmbito da Escola sobre Defesa, sendo um programa de caráter flexível, integrado por palestras, conferências, painéis e atividades de caráter cultural, social e informativo, atendendo ao interesse da ESG e de outras instituições, associações e organizações a ela relacionadas; e

b) o Programa terá até treze atividades, com efetivo planejado de até duzentos e cinquenta estagiários.

Seção II

Ciclo Anual de Palestras - CAP e Ciclo Anual de Seminários - CAS

Art. 16. O CAP e o CAS são atividades de extensão que têm o objetivo de disseminar conhecimento para públicos interessados no trinômio Segurança, Desenvolvimento e Defesa, por meio da análise e do debate de temas atuais, visando à construção de uma mentalidade de Defesa junto à sociedade.

Art. 17. O CAP contemplará grandes temas que afetam o Estado Brasileiro e o CAS terá um caráter acadêmico, privilegiando temas atuais de interesse da sociedade e o livre debate de ideias.

CAPÍTULO V

VIAGENS E VISITAS DE ESTUDO

Seção I

Viagens de Estudo

Art. 18. Serão planejadas viagens a regiões do território nacional e estrangeiro, com duração de até duas semanas, para os diferentes cursos, conforme descrito a seguir:

I - PPGSID: uma viagem de estudo em território nacional;

II - CAEPE: três viagens de estudo, sendo duas em território nacional e uma em território estrangeiro;

III - CEMC: duas viagens de estudo, sendo uma em território nacional e uma em território estrangeiro;

IV - CSSDC: uma viagem de estudo em território nacional;

V - CSD: uma viagem de estudo em território nacional; e

VI - CGERD (SP/MG/RJ/SC): uma viagem de estudo em território nacional.

Seção II

Visitas de estudo

Art. 19. Serão planejadas visitas de estudo a órgãos de interesse, vinculados aos objetivos dos cursos.

CAPÍTULO VI

PROCESSO SELETIVO

Seção I

Critérios para a indicação e inscrição de Candidatos

Art. 20. O Ministério da Defesa, as Forças Armadas e as nações amigas convidadas indicarão militares e civis para participação nos cursos da ESG.

Art. 21. O processo de indicação e inscrição dos candidatos civis e militares Estaduais e do Distrito Federal aos cursos da ESG iniciar-se-á com a expedição de convites pelo Ministério da Defesa e pela Chefia de Educação e Cultura do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas aos Ministérios e pelo Comandante da ESG às instituições públicas e privadas.

Art. 22. Os candidatos civis indicados aos cursos da ESG devem ser pessoas reconhecidas por suas instituições como de notável competência, com atuação relevante nos diversos segmentos da sociedade brasileira e serão inscritos no processo seletivo se satisfizerem, preliminarmente, às seguintes condições, no que couber:

I - ter vida pregressa ilibada, assegurada por meio de declaração do órgão indicante, como parte do parecer da instituição a respeito do candidato, na qual manifeste o seu desconhecimento sobre qualquer processo de natureza criminal alusivo ao candidato, ratificada por meio de declaração do próprio no seu formulário de inscrição;

II - ter ensino superior completo;

III - ter, no mínimo, cinco anos de experiência profissional de nível superior;

IV - ter sido indicado por instituição convidada;

V - estar em atividade na instituição responsável pela indicação; e

VI - estar em exercício de cargo de nível superior.

Art. 23. A inscrição no processo seletivo será considerada se atendidas as seguintes condições:

I - recebimento, em meio físico ou assinado eletronicamente, até a data limite estabelecida no Ofício-Convite dos seguintes documentos:

a) ofício com os nomes e respectivos correios eletrônicos válidos e número de telefone para contato com os indicados pelas instituições convidadas;

b) Parecer Institucional de cada indicado, elaborado e assinado pela autoridade responsável pela indicação daquele candidato, cujo modelo é disponibilizado na página eletrônica da ESG; e

c) Termo de Compromisso Institucional, cujo modelo é disponibilizado na página eletrônica da ESG.

I - atendimento, pelos candidatos, aos requisitos previstos no art. 22;

II - preenchimento, pelo candidato, do Formulário de Inscrição Online, disponibilizado no link que será enviado por correio eletrônico aos candidatos indicados;

III - envio eletrônico de todos os comprovantes das informações declaradas no Formulário de Inscrição Online certificados, diplomas e documentos);

IV - aceitação, pelas instituições convidadas, dos encargos de salários, diárias, ajuda de custo e demais despesas referentes aos seus candidatos, manifestada no Termo de Compromisso Institucional, a ser enviado eletronicamente; e

V - envio eletrônico de parecer elaborado pela instituição convidada, assinado pela autoridade indicante.

Art. 24. O processo de inscrição do candidato ao PPGSID será definido por meio do edital específico a ser publicado pela ESG.

Art. 25. O processo de inscrição para os candidatos aos cursos de extensão será definido por meio de instruções específicas publicadas pela ESG.

Seção II

Critérios para destinação e ocupação de vagas

Art. 26. O número de vagas para civis e militares do Ministério da Defesa e das Forças Singulares, em cada um dos cursos, será fixado e informado pela ESG, consideradas as necessidades das Forças Armadas e da administração central do Ministério da Defesa, as condições estruturais da Escola e as disponibilidades de apoio externo.

Art. 27. A destinação das vagas aos civis será feita levando-se em consideração os seguintes critérios:

I - a formação acadêmica, a profissão e a experiência do candidato;

II - a instituição indicante;

III - a representatividade de instituições e de gênero; e

IV - o número total de vagas para o curso.

Art. 28 A destinação e a ocupação de vagas no PPGSID serão definidas no edital a ser publicado pela ESG, podendo ser estabelecido um determinado número de vagas aos militares do serviço ativo e da reserva das Forças Armadas do Brasil que, voluntariamente, se candidatarem ao Curso, com a anuência dos respectivos Comandos e em conformidade com critérios específicos estabelecidos pelas Forças, no caso de oficiais da ativa.

§ 1º Os candidatos militares serão submetidos ao mesmo processo seletivo e aos mesmos critérios estabelecidos para os candidatos civis, por ocasião do concurso.

§ 2º Poderá ser estabelecido número de vagas para candidatos de países do Entorno Estratégico, da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa - CPLP e de Nações Amigas.

Seção III

Preenchimento de Vagas

Art. 29. O preenchimento de vagas dar-se-á conforme os critérios estabelecidos a seguir:

I - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia:

a) civis indicados por instituições convidadas e órgãos do Governo e selecionados pela ESG;

b) oficiais-generais do primeiro posto e oficiais superiores do último posto possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados pelas respectivas Forças Singulares;

c) militares dos Estados e do Distrito Federal (oficiais superiores dos dois últimos postos) possuidores do Curso Superior de Polícia Militar ou Superior de Bombeiro Militar, indicados pelos Governos dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG; e

d) civis e oficiais superiores do último posto possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados por nações amigas convidadas.

II - Curso Superior de Defesa: terá suas vagas destinadas aos civis e militares matriculados nos cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia - CAEPE, CPEM, CPEAEx e CAEM.

III - Curso de Estado-Maior Conjunto: será destinado aos oficiais superiores das Forças Armadas, preferencialmente dos dois primeiros postos, possuidores de Curso de Estado-Maior, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças Singulares.

IV - Curso Especial de Preparação para Oficiais-Generais: destinado aos oficiais-generais das Forças Armadas do primeiro posto, indicados pelas respectivas Forças Singulares.

V - Curso Superior de Segurança e Defesa Cibernética:

a) oficiais superiores das Forças Armadas, preferencialmente, possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças Singulares;

b) oficiais superiores dos Estados e do Distrito Federal possuidores do Curso Superior de Polícia Militar ou Superior de Bombeiro Militar, indicados pelos Governos dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG;

c) civis dos quadros superiores das estruturas do Estado, indicados por instituições convidadas e órgãos do Governo e selecionados pela ESG; e

d) civis e oficiais superiores, preferencialmente possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados por nações amigas convidadas.

VI - Curso de Gestão de Recursos de Defesa:

a) civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG;

b) oficiais superiores das Forças Armadas, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças; e

c) militares estaduais (oficiais superiores), indicados pelo respectivo governo e selecionados pela ESG.

VII - Curso de Mestrado em Segurança Internacional e Defesa: terá suas vagas destinadas, exclusivamente, aos aprovados no processo de seleção, nas condições estabelecidas por meio do respectivo edital.

VIII - Curso de Governança em Defesa:

a) civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG;

b) oficiais superiores das Forças Armadas, indicados pela administração central do Ministério da Defesa, pelas respectivas Forças e pelas Escolas de Altos Estudos; e

c) alunos de Programas de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) de Instituições de Ensino Superior parceiras e selecionados pela ESG.

IX - Curso de Políticas e Estratégias frente às Ameaças Complexas:

a) civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG;

b) oficiais superiores das Forças Armadas, indicados pela administração central do Ministério da Defesa, pelas respectivas Forças e pelas Escolas de Altos Estudos; e

c) alunos de Programas de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) de Instituições de Ensino Superior parceiras e selecionados pela ESG;

X - Programa de Extensão Cultural da ESG: terá suas vagas destinadas aos candidatos de comunidades civis e militares da ESG, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME, da Escola de Guerra Naval - EGN, do Instituto Militar de Engenharia - IME, do Centro de Capacitação Física do Exército - CCFEx e outras instituições, associações e organizações ligadas à ESG.

Seção IV

Critérios para a Seleção dos Candidatos

Art. 30. O processo seletivo dos candidatos será realizado pela ESG, levando-se em consideração os seguintes aspectos:

I - interesse do Ministério da Defesa e da ESG na participação do candidato no curso, em razão de sua potencial contribuição, experiência e notoriedade em determinada área do conhecimento ou do cargo que ocupe;

II - formação acadêmica;

III - produção acadêmica;

IV - experiência profissional;

V - representatividade dos cargos e funções públicas ou privadas; e

VI - equilíbrio entre profissões, gêneros, setores, órgãos de origem e regiões do País, no universo dos candidatos indicados.

Art. 31. A seleção dos candidatos civis de instituições públicas e privadas e de militares dos estados e do Distrito Federal será realizada pela ESG.

Art. 32. A seleção e a indicação de civis e militares das Forças Armadas serão realizadas pelos respectivos Comandos e encaminhadas à ESG.

Art. 33. Para estrangeiros (civis e militares), não haverá processo seletivo, baseando-se a matrícula na indicação pelo respectivo país, de acordo com os seguintes procedimentos:

I - a ESG informará à Subchefia de Assuntos Internacionais - SCAI, da Chefia de Assuntos Estratégicos - CAE do Ministério da Defesa, o número de vagas disponíveis, referente ao ano de A+2, para os estrangeiros nos Cursos da Escola;

II - a SCAI/CAE analisará as propostas da ESG e, ouvido o Ministério das Relações Exteriores, fará convites aos diversos países, encaminhando as informações necessárias; e

III - após o recebimento das indicações pelo Ministério da Defesa, a relação será encaminhada à ESG e publicada no Diário Oficial da União.

Art. 34. A ESG realizará seleção complementar, quando necessário.

Art. 35. A relação de candidatos selecionados para os cursos será divulgada na página eletrônica da ESG.

Art. 36. A relação final, de civis de instituições públicas e privadas; de militares dos estados e do Distrito Federal; de civis e militares oriundos do Ministério da Defesa e das Forças; e de civis e militares das nações amigas será submetida pelo Comandante da ESG à aprovação do Chefe de Educação e Cultura do Ministério da Defesa, e posteriormente será remetida ao Ministro de Estado da Defesa, quando então será encaminhada para publicação no Diário Oficial da União.

Art. 37. O processo seletivo para o PPGSID será estabelecido por meio do edital específico, a ser publicado pela ESG, sendo conduzido por uma Comissão de Seleção estabelecida por portaria do Comandante da ESG.

Seção V

Critérios para Matrícula dos Candidatos Selecionados

Art. 38. A matrícula dos candidatos selecionados nos cursos será efetuada pelo Comandante da ESG, por meio de publicação em Boletim Interno, após suas apresentações na Escola.

Art. 39. O Comandante da ESG poderá cancelar a matrícula no curso em decorrência de:

I - solicitação da instituição de origem;

II - motivo de saúde própria do estagiário ou de familiar;

III - apresentação de pedido, mediante requerimento dirigido ao Comandante;

IV - demonstração de desempenho insuficiente ou de desinteresse pelo curso;

V - conduta ética incompatível; e

VI - se militar, por cometimento de transgressão disciplinar grave.

§ 1º O estagiário que tiver a matrícula cancelada ou for desligado do curso nas situações previstas nos incisos IV, V e VI do caput não poderá vir a ser matriculado em nenhum outro curso da ESG.

§ 2º Para efeito do disposto no inciso IV do caput, considera-se desempenho insuficiente ou desinteresse pelo curso:

I - falta às atividades programadas em número superior ao estabelecido;

II - aproveitamento insatisfatório;

III - descumprimento das prescrições escolares;

IV - inadaptação à ESG; e

V - falta de cooperação nos trabalhos de grupo.

§ 3º No caso específico do PPGSID, o aluno terá direito ao trancamento de sua matrícula por um período máximo de um semestre letivo e, no semestre seguinte ao trancamento, ele deverá matricular-se e inscrever-se pelo menos em uma disciplina, sem o que terá a sua matrícula automaticamente cancelada.

§ 4º O aluno do PPGSID que tiver sua matrícula cancelada na situação prevista no inciso III do caput, para a readmissão no Curso, deverá se submeter a um novo processo seletivo, obedecendo aos critérios estabelecidos no respectivo edital de seleção.

Art. 40. O processo seletivo aos Cursos mencionados nesta Portaria observará o cronograma estabelecido no Anexo:

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. Os recursos orçamentários necessários à implementação e à execução das atividades de estudo, pesquisa e ensino constam da proposta orçamentária da ESG.

Art. 42. A Chefia de Educação e Cultura do Estado-Maior Conjunto das Forças e os diversos órgãos da Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD poderão sugerir à ESG a produção de conhecimentos sobre assuntos do seu interesse.

Parágrafo único. As demandas de que trata o caput serão detalhadas em instrumento específico a ser definido no ano anterior, com a consequente previsão orçamentária.

Art. 43. O fluxo de documentos de responsabilidade da ESG, da Chefia de Educação e Cultura do Estado-Maior Conjunto das Forças e da Administração Central do Ministério da Defesa, previsto no Anexo, deverá ser observado no encaminhamento das informações relativas às atividades de estudo.

Art. 44. A ESG deverá incrementar a cooperação com instituições congêneres, universidades e think tanks nacionais e de outros países e a participação de conferencistas internacionais nos cursos e simpósios por ela promovidos, com o intuito de produzir conhecimento em sua área de atuação, especialmente os relacionados à Segurança Internacional e à Defesa Nacional.

Art. 45. A ESG desenvolverá atividades e programas de extensão com o objetivo de difusão dos conhecimentos sobre a área de Defesa, permitindo maior integração entre as escolas e as comunidades nas quais estão inseridas.

Art. 46. A ESG deverá estar em condições de planejar e realizar, para o ano seguinte, o Curso Avançado de Defesa, reunindo países da América do Sul, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CAD-CPLP e do entorno estratégico nacional, proporcionando-lhes conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de um pensamento de defesa, com base na cooperação e integração dessas nações, atendendo a compromissos específicos do Ministério da Defesa, em coordenação com a SCAI/CAE.

Art. 47. A ESG deverá estar em condições de planejar e realizar, para o ano seguinte, os Cursos de Graduação e de Especialização para Gestor de Políticas Públicas e outras áreas de interesse, no âmbito da Defesa, para atender a interesses específicos do Ministério da Defesa.

Art. 48. Caberá ao Comandante da ESG definir em ato próprio as datas de início e término dos cursos, cronograma de eventos, inclusão e cancelamento de cursos e de viagens de estudo.

Art. 49. Os casos não previstos nesta Portaria, bem como as excepcionalidades e as dúvidas surgidas na sua aplicação, serão dirimidas pelo Comandante da ESG.

Art. 50. Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 3.922/SC-1, de 21 de novembro de 1986;

II - a Portaria nº 3.516/SC-1, de 21 de novembro de 1989, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, páginas 21986 a 21990 a 12, de 30 de novembro de 1989;

III - a Portaria nº 3.221/SC-1, de 30 de outubro de 1991;

IV - a Portaria nº 626/DPE/SPEAI/MD, de 5 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União nº 194, Seção 1, páginas 10 a 12, de 9 de outubro de 2001;

V - a Portaria nº 3.975/GM-MD, de 26 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 233, Seção 1, páginas 9 a 12, de 7 de dezembro de 2020; e

VI - a Portaria nº 1.267, de 11 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 48, Seção 1, página 20, de 12 de março de 2021.

Art. 51. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

ANEXO

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DOS CURSOS PARA 2023

CURSO DE ALTOS ESTUDOS DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA (CAEPE)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA-LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares estaduais).	Seção de Seleção da ASPIAvE	26SET2022
Recebimento dos nomes dos militares das FFAA.	Assistências Militares	05NOV2022
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	Seção de Seleção da ASPIAvE	a partir de 19DEZ2022

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO (CEMC)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA-LIMITE
Recebimento dos nomes dos militares das FFAA.	Assistências Militares	10JAN2023
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	Seção de Seleção da ASPIAvE	a partir de 28JAN2023

CURSO SUPERIOR DE SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA (CSSDC)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA- LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares estaduais).	Seção de Seleção da ASPIAvE	24ABR2023
Recebimento dos nomes dos militares das FFAA.	Assistências Militares	21MAI2023
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	Seção de Seleção da ASPIAvE	30JUN2023

CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA (CGERD-MG)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA-LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares estaduais).	Seção de Seleção da ASPIAvE	21NOV2022
Recebimento dos nomes dos militares das FFAA.	Assistências Militares	30DEZ2022
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	Seção de Seleção da ASPIAvE	a partir de 13FEV2023

CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA (CGERD-RJ)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA-LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares estaduais).	Seção de Seleção da ASPIAvE	31JAN2023
Recebimento dos nomes dos militares das FFAA.	Assistências Militares	10MAR2023
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	Seção de Seleção da ASPIAvE	a partir de 20ABR2023

CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA (CGERD-SP)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA-LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares estaduais).	Seção de Seleção da ASPIAvE	28ABR2023
Recebimento dos nomes dos militares das FFAA.	Assistências Militares	22MAI2023
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	Seção de Seleção da ASPIAvE	a partir de 01JUL2023

CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA (CGERD-SC)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA-LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares estaduais).	Seção de Seleção da ASPIAvE	16JUN2023
Recebimento dos nomes dos militares das FFAA.	Assistências Militares	25JUL2023
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	Seção de Seleção da ASPIAvE	a partir de 11SET2023

FLUXO DE DOCUMENTOS DE RESPONSABILIDADE DA ESG E DA AC/MD

DOCUMENTOS	RESPONSÁVEIS	PRAZOS
Sugestões para os cursos/2024	CHEC e AC/MD	17ABR2023
Proposta de Diretriz para 2024	ESG	30AGO2023
Pedidos de Cooperação de Ensino/2024	ESG	31OUT2023
Calendários e Currículos dos Cursos/2024	ESG	22NOV2023

COMANDO DA AERONÁUTICA

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 607/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo de GUARABIRA, situado no Município de Guarabira, no Estado da Paraíba - PB. Processo nº 67614.900211/2022-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 608/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDINHA, situado no Município de Deodápolis, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900295/2022-01. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 609/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA IACIARA, situado no Município de Iaciara, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.901341/2022-91. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 611/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ESTÂNCIA DAS CASCATAS, situado no Município de Aragarças, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900814/2022-32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 612/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto CONSTRUTORA G & F, situado no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará - CE. Processo nº 67614.900577/2021-17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 613/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA ISABEL, situado no Município de Bom Jesus, no Estado do Piauí - PI. Processo nº 67614.900576/2022-45. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 614/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA DACAR, situado no Município de Vera, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900182/2022-87. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 615/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo NORFIL, situado no Município de São Desidério, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900565/2022-65. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 616/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HARAS FORUM, situado no Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901321/2022-10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 617/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto 4 VENTOS, situado no Município de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901318/2022-04. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 618/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HOSPITAL DA UNIMED BETIM, situado no Município de Betim, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901316/2022-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 619/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ANTENOR DUARTE VILELA, situado no Município de Barretos, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67612.901039/2022-32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 620/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA POUSO REDONDO, situado no Município de Corumbiara, no Estado de Rondônia - RO. Processo nº 67615.900104/2022-82. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 621/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CASA BRANCA, situado no Município de Frei Inocêncio, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67614.900352/2022-33. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 622/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ÁGUA DAS TRÊS MENINAS, situado no Município de São Valério, no Estado do Tocantins - TO. Processo nº 67612.900168/2022-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 623/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA OASIS, situado no Município de Nova Andradina, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900409/2022-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 624/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA GRAVATAÍ, situado no Município de Itiquira, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900195/2022-56. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 625/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO GERALDO, situado no Município de Paraúna, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.901002/2022-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 626/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto JOÃO MARCHESI, situado no Município de Capitólio, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901142/2022-82. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 628/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PARANOÁ, situado no Município de Canarana, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67612.901005/2022-48. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 630/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA NOVA ESPERANÇA, situado no Município de Araguaiana, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67612.901065/2022-61. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 631/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto REDE GLOBO 2, situado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.900748/2022-51. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 632/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA DOIS IRMÃOS, situado no Município de Taquarituba, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.900461/2022-61. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 633/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS, situado no Município de Oriximiná, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900152/2022-71. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 634/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo MOZARLÂNDIA, situado no Município de Mozarlândia, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900853/2022-30. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 635/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PORTO SECO, situado no Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900482/2022-76. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 636/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA AGROPESP, situado no Município de Tapurah, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900199/2022-34. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 637/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA FRONTEIRA, situado no Município de Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900464/2022-02. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIA Nº 629/SAGA, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto BLUE DIAMOND, situado no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará - CE . Processo nº 67614.900079/2016-07. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 638/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto ÁGUIA TRANCOSO, situado no Município de Porto Seguro, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900562/2022-21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 639/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ROSA DOS VENTOS, situado no Município de Itumbiara, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900279/2022-10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIA Nº 641/SAGA, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ALZIR PIMENTEL DE AGUIAR, situado no Município de Baixa Grande do Ribeiro, no Estado do Piauí - PI. Processo nº 67614.900575/2022-09. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIA Nº 642/SAGA, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTO ÂNGELO, situado no Município de Nobres, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900210/2022-66. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 643/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA RETIRO DO CERVO I, situado no Município de Jaraguari, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900596/2022-26. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 644/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA DUAS IRMÃS, situado no Município de Conquista D'Oeste, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900149/2022-57. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.]

Nº 645/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto VM MARINA CLUB, situado no Município de Parnaíba, no Estado do Piauí - PI. Processo nº 67614.900552/2022-96. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 646/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA DELFINA, situado no Município de Miranda, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900974/2021-91. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 647/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo NATURAFRIG, situado no Município de Rochedo, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900647/2022-10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 648/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA GUAVIRÁ, situado no Município de Iguatemi, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900234/2022-35. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 649/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo PRADELLA, situado no Município de Formosa do Rio Preto, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900122/2022-74. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 650/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA BARCELONA V, situado no Município de Riachão das Neves, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900650/2021-42. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 651/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA BALIZA, situado no Município de Paranatinga, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900142/2022-35. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 652/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CAMBUHY, situado no Município de Matão, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67612.901054/2022-81. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 653/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CANGAIA, situado no Município de Tailândia, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900217/2022-88. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 654/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA REALEZA, situado no Município de Novo Progresso, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900216/2022-33. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 655/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo PROJETO PARAÍBA, situado no Município de Peixoto de Azevedo, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900219/2022-77. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 656/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PROGRESSO, situado no Município de Ribas do Rio Pardo, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900567/2022-64. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 657/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AGROPECUÁRIA JMW, situado no Município de Barra do Corda, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67615.900198/2022-90. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.mil.br/aga).

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº– 237/MB/MD, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Divulga a listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes em 1° de agosto de 2022, no âmbito do Comando da Marinha.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4° da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999, e o inciso I do art. 26 do anexo I ao Decreto n° 5.417, de 13 de abril de 2005, e em consonância com o inciso I do art. 19-A ao Decreto n° 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1° Art. 1° Divulgar a listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes em 1° de agosto de 2022, no âmbito do Comando da Marinha, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2° Fica revogada a Portaria n° 285/MB, de 28 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 187, de 29 de setembro de 2020, Seção 1, Página 15.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor em 23 de setembro de 2022.

ALMIR GARNIER SANTOS

ANEXO

ATOS NORMATIVOS INFERIORES A DECRETO VIGENTES EM 1° DE AGOSTO DE 2022 NO ÂMBITO DO COMANDO DA MARINHA

1. Gabinete do Comandante da Marinha (GCM):

Ato Normativo	Data	Ementa
Instrução Normativa n° 1/MB/MD	07/06/2011	Estabelece o conceito para a expressão "Águas Jurisdicionais Brasileiras" perante a Marinha do Brasil.
Instrução Normativa n° 1/MB/MD	22/02/2022	Dispõe sobre diretrizes gerais para a atuação da Marinha do Brasil (MB), no cumprimento da Lei n° 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto n° 8.420/2015, Instruções, Orientações e Portarias Normativas da Controladoria-Geral da União (CGU).
Instrução Normativa n° 2/MB/MD	21/07/2022	Dispõe sobre as diretrizes gerais para a atuação da Marinha do Brasil no cumprimento da atribuição subsidiária conferida pelo art. 16-A da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999.
Portaria n° 20/MB	23/01/2017	Aprova o Regimento Interno do Comando da Marinha.
Portaria MB/MD n° 1	29/01/2021	Aprova as Instruções Gerais para os Estágios e a Prestação do Serviço Militar pelos Militares da Reserva de 2ª e 3ª Classes da Marinha.
Portaria n° 360/MB	28/11/2008	Fixa diretrizes para a normatização do Adicional de Compensação Orgânica, da Gratificação por Trabalho com Raios X ou Substâncias Radioativas na Marinha e do Adicional de Irradiação Ionizante.
Portaria MB/MD n° 4	01/03/2021	Designa a autoridade para monitorar a execução da Lei de Acesso à Informação no âmbito da Marinha do Brasil e dá outras providências.
Portaria MB/MD n° 8	05/03/2021	Aprova a Política de Educação Física e Desportos da Marinha do Brasil.
Portaria MB/MD n° 9	05/03/2021	Aprova o Programa Olímpico da Marinha.
Portaria MB/MD n° 10	29/03/2021	Aprova a alteração do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Comando da Marinha.
Portaria MB/MD n° 14	06/05/2021	Cria o Simpósio Marítimo da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e estabelece normas para participação da Marinha do Brasil no Simpósio.
Portaria MB/MD n° 15	07/05/2021	Regulamenta, para a Marinha, a indicação de Oficiais para sorteio destinado à seleção de Juízes Militares dos Conselhos de Justiça, previsto na Lei n° 8.457, de 4 de setembro de 1992 e suas alterações.
Portaria MB/MD n° 17	17/05/2021	Aprova a alteração do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Comando da Marinha.
Portaria MB/MD n° 18	18/05/2021	Aprova as Normas do Sistema de Controle Interno da Marinha (SCIMB).
Portaria MB/MD n° 19	18/05/2021	Aprova o Estatuto de Auditoria Interna da Marinha do Brasil.
Portaria MB/MD n° 20	04/06/2021	Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Marinha e estabelece suas Normas Gerais de Funcionamento.
Portaria MB/MD n° 21	09/06/2021	Estabelece a denominação para os cargos de Comando e de Direção de Organizações Militares e demais Elementos Organizacionais da Marinha e dá outras providências.
Portaria MB/MD n° 24	04/08/2021	Aprova o Regulamento da Comissão de Promoções de Oficiais (CPO), delega competência ao Presidente da CPO e dá outras providências.
Portaria MB/MD n° 25	12/08/2021	Aprova o Regulamento para a Concessão da Medalha Mérito Riachuelo.
Portaria MB/MD n° 27	25/08/2021	Disciplina as Normas para a Organização e o Funcionamento do Sistema de Assessoria Jurídica Consultiva da Marinha (SAJCM).
Portaria MB/MD n° 28	08/09/2021	Institui a Unidade de Gestão da Integridade responsável pela coordenação de estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito da Marinha do Brasil.
Portaria MB/MD n° 30	11/11/2021	Altera a distribuição do efetivo de Oficiais para 2021.
Portaria MB/MD n° 33	21/12/2021	Regulamenta o valor, a cobrança e a destinação da taxa de uso e da multa por ocupação irregular de PNR.
Portaria MB/MD n° 34	14/01/2022	Aprova a alteração do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Comando da Marinha.
Portaria MB/MD n° 35	17/01/2022	Estabelece os eventos e solenidades passíveis de aplicação de recursos públicos conforme regulamentado pela Portaria n° 4.036/GM-MD, de 2 de dezembro de 2020.
Portaria MB/MD n° 36	21/02/2022	Aprova o Regulamento para o Fundo de Saúde da Marinha.
Portaria MB/MD n° 37	21/02/2022	Estabelece a estrutura da Autoridade Marítima e delega competências aos Titulares dos Órgãos de Direção Geral, de Direção Setorial e de outras Organizações Militares da Marinha para o exercício das atividades especificadas.
Portaria MB/MD n° 38	21/03/2022	Fixa diretrizes para licitações, acordos e atos administrativos no âmbito do Comando da Marinha e delega competência para a aprovação e assinatura de acordos em geral e atos administrativos, além de cuidar da competência para autorizar contratações que envolvam atividade de custeio e locações de imóveis, dentre outras providências.
Portaria MB/MD n° 40	13/07/2022	Aprova as Normas para Apresentação Pessoal de Militares da Marinha do Brasil.
Portaria MB/MD n° 41	21/07/2022	Dispõe sobre a constituição e a organização dos Corpos e Quadros de praças, estabelece os requisitos para o ingresso de praças no Serviço Ativo da Marinha, e dá outras providências.
Portaria MB/MD n° 42	21/07/2022	Estabelece as diretrizes para agregação de militares da ativa e dá outras providências.
Portaria MB/MD n° 43	09/08/2022	Altera a distribuição do efetivo de Oficiais para 2022.

2. Estado-Maior da Armada (EMA):

Ato Normativo	Data	Ementa
Portaria EMA/MB n° 3	02/09/2021	Define Instituições de Ciência, Tecnologia e de Inovação no âmbito da Marinha do Brasil.

3. Comando de Operações Navais (ComOpNav):

Ato Normativo	Data	Ementa
Portaria ComOpNav/MB n° 1	24/05/2021	Aprova as Normas para Concessão do Adicional de Compensação Orgânica para a Atividade Especial de Imersão em Submarinos.
Portaria ComOpNav/MB n° 2	24/05/2021	Aprova as Normas para Concessão do Adicional de Compensação Orgânica para a Atividade Especial de Mergulho.

4. Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM):

Ato Normativo	Data	Ementa
Portaria n° 1/DGDNTM/MB	01/02/2021	Estabelece as Diretrizes de Inovação na Marinha do Brasil.

5. Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM)

Ato Normativo	Data	Ementa
Portaria DGMM/MB n° 1	14/02/2022	Aprova as normas para aquisição, registro e porte de armas de fogo na Marinha do Brasil.

6. Diretoria de Portos e Costas (DPC):

Ato Normativo	Data	Ementa
Portaria DPC/MB n° 7	26/03/2021	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas - NORMAM-03/DPC.
Portaria DPC/MB n° 8	26/03/2021	Aprova a 1ª Revisão das Normas da Autoridade Marítima para Inquéritos Administrativos sobre Acidentes e Fatos da Navegação - NORMAM-09/DPC.
Portaria DPC/MB n° 9	31/03/2021	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Aquaviários - NORMAM-13/DPC.
Portaria DPC/MB n° 10	09/04/2021	Aprova a 3ª Revisão das Normas da Autoridade Marítima para Atividades Subaquáticas - NORMAM-15/DPC.
Portaria DPC/DGN/MB n° 13	30/04/2021	Aprova a 3ª Modificação da 1ª Revisão das Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras e Certificadoras para atuarem em nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC.
Portaria DPC/DGN/MB n° 14	07/05/2021	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo - Portuários e Atividades Correlatas - NORMAM-32/DPC.

Portaria DPC/DGN/MB n° 21	06/07/2021	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Operação de Embarcações Estrangeiras em Águas Jurisdicionais Brasileiras NORMAM - 04/DPC (1ª Revisão).
Portaria DPC/DGN/MB n° 23	11/08/2021	Aprova a modificação das Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior - NORMAM-02/DPC.
Portaria DPC/DGN/MB n° 24	13/08/2021	Aprova a modificação das Normas da Autoridade Marítima para Homologação de Material - NORMAM-05/DPC.
Portaria DPC/DGN/MB n° 26	23/08/2021	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Implantação e Operação de Sistemas para determinação de Folga Dinâmica Abaixo da Quilha - NORMAM-33/DPC.
Portaria DPC/DGN/MB n° 30	09/11/2021	Aprova a modificação das Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto - NORMAM-01/DPC.
Portaria DPC/DGN/MB n° 36	16/12/2021	Aprova a modificação das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários - NORMAM-22/DPC (MOD.1).
Portaria DPC/DGN/MB n° 37	16/12/2021	Altera as Tabelas de Indenizações de serviços prestados pela Autoridade Marítima Brasileira constantes das Normas da Autoridade Marítima - NORMAM-01, 02, 03, 04, 05, 07, 11 e 15/DPC.
Portaria DPC/DGN/MB n° 39	07/01/2022	Altera as Normas da Autoridade Marítima para Registro de Helideques instalados em Embarcações e em Plataformas Marítimas - NORMAM-27/DPC.
Portaria DPC/DGN/MB n° 40	18/01/2022	Aprova a modificação das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários - NORMAM-30/DPC (1ª Revisão MOD.1).
Portaria DPC/DGN/MB n° 42	02/02/2022	Altera as Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC.
Portaria DPC/DGN/MB n° 43	02/02/2022	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para o Uso de Uniformes da Marinha Mercante Nacional - NORMAM-21/DPC (2ª Revisão).
Portaria DPC/DGN/MB n° 45	16/03/2022	Altera as Normas da Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-08/DPC (1ª Revisão).
Portaria DPC/DGN/MB n° 46	21/03/2022	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval - NORMAM-07/DPC.
Portaria DPC/DGN/MB n° 47	18/03/2022	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Credenciamento de Instituições para ministrar Cursos e Treinamentos Complementares - NORMAM-24/DPC (4ª Revisão).
Portaria DPC/DGN/MB n° 48	21/03/2022	Altera as Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa e Lavra de Minerais Sob, Sobre e às Margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-11/DPC (1ª Revisão).
Portaria DPC/DGN/MB n° 49	21/03/2022	Aprova as Normas da Autoridade Marítima relativas à assistência e salvamento e às atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos - NORMAM-10/DPC e revoga as Normas da Autoridade Marítima que estabelecem condições e requisitos para concessão e delegação das atividades de assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem, em perigo no mar, nos portos e vias navegáveis interiores - NORMAM-16/DPC.
Portaria DPC/DGN/MB n° 50	22/03/2022	Aprova as Normas da Autoridade Marítima sobre Poluição Hídrica causada por Embarcações, Plataformas e suas Instalações de Apoio - NORMAM-20/DPC (3ª Revisão) e revoga a Norma da Autoridade Marítima para o Gerenciamento da Água de Lastro de Navios - NORMAM-20/DPC (2ª Revisão) e as Normas da Autoridade Marítima para o Controle de Sistemas Anti-incrustantes Danosos em Embarcações - NORMAM-23/DPC.

7. Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN):

Ato Normativo	Data	Ementa
Portaria DHN/DGN/MB n° 1	12/02/2021	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para as Atividades de Meteorologia Marítima - NORMAM-19/DHN (1ª Revisão).
Portaria n° 2/DHN/DGN/MB	18/02/2021	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Navegação e Cartas Náuticas - NORMAM-28/DHN.
Portaria DHN/DGN/MB n° 3	22/02/2021	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Auxílios à Navegação - NORMAM-17/DHN (4ª Revisão).
Portaria DHN/DGN/MB n° 4	22/02/2021	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Serviço e Tráfego de Embarcações (VTS) - NORMAM-26/DHN (4ª Revisão).
Portaria DHN/DGN/MB n° 5	18/03/2021	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Levantamentos Hidrográficos - NORMAM-25/DHN (2ª Revisão).
Portaria DHN/DGN/MB n° 12	22/09/2021	Altera a 1ª Revisão das Normas da Autoridade Marítima para Recolhimento da Tarifa de Utilização de Faróis (TUF) - NORMAM-31/DHN.

8. Tribunal Marítimo (TM):

Ato Normativo	Data	Ementa
Portaria TM n° 52	19/11/2020	Regulamenta a expedição e a validade do Certificado de Registro de Armador.
Portaria TM n° 53	19/11/2020	Aprova os modelos de requerimentos e o rol de documentos necessários para registros, averbações e emissão de certidões e 2ª via de documentos do TM.
Portaria TM n° 54	19/11/2020	Estabelece procedimento para o pré-registro e registro de casco/embarcação no Registro Especial Brasileiro (REB).
Portaria TM n° 55	19/11/2020	Estabelece procedimentos para o cancelamento de Registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.
Portaria TM n° 17	24/05/2021	Dispõe sobre a Ouvidoria no âmbito do Tribunal Marítimo.
Portaria TM n° 18	24/05/2021	Dispõe sobre o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), define atribuições e dá outras providências.
Portaria TM n° 20	02/06/2021	Aprova o Regimento Interno Processual do Tribunal Marítimo (RIPTM).
Portaria TM n° 2	26/08/2021	Atualiza e regula o Diário Eletrônico do Tribunal Marítimo (e-DTM).
Portaria TM/MB n° 4	18/07/2022	Atualiza o parâmetro para aplicação de multas, previstas na Lei n° 2.180, de 5 de fevereiro de 1954 e na Lei n° 7.652, de 3 de fevereiro de 1998, e o valor monetário das Tabelas de Custas do Tribunal Marítimo.
Resolução TM n° 57	16/11/2021	Atualiza os procedimentos para o Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos no âmbito do TM (CPTECTM) e dá outras providências.

PORTARIA Nº– 238/MB/MD, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Cria o Centro de Projetos de Sistemas Navais e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4° da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999 e inciso V do art. 26 do anexo I ao Decreto n° 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1° Criar, dentro da Estrutura Regimental do Comando da Marinha, o Centro de Projetos de Sistemas Navais (CPSN), Organização Militar com semiautonomia administrativa, devendo ser apoiado pela Base de Submarinos da Ilha da Madeira, com sede na Cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, subordinado à Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, terá o propósito de realizar tarefas técnicas e gerenciais relacionadas aos projetos de concepção, básico e detalhado para o desenvolvimento ou modernização de sistemas navais complexos, especialmente meios navais, a fim de contribuir com os objetivos estratégicos da Marinha do Brasil, sob a Direção de um Oficial-General do Corpo da Armada ou do Corpo de Engenheiros da Marinha.

Art. 2° A implantação do CPSN será efetivada de modo progressivo, consoante aos atos baixados pelo Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha.

Art. 3° Durante a fase de implantação, fica criado o Núcleo de Implantação do Centro de Projetos de Sistemas Navais (NI-CPSN) o qual deverá, gradativamente, assumir a responsabilidade pela estrutura física, organizacional e orçamentária do CPSN.

Parágrafo Único. O Núcleo de que trata este artigo terá suas atividades e organização estruturadas por um Regulamento provisório, aprovado pelo Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha e será considerado automaticamente extinto por ocasião da Cerimônia de Mostra de Ativação do CPSN.

Art. 4° O Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha baixará os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor em 23 de setembro de 2022.

ALMIR GARNIER SANTOS

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 62, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera as Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários - NORMAM-30/DPC (1ª Revisão MOD. 2).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, de acordo com o contido no art. 8º, da lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários - NORMAM-30/DPC (1ª Revisão MOD. 2). Esta modificação é denominada MOD. 3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

Vice-Almirante SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

ANEXO

NORMAM-30/DPC

OSTENSIVO

NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA O ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO DE AQUAVIÁRIOS

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

1ª REVISÃO

2020

INTRODUÇÃO

PROPÓSITO

A presente publicação tem por propósito estabelecer procedimentos operacionais do Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM) relativos a Aquaviários.

DESCRIÇÃO

Esta publicação está dividida em sete capítulos e possui quinze anexos. No capítulo 1 é definida a estrutura do SEPM, são detalhados os recursos financeiros, humanos e instrucionais por ela utilizados e é apresentado o processo de credenciamento de empresas para ministrarem cursos do EPM. No capítulo 2 são classificados, identificados e relacionados os cursos do EPM e suas respectivas sistemáticas de execução, sendo também apresentadas as facilidades e os procedimentos para inscrição, seleção, matrícula, cancelamento de matrícula, regime dos cursos, averbação, controles e estágios embarcados. No capítulo 3, são tratados o Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários) e o Sistema de Gerenciamento do Ensino Profissional Marítimo (SISGEPM). O capítulo 4 aborda os cursos a distância. O capítulo 5 mostra os cursos para o pessoal de órgãos públicos, os cursos para estrangeiros e os cursos e estágios para o pessoal das Capitanias, Delegacias e Agências. No capítulo 6 é detalhado o sistema de avaliação da aprendizagem e no capítulo 7 é normatizada a utilização de simuladores.

ABRANGÊNCIA

Esta publicação destina-se a todas as pessoas e instituições que, de alguma forma, participam do SEPM visando a prover-lhes as orientações necessárias, podendo ser de utilidade, ainda, aos demais órgãos envolvidos com o Ensino Profissional Marítimo, os Órgãos de Apoio, Conveniados ou Terceirizados, e ao público interessado em geral.

PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES

Dentre os principais aspectos que resultaram na Modificação 3 da NORMAM-30/DPC (1ª Revisão), destacam-se:

No Capítulo 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Esta modificação complementa as orientações sobre solicitações de cursos Extra-FDEPM, especificamente na alínea a do inciso 1.10.3 - Modalidade Extra-FDEPM, destacando-se o enquadramento das solicitações de cursos nos casos omissos da modalidade Extra-FDEPM somente aos cursos de nível de habitação 1 e ao ESEP.

Outra alteração que merece destaque foi a introduzida na subalínea I da alínea c do inciso 1.14.2 - Fases do processo de Credenciamento que modificou a validade do credenciamento das entidades extra-MB que ministram cursos do EPM, que passou de dois para quatro anos, porém sem a possibilidade de prorrogação.

Adicionalmente, na subalínea II da alínea c do inciso 1.14.2 - Fases do processo de Credenciamento - foi reposicionado todo o texto para o novo inciso 1.14.8, que trata das Irregularidades constatadas junto às empresas credenciadas.

CLASSIFICAÇÃO

Esta publicação é classificada, de acordo com o EMA-411 - Manual de Publicações da Marinha (7ª Revisão) em: PMB, não controlada, ostensiva, normativa e norma.

SUBSTITUIÇÃO

Esta publicação substitui a NORMAM-30 - NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA O ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO DE AQUAVIÁRIOS - 1ª REVISÃO - MOD.2.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1- PROPÓSITO

Este Capítulo tem por propósito definir a estrutura do Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM), os recursos financeiros, humanos e instrucionais disponíveis e o processo de credenciamento de Entidades Extra-MB para ministrar cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM).]

1.2- ESTRUTURA BÁSICA DO SEPM

O SEPM é constituído por um Órgão Central, Órgãos de Execução e Órgãos de Apoio, conforme o Anexo A.

DEFINIÇÕES

1.3- ÓRGÃO CENTRAL (OC)

É o órgão que tem as atribuições de exercer a orientação normativa e a supervisão técnica dos demais órgãos integrantes do SEPM, bem como gerenciar os recursos financeiros do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM). O OC do SEPM é a Diretoria de Portos e Costas (DPC).

1.4- ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO (OE)

Os OE são os órgãos incumbidos de realizar os cursos do EPM. São considerados OE: os Centros de Instrução (CI) Almirante Graça Aranha (CIAGA) e Almirante Braz de Aguiar (CIABA), as Capitanias dos Portos (CP), as Delegacias (DL) e as Agências (AG).

1.5- ÓRGÃOS DE APOIO (OA)

Os OA são as Organizações Militares (OM) que auxiliam os OE nas atividades do EPM. São exemplos de OA: Bases Navais, Escolas de Aprendizes-Marinheiros, outros Centros de Instrução/Adestramento, etc.

1.6- ENTIDADES EXTRA-MB

As Entidades Extra-MB são as Universidades, Fundações, Escolas Técnicas ou outras Entidades públicas federais, estaduais ou municipais, bem como Entidades privadas, que desenvolvam atividades de ensino e que demonstrem capacitação para ministrar cursos do EPM.

O emprego dessas Entidades tem caráter complementar e é adotado pelos OE mediante critérios de conveniência e oportunidade. A sua materialização requer prévia autorização do OC, mediante instrumento próprio de credenciamento, e concretiza-se mediante um Acordo Administrativo ou Acordo de Credenciamento entre os OE e as Entidades Extra-MB.

RECURSOS DO SEPM

1.7- FINANCEIROS

Os recursos financeiros para o desenvolvimento do ensino e aperfeiçoamento profissional do pessoal da Marinha Mercante e das demais atividades correlatas, em todo o território nacional, dá-se de acordo com o estabelecido pelo Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969, que institui o Fundo de Desenvolvimento do EPM (FDEPM), e pela Lei nº 5.461, de 25 de junho de 1968, que dispõe sobre as contribuições do FDEPM.

A administração do FDEPM é de responsabilidade do Diretor de Portos e Costas e obedece à Sistemática do Plano Diretor e demais normas de execução financeira praticadas pela Marinha do Brasil.

1.8- HUMANOS

O magistério e os serviços de apoio do SEPM para Aquaviários são prestados, prioritariamente, por Servidores Civis (SC) e/ou militares lotados nos OE. Na ausência de pessoal qualificado, serão contratados professores e instrutores, de acordo com a legislação em vigor. Por ocasião da contratação do docente e no decorrer das atividades em sala de aula, deverão ser observados os roteiros de avaliação didática do Anexo B.

Os militares da reserva remunerada contratados para exercer Tarefa por Tempo Certo (TTC) e os SC pertencentes aos quadros da MB somente poderão receber pagamento de hora-aula quando a mesma for ministrada em horários fora do expediente normal de suas OM.

Os demais militares da reserva, que não estejam na condição de TTC, e outros profissionais civis contratados como professores/instrutores serão remunerados por hora-aula.

O OE deve manter atualizado um cadastro de instrutores/professores recrutáveis, com o propósito de suprir eventuais necessidades.

1.9- INSTRUCIONAIS

Aos OE cabe disponibilizar os recursos instrucionais necessários à condução dos cursos, tais como: computadores, projetores multimídia e telões. No caso dos cursos aplicados por equipes móveis, os recursos a serem utilizados deverão ser apropriados a esse fim.

Todo o material de ensino e de expediente relacionado com a aplicação dos cursos deverão ser adquiridos com recursos do Plano de Metas (PM) Lima, de acordo com os subsídios apresentados pelos OE, conforme instruções específicas disseminadas pela DPC.

1.9.1- Material Didático

As publicações que servirão como material de apoio aos cursos do EPM para Aquaviários serão fornecidas aos OE pelo CIAGA, em meio digital ou impressas; podendo ser, ainda, copiadas diretamente do sítio da DPC na Intranet, conforme o caso. Quando impressas, as publicações serão distribuídas aos alunos sob a forma de empréstimo, mediante cautela, devendo ser recolhidas ao término dos cursos.

A solicitação de publicações, para a reposição das desgastadas pelo uso, deverá ser dirigida pelos OE ao CIAGA, de modo que o recebimento das mesmas se dê até trinta dias antes do início do curso correspondente.

No caso de publicações em meio digital, ficará a cargo dos OE a sua reprodução, na quantidade necessária para uso nos cursos.

Os custos referentes à reprodução ou aquisição do material didático deverão constar da Proposta de Cursos do EPM (PCE), a ser elaborada no SISGEPM.

1.9.2- Livros Técnicos de Interesse do EPM

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas na legislação pertinente ao EPM, a DPC, a seu exclusivo juízo, poderá subsidiar a elaboração de trabalhos de natureza técnica e científica de interesse do EPM, produzidos por pessoas ou entidades que possuam notório conhecimento sobre assuntos dessa área de interesse.

1.9.3- Locação de Instalações e Acessórios de Ensino

Os OE, em caso de necessidade e desde que existam recursos financeiros para tal, poderão alugar embarcações, salas de aula, oficinas, laboratórios, pátios e outros equipamentos e instalações julgados indispensáveis ao desenvolvimento de cursos do EPM.

MEIOS DE EXECUÇÃO

1.10- MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS CURSOS DO EPM

1.10.1- Modalidade PREPOM

Esses cursos são regulares do EPM, sendo previstos e programados anualmente no PREPOM-Aquaviários e custeados integralmente pelo FDEPM.

1.10.2- Modalidade Extra-PREPOM

Os cursos Extra-PREPOM são cursos do EPM, não previstos no PREPOM-Aquaviários, realizados eventualmente, mediante aprovação do OC de proposta efetuada por um OE, via cadeia de comando. Também, são custeados integralmente pelo FDEPM.

1.10.3- Modalidade Extra-FDEPM

Esta modalidade refere-se a cursos do EPM não previstos no PREPOM-Aquaviários, realizados de forma complementar, mediante aprovação do OC de proposta formulada por Entidades interessadas, e encaminhada à DPC, por intermédio do OE, via cadeia de comando, acompanhada do respectivo parecer.

a) Entidades autorizadas a solicitar cursos Extra-FDEPM

Poderão solicitar cursos, as instituições, cujas atividades, de acordo com a classificação de seus Códigos Nacional de Atividade Econômica (CNAE), resultem em contribuição ao Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS) com códigos 540 ou 680. Os

valores do recolhimento para o FPAS nesses códigos serão direcionados mensalmente em favor do Fundo do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM. O detalhamento desse processo de contribuições consta na Instrução Normativa RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009, da Receita Federal.

Assim, conforme disposto no art. 2º do Decreto nº 968, de 29 de outubro de 1993, as contribuições normatizadas na IN RFB Nº 971/2009 nos códigos 540 e 680 são arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) das seguintes empresas:

- particulares, estaduais, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de navegação marítima, fluvial ou lacustre;
- de serviços portuários;
- de dragagem; e
- de administração e exploração de portos.

O CNAE de cada empresa definirá sua atividade que por sua vez direcionará as contribuições para o FDEPM.

Os casos omissos, que objetivem a necessidade de habilitação e regularização sob outras vertentes, serão submetidos à avaliação da DPC. Nesses casos, poderão ser propostos, somente, os cursos ministrados para formação de aquaviários do nível 1 de habilitação e o Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP). Ressalta-se que o custeio dessa modalidade de curso é de inteira responsabilidade da entidade que deu origem à proposta.

b) Procedimentos

Os seguintes procedimentos deverão ser cumpridos pelos atores envolvidos nos cursos na modalidade Extra-FDEPM:

I) Pelas Entidades interessadas

Encaminhar ofício ao OE com, pelo menos, quarenta dias de antecedência em relação à data pretendida de início do curso, de forma a permitir a inclusão da respectiva PCE no SISGEPM e uma apropriada análise por parte dos respectivos Comandos de Distritos Navais (ComDN) e deste OC. Este ofício deverá conter as seguintes informações:

-declaração de que os custos serão totalmente suportados pela Entidade solicitante, deixando claro que nenhum custo será repassado aos alunos ou a terceiros;

-declaração assinada pelos Alunos contendo a informação que não estão pagando nenhum valor pelo curso a ser ministrado;

-motivo da solicitação, período do curso e empresa credenciada que o ministrará;

-declaração, na qual, as Entidades solicitantes comprometem-se a garantir estágio para os alunos de cursos que possuem essa exigência para conclusão;

-relação de alunos que realizarão o curso;

-documentos comprobatórios do vínculo empregatício dos alunos com as Entidades solicitantes, para o caso de Cursos Especiais (excetuando-se o curso de ESEP): Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de trabalho;

-declaração, na qual, as Entidades solicitantes comprometem-se a prover o estágio embarcado para os alunos indicados e aprovados para os Cursos de Formação, Cursos de Adaptação e Cursos de Aperfeiçoamento, quando previsto; e

-documento comprobatório de contribuição para o FDEPM.

Nos casos omissos, os procedimentos acima elencados deverão ser observados, excetuando-se o documento comprobatório de contribuição para o FDEPM.

II) Pelos Órgãos de Execução

O OE deverá considerar a possibilidade de realizar curso não previsto no PREPOM, inicialmente, na modalidade Extra-PREPOM. Nessa situação, a solicitação deverá ser encaminha à DPC, via cadeia de comando, com suas devidas justificativas para análise.

Após criteriosa análise, a DPC poderá autorizar a realização do curso na modalidade Extra-PREPOM. Por conseguinte, caberá ao OE elaborar as Propostas de Cursos do EPM (PCE) no Sistema de Gerenciamento do Ensino Profissional Marítimo (SISGEPM).

Caso a DPC não vislumbre condições para a realização do curso na modalidade Extra-PREPOM, o OE poderá verificar a possibilidade de executar o curso na modalidade Extra-FDEPM.

Ao OE caberá, ao receber a demanda da Entidade solicitante, incluir a PCE no SISGEPM e, concomitantemente, transmitir mensagem ao Comando do Distrito Naval correspondente ou à DPC, caso o OE seja o CIAGA, contendo as seguintes informações:

-curso/turma: citar a sigla do curso e o número da turma;

-período do curso: citar as datas de início e de término do curso;

-quantidade de vagas: citar a quantidade de vagas, sendo no máximo trinta alunos por turma;

-Entidade solicitante: citar a Entidade que solicitou o curso, de acordo com o inciso 1.10.3;

-local de aplicação: citar o local onde o curso será aplicado, se no OE, em prefeitura, escola, colônia de pesca ou associação. Se for em cidade diferente da sede do OE, citar a distância da sede do OE, e se o curso será ministrado em conjunto com Inspeção Naval ou Capitania itinerante, em empresa credenciada ou em Instituto Federal acreditado;

-instrutores: se aplicado pelo OE, citar se são instrutores militares do OE ou, caso negativo, se são instrutores contratados, cadastrados no SISGEPM, não havendo necessidade de citá-los nominalmente. Se aplicado por empresa credenciada ou Instituto Federal, este item não deverá ser preenchido;

-motivo apresentado pela Entidade solicitante: citar os motivos da solicitação, como, por exemplo, necessidade de regularização e de qualificação, Acordo ou Termo de Cooperação Técnica, entre outros;

-parecer do OE: o parecer deve ser favorável ou não, com justificativa, levando-se em consideração o seguinte:

.o comparativo entre a necessidade da categoria formada pelo curso solicitado em relação aos TIE/CTS das embarcações cadastradas no SISGEMB em sua Área de Jurisdição (AJ);

.a quantidade de embarcações da solicitante registradas no SISGEMB e respectivas AB;

.se o curso foi oferecido no PREPOM anteriormente na localidade solicitada; e

.se há demanda observável para o curso solicitado, por ocasião da última inscrição do PREPOM, justificando a complementação da capacidade de formação do OE para o curso.

-outras informações julgadas pertinentes.

Em complemento às orientações contidas na alínea c do inciso 1.14.3 desta norma e após a DPC autorizar a realização do curso, caberá ao OE vinculado, no caso de curso realizado por empresa credenciada, indicar um representante para comparecer na aula inaugural, na qual deverá ser obtida a ciência por escrito dos alunos de que não foram cobrados pela realização do curso, e no encerramento de todos os cursos a serem ministrados por empresas credenciadas.

III) Pelos Comandos dos Distritos Navais

Os Distritos Navais deverão analisar as respectivas solicitações e encaminhá-las ao OC, por mensagem, com o parecer favorável ou desfavorável, bem como efetuar a autorização ou não da PCE correspondente ao curso pretendido no SISGEPM.

c) Condições necessárias para a autorização de cursos

I) Cursos realizados pelos OE

Os cursos a serem aplicados pelos OE deverão observar os critérios abaixo descritos:

-ser realizado na sede do OE;

-se em local diferente do OE, os instrutores deverão ser do OE; ou

-se fora das instalações do OE e não utilizando instrutores próprios, mas com instrutores cadastrados no SISGEPM, com um militar do OE destacado para acompanhar diariamente as atividades.

II)- Cursos realizados por empresas credenciadas

Nos casos de cursos a serem aplicados por empresas credenciadas, o credenciamento para os cursos pretendidos deverá estar em vigor, conforme artigo 1.14 desta norma.

d) Condições necessárias para a realização dos cursos

I)- O início dos cursos, seja realizado pelo OE, por empresa credenciada ou Instituto Federal, está condicionado à aprovação da DPC; e

II)- As condições de inscrição dos alunos para os cursos devem estar de acordo com o preconizado nas ementas do PREPOM, sendo responsabilidade do OE solicitante ou do OE vinculado (no caso de curso aplicado por empresa credenciada) essa verificação.

1- VEDAÇÃO DE REPASSE DO CUSTEIO

Os recursos financeiros necessários à realização dos cursos do EPM das modalidades PREPOM e Extra-PREPOM advêm do FDEPM. Em face do seu caráter complementar, tendo em vista ser a modalidade Extra-FDEPM, normalmente decorrente de restrições orçamentárias, terá a Entidade que deu origem à proposta responsabilidade integral pelo seu custeio, de acordo com o art. 8º da Lei nº 7.573/86.

É vedada expressamente a cobrança de qualquer valor financeiro aos alunos e a terceiros, seja a que título for, para a realização dos cursos do EPM, custeados pelo FDEPM, assim como para a realização dos cursos Extra-FDEPM. Para a realização dos cursos Extra-FDEPM, deverá ser apresentada a devida declaração de que os custos serão totalmente suportados pela contratante (nenhum custo repassado aos alunos ou a terceiros).

Os alunos deverão preencher a declaração do Anexo O, de modo a comprovar que os mesmos ou terceiros não estejam custeando total ou parcialmente o curso. Tal declaração deverá ser entregue ao OE pela Entidade solicitante.

1.12- DETERMINAÇÃO DE NECESSIDADES

A determinação de necessidades de cursos do EPM deve observar as prescrições contidas no art. 3.2 desta norma.

1.13- EXECUÇÃO DE CURSOS DO EPM POR ENTIDADES EXTRA-MB

A execução de cursos do EPM por Entidades Extra-MB, em caráter complementar, será realizada pelas Entidades de que trata o art. 1.6 desta norma, mediante instrumento de parceria, conforme disciplina a seguir estabelecida. Esse procedimento visa, primordialmente, a ampliar a capacidade do SEPM para fazer frente a demandas eventuais e atender às necessidades pontuais por cursos do EPM, sem que seja preciso alterar, em caráter permanente, a estrutura dos OE, em razão de circunstâncias conjunturais.

Nesta situação, os OE poderão propor à DPC a aplicação de curso (s) ou disciplina (s) mediante emprego de Entidades Extra-MB. A fim de fornecer elementos que subsidiem a análise do pleito, dentre outras considerações, deve haver juízo de valor sobre a real necessidade da proposta, a relação custo/benefício para o SEPM do empreendimento, a moldura temporal que envolve o problema e os possíveis óbices decorrentes, na respectiva área de jurisdição, no caso de não ser atendida a proposta.

1.14 - CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES EXTRA-MB PARA MINISTRAR CURSOS DO EPM

O processo de avaliação, detalhado a seguir, visa a reunir dados objetivos, de modo a fornecer o máximo possível de elementos à DPC para a tomada de decisão quanto ao credenciamento das Entidades Extra-MB para realização de cursos do EPM.

1.14.1 - Processo de Credenciamento

Durante todo o processo, até o término dos cursos, as Entidades ficarão vinculadas a um OE - normalmente a CP/DL/AG com jurisdição na área - que será o responsável pela fiscalização do estabelecido nesta norma, bem como prestar assistência à empresa para dirimir dúvidas, envio de documentos ou qualquer outro apoio que se fizer necessário para o bom andamento dos cursos. Relevante mencionar que, na região metropolitana do Rio de Janeiro, o OE vinculado será o CIAGA, e na cidade de Belém, o OE vinculado será o CIABA.

Ressalta-se que o bom desempenho, por parte da empresa interessada no processo de credenciamento, dependerá, em grande parte, dos meios de apoio à instrução, dos equipamentos e instalações de treinamento, do tempo de deslocamento da sede da empresa para o centro de treinamento, da carga horária compatível, do ambiente para a aprendizagem, da estrutura pedagógica, da disponibilidade do corpo docente e da capacidade logística e administrativa em apoio ao curso. Normalmente, esses fatores, sem prejuízo de outros, serão avaliados, fixados e homologados em vistoria de credenciamento.

1.14.2 - Fases do processo de Credenciamento

a) Solicitação inicial e documentação exigida

As Entidades interessadas no credenciamento deverão apresentar ao OE vinculado os seguintes documentos:

I) requerimento solicitando o credenciamento para ministrar cursos do EPM (especificar quais são os cursos pretendidos);

II) cópia autenticada do contrato social da pessoa jurídica ou documento equivalente, devidamente registrado ou cópia simples com apresentação do original;

III) cópia autenticada do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento vigente expedido pelo Município da sede da pessoa jurídica ou cópia simples com apresentação do original. No objeto do contrato social e na atividade do Alvará, da instituição e do local onde serão ministradas as aulas do curso, deverá constar pelo menos um dos seguintes termos: atividades/serviços de ensino, treinamento marítimo, capacitação, aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional, cursos, estudos ou educação;

IV) relação nominal e currículos dos componentes do corpo docente por disciplina (recomenda-se às instituições interessadas somente apresentar instrutores que, de acordo com a avaliação da Instituição, atendam aos requisitos constantes da Qualificação Profissional Mínima Recomendada - QPMR, constante do currículo do curso pretendido);

V) declaração da capacidade semanal/mensal de formação de alunos, quantificada pelo número de turmas/alunos que a Entidade julga ter em relação à capacidade de formar, considerando os recursos físicos e humanos existentes e a carga horária prevista; e

VI) descrição e comprovação da disponibilidade de todos os equipamentos e recursos instrucionais necessários à aplicação do curso (complementada por fotos de instalações ou centro de treinamento e, se for o caso, a licença ambiental). Se a Entidade utilizar instalação ou centro de treinamento na forma de contrato, cessão de uso, convênio, aluguel ou prestação de serviço deverá anexar a cópia do contrato, cessão, convênio ou declaração da prestadora de serviço, contendo:

- tipo de serviço prestado em apoio às atividades curriculares;
- prazo de vigência do contrato, convênio ou declaração;
- responsabilidade pelas instalações;
- condições de uso das instalações;
- responsabilidade por danos materiais;
- responsabilidade por incidentes e acidentes com pessoal;
- período de validade do acordo entre as partes; e

- designação de representante local da Entidade, quando não houver uma sede estabelecida - com alvará - na área onde o curso funcionará. A designação poderá ser formalizada por um contrato, entre a Entidade e o representante, ou uma procuração delegando esse poder ao representante. O documento deverá conter claramente o endereço para correspondência, telefones, endereços, e-mail e descrição dos poderes outorgados.

Casos disponíveis poderão ser acrescentados documentos complementares como: plano pedagógico, metodologia de ensino, planos de aulas, regime do contrato do corpo docente, dentre outros. A autenticidade e validade dos documentos acima mencionados são de responsabilidade da Entidade postulante ao credenciamento.

Qualquer ocorrência (alteração de endereço, renovação de alvará, vigência dos contratos e convênios, substituição de professores/instrutores, alteração de local de treinamento, etc.) que modifique as condições existentes por ocasião do processo de credenciamento deverá ser comunicada ao OE vinculado, com cópia para a DPC, com uma antecedência mínima de noventa (90) dias em relação ao fato a ocorrer, sob pena de ser cancelado o credenciamento. De posse da comunicação, poderá ser programada pela DPC uma nova vistoria na Entidade, a fim de subsidiar o seu aval quanto à modificação pretendida.

b) Análise da documentação da Entidade e parecer do OE, via cadeia de comando, à DPC

Os OE vinculados efetuarão a conferência da documentação apresentada. Nesta fase, poderá ser requisitada à Entidade a correção de dados ou o envio de documentos complementares. O pedido de credenciamento não terá prosseguimento se persistirem as não conformidades detectadas por mais de cento e oitenta (180) dias, sendo o processo encerrado e toda documentação restituída à Entidade. Ao constatar o cumprimento da documentação em conformidade com esta norma, os OE deverão encaminhar o processo de solicitação para análise da DPC, via cadeia de comando, de modo que o respectivo Comando do Distrito Naval, ao qual o OE estiver subordinado, possa emitir juízo de valor visando a subsidiar decisão da DPC. O referido processo deverá conter Parecer Técnico Descritivo, no qual o OE irá expor com clareza:

- se existe demanda que justifique credenciamento para suprir a oferta do(s) curso(s) naquela jurisdição;
- quantidade de aquaviários que ficaram sem fazer o(s) curso(s) nos últimos anos;
- histórico da empresa;
- capacidade de o OE realizar inspeções nas empresas credenciadas; e
- posição clara favorável ou desfavorável.

Relevante mencionar que o OE se torna o responsável pela rigorosa fiscalização da execução dos cursos durante todo o período em que a empresa estiver credenciada, conforme pormenorizado no inciso 1.14.3.

Cabe salientar que a decisão de credenciamento, por parte da DPC é discricionária, baseando-se na conveniência e oportunidade. Para a tomada de decisão, a DPC basear-se-á, dentre outros parâmetros, nos subsídios produzidos nos OE e nos ComDN.

c) Vistoria de Credenciamento e Aula-Piloto

Após a análise da documentação pelo OE e devido juízo de valor emitido pelo Comando do Distrito Naval correspondente, se a DPC, baseada na conveniência e oportunidade da solicitação, decidir pelo prosseguimento do processo, será agendada, junto à empresa, uma vistoria de credenciamento. A equipe de vistoria será composta por representantes da DPC e do OE vinculado. Este último deverá enviar, caso exista na OM, representante que reúna condições de respaldar tecnicamente o credenciamento do instrutor em determinada disciplina. Considerando que o OE vinculado encontrar-se-á localizado no mesmo município da sede da empresa, caso seja necessário mais de um representante do referido OE, este deverá enviar quantos forem necessários.

Durante as vistorias, será verificada, utilizando-se de aulas-piloto, a qualificação do corpo docente. Serão submetidos a esse processo, todos os profissionais informados pela empresa solicitante como futuros instrutores das respectivas disciplinas.

Em decorrência do significativo tempo necessário para a verificação do corpo docente informado, as aulas-piloto serão também ministradas, caso necessário, nas instalações da DPC. Relembra-se que durante o curso, somente poderão ministrar as aulas aqueles instrutores que lograrem êxito junto à equipe da vistoria de credenciamento. Durante as aulas-piloto, será avaliado o conhecimento técnico, bem como as técnicas de ensino empregadas pelos instrutores e os planos de aula por eles utilizados.

Os instrutores, uma vez aprovados pela equipe de credenciamento para determinada disciplina, não necessitarão mais ser submetidos ao mesmo processo para a referida disciplina por um período de 4 anos, mesmo que para ministrar aulas em outra instituição solicitante. Relevante mencionar que, a qualquer tempo, a empresa credenciada poderá solicitar à DPC, via OE, a homologação de mais um instrutor para determinada disciplina.

Além disso, poderão ser solicitados, também, documentos referentes ao controle administrativo na secretaria escolar, bem como serão verificados a adequação do espaço físico, o material didático utilizado e os recursos instrucionais.

A atenção dispensada pela Entidade com a sua preparação para a vistoria, o cumprimento da programação estabelecida e a organização apresentada como um todo pela Entidade postulante ao credenciamento, também são aspectos a serem observados quanto à sua capacidade logística e administrativa. As não conformidades apontadas durante a vistoria deverão ser sanadas no prazo de tempo concedido, caso contrário, o pedido será indeferido e a Entidade solicitante informada do motivo.

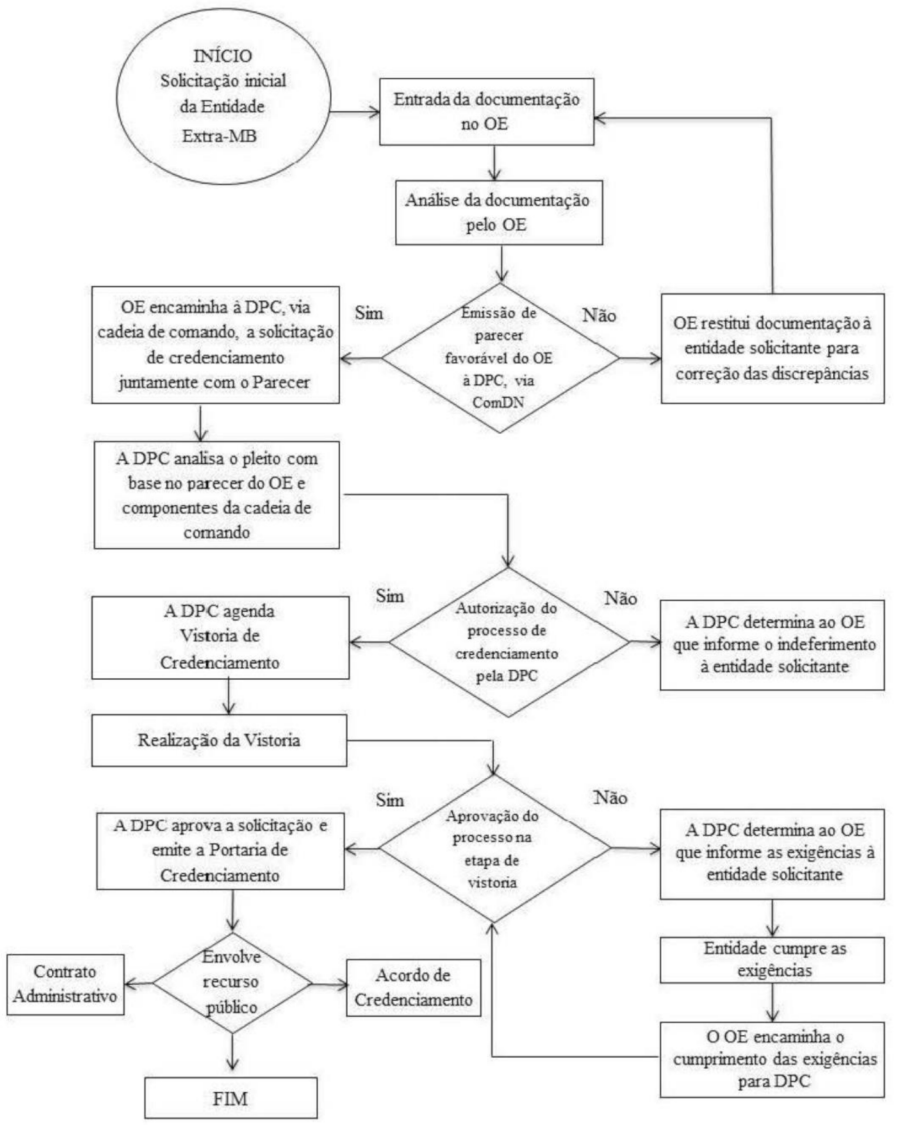
Todas as despesas para a realização das vistorias (de credenciamento, de renovação e outras) além de outros atos necessários ao credenciamento, deverão ser custeadas pela Entidade solicitante.

I) Aprovação ou indeferimento da solicitação de credenciamento

Após a vistoria realizada pela DPC, na hipótese de ser julgado que a Entidade não possui as condições necessárias para cumprir o estabelecido no currículo do curso, o processo de credenciamento será indeferido e restituído ao OE vinculado para que este, por sua vez, o devolva à Entidade solicitante comunicando a decisão da DPC.

Caso contrário, com base em um parecer final de aprovação, a DPC expedirá portaria autorizando o credenciamento, com validade de quatro anos, em conformidade com o referido parecer final, não podendo ser prorrogado independentemente de mantidas as condições técnicas que fundamentaram o credenciamento e/ou do desempenho apresentado na realização dos cursos pela Entidade credenciada, ao longo desse período. A portaria deverá ser publicada no Diário Oficial da União (DOU) e divulgada no site da DPC, avalizando a Entidade como credenciada para aplicar curso do EPM. Entende-se como credenciada a empresa que foi considerada capacitada tecnicamente para ministrar determinado(s) curso(s) do EPM.

FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO



OBS: Após a análise do processo de credenciamento, a DPC restituirá a documentação recebida ao OE.

1.14.3- Vistorias e Inspeção

As Entidades credenciadas estarão sujeitas às seguintes vistorias e inspeção:

a) Vistoria de Credenciamento

Realizada pelo OC, em conjunto com o OE, com a finalidade de verificar o cumprimento dos requisitos exigidos para o credenciamento. As despesas necessárias à realização da vistoria são de responsabilidade da Entidade solicitante do credenciamento.

b) Vistoria de Renovação de Credenciamento

Realizada preferencialmente pelo OC, em conjunto com o OE, com a finalidade de verificar se os requisitos exigidos para o credenciamento ainda estão sendo cumpridos. As despesas necessárias à realização da vistoria de renovação são de responsabilidade da Entidade solicitante do credenciamento.

c) Inspeção

Realizada, em caráter obrigatório, no mínimo em um dia, pelo OE, durante o período de realização de todos os cursos. Tem o propósito de verificar, dentre outros, o cumprimento dos procedimentos estabelecidos nesta norma, se estão mantidas as condições observadas por ocasião da vistoria para o credenciamento e se os docentes que estão aplicando as aulas são aqueles homologados pela DPC.

1.14.4- Realização dos Cursos

As Entidades credenciadas só realizarão cursos do EPM com autorização expressa da DPC, por solicitação dos OE com jurisdição em suas áreas, via cadeia de comando. A determinação das necessidades de cursos, conforme já visto, segue a sistemática prevista no art. 3.2 desta norma, e também visa a atender, sempre que possível, propostas de Entidades interessadas em uma maior oferta de mão de obra com uma qualificação específica. Os OE têm um prazo máximo de dez dias úteis, após a solicitação de Entidades interessadas, para o encaminhamento de seu parecer ao OC, contendo o juízo de valor sobre o empreendimento.

No caso de cursos do PREPOM-Aquaviários e cursos EXTRA-PREPOM, o OE, com a antecedência devida, encaminhará à Entidade credenciada a relação dos alunos indicados para realizar os cursos. No caso dos cursos Extra-FDEPM, as Entidades patrocinadoras dos cursos proporão aos OE, com a devida antecedência, os nomes dos candidatos a serem indicados, com base nos requisitos exigidos para cada curso. É reservado o direito aos OE, a qualquer tempo, verificar se os requisitos exigidos estão sendo atendidos e, em caso de não atendimento, rejeitar a proposta efetuada.

Em todos os casos, deverão ser utilizados os currículos dos cursos aprovados pela DPC. Quaisquer dúvidas, solicitações e/ou requerimentos quanto à realização dos cursos que modifiquem ou alterem as condições existentes, deverão ser encaminhadas ao OE vinculado. Após parecer técnico do OE, o processo será encaminhado à DPC para decisão.

1.14.5- Certificação

Ao término de cada curso, a Entidade credenciada deverá enviar ao OE, ao qual seja vinculada, a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço (OS) e dos Certificados de Proficiência correspondentes.

Os Aquaviários que concluíram os cursos previstos na NORMAM-24/DPC, considerados equivalentes aos ministrados no Ensino Profissional Marítimo, poderão ter esses cursos reconhecidos no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários (SISAQUA). Para tanto, o aquaviário deverá requerer, em qualquer CP/DL/AG, a emissão do Certificado de Proficiência, mediante a apresentação do certificado emitido pela Entidade credenciada. No requerimento deverão constar os dados completos do curso, a equivalência no SEPM, constante na portaria que aprovou a equivalência, e o número da portaria que autorizou o credenciamento da Entidade.

1.14.6 - Renovação de Credenciamento

A renovação do credenciamento deve seguir os procedimentos previstos no inciso 1.14.2, podendo ser solicitada dentro do período de vigência do credenciamento anterior.

Tendo em vista que esse é um processo complexo que, dependendo da quantidade de cursos pretendidos, do OE onde deu entrada à solicitação, da disponibilidade da equipe da DPC, etc, as empresas interessadas deverão iniciar o processo com a antecedência julgada conveniente, desde que não seja ultrapassado o final do credenciamento anterior.

1.14.7 - Formalização de Acordo Administrativo com empresa credenciada para realizar curso do EPM

Para aplicação de cursos, para o qual foi credenciada, a empresa deverá celebrar um Acordo Administrativo com o OE vinculado. Serão descritas abaixo as duas modalidades de acordos administrativos a serem firmados com empresas credenciadas Extra-MB, quais sejam: sem transferência de recursos públicos e com transferência de recursos públicos.

a) Acordo Administrativo sem transferência de recursos públicos

A formalização de Acordo Administrativo com Entidade Extra-MB para ministrar cursos do EPM, sem envolver transferência de recursos públicos, será por meio de Acordo de Credenciamento (AC), consoante o modelo existente no sítio da DPC.

b) Acordo Administrativo com transferência de recursos públicos

Na hipótese de ocorrer transferência de recursos públicos, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I) para Órgão ou Entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, para Entidades privadas sem fins lucrativos, todos com o credenciamento previamente autorizado, deverá ser firmado o competente instrumento de parceria que, no caso, será o Convênio;

II) em se tratando de descentralização de crédito para outros órgãos e/ou Entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, com o credenciamento previamente autorizado, o instrumento de parceria será o Termo de Execução Descentralizada; e

III) ocorrendo transferência de recursos públicos, para Entidades privadas com fins lucrativos, com o credenciamento previamente autorizado, o instrumento de parceria será o Contrato Administrativo. Havendo possibilidade de competição, deverá ser realizada licitação; não havendo possibilidade de competição, a licitação será inexigível e o respectivo Termo de Inexigibilidade de Licitação será lavrado, observando-se a sistemática estabelecida na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com remessa do processo para exame jurídico da Consultoria Jurídica da União (CJU).

c) Obrigações das partes

Para a elaboração do instrumento a ser firmado entre as partes, previsto no inciso 1.14.7, deverão ser considerados, minimamente, os seguintes tópicos:

I) obrigações

-À MB, por intermédio dos OE, caberá:

-supervisionar os cursos objeto do credenciamento;

-assegurar o pagamento dos serviços pactuados quando cabível;

-definir, sempre que julgado conveniente, qual a metodologia e o material didático a serem empregados, de modo que os objetivos do curso sejam alcançados;

-encaminhar à Entidade credenciada a relação dos alunos indicados para realizar os cursos; e

-emitir os certificados de aproveitamento no curso.

-À Entidade Credenciada caberá:

-não alterar o programa de cursos objeto do credenciamento sem prévia autorização do OE;

-observar, no processo de subcontratação de terceiros, quando autorizado, os princípios de licitação consagrados na legislação federal em vigor;

-apresentar ao OE a relação dos alunos efetivamente matriculados;

-submeter-se à supervisão técnica, pedagógica e administrativa do OE;

-prever a contratação de pessoal - professores, pessoal administrativo e de apoio (cozinheiros, garçons, etc.), caso a Entidade já não os possua;

-prever a locação ou a aquisição de embarcação e de qualquer outro acessório de ensino necessário à aplicação do curso, no caso de a Entidade não os possuir;

-prever a locação ou a aquisição de transporte (incluindo a contratação de motoristas), no caso da Entidade não os possuir, para a locomoção dos alunos para as aulas práticas;

-seguir os currículos e detalhamentos respectivos aprovados pela DPC e, no caso de novos cursos, submeter o currículo do curso proposto à aprovação da DPC, com a Estrutura do Curso, Sumário e Programa Detalhado das Disciplinas, o local de realização do curso e as facilidades que proporcionará ao aluno;

-apresentar, em prazo definido, o relatório final do curso com as informações gerais e específicas de interesse do OE, bem como a respectiva prestação de contas, de acordo com a legislação em vigor;

-divulgar, em seu sítio na internet, as informações pertinentes quanto à obrigatoriedade de o curso ser integralmente custeado pela empresa contratante e o não cabimento aos alunos ou a terceiros, em nenhuma hipótese, o pagamento de quaisquer valores, seja a que título for, em função do curso;

-fazer constar nos contratos com as Entidades que solicitarem a realização de curso do EPM que este deverá ser totalmente suportado por elas, não devendo nenhum custo ser repassado aos alunos ou a terceiros, em função do curso, seja a título que for; e

-apresentar ao OE, a nota fiscal comprovando o pagamento realizado pela instituição que solicitou o curso;

II) alocação de recursos humanos e materiais

Quando da realização de cursos por meio de credenciamento, o OE deverá incluir no Acordo de Credenciamento todas as necessidades, não apenas as pedagógicas, mas, também, as administrativas.

É recomendável que seja prevista a existência de um profissional, com a função de coordenador, a ser contratado, caso a Entidade já não o possua, que tenha formação e experiência compatível com esse cargo, de modo a executar as seguintes tarefas:

-fiscalizar o objeto do credenciamento;

-controlar a distribuição do material didático;

-verificar se o professor preparou a aula e se está utilizando o material de apoio constante do sumário da disciplina;

-fiscalizar a frequência dos alunos e os lançamentos dos assuntos trabalhados;

-acompanhar o desempenho dos alunos e o preparo das aulas de recuperação;

-organizar as aulas práticas;

-acompanhar as atividades externas;

-apoiar a elaboração do Relatório de Curso de Aquaviários (RECO), a ser introduzido no SISGEPM, e a elaboração do Relatório de Disciplinas (REDIS) previstos nesta norma; e

-fiscalizar, qualitativa e quantitativamente, a distribuição de lanches e refeições aos alunos nos horários a serem definidos em uma rotina.

Quando exequível e a relação custo/benefício for favorável, o OE poderá propor à DPC a contratação de recursos humanos e/ou materiais de Entidades locais de ensino, valendo-se de seu corpo docente e/ou de facilidades de ensino (laboratórios, salas de aula, salas ambientes) para ministrar curso do EPM.

A alocação será feita somente pelo tempo necessário à aplicação do curso.

Nesse caso específico, cabe ao OE incluir na PCE os recursos necessários para a contratação, devidamente justificados.

III) pagamento de bolsas de estudo

O OE poderá também propor à DPC o pagamento de bolsas de estudo a beneficiários do EPM em curso promovido por Entidades Extra-MB, pública ou privada, existente na sede do OE ou em outra cidade. No caso de o aluno ser matriculado em curso promovido por Entidade de ensino localizada em outra cidade que não seja a sede do OE, além do pagamento da matrícula e mensalidades, poderão ainda ser pagos, se solicitado pelo OE, as passagens e um auxílio financeiro para o atendimento de despesas básicas de alimentação e pousada.

Na proposta de pagamento de auxílio financeiro e passagens, o OE levará em conta a categoria profissional do empregado, a duração do curso e o tempo de duração da viagem.

As despesas com matrícula e mensalidades em um mesmo curso, promovido por uma mesma Entidade, deverão estar de acordo com as normas da Lei nº 8.666/93, sobre licitações e contratos da Administração Pública.

Caso a proposta seja aprovada pela DPC, ela mesma providenciará a correspondente provisão de recursos financeiros ao OE.

Compete ao OE fiscalizar a frequência dos alunos no curso, em especial as matrículas patrocinadas.

Nos casos em questão, os certificados de conclusão do curso ou de frequência emitidos pela Entidade Extra-MB que ministrar o curso, conterão observação de que, em decorrência de bolsa de estudo, a matrícula e mensalidades foram patrocinadas pela DPC/FDEPM.

A sistemática de proposta de curso e de despesas com matrícula e mensalidades em curso realizado em Entidade Extra-MB obedecerá, no que couber, às regras gerais previstas nestas normas para os demais cursos.

1.14.8 - Irregularidades constatadas junto às empresas credenciadas

Os OE vinculados poderão, mediante procedimento administrativo com direito à ampla defesa e contraditório, aplicar penalidade de advertência às Entidades Extra-MB credenciadas, se constatarem irregularidades ou discrepâncias às disposições destas Normas da Autoridade Marítima, devendo estabelecer prazo para o devido saneamento. Eventuais pedidos de reconsideração deverão ser dirigidos aos OE responsáveis pela imposição das penalidades e, em grau de segunda e última instância, poderão ser interpostos recursos à DPC.

A critério da DPC, obedecidos aos princípios da ampla defesa e do contraditório, poderá o credenciamento ser suspenso temporariamente até a regularização da discrepância constatada. Caso a Entidade credenciada seja advertida por três vezes, durante a vigência do período de um credenciamento, este será cassado pela DPC, em grau de recurso em última instância.

Na hipótese de irregularidade que constitua fraude a qualquer procedimento ou requisito previsto nestas normas, comprovada em procedimento administrativo com ampla defesa e contraditório, o credenciamento poderá ser cassado, independentemente do número de advertências aplicadas.

A DPC, dependendo da natureza da(s) irregularidade(s) constatada(s), poderá cassar os demais credenciamentos anteriormente concedidos, inclusive os atinentes às Normas da Autoridade Marítima para Credenciamento de Instituições para ministrar Cursos e Treinamentos Complementares (NORMAM-24/DPC-3ª Revisão).

Em quaisquer das hipóteses, uma empresa que tenha seu credenciamento cassado, somente poderá solicitar novo credenciamento após o período mínimo de 1 (um) ano, momento em que deverão ser observadas e comprovadas todas as formalidades para um novo credenciamento, nos termos contidos nestas normas.

CAPÍTULO 2

CURSOS DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO - AQUAVIÁRIOS

2.1- FUNDAMENTAÇÃO

A fim de permitir que as competências e habilidades individuais exigidas dos Aquaviários acompanhem o estado da arte, necessidade imposta pela evolução tecnológica, o Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM), estatuído no artigo 5° da Lei n° 7.573/1986 - Lei do Ensino Profissional Marítimo - deve ser continuamente aprimorado, não somente em relação ao elenco de cursos oferecidos, mas, também, pela atualização dos currículos dos cursos existentes.

Os currículos dos cursos do SEPM, além de observarem requisitos técnicos estabelecidos na legislação em vigor, de competência do Ministério da Educação (MEC), incorporam as disposições decorrentes da Convenção Internacional sobre Padrões de Instrução, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos, Convenção STCW-78, como emendada.

Com vista à padronização, os currículos dos cursos do EPM-Aquaviários são compostos de Estrutura do Curso, Sumário e Programa Detalhado da Disciplina.

Por Estrutura do Curso entende-se o documento que apresenta, de forma concisa, o conteúdo de determinado curso. Nele são estabelecidos, em linhas gerais: objetivo do curso; diretrizes quanto à sua estruturação; certificação e habilitação do aluno; perfil dos docentes; requisitos das instalações de ensino; técnicas de ensino adequadas à sua aplicação; aferição da aprendizagem; e matriz curricular.

O Sumário e o Programa Detalhado das Disciplinas são as partes do currículo que apresentam o detalhamento dos conteúdos a serem ministrados e os objetivos específicos de cada Unidade de Ensino (UE). Do Programa Detalhado de cada Disciplina constam: apresentação sequencial das UE; referências bibliográficas; e acessórios de ensino específicos.

As propostas de currículos devem observar as orientações contidas no Manual de Elaboração e Avaliação de Currículos do EPM-Aquaviários. Os currículos dos cursos do SEPM são aprovados pelo Diretor de Portos e Costas.

Os estágios embarcados, quando exigidos pelos cursos, são parte integrante da carga horária total dos cursos. As normas e tarefas a serem cumpridas durante esses estágios compõem programas específicos, a serem executados sob a orientação de um Instrutor e um Supervisor oficialmente nomeados.

As aulas práticas em simuladores, laboratórios, salas ambientes, a bordo de embarcações ou empresas de interesse são ministradas visando a complementar o ensino teórico e desenvolver nos alunos, o mais cedo possível, as habilidades necessárias ao desempenho de suas futuras funções a bordo.

À medida que os aquaviários forem galgando novos postos e responsabilidades ao longo de suas carreiras, novas qualificações passam a ser deles exigidas, as quais serão progressivamente alcançadas nos cursos mais avançados disponibilizados pelo SEPM.

Anualmente, os cursos são divulgados por meio do Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), elaborado de modo a suprir as necessidades do setor marítimo e fluvial a curto e médio prazos.

ESPECIFICAÇÃO DOS CURSOS

2.2- CLASSIFICAÇÃO

Os cursos são classificados conforme a seguir, de acordo com a finalidade a que se destinam.

2.2.1- Formação - preparar pessoal para o desempenho de cargos e o exercício de funções e ocupações peculiares às categorias iniciais do pessoal da Marinha Mercante e atividades correlatas;

2.2.2- Aperfeiçoamento - ampliar os conhecimentos necessários ao desempenho dos cargos e ao exercício das funções e ocupações peculiares às categorias intermediárias ou superiores do pessoal da Marinha Mercante e atividades correlatas;

2.2.3- Adaptação - proporcionar conhecimentos ao portador de título profissional obtido em Entidade estranha ao SEPM, visando a complementar sua formação para o ingresso na profissão marítima;

2.2.4- Readaptação - readaptar pessoal de uma para outra categoria profissional, no interesse da Marinha Mercante;

2.2.5- Atualização - proporcionar conhecimentos, visando a adequar o profissional às exigências do avanço tecnológico;

2.2.6- Especial - preparar pessoal para atividades que exijam qualificações especiais não conferidas por cursos de outras modalidades;

2.2.7- Expedito - suplementar a habilitação técnico-profissional do pessoal, conforme a necessidade do serviço; e

2.2.8- Avançado - preparar pessoal para o exercício de cargos e funções na administração e gerência técnica de órgãos governamentais e empresas privadas vinculadas ao transporte marítimo.

2.3- IDENTIFICAÇÃO DOS CURSOS

2.3.1- Identificação dos cursos

A identificação dos cursos do EPM-Aquaviários utiliza uma combinação de letras, normalmente, as iniciais da classificação do curso, seguida da abreviação de Aquaviário (AQ) e finalizando com a categoria para a qual o curso habilita.

2.3.2- Identificação das Disciplinas

As disciplinas dos cursos são normalmente identificadas por siglas compostas de três letras, seguida de números (em algarismos arábicos), conforme a Matriz Curricular dos cursos.

2.4- RELAÇÃO DOS CURSOS E EQUIVALÊNCIA DE ESTUDO

A relação de Cursos do EPM-Aquaviários em vigor consta do Anexo C.

Os cursos das EFOMM, quando concluídos com aproveitamento, conferem certificados ou diplomas com validade nacional, ficando assegurada a equivalência a cursos civis nos seguintes níveis:

2.4.1- Curso de Formação de Oficiais de Náutica

Confere diploma com a titulação de Bacharel em Ciências Náuticas, habilitação em Náutica;

2.4.2- Curso de Formação de Oficiais de Máquinas

Confere diploma com a titulação de Bacharel em Ciências Náuticas, habilitação em Máquinas; e

2.4.3- Revalidação dos diplomas dos cursos de graduação de Náutica e Máquinas no exterior

A revalidação dos diplomas dos cursos de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, quando declarados equivalentes aos realizados no âmbito do EPM, deverão ser apostilados, garantindo assim o reconhecimento da autenticidade da assinatura do agente público competente dotado de fé pública que tenha reconhecido a firma do documento no país onde foi emitido. O processo de revalidação obedecerá à legislação nacional em vigor.

O julgamento da equivalência, para efeito de revalidação, deverá ser precedido de uma comissão designada para tal fim e constituída de professores dos próprios Centros de Instrução (CIAGA e CIABA) dotados de qualificação compatível com a área de conhecimento e com o nível do título a ser revalidado, mediante apresentação do Certificado de Proficiência do país de origem do interessado. Vários aspectos deverão ser analisados por ocasião do apostilamento, a saber:

a) qualificação conferida pelo título e adequação da documentação que o acompanha; e

b) correspondência do curso realizado no exterior com o que é oferecido no Brasil.

O interessado deverá apresentar requerimento ao CI com a documentação original (diploma, histórico com disciplinas e carga horária do curso realizado), seguida de cópia para a aposição do apostilamento e Certificado de Proficiência do país de origem.

Após a conclusão do processo, o diploma revalidado será apostilado pelo representante do CI, o qual deverá manter registro em livro próprio dos diplomas apostilados. A partir da aprovação no processo de revalidação ou reconhecimento, o diploma poderá ser declarado equivalente aos concedidos pela Autoridade Marítima e terá validade nacional.

A DPC estabelecerá a equivalência dos cursos e/ou disciplinas realizados em instituições de ensino civis e militares, para fins exclusivos de matricula em cursos de adaptação.

Caberá aos Centros de Instrução, ao constatar que a solicitação de revalidação e de reconhecimento do diploma se enquadra nos critérios da tramitação previsto nesta norma, encerrar o processo de revalidação. Com a finalidade de definir os papéis e as responsabilidades das partes representadas nesse processo, segue abaixo a relação das principais ações a serem adotadas:

Papéis	Responsabilidades
Requerente (Pessoa que deseja revalidação/ reconhecimento do Diploma)	-apresentar a documentação comprobatória da titulação alcançada (diploma, histórico com disciplinas e carga horária do curso) no exterior em instituição de ensino superior estrangeira, para fins profissionais ou acadêmicos.
Centros de Instrução	-realizar triagem e analisar documentação para fins de revalidação/reconhecimento de diplomas de graduação; -designar comissão constituída de professores dos próprios Centros de Instrução (CIAGA e CIABA); -emitir documento de revalidação/reconhecimento no diploma do interessado; -informar a DPC o resultado do processo de revalidação; e -manter controle dos documentos emitidos por meio de protocolo.
Diretoria de Portos e Costas	-analisar recursos que possam surgir mediante as respostas dos processos oriundas dos Centros de Instrução.

SISTEMÁTICA DE EXECUÇÃO

2.5- PLANEJAMENTO

Considerando a inserção do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM) no orçamento do Comando da Marinha, o Diretor de Portos e Costas definirá, anualmente, com base nas contribuições arrecadadas das empresas particulares, estatais, de economia mista e autarquias, federais, estaduais ou municipais, de navegação marítima, fluvial ou lacustre; de serviços portuários; de dragagem e de administração e exploração de portos e de acordo com o montante estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA) o limite a ser utilizado para a realização dos cursos relativos ao PREPOM do ano correspondente.

2.6- APLICAÇÃO

Com base no estabelecido no PREPOM, os OE ministrarão os cursos utilizando os créditos financeiros alocados pela DPC.

Os OE só deverão iniciar os cursos programados após estarem disponíveis o material didático e os recursos financeiros correspondentes, assim como houver a confirmação dos professores/instrutores cogitados para todas as disciplinas envolvidas, a assinatura de convênio com empresas de navegação visando aos estágios embarcados, para os cursos em que sejam exigidos, observando o cronograma constante do Mapa Resumo de Providências (MRP) - Anexo D, bem como a aprovação do Mapa de Propostas de Cursos Aprovados (MPCA), elaborado no Sistema de Gerenciamento do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (SISGEPM).

2.7- INSCRIÇÃO DO CANDIDATO

Ao efetuar a inscrição para os cursos do EPM, o candidato receberá o protocolo de inscrição e as Instruções para o Candidato, elaborados pelo OE, com informações sobre: propósito do curso e certificado a que o aluno fará jus, se aprovado; período de aplicação e horário das aulas; requisitos para matrícula e critérios para preenchimento das vagas; e, no caso de exame de seleção, conteúdo programático e dias e horários das provas, além de outras informações julgadas pertinentes pelo OE.

Excepcionalmente, para os cursos aplicados na modalidade Extra-FDEPM, seja por um OE ou por uma empresa credenciada, não há obrigatoriedade de ser realizada a prova escrita do exame de seleção, permanecendo, entretanto, se for o caso, a necessidade da realização do teste de suficiência física. A Entidade solicitante, que custeará o curso, deverá indicar os candidatos a serem inscritos, desde que atendam às "condições para inscrição" exigidas nas ementas dos cursos, constantes do PREPOM-Aquaviários (grau de escolaridade; certificados; etc.).

Os candidatos deverão inscrever-se diretamente nos OE nos quais serão realizados os cursos previstos no PREPOM. Em alguns casos, devidamente sinalizados nas ementas dos cursos constantes do PREPOM, serão permitidas inscrições via INTERNET ou em outro OE. Os OE devem encaminhar à DPC, por mensagem, tempestivamente, casos omissos ou dúvidas com relação à inscrição. As exigências para as inscrições são as seguintes:

2.7.1- Cumprimento dos requisitos previstos no PREPOM

Todos os requisitos das ementas dos cursos constantes do PREPOM deverão ser integralmente cumpridos.

2.7.2- Apresentação de documentos

Apresentação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR), para o pessoal oriundo da Marinha Mercante; da Caderneta Registro (CR), para os oriundos da Marinha do Brasil; e do documento de identificação válido ou da Certidão de Nascimento, ou da Certidão de Casamento, para as demais situações.

2.7.3- Fotografia

Entrega ao OE de uma fotografia recente, tamanho 3x4 de frente (no caso de exame de seleção).

2.7.4- Cartão de indicação de empresa

Entrega ao OE, quando o candidato concorrer a vagas disponibilizadas no PREPOM para empresas de navegação, de carta da empresa ou armador, indicando o candidato ao curso, com informações sobre a função por ele exercida, a prioridade na matrícula e se o indicado, durante o curso, receberá salário ou qualquer auxílio financeiro da instituição, Entidade ou empresa.

2.7.5- Taxa de inscrição e escolaridade

Pagamento da taxa de inscrição no valor estipulado pela DPC, exceto para o 3º Grupo-Pescadores. Em caso de total impossibilidade de recrutamento para as vagas estabelecidas no PREPOM, para os cursos de Formação de Aquaviários, em conformidade com a escolaridade exigida e uma vez comprovada a necessidade de formar Aquaviários Subalternos na região, a DPC poderá autorizar a degradação da escolaridade, em caráter excepcional, mediante solicitação do OE.

2.7.6- Procedimentos para a efetivação da inscrição

Para os Cursos de Formação e de Adaptação:

I) prova de estar em dia com as obrigações militares;

II) título de Eleitor para os que tiverem dezoito anos ou mais (poderá ser aceito comprovante de solicitação do referido Título);

III) apresentação de atestado médico considerando-o apto para realização do Teste de Suficiência Física composto de natação e permanência no mar/piscina;

IV) Caderneta de Inscrição e Registro (CIR), quando for o caso;

V) permissão dos pais ou responsável, em documento com firma reconhecida ou certificado de juiz de menores, quando menor de dezoito anos não emancipado; e

VI) duas fotografias recentes, tamanho 3x4, de frente.

Para os demais cursos:

I) atestado Médico dentro da validade de acordo com os requisitos estabelecidos no Quadro III da Norma Regulamentadora Nº 30 - Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia;

II) Caderneta de Inscrição e Registro (CIR); e

III) duas fotografias recentes, tamanho 3x4, de frente.

2.7.7- Recursos em relação a inscrições

Eventuais recursos com relação à inscrição e matrícula nos cursos do EPM deverão ser encaminhados, em primeira instância, ao OE de realização do curso, e, em segunda instância ou em grau de recurso, à DPC, devendo dar entrada no OE, que por sua vez, encaminhará os recursos para a DPC que deverá atribuir juízo de valor a respeito do pleito em tela.

2.8- EXAME DE SELEÇÃO

Os critérios para a seleção de candidatos para cada curso serão, normalmente, divulgados no PREPOM.

No caso de haver exame de seleção, para a elaboração das provas a serem aplicadas, os OE localizados nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste deverão solicitar um banco de questões ao CIAGA e os das regiões Norte e Nordeste, ao CIABA, com antecedência, de forma que haja tempo hábil para a montagem do exame de seleção, observando o cronograma constante do MRP - Anexo D.

As provas do exame de seleção serão incineradas após o término do curso, ficando arquivada no OE apenas a relação nominal dos candidatos e os resultados obtidos.

A convocação para o exame de seleção será feita por INTERNET nos sítios eletrônicos dos OE, em anúncios gratuitos em jornais especializados de empregos e concursos, em quadro de avisos do Grupo de Atendimento ao Público (GAP) dos OE, devendo constar a observação de que o curso não poderá ser realizado caso não sejam preenchidas, pelo menos, trinta por cento das vagas oferecidas.

2.9- MATRÍCULA DO CANDIDATO

As vagas em curso serão preenchidas em conformidade com a prioridade estabelecida no PREPOM para cada curso, onde os candidatos poderão ser classificados conforme as seguintes situações:

2.9.1- Aquaviários avulsos

São os aquaviários desempregados e sem vínculo com empresas de navegação ou aposentados;

2.9.2- Militares

São os Veteranos da Reserva de 1ª Classe da Marinha do Brasil; e

2.9.3- Demais Candidatos

São os aquaviários ou não aquaviários indicados por empresas de navegação e/ou Entidades representativas da comunidade marítima.

2.9.4- Vagas e relação final de candidatos selecionados para matrícula

O número de vagas, por curso, será estipulado no PREPOM considerando um máximo de trinta alunos e o mínimo não inferior a trinta por cento do previsto, por turma, a menos que autorizado pela DPC. Na hipótese de não haver o número suficiente de alunos para compor uma turma, o OE deverá, mediante consulta à comunidade marítima local, reprogramar a realização desse curso para data que melhor atenda a essa comunidade, mantendo a DPC informada para fim de controle. A relação dos candidatos inscritos e selecionados para a matrícula será divulgada pelos OE, até quinze dias antes da data prevista para o início do curso. Necessidades de aumento do número de vagas, caso ocorram, deverão ser submetidas à DPC.

2.9.5- Regras de inscrição para candidatos anteriormente reprovados

O candidato reprovado em qualquer curso só poderá voltar a ser matriculado no mesmo curso após um ano da data de sua conclusão, para os cursos com duração inferior a trinta dias corridos; para os cursos de maior duração, esse prazo será de dois anos. Sem prejuízo deste critério, a matrícula do candidato reprovado só poderá ser considerada para o preenchimento de vagas ainda disponíveis e em última prioridade, não fazendo jus a qualquer tipo de auxílio financeiro. Excetuam-se dessa orientação os alunos das EFOMM, regidos por legislação específica.

2.9.6- Atestado médico específico para matrícula

No ato da matrícula, para efetivamente ser matriculado no curso, o candidato deverá apresentar atestado Médico dentro da validade de acordo com os requisitos estabelecidos no Quadro III da Norma Regulamentadora Nº 30 - Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário da

Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

2.9.7- Exigência de documentos de Militar/Cômputo de Embarque em navios estrangeiros/Cartão de Identificação do Aluno (CIA)

O candidato militar veterano da MB será dispensado da apresentação dos documentos cujos dados possam ser conferidos em sua Caderneta-Registro (CR).

Os períodos em que o aquaviário brasileiro tiver efetivamente embarcado em navios de outras bandeiras poderão ser computados como embarque.

O candidato selecionado para o curso receberá o Cartão de Identificação de Aluno (CIA), Anexo E, por ocasião de efetivação da matrícula. O CIA servirá para a identificação do aluno no decorrer do curso, devendo ser recolhido e inutilizado após o término do mesmo ou em caso de cancelamento de matrícula.

No ato da matrícula, o OE preencherá, com os dados então disponíveis e diretamente no SISGEPM, a Ficha Escolar do Aluno (FEA), a qual fará parte do cadastro dos alunos do EPM no OE.

2.10- CANCELAMENTO DE MATRÍCULA

O cancelamento de matrícula é o ato que registra, formalmente, a condição de exclusão do aluno no curso, na ocorrência de uma ou mais das seguintes situações:

2.10.1- Reprovação

Quando o aluno não alcançar os requisitos mínimos exigidos para o aproveitamento e frequência nas disciplinas;

2.10.2- Comportamento incompatível

Com os padrões de moral e bons costumes, a critério do OE; e

2.10.3- Desistência

O cancelamento da matrícula constará na Ordem de Serviço do respectivo curso, expedida pelo OE.

2.11- REGIME

Os cursos do EPM-Aquaviários obedecem a uma carga horária diária máxima de nove horas-aula (equivalentes a sete horas), quando realizados no período diurno e de cinco horas-aula (equivalentes a quatro horas), quando no período noturno. O tempo de aula padrão será de quarenta e cinco minutos, cada tempo, acrescido de dez minutos de intervalo a cada dois tempos de aula consecutivos. A escolha do horário de aplicação do curso ficará a critério do OE, a fim de melhor atender ao público local. No caso de menor carga horária diária, os cursos terão os prazos de duração estendidos, de modo a ser cumprido o currículo do curso.

O uso parcial ou total do tempo de reserva, previsto no currículo, será feito ao final de cada disciplina, se constatada a necessidade de complementação de algum conteúdo contido no Programa Detalhado da Disciplina. O emprego do tempo de reserva deverá ser justificado no relatório final do curso.

Para efeito de conversão de hora-aula em hora, conforme definido na carga horária das disciplinas, e consequentemente do curso (matriz curricular), aplicar o fator de correção igual a 0,75.

Exemplo: Manobra de embarcações, 30 horas $=^{30\ h\ /\ 0,75\ =\ 40\ ha}$

OBS.: Para situações semelhantes ao exemplo acima, o OE deverá arredondar para cima, para o mais próximo número par inteiro.

2.12- AVERBAÇÃO DE CURSO

O OE aplicador do curso, por colocação de selo, averbará na CIR do Aquaviário o curso ou estágio em que lograr aprovação, devendo esse fato ser inserido no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários (SISAQUA).

2.13- DEFINIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE CURSO E DE TURMA

As turmas de alunos do EPM serão identificadas por um código composto da abreviatura do curso e da numeração da turma, estabelecida em ordem sequencial crescente.

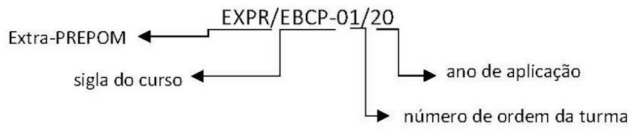
2.14- CURSOS DO PREPOM

A numeração das turmas do PREPOM será feita da seguinte forma: abreviatura do curso separada por hífen, de quatro algarismos arábicos, sendo os dois primeiros identificadores do número de ordem da turma em curso de mesma natureza (01, 02, 03...) e os dois últimos identificadores do ano de aplicação do curso. Uma barra separará esses algarismos em grupos de dois. Assim, por exemplo: a segunda turma do Curso de Aperfeiçoamento para Oficial de Náutica aplicado por um determinado OE em 2020, será identificada pelo código APNT-02/20.

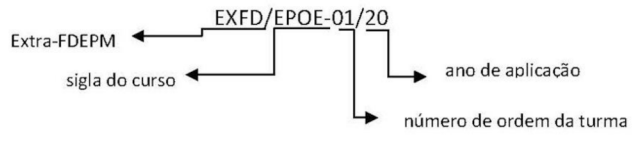
2.15 - CURSOS EXTRA-PREPOM e EXTRA-FDEPM

Em caso de comprovada necessidade, poderão ser propostos outros cursos além dos programados no PREPOM. Tais cursos são enquadrados em duas situações:

2.15.1 - Extra-PREPOM - são cursos não previstos no PREPOM realizados com recursos do FDEPM. A identificação desses cursos será feita conforme o exemplo abaixo:



2.15.2 - Extra-FDEPM - são cursos realizados com recursos próprios de instituições, Entidades ou empresas interessadas em promovê-los. A identificação desses cursos será feita conforme o exemplo abaixo:



Os cursos para o pessoal de órgãos públicos, por não se destinarem a Aquaviários, não serão considerados como cursos Extra-FDEPM. Estes cursos terão regulamentação específica prevista no Capítulo 5 desta norma.

2.16- RELATÓRIO DE CURSO DE AQUAVIÁRIOS (RECO)

Destina-se a oferecer informações essenciais ao controle e ao aperfeiçoamento do EPM. Deverá ser elaborado pelo OE que realizou o curso ou, no caso de Entidade credenciada, pelo OE a ela vinculado, com base nos Relatórios de Disciplina (REDIS) e nos Questionários Pedagógicos (QP), no SISGEPM, até dez dias após a conclusão. Ao término de cada curso, o OE deverá enviar mensagem notificando à DPC, com as seguintes informações:

-Nome e turma do curso;
-Período de realização;
-Número de inscritos;
-Número de matriculados;
-Número de aprovados;
-Número de reprovados; e
-Número de desistentes.

2.17- RELATÓRIO DE DISCIPLINA (REDIS) (Anexo F)

Será preenchido nos cursos para Aquaviários, por disciplina, pelo professor ou instrutor. Destina-se a reunir informações que, analisadas pelo OE, possam contribuir para o aperfeiçoamento do ensino, além de servir de subsídio para o preenchimento do RECO-AQUAVIÁRIOS.

Os REDIS não serão enviados à DPC, ficando arquivados no OE por um período letivo, juntamente com o material administrativo do curso. Quando os cursos forem realizados em Entidades credenciadas, estas devem arquivar as cópias dos REDIS e encaminhar os originais para o OE vinculado, até cinco dias após o encerramento do curso. O modelo do REDIS deverá ser entregue ao instrutor antes de este ministrar a disciplina.

A DPC poderá solicitar ao OE, quando julgar necessário, a remessa dos REDIS preenchidos pelos professores/instrutores.

2.18- QUESTIONÁRIO PEDAGÓGICO (QP) (Anexo G)

Será preenchido pelo aluno, sob a supervisão do Encarregado do EPM, o qual, após analisar as informações colhidas, lançará na parte III do RECO as sugestões que julgar adequadas para o aperfeiçoamento do EPM.

Os questionários deverão ficar arquivados no OE por um período letivo. Quando os cursos forem realizados em Entidades credenciadas, estas devem arquivar as cópias dos QP e encaminhar os originais para o OE vinculado até cinco dias após o encerramento do curso. Quando julgar necessário, a DPC poderá solicitar ao OE a remessa dos QP preenchidos pelos alunos.

CONTROLE E FACILIDADES AOS ALUNOS

2.19- CONTROLE

Os dados relativos aos alunos que participam dos cursos do EPM deverão ser registrados em Ordem de Serviço, emitida pelo OE, contendo o histórico de cada curso: matrículas, conclusão, cancelamentos, etc.

A coletânea dessas Ordens de Serviço deverá ser mantida em arquivo permanente no setor do EPM de cada OE, para atualização do SISAQUA e eventuais auditorias, sendo dispensado o envio desses documentos à DPC, a menos que solicitado. Os Centros de Instrução, entretanto, no que tange às EFOMM, ASON, ASOM, ACON-B, ACON-C, ACOM-B, ACOM-C, $^{\text{ACOM-B/ASMF}}$, ATNO e ATOM, deverão enviar regularmente essa documentação à DPC.

2.20- EMISSÃO DE CERTIDÃO DE HISTÓRICO ESCOLAR (CHE) E OUTROS DOCUMENTOS

O OE, mediante requerimento do interessado (discriminando o motivo da solicitação, o local do curso realizado e as datas de início e de término), emitirá a Certidão de Histórico Escolar, Anexo H, utilizando dados extraídos da FEA no SISGEPM, devendo ser feito o registro em livro de protocolo.

Os Centros de Instrução têm competência para a emissão de atestados comprobatórios de habilitação em arqueação de carga embarcada e desembarcada, para Oficiais de Náutica da Marinha Mercante.

2.20.1- Emissão de Certidão de Notas (EFOMM)

O OE, mediante requerimento do interessado (discriminando o motivo da solicitação, o local do curso realizado e as datas de início e de término), emitirá a Certidão de Notas, utilizando dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAMM), para os alunos da EFOMM que se formaram a partir de 2007. No caso dos alunos que se formaram em período anterior a esta data, os dados serão extraídos da Ficha de Histórico Escolar (FHE).

2.20.2- Emissão de Diploma de Bacharel em Ciências Náuticas

O OE, mediante requerimento do interessado (discriminando o motivo da solicitação, o local do curso realizado e as datas de início e de término), emitirá o Diploma de Bacharel em Ciências Náuticas, utilizando dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAMM), para os alunos da EFOMM que se formaram a partir de 2007. No caso dos alunos que se formaram em período anterior a esta data, os dados serão extraídos da Ficha de Histórico Escolar (FHE).

2.20.3- Emissão de currículo de cursos de média (acima de 1 Mês) e longa duração do Ensino Profissional Marítimo (EPM)

O OE, mediante requerimento do interessado (discriminando o motivo da solicitação, o local do curso realizado e as datas de início e de término), após o devido pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU - Anexo N), emitirá o currículo do curso solicitado. O referido documento só poderá ser emitido para o aluno que concluiu todo o curso (fase escolar e período de estágio/embarque) com aproveitamento.

2.21- FACILIDADES

Os cursos do SEPM são, em princípio, inteiramente gratuitos e poderão oferecer, quando discriminadas no PREPOM, as seguintes facilidades, as quais deverão constar nas PCE.

2.21.1- Material de ensino

Esse material é constituído das publicações necessárias para o acompanhamento dos cursos.

2.21.2- Complemento alimentar do EPM

O OE deverá fornecer complemento alimentar do EPM aos alunos, quando prevista no MPCA.

Nos cursos com mais de quatro horas de duração, deverá ser fornecida refeição completa.

O complemento poderá ser adquirido no comércio local ou ter a sua confecção e aquisição terceirizadas.

Os OE que dispõem de rancho próprio ou têm apoio de outra OM devem prover o complemento alimentar por municiamento indenizável, com recursos do FDEPM, observando as normas estabelecidas pela Secretaria-Geral da Marinha (SGM); os demais OE devem solicitar os recursos necessários diretamente ao Relator do Plano de Metas Lima, com informação ao Relator Adjunto, observando os critérios constantes do Anexo I desta norma.

O complemento alimentar não poderá ser pago ao aluno em espécie.

Os OE devem utilizar os recursos destinados ao complemento integralmente na sua confecção. No caso de terceirização, o OE deverá exercer efetiva fiscalização, para assegurar o fiel cumprimento do contrato firmado e a qualidade do material fornecido.

2.21.3- Transporte

Constatada a necessidade, o OE poderá solicitar, por meio da PCE, numerário para passagem individual ou transporte coletivo dos alunos. Poderão ser solicitados, também, recursos para despesas com locação de transportes para as atividades externas.

2.21.4- Alojamento

Os alunos de alguns cursos do EPM não residentes na área de aplicação poderão, caso haja disponibilidade, ser alojados nos CI ou nos OE.

2.21.5- Prêmio escolar

Os OE poderão conceder prêmio por desempenho escolar aos primeiros colocados nos cursos com período de realização superior a trinta dias. Os critérios e procedimentos para o estabelecimento do prêmio serão definidos pelo OE aplicador do curso (Anexo I).

2.21.6- Auxílio financeiro

O auxílio financeiro é uma ajuda em espécie, que poderá ser oferecida ao aluno, não constituindo salário.

O pagamento do auxílio financeiro será efetuado de acordo com os valores estabelecidos pela DPC - Anexo I. Não serão pagos os dias correspondentes às faltas não justificadas. Esse pagamento obedecerá, ainda, aos critérios a seguir, que deverão ser informados ao aluno, por ocasião da matrícula:

a) Será feito no último dia de cada mês ou no dia em que terminar o curso, caso isto ocorra antes do final do mês, em um valor correspondente ao número de dias corridos cursados;

b) Não será concedido o auxílio financeiro aos alunos que se enquadrem nos casos a seguir:

I) se o favorecido receber salário de pessoa jurídica;

II) se o favorecido tiver sido selecionado para o curso, pelo critério de indicação da empresa;

III) se o favorecido cursar na condição de aposentado;

IV) se o favorecido estiver afastado do exercício de sua profissão na Marinha Mercante, por prazo superior a cinco anos;

V) se o favorecido tiver tido a matrícula cancelada em qualquer curso, por qualquer motivo, há menos de dois anos; e

VI) se o favorecido for Militar da Reserva de Primeira Classe da MB.

c) Quando houver terceirização do curso, o controle e o pagamento do auxílio financeiro deverão ser efetuados pelo próprio OE, que estornará os recursos que não forem pagos aos alunos.

ESTÁGIO EMBARCADO

2.22- TIPOS DE ESTÁGIO EMBARCADO

Determinados cursos exigem realização de estágios a bordo, com duração e instruções previstas nos respectivos currículos. O propósito dos referidos períodos embarcados é proporcionar ao Praticante, oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos, de obter experiência e de receber instrução prática necessária para se tornar tripulante competente.

As atividades realizadas durante o estágio embarcado deverão ser registradas no Livro Registro de Tarefas, previsto no Anexo J. Os estágios embarcados e os cursos associados são os seguintes:

2.22.1- Programa de Estágio Embarcado (PREST)

Para os cursos de Marítimos e de Fluviários:

-Curso de Formação de Oficial de Náutica (FONT) - Praticante de Oficial de Náutica;

-Curso de Formação de Oficial de Máquinas (FOMQ) - Praticante de Oficial de Máquinas;

-Curso de Adaptação para 2º Oficial de Náutica (ASON) - Praticante de Oficial de Náutica;

- Curso de Adaptação para 2° Oficial de Máquina (ASOM) - Praticante de Oficial de Máquinas;

-Curso Especial de Acesso a 2° Oficial de Náutica - Básico (ACON-B) - Praticante de Oficial de Náutica; e

-Curso Especial de Acesso a 2° Oficial de Máquinas - Básico (ACOM-B) - Praticante de Oficial de Máquinas.

2.22.2- Programa de Instrução no Mar (PIM)

Para os cursos de Marítimos:

-Curso de Formação para Aquaviários - Moço de Convés (CFAQ-MOC) - Aluno Estagiário de Moço de Convés;

-Curso de Formação de Aquaviários - Moço de Máquinas (CFAQ-MOM) - Aluno Estagiário de Moço de Máquinas; e

-Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Profissional Especializado (CFAQ-PEP) - Aluno Estagiário de Pescador Profissional Especializado.

2.22.3- Programa de Prática Operacional a Bordo (PPOB)

Para os cursos de Marítimos, de Fluviários e de Pescadores:

-Curso de Adaptação para Aquaviários - Específico para Marítimos - Seção de Convés (CAAQ-CTR) - Aluno Estagiário de Contramestre;

-Curso de Adaptação para Aquaviários - Específico para Marítimos - Seção de Máquinas - Área de Concentração Máquinas (CAAQ-CDM) - Aluno Estagiário de Condutor de Máquinas;

-Curso de Adaptação para Aquaviários - Específico para Marítimos - Seção de Máquinas - Área de Concentração Eletricidade (CAAQ-ELT) - Aluno Estagiário de Eletricista;

-Curso de Adaptação para Aquaviários - Específico para Fluviários - Seção de Convés (CAAQ-MFL) - Aluno Estagiário de Mestre Fluvial;

-Curso de Adaptação para Aquaviários - Específico para Fluviários - Seção de Máquinas (CAAQ-CTF) - Aluno Estagiário de Condutor Maquinista Motorista Fluvial; e

-Curso de Adaptação para Aquaviários - Específico para Pescadores (CAAQ-PPI) - Aluno Estagiário Condutor Motorista de Pesca.

1- SOLICITAÇÃO DE VAGAS PARA ESTÁGIOS

Na ocasião oportuna, os OE informarão oficialmente às empresas de navegação conveniadas, com cópia para a DPC e o SYNDARMA (no caso de a empresa ser afiliada a esse sindicato), o número estimado de alunos que serão formados no ano, nos cursos em questão, com base nas vagas previstas no PREPOM, e solicitarão que cada empresa informe a disponibilidade de vagas a serem ofertadas para a realização dos estágios embarcados. Caso as vagas ofertadas sejam insuficientes, a DPC deverá ser informada tempestivamente pelos OE, de modo a permitir a adoção de medidas destinadas a evitar prejuízo aos formandos.

2.24- CONVÊNIOS

Os OE que ministram esses cursos firmarão convênios com empresas de navegação para a realização do estágio embarcado. Os convênios deverão prever, dentre outras cláusulas, seguro de acidentes pessoais, assistência médica para os estagiários e translado funeral, que ficarão ao cargo da empresa conveniada. O FDEPM poderá oferecer auxílio financeiro durante o período do estágio, nos casos previstos nesta norma.

2.25- PALESTRAS DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Os OE informarão oficialmente às empresas de navegação o período disponível para a realização de palestras sobre as respectivas empresas para os alunos que realizarão os estágios embarcados, sem interferência com as atividades escolares.

2.26- TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO (TCE)

Para a realização do estágio embarcado, as partes envolvidas (OE, empresa e estagiário) firmarão um TCE (Anexo J), para cada estagiário, em conformidade com a Lei n° 11.788/2008 (Estágio de Estudantes) combinada com a Lei n° 7.573/1986 (Ensino Profissional Marítimo), alterada pela Lei nº 13.194/2015.

2.27- REALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

2.27.1- Em embarcações

O PREST, o PIM e o PPOB relativos aos alunos oriundos dos cursos do 1º Grupo-Marítimos e do 3º Grupo-Pescadores deverão ser realizados a bordo de navios de bandeira brasileira classificados para operar em mar aberto, ou em navios de bandeira estrangeira, quando não houver vagas em navios de bandeira brasileira.

O PREST e o PPOB relativos aos alunos oriundos dos cursos do 2º Grupo-Fluviários deverão ser realizados em navios que operam na navegação interior, nos lagos, rios e de apoio portuário fluvial.

2.27.2- Em simuladores

a) Características de simuladores empregados para o PREST

De acordo com a recomendação exarada pela IMO na sétima reunião do Subcomitê de Elemento Humano, Treinamento e Serviço de Quarto; e com o contido no artigo IX e da Regra I/12 da Convenção STCW/78, como emendada, uma parte do PREST para os Praticantes dos cursos FONT, FOMQ, ASON, ASOM, ACON-B e ACOM-B poderá ser realizada em simuladores, desde que seja em equipamentos classificados como Categoria 1 - Completo (full mission ou full size).

As características necessárias aos Simuladores Categoria 1 para treinamento devem atender aos requisitos estabelecidos pela IMO constantes no capítulo 7 desta Norma e à Regra I/8 da Convenção STCW-78, como emendada. Nesse sentido, esses simuladores também deverão ser certificados por uma Sociedade Classificadora reconhecida pela "International Association of Classification Societies - IACS".

b) Propósito do treinamento prático em simuladores para Praticantes do PREST

No período em que o Praticante de Oficial de Náutica/Máquinas estiver realizando o Treinamento Prático em Simuladores (TPS) em complemento ao embarque do PREST, os mesmos poderão ser treinados nas competências constantes das Tabelas II/1 (Náutica) e III/1 (Máquinas) da Convenção STCW/78, como emendada, em especial, no que tange ao subitem 4 da Seção A da Regra I/12 do Código dessa Convenção.

c) Procedimentos para as empresas conveniadas que oferecerão o PREST em simuladores

Algumas empresas de navegação possuem, além dos seus navios, locais de treinamento em terra, que incluem simuladores. Caso as mesmas sejam credenciadas pela DPC como entidades privadas para ministrar Cursos Especiais de Gerenciamento de Passadiço para Oficiais/Recursos de Praça de Máquinas (EGPO/EGPM), conforme descrito no artigo 1.14 desta Norma, poderão oferecer o TPS em suas próprias instalações. Esse treinamento deverá ser custeado pela própria empresa.

Caso a empresa conveniada não possua instalações de treinamento próprias, sendo de seu interesse, poderá contratar uma empresa credenciada pela Autoridade Marítima nos moldes do parágrafo anterior para ministrar o TPS para os Praticantes do PREST. Esse treinamento também seria custeado pela própria empresa conveniada.

d) Equivalência de dias de simulador com dias de embarque para Praticantes do PREST

Serão contabilizados no cômputo de seu tempo de embarque no PREST, os dias em que o Praticante tiver realizado treinamentos em simuladores. Os tempos de equivalência entre dias de simulador e dias de embarque estão contidos na tabela a seguir:

DIAS DE SIMULADOR	DIAS DE EMBARQUE
5	15
10	30
15	60

Além disso, para efeito desta Norma, será considerado como um dia de simulador, um período de oito horas de instrução composto por atividades que incluam briefing, treinamento e debriefing. O máximo de dias possíveis de TPS para contagem de equivalência no PREST são de quinze dias de simulador.

2.28- ESCOLHA DA EMPRESA DE NAVEGAÇÃO

2.28.1- PREST para o 1º Grupo-Marítimos

Para realização do PREST, os alunos oriundos de cursos do 1º Grupo-Marítimos deverão escolher as empresas seguindo o critério da classificação escolar (para os oriundos dos cursos FONT e FOMQ, este procedimento aplica-se aos alunos do 3º ano).

As empresas conveniadas, se assim desejarem, poderão conduzir um processo seletivo de alunos para a realização do estágio em seus navios.

2.28.2- PREST e PPOB para 1º Grupo-Marítimos, 2º Grupo-Fluviários e 3º Grupo-Pescadores

O PREST e o PPOB relativos aos cursos do 1º Grupo-Marítimos, 2º Grupo-Fluviários e 3º Grupo-Pescadores deverão ser realizados em empresas que se comprometam, por documento formal, a embarcar os alunos, nos seus próprios navios, após a conclusão dos cursos.

O PIM relativo aos alunos oriundos de cursos do 1º Grupo-Marítimos depende da disponibilidade de vagas nas empresas de navegação. Com o propósito de atender ao planejamento desta DE, os OE deverão consultar formalmente as empresas de navegação de suas respectivas jurisdições, a fim de solicitar os seguintes dados: razão social e CNPJ das empresas que se comprometeram a receber praticantes em suas embarcações, para a realização do estágio; número de vagas oferecidas, por curso e por empresa; e nome, inscrição, arqueação bruta e/ou potência da máquina propulsora das embarcações oferecidas para o estágio. Esta consulta objetiva a formação de um banco de vagas para os candidatos dos cursos que possuem tal modalidade de estágio.

Estas informações deverão ser encaminhadas à DPC até 30 de setembro de cada ano, para conferência e autorização das empresas que atenderem aos requisitos previstos nas ementas dos cursos constantes no PREPOM-Aquaviários.

2.29- CANAL DE COMUNICAÇÃO COM AS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Deverá haver um canal permanente e efetivo para a comunicação entre os OE e as empresas sobre Praticantes e seus Programas de Estágio, o que permitirá que os Centros possam ser informados quanto ao andamento dos estágios e eventuais óbices, de modo a tomarem, tempestivamente, as medidas corretivas pertinentes.

AVALIAÇÃO DO EPM

2.30- PADRÕES DE QUALIDADE

Cabe à Diretoria de Portos e Costas como Órgão Central (OC) do Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM), de acordo com a Lei nº 13.194, de 24/11/2013, o preparo técnico-profissional do pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, além do desenvolvimento do conhecimento no domínio da Tecnologia Marítima e das Ciências Náuticas. O que impõe ao EPM constantes desafios, que para serem vencidos a tempo e com qualidade, coadunam com os interesses da comunidade marítima nacional e internacional, em cumprimento às Normas nacionais e internacionais.

A Autoridade Marítima Brasileira (AMB), por ser um país signatário à IMO, deve cumprir a Regra I/8 da Convenção STCW-78, como emendada, a qual prevê que todos os setores ligados à formação e certificação dos tripulantes marítimos devem realizar periodicamente avaliações regulares, por pessoas qualificadas que não estejam envolvidas nas atividades da organização.

Diante desse contexto, para assegurar que os objetivos definidos no EPM sejam alcançados, optou-se pela certificação internacional com base nos requisitos da Norma NBR ISO 9001, a qual garante o monitoramento contínuo através de um sistema de padrões de qualidade, bem como o reconhecimento dos processos empregados das atividades de planejamento, controle e avaliação dos cursos de formação, atualização e aperfeiçoamento e certificação do pessoal da Marinha Mercante. Nessa trajetória, a partir do ano de 2007, a Superintendência de Ensino Profissional Marítimo (SEPM) obteve o "Certificado de Conformidade" do Sistema de Gestão da Qualidade pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Desta forma, o EPM tem como propósito formar, atualizar, aperfeiçoar e certificar o pessoal aquaviário e portuário, oferecendo cursos com tecnologias modernas e aprimoramento contínuo dos processos empregados, a fim de atender as comunidades aquaviárias e portuárias. O padrão de qualidade reconhecido pelos resultados de avaliações independentes deverá abranger todas as alterações feitas nas Regras e nos procedimentos nacionais de acordo com emendas à Convenção e ao Código STCW, com datas de entrada em vigor posteriores à data em que as informações foram comunicadas ao Secretário-Geral. Para tanto, deverá ser enviado ao Secretário-Geral um relatório, contendo os resultados da avaliação exigida na Seção A-I/7 do Código STCW, observando os itens abaixo:

a) finalidade da avaliação independente - assegurar que os objetivos definidos pela SEPM sejam alcançados, inclusive os relativos às qualificações e à experiência dos instrutores e avaliadores;

b) periodicidade - esta avaliação deve ocorrer a intervalo não superior a cinco anos, por pessoas qualificadas que não estejam envolvidas nas atividades auditadas, de acordo com emendas à Convenção e ao Código STCW-78 (Seção A-I/8 do Código STCW); e

c) documentos de referência: Circulares do Comitê de Segurança Marítima da IMO; Regra I/7 e I/8 e Seção A-I/7 e A-I8 da Convenção e Código, STCW-78, como emendados; e Requisitos da NBR ISO 9001:2015.

CAPÍTULO 3

PROGRAMA DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO (PREPOM)

3.1- PROPÓSITO

O Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários) tem o propósito de divulgar aos Órgãos de Execução (OE), aos Órgãos de Apoio (OA), aos Órgãos Conveniados ou Terceirizados (OC/T) e à comunidade aquaviária em geral, a programação dos cursos e estágios do EPM aprovada pelo Órgão Central do Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM) para determinado ano. Do PREPOM constam, também, informações específicas sobre os cursos e estágios, tais como: condições para inscrição, propósito dos cursos, facilidades oferecidas aos alunos, certificados concedidos, local de realização, número de vagas, requisitos para matrícula, etc., respeitados os recursos financeiros disponíveis.

3.2- ELABORAÇÃO

O PREPOM-Aquaviários é elaborado, anualmente, pela Superintendência do Ensino Profissional Marítimo da DPC, conforme o fluxograma do Anexo K.

Em tese, o PREPOM visa à formação de pessoal em quantidade e qualidade compatíveis com as necessidades regionais, seja em função de carência local de mão de obra em categorias específicas, com base nos Cartões de Tripulação de Segurança (CTS) das embarcações registradas, seja em função da necessidade de repor as perdas de pessoal motivadas por razões diversas, tais como aposentadorias, mudanças de áreas, desembarque de pessoal das embarcações, restrições incapacitantes, etc. Assim, os OE terão uma base teórica para expressar as necessidades de suas respectivas áreas de jurisdição. Cabe, entretanto, ressaltar que, para ser validada essa base teórica, a comunidade aquaviária deve ser ouvida, exaustivamente, de forma a complementar esses dados com a realidade por ela vivida, de modo a permitir aos OE identificar, com maior confiabilidade, quais e quantos cursos e quantas vagas são necessárias.

Conciliando os levantamentos efetuados e o limite orçamentário corrente, o OC aprovará a programação que poderá, efetivamente, ser atendida.

3.3- SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO (SISGEPM)

Para facilitar e aperfeiçoar as atividades do EPM, a DPC desenvolveu o SISGEPM, com o propósito de facilitar a elaboração das propostas de cursos pelos OE, a montagem e o acompanhamento do PREPOM-Aquaviários, bem como controlar o desempenho dos alunos e dos professores. Sendo assim, todas as propostas deverão ser elaboradas diretamente no SISGEPM. Os OE não devem perder de vista que o FDEPM, que custeia a estrutura do SEPM, advém de contribuições da comunidade aquaviária. Assim, no processo de montagem do PREPOM-Aquaviários, deve-se ter presente como uma das metas do EPM a adequabilidade da programação dos cursos, de modo que eles sejam conduzidos em épocas oportunas evitando, sempre que possível, cursos em períodos conflitantes com os interesses das empresas ou de outras Entidades da comunidade usuária.

Em tese, é contrária ao interesse das empresas a imobilização de funcionários embarcados por períodos excessivos. Assim, é de todo recomendado que seja evitada a estanqueidade entre os OE e as Entidades envolvidas, na fase de coleta de subsídios, sendo incentivada a troca constante de informações entre as partes. Os cursos para Pescadores, por exemplo, não devem ser programados sem levar em conta o período do "defeso" de cada área, em particular.

Os OE poderão, a seu critério, verificar a possibilidade de realizar somente um processo seletivo de admissão aos cursos do EPM, por eles aplicados, nas suas respectivas áreas de jurisdição.

3.4- PROPOSTAS DE CURSOS DO EPM (PCE)

O levantamento das necessidades de cursos é consolidado pelos OE por meio de PCE, no SISGEPM, também considerando, entre outros aspectos, a época adequada, ou seja, a que permita ao aluno prosseguir, na medida do possível, exercendo sua atividade profissional durante o curso e manter o vínculo empregatício com a empresa.

As PCE e as necessidades dos OE serão submetidas à análise dos respectivos ComDN, antes do encaminhamento ao OC, via SISGEPM, exceto o CIAGA, cujo envio será efetuado diretamente à DPC. Para tanto, os itens constantes do planejamento e os prazos dos incisos abaixo devem ser observados para a elaboração do PREPOM-Aquaviários.

3.4.1- Levantamento das Necessidades

O levantamento das necessidades de cursos é consolidado pelos OE por meio de PCE, elaborada diretamente no SISGEPM, também considerando, entre outros aspectos, a época adequada, ou seja, a que permita ao aluno prosseguir, na medida do possível, exercendo sua atividade profissional durante o curso e manter o vínculo empregatício com a empresa.

Em hipótese alguma, deverão ser elaboradas propostas com base em necessidades apresentadas em anos anteriores, de modo a se evitar propostas distorcidas em relação à situação atual da área considerada, o que acarretaria dispêndio de recursos do FDEPM sem o atendimento dos interesses da comunidade contribuinte do FDEPM.

As seguintes ações deverão ser efetivadas pelo OE por ocasião do levantamento das necessidades:

a) encaminhar eventuais sugestões de alteração nas ementas dos cursos do PREPOM-Aquaviários até 30AGO do ano anterior ao da realização do curso;

b) cadastrar no SISGEPM os feriados regionais antes da inclusão da PCE;

c) consultar a comunidade aquaviária, sindicatos, empresas de navegação, colônias de pesca, associações e demais Entidades que representem a comunidade aquaviária (Art. 3.2 desta norma), assim como o SISAQUA, a fim de conhecer as necessidades reais dos cursos para Aquaviários, compatíveis com as respectivas áreas de jurisdição dos OE, a fim de minimizar solicitações de cursos na modalidade Extra-PREPOM e Extra-FDEPM alegando "carências de pessoal qualificado";

d) os CI deverão, além de ouvir componentes da comunidade marítima, ouvir as CPAOR e CPRJ a fim de identificar demandas das cidades de Belém e Rio de Janeiro, respectivamente, para, de posse dessas demandas, elaborar as PCE;

e) avaliar e implementar medidas que possibilitem a redução dos custos dos cursos, de modo a proporcionar a aprovação de um número maior de cursos a serem realizados;

f) priorizar a distribuição/disponibilização digital de instruções, apostilas, material didático, substituindo, quando possível, o fornecimento de material impresso; e

g) considerar os Cursos Especiais que não constam como disciplinas dos cursos FONT, FOMQ, ASON, ASOM, ACON, ACOM e APMA.

Após a elaboração das PCE, os OE deverão gerar uma cópia de segurança, por meio da opção RELATÓRIOS/PROPOSTA DE CURSO, a qual poderá ser solicitada, a qualquer momento pela DPC, em caso de necessidade. Para elaboração desses subsídios, os OE deverão, ainda, efetuar uma leitura prévia e cuidadosa dos documentos pertinentes ao EPM, disponível no site da DPC na INTRANET.

3.4.2- Instruções para a elaboração das PCE pelos OE

a) preferencialmente, programar os períodos de "inscrição" dos cursos para iniciar a partir de FEV e os períodos de "realização" dos cursos para iniciar a partir de ABR, exceto para aqueles conduzidos pelos CI ou que sejam continuação do ano anterior ou referentes à fase presencial de curso semipresencial, o que deverá ser discriminado no campo "observação" da PCE, ou ainda os cursos para Pescadores, que não deverão ser programados sem levar em conta o período do "defeso" de cada área, em particular;

b) considerar os cursos que não foram realizados nos últimos anos e, ao propô-los, discriminar no campo "observação" da PCE desde quando o curso não é oferecido;

c) utilizar rigoroso critério para estabelecer as prioridades (alta, média ou baixa) das PCE, fundamental para assessorar processo de decisão de aprovação e cortes;

d) preencher adequadamente o campo "justificativa" da PCE, descriminando item por item, a fim de evitar cortes desnecessários. Este detalhamento visa esclarecer à DPC os critérios utilizados pelo OE para estabelecer a necessidade de recurso para cada curso proposto. As solicitações de recurso não justificadas estarão sujeitas a corte;

e) deverão ser previstas as despesas relativas ao transporte dos alunos para a fase presencial dos APAQ, de/para suas localidades de domicílio aos CI;

f) as necessidades de recursos apresentadas na PCE, relativa ao Auxílio Financeiro deverão estar de acordo com o previsto no Anexo I da referência;

g) com relação aos cursos CFAQ-MAC/MAM, CFAQ-MAF/MMA, CFAQ-POP1/MOP1 e CFAQ-POP2/MOP2 a coordenação deverá ser realizada por tripulante do OE, devidamente "habilitado";

h) todas as turmas solicitadas deverão possuir períodos de inscrição e de realização do curso definidos, não sendo permitido o período "ASD", com exceção do período de inscrição do curso APMA, do CIABA;

i) os OE que solicitarem os cursos CFAQ-MOC e CFAQ-MOM deverão verificar junto às empresas de navegação interesse em disponibilizar vagas para o Programa de Instrução no Mar (PIM) e informar ao ComDN, até a data limite de envio das PCE, a existência ou não de vagas. Os ComDN deverão consolidar as informações e encaminhar a esta DE;

j) o pagamento de instrutores autônomos ou contratados deverá ser calculado pela Carga Horária Real do curso (não considerar a Carga Horária Total para fins de cálculo);

k) os OE deverão informar ao CIAGA suas necessidades de renovação de publicações desgastadas e aquele CI deverá consolidar as informações e encaminhar por meio da despesa Material Didático Indireto;

l) orientações sobre custos diretos e indiretos serão disseminados pela DPC aos OE por meio de Circular que será transmitida, anualmente, em época oportuna; e

m) Prazos para elaboração das PCE pelos OE

Os OE deverão elaborar as PCE conforme os prazos abaixo discriminados:

I) As PCE das Delegacias e Agências deverão ser elaboradas diretamente no SISGEPM, até 31 de julho do ano A-1 (sendo A o ano de realização do curso), para a avaliação por parte das Capitanias a que estiverem subordinadas. Esta avaliação deverá ocorrer, no SISGEPM, até em 11 de agosto do ano A-1, ocasião em que as Capitanias e o Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) também disponibilizarão as suas próprias PCE, no mesmo sistema, para análise do ComDN a que estiverem subordinados. O ComDN deverá avaliar, no SISGEPM e até 31 de agosto do ano A-1, as PCE das Capitanias, Delegacias e Agências subordinadas e do CIABA, no caso do Com4ºDN, para análise da DPC; e

II) O Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) deverá elaborar suas PCE, no SISGEPM, até 31 de agosto do ano A-1, para análise da DPC. As datas a serem observadas constam do quadro abaixo:

DATA		QUEM	AÇÃO
JUL/AGO	10/7 até 31/7	Delegacias e Agências	Elaboração e inserção das PCE no SISGEPM
AGO	01/8 até 11/8	Capitanias	Avaliação das PCE das Delegacias e Agências e posterior inserção das suas PCE no SISGEPM
	10/7 até 11/8	Capitanias	Elaboração e inserção das PCE no SISGEPM
	10/7 até 11/8	CIABA	Elaboração e inserção das PCE no SISGEPM
	12/8 até 31/8	ComDN	Avaliação das PCE das CDA e do CIABA e aprovação/reprovação no SISGEPM
	10/7 até 31/8	CIAGA	Envio das PCE no SISGEPM

Caso a data estabelecida para o término do prazo citado no quadro acima coincida com dia não útil (sábados, domingos e feriados), deverá ser considerada o dia útil subsequente.

3.5- ORGANIZAÇÃO

A Superintendência do Ensino Profissional Marítimo manterá entendimentos com os demais setores da DPC e, eventualmente, com os OE, para compatibilizar e atender as necessidades apresentadas no PREPOM pelo SEPM.

3.6- ANÁLISE E APROVAÇÃO

As PCE serão analisadas no SISGEPM pela DPC. Após a análise pelo setor correspondente, as propostas serão encaminhadas para a apreciação do Superintendente do Ensino Profissional Marítimo e, posteriormente, para a aprovação do Diretor de Portos e Costas. Isto feito, a DPC informará aos OE os valores autorizados para cada curso, por ND, disponibilizando o MPCA no SISGEPM.

3.7- DIVULGAÇÃO

Após aprovação do Diretor de Portos e Costas, o PREPOM será divulgado, para conhecimento e providências dos Órgãos integrantes do SEPM e das Entidades interessadas, até 30 de dezembro do ano anterior à realização dos cursos e ficará disponível na intranet e na internet (www.dpc.mb e www.dpc.mar.mil.br, respectivamente), onde será mantido devidamente atualizado.

3.8- ALTERAÇÕES DO PREPOM

As solicitações de alterações na programação de cursos estabelecida no PREPOM deverão seguir os seguintes procedimentos:

a) Modificações sobre quantidade de alunos ou períodos de cursos

Os OE deverão dirigir suas solicitações diretamente à DPC que decidirá sobre a demanda realizada; e

b) Cancelamento ou troca de cursos

As solicitações de alteração na programação de cursos estabelecida no PREPOM que guardem relação com cancelamento e inclusão de cursos deverão ser encaminhadas diretamente aos ComDN que, após juízo de valor, transmitirão, caso julguem conveniente, as respectivas demandas à Diretoria Geral de Navegação (DGN).

Caso a DGN autorize, todo o processo deverá ser enviado à DPC, no mínimo em até 10 dias úteis antes da data estabelecida para o evento, com vistas ao controle e providências. A referida alteração deverá ser lançada no SISGEPM por meio da opção "gerenciar turma/cancelar turma ou adiar turma", mencionando os fatores determinantes da alteração pretendida.

A alteração na programação dos cursos não implicará mudança na numeração da turma, prevalecendo a sequência divulgada no PREPOM correspondente.

3.9- ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento dos cursos do SEPM será efetuado pela DPC, por meio dos dados estatísticos fornecidos pelos OE.

CAPÍTULO 4

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ENSINO A DISTÂNCIA - EAD - CURSOS PARA MERGULHADORES - CERTIFICAÇÃO - TREINAMENTO PARA AQUAVIÁRIOS - A MB NO ENSINO REGULAR - CONVÊNIO ENTRE A MB E AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO

4.1 - ENSINO A DISTÂNCIA (EAD)

4.1.1 - PROPÓSITO

Tem por propósito permitir ao Aquaviário adquirir os conhecimentos necessários para acesso às categorias superiores do respectivo grupo, bem como para o seu aperfeiçoamento e atualização profissional, de forma não presencial ou semipresencial, garantindo, assim, o mínimo afastamento de sua rotina de trabalho.

4.1.2 - CONCEITUAÇÃO

Caracteriza-se a educação a distância como a modalidade educacional em que a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (Art.1º do Decreto nº 5.622/2005 - Regulamenta o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB).

4.2 - APLICAÇÃO

A Educação a distância é aplicada conforme a seguir:

4.2.1- Por meio de material impresso ou de conteúdo armazenado digitalmente mídia (pen drive, CD, etc), obtido em um OE, separados por módulos: nesse processo, o OE deverá designar, por Portaria, com cópia para os Centros de Instrução, um Orientador de Aprendizagem (OAp), o qual servirá de elo de ligação entre o aluno e a estrutura que provê o curso. A esse profissional cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

a) verificar, inicialmente, se o candidato preenche os requisitos estabelecidos no Módulo Orientador do curso;

b) elaborar, com a participação do aluno, um Plano de Estudo;

c) esclarecer, sempre que necessário, as dúvidas dos alunos. Caso o OAp não consiga dirimir alguma dúvida, deverá buscar ajuda no próprio OE, entre os servidores (militares ou civis) que tenham conhecimentos mais avançados sobre o assunto. Se a dúvida persistir, o OAp deverá encaminhá-la ao CIAGA;

d) aplicar as provas dos módulos;

e) preencher a Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento, registrando as informações julgadas pertinentes relativas à entrega de material instrucional, aplicação de prova, resultado de avaliações e outras observações importantes sobre o aluno durante o desenvolvimento do curso; e

f) caso necessário, atender alunos de outros OE. Informações detalhadas poderão ser encontradas no Módulo para o Aplicador, utilizado pelo OA e no Módulo Orientador fornecido ao aluno.

4.2.2- Método on-line (veiculado pela internet): para os cursos totalmente a distância, hospedados em um Ambiente Virtual de Aprendizagem; e

4.2.3 - De forma semipresencial: integração da parte modular e/ou on-line com a parte presencial.

Nos métodos on-line e semipresencial não há designação formal de um OAp, como no sistema modular, mas sim de um Tutor, que comporá, junto com outros profissionais, uma equipe multidisciplinar de especialistas.

4.3 - COORDENAÇÃO

A coordenação dos cursos modulares é feita pelo próprio CIAGA e o apoio e controle desses cursos são feitos, conforme o caso, pelo CIAGA ou CIABA. A execução caberá aos setores do EPM dos OE designados, devendo ser observadas as instruções específicas que tratam do assunto. A coordenação e a execução dos cursos via web cabem ao CIAGA.

4.4 - INSCRIÇÃO

A inscrição do aluno no curso modular é realizada no CIABA, CP, DL e AG (somente aquelas AG que possuam local para aplicação da prova). A inscrição dos cursos via web e semipresencial é feita pelo CIAGA, a partir da internet, no seguinte endereço eletrônico: http://www.ciaga.mar.mil.br, clicando em seguida no link de cursos on-line.

4.5 - MATRÍCULA

Para os cursos modulares não há limite de vagas e o pré-requisito para matrícula a ser observado consta do PREPOM. Dessa forma, todos os candidatos inscritos que preencham os pré-requisitos são automaticamente matriculados.

Para os cursos via web são estimadas cerca de trinta vagas por OA. De forma similar aos cursos modulares, as matrículas dos alunos inscritos são confirmadas a partir dos critérios estabelecidos no PREPOM. Aqueles que preencherem os requisitos e não tiverem suas matrículas confirmadas, em face da limitação de vagas, terão seus nomes cadastrados em um banco de dados, de modo a assegurar a participação desse pessoal em curso futuro.

4.6 - AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

4.6.1- Entende-se por AVA o ambiente concebido com a finalidade de prover uma infraestrutura informatizada completa, envolvendo a criação, condução e a administração de ambientes de aprendizagem utilizados em cursos a distância, em complementos a distância de cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio remoto ao processo ensino-aprendizagem.

4.6.2 - Os cursos na modalidade a distância serão sempre apoiados por um AVA do CIAGA.

4.7 - ESTRUTURA DE EAD NO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO

4.7.1 - O organograma das OM que integram o SEPM disporá de um elemento organizacional responsável por conduzir, elaborar e apoiar os cursos a distância que poderá ser estruturado como Núcleo de EAD, Divisão, Departamento de Ensino a Distância ou setores congêneres, conforme as peculiaridades de cada OM.

4.7.2 - Conforme mencionado no artigo 4.3, na elaboração de cursos online e semipresenciais é prevista a composição de uma equipe multidisciplinar de especialistas com a responsabilidade de desenvolver o trabalho de criação e de acompanhamento dos cursos.

4.7.3 - A mencionada equipe deverá ser composta pelos seguintes profissionais e respectivas atribuições:

a) Administrador - divulgação do curso, gerenciamento do AVA e supervisão de todas as etapas que compõem o curso;

b) Coordenador - coordenação do curso, desde a etapa do planejamento até a sua execução, englobando a administração do AVA, avaliação do conteúdo do curso em relação aos objetivos previstos, a avaliação do tutor e a atualização curricular. Essa função deve ser exercida, preferencialmente, por Pedagogo;

c) Conteudista - a seleção e a produção do material escrito, conforme os objetivos e conteúdo definidos pelo currículo do curso, a indicação da bibliografia e a elaboração de questões para a composição das provas;

d) Tutor(es) - planejamento, elaboração e acompanhamento das atividades de mediação pedagógica relacionadas com a aprendizagem, esclarecendo-lhes as dúvidas e favorecendo a motivação e interação dos alunos;

e) Pedagogo - construção do Projeto Pedagógico do curso, acompanhamento do processo de realização do curso, análise pedagógica do material aplicado, definição dos instrumentos de avaliação e configuração das ferramentas do AVA;

f) Informático - ao informático compete o apoio técnico relativo a recursos de hardware e software aos alunos e tutores;

g) Webdesigner - desenvolvimento do layout do curso a ser inserido no AVA; e

h) Revisor - revisão gramatical de todo o material escrito do curso e adequação da linguagem utilizada à última reforma ortográfica, em vigor a partir de janeiro de 2009. Essa função deve ser exercida, preferencialmente, por profissional de nível superior com formação em Letras.

4.8 - TUTORIA

4.8.1 - O papel de tutor é de fundamental importância na condução dos cursos a distância, devendo a sua participação, portanto, ser ativa, a fim de suprir a distância física e temporal entre os principais envolvidos.

4.8.2 - As principais tarefas do tutor são: esclarecer as dúvidas relativas ao conteúdo das disciplinas, orientar a aprendizagem, sugerir novas leituras, propor tarefas, identificar dificuldades, supervisionar as atividades programadas e dar retorno do desempenho dos alunos.

4.8.3 - A comunicação entre alunos e tutores poderá ser realizada por diversos canais: telefone, e-mail, fax, videoconferência, dentre outros.

4.8.4 - Ao final de cada curso a coordenação avaliará o tutor por meio de ficha específica, conforme modelo do Anexo L.

4.9 - PLANEJAMENTO DE CURSOS A DISTÂNCIA

4.9.1 - No planejamento de um curso a distância as seguintes características devem ser especialmente consideradas: a definição de objetivos metodológicos e pedagógicos do curso adaptados ao perfil dos alunos; a relação do conteúdo acadêmico com o nível de abordagem, de acordo com o currículo do curso; a definição da modalidade do curso; a utilização apropriada das mídias disponíveis; a definição de estratégias que favoreçam o desenvolvimento cognitivo do aluno e a seleção de instrumentos de avaliação compatíveis com o curso desenvolvido.

4.9.2 - Deverão ser estabelecidas estratégias que favoreçam a aprendizagem e ampliem o conhecimento dos alunos, utilizando-se das ferramentas do AVA e permitindo a interação (entre os alunos/tutores/coordenador/conteúdo) e o aumento da autonomia durante o transcorrer do curso.

4.9.3 - A duração dos cursos a distância constará dos currículos.

4.10 - PROPRIEDADE INTELECTUAL

Na seleção e produção de materiais didáticos para os cursos a distância (textos, imagens, sons, links, dentre outros) deverão ser preservados os direitos autorais.

4.11 - FREQUÊNCIA NOS CURSOS A DISTÂNCIA

4.11.1 - As OM responsáveis por cursos a distância deverão elaborar instruções específicas para os referidos cursos, apresentando um cronograma com os períodos de início e término das disciplinas, metodologia empregada, organização e outras comunicações necessárias à condução do curso. Tais informações deverão ser claras, objetivas, divulgadas em local de fácil acesso e em tempo hábil.

4.11.2 - Embora o aluno possa planejar o seu horário de estudo, é de todo recomendável que lhe seja proposto o estabelecimento de uma rotina. Assim, será mais fácil para ele organizar-se, de modo a cumprir o cronograma estabelecido e as atividades programadas.

4.11.3 - No que se refere à frequência, esta deverá ser controlada pelo tutor e pelo coordenador do curso, por intermédio dos acessos AVA, das participações nas atividades e da realização das tarefas propostas.

4.11.4 - No caso de ser constatado que o aluno não acessa/participa do curso com a frequência esperada, dando indícios que poderá vir a prejudicar o cronograma programado, deverá ser providenciado um contato via e-mail, telefone ou outro meio de comunicação, pelo tutor, com a finalidade de obter os esclarecimentos necessários.

4.12 - QUESTIONÁRIO FINAL DE CURSOS A DISTÂNCIA

4.12.1- Ao término do curso deverá ser aplicado o questionário pedagógico na plataforma MOODLE.

4.12.2- O questionário tem por objetivo identificar as facilidades e dificuldades encontradas pelos alunos, visando ao aperfeiçoamento do curso.

4.13 - AVALIAÇÃO

4.13.1- A avaliação dos cursos a distância é feita obedecendo ao previsto no currículo do curso. As provas dos cursos são realizadas nos OE designados. As despesas de locomoção para a realização de provas correrão por conta dos alunos.

4.13.2- Os OE designados para a realização de provas deverão disponibilizar salas (utilizar, preferencialmente, salas de aula já existentes), livres da interferência de ruídos que possam perturbar os alunos. No caso de prova eletrônica devem ser também disponibilizados, no mínimo, dois microcomputadores com acesso à internet. No caso de cursos modulares, as provas impressas devem ser aplicadas nesses mesmos ambientes, preferencialmente salas de aula existentes, livres da interferência de ruídos.

CURSOS PARA MERGULHADORES

4.14- PROCEDIMENTOS

Os cursos expeditos destinados a mergulhadores farão parte, regularmente, do PREPOM-Aquaviários e têm a finalidade de aprimorar a formação dos contribuintes do FDEPM pertencentes ao 4º Grupo - Mergulhadores. As inscrições serão efetuadas no Centro de Instrução e Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché (CIAMA) ou em Entidades credenciadas pela DPC para aplicar cursos de mergulho. Para os cursos desenvolvidos no CIAMA, as empresas não contribuintes do FDEPM que apresentarem candidatos aos cursos não farão jus ao direito de patrocínio e, ainda, a matrícula desses candidatos ficará condicionada à disponibilidade de vagas.

Os recursos destinados a esses cursos somente serão encaminhados ao OE mediante a confirmação da realização do curso. Caso não haja o(s) curso(s) previsto(s), os recursos a ele(s) destinado(s) em MPCA não serão encaminhados ao CIAMA, devendo ser aplicados no SEPM.

As instruções referentes à inscrição nos cursos destinados a mergulhadores, tanto quanto os demais, serão estabelecidas no PREPOM-Aquaviários, de acordo com os dados fornecidos pelo CIAMA.

CERTIFICAÇÃO

4.15- HABILITAÇÃO APÓS OS CURSOS E ESTÁGIOS DO SEPM

Ao concluírem cursos e estágios do SEPM com aproveitamento, os alunos receberão um certificado, emitido pelo OE, conforme estabelecido no currículo de cada curso e nas disposições contidas nas Normas da Autoridade Marítima para Aquaviários - NORMAM-13/DPC, habilitando o portador a exercer as funções indicadas no referido documento ou conforme autorizado pela legislação nacional.

No caso específico dos cursos "on-line", a certificação será sempre emitida pelo CIAGA.

TREINAMENTO PARA AQUAVIÁRIOS

4.16- RESPONSABILIDADES

As empresas são responsáveis por prover treinamento a seus Aquaviários, em conformidade com: a Regra I/14, da Convenção STCW-78, como emendada; o Cap. III, Parte B, Regra 19 da Convenção SOLAS; e § 8.2, do ISM Code, em continuação aos cursos ministrados pelo SEPM. Nesse caso, o EPM atua, apenas, de forma complementar, como previsto na sua regulamentação.

As empresas devem ser alertadas, também, para que os marítimos embarcados recebam as noções básicas e treinamento ou instrução básica de segurança, de acordo com a Seção A-VI/I do Código STCW, como emendado, obedecendo aos padrões nele especificados.

Embora a legislação mencionada preveja treinamento apenas para marítimos, o treinamento ou instrução deverão ser aplicados, também, como couber, aos Aquaviários pertencentes aos demais Grupos.

A MB NO ENSINO REGULAR: CONVÊNIO ENTRE A MB E AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO

4.17- PROPÓSITO

Contribuir para a formação de uma mentalidade aquaviária nos alunos do Ensino Fundamental, de modo a conscientizá-los e incentivá-los à conservação e valorização das áreas marítimas e ribeirinhas, fundamentada na aprendizagem de regras básicas de: segurança da navegação, prevenção da poluição no meio aquático e sobrevivência do náufrago.

4.18 - FORMA DE APLICAÇÃO

As escolas deverão explorar o conteúdo alusivo aos assuntos: Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar (RIPEAM), prevenção da poluição no meio aquático e sobrevivência do náufrago, inserindo, adequadamente, esses conteúdos nas disciplinas regulares de Geografia, Ciências e Estudos Sociais.

4.19 - PROCEDIMENTOS

4.19.1 - Os OE devem manter contato com as Secretarias Estaduais ou Municipais de Educação (SEDUC), a fim de explicar a importância e a necessidade de serem firmados convênios.

4.19.2 - Os OE que já firmaram convênio deverão manter a DPC informada dos resultados que estão sendo alcançados, de forma a permitir o seu contínuo aperfeiçoamento.

4.19.3 - Os OE que já mantiveram contato com as SEDUC, mas ainda não obtiveram êxito, devem persistir nos contatos preliminares, de forma a motivá-las a firmar os convênios.

4.19.4 - Antes de firmar os convênios, os OE deverão submeter suas minutas à apreciação da DPC, informando o número de escolas, professores e alunos beneficiados e eventuais recursos financeiros necessários. Somente após a autorização da DPC, os OE deverão iniciar o trâmite oficial de documentos.

4.19.5 - As Capitanias, Delegacias e Agências devem prever nos acordos o fornecimento de todo o material didático às escolas, para utilização pelos professores e alunos. Os convênios devem possuir a validade de um ano e poderão ser renovados por meio de termo aditivo.

CAPÍTULO 5

OUTROS CURSOS E ATIVIDADES DE INTERESSE

5.1- CURSOS PARA O PESSOAL DE ÓRGÃOS PÚBLICOS

A habilitação de pessoal lotado em órgãos públicos Extra-MB, para o desempenho de atividades como tripulantes ou condutores de embarcações a serviço exclusivo desses órgãos, poderá ser concedida mediante a aprovação nos seguintes cursos:

5.1.1- Especial Avançado para a Condução de Embarcações de Estado no Serviço Público na Navegação Costeira (EANC) - para conduzir embarcações empregadas na navegação costeira a serviço de Órgãos Públicos (Extra-MB);

5.1.2- Especial para Condução de Embarcações de Estado no Serviço Público (ECSP) - para patroar embarcações empregadas na navegação interior a serviço de Órgãos Públicos (extra- MB); e

5.1.3- Especial para Tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público (ETSP) - para tripular ou conduzir pequenas embarcações - de até oito metros de comprimento, incluindo lanchas do tipo LAEP-7 com motor de centro - empregadas na navegação interior a serviço de Órgãos Públicos (Extra-MB).

Para os cursos ECSP e ETSP, as solicitações dos Órgãos Públicos interessados poderão ser feitas a qualquer tempo e devem ser encaminhadas ao OE com jurisdição na área, que condicionará o atendimento à sua disponibilidade atual, desde que não haja ônus para a MB. Para o Curso EANC, as solicitações devem ser encaminhadas a um CI. As condições para a aplicação do curso solicitado, incluindo as despesas decorrentes (complemento alimentar do EPM, pagamento de instrutor(es) e coordenador, material didático, etc.) serão de inteira responsabilidade do órgão solicitante.

O OE deverá solicitar ao Comando de Distrito Naval de sua área de jurisdição, via cadeia de comando, autorização para iniciar o curso. Não é necessária a autorização da DPC para a realização desses cursos, porém, a DPC deverá ser informada, por mensagem, quando esses cursos tiverem início.

Ao término de um curso, o OE deverá expedir a correspondente Ordem de Serviço de conclusão, não sendo necessário o envio dessa OS à DPC.

Os aprovados não farão jus à CIR, nem serão inscritos no SISAQUA; receberão, tão somente, o certificado de conclusão correspondente, de acordo com o curso realizado, conforme os modelos constantes do Anexo M.

Em complemento ao certificado de conclusão, deverá ser emitida pelos OE, ainda, a carteira constante do Anexo M com a validade de cinco anos, renovável por iguais períodos.

Em caso de dano, extravio, roubo ou furto, o requerente poderá solicitar, ao OE que realizou o curso, a emissão de 2ª via/Revalidação da Carteira do Curso ETSP, ECSP ou EANC, de posse dos seguintes documentos: Ofício do Órgão Público, discriminando o motivo da solicitação da 2ª via; Carteira de Identidade do servidor público, titular do documento a ser emitido, dentro da validade (original e cópia simples); e CPF do servidor público, titular do documento a ser emitido (original e cópia simples). No caso de Revalidação, além dos documentos supracitados, o requerente deverá apresentar a carteira com a validade expirada.

Nos currículos destinados à formação do pessoal de Órgãos Públicos não estão previstos conteúdos específicos sobre moto aquática. No entanto, quando houver a necessidade do Órgão Público solicitante habilitar o Servidor Público na condução de moto aquática, este deverá comprovar a conclusão do curso de ETSP e ter participado de aulas práticas para uso do equipamento. O instrutor da disciplina para a condução de moto aquática deverá possuir o conhecimento técnico e a qualificação profissional mínima requerida, além da carteira de motonauta.

Deverão ser cumpridos os conteúdos programáticos previstos na seção II do Anexo 5-A da NORMAM-03, para condução de moto aquática, tais como: limites operacionais do equipamento; técnicas de pilotagem; regras para saída e aproximação segura de praias; conhecimento sobre as áreas seletivas para navegação; situações de emergência, e outros constantes daquele anexo. Ao final desse processo, o Servidor Público que obtiver a referida qualificação deverá ter registrada na carteira de habilitação de Órgãos Públicos também a seguinte classificação: "Apto para conduzir moto aquática nos limites da navegação interior".

Os cursos Especial Avançado para a Condução de Embarcações de Estado no Serviço Público na Navegação Costeira (EANC), Especial para Condução de Embarcações de Estado no Serviço Público (ECSP) e Especial para Tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público (ETSP) deverão sempre ser ministrados por militares e nas instalações do OE coordenador. Em casos de impossibilidade, em decorrência das distâncias envolvidas entre o Órgão Público solicitante e o OE, poderão ser ministrados nas instalações daquele órgão, porém, sempre por militares do OE.

5.2 - CURSOS PARA ESTRANGEIROS

Os cursos do SEPM poderão ter vagas abertas a estrangeiros oriundos de países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas, devendo ser atribuída maior prioridade àquelas com os quais existam acordos culturais. Os procedimentos para a obtenção dessas vagas e demais instruções pertinentes à realização de tais cursos encontram-se em normas

específicas, aprovadas pelo Estado-Maior da Armada, quais sejam: O Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME) e o Programa Anual de Cursos de Curta Duração (PACCD).

Demais casos, que envolvam solicitações de inscrições de estrangeiros em cursos do EPM, deverão ser submetidos à DPC.

5.3 - CURSOS E ESTÁGIOS PARA O PESSOAL DAS CAPITANIAS, DELEGACIAS E AGÊNCIAS

Por ocasião do envio de subsídios para a revisão do Plano de Ação aos Relatores-Adjuntos (ComDN), os OE devem incluir as necessidades de recursos financeiros, por natureza de despesa, para o custeio de passagens e diárias para o pessoal indicado para realizar alguns cursos e estágios previstos no PREPOM-Aquaviários.

A elaboração e o trâmite das PCE devem atender ao estabelecido no artigo 3.4 destas normas.

5.4 - CURSOS E ATIVIDADES EM ESTABELECIMENTOS E INSTITUIÇÕES NO PAÍS E NO EXTERIOR

Os procedimentos para a participação de militares e servidores civis em cursos e atividades de interesse do SEPM, Extra-MB, em estabelecimentos e instituições no Brasil e no exterior, que não aqueles detalhados no PREPOM-Aquaviários, são regulamentados por norma específica, podendo os OE elaborar propostas, anualmente, de acordo a sistemática em vigor.

5.5 - ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS DE INTERESSE

Além dos cursos previstos nestas normas, sempre que necessário, poderão ser programadas atividades que tenham como propósito complementar o ensino, divulgar fatos de importância para a Marinha Mercante e/ou promover a atualização dos Aquaviários.

Essas atividades extraordinárias poderão ser realizadas sob a forma de cursos, palestras, seminários, convenções, painéis, exposições, propagandas e outros, observando os seguintes procedimentos:

5.5.1- Planejamento

As atividades extraordinárias mencionadas, na medida em que tenham ligação com o EPM ou que colaborem para a difusão no país de uma mentalidade marítima, poderão ser custeadas com recursos do FDEPM. Assim, os OE que desejarem executar, em sua região, atividades assim enquadradas, que exijam a realização de cursos ou estágios, deverão planejá-las conforme a sistemática do Capítulo 3 desta norma. As demais atividades, como palestras, seminários, simpósios etc. deverão ser propostas por expediente circunstanciado à DPC;

5.5.2- Elaboração e Aprovação das Propostas

As propostas de cursos ministrados em estabelecimentos e instituições no país deverão ser encaminhadas à DPC, pelos OE, via ComImSup, contendo uma justificativa com o(s) objetivo(s) almejado(s) e o custo previsto, atendendo aos prazos do artigo 3.3 desta norma. As demais atividades serão divulgadas por documentos específicos da DPC.

Após a análise da DPC, ocasião em que são verificados, dentre outros aspectos, a pertinência do proposto com os propósitos da legislação em vigor, as propostas julgadas adequadas são incluídas em previsão orçamentária, para aprovação; e

5.5.3- Divulgação

As atividades extraordinárias deverão, sempre que possível, constar do PREPOM e da página da DPC na Internet. Esse procedimento, além de divulgar, em âmbito nacional, as realizações da Marinha do Brasil na administração do FDEPM, permite à DPC uma maior precisão na montagem dos subsídios necessários para o Plano Diretor.

5.6 - HOMOGENEIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

Visando a homogeneidade de procedimentos e de linguagem, a DPC promoverá, sempre que possível, encontros com os responsáveis pelo EPM dos OE.

CAPÍTULO 6

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

6.1 - PROPÓSITO

Tem por propósito ser um instrumento norteador no que tange à avaliação do processo ensino-aprendizagem nos cursos do SEPM. Este processo consiste em determinar em que medida os objetivos educacionais foram alcançados de acordo com os currículos em vigor aprovados pela DPC e aplicados pelos Órgãos de Execução (OE).

Entende-se que a avaliação do processo ensino-aprendizagem tem início e fim em toda atividade pedagógica, sendo necessário ao docente observar modalidades e funções presentes nesse processo, conforme a descrição abaixo:

-AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA - Tem a função básica de informar sobre o contexto do aluno, bem como a condição em que o trabalho pedagógico será desenvolvido. Ou seja, deseja-se nessa fase verificar a presença ou a ausência de pré-requisitos para novas aprendizagens.

-AVALIAÇÃO FORMATIVA - Objetiva captar os avanços e as dificuldades que se manifestam durante o processo pedagógico. Como avaliação preventiva, deve ser feita em um tempo hábil para que se sanem as dificuldades detectadas. Tem a função de informar, constantemente, aos agentes do processo de ensino e aprendizagem (professor e aluno) o que está acontecendo. Os resultados da avaliação formativa devem mostrar a necessidade de se reverem planos ou de retomarem decisões reestabelecidas.

-AVALIAÇÃO SOMATIVA - É a mais utilizada, pois é a que vai demonstrar a nota ou o conceito do aluno para um determinado período. Esse período pode ser uma semana, um mês, uma unidade, uma aula, um bimestre, um trimestre, um semestre ou um ano letivo. Acontece ao final de um trabalho e demonstra um produto alcançado.

6.2 - DIRETRIZES GERAIS

Compete aos OE avaliar o processo ensino-aprendizagem dos cursos por eles conduzidos. Esta avaliação deverá ocorrer de forma contínua, sistemática, cumulativa, funcional, orientadora e integral. Assim, são relacionados a seguir os principais propósitos a serem atingidos:

6.2.1- Verificar se os objetivos educacionais estabelecidos foram alcançados;

6.2.2- Instruir procedimentos técnico-administrativos dos docentes, orientadores e coordenadores, para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem; e

6.2.3- Definir as condições de habilitação dos alunos, de acordo com os padrões de competência estabelecidos para a qualificação requerida.

6.3- INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os instrumentos de avaliação a serem utilizados no SEPM são testes, trabalhos (individual ou em grupo) e provas (escritas, orais e/ou práticas). Os OE deverão dar atenção para que esses instrumentos estejam rigorosamente de acordo com os objetivos específicos preconizados nos sumários das disciplinas, conforme o currículo de cada curso.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem dos cursos aplicados pelos OE, incluindo os Centros de Instrução, CIAGA e CIABA, observará critérios específicos comuns ratificados pela DPC.

Será atribuída nota zero ao aluno que faltar aos testes, trabalhos ou às provas, sem motivo justificado. As seguintes situações, quando acompanhadas de documento(s) comprobatório(s), poderão ensejar o enquadramento de "justo motivo" para a falta:

6.3.1- Motivo de saúde;

6.3.2- Falecimento de pessoa da família, até o 2º grau de parentesco (avós e netos); e

6.3.3- Outro motivo julgado relevante pelo titular do OE.

Nos casos em que a falta for considerada justificada, o aluno terá direito a realizar uma 2ª chamada da prova perdida.

O resultado da verificação da aprendizagem no SEPM, além de notas em escalas numéricas de zero a dez, com aproximação a décimos, também poderá ser expresso na forma de conceito, em função dos critérios estabelecidos nos Sumários das disciplinas, devendo ser utilizada, no caso de conceito, a menção satisfatória ou insatisfatória.

Ao aluno que se utilizar de recursos ilícitos durante a realização de avaliação deverá ser atribuída a nota zero.

6.4 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem dos cursos do SEPM observará os seguintes critérios.

6.4.1- As disciplinas com carga horária de até trinta horas-aula terão uma única avaliação; e

6.4.2 - As disciplinas com mais de trinta horas-aula terão, ao menos, duas avaliações, de modo que a aprendizagem seja verificada em intervalos curtos e regulares, a fim de evitar o acúmulo de matéria, pelos alunos, para uma única avaliação. A média das disciplinas, ao término das avaliações, será a média aritmética das notas obtidas individualmente.

No intervalo entre as provas poderão ser aplicados testes ou trabalhos, abrangendo partes específicas do conteúdo da disciplina. Nessa hipótese, os resultados dessas avaliações também comporão as notas das provas, participando com até quarenta por cento de seu valor máximo. As provas deverão abranger todas as Unidades de Ensino, de modo a permitir que todos os objetivos propostos nos sumários das disciplinas sejam alcançados.

Nos cursos de curta duração ou eminentemente práticos, as avaliações poderão ser baseadas em observações sobre o desempenho do aluno. Em qualquer caso, o sumário do curso deverá especificar o critério de avaliação adotado.

6.5- APROVAÇÃO

Nos cursos presenciais, a aprovação do aluno está condicionada à conclusão de cada disciplina, com aproveitamento, nos aspectos didáticos e de frequência.

A aprovação ocorrerá nos seguintes casos:

6.5.1- Na disciplina

Quando o aluno obtiver a média/nota igual ou superior à mínima prevista no sumário e alcançar a frequência de 80%, conforme consta no currículo do curso.

6.5.2- Na prova de recuperação

Quando o aluno obtiver nota mínima prevista no currículo do curso.

6.5.3- No curso

Quando o aluno lograr êxito em todas as disciplinas e a sua frequência for igual ou superior a noventa por cento do total das aulas e/ou atividades programadas.

Será considerada falta, para fins de aprovação na disciplina, o atraso superior a dez minutos após o início de uma atividade ou a saída não autorizada durante o seu desenvolvimento.

Excepcionalmente, poderão ser fixadas média e frequência diferentes das aqui especificadas, desde que uma necessidade especial justifique tal diferenciação. Especialmente nesses casos, os parâmetros estabelecidos deverão ser claramente expostos nos Sumários dos cursos correspondentes.

6.6 - RECUPERAÇÃO

No que tange aos cursos presenciais, quando o aluno não for bem-sucedido no alcance dos objetivos pretendidos, serão desenvolvidas estratégias específicas para favorecer sua aprendizagem. Poderá ser aplicada uma recuperação na forma de Estudo Individual, seguido de prova final, conforme abaixo definidos. Vale destacar que não haverá recuperação para os Cursos Especiais e Expeditos, exceto ACOM/N - B/C, EACF e ASMF.

6.6.1- Estudo de Recuperação

O estudo de recuperação consiste na aplicação de aulas direcionadas aos alunos que apresentem alguma dificuldade específica ou rendimento abaixo do esperado. A recuperação acontecerá por meio de trabalhos individualizados, tais como leituras, pesquisas, exercícios, aulas extras e outras atividades julgadas aplicáveis ao reforço pretendido, sempre orientado por professor ou instrutor, sem prejuízo das aulas normais.

O estudo de recuperação não poderá exceder a vinte por cento da carga horária real da disciplina considerada.

6.6.2- Prova de Recuperação

O aluno que não alcançar a média mínima em alguma disciplina, mas que obtiver a média da disciplina igual ou superior a três, será submetido a uma Prova de Recuperação, dentro dos critérios a seguir estabelecidos.

A Prova de Recuperação deverá ser aplicada em até dez dias úteis após a divulgação do resultado da avaliação da disciplina a que se refere, versando sobre toda a matéria lecionada, onde a nota mínima para aprovação está prevista no currículo do curso.

Quando for aplicada a Prova de Recuperação e o aluno for aprovado, independentemente da nota obtida, a que será registrada no cômputo das notas que constituirão a média da disciplina deverá ser a nota mínima para aprovação.

Somente poderá ser submetido à prova de recuperação o aluno que atender às condições abaixo.

a) ter presença mínima de oitenta por cento na disciplina em que ocorrerá a recuperação;

b) ter reprovação, no máximo, em:

I) uma disciplina, nos cursos que tenham até cinco disciplinas; ou

II) até duas disciplinas, nos cursos que tenham entre seis e dez disciplinas; ou

III) até três disciplinas, nos cursos que tenham mais de dez disciplinas.

O professor ou instrutor deverá estar sempre atento no sentido de identificar qualquer dificuldade apresentada durante o processo de ensino-aprendizagem e os conteúdos que necessitem de reforço, de modo a aplicar a recuperação o mais cedo possível.

6.7- CURSOS DO EPM REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE NOS CENTROS DE INSTRUÇÃO

A avaliação da aprendizagem dos cursos aplicados exclusivamente no CIAGA e no CIABA observará critérios específicos comuns aos dois Centros de Instrução e ratificados pela DPC.

CAPÍTULO 7

UTILIZAÇÃO DE SIMULADORES

7.1 - NOS CURSOS DO SEPM

O uso de simuladores nos cursos ministrados pelo SEPM está baseado nas diretrizes estabelecidas na Convenção STCW-78, como emendada, Anexo I, Capítulo I, Regra I/12, e nos Model Course 2.06 para cursos da área de ensino de Náutica e 2.07 para cursos da área de ensino de Máquinas. Visa a complementar o ensino teórico para atingir os padrões de competências e desenvolver nos alunos, o mais cedo possível, as proficiências e as habilidades necessárias ao desempenho de suas futuras funções a bordo. Por essa razão, os exercícios deverão ser escolhidos de modo que mantenham correlação tão próxima quanto possível com as tarefas e práticas de bordo.

Estas normas foram revisadas e atualizadas de acordo com as emendas de Manila de 2010 como emendada, com intuito de propiciar a utilização de simuladores para ensino (Instrução/Treinamento); e avaliação de competência.

7.1.1- Padrões gerais de desempenho de simuladores empregados em ensino (instrução e treinamento)

Os simuladores empregados para formação/instrução deverão ser, obrigatoriamente:

a) adequados aos objetivos selecionados e às tarefas de instrução;

b) capazes de simular as características operacionais dos respectivos equipamentos de bordo, com nível de realismo físico adequado aos objetivos da avaliação e incluir as potencialidades, limitações e possíveis margens de erro de tais equipamentos;

c) dotados de realismo comportamental suficiente para permitir que o aluno adquira a habilidade adequada aos objetivos da instrução;

d) dotados de ambiente de operação controlado, capaz de produzir uma variedade de condições, abrangendo situações de emergência, de perigo ou incomuns, pertinentes aos objetivos da instrução;

e) dotados de interface por meio da qual o aluno possa interagir com o equipamento, com o ambiente simulado e, como for adequado, com o instrutor; e

f) permitir que o instrutor controle, monitore e registre os exercícios para que o comentário posterior com os alunos seja eficaz.

7.1.2- Padrões gerais de desempenho de simuladores empregados na avaliação de competência

Os simuladores utilizados na avaliação de competência exigida pela Convenção STCW-78, como emendada, ou para demonstrar a manutenção da proficiência exigida deverão ser:

a) capazes de satisfazer aos objetivos específicos de avaliação;

b) capazes de simular as características operacionais dos respectivos equipamentos de bordo com nível de realismo físico adequado aos objetivos da avaliação e incluir as potencialidades, limitações e possíveis margens de erro de tais equipamentos;

c) dotados de realismo comportamental suficiente para permitir que o candidato demonstre a sua qualificação em conformidade com os objetivos de avaliação;

d) dotados de ambiente de operação controlado, capaz de produzir uma variedade de condições, abrangendo situações de emergência, de perigo ou incomuns, pertinentes aos objetivos da instrução;

e) dotados de interface por meio da qual o candidato possa interagir com o equipamento e com o ambiente simulado; e

f) permitir que um avaliador controle, oriente e registre os exercícios para a eficiente avaliação do desempenho dos candidatos.

7.1.3- Padrões de desempenho adicionais

a) Simulação radar

O equipamento de simulação radar deverá ser capaz de simular as características operacionais de equipamento real que atenda a todos os padrões de desempenho aplicáveis e adotados pelo SEPM. Esse equipamento deve incorporar recursos para:

I) operar no modo movimento relativo estabilizado e no modo movimento verdadeiro em relação ao mar e ao fundo;

II) emular as condições de tempo, marés, correntes, setores de sombra radar, ecos espúrios e outros efeitos de propagação e gerar as linhas de costa, boias de auxílio à navegação e transmissores-receptores de busca e salvamento; e

III) criar um ambiente operacional em tempo real, incorporando, pelo menos, duas estações do próprio navio com capacidade de variar o rumo e velocidade do próprio navio e de incluir os parâmetros de pelo menos outros vinte navios-alvo e os recursos apropriados de comunicação.

b) Simulação de Dispositivo Automático de Plotagem Radar (ARPA)

O equipamento de simulação deverá ser capaz de simular as características operacionais dos ARPA, as quais, por sua vez, atendem aos padrões de desempenho aplicáveis adotados pela IMO, bem como incorporar recursos para:

I) aquisição manual e automática de alvos;

II) informação de trajetórias anteriores;

III) utilização de áreas de exclusão;

IV) exibição de tela com apresentação vetorial/gráfica com escala de tempos e de dados; e

V) manobras de provas de navios.

c) Simulação de instalações de máquinas principais e auxiliares

O equipamento para simulação de Praça de Máquinas deve ser capaz de simular máquinas principais e auxiliares e incorporar recursos para:

I) criar um ambiente em tempo real, para operações em alto mar e no porto, dotado de dispositivos de comunicações e de simulação dos equipamentos, principais e auxiliares, da propulsão e respectivos painéis de controle;

II) simular os subsistemas relevantes que devem incluir, mas não se restringir a: caldeira, aparelho de governo, sistemas de geração e distribuição de energia elétrica, inclusive em emergência, e sistemas de combustível, refrigeração, esgoto e lastro;

III) monitorar e avaliar o desempenho do motor e dos sistemas de sensoriamento remoto (sistema supervisório);

IV) simular avarias de máquinas;

V) permitir que condições externas variáveis possam ser alteradas, de modo a influenciar as operações simuladas: condições meteorológicas, calado do navio, temperaturas do ar e da água do mar;

VI) permitir que condições externas controláveis pelo instrutor possam ser alteradas: vapor para o convés, calefação, ar comprimido para o convés, condições de gelo, guindastes, hidráulica, bow thrusters, carregamento do navio;

VII) permitir que a dinâmica do simulador possa ser alterada pelo instrutor: partida em emergência, respostas de processos, respostas do navio; e

VIII) proporcionar facilidade de isolar certos processos, tais como: velocidade, sistemas elétrico, de óleo diesel, de óleo lubrificante, de óleo pesado, de água salgada e de vapor, caldeira e turbo gerador, para executar tarefas instrucionais específicas.

7.2 - NA REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO EMBARCADO (PREST)

De acordo com o contido no inciso 2.27.2 desta Norma.

7.3 - CLASSIFICAÇÃO DOS SIMULADORES COMO EQUIPAMENTOS DE ENSINO

Os simuladores podem ser divididos em quatro grupos diferentes:

7.3.1- Categoria 1 - Completo (todas as tarefas) Full Mission

Os simuladores completos podem ser divididos em diferentes grupos e podem diferir devido aos padrões de desempenho das sociedades classificadoras. O simulador completo é capaz de simular a maioria das diferentes operações de náutica e de máquinas e apresenta sua instalação física reproduzindo o ambiente completo de uma praça de máquinas ou passadiço, visando à imersão do aluno em uma realidade virtual. Os painéis podem ser de hardware e de tela sensível ao toque.

Considera-se a Categoria 1 equivalente à Categoria A presente no "Model Course 6.10".

7.3.2- Categoria 2 - Multi Tarefa

Um simulador de múltiplas tarefas deve ter a maioria das funções de simulador de categoria 1, mas com exceção das funções específicas de passadiço e de praça de máquinas, ocupando menos espaço físico. Normalmente a apresentação desta categoria de simulador não tem por objetivo a imersão do aluno em uma realidade virtual e sim o treinamento das habilidades no desempenho das diversas funções e operações da função profissional de náutica ou máquinas.

Considera-se a Categoria 2 equivalente à Categoria B presente no "Model Course 6.10".

7.3.3- Categoria 3 - Tarefa Limitada

Tem menos funções e é um simulador de tarefas limitadas, capaz de operações específicas de passadiço e de praça de máquinas.

Considera-se a Categoria 3 equivalente à Categoria C presente no "Model Course 6.10".

7.3.4 - Categoria 4 - Tarefa Única

Muitas vezes, configurado como uma sala de aula com telas duplas, o Docente tem flexibilidade e a possibilidade de realizar exercícios adequados. Também pode ser recomendado fornecer a cada parte da estação de tarefas um computador para usar sites e plataformas de aprendizado para apoiar o ensino/aprendizado.

Considera-se a Categoria 4 equivalente à Categoria S presente no "Model Course 6.10".

7.4 - PERFIL DOS DOCENTES PARA SIMULADOR DE NÁUTICA/MÁQUINAS

A qualificação e o treinamento dos Docentes, do pessoal de apoio, dos observadores e dos avaliadores são absolutamente vitais para alcançar bons resultados no processo de ensino-aprendizagem. O perfil dos Docentes atende às disposições obrigatórias relativas às qualificações dos Docentes, supervisores e avaliadores; treinamento (instrução) em serviço; avaliação de competência; ensino (treinamento/instrução) e avaliação dentro de uma instituição, de acordo com a Seção A-I/6 do Código STCW-78 e a correspondente Parte B do Código STCW-78, contendo orientações sobre ensino (treinamento/instrução) e avaliação.

7.5 - PROCEDIMENTOS DE AULA

Ao realizar uma aula com a utilização de simuladores, os instrutores deverão se assegurar de que:

-os alunos recebam, antecipadamente, orientação adequada sobre os objetivos e as tarefas do exercício (briefing) e que lhes seja dado tempo suficiente para o planejamento antes de iniciar o exercício;

-os alunos tenham tempo suficiente para uma familiarização adequada com o simulador e seus equipamentos, antes de ser iniciada qualquer instrução ou exercício de avaliação;

-a orientação dada e os estímulos para o exercício sejam adequados aos objetivos e às tarefas do exercício selecionado, bem como ao nível de experiência dos alunos;

-os exercícios sejam efetivamente monitorados e apoiados, como adequado, por observação audiovisual das atividades dos alunos e de relatórios de avaliação antes e depois dos exercícios;

-os exercícios sejam efetivamente comentados com os alunos, logo após o seu encerramento (debriefing), com o propósito de assegurar que os objetivos da instrução tenham sido atingidos e que as habilidades operacionais demonstradas se encontram dentro de padrões aceitáveis;

-seja incentivado o emprego de avaliação dos colegas durante os comentários feitos após os exercícios; e

-os exercícios com simuladores sejam planejados e testados, de modo a garantir a sua adequabilidade aos objetivos específicos da instrução.

7.6 - PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Quando a formação utilizar simuladores para avaliar a capacidade dos candidatos em demonstrar seus níveis de competência, os avaliadores deverão assegurar que:

-os critérios de desempenho estejam claramente identificados, que sejam válidos e estejam disponíveis para consulta pelos candidatos;

-os critérios de avaliação sejam explicitamente fixados para garantir a confiabilidade e a uniformidade das avaliações e para otimizar as medições e avaliações objetivas, de modo que os julgamentos subjetivos sejam reduzidos;

- os candidatos sejam corretamente orientados quanto às tarefas nas quais serão avaliados, bem como quanto aos critérios de desempenho pelos quais suas competências serão determinadas;

- a avaliação de desempenho considere os procedimentos operacionais normais e qualquer interação comportamental com outros candidatos no simulador ou com a equipe do simulador;

- a metodologia para pontuação e atribuição de grau na avaliação de desempenho seja usada com cautela até que tenha sido validada, a saber:

PONTUAÇÃO	EXECUÇÃO DA TAREFA (%)
0	0
1 a 3	até 30
4 a 5	31 a 50
6 a 7	51 a 70
8 a 10	71 a 100

- o critério principal é que o candidato demonstre a habilidade para realizar a tarefa com segurança e eficiência aceitáveis pelo avaliador.

7.7- NA SELEÇÃO DE PRATICANTES DE PRÁTICO

Os simuladores de ARPA e de manobras poderão ser utilizados para a seleção de candidatos a Praticante de Prático, conforme estabelecido nas Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem (NORMAM-12).

7.8 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

Os simuladores existentes nos Centros de Instrução poderão ser utilizados, também, para trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de projetos. Para essas atividades, os Centros poderão firmar acordos administrativos com instituições públicas ou privadas, sem que haja prejuízo às atividades do EPM ou das próprias empresas. Os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de projetos se enquadram em:

- modelagem de navio para treinamento particular de uma empresa ou para a análise de desempenho em estudos de engenharia; e

- modelagem de portos, terminais, canais e rios, para treinamento particular de uma empresa ou para estudos de engenharia hidrodinâmica envolvendo essas construções ou vias navegáveis.

7.8.1- Pesquisas em software e hardware, junto com Universidades, para o aprimoramento, atualização dos simuladores e treinamento de técnicos nessa área; e

7.8.2- Pesquisas, junto com Universidades, para aprimorar técnicas de instrução e aperfeiçoamento na condução de instalações de máquinas.

OSTENSIVO **NORMAM-30/DPC**

ANEXO A

ÓRGÃOS DO SISTEMA DE ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO – SEPM

- **ÓRGÃO CENTRAL (OC)**

  Diretoria de Portos e Costas

- **ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO (OE)**

  Centro de Instrução Almirante Graça Aranha

  Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar

  Capitania dos Portos de Alagoas

  Capitania dos Portos do Amapá

  Capitania dos Portos da Amazônia Oriental

  Capitania dos Portos da Bahia

  Capitania dos Portos do Ceará

  Capitania dos Portos do Espírito Santo

  Capitania dos Portos de Macaé

  Capitania dos Portos do Maranhão

  Capitania dos Portos do Paraná

  Capitania dos Portos do Piauí

  Capitania dos Portos da Paraíba

  Capitania dos Portos de Pernambuco

  Capitania dos Portos do Rio de Janeiro

  Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte

  Capitania dos Portos do Rio Grande de Sul

  Capitania dos Portos de Santa Catarina

  Capitania dos Portos de São Paulo

  Capitania dos Portos de Sergipe

  Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental

  Capitania Fluvial de Brasília

  Capitania Fluvial de Goiás

  Capitania Fluvial de Juazeiro

  Capitania Fluvial de Mato Grosso

  Capitania Fluvial de Porto Alegre

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022092600037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Capitania Fluvial de Santarém
Capitania Fluvial de Tabatinga
Capitania Fluvial do Araguaia-Tocantins
Capitania Fluvial do Pantanal
Capitania Fluvial de Porto Velho
Capitania Fluvial do Rio Paraná
Capitania Fluvial do Tietê-Paraná
Capitania Fluvial de Minas Gerais
Delegacia da Capitania dos Portos em Angra dos Reis
Delegacia da Capitania dos Portos em Cabo Frio
Delegacia da Capitania dos Portos em Ilhéus
Delegacia da Capitania dos Portos em Itacuruçá
Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí
Delegacia da Capitania dos Portos em Laguna
Delegacia da Capitania dos Portos em Porto Seguro
Delegacia da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul
Delegacia da Capitania dos Portos em São Sebastião
Delegacia Fluvial de Furnas
Delegacia Fluvial de Guaíra
Delegacia Fluvial de Pirapora
Delegacia Fluvial de Presidente Epitácio
Delegacia Fluvial de Uruguaiana
Agência da Capitania dos Portos em Aracati
Agência da Capitania dos Portos em Areia Branca
Agência da Capitania dos Portos em Camocim
Agência da Capitania dos Portos no Oiapoque
Agência da Capitania dos Portos em Paraty
Agência da Capitania dos Portos em São João da Barra
Agência da Capitania dos Portos em Tramandaí
Agência Fluvial de Boca do Acre
Agência Fluvial de Bom Jesus da Lapa
Agência Fluvial de Cáceres
Agência Fluvial de Caracaraí

Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul
Agência Fluvial de Eirunepé
Agência Fluvial de Guajará-Mirim
Agência Fluvial de Humaitá
Agência Fluvial de Imperatriz
Agência Fluvial de Itacoatiara
Agência Fluvial de Parintins
Agência Fluvial de Penedo
Agência Fluvial de Porto Murtinho
Agência Fluvial de São Félix do Araguaia
Agência Fluvial de Tefé

- **ÓRGÃOS DE APOIO (OA)**

Base Fluvial de Ladário
Base Naval de Aratu
Base Naval de Natal
Base Naval de Val-de-Cães
Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão
Centro de Instrução Almirante Alexandrino
Centro de Instrução Almirante Wandenkolk
Centro de Instrução e Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché
Centro de Instrução e Adestramento de Brasília
Diretoria de Hidrografia e Navegação
Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco
Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina
Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará
Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo
Escola de Guerra Naval
Escola Naval
Estação Naval do Rio Negro
Estação Naval do Rio Grande
Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira

ANEXO B

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DIDÁTICA DE AULA EXPOSITIVA

Avaliador:_____Data:___/___/___ Professor avaliado:_____Tema da aula: _____

Departamento:_____Disciplina:_____

LEGENDA:		1 – Fraco	2 – Regular	3 – Bom	4 – Muito Bom	5 – Excelente

ORDEM	CATEGORIAS	INDICADORES	AVALIAÇÃO 1	2	3	4	5
1	PLANEJAMENTO	Demonstra ter planejado a aula.					
2	FACILIDADE DE COMUNICAÇÃO	Suas explicações são claras, concatenadas e adequadas ao nível da turma.					
3		Seu ritmo de fala e intensidade é adequado à atividade docente.					
4		Movimenta-se durante as explicações.					
5		Gesticula de modo a reforçar a fala.					
6		Mantém contato visual com a turma.					
7		Fala com linguagem isenta de erros ou vícios.					
8		Articula bem as palavras (dicção).					
9	RELACIONAMENTO INTERPESSOAL	Contorna problemas sem demonstrar irritação.					
10		Está sempre pronto a responder as perguntas que surjam.					
11		Conduz a aula de modo a incentivar a participação dos alunos e facilitar a aprendizagem.					
12	DOMÍNIO DE CONTEÚDO	É seguro nas explicações do conteúdo, demonstrando conhecimentos técnico-profissionais atualizados.					
13	ESTRATÉGIA DE ENSINO	Faz resumo da aula anterior.					
14		Informa o assunto da aula e ressalta os pontos mais importantes.					
15		Informa o objetivo da aula.					
16		Faz incentivação inicial.					
17		Associa e/ou exemplifica adequadamente.					
18		Faz verificação da aprendizagem.					
19		Utiliza adequadamente as técnicas de perguntas.					
20		Faz sumário da aula, ressaltando os pontos mais importantes.					
21		Conduz a aula de modo a torná-la dinâmica.					
22		Os alunos, de modo geral, participam da aula.					
23	RECURSOS INSTRUCIONAIS	Seleciona os RI adequando-os aos objetivos e assunto da aula.					
24		Utiliza adequadamente os RI.					
25		Os RI estão bem elaborados.					
26		Varia a utilização dos RI.					
27		Enriquece c/ explicações adicionais conteúdo apostilas/livros extrapolando mera leitura do material.					
28	TEMPO DISPONÍVEL	Utiliza adequadamente o tempo previsto para a exposição do assunto.					
		SOMATÓRIO TOTAL					

Utilize o espaço abaixo para emitir um parecer sobre o docente avaliado:

COMENTÁRIOS	

A atribuição dos conceitos obedecerá a escala de 0 (zero) a 140 (cento e quarenta) pontos.

0 – 60	70	98	112	140
DEFICIENTE	REGULAR	BOM	MUITO BOM	EXCELENTE

ANEXO B

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DIDÁTICA DE AULA PRÁTICA

Avaliador:_____Data:___/___/___

Professor avaliado:_____ Tema da aula:

LEGENDA:		1 – Fraco	2 – Regular	3 – Bom	4 – Muito Bom	5 – Excelente

ORDEM	CATEGORIAS	INDICADORES	AVALIAÇÃO 1	2	3	4	5
1	PLANEJAMENTO	Demonstra ter planejado a aula.					
2	FACILIDADE DE COMUNICAÇÃO	Suas explicações são claras, concatenadas e adequadas ao nível da turma.					
3		Seu ritmo de fala e intensidade é adequado à atividade docente.					
4		Movimenta-se durante as explicações.					
5		Fala com linguagem isenta de erros ou vícios.					
6		Articula bem as palavras (dicção).					
7	RELACIONAMENTO INTERPESSOAL	Contorna problemas sem demonstrar irritação.					
8		Está sempre pronto a responder as perguntas que surjam.					
9		Conduz a aula de modo a incentivar a participação dos alunos e facilitar a aprendizagem.					
10	DOMÍNIO DE CONTEÚDO	É seguro nas explicações do conteúdo, demonstrando conhecimentos técnico-profissionais atualizados.					
11	ESTRATÉGIA DE ENSINO	Faz resumo da aula anterior.					
12		Informa o assunto da aula e ressalta os pontos mais importantes.					
13		Informa o objetivo da aula.					
14		Faz verificação da aprendizagem.					
15		Utiliza adequadamente as técnicas de perguntas.					
16		Explica como será desenvolvida a atividade.					
17		Desenvolve a demonstração adequadamente.					
18		Distribui o material necessário.					
19		Organiza a turma em grupos.					
20		Informa precauções de segurança.					
21		Fornece instruções.					
22		Supervisiona e corrige os alunos.					
23		Conduz a aula de modo a torná-la dinâmica.					
24		Os alunos, de modo geral, participam da aula.					
25	RECURSOS INSTRUCIONAIS	Utiliza adequadamente os recursos instrucionais.					
26	TEMPO DISPONÍVEL	Utiliza adequadamente o tempo previsto para a prática.					
		SOMATÓRIO TOTAL					

Departamento:_____ Disciplina:_____

Utilize o espaço abaixo para emitir um parecer sobre o candidato avaliado:

COMENTÁRIOS	

A atribuição dos conceitos obedecerá a escala de 0 (zero) a 130 (cento e trinta) pontos.

0 – 60	65	90	105	130
DEFICIENTE	REGULAR	BOM	MUITO BOM	EXCELENTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022092600038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO C

RELAÇÃO DE CURSOS DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO - EPM - AQUAVIÁRIOS

• FORMAÇÃO	SIGLA:
de Oficial de Máquinas	FOMQ
de Oficial de Náutica	FONT
de Aquaviários – Marinheiro Auxiliar de Convés e de Máquinas	CFAQ-MAC/MAM
de Aquaviários – Moço de Convés	CFAQ-MOC
de Aquaviários – Moço de Máquinas	CFAQ-MOM
de Aquaviários – Marinheiro Fluvial Auxiliar de Convés e de Máquinas	CFAQ-MAF/MAM
de Aquaviários – Marinheiro Fluvial de Convés – Nível 3	CFAQ-MFC
de Aquaviários – Marinheiro Fluvial de Máquinas – Nível 3	CFAQ-MFM
de Aquaviários – Pescador Profissional/Motorista de Pesca – Nível 1	CFAQ-POP1/MOP1
de Aquaviários – Pescador Profissional/Motorista de Pesca – Nível 2	CFAQ-POP2/MOP2
de Aquaviários – Pescador Profissional Especializado – Nível 3	CFAQ-PEP
de Aquaviários – Condutor Motorista de Pesca – Nível 3	CFAQ-CMP

• APERFEIÇOAMENTO	SIGLA:
para Contramestre – Básico	APAQ-CTR
para Contramestre – Básico Modular	APAQ-CTR Modular
para Mestre de Cabotagem	APAQ-MCB

para Aquaviário – Módulo Específico para Fluviários – Seção de Convés	APAQ-MFL
para Aquaviário – Módulo Específico para Pescadores – Seção de Convés	APAQ-PPI
para Aquaviário – Condutor de Máquinas	APAQ-CDM
para Aquaviário – Módulo Específico para Fluviários – Seção de Máquinas.	APAQ-CTF
para Oficial de Máquinas	APMA
para Oficial de Náutica	APNT

• ADAPTAÇÃO	SIGLA:
para Aquaviários – Cozinheiro, Taifeiro, Enfermeiro e Auxiliar de Saúde	CAAQ-CTS
para Aquaviário – Módulo Específico para Marítimos – Seção de Convés	CAAQ-CTR
para Aquaviários Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés	CAAQ-MFL
para Aquaviário – Módulo Específico para Pescadores	CAAQ-PPI
para Aquaviário – Módulo Específico para Marítimos – Seção de Máquinas – Área de Concentração: Eletricidade	CAAQ-ELT
para Aquaviário – Módulo Específico para Marítimos – Seção de Máquinas Área de Concentração: Máquinas	CAAQ-CDM
para Aquaviário – Módulo Específico para Fluviários – Seção de Máquinas .	CAAQ-CTF
para 2º Oficial de Máquinas	ASOM
para 2º Oficial de Náutica	ASON

• ATUALIZAÇÃO	SIGLA:
e Adaptação de Náutica para Oficiais	ATNO
de Oficiais de Máquinas	ATOM
para Práticos	ATPR

• ESPECIAIS	SIGLA
Avançado de Combate a Incêndio	ECIA
Avançado de Posicionamento Dinâmico	EAPD
Avançado para a Condução de Embarcações de Estado no Serviço Público na Navegação Costeira	EANC
Básico de Conscientização sobre Proteção de Navio	EBCP
Básico de Automação	CEBA semipresencial
Básico de Posicionamento Dinâmico	EBPD
Básico de Navios-Tanque para Gás Liquefeito	EBGL
Básico de Navios-Tanque Petroleiro e para Produtos Químicos	EBPQ
Básico de Navios-Tanque para Gás Liquefeito Semipresencial	EBGL semipresencial
Básico de Navios-Tanque Petroleiro e para Produtos Químicos Semipresencial	EBPQ emipresencial
de Acesso a 2º Oficial de Máquinas - Básico	ACOM-B
de Acesso a 1º Oficial de Máquinas - Complementar	ACOM-C
de Acesso a 2º Oficial de Náutica - Básico	ACON-B
de Acesso a 1º Oficial de Náutica - Complementar	ACON-C

de Acesso a Capitão Fluvial	EACF
de Acesso a Supervisor Maquinista Motorista Fluvial	ASMF
de Cuidados Médicos	ESCM
de Embarcação Rápida de Resgate	EERR
de Embarcação de Sobrevivência e de Salvamento	EESS
de Familiarização em Balsas Transportadoras de Petróleo, seus Derivados e Etanol	EFBP
de Gerência de Passadiço para Oficiais	EGPO
de Gerenciamento de Recursos da Praça de Máquinas	EGPM
de Noções Básicas sobre Ancoragem	ENBA
de Noções Básicas de Embarcações Offshore	ENBO
de Navegação Eletrônica para Mestre de Cabotagem e Contramestre	ENET
de Oficial de Proteção do Navio	EOPN
de Operação de Sistemas Marítimos de Alta Tensão	ESAT
de Operações com Cargas Perigosas no Trabalho Aquaviário	EOCA
de Operador ARPA	EARP
de Prevenção e Defesa Contra Pirataria	EPCB
de Primeiros Socorros Médicos	EPSM
de Qualificação de Docentes do EPM	CEQD on line
de Radioperador Geral	EROG
de Radioperador Restrito	EROR

de Segurança de Embarcações de Passageiros	ESEP
de Segurança em Operações de Carga em Navios-Tanque Petroleiros	ESOP
de Segurança em Operações de Carga em Navios Petroleiros - a distância	ESOP on line
de Segurança em Operações de Carga em Navios-Tanque para Gás Liquefeito	ESOG
de Segurança em Operações de Carga em Navios-Tanque para Gás Liquefeito - a distância	ESOG on line
de Segurança em Operações de Carga em Navios-Tanque para Produtos Químicos	ESOQ
de Segurança em Operações de Carga em Navios-Tanque para Produtos Químicos a distância	ESOQ on line
em Simulador de Máquinas	ESMQ
MARPOL 73/78 – Anexo I	EPOL I
MARPOL 73/78 – Anexo II	EPOL II
para Condução de Embarcações de Estado no Serviço Público	ECSP
para Tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público	ETSP
para Operador ECDIS	EPOE
Prático de Operador Radar	EPOR
sobre o Manuseio e Transporte com Segurança de Cargas Sólidas a Granel	ECSG

• EXPEDITOS	SIGLA:
de Atendimento ao Público Externo	C-EXP-ATPE on line
de Mergulhador Autônomo	C-EXP-MAUT
de Mergulho a Ar com Equipamento Dependente	C-EXP-MARDEP
de Demolição Submarina	C-EXP-DEMO
de Emergências Médicas para Mergulhadores	C-EXP-EMED-MG
de Emergência Médica Submarina	C-EXP-EMSB
de Fotografia Submarina	C-EXP-FOTOSUB
de Medicina de Mergulho Saturado	C-EXP-MEDSAT
de Natação de Resgate	C-EXP-NAT-RES
de Supervisão de Mergulho Profundo	C-EXP-SUP-MG-PROF
de Solda a Arco Elétrico	C-EXP-ESAR
de Solda a Gás	C-EXP-ESGA
e Prático de Ecobatímetro para Aquaviários	C-EXP-ECO
e Prático de G.P.S. para Aquaviários	C-EXP-GPS
e Prático de Radar para Aquaviários	C-EXP-RAD
e Prático de V. H. F. para Aquaviários	EXP-VHF
de Tornearia	C-EXP-ETOR
de Tutores em Educação a Distância	C-EXP-ETED on line

ANEXO D

OE

ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO

MAPA RESUMO DE PROVIDÊNCIAS (MRP)

Nº	EVENTO	DATA LIMITE		ÓRGÃO EXECUTOR	
		INÍCIO	TÉRMINO	CIAGA/CIABA	CP/DL/AG
01	Provimento de recursos humanos, materiais e financeiros	D-70	D-30		*
02	Divulgação do Curso	D-70	D-30		*
03	Inscrição do candidato à exame de seleção ou matrícula	D-60	D-30		*
04	Remessa do material necessário à realização do curso	D-60	D-30	*	
05	Exame de seleção (quando programado)	D-24	D-22		*
06	Correção das provas do exame de seleção	D-22	D-15		*
07	Divulgação de resultados do exame de seleção e chamada para realização do Teste de Suficiência Física (quando aplicável)	D-15	D-10		
08	Divulgação do resultado do Teste de Suficiência Física e chamada para matrícula	D-10	D-7		*
09	Matrícula	D-7	D-2		*
10	Início do Curso	D			*
11	Remessa de Relatório (RECO)	F	F+15		*

OBSERVAÇÕES:
a) dia "D": data prevista para início do curso;
b) dia "F": data prevista para o término do curso;
c) o não recebimento do material de que trata o evento 4, até a data limite prevista, deverá ser informado ao órgão responsável, por mensagem; e
d) alteração na data prevista para as inscrições e para o início do curso deverá ser solicitada à DPC, por meio do SISGEPM conforme orientação contida no subitem 3.8 – ALTERAÇÕES DO PREPOM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022092600039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO E

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE ALUNO (CIA)

MARINHA DO BRASIL

OE

Ensino Profissional Marítimo

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome

Categoria Profissional

FOTO 3X4

Nº DE INSCRIÇÃO SELEÇÃO

Nº DE MATRÍCULA CURSO

Assinatura do Aluno

SELEÇÃO

CURSO

TURMA

VÁLIDO ATÉ: / /

EMITIDO EM: / /

Assinatura do Encarregado do EPM

ANEXO F

OE

RELATÓRIO DE DISCPLINA (REDIS)

OE			
Curso/Sigla		**Disciplina**	
Nº de Alunos		**Período de Aplicação**	___/___/___ a ___/___/___

1 - ASPECTOS GERAIS

1-1 - O curso apresentou boa organização? Sim ou Não? Comente sua resposta.

1-2 - Você recebeu do OE O apoio e a orientação necessária ao desempenho da instrutoria? Sim ou Não? Comente sua resposta.

1-3 - Avalie a estrutura da sala de aula marcando um X na planilha abaixo:

Itens avaliáveis	Supera as expectativas	Atende as expectativas	Não atende as expectativas	Não se aplica
Mobiliário (mesas e cadeiras)				
Ar condicionado				
Ventiladores				
Iluminação				
Lousa branca ou quadro				

2 - DESENVOLVIMENTO DAS AULAS

2.1 - Sinalize com um X as metodologias de ensino aplicadas:

Itens avaliáveis	Supera as expectativas	Atende as expectativas	Não atende as expectativas	Não se aplica
Aula expositiva				
Aplicação de perguntas reflexivas				

Itens avaliáveis	Supera as expectativas	Atende as expectativas	Não atende as expectativas	Não se aplica
Atividades em grupo				
Simulação de prática profissional				
Aplicação de estudo de caso e resolução				
Exercícios elaborados pelo Docente				
Resumos escritos				
Análise de ilustrações das apostilas				
Utilização de recursos audiovisuais				

Houve dificuldades para o desenvolvimento das metodologias assinaladas, sim ou não? Comente sua resposta.

3 - CURRÍCULO E CONTEÚDO DO CURSO

3.1 – Avalie abaixo os aspectos gerais do currículo e conteúdo do curso:

Itens avaliáveis	Supera as expectativas	Atende as expectativas	Não atende as expectativas	Não se aplica
Conteúdo				
Carga horária				
Linguagem				
Referências bibliográficas				

4 - RECURSOS INSTRUTUCIONAIS

4.1 – Sinalize os recursos instrucionais utilizados na aplicação da disciplina:

Itens avaliáveis	Supera as expectativas	Atende as expectativas	Não atende as expectativas	Não se aplica
Cartas náuticas				
Slides				

Itens avaliáveis	Supera as expectativas	Atende as expectativas	Não atende as expectativas	Não se aplica
Filmes				
Equipamento de salvatagem				
Dispositivo de som				
Equipamento de projeção				
Modelos e Maquetes				

4.2 - Houve a utilização de laboratórios, oficinas, instalações adequadas à simulação do incêndio e embarcações para o desenvolvimento das aulas práticas, sim ou não? Comente sua resposta.

5 - AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

5.1 - Durante o estudo da disciplina, você notou que, de maneira genérica, os alunos demonstraram:

Itens avaliáveis	Supera as expectativas	Atende as expectativas	Não atende as expectativas	Não se aplica
Conhecimento propedêutico para acompanhamento dos assuntos profissionalizantes				
Interesse pela aprendizagem				
Compreensão dos assuntos ministrados				

5.2 - Instrumentos avaliativos aplicados:

Itens avaliáveis	Supera as expectativas	Atende as expectativas	Não atende as expectativas	Não se aplica
Prova escrita				
Prova oral				
Apresentação de projetos				
Trabalho individual				
Trabalho em Grupo				

Itens avaliáveis	Supera as expectativas	Atende as expectativas	Não atende as expectativas	Não se aplica
Simulação da prática profissional				
Modelos e Maquetes				

5.3 - Aproveitamento da disciplina:

Nº de aprovados	
Nº de reprovados	

6 - PERÍODO ESPECIAL DE RECUPERAÇÃO

Causas ( ) baixo rendimento ( ) falta de frequência ( ) ou ( ) outras situações

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

7.1 - Aspectos positivos:

7.2 – Aspectos negativos:

7.3 – Sugestões para saná-las:

Assinatura do Professor/Instrutor

ANEXO G
Questionário Pedagógico (QP)

Este questionário tem por objetivo avaliar a realização do curso na busca de aprimoramento. Portanto, sua contribuição é fundamental. Procure responder com seriedade e, caso necessite justificar sua resposta em algum item ou dar sugestão, por favor, use o campo indicado para este fim.

(Na coluna ***NOTA***, informar : **NA** - Não se aplica, **1** - Ruim, **2** - Regular, **3** - Bom, **4** - Muito Bom, **5** - Excelente)

Quesito	Nota					
1 - Procedimentos de Matrícula	**NA**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1.1 - Instruções ao candidato						
1.2 - Processo de Matrícula						
1.3 - Prontidão no atendimento						
2 - Conteúdo	**NA**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
2.1 - Sequência lógica e organização						
2.2 - Adequação ao sumário proposto						
2.3 - Aplicabilidade ao cotidiano profissional						
2.4 - Atualidade dos temas apresentados						
2.5 - Adequação ao público-alvo						
2.6 - Clareza na linguagem						
3 - Avaliação	**NA**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
3.1 - Relevância do conteúdo						
3.2 - Grau de dificuldade						
3.3 - Tempo para execução						
3.4 - Quantidade de questões						
3.5 - Nível de clareza						
Quesito	**Nota**					
4 - Docente (s)	**NA**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
4.1 - Demonstra conhecimento do material didático e domínio do conteúdo						
4.2 - Receptividade frente às dúvidas e aos problemas apresentados / Favorece a participação dos alunos						
4.3 - Utiliza de explicações, ilustrações e exemplos, favorecendo a atribuição de significado ao conteúdo estudado.						
4.6 - Utiliza de maneira eficiente e sem desperdício os equipamento materiais didáticos						
4.7 - Promove contextualização entre o conteúdo e as vivências do aluno.						
4.8 – Relação docente-aluno						
5 - Infraestrutura	**NA**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
5.1 - Recursos Instrucionais utilizados nas aulas						
5.2 - Climatização (ar condicionado e ventilador)						
5.3 - Iluminação						
5.4 - Espaço físico (sala de aula)						
5.5 - Mobiliário (mesas e cadeiras)						
5.6 - Biblioteca						

6- Críticas e Sugestões
(Caso você necessite detalhar alguma avaliação anterior ou acrescentar alguma crítica e sugestão)

Curso (Sigla)	
Aluno	
Docente(s)	
Data da Avaliação	

ANEXO H

OE

ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO

CERTIDÃO DE HISTÓRICO ESCOLAR (CHE)

ALUNO:_____

Curso_____

Local de realização: _____ Período: ___/___/___ a ___/___/___

Disciplina	Carga Horária	Nota
I		
II		
III		
IV		
V		
VI		
VII		
VIII		
IX		
X		
XI		
XII		
XIII		
XIV		
XV		
XVI		
XVII		
XVIII		
XIX		
XX		
XXI		
XXII		

Obs.:

_____, _____ de _____de_____.

Encarregado do EPM

ANEXO I

VALORES PARA O PAGAMENTO DE AUXÍLIO-FINANCEIRO, REMUNERAÇÃO, PRÊMIO ESCOLAR, COMPLEMENTO ALIMENTAR E HORA-AULA, RELATIVOS AOS CURSOS E ESTÁGIOS DO EPM PARA AQUAVIÁRIOS

I - AUXÍLIO-FINANCEIRO MENSAL

a) Capitães de Longo Curso (CLC) realizando o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval (EGN) (*)..... R$ 3.500,00

b) Oficiais da Marinha Mercante realizando cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) da EGN (*)..... R$ 3.500,00

c) Segundo Oficial de Náutica (2ON) e de Máquinas (2OM) embarcados no NE Brasil em Viagem de Instrução (**)..... R$ 3.500,00

d) Praticantes de Oficiais de Náutica e de Máquinas (Programa de Estágio Embarcado (PREST)..... R$ 700,00

e) Alunos dos cursos ACOM-B e ACON-B (***)..... R$ 700,00

f) Alunos dos cursos ASOM e ASON..... R$ 700,00

(*) somente para os Oficiais da Marinha Mercante com dedicação exclusiva e sem vínculo empregatício vigente.

(**) somente quando a tripulação estiver sujeita à pagamento no Brasil.

(***) somente para os alunos que foram matriculados sem indicação de empresa.

II - REMUNERAÇÃO PARA OS ALUNOS DA EFOMM

Em razão do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) e do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) possuírem, em suas organizações, as Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM), com a dupla função de formarem Oficiais da Marinha Mercante e, também, Oficiais da Reserva da Marinha, os alunos dessas Escolas, enquanto vinculados aos Núcleos de Formação de Oficiais da Reserva da Marinha (NFORM), de acordo com o § 4o, art. 16, c/c inciso IV, Art. 19 da Lei no 6.880/80 (Estatuto dos Militares) são Praças Especiais e, por conseguinte, têm a sua remuneração regida pela Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, e pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. No caso específico dos alunos da EFOMM matriculados no CIABA, a sua remuneração é acrescida, ainda, de Indenização de Localidade Especial de Categoria "B". Os alunos estrangeiros das EFOMM receberão Auxílio-Financeiro equivalente ao somatório do Soldo + Adicional Militar.

III - PRÊMIO ESCOLAR

Cursos de Formação, Adaptação (ASOM, ASON, CAAQ), Especiais (ACOMN, EACF, ASMF e de Aperfeiçoamento para Oficiais (APMA/APNT)..... R$ 200,00

IV - COMPLEMENTO ALIMENTAR DO EPM

a) Cursos com carga horária diária CHD) maior ou igual a 4 horas (valor por dia)..... R$ 10,00

b) Cursos com carga diária (CHD) menor que 4 horas (valor por dia)..... R$ 6,00

V - HORAS-AULA PARA PAGAMENTO DE PROFESSOR, INSTRUTOR E COORDENADOR DAS DIVERSAS MODALIDADES DE CURSOS DO EPM

a) Professor Instrutor para ministrar aulas regulares em cursos de nível superior:

a.1) Doutorado/Notório Saber..... R$ 85,00

a.2) Mestrado..... R$ 75,00

a.3) Especialização..... R$ 70,00

a.4) Graduação/Licenciatura..... R$ 55,00

a.5) Professor Instrutor referente a aulas regulares nos demais cursos..... R$ 45,00

a.6) Coordenador..... R$ 25,00

Observações:

1) Os civis pertencentes aos quadros da MB e o militar da reserva remunerada contratado para exercer Tarefa por Tempo Certo (TTC) somente poderão receber pagamento de hora-aula quando a mesma for ministrada em horários fora do expediente normal de suas Organizações Militares (OM), conforme previsto no Artigo 1.8 destas Normas.
2) Os valores para pagamento de diárias do pessoal civil e militar para a aplicação de cursos em locais fora de sede deverão obedecer ao estabelecido nas instruções específicas da DFM. O

ANEXO J

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO (TCE)

(MODELO)

As **PARTES** a seguir nomeadas:

(Nome do Centro de Instrução)_____, Órgão de Execução do Sistema de Ensino Profissional Marítimo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF) sob o n.º _____ _____/____, com sede na (Rua, Nº, Bairro, Cidade, Estado e CEP), neste ato devidamente representada por (qualificar o representante) nos termos de seus atos constitutivos, na qualidade de **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** e, assim, doravante denominada;

(Nome da Empresa Concedente _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF) sob n.º _____/___- __, com sede na (Rua, Nº, Bairro, Cidade, Estado e CEP), neste ato devidamente representada por _____(qualificar o representante) nos termos de seus atos constitutivos, na qualidade de **CONCEDENTE** e assim doravante denominada; (nome do Estagiário)_____, maior, regularmente matriculado no Curso_____, portador da cédula de identidade RG / RNE nº, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF-MF) sob o n.º _____/___, na qualidade de Praticante de Oficial de Náutica (FONT, ASON e ACON-B), Praticante de Oficial de Máquinas (FOMQ, ASOM, ACOM-B), Aluno Estagiário de Contramestre Convés-Marítimo (CAAQ-CTR), Aluno Estagiário de Mestre Fluvial (CAAQ-MFL), de Condutor Maquinista Motorista Fluvial (CAAQ-CTF), Aluno Estagiário de Patrão de Pesca na Navegação Interior (CAAQ-PPI), Aluno Estagiário de Eletricista e Condutor de Máquinas (CAAQ-ELT e CAAQ-CDM), Aluno Estagiário de Moço de Convés (CFAQ-MOC), Aluno Estagiário de Moço de Máquinas (CFAQ-MOM), Aluno Estagiário de Pescador Especializado (CFAQ-PEP), Aluno Estagiário de Condutor Motorista de Pesca (CFAQ-CMP), doravante denominado **ESTAGIÁRIO;**

Celebram entre si o presente Termo de Compromisso de Estágio (TCE), com fundamento na Lei n.º 11.788, de 25 de novembro de 2008 (Estágio de Estudantes) e Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986 (Ensino Profissional Marítimo) e, bem como nas cláusulas e condições que se seguem, mutuamente aceitas e reciprocamente outorgadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022092600042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cláusula Primeira – Do Objeto

1.1. O presente TCE tem por objeto formalizar e regular as condições pelas quais o ESTAGIÁRIO, estudante regularmente matriculado na INSTITUIÇÃO DE ENSINO, realizará suas atividades de estágio no estabelecimento da CONCEDENTE.

1.2. O Livro Registro de Estágio (LRE) a ser fornecido a cada ESTAGIÁRIO, contém o Programa de Estágio Embarcado (PREST), no qual estão descritas as tarefas a serem realizadas pelo ESTAGIÁRIO, que rubricado pelas PARTES integram o presente TCE, como Anexo. Tal documento, após ser rubricado, só poderá ser alterado por meio da celebração de Termo Aditivo ao presente TCE.

1.3. Tendo em vista que o Ensino Profissional Marítimo é regido por lei especial, as disposições previstas no art.11 da Lei n.º 11.788/2008 não se aplicam ao objeto deste termo.

Cláusula Segunda – Das Obrigações da INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O Estágio embarcado, definido na sinopse do Curso _____, nos termos da Lei n° 11.788/2008, Lei nº 7.573/1986, Lei n° 9.394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e Lei n.º 11.279/2006 (Ensino na Marinha) é entendido como ato educativo supervisionado, que visa à complementação do ensino e da aprendizagem, proporcionando preparação para o trabalho profissional do ESTAGIÁRIO, possibilitando-lhe aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, bem como condições de vivenciar e adquirir experiência prática em situações reais de trabalho em sua área de atuação.

2.1. Cabe à INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

a) Elaborar e fornecer ao ESTAGIÁRIO o LRE de que trata o presente instrumento; e

b) Avaliar se a embarcação da CONCEDENTE, onde serão realizadas as atividades do estágio embarcado atendem a seu propósito e aprovar o período de sua realização.

Cláusula Terceira - Das Obrigações do ESTAGIÁRIO

3.1. Cumprir, com todo empenho e interesse, toda programação estabelecida para seu estágio embarcado;

3.2. Observar, obedecer e cumprir as normas internas da CONCEDENTE e as Normas da Autoridade Marítima para Aquaviários - NORMAM - 13/DPC, emanadas da Diretoria de Portos e Costas, bem como as normas complementares da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, preservando o sigilo e a confidencialidade das informações que tiver acesso;

3.3. Manter rigorosamente atualizados seus dados cadastrais e escolares, junto à CONCEDENTE e à INSTITUIÇÃO DE ENSINO;

3.4. Informar de imediato, e por escrito, à INSTITUIÇÃO DE ENSINO e à CONCEDENTE, qualquer motivo que o impeça de iniciar ou prosseguir o estágio.

3.5. A interrupção do estágio, por qualquer que seja o motivo, só poderá ocorrer com a prévia autorização da INSTITUIÇÃO DE ENSINO;

3.6. Preencher, obrigatoriamente, os documentos pertinentes do LRE, conforme o previsto no Programa de Estágio Embarcado de sua área profissional;

3.7. Responsabilizar-se o ESTAGIÁRIO pela obtenção de toda a documentação pessoal necessária para a realização do estágio embarcado; e

3.8. Ao final do estágio, enviar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, o LRE, com as devidas:

a) Avaliação e comentários do Supervisor do Programa de Estágio;

b) Avaliação e sugestões do Comandante do navio; e

c) Comentários do ESTAGIÁRIO.

Cláusula Quarta - Das Obrigações da CONCEDENTE

4.1. Celebrar o TCE com a INSTITUIÇÃO DE ENSINO e o ESTAGIÁRIO, zelando por seu cumprimento;

4.2. Oferecer instalações que tenham condições de proporcionar ao ESTAGIÁRIO atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

4.3. Indicar aquaviário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do ESTAGIÁRIO para orientar e supervisionar o estágio embarcado;

4.4. Contratar em favor do ESTAGIÁRIO seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado;

4.5. Participar, oficialmente, à INSTITUIÇÃO DE ENSINO uma eventual interrupção ou o término do estágio embarcado; e4.6. Manter a disposição das PARTES fiscalização documentos que comprovem a realização do estágio.

Cláusula Quinta – Disposições Gerais

5.1. O não cumprimento de quaisquer cláusulas do presente TCE, por qualquer das PARTES, constitui motivo de imediata rescisão do mesmo; e

5.2 O presente TCE não gera vínculo empregatício de qualquer natureza nos termos da legislação em vigor.

Cláusula Sexta - Foro

De comum acordo, as partes elegem uma das Varas do Foro da Capital do Estado do _____ (Centro de Instrução Almirante Graça Aranha - Rio de Janeiro/Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar - Pará), renunciando, desde logo, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para que possam dirimir quaisquer questões

oriundas do presente instrumento. E por estarem de inteiro e comum acordo com as cláusulas ora ajustadas e para que estas produzam os devidos efeitos, as PARTES firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio, em três vias, de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Local, UF. _____ de _____ de _____.

CONCEDENTE

ESTAGIÁRIO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Testemunhas:

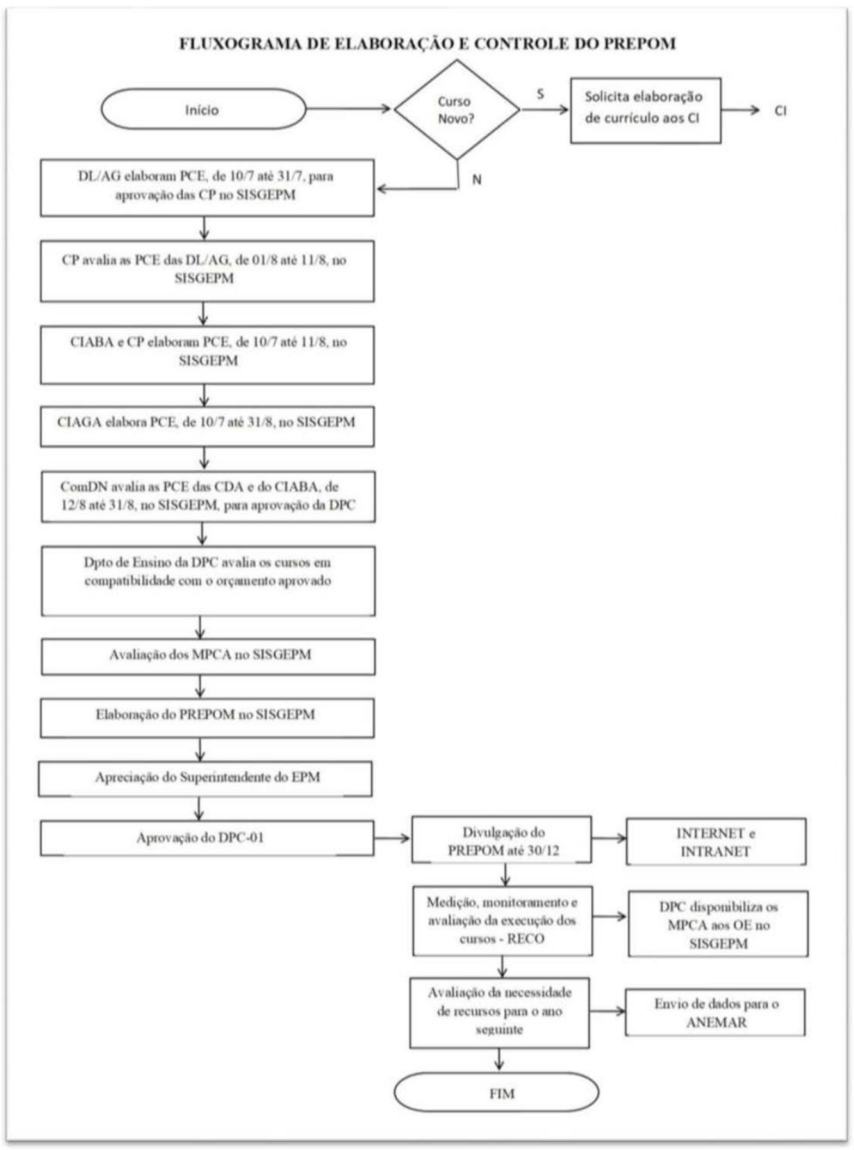
1._____ (Nome e RG)

2._____ (Nome e RG)

ANEXO (conforme o curso):

Livro Registro de Estágio para o Praticante de Oficial de Náutica (FONT, ASON e ACON-B); ou Livro Registro de Estágio para o Praticante de Oficial de Máquinas (FOMQ, ASOM e ACOM-B); ou Livro Registro de Estágio para o Aluno Estagiário de Contramestre (CAAQ-CTR); ou Livro Registro de Estágio para o Praticante de Contramestre Fluvial Aluno Estagiário de Convés-Fluviário (CAAQ-MFL); ou Livro Registro de Estágio para o Aluno Estagiário de Máquinas-Fluviário (CAAQ-CDM); ou Livro Registro de Estágio para o Aluno Estagiário de Convés-Pescador (CAAQ-PPI); ou Livro Registro de Estágio para o Aluno Estagiário de Máquinas-Marítimo (CAAQ-ELT e CAAQ-CDM); ou Livro Registro de Estágio para o Aluno Estagiário de Moço de Convés (CFAQ-MOC); ou Livro Registro de Estágio para o Aluno Estagiário de Moço de Máquinas (CFAQ-MOM); ou Livro Registro de Estágio para o Aluno Estagiário de Pescador Especializado (CFAQ-PEP); ou Livro Registro de Estágio para o Aluno Estagiário de Condutor Motorista de Pesca (CFAQ-CMP)".

ANEXO K



ANEXO L

MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO DE TUTORIA

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - TUTOR: XXX Curso: XXX - Período: DD/MM/AA a DD/MM/AA							
A	**Organização e Planejamento:** Capacidade para determinar o conjunto de procedimentos, ações necessárias para a consecução das atividades de forma organizada, com o intuito de aperfeiçoar os procedimentos e conseguir melhores resultados.						
	Lista de Verificação	**Nota**	**Escala de Pontuação**				
			5	4	3	2	1
1	**Elabora o plano de atividades.**		Elabora corretamente dentro do prazo	Elabora parcialmente dentro do prazo	Elabora corretamente fora do prazo	Elabora parcialmente e fora do prazo	Não elabora
2	**Cumpre os prazos para entrega das atividades com o gabarito.**		Cumpre todos os prazos	Entrega parcialmente sem prejuízo ao andamento	Entrega as atividades ao longo do curso	Entrega parcialmente com prejuízo ao andamento	Não cumpre nenhum prazo
3	**Cumpre os prazos para correção das atividades.**		Cumpre todos os prazos	Cumpre de 51% a 99% dos prazos determinados	Cumpre 50% dos prazos determinados	Cumpre de 1% a 49% dos prazos determinados	Não cumpre nenhum prazo
4	**Fechamento da planilha de notas.**		Entrega a planilha corretamente dentro do prazo	Entrega a planilha corretamente fora do prazo	Entrega a planilha incompleta dentro do prazo	Entrega a planilha incompleta fora do prazo	Não entrega a planilha
	Total de pontos competência A	0					
B	**Pró-atividade e comprometimento:** Capacidade para oferecer soluções e ideias novas por iniciativas próprias; comprometimento com os objetivos e metas, antecipando-se a possíveis problemas que poderão surgir; disposição para iniciar e manter ações que irão beneficiar o curso.						
	Lista de Verificação	**Nota**	**Escala de Pontuação**				
			5	4	3	2	1
1	**Resolve imediatamente os problemas que surgem de maneira inovadora.**		Resolve plenamente de maneira inovadora	Resolve com ações simples, sem inovações	Resolve com ações mais complexas	Resolve sempre com auxílio	Não resolve
2	**Propõe ideias e soluções para o aprimoramento do curso.**		Propõe ideias e soluções que impactam muito no curso	Propõe ideias e soluções que impactam pouco no curso	Propõe algumas ideias que se aplicam, porém não impactam no curso	Propõe algumas ideias, porém não se aplicam	Não Propõe
3	**Antecipa problemas e realiza as devidas correções de conteúdo.**		Percebe todos os problemas antes de ocorrerem e resolve adequadamente	Percebe todos os problemas antes de ocorrerem, mas não resolve todos adequadamente	Percebe quase todos problemas antes de ocorrerem e corrige adequadamente	Percebe quase todos os problemas antes de ocorrerem e não corrige todos adequadamente	Não percebe o problema antes de acontecer
4	**Cumpre o horário determinado para tutoria.**		Cumpre integralmente o horário	Cumpre parcialmente o horário previamente agendado	Cumpre a carga horária, mas não dentro do horário previamente agendado	Não cumpre totalmente a carga horária	Não cumpre a carga horária
	Total de pontos competência B	0					

C	**Conhecimentos em Informática/Ambiente Virtual de Aprendizado (AVA):** Conhecimento e capacidade de Operacionalização dos recursos da Internet e das ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem.						
	Lista de Verificação	**Nota**	**Escala de Pontuação**				
			5	4	3	2	1
1	**Utilização correta do computador e suas ferramentas.**		Utiliza plenamente todas as ferramentas	Apresenta apenas algumas dificuldades na utilização do computador	Utiliza o computador, mas com dificuldades	Utiliza o computador corretamente, mas precisa de auxílio	Não utiliza o computador.
2	**Aplicação do word e Excel.**		Aplica corretamente, explorando todas as funcionalidades da ferramenta	Aplica parcialmente as funcionalidades da ferramenta	Aplica corretamente, mas com dificuldades	Aplica corretamente, mas com auxílio	Não aplica o word e excel na elaboração das atividades
3	**Capacidade de navegação e utilização dos recursos disponíveis na web 2.0.**		Utiliza com destreza os recursos da web 2.0	Utiliza com parcialmente os recursos da web 2.0	Utiliza com dificuldades os recursos da web 2.0	Utiliza com auxílio os recursos da web 2.0	Não utiliza os recursos da web 2.0
4	**Aplicabilidade com destreza das ferramentas disponíveis no AVA.**		Utiliza plenamente todas as ferramentas do AVA	Apresenta apenas algumas dificuldades na utilização de ferramentas do AVA	Utiliza algumas ferramentas do AVA, mas com dificuldades	Utiliza as ferramentas do AVA corretamente, mas precisa de auxílio	Não utiliza as ferramentas do AVA corretamente
	Total de pontos competência C	0					
D	**Conhecimento pleno da Disciplina:** Conhecimento e capacidade de entendimento e transmissão do conteúdo da disciplina que será ministrada.						
	Lista de Verificação	**Nota**	**Escala de Pontuação**				
			5	4	3	2	1
1	**Domínio do conteúdo.**		Domina totalmente	Domina de 51 a 99%	Domina 50%	Domina de 1% a 49%	Não domina
2	**Capacidade de transmissão do conteúdo.**		Domina com desenvoltura superando as expectativas	Transmite corretamente	Transmite apenas parcialmente	Transmite, mas com dificuldades	Não possui capacidade de transmissão do conteúdo
3	**Capacidade de elencar os pontos-chaves do conteúdo para levar a discussão com o aluno.**		Aplica corretamente, explorando todas as funcionalidades da ferramenta	Elenca parcialmente os pontos-chaves	Elenca os pontos-chaves, mas com dificuldades	Elenca os pontos-chaves, mas com auxílio	Não consegue elencar os pontos-chaves
4	**Capacidade de síntese e clareza.**		Possui clareza e síntese na comunicação	Possui clareza e síntese apenas de 51% a 99% das situações	Possui clareza e síntese apenas de 50% das situações	Possui clareza e síntese apenas de 1% a 49% das situações	Não consegue se expressar claramente e com síntese
	Total de pontos competência D	0					

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS		
PONTUAÇÃO	**LEGENDA**	
1 a 30	Não Atende	O docente não possui perfil para tutoria de cursos a distância.
31 a 60	Atende, mas necessita de acompanhamento	O docente pode realizar tutoria, desde que haja um acompanhamento direto de um profissional que o auxilie a desenvolver as competências que apresenta déficit.
61 a 90	Atende, mas necessita de um treinamento	O docente pode realizar tutoria, mas necessita de um treinamento específico para a competência que apresenta déficit.
91 a 120	Atende plenamente	O docente possui as competências necessárias para o perfil de tutoria dos cursos a distância.
Obs: Se algum quesito de verificação obtiver nota 1, o tutor automaticamente não atende independente do total de pontos		

CONCLUSÃO: descrever as competências observadas no tutor para prosseguir na atividade de tutoria ou deficiências encontradas em determinadas competências, as quais precisam ser desenvolvidas ou simplesmente não o credencia para a atividade de tutoria.

ANEXO M

MODELOS DE CERTIFICADOS PARA CURSOS REALIZADOS EM PROVEITO DE PESSOAL DE ÓRGÃOS PÚBLICOS E MODELO DE CARTEIRA DE HABILITAÇÃO) MODELO DPC-1035 (ETSP)

Certificado Nº .....

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Autoridade Marítima Brasileira Diretoria de Portos e Costas

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES, FAZ SABER QUE O PRESENTE CERTIFICADO É CONCEDIDO A _____, POR HAVER CONCLUÍDO O CURSO ESPECIAL PARA TRIPULAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE ESTADO NO SERVIÇO PÚBLICO (ETSP), REALIZADO NO PERÍODO DE _____/_____/_____A _____/_____/_____.

O PORTADOR DESTE CERTIFICADO, RELACIONADO NA O/S Nº _____/_____, DA _____, ESTÁ HABILITADO A TRIPULAR OU CONDUZIR PEQUENAS EMBARCAÇÕES – DE ATÉ OITO METROS DE COMPRIMENTO, INCLUÍNDO LANCHAS DO TIPO LAEP-7 COM MOTOR DE CENTRO - EMPREGADAS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR A SERVIÇO DA/DO _____.
ÓRGÃO DE EMISSÃO: _____.

_____ de _____ de _____. _____
(LOCAL/DATA) Posto, Nome e Assinatura do Responsável

_____
Assinatura do Portador do Certificado

b) MODELO DPC-1036 (ECSP)

Certificado Nº .....

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Autoridade Marítima Brasileira Diretoria de Portos e Costas

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES, FAZ SABER QUE O PRESENTE CERTIFICADO E CONCEDIDO A _____, POR HAVER CONCLUÍDO O CURSO ESPECIAL PARA A CONDUÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE ESTADO NO SERVIÇO PÚBLICO (ECSP), REALIZADO NO PERÍODO DE _____/_____/_____A _____/_____/_____.

O PORTADOR DESTE CERTIFICADO, RELACIONADO NA O/S Nº _____/_____, DA _____, ESTÁ HABILITADO A PATROAR EMBARCAÇÕES EMPREGADAS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR A SERVIÇO DA/DO _____.
ÓRGÃO DE EMISSÃO: _____.

_____ de _____ de _____. _____
(LOCAL/DATA) Posto, Nome e Assinatura do Responsável

_____
Assinatura do Portador do Certificado

c) MODELO DPC-1037 (EANC)

Certificado Nº .....

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Autoridade Marítima Brasileira Diretoria de Portos e Costas

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES, FAZ SABER QUE O PRESENTE CERTIFICADO É CONCEDIDO A _____, POR HAVER CONCLUÍDO O CURSO ESPECIAL AVANÇADO PARA A CONDUÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE ESTADO NO SERVIÇO PÚBLICO NA NAVEGAÇÃO COSTEIRA (EANC), REALIZADO NO PERÍODO DE _____/_____/_____A _____/_____/_____.

O PORTADOR DESTE CERTIFICADO, RELACIONADO NA O/S Nº _____/_____, DA _____, ESTÁ HABILITADO A CONDUZIR EMBARCAÇÕES EMPREGADAS NA NAVEGAÇÃO COSTEIRA A SERVIÇO DA/DO _____

ÓRGÃO DE EMISSÃO: _____.

_____ de _____ de _____. _____
(LOCAL/DATA) Posto, Nome e Assinatura do Responsável

_____
Assinatura do Portador do Certificado

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS CERTIFICADOS DPC-1035 /1036 /1037

1) Primeiro Espaço - Certificado Nº: atribuir um número a ser composto do Código das Organizações Militares da Marinha e Listas de Distribuição de Documentos (COMLIDIDOC) do OE, seguido do ano corrente com quatro dígitos e em seguida o número de ordem com três dígitos, Ex.: 81333-2012-001 (significa o primeiro certificado emitido em 2012 pela Macae).
2) Segundo Espaço: preencher com o nome completo do servidor que concluiu o curso com aproveitamento.
3) Terceiro Espaço: preencher com as datas de início e de término do curso.
4) Quarto Espaço: preencher com o número da Ordem de Serviço, ano e a sigla do OE constante do COMLIDIDOC.
5) Quinto Espaço: preencher com o nome do Órgão Público responsável pelo servidor.
6) Sexto Espaço - Órgão de Emissão: campo a ser preenchido com o nome completo do OE.
7) Sétimo Espaço - Local e Data: campo a ser preenchido com o local e a data da emissão do certificado
8) Oitavo Espaço - Posto, Nome e Assinatura do Responsável: campo destinado à identificação e assinatura do Encarregado do EPM.
9) Nono Espaço - Assinatura do portador do certificado: sempre que possível, deverá ser assinado no ato da entrega.

d) MODELO DE CARTEIRA DE HABILITAÇÃO

MARINHA DO BRASIL
Carteira de Habilitação de Órgãos Públicos

Nome

Função

Nascimento	Identidade	CPF
00/00/00		000.000.000-00
Inscrição	**Validade**	**OE de Emissão**
OP/000/0000	00/00/00	

Observações:
Em conformidade com a Os nº _____/_____, o portador desta carteira está habilitado a _____(*)_____, a serviço do/da _____.

_____
Local e data

_____
Assinatura do Encarregado do EPM

Observações:

1) o campo relativo à função deverá ser preenchido com o texto "Tripulante ou Condutor", no caso do ETSP; "Patrão", no caso do ECSP; e "Condutor", no caso do EANC;
2) o campo relativo à inscrição deverá ser preenchido com a sigla OP, referente a "Órgão Público", seguida de um número sequencial do curso realizado e ano de realização, separados por barra. Exemplo: OP/001/2012; e
3) (*) neste campo deverá constar o seguinte:
   a) caso tenha concluído o curso ETSP: "tripular ou conduzir pequenas embarcações - de até oito metros de comprimento, incluindo lanchas do tipo LAEP-7 com motor de centro - empregadas na navegação interior"; ou
   b) caso tenha concluído o curso ECSP: "patroar embarcações empregadas na navegação interior"; ou
   c) caso tenha concluído o curso EANC: "conduzir embarcações empregadas na navegação costeira".

OSTENSIVO NORMAM-30/DPC

ANEXO N

TABELA DE INDENIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO (EPM)

Tabela de Indenização dos Serviços do Ensino Profissional Marítimo		
TIPO DE SERVIÇO	VALOR (R$)	DESCRIÇÃO/CLASSIFICAÇÃO
Emissão de currículo de cursos de média (acima de 1 mês) e longa durações do Ensino Profissional Marítimo (EPM).	28,00	Currículo dos cursos do EPM

ANEXO O

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE REPASSE DE CUSTEIO

(MODELO)

Eu,_____,

Portador da carteira de identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente em _____ _____, telefone _____, e-mail _____ inscrito no curso (XXXXXXXX), a ser ministrado na modalidade extra FDEPM, pela empresa _____ e custeado pela (o)_____no período de ____/____/____ a ____/____/____, declaro estar ciente de que, conforme disposto no Inciso 1.11 das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo (NORMAM-30), **não cabe aos alunos, em nenhuma hipótese, qualquer tipo de indenização em cursos do Ensino Profissional Marítimo – EPM.**

Local, ____ de _____ de _____.

_____

(ASSINATURA DO ALUNO)

PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 63, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera as Tabelas de Indenizações de serviços prestados pela Autoridade Marítima Brasileira constantes das Normas da Autoridade Marítima - NORMAM-01, 02, 03, 04, 07, 11 e 15/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, do Comandante da Marinha, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação de Mar Aberto (NORMAM-01/DPC), substituindo o anexo 10-D pelo que a esta acompanha. Esta modificação é denominada Mod. 47.

Art. 2º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior (NORMAM-02/DPC), substituindo o anexo 8-E pelo que a esta acompanha. Esta modificação é denominada Mod. 25.

Art. 3º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas (NORMAM-03/DPC 1ª Revisão), substituindo o anexo 1-C pelo que a esta acompanha. Esta modificação é denominada Mod. 1.

Art. 4º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para Operação de Embarcações Estrangeiras em Águas Jurisdicionais Brasileiras (NORMAM-04/DPC 1ª Revisão), substituindo o anexo 2-B pelo que a esta acompanha. Esta modificação é denominada Mod. 13.

Art. 5º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval (NORMAM-07/DPC), substituindo o anexo 3-I pelo que a esta acompanha. Esta modificação é denominada Mod. 2.

Art. 6º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagem, Pesquisa e Lavra de Minerais Sob, Sobre e às Margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras (NORMAM-11/DPC 1ª Revisão), substituindo o anexo 2-A pelo que a esta acompanha. Esta modificação é denominada Mod. 2.

Art. 7º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para Atividades Subaquáticas (NORMAM-15/DPC 2ª Revisão), substituindo o anexo B pelo que a esta acompanha. Esta modificação é denominada Mod. 2.

Art. 8º Revoga-se a Portaria nº 55/DPC, de 24 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 25 de maio de 2022.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor a partir de 3 de outubro de 2022.

Vice-Almirante SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

ANEXO

TABELA DE INDENIZAÇÕES

Considerações iniciais

1. O pagamento das indenizações discriminadas abaixo deverá ser realizado por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

2. Para realização das vistorias, inspeções, perícias e exames previstos abaixo, o transporte aéreo ou terrestre à cidade de destino, o transporte terrestre nos deslocamentos urbanos e a estada dos vistoriadores, inspetores ou peritos serão de responsabilidade do interessado, empresa ou entidade solicitante do serviço, exceto para equipes de aplicação de provas para obtenção de Carteira de Habilitação de Amadores (CHA).

I - EMBARCAÇÕES BRASILEIRAS

1.0 - VISTORIAS / PERÍCIAS / SERVIÇOS

a) Embarcações certificadas

VISTORIA / SERVIÇO	ARQUEAÇÃO BRUTA (AB)			
	Maior ou igual a 20 e menor ou igual a 100	Maior que 100 e menor ou igual a 500	Maior que 500 e menor ou igual a 1.000	Maior que 1.000
Vistoria em seco para obtenção do CSN (inicial e de renovação)	R$ 169,00	R$ 340,00	R$ 340,00	R$ 340,00
Vistoria flutuando para obtenção do CSN (inicial e de renovação)	R$ 182,00	R$ 606,00	R$ 848,00	R$ 1211,00
Vistoria para emissão do CSN (anual ou intermediária)	R$ 132,00	R$ 436,00	R$ 605,00	R$ 859,00
Vistoria para emissão do Certificado de Borda - Livre (inicial, anual e renovação) **(1)**	R$ 146,00	R$ 340,00	R$ 520,00	R$ 689,00
Vistoria anual e de constatação de Borda - Livre	R$ 97,00	R$ 266,00	R$ 388,00	R$ 533,00
Vistoria para emissão de Laudo Pericial para confecção de CTS **(2)**	R$ 194,00	R$ 340,00	R$ 520,00	R$ 859,00
Análise de planos para emissão de licenças	R$ 605,00	R$ 666,00	R$ 786,00	R$ 848,00
Teste de tração estática acompanhado pelo GVI	R$ 229,00	R$ 291,00	R$ 350,00	R$ 411,00
Vistoria para reclassificação para uma viagem	R$ 132,00	R$ 424,00	R$ 592,00	R$ 859,00
Vistoria para Prova de Mar	R$ 97,00			
Verificação de Peso Máximo de Carga (PMC) para embarcações com AB até 20, exceto miúdas	R$ 60,00			

Observações:

(1) Aplicável às embarcações com AB maior que 50 e comprimento de regra maior que 20m;

(2) O valor da vistoria de Emissão de Laudo Pericial para confecção de CTS para as embarcações certificadas com AB entre 10 e 20 será R$ 83,00. Para as embarcações com AB acima de 20 seguir a tabela 1.0 a); e

(3) As indenizações referentes à verificação do cumprimento de exigências, constantes de relatórios de vistorias e de análise de planos serão iguais a 50% dos valores das indenizações das vistorias a que se referem.

b) Embarcações de esporte e/ou recreio

VISTORIA / SERVIÇO	COMPRIMENTO TOTAL (C)	
	C até 24m	C maior que 24m
Inicial, Renovação e Reclassificação para obtenção do CSN	R$ 242,00	R$ 605,00
Arqueação	-	R$ 350,00
Análise de planos para emissão de licenças	R$ 484,00	R$ 605,00

c) Arqueação de embarcações não classificadas

Vistoria para Arqueação	COMPRIMENTO (L)				
	Maior ou igual a 5 e menor ou igual a 12 m	Maior que 12 e menor ou igual a 24 m	Maior que 24 e menor ou igual a 100 m	Maior que 100 e menor ou igual a 150 m	Maior que 150 m
	R$ 60,00	R$ 121,00	R$ 339,00	R$ 533,00	R$ 689,00

d) Declaração de Conformidade para plataformas e embarcações que transportam petróleo e seus derivados

PERÍCIAS		ARQUEAÇÃO BRUTA (AB)			
		Menor que 5000	Maior ou igual a 5.000 e menor ou igual a 10.000	Maior que 10.000 e menor ou igual a 15.000	Maior que 15.000
Embarcações, Plataformas móveis, navios sonda, FPSO e FSO	Emissão de Declaração de Conformidade	R$ 1816,00	R$ 2301,00	R$ 2665,00	R$ 3995,00
	Retirada de exigências de Declaração de Conformidade	R$ 1453,00			
Plataformas fixas	Emissão de Declaração de Conformidade	R$ 2301,00			
	Retirada de exigências de Declaração de Conformidade	R$ 1453,00			

e) Certificado de Responsabilidade Civil em Poluição por Óleo (CLC/69) Emissão de Certificado	R$ 121,00

f) Perícia para a retirada de exigências de inspeção de "FLAG STATE CONTROL":

Embarcação de mar aberto com qualquer arqueação bruta				R$ 968,00
Embarcação que opera na navegação interior por Arqueação Bruta (AB)				
Menor ou igual a 20	Maior que 20 e menor ou igual a 50	Maior que 50 e menor ou igual a 100	Maior que 100 e menor ou igual a 500	Maior que 500
R$ 60,00	R$ 121,00	R$ 181,00	R$ 242,00	R$ 302,00

g) Vistoria de Condição para graneleiros

SERVIÇO	INDENIZAÇÃO
	Embarcação com qualquer arqueação bruta
Validação de Vistoria de Condição	R$ 544,00

h) Vistoria de Condição para carregamento de carga viva

ARQUEAÇÃO BRUTA (AB)		
Menor ou igual a 15.000	Maior que 15.000 e menor ou igual a 50.000	Maior que 50.000
R$ 1937,00	R$ 3026,00	R$ 6053,00

2.0 - OUTROS SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	INDENIZAÇÃO
Inscrição de embarcação	R$ 44,00
Emissão de TIE/TIEM	R$ 44,00
Renovação ou de 2ª via de TIE/TIEM	R$ 44,00
Transferência de propriedade e/ou jurisdição de embarcação	R$ 44,00
Alteração de dados cadastrais	R$ 44,00
Registro e cancelamento de ônus e averbações (embarcação inscrita)	R$ 44,00
Emissão do Documento Provisório de Propriedade	NÃO COBRAR
Cancelamento de inscrição de embarcação	NÃO COBRAR
Emissão de certidão sobre embarcação inscrita	R$ 18,00
Emissão de 2ª via de certificados e licenças	R$ 36,00
Emissão e alteração de Registro Contínuo de Dados (RCD)	R$ 181,00
Emissão de certificado de isenção	R$ 363,00
Carteira de Habilitação de Amador (CHA) - Inscrição para exame de habilitação de amador, renovação, emissão de 2ª via, correspondência ou equivalência (Todas as Categorias)	R$ 52,00
Carteira de Habilitação de Amador na Categoria de Motonauta (CHA-MTA) - Inscrição para exame de habilitação de amador, renovação, emissão de 2ª via	R$ 52,00
Carteira de Habilitação de Amador Especial na Categoria de Motonauta (Habilitação Provisória) para condução de MA alugadas	R$ 52,00
Cadastramento de Marinas, Clubes, Entidades Desportivas Náuticas	R$ 60,00

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	INDENIZAÇÃO
Estabelecimentos de Treinamento Náutico e/ou pessoas físicas devidamente cadastradas nas CP/DL/AG para emissão de Atestado de Treinamento para Arrais-Amador e Atestado de Treinamento para Motonauta	R$ 200,00
Cadastramento de perito em Compensação de Agulha Magnética	R$ 60,00
Termo de entrega de embarcação apreendida, que se encontrar nas CP/DL/AG (por dia de apreensão)	R$ 60,00
Termo de entrega de embarcação miúda apreendida, que se encontrar nas CP/DL/AG (por dia de apreensão)	R$ 13,00

Observação: Os valores dos serviços prestados pelo Tribunal Marítimo (TM) encontram-se discriminados no sítio do TM na internet, onde se pode consultar a Tabela de Custas por meio do link: https://www.marinha.mil.br/tm/

II - EMBARCAÇÕES DE BANDEIRA ESTRANGEIRA AUTORIZADAS A OPERAR EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS

1.0 - PERÍCIAS E SERVIÇOS

a) Plataformas, FPSO e FSO

SERVIÇOS	Arqueação Bruta (AB)			
	Menor ou igual a 5.000	Maior que 5.000 e menor ou igual a 10.000	Maior que 10.000	Plataforma Fixa
Perícia para emissão de Declaração de Conformidade	R$ 2301,00	R$ 2784,00	R$ 3268,00	-
Perícia de Conformidade para Operação em AJB e emissão da AIT				
Perícia para emissão de Declaração de Conformidade para Plataforma Fixa	-	-	-	R$ 2301,00
Retirada de exigência de perícia para emissão de Declaração de Conformidade	R$ 1453,00			
Perícia para elaboração de Laudo para emissão de CTS	R$ 1090,00			
Perícia para renovação de AIT e CTS	R$ 363,00			

b) Demais embarcações

SERVIÇOS	Arqueação Bruta (AB)				
	Menor ou igual a 1.000	Maior que 1.000 e menor ou igual a 5.000	Maior que 5.000 e menor ou igual a 10.000	Maior que 10.000 e menor ou igual a 15.000	Maior que 15.000
Perícia de Conformidade para Operação em AJB e emissão da AIT	R$ 1090,00	R$ 1453,00	R$ 2301,00	R$ 2724,00	R$ 3995,00
Perícia para emissão de Declaração de Conformidade para Transporte de Petróleo					
Retirada de exigência de perícia de Conformidade para Operação em AJB	R$ 1453,00				
Retirada de exigência de perícia para emissão de Declaração de Conformidade para Transporte de Petróleo					
Perícia para elaboração de Laudo para Emissão de CTS	R$ 1090,00				
Análise documental SIRE (Ship Inspection Report) para emissão de Declaração de Conformidade	R$ 363,00				
Certidão de capacitação de embarcação afretada a casco nu para o REB	R$ 130,00				
Perícia para renovação de AIT e CTS	R$ 363,00				

c) Perícia para a retirada de exigências de inspeção de "PORT STATE CONTROL":

Embarcação com qualquer arqueação bruta, que opera em mar aberto	R$ 968,00

III - SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS E ESCOLAS DE MERGULHO PROFISSIONAL

1.0 - SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO PRESTADOS ÀS EMPRESAS DE MERGULHO PROFISSIONAL PELAS CP/DL/AG

SERVIÇO	VALOR
1.1 - Análise de processo de cadastramento	R$ 363,00
1.2 - Emissão de Ficha Cadastro (FCEM) por cadastramento inicial, renovação ou alteração de dados cadastrais ou endosso anual	R$ 181,00

2.0 - SERVIÇOS DE VISTORIAS / PERÍCIAS / ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO PRESTADOS ÀS EMPRESAS DE MERGULHO PROFISSIONAL PELA DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS (DPC)

SERVIÇO	VALOR
2.1 - Vistoria Pré-Operação (VPO)	R$ 1.088,00
2.2 - Vistoria para Retirada de Exigências (VRE)	R$ 544,00
2.3 - Perícia em acidentes de mergulho (PAM)	R$ 907,00
2.4 - Inspeção a pedido da empresa (IAM)	R$ 907,00

3.0 - SERVIÇOS DE VISTORIAS / PERÍCIAS / ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO PRESTADOS ÀS ESCOLAS DE MERGULHO PROFISSIONAL PELA DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS (DPC)

SERVIÇO	VALOR
3.1 – Análise de documentação para credenciamento	R$ 363,00
3.2 – Emissão de ficha de credenciamento (FCREM) por credenciamento inicial, renovação, ou alteração de dados cadastrais ou endosso anual	R$ 181,00
3.3 – Vistoria Pré-Operação (VPO)	R$ 1.088,00
3.4 – Vistoria para Retirada de Exigências (VRE)	R$ 544,00
3.5 – Perícia em acidentes de mergulho (PAM)	R$ 907,00
3.6 – Inspeção a pedido da escola (IAM)	R$ 907,00

IV - SERVIÇOS RELATIVOS ÀS OBRAS, DRAGAGENS, PESQUISA, LAVRA DE MINERAIS E AQUICULTURA SOB, SOBRE E ÀS MARGENS DAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS

SERVIÇO / INSPEÇÃO	INDENIZAÇÃO
Análise do processo e emissão de parecer	R$ 181,00
Realização de inspeção no local da obra em AJB	R$ 242,00

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO

Ref.: 59000.009990/2022-16

Trata-se de análise relativa aos recursos e contrarrazões apresentadas pela Caixa Econômica Federal (Caixa) e pela Treviso Corretora de Câmbio S/A (Treviso), em face da decisão do Conselho do FDIRS relativa ao resultado da CHAMADA PÚBLICA n. 1, de 30 de março de 2022 (SEI 3673532), consoante Edital n. 4, de 1º de agosto de 2022 (3873689).

Após a análise técnica expedida na Nota Técnica 9 (SEI n. 3893331), o processo foi submetido ao Conselho do FDIRS para deliberação quanto à reconsideração da decisão, que manifestou-se pela manutenção do resultado da CHAMADA PÚBLICA n. 1, de 30 de março de 2022 (SEI 3673532), conforme consolidado na Ata DEIFI (SEI 3900952).

A seguir, conforme estipulado no § 1º do art. 56, da Lei n. 9.784/1999, os autos foram encaminhados à CONJUR/MDR que exarou o PARECER n. 00478/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU (3947952).

Restituído o feito à SFPP, a unidade elaborou arrozoado em atenção à manifestação contida no DESPACHO n. 02092/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU (SEI 3947952) que aprovou o mencionado parecer, encaminhando o feito para decisão.

Diante do exposto, com fundamento na Nota Técnica 9 (SEI n. 3893331) no Despacho CGIN (SEI n. 3949211), bem como considerando os termos do PARECER n. 00478/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU (3947952), proferido pela Consultoria Jurídica junto à Pasta, DECIDO:

I - CONHECER e no mérito NEGAR PROVIMENTO ao recurso da Caixa;

II - NÃO CONHECER da pretensão recursal veiculada pela Caixa em sede de contrarrazões; e

III - CONHECER PARCIALMENTE e, quanto ao ponto conhecido, NEGAR PROVIMENTO ao recurso da Treviso.

Brasília, 22 de agosto de 2022.
DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA
Ministro

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.895, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Renovar o prazo de execução das ações de resposta previsto no art. 3° da Portaria n. 1060, de 07 de abril de 2022, constante no processo administrativo n. 59052.008871/2022-22, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de São Roque de Minas-MG para ações de Defesa Civil até 05/02/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.898, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 4° da Portaria n. 35, de 16 de fevereiro de 2016, constante no processo administrativo n. 59050.001126/2014-62, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Terezinha - SC, para ações de Defesa Civil até 16/04/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.899, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Miradouro-MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Miradouro-MG, no valor de R$ 133.473,88 (cento e trinta e três mil quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e oito centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.007192/2022-26.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2022NE000919, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.906, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta previsto no art. 3° da Portaria n. 1173, de 13 de abril de 2022, constante no processo administrativo n. 59052.009189/2022-57, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Antônio Dias - MG para ações de Defesa Civil até 09/12/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATOS DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu indeferir os pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos de:

Nº 1.741 - MUNICIPIO DE PEIXE, rio Tocantins, Município de Peixe/TO, outras.

Nº 1.742 - MUNICIPIO DE PEIXE, rio Tocantins, Município de Peixe/TO, outras.

Nº 1.743 - EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO, rio Paranã, Município de Nova Roma/GO, irrigação.

Nº 1.744 - HEBERT LEVER JOSE DO COUTO, rio Urucuia, Município de São Romão/MG, irrigação.

Nº 1.745 - VALDOMIRO PERES JUNIOR, rio Paraná, Município de Querência do Norte/PR, irrigação.

Nº 1.746 - PONCIA COMERCIAL AGRICOLA E PECUARIA LTDA, rio Paraíba do Sul, Município de Jacareí/SP, outras.

Nº 1.747 - A R NETO NONATO - ME, rio Santa Teresa, Município de Peixe/TO, mineração.

Nº 1.748 - LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA, rio Santa Teresa, Município de Peixe/TO, mineração.

Nº 1.749 - COMPANHIA ENERGETICA OESTE LTDA, rio Itaguari, Município de Cocos/BA, aproveitamento hidroelétrico.

Nº 1.750 - FLAVIO DE SOUZA PIMENTA, rio Carangola, Município de Natividade/RJ, criação animal.

Nº 1.751 - FLAVIO DE SOUZA PIMENTA, rio Carangola, Município de Natividade/RJ, criação animal.

Nº 1.752 - RODOLFO FREIRE LUNA, UHE Xingó, Município de Delmiro Gouveia/AL, irrigação.

Nº 1.753 - NEYTON SANTANA DA SILVA, UHE São Salvador, Município de Paranã/TO, consumo humano.

Nº 1.754 - NARCISO FRANCISCHETTO, rio Cotaxé ou Braço Norte do Rio São Mateus, Município de Nova Venécia/ES, irrigação.

Nº 1.755 - VICENTE ILDEU CORDEIRO DOS SANTOS, rio Urucuia, Município de Pintópolis/MG, irrigação.

O inteiro teor dos Indeferimentos de Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.941, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 1.756 - GAMELEIRA GERADORA DE ENERGIA RENOVÁVEL S.A., rio São Bartolomeu, Municípios de Luziânia/GO e Cristalina/GO, Aproveitamento Hidroelétrico (PCH Gameleira), transferência.

Nº 1.757 - J I B AGROPECUARIA LTDA, UHE Água Vermelha, Município de Iturama/MG, irrigação, transferência.

Nº 1.758 - EDSON L. IGNACIO E OUTROS, UHE Jurumirim, Município de Itatinga/SP, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos ao:

Nº 1.759 - MUNICIPIO DE TAPARUBA, rio José Pedro, Município de Taparuba/MG, irrigação.

Nº 1.760 - EDVALDO GENOVEZ, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

Nº 1.761 - CICERO DONIZETE GONCALVES, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.762 - RAFAEL JORGE CARVALHO LOBO, rio Piracuruca, Município de Piracuruca/PI, irrigação.

Nº 1.763 - MARIA VENINA CONCEICAO DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 1.764 - MATEUS JUNQUEIRA NAPOLITANO NOGUEIRA, UHE Porto Colômbia, Município de Guaíra/SP, irrigação.

Nº 1.765 - TERRAPLANAGEM J.M. E SERVICOS LTDA - ME, rio Sapucaí, Município de São Sebastião da Bela Vista/MG, irrigação.

Nº 1.766 - ESTEVAO MELO DA SILVEIRA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 1.767 - JOSE CARLOS DE OLIVEIRA VALENCA, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

Nº 1.768 - LEONARDO DE ANDRADE ROLEMBERG BATISTA, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 1.769 - ANDRE CARIRI DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 1.770 - MARCELINO TILLI, PCH Ivan Botelho III, Município de Guarani/MG, irrigação.

Nº 1.771 - LUIZ TADEU DE ALMEIDA E MARIVALDO ANTONIO BOSI, rio Doce, Município de Colatina/ES, irrigação.

Nº 1.772 - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA CARAPUCA DE BELEM, UHE Luiz Gonzaga, Município de Belém do São Francisco/PE, irrigação.

Nº 1.773 - VALDOMIRO PEREIRA DE JESUS, rio São Francisco, Município de Pirapora/MG, irrigação.

Nº 1.774 - TSH SERVICOS IMOBILIARIOS LTDA, rio da Cachoerinha, Município de Bueno Brandão/MG, irrigação.

Nº 1.775 - ORLANDO ROCHA FILHO, rio São Francisco, Município de Porto da Folha/SE, irrigação.

Nº 1.776 - PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA E MARCILIO DIAS DE OLIVEIRA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 1.777 - MANOEL FERREIRA GUIMARÃES, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.778 - YURI DE SÁ SANTOS, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 1.779 - IVANILDO ANTONIO RODRIGUES, rio São Francisco, Município de Orocó/PE, irrigação.

Nº 1.780 - JOAO DA CRUZ FERREIRA, rio São Francisco, Município de Orocó/PE, irrigação.

Nº 1.781 - JOAO DA CRUZ FERREIRA, rio São Francisco, Município de Orocó/PE, irrigação.

Nº 1.782 - CLAUDETE FERREIRA PRATES, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/MG, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.783 - DENIS AILDON ABRANTES MENDES, Açude São Gonçalo, Município de Marizópolis/PB, irrigação.

Nº 1.784 - JOSE HIGINO LINS, Açude São Gonçalo, Município de Marizópolis/PB, irrigação.

Nº 1.785 - RAFAELA JUSTINO AFONSO, Açude São Gonçalo, Município de Marizópolis/PB, irrigação.

Nº 1.786 - DANILO ALLAN ABRANTES MENDES, Açude São Gonçalo, Município de Marizópolis/PB, irrigação.

Nº 1.787 - NENEN S CHOPP COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS, INDUSTRIA E AGROPECUARIA LTDA, rio Urucuia, Município de Arinos/MG, irrigação.

Nº 1.788 - FRINENSE ALIMENTOS LTDA, rio Muriaé, Município de Itaperuna/RJ, indústria.

Nº 1.789 - UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP, UHE Boa Esperança, Município de São João dos Patos/MA, aquicultura.

Nº 1.790 - UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP, UHE Marechal Mascarenhas de Moraes/Peixoto, Município de Ibiraci/MG, aquicultura.

Nº 1.791 - UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP, UHE Itumbiara, Município de Araporã/MG, aquicultura.

Nº 1.792 - UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP, UHE Canoas II, Município de Andirá/PR, aquicultura.

Nº 1.793 - UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP, UHE Ilha Solteira, Município de Selvíria/MS, aquicultura.

Nº 1.794 - MUNICIPIO DE TUNAPOLIS, rio Peperi-guaçu, Município de Tunápolis/SC, abastecimento público.

Nº 1.795 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, rio São Francisco, Município de São Brás/AL, abastecimento público.

Nº 1.796 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, rio São Francisco, Município de Traipu/AL, abastecimento público.

Nº 1.797 - UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP, UHE Volta Grande, Município de Miguelópolis/SP, aquicultura.

Nº 1.798 - UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP, UHE São Simão, Município de São Simão/GO, aquicultura.

Nº 1.799 - UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP, UHE Marimbondo, Município de Fronteira/MG, aquicultura.

Nº 1.801 - PAULO SERGIO SOARES, RAUL FERREIRA
GODINHO, R GODINHO PARTICIPACOES EIRELI E P
SOARES PARTICIPACOES EIRELI, UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, Município de São João Batista do Glória/MG, irrigação.

Nº 1.802 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, rio Doce, Município de Santana do Paraíso/MG, esgotamento sanitário.

Nº 1.803 - AGROPEU-AGRO INDUSTRIAL DE POMPEU S/A, UHE Três Marias, Município de Pompéu/MG, irrigação.

Nº 1.804 - SELVINO ANTONIO INOCENTE, UHE Água Vermelha, Município de Mira Estrela/SP, irrigação.

Nº 1.805 - JOSE DI PIETRO, UHE Capivara, Município de Nantes/SP, irrigação.

Nº 1.806 - LELIA DE FATIMA VILELA VIZEU E THIAGO
VILELA DE VIZEU, UHE Furnas, Município de Guapé/MG, irrigação.

Nº 1.807 - UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP, UHE Igarapava, Município de Igarapava/SP, aquicultura.

Nº 1.808 - HENRIQUE GONZATTI, UHE Serra da Mesa, Município de Niquelândia/GO, irrigação.

Nº 1.809 - CRISTOVAO BRUNORO, rio Urucuia, Município de São Romão/MG, irrigação.

Nº 1.810 - AGUAS DO RIO 1 SPE S.A, rio Paraíba do Sul, Município de Itaocara/RJ, abastecimento público.

Nº 1.811 - UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP, UHE Porto Colômbia, Município de Planura/MG, aquicultura.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 1.800, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir a outorga preventiva de uso de recursos hídricos a:

GABRIEL KNEBEL FACHINETTO, rio Paranã, Município de Formosa/GO, irrigação.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 1.812, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3°, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 855ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 20/9/2022, nos termos do art. 4º, inciso XII, § 3º e do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, na Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 1.305, de 20/11/2015, resolveu emitir a outorga de direito de recursos hídricos à:

ELETRAM - Eletricidade da Amazônia Ltda, Braço Norte II, Município de Guarantã do Norte/MT, aproveitamento hidroelétrico (Aproveitamento Hidrelétrico Braço Norte II).

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 1.813, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2022, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 855ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 20/9/2022, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2022, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir a outorga de direito de uso de recursos hídricos a:

JOSE TERRA DE OLIVEIRA, JOSE CLAUDIO TERRA TEIXEIRA, ELOISA ROTA TERRA, FERNANDA ROTA TERRA, GUILHERME TERRA TEIXEIRA e CRISTINA GASTAUD DE OLIVEIRA, Lagoa Mirim, Município de Santa Vitória do Palmar/SP, irrigação.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site: www.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.103979/2019-38
Interessados: Município de Ubaíra - BA.
Assunto: Alteração contratual (Terceiro Termo Aditivo) ao Contrato referente à operação de crédito interno, com garantia da União, de interesse do Município de Ubaíra - BA com a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), cujos recursos são destinados a obras de pavimentação, praças, portal da cidade, equipamentos esportivos, pontes, prédios públicos, contenção de encostas.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assim como o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

PAULO GUEDES
Ministro

DESPACHO DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.102710/2021-59
Interessados: Município de Cariacica-ES
Assunto: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento nº 0598.302-06, de 20/12/2021, referente à operação de crédito interna, com garantia da União, celebrada entre o Município de Cariacica-ES e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), com recursos destinados a financiar programas de investimentos, com abrangência em obras de infraestrutura, drenagem, pavimentação de vias públicas urbanas, projetos estruturantes (obras civis em equipamentos públicos, contrapartidas, reajustes, dentre outros previstos na linha de financiamento).

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assim como o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

PAULO GUEDES
Ministro

DESPACHO DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº: 12105.100705/2022-51
Interessado: Caixa Econômica Federal - CAIXA.
Assunto: Contrato da Sexagésima Terceira Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e a Caixa Econômica Federal - CAIXA, no valor líquido de R$ 279.777.856,76 (duzentos e setenta e nove milhões, setecentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos), posição em 1º de agosto de 2020, o qual será, ao final do procedimento, convertido em títulos que serão destinados à instituição credora.

Considerando que compete à Caixa Econômica Federal manifestar-se quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, e tendo em vista a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, bem como a manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, reconheço a oportunidade e conveniência da novação e AUTORIZO a contratação, nos termos e nos limites do disposto no § 2º do art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

PAULO GUEDES
Ministro

DESPACHO DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.104699/2020-81
Interessados: Município de São Bento do Sul (SC).
Assunto: Alteração contratual (Primeiro Termo Aditivo) ao Contrato nº 0525.637-11 referente à operação de crédito interno, com garantia da União, de interesse do Município de São Bento do Sul (SC) com a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 13.000.000,00 (treze milhões de Reais), cujos recursos são destinados a obras de pavimentação viária.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assim como o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

PAULO GUEDES
Ministro

SECRETARIA EXECUTIVA

SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA DAL/ME Nº 8.468, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Portaria ME nº 21695, de 2 de outubro de 2020, que designa os responsáveis técnicos para compor o Núcleo Central da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 17 da Portaria/ME nº 267, de 09 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria ME nº 21695, de 2 de outubro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º.....

IV-.....

Titular: Luciana Rodrigues Dutra, matrícula SIAPE: 2185583

.....

V- .....

.....

Suplente: Rogério Lúcio de Melo Matos" (NR)

"Art. 3º Os responsáveis técnicos terão como atividades a coordenação e supervisão do Núcleo Específico, em seu âmbito de atuação, após a designação dos representantes das Secretarias Especiais e órgãos correlatos." (NR)

Art. 2º Fica revogado o inciso II do art. 1° da Portaria ME nº 21695, de 02 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

JULIANA PINHEIRO DE MELO VILAR FALCÃO

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS

SUBSECRETARIA DE FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO E MERCADOS INTERNACIONAIS

COORDENAÇÃO-GERAL DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DA COFIEX, no uso de suas atribuições conferidas pelo Parágrafo Único do art. 7º do Decreto n° 9.075, de 6 de junho de 2017, resolve:

Autorizar, com a ressalva estipulada, a preparação do Programa/Projeto, nos seguintes termos:

1. Nome: Iniciativa de Financiamento Climático
2. Mutuário: Banco do Brasil S/A
3. Executor: Banco do Brasil S/A
4. Entidade Financiadora: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD
5. Valor do Empréstimo: até USD 500.000.000,00

Ressalva:

A contratação da operação de crédito externo e a concessão de garantia da União estão condicionadas à apresentação, por parte do Mutuário, de pleito ao Ministério da Economia para análise de sua capacidade de pagamento e oferecimento de contragarantia suficiente, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Economia, além de demonstração do cumprimento dos requisitos da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal, das Resoluções do Senado e demais normas aplicáveis à operação de crédito e concessão de garantia da União, visando às autorizações do Senado Federal e do Ministro da Economia, no que couber.

CARLOS EDUARDO LAMPERT COSTA
Secretário-Executivo da COFIEX
Substituto

VIVIANE VECCHI MENDES MULLER
Presidente da COFIEX
Substituta

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DA COFIEX, no uso de suas atribuições conferidas pelo Parágrafo Único do art. 7º do Decreto n° 9.075, de 6 de junho de 2017, resolve:

Autorizar, com a ressalva estipulada, a preparação do Programa, nos seguintes termos:

1. Nome: Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste - Prodepro
2. Mutuário: Banco do Nordeste do Brasil - BNB
3. Executor: Banco do Nordeste do Brasil - BNB
4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
5. Valor do Empréstimo: até USD 300.000.000,00

Ressalva:

A contratação da operação de crédito externo e a concessão de garantia da União estão condicionadas à apresentação, por parte do Mutuário, de pleito ao Ministério da Economia para análise de sua capacidade de pagamento e oferecimento de contragarantia suficiente, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Economia, além de demonstração do cumprimento dos requisitos da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal, das Resoluções do Senado e demais normas aplicáveis à operação de crédito e concessão de garantia da União, visando às autorizações do Senado Federal e do Ministro da Economia, no que couber.

CARLOS EDUARDO LAMPERT COSTA
Secretário-Executivo da COFIEX
Substituta

VIVIANE VECCHI MENDES MULLER
Presidente da COFIEX
Substituta

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DA COFIEX, no uso de suas atribuições conferidas pelo Parágrafo Único do art. 7º do Decreto n° 9.075, de 6 de junho de 2017, resolve:

Autorizar, com a ressalva estipulada, a preparação do Programa, nos seguintes termos:

1. Nome: Programa de Fomento à Bioeconomia do Banco da Amazônia
2. Mutuário: Banco da Amazônia S/A - BASA
3. Executor: Banco da Amazônia S/A - BASA
4. Entidade Financiadora Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e GREEN CLIMATE FUND

5. Valor do Empréstimo:	até USD 75.000.000,00 - Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
	até USD 75.000.000,00 - GREEN CLIMATE FUND

Ressalva:

A contratação da operação de crédito externo e a concessão de garantia da União estão condicionadas à apresentação, por parte do Mutuário, de pleito ao Ministério da Economia para análise de sua capacidade de pagamento e oferecimento de contragarantia suficiente, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Economia, além de demonstração do cumprimento dos requisitos da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal, das Resoluções do Senado e demais normas aplicáveis à operação de crédito e concessão de garantia da União, visando às autorizações do Senado Federal e do Ministro da Economia, no que couber.

CARLOS EDUARDO LAMPERT COSTA
Secretário-Executivo da COFIEX
Substituta

VIVIANE VECCHI MENDES MULLER
Presidente da COFIEX
Substituta

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA SECEX Nº 212, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece critérios para alocação de cotas para importação, determinada pela Resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 396, de 14 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2022.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XXIV do art. 91 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em consideração a Resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 396, de 14 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º A alocação das cotas para importação estabelecidas pela Resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 396, de 14 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 16 de setembro de 2022, consignadas no Anexo Único desta Portaria, será realizada em conformidade com as seguintes regras:

I - a todos os produtos abrangidos pelos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constantes do Anexo Único, aplicam-se:

a) o exame dos pedidos de Licença de Importação (LI) será realizado por ordem de registro no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX);

b) caso seja constatado o esgotamento da cota global atribuída para determinado produto, a Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior (SUEXT) não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que já registrado pedido de LI no SISCOMEX; e

c) quando do pedido de LI, o importador deverá fazer constar, no campo "Especificação" da ficha "Mercadoria", a descrição do "Ex" apresentada na coluna "Descrição" do Anexo Único, seguida da descrição detalhada da mercadoria a ser importada; e

II - somente aos produtos abrangidos pelos códigos da NCM constantes do item A do Anexo Único, aplicam-se:

a) será concedida inicialmente a cada empresa a quantidade máxima estabelecida na coluna "Cota Máxima Inicial por Empresa", podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LIs seja inferior ou igual ao limite fixado; e

b) após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa:

1. estarão condicionadas ao desembaraço aduaneiro das mercadorias objeto de LIs emitidas anteriormente; e
2. terão as quantidades limitadas, no máximo, à parcela desembaraçada.

Art. 2º Esta Portaria fica revogada com o fim da vigência das cotas por ela regulamentadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO ÚNICO

COTAS PARA IMPORTAÇÃO ESTABELECIDAS PELA RESOLUÇÃO DO COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR Nº 396, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022, PUBLICADA NO DOU EM 16 DE SETEMBRO DE 2022.

ITEM	CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	COTA GLOBAL	COTA MÁXIMA INICIAL POR EMPRESA	VIGÊNCIA
A	2823.00.10	Tipo anátase Ex 001 - Dióxido de titânio tipo anatase, grau fibra, com granulometria igual ou superior a 0,24 mícrons e inferior ou igual a 0,35 mícrons e com pureza superior à 98%, próprio para modificação da opacificante/maticidade de fibras e filamentos artificiais e sintéticos	0%	5.000 toneladas	500 toneladas	26/09/2022 a 25/09/2023
A	2832.10.10	De dissódio Ex 001 - Metabissulfito de sódio, com teor de Na2S2O5igual ou superior a 98%, em peso	0%	24.650 toneladas	980 toneladas	06/10/2022 a 05/10/2023
A	3906.90.49	Outros Ex 003 - Copolímeros acrílicos em forma de microesferas termoplásticos encapsulando gás inerte	0%	800 toneladas	80 toneladas	26/09/2022 a 25/09/2023
B	6815.13.00	-- Outras obras de fibras de carbono Ex 002 - Perfis planos pultrudados de fibra de carbono epoxidada, apresentados em formato retangular e acondicionados em bobinas, utilizados no processo de fabricação de pás eólicas	0%	1.000 toneladas	N/A	26/09/2022 a 25/09/2023

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA RFB Nº 224, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Delega competência à Coordenadora-Geral de Administração Aduaneira para realizar o exame de qualificação técnica destinado à avaliação da capacidade profissional de ajudantes de despachantes aduaneiros.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º Fica delegada à Coordenadora-Geral de Administração Aduaneira a competência para realizar o exame de qualificação técnica destinado à avaliação da capacidade profissional do ajudante de despachante aduaneiro para o exercício da profissão de despachante aduaneiro, contratado conforme Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº 26/2022, previsto no inciso VI do § 1º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e implementado pelos arts. 4º a 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SANDRO DE VARGAS SERPA

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 94, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe restabelecimento do registro especial de fabricante de cigarros da empresa Congo Indústria e Comércio de Cigarros, Importação e Exportação Ltda., CNPJ nº 12.011.627/0001-27.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo § 3º do art. 2º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e pelo § 2º do art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e considerando ainda a decisão proferida pelo Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa no Agravo Interno em Agravo de Instrumento (202) 1031892-70.2022.4.01.0000, em curso no Tribunal Federal da Primeira Região, que atribuiu efeito suspensivo à decisão do Desembargador Novély Vilanova da Silva Reis no citado Agravo Interno, declara:

Art. 1º Fica restabelecido o Registro Especial de Fabricante de Cigarros nº 33-01/2013, concedido à sociedade empresarial CONGO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIGARROS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 12.011.627/0001-27, por meio do Ato Declaratório Executivo Cofis nº 56, de 17 de julho de 2013.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 33, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

IMUNIDADE RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. REQUISITOS.

Observada a tese fixada no RE nº 1.320.054/RG e considerados o art. 19-A da Lei nº 10.522, de 2002, e o teor do Parecer PGFN SEI nº 15935/2021, o fato de a pessoa jurídica ser sociedade de economia mista não constitui, por si só, impeditivo à fruição da imunidade tributária recíproca.

Para que a sociedade de economia mista possa fruir a imunidade tributária recíproca faz-se necessário verificar, no caso concreto, o cumprimento de um teste de requisitos constitucionais: (i) prestação de serviço público essencial; (ii) não distribuição de lucros a acionistas privados; e (iii) não atuar em ambiente concorrencial. A solução de consulta não é meio hábil para a declaração de direito à imunidade tributária.

Dispositivos Legais: Dispositivos Legais: Constituição Federal de 1988, art. 150, inciso VI, alínea "a", §§ 2º e 3º.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

MULTAS DE TRÂNSITO. SERVIÇO PÚBLICO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. IMUNIDADE RECÍPROCA.

No caso da cobrança de multas de trânsito em nome do poder público, há prestação de serviço público essencial não prejudicial ao equilíbrio concorrencial, de modo que, não havendo distribuição de lucros a acionistas privados, observado o Parecer PGFN SEI nº 15935/2021, as referidas verbas gozam de imunidade tributária recíproca quanto ao IRPJ.

Dispositivos Legais: Dispositivos Legais: Constituição Federal de 1988, art. 30, inciso V, e art. 150, inciso VI, alínea "a"; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, arts. 21, 24.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. REQUISITOS. INEFICÁCIA.

É ineficaz a consulta que não contenha descrição detalhada de seu objeto e indicação das informações necessárias à elucidação da matéria; que não indique os dispositivos da legislação tributária que motivaram sua apresentação.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, art. 13, incisos I e II, e art. 27, incisos I e II.

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS SILVA
Coordenadora-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização total de empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020 e o artigo 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pela Lei n° 13.799, de 03 de janeiro de 2019, no art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e no art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e tendo em vista a Portaria DRF/CBA nº 85, de 28 de dezembro de 2020 e a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021, declara:

Art. 1°. Fica reconhecido o direito da empresa BORRACHAS DREBOR LTDA, CNPJ: 02.962.425/0001-07, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não-restituíveis, incidente sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização total de empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM, de que trata o Laudo Constitutivo n° 095/2021, com prazo de fruição de 10 (dez) anos, contado do ano-calendário 2021 ao ano-calendário 2030, conforme consta no processo administrativo n° 19614.728475/2021-15:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 02.962.425/0001-07;

II - Localização: Av V 502-A - Distrito Industrial, Cuiabá-MT - CEP 78095-220;

III - Enquadramento do empreendimento: art. 2º, inciso VI, "e", Decreto nº 4.212/2002;

IV - Produto Incentivado: Artefatos de borracha industrializados;

V - Capacidade instalada anual: 12.000.000,00 quilogramas.

Art. 2°. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas que usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto.

Art. 3°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO LUIZ ARRUDA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.001, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

PRODUÇÃO/FABRICAÇÃO DE BENS OU PRODUTOS. CRÉDITOS. INSUMOS. IMPOSIÇÃO LEGAL. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS.

Os gastos da pessoa jurídica com a contratação de serviços de transporte para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa da mão de obra empregada em seu processo de produção de bens, em substituição ao fornecimento de vale-transporte, podem ser considerados insumos para fins de apuração de créditos da não cumulatividade da Cofins, nos termos do art. 3º, II, da Lei nº 10.833, de 2003.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 45, DE 28 DE MAIO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, inciso II; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018; Lei nº 7.418, de 1985; Decreto nº 95.247, de 1987.

Assunto: Contribuição Para o PIS/PASEP

PRODUÇÃO/FABRICAÇÃO DE BENS OU PRODUTOS. CRÉDITOS. INSUMOS. IMPOSIÇÃO LEGAL. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS.

Os gastos da pessoa jurídica com a contratação de serviços de transporte para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa da mão de obra empregada em seu processo de produção de bens ou de prestação de serviços, em substituição ao fornecimento de vale-transporte, podem ser considerados insumos para fins de apuração de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep, nos termos do art. 3º, II, da Lei nº 10.637, de 2002.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 45 - COSIT, DE 28 DE MAIO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, inciso II; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018; Lei nº 7.418, de 1985; Decreto nº 95.247, de 1987.

HENRIQUE PINHEIRO TORRES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.002, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

A Cofins não incide sobre as receitas decorrentes das operações de vendas a Empresa Comercial Exportadora (ECE) com o fim específico de exportação.

Consideram-se adquiridas com o fim específico de exportação, as mercadorias remetidas, por conta e ordem da ECE, diretamente do estabelecimento da pessoa jurídica vendedora para: i) embarque de exportação ou para recintos alfandegados; ou ii) embarque de exportação ou para depósito em entreposto sob regime aduaneiro extraordinário de exportação, no caso de ECE de que trata o Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972. As mercadorias podem permanecer na empresa comercial exportadora pelo prazo previsto na norma.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 80 - COSIT, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966, art. 111, II (CTN); Lei nº 10.833, de 2003, art. 6º, I e III, e art. 9; DL nº 1.248, de 1972; Decreto nº 4.524, de 2002, art. 45, VIII e IX; IN RFB nº 1.152, de 2011, arts. 3º e 4º.

Assunto: Contribuição Para o PIS/Pasep

A Contribuição para o PIS/Pasep não incide sobre as receitas decorrentes das operações de vendas a Empresa Comercial Exportadora (ECE) com o fim específico de exportação.

Consideram-se adquiridas com o fim específico de exportação as mercadorias remetidas, por conta e ordem da ECE, diretamente do estabelecimento da pessoa jurídica vendedora para: i) embarque de exportação ou para recintos alfandegados; ou ii) embarque de exportação ou para depósito em entreposto sob regime aduaneiro extraordinário de exportação, no caso de ECE de que trata o Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972. As mercadorias podem permanecer na empresa comercial exportadora pelo prazo previsto na norma.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 80 - COSIT, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966, art. 111, II (CTN); Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º, I e III, e art. 7º; DL nº 1.248, de 1972; Decreto nº 4.524, de 2002, art. 45, VIII e IX; IN RFB nº 1.152, de 2011, arts. 3º e 4º.

Assunto: Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI

FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO. CONCEITO. SUSPENSÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS.

Os produtos destinados à exportação poderão sair do estabelecimento industrial com suspensão do IPI quando adquiridos por Empresa Comercial Exportadora (ECE), com o fim específico de exportação.

Neste caso, consideram-se adquiridos com o fim específico de exportação, os produtos remetidos, por conta e ordem da ECE, diretamente do estabelecimento da pessoa jurídica industrial para: i) embarque de exportação ou para recintos alfandegados; ou ii) embarque de exportação ou para depósito em entreposto sob regime aduaneiro extraordinário de exportação, no caso de ECE de que trata o Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 80 - COSIT, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966, art. 46, parágrafo único, e art. 111, I (CTN); DL nº 1.248, de 1972; Lei nº 9.532, de 1997, art. 39; Decreto nº 7.212, de 2010, arts. 4º e 43, V, e § 1º (RIPI, de 2010); Decreto nº 6.759, de 2009, arts. 228 e 229 (RA); IN RFB nº 1.152, de 2011, arts. 2º e 4º.

HENRIQUE PINHEIRO TORRES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.003, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

COMPENSAÇÃO. RECONHECIMENTO DE CRÉDITO POR DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO APÓS LEI Nº 10.637, de 2002. POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO COM OUTROS TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

Os créditos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), reconhecidos por sentença judicial transitada em julgado que tenha permitido apenas a compensação com débitos de tributos da mesma espécie, podem ser compensados com débitos próprios relativos a quaisquer tributos administrados pela RFB quando houver legislação superveniente ao trânsito em julgado que assegure igual tratamento aos demais contribuintes ou, ainda, quando a legislação vigente na data do trânsito em julgado não tiver sido fundamento da decisão judicial mais restritiva. As restrições à compensação da nova legislação devem ser observadas.

Dispositivos Legais: Art. 543-C da Lei nº 5.869, de 1973 (CPC); art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996, com a redação dada pelo art. 49 da MP nº 66, de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 2002; arts. 64, 100, 101 e 102 da IN RFB nº 2.055, de 2021.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 279, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014.

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS. DÉBITOS TRIBUTÁRIOS. COMPENSAÇÃO. SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS (eSocial)

Somente é possível a compensação entre débitos e créditos de tributos previdenciários e não previdenciários, reciprocamente, se ambos tiverem período de apuração posterior à utilização do eSocial.

Dispositivos Legais: Art. 26-a da Lei nº 11.457, de 2007; art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996; arts. 64, 76 e 84 da IN RFB nº 2.055, de 2021; art. 2º da Resolução nº 2 do Comitê Diretivo do eSocial, de 2016.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 336, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.

HENRIQUE PINHEIRO TORRES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.004, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. PRODUTOS DE TOUCADOR OU DE HIGIENE PESSOAL. ABRANGÊNCIA.

Os produtos de toucador ou de higiene pessoal são sujeitos à sistemática de tributação concentrada, com incidência monofásica, relativamente à Cofins incidente sobre a receita bruta de vendas do produtor ou do importador, conforme regulado pela Lei nº 10.147, de 2000.

O produto xampu para uso animal, ainda que classificado em uma mesma posição da TIPI, não se caracteriza como produto de toucador ou de higiene pessoal para fins de sujeição à sistemática de tributação concentrada, ou incidência monofásica, relativamente à Cofins incidente sobre a receita bruta de vendas do produtor ou importador, regulada pela Lei nº 10.147, de 2000, devendo ser submetido à sistemática ordinária de apuração da referida contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 113, DE 26 DE MARÇO DE 2019.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.147, de 2000, art. 1º.

Assunto: Contribuição Para o PIS/PASEP

TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. PRODUTOS DE TOUCADOR OU DE HIGIENE PESSOAL. ABRANGÊNCIA.

Os produtos de toucador ou de higiene pessoal são sujeitos à sistemática de tributação concentrada, com incidência monofásica, relativamente à Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita bruta de vendas do produtor ou do importador, conforme regulado pela Lei nº 10.147, de 2000.

O produto xampu para uso animal, ainda que classificado em uma mesma posição da TIPI, não se caracteriza como produto de toucador ou de higiene pessoal para fins de sujeição à sistemática de tributação concentrada, ou incidência monofásica, relativamente à Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita bruta de vendas do produtor ou importador, regulada pela Lei nº 10.147, de 2000, devendo ser submetido à sistemática ordinária de apuração da referida contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 113, DE 26 DE MARÇO DE 2019.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.147, de 2000, art. 1º.

HENRIQUE PINHEIRO TORRES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.005, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

TRABALHO TEMPORÁRIO. EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO. RECEITA BRUTA. BASE DE CÁLCULO. INCLUSÃO DOS VALORES DESTINADOS A PAGAMENTO DE SALÁRIOS DOS TRABALHADORES TEMPORÁRIOS E DE ENCARGOS SOCIAIS A ELES RELATIVOS. DECRETO Nº 10.854, DE 2021.

Na relação de trabalho temporário, a empresa de trabalho temporário, a quem compete remunerar e assistir os trabalhadores temporários, é responsável pelos encargos das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores contratados e colocados à disposição da tomadora dos serviços. Essas obrigações devem ser discriminadas na nota fiscal, juntamente com a taxa de agenciamento, e representam custos ou despesas incorridos pela realização dos serviços, compondo a receita bruta da empresa.

A base de cálculo da Cofins apurada pela sistemática não cumulativa deve considerar a totalidade dos valores recebidos pela empresa de trabalho temporário, que depois serão utilizados para pagamento de salários dos trabalhadores temporários e dos respectivos encargos sociais, não havendo previsão legal para a exclusão desses valores da base de cálculo da referida contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 155 - COSIT, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 6.019, de 1974, arts. 1º, 4º, 5º, 9º, 10 e 11; Lei nº 8.212, de 1991, art. 31; Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º; e Decreto nº 10.854, de 2021, arts. 43, 48 a 51, 53, 57, 60 a 63, e 71.

Assunto: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

TRABALHO TEMPORÁRIO. EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO. RECEITA BRUTA. BASE DE CÁLCULO. INCLUSÃO DOS VALORES DESTINADOS A PAGAMENTO DE SALÁRIOS DOS TRABALHADORES TEMPORÁRIOS E DE ENCARGOS SOCIAIS A ELES RELATIVOS. DECRETO Nº 10.854, DE 2021.

Na relação de trabalho temporário, a empresa de trabalho temporário, a quem compete remunerar e assistir os trabalhadores temporários, é responsável pelos encargos das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores contratados e colocados à disposição da tomadora dos serviços. Essas obrigações devem ser discriminadas na nota fiscal, juntamente com a taxa de agenciamento, e representam custos ou despesas incorridos pela realização dos serviços, compondo a receita bruta da empresa.

A base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep apurada pela sistemática não cumulativa deve considerar a totalidade dos valores recebidos pela empresa de trabalho temporário, que depois serão utilizados para pagamento de salários dos trabalhadores temporários e dos respectivos encargos sociais, não havendo previsão legal para a exclusão desses valores da base de cálculo da referida contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 155 - COSIT, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 6.019, de 1974, arts. 1º, 4º, 5º, 9º, 10 e 11; Lei nº 8.212, de 1991, art. 31; Lei nº 10.637, de 2002, art. 1º; e Decreto nº 10.854, de 2021, arts. 43, 48 a 51, 53, 57, 60 a 63, e 71.

HENRIQUE PINHEIRO TORRES
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 93, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Concede Registro Especial de Produtor de Biodiesel, instituído pela Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 2º da Instrução Normativa RFB n° 1.053, de 12 de julho de 2010, e considerando o que consta do processo nº 19614.761717/2022-55, declara:

Art. 1º Conceder o Registro Especial nº PB-02201/003 para o estabelecimento da pessoa jurídica OLEOPLAN RONDONIA INDUSTRIA DE BIOCOMBUSTIVEL LTDA, CNPJ 36.015.262/0002-58, com endereço na Rodovia BR 364, S/N km 250, Zona Rural, Cacoal-RO, CEP 76960-970.

Art. 2º O registro concedido aplica-se exclusivamente para a atividade de produtor de biodiesel, conforme informado pela pessoa jurídica acima identificada e de acordo com a autorização a ela concedida pela ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. O registro concedido poderá ser cancelado de ofício se constatada quaisquer das hipóteses elencadas no art. 7º da IN RFB nº 1.053, de 2010.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na Solução de Consulta nº 4.014 SRRF04/Disit, de 21 de setembro de 2022, publicada no DOU de 23/09/2022, Seção 1 , página 38.

Onde se lê: "SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.01 "

Leia-se: "SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.014"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF/6ªRF Nº 2, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o ADE SRRF/6ªRF Nº 9, de 1º de março de 2019, publicado no DOU de 06 de março de 2019, que trata do alfandegamento de Instalação Aeroportuária composta do Terminal de Carga Aérea (TECA) no Aeroporto Regional Presidente Itamar Augusto Cautieiro Franco, situado nos limites contínuos dos Municípios de Goianá e Rio Novo, em Minas Gerais, nos termos que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 359, do Regimento Interno (Anexo I) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, em consonância com o disposto nos artigos 13, §1º e §3º e, 13-A, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009; nos termos e condições da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022; e, considerando a necessidade de Vinculação Técnica e Operacional das atividades aduaneiras desenvolvidas no TECA Alfandegado do Aeroporto Regional Presidente Itamar Augusto Cautieiro Franco, situado nos limites dos Municípios de Goiana e Rio Novo, em Minas

Gerais, à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte, visando à implantação plena das Equipes Regionais Especializadas Aduaneiras na 6ª Região Fiscal, estabelecidas nas Portarias SRRF/6ªRF nº 614, de 04 de dezembro de 2020 e, nº 361, de 12 de agosto de 2020, de acordo com o acostado ao e-Processo nº 10640.721220/2017-45, declara:

Art. 1º. Alterado o artigo 5º do ADE SRRF/6ªRF Nº 9, de 1º de setembro de 2019, publicado no DOU de 06 de setembro de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - Pertencente à jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora (MG), a fiscalização aduaneira será exercida no recinto de forma permanente, vinculada Técnica e Operacional à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte (MG), que poderá estabelecer rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal e aduaneiro.".

Art. 2º. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO

EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF07 Nº 138, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime de suspensão de exigência da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS-Importação para aquisição ou importação de óleo combustível destinado à navegação de cabotagem ou de apoio marítimo ou portuário.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA 7ª SRRF, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.593 de 6 de dezembro de 2002 com redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007, a Portaria SRRF07 nº 75, de 27 maio de 2021, e tendo em vista o disposto no artigo 2º da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, e nos artigos 320 a 332 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo nº 13113.264751/2022-41, declara:

Art. 1º Habilitada a Pessoa Jurídica: WILSON SONS SERVICOS MARITIMOS LTDA, CNPJ nº 03.562.124/0001-59, ao Regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação para aquisição ou importação de óleo combustível destinado à navegação de cabotagem ou de apoio marítimo ou portuário, instituído pela Lei nº 11.774, de 2008, e de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2009.

Art. 2º O benefício do regime de suspensão será aplicado a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica habilitada.

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício sempre que se apure que a beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA CAETANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SSRF07 Nº 139, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Cancela adesão ao Programa Empresa Cidadã.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA 7ª SRRF, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.593 de 6 de dezembro de 2002 com redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007, a Portaria SRRF07 nº 75, de 27 maio de 2021 e a Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 13113.298465/2022-89, sobretudo o Despacho Decisório nº 4.670/BENFIS-EBEN-DEVAT-SRRF07, de 22 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Cancelar a adesão ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, da pessoa jurídica RIZOMA ENGENHARIA PAISAGISMO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 36.541.241/0001-95, domiciliada na Avenida das Américas, 19019, Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir de 19/09/2022.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA CAETANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF7ª/RFB Nº 140, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022, e considerando ainda o que consta do processo nº 11707.720025/2019-19 resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa : CHAFARIZ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S A

CNPJ nº : 22.548.637/0001-50

Projeto : Central Geradora Eólica Chafariz 2

Setor de Infraestrutura: Energia Elétrica

Localização : município de Santa Luzia - PB

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI, fazendo cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo/DRF - RJ1 n° 72, de 15/07/2019, publicado no DOU de 17/07/2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF08 Nº 264, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Delega competência para designação de Equipes de Alfandegamento, no âmbito da 8ª Região Fiscal

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRRF08 nº 1.294, de 25 de setembro de 2020, publicada no D.O.U. de 29 de setembro de 2020, para prática dos atos previstos no artigo 364, inciso III, do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2020, e tendo em vista as disposições do art. 28, §3º, da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 18 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Delegados da 8ª Região Fiscal e, em suas ausências e impedimentos legais, aos seus substitutos, para designarem as respectivas Equipes de Alfandegamento de que trata o art. 28 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, com a incumbência de processar as solicitações de alfandegamento e executar as demais atribuições previstas na referida Portaria relativamente aos locais e recintos alfandegados situados em suas respectivas áreas de jurisdição.

Art. 2º Cada titular deverá constituir, a seu critério, uma ou mais Equipes de Alfandegamento que terão atuação nos locais e recintos alfandegados de sua unidade.

§ 1º Às Equipes a serem designadas no âmbito das ALF/São Paulo e ALF/Porto de Santos também competirá atuar nos recintos alfandegados por elas jurisdicionados em decorrência das competências compartilhadas pela Portaria SRRF08 nº 230, de 1º de julho de 2022.

§ 2º À(s) Equipe(s) a ser(em) designada(s) no âmbito da ALF/Aeroporto Internacional de Viracopos também competirá realizar os procedimentos previstos na Portaria RFB nº 143, de 2022, em relação ao recinto alfandegado São Paulo Catarina Aeroporto Executivo Internacional (SBJH), CNPJ nº 17.781.776/0001-99, código Siscomex nº 8.81.11.01-1, localizado em São Roque/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO COELHO

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/SPO Nº 52, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Cancela Ato Declaratório Executivo de exclusão do Programa de Operador Econômico Autorizado.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, no uso da atribuição que lhe confere o art. 24 da Instrução Normativa RFB nº 1985 de 29 de outubro de 2020, combinado com o art. 4º da Portaria Coana nº 88 de 23 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º. Cancelar o Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 6, de 16 de fevereiro de 2022, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 17 de fevereiro de 2022, através do qual excluiu-se do Programa de Operador Econômico Autorizado a empresa KUEHNE+NAGEL SERVICOS LOGISTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.886.427/0001-64, na modalidade OEA-Segurança, função Agente de Carga, em virtude de decisão judicial liminar exarada nos autos do MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL nº 5009505-69.2022.4.03.6100 que tramita na 24ª Vara Cível Federal de São Paulo que suspendeu os efeitos do ato de exclusão da impetrante do Programa OEA-Segurança.

Art. 2º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO VIVAS DAVID

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/SPO Nº 51, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Concede habilitação no Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped) à pessoa jurídica que especifica.

O DELEGADO DA DECEX/SPO - DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR EM SÃO PAULO, no uso das atribuições do artigo 340 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 8º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.612, de 26 de janeiro de 2016, e o que consta do processo nº 13032.723008/2022-36, declara:

Art. 1º Fica a empresa NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA, por meio do estabelecimento 16.921.603/0001-66, habilitada a operar o Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped), nos termos e condições estabelecidos pela Instrução Normativa RFB n° 1.612, de 26 de janeiro de 2016, e pela Portaria Coana nº 57/2019, de 2 de outubro de 2019.

Art. 2º A habilitação a que se refere o artigo anterior é concedida a título precário, podendo ser cancelada ou suspensa a qualquer momento, nos casos de descumprimento das condições estabelecidas ou de infringência de disposições legais ou regulamentares, sem prejuízo da aplicação de penalidade específica.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Inscrição no Registro Especial obrigatório para atividade de produtor de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL/PR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da IN RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de dezembro de 2013, considerando o que consta no despacho exarado no processo nº 10906.309569/2022-10, declara:

Art.1º - Inscrito no registro especial de produtor de bebidas alcoólicas, sob o número 09103/0029, como produtor, o estabelecimento abaixo identificado, não alcançando esta inscrição no registro especial, qualquer outro estabelecimento da mesma empresa:

CNPJ: 14.795.015/0001-06

RAZÃO SOCIAL: ALAMBIQUE DON JUAN LTDA

ENDEREÇO: Rua Bela Vista do Encantilhado, s/n - Manfrinopolis-PR.

Art. 2º - O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações referidas nos artigos 2º, 3º 4º e 9º, da Instrução Normativa 1.432/2013, sob pena de suspensão de sua inscrição no REGISTRO ESPECIAL ou de cancelamento, se ocorrer qualquer das hipóteses do artigo 8º da referida norma.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILISBERTO LUIS MIOTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Inscrição no Registro Especial obrigatório para atividade de engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL/PR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da IN RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de dezembro de 2013, considerando o que consta no despacho exarado no processo nº 10906.309569/2022-10, declara:

Art.1º - Inscrito no registro especial de bebidas alcoólicas, sob o número 09103/0030, como engarrafador, o estabelecimento abaixo identificado, não alcançando esta inscrição no registro especial, qualquer outro estabelecimento da mesma empresa:

CNPJ: 14.795.015/0001-06

RAZÃO SOCIAL: ALAMBIQUE DON JUAN LTDA

ENDEREÇO: Rua Bela Vista do Encantilhado, s/n - Manfrinopolis-PR.

Art. 2º - O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações referidas nos artigos 2º, 3º 4º e 9º, da Instrução Normativa 1.432/2013, sob pena de suspensão de sua inscrição no REGISTRO ESPECIAL ou de cancelamento, se ocorrer qualquer das hipóteses do artigo 8º da referida norma.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILISBERTO LUIS MIOTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
EQUIPE DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO DIREITO CREDITÓRIO 4

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 138, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 13 a 16 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 12 a 17 da IN RFB nº 1370, de 28 de junho de 2013, o que consta dos dossiês nº 10906.174032/2022-14 e nº 10906.377492/2022-01, e em cumprimento à decisão judicial objeto do mandado de segurança Nº 5001900-37.2022.4.04.7008/PR, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, de que tratam os arts. 13 a 16 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, à empresa TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUA S.A, CNPJ nº 12.919.786/0001-24, na qualidade de arrendatário de instalação portuária de uso público, conforme o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 20/1998, de 13/04/2016, celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, enquanto "Poder Concedente", e a beneficiária, enquanto "Arrendatária", com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Art. 2º O benefício de que trata o artigo anterior poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas até 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no art. 16 da Lei nº 11.033/2004, observadas as regras do art. 14, caput e incisos, desta Lei.

Art. 3º As máquinas, equipamentos e bens amparados por este regime tributário são apenas aqueles relacionados nos anexos do Decreto nº 6.582, de 26 de setembro de 2008.

Art. 4º A habilitação ao REPORTO tem validade condicionada à observância dos requisitos que ensejaram a concessão, sob pena de cancelamento de ofício e de aplicação de penalidades, conforme as hipóteses previstas nos arts. 18 e 21 da IN RFB nº 1370/2013, respectivamente.

Art. 5º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU, com efeitos retroativos a 24/08/2022.

TAÍS BRITO SANTANA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FNS Nº 26, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO, no uso das atribuições que, por meio do artigo 10, lhe conferem o artigo 290 e pelo inciso II do § 1º do artigo 299 combinados com o inciso III do artigo 360, todos esses do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, e considerando os pedidos formulados nos autos do processo 11516.720668/2020-35 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rua Uruguai 223 Sala 1014, bairro Centro, Itajaí (SC), CEP 88302-201, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 40.236 (quarenta mil, duzentos e trinta e seis) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos às ordens de compra, Proformas Invoice, especificações e quantidades abaixo indicadas:

OC	Invoice	Unidades	Caixas	Marca Comercial	Características do produto
342	7694706	11.220	935	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml cada.
342	7694706	1.296	216	JD Sinatra Select Tennessee Whiskey	Uísque americano, 45% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 1000 ml cada.
389	7695417	13.860	2.310	Woodford Reserve	Uísque americano, 43,2% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 750 ml cada.
390	7695418	13.860	2.310	Woodford Reserve	Uísque americano, 43,2% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 750 ml cada.

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DOUGLAS BARBOSA LUCAS

PORTARIA ALF/FNS Nº 14, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Delega competência.

A DELEGADA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC no uso das atribuições que lhe conferem os art. 360, inciso I, e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.152, de 10 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Inspetor da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Florianópolis e ao Inspetor da Receita Federal do Brasil em Imbituba e, em suas faltas e impedimentos legais, aos seus respectivos substitutos eventuais, para aplicar pena de perdimento de mercadorias, veículos e moedas.

Art. 2º Delegar competência ao Inspetor da Receita Federal do Brasil em Imbituba e, em suas faltas e impedimentos legais, ao seu substituto eventual para:

I - autorizar a realização de operações de transbordo, baldeação, descarregamento, armazenamento ou formação de lotes para fins de exportação, quando houver impossibilidade de realização destas operações nos locais referidos no caput do art. 5º da IN RFB nº 1.152/2011;

Art. 3º Delegar competência aos servidores plantonistas da Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Florianópolis para autorizar o credenciamento de servidores, empregados e agentes diplomáticos autorizados a permanecer e circular em recintos aduaneiros destinados à conferência de bagagem e ao controle de migração, nos termos do §1º do art. 3º da Portaria Conjunta SRF/DPF/INFRAERO nº 1, de 14 de abril de 1998.

Art. 4º Em todos os atos praticados em função das competências delegadas deverão ser mencionados o número e a data desta Portaria.

Art. 5º A autoridade delegante poderá avocar a qualquer momento a decisão do assunto objeto da delegação, sem que tal ato implique a revogação parcial ou total desta Portaria.

Art. 6º Ficam revogadas:

I - a Portaria ALF/FNS nº 39, de 29 de maio de 2018;

II - a Portaria ALF/FNS nº 5, de 29 de janeiro de 2020; e

III - a Portaria ALF/FNS nº 17, de 15 de maio de 2020.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRA PADOVANI MATIEL

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 8.512, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Economia e da Justiça e Segurança Pública, crédito suplementar no valor de R$ 18.873.044,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista as autorizações contidas no art. 4º, caput, incisos I, alínea "d", item "1", e II, alínea "a", item "1", da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, e no art. 42, § 2º, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor dos Ministérios da Economia e da Justiça e Segurança Pública, crédito suplementar no valor de R$ 18.873.044,00 (dezoito milhões, oitocentos e setenta e três mil e quarenta e quatro reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia

UNIDADE: 25101 - Ministério da Economia - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0999		Reserva de Contingência							153.044
		Operações Especiais							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							153.044
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas, inclusive doações e convênios							153.044
			F	9	0	99	0	150	153.044
TOTAL - FISCAL									153.044
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									153.044

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5016		Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento							18.720.000
		Atividades							
06 421	5016 21BP	Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária							18.720.000
06 421	5016 21BP 0001	Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária - Nacional							18.720.000
			F	3	1	90	0	118	5.000.000
			F	4	1	90	0	118	1.588.169
			F	4	1	90	0	180	12.131.831
TOTAL - FISCAL									18.720.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.720.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							5.000.000
		Atividades							
06 122	0032 2000	Administração da Unidade							5.000.000
06 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.000.000
			F	3	1	90	0	118	5.000.000
5016		Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento							13.720.000
		Projetos							
06 421	5016 15OH	Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas - RS							13.720.000
06 421	5016 15OH 4806	Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas - RS - No Município de Charqueadas - RS							13.720.000
			F	4	1	90	0	118	1.588.169
			F	4	1	90	0	180	12.131.831
TOTAL - FISCAL									18.720.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.720.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0903		Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							153.044
		Operações Especiais							
28 845	0903 00NR	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							153.044
28 845	0903 00NR 0053	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							153.044
			F	3	1	90	0	100	153.044
TOTAL - FISCAL									153.044
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									153.044

PORTARIA SETO/ME Nº 8.513, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, no Ministério da Defesa, no valor de R$ 153.162.283,00.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 34, inciso I, da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista a autorização constante do art. 42, § 1º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar parcialmente os grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no Ministério da Defesa, no valor de R$ 153.162.283,00 (cento e cinquenta e três milhões, cento e sessenta e dois mil, duzentos e oitenta e três reais), conforme indicado nos Anexos I e II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
6012		Defesa Nacional							151.535.181
		Atividades							
05 151	6012 20XV	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB							151.535.181
05 151	6012 20XV 0001	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB - Nacional							151.535.181
			F	3	1	90	0	150	151.535.181
TOTAL - FISCAL									151.535.181
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									151.535.181

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
6012		Defesa Nacional							1.627.102
		Atividades							
05 125	6012 21BZ	Prestação de Auxílios à Navegação							1.627.102
05 125	6012 21BZ 0001	Prestação de Auxílios à Navegação - Nacional							1.627.102
			F	4	1	90	0	170	1.627.102
TOTAL - FISCAL									1.627.102
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.627.102

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
6012		Defesa Nacional							151.535.181
		Atividades							
05 151	6012 20XV	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB							151.535.181
05 151	6012 20XV 0001	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB - Nacional							151.535.181
			F	4	1	90	0	150	151.535.181
TOTAL - FISCAL									151.535.181
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									151.535.181

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
6012		Defesa Nacional							1.627.102
		Atividades							
05 125	6012 21BZ	Prestação de Auxílios à Navegação							1.627.102
05 125	6012 21BZ 0001	Prestação de Auxílios à Navegação - Nacional							1.627.102
			F	3	1	90	0	170	1.627.102
TOTAL - FISCAL									1.627.102
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.627.102

PORTARIA SETO/ME Nº 8.516, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 23.500.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alíneas "b", item "1", e "d", item "3", da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor do Ministério da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 23.500.000,00 (vinte e três milhões e quinhentos mil reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de incorporação de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2021, relativo a Recursos Próprios Financeiros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM
ANEXO
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0905		Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)							2.500.000
		Operações Especiais							
28 843	0905 0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna							2.500.000
28 843	0905 0283 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional							2.500.000
			F	6	0	90	0	380	2.500.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74917 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - M. Desenvolv. Regional
ANEXO
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2217		Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano							21.000.000
		Operações Especiais							
28 846	2217 0353	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007)							21.000.000
28 846	2217 0353 6000	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007) - Na Amazônia Legal							21.000.000
			F	5	0	90	0	380	21.000.000
TOTAL - FISCAL									21.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.000.000

PORTARIA SETO/ME Nº 8.517, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R$ 95.671.841,00.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 34, inciso I, da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista a autorização constante do art. 42, § 1º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar parcialmente os grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R$ 95.671.841,00 (noventa e cinco milhões, seiscentos e setenta e um mil, oitocentos e quarenta e um reais), conforme indicado nos Anexos I e II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento							2.320.766
		Atividades							
06 421	5016 21BP	Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária							2.320.766
06 421	5016 21BP 0001	Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária - Nacional							2.320.766
			F	4	1	90	0	118	2.320.766
TOTAL - FISCAL									2.320.766
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.320.766

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento							93.351.075
		Atividades							
06 181	5016 21BQ	Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade							93.351.074
06 181	5016 21BQ 0001	Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional							93.351.074
			F	4	1	90	0	118	93.351.074
		Operações Especiais							
06 181	5016 00R2	Aprimoramento da Segurança Pública Nacional							1
06 181	5016 00R2 0001	Aprimoramento da Segurança Pública Nacional - Nacional							1
			F	3	1	31	0	118	1
TOTAL - FISCAL									93.351.075
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									93.351.075

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento							2.320.766
		Atividades							
06 421	5016 21BP	Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária							2.320.766
06 421	5016 21BP 0001	Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária - Nacional							2.320.766
			F	3	1	90	0	118	2.320.766
TOTAL - FISCAL									2.320.766
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.320.766

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento							93.351.075
		Atividades							
06 181	5016 21BQ	Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade							93.351.074
06 181	5016 21BQ 0001	Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional							93.351.074
			F	3	1	90	0	118	93.351.074
		Operações Especiais							
06 181	5016 00R2	Aprimoramento da Segurança Pública Nacional							1
06 181	5016 00R2 0001	Aprimoramento da Segurança Pública Nacional - Nacional							1
			F	4	1	31	0	118	1
TOTAL - FISCAL									93.351.075
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									93.351.075

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 20.182 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, de ofício, a autorização concedida a JOSE RENATO TURCI CAROLLO SARABIA, CPF nº 130.127.298-10, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.183 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a JOÃO VICENTE PEREGRINO DE BRITO, CPF nº 195.231.808-43, para prestar os serviços de Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.184 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza BERNARDO LUIZ PECORARO SANCHES, CPF nº 363.118.658-40, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.185 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza VITOR SILVEIRA TORRES, CPF nº 130.482.626-01, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.186 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza FELIPE FLÔRES MARTINS, CPF nº 006.317.829-07, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP Nº 8.009, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Publica a Relação das Normas vigentes em 1º de agosto de 2022, para atender ao disposto no Art. 19-A do Decreto 10.139 de 28 de novembro 2019

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP , no uso das atribuições que lhe confere a Resolução CNSP nº 428/2021, considerando o disposto no Art.19-A do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 e o que consta do Processo Susep nº 15414.601257/2020-41, resolve:

Art. 1º Publicar a Relação das Normas vigentes em 1º de agosto de 2022 que constam nos Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Portaria, para atender ao disposto no Art.19-A do Decreto nº 10.139, 28 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

ANEXO I

RELAÇÃO DE INSTRUÇÕES VIGENTES EM 01/08/2022

Norma	Data de Publicação	Ementa
INSTRUÇÃO SUSEP 036/2005	25/02/2005	Estabelece procedimentos e rotinas administrativas a serem observadas nas viagens a serviço ao exterior.
INSTRUÇÃO SUSEP/DEAFI 001/2005	03/06/2005	Aprova as normas de execução e modelo do formulário denominado Guia de Recolhimento da União - GRU, em anexo, destinados a consignar as operações de arrecadação de recursos financeiros processados pela Sede da Autarquia e revoga a INSTRUÇÃO SUSEP/DEAFI nº 002, de 30.06.99.
INSTRUÇÃO SUSEP/DEAFI 003/2005	14/10/2005	Dispõe sobre procedimentos relativos ao recesso para comemoração de fim de ano.
INSTRUÇÃO SUSEP/SEGER 001/2006	10/03/2006	Aprova os critérios de avaliação a serem adotados pelo comitê criado através da Portaria SUSEP nº 2395, de 09.03.06, na forma do anexo desta Instrução.
INSTRUÇÃO SUSEP/SEGER 002/2006	24/03/2006	Aprova os critérios de avaliação a serem adotados pelo comitê criado através da Portaria nº 2398 de 22.03.06, na forma do anexo desta Instrução.
INSTRUÇÃO SUSEP 042/2006	28/07/2006	Dispõe sobe os procedimentos internos para a analise dos pedidos de aprovação prévia de atos societários realizados pelas sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, nos termos da Resolução CNSP nº 121, de 29.04.05 e da Circular SUSEP nº 298, de 18.07.05.
INSTRUÇÃO SUSEP 044/2007	30/03/2007	Disciplina os procedimentos a serem adotados nas fiscalizações com foco na avaliação dos sistemas de controles internos a que se refere o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º dos artigos 5º, de 26 a 33 da Resolução CNSP nº 60/01.
INSTRUÇÃO SUSEP/DECON 001/2007	04/05/2007	Disciplina os procedimentos para a realização de reuniões entre agentes públicos, em exercício no DECON, e representantes de interesses de particulares, sejam ou não das sociedades ou entidades supervisionadas.
INSTRUÇÃO SUSEP/DEAFI 002/2007	26/10/2007	Dispõe sobre procedimentos relativos ao recesso para comemoração de fim de ano.
INSTRUÇÃO SUSEP/DEFIS 006/2008	01/01/2018	Institui o Procedimento DEFIS 001, que trata da elaboração, apresentação, aprovação e controle de Procedimentos, Rotinas, Checklists e Modelos, para garantir que sejam consistentes e que tenham as autorizações necessárias para serem utilizados.
INSTRUÇÃO SUSEP 047/2008	03/10/2008	Cria o Termo de Responsabilidade dos Estagiários alocados na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
INSTRUÇÃO SUSEP/DEAFI 002/2008	07/11/2008	Dispõe sobre procedimentos relativos ao recesso para as comemorações de fim de ano.
INSTRUÇÃO SUSEP/DEAFI 001/2009	30/04/2009	Estabelece procedimentos relativos a concessão de Suprimento de Fundos.
INSTRUÇÃO SUSEP 048/2009	15/05/2009	Regulamenta a concessão de licença para tratar de assuntos particulares, prevista na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
INSTRUÇÃO SUSEP/DEAFI 002/2009	30/10/2009	Dispõe sobre procedimentos relativos ao recesso para as comemorações de fim de ano.
INSTRUÇÃO SUSEP 049/2009	31/12/2009	Dispõe sobre a avaliação de desempenho dos servidores para fins de aprovação no estagio probatório e aquisição de estabilidade, no âmbito da Superintendência de Seguros Privados, previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGFIS 001/2010	01/01/2010	Disciplina e uniformiza os procedimentos a serem adotados pelos servidores da CGFIS no tratamento das infrações relacionadas ao módulo "lavagem de dinheiro".
INSTRUÇÃO SUSEP 052/2011	29/04/2011	Dispõe sobre a logomarca institucional da Susep, disciplina seu uso e dá outras providências.
INSTRUÇÃO SUSEP 054/2011	29/04/2011	Altera o anexo à Instrução Susep/Deafi nº 002, de 12 de setembro de 2005.
INSTRUÇÃO SUSEP 055/2011	13/10/2011	Dispõe sobre a concessão do Auxílio-Transporte aos servidores da SUSEP, conforme Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
INSTRUÇÃO SUSEP 056/2012	13/01/2012	Dispõe sobre a revogação da Instrução Susep nº 30, de 5 de setembro de 2002.
INSTRUÇÃO SUSEP 058/2012	27/03/2012	Define procedimentos e competências para atualização periódica do sítio eletrônico da Susep.
INSTRUÇÃO SUSEP 063/2012	05/07/2012	Dispõe o processo de contratação e de gestão de contratos de bens e serviços de TI - Tecnologia da Informação, em consonância com a Instrução Normativa/SLTI/MP nº 4/2010 - IN 4/2010 e suas alterações.
INSTRUÇÃO SUSEP 062/2012	06/07/2012	Dispõe sobre a implantação do Processo de Gestão da Central de Serviços e de Incidentes de Tecnologia da Informação no âmbito da Superintendência de Seguros Privados e sobre o Sistema de Gestão de Incidentes de Tecnologia da Informação - SGI.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGFIS 003/2013	01/01/2013	Disciplina a rotina de penalização a ser promovida pelas equipes de fiscalização direta.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGETI 001/2013	14/06/2013	Disciplina procedimentos para o Processo de Gestão da Central de Serviços e de Incidentes de Tecnologia da Informação (CSI-TI), em consonância com a Instrução SUSEP 62/2012.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGETI 003/2013	14/06/2013	Disciplina os procedimentos para a realização de reuniões entre agentes públicos em exercício na CGETI e representantes de interesses de particulares.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGETI 005/2013	14/06/2013	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados na atualização de sistemas de software desenvolvidos no âmbito da Superintendência de Seguros Privados.
INSTRUÇÃO SUSEP 065/2013	20/06/2013	Disciplina os critérios para concessão de indenização de transporte aos servidores da SUSEP.
INSTRUÇÃO SUSEP 066/2013	22/08/2013	Disciplina os procedimentos operacionais a serem seguidos pelos servidores da SUSEP no fornecimento de informações confidenciais para autoridades estrangeiras de supervisão das atividades de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta por meio de memorandos de entendimento de cooperação e troca de informações.
INSTRUÇÃO SUSEP 067/2013	22/08/2013	Disciplina os procedimentos operacionais a serem seguidos pelos servidores da Susep na solicitação e no tratamento de informações confidenciais obtidas de autoridades estrangeiras de supervisão das atividades de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta por meio de memorandos de entendimento de cooperação e troca de informações.
INSTRUÇÃO SUSEP 070/2013	26/11/2013	Altera dispositivos da Instrução SUSEP nº 64, de 6 de março de 2013.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGETI 007/2014	18/07/2014	Disciplina procedimentos para o Processo de Gestão de Programas e Equipamentos de Tecnologia da Informação.
INSTRUÇÃO SUSEP 073/2014	29/09/2014	Dispõe sobre a reunião interna de coordenação no âmbito da Susep.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGADM 007/2014	17/10/2014	Dispõe sobre a metodologia de avaliação de bens materiais a ser utilizada pela Comissão Especial de Avaliação.
INSTRUÇÃO SUSEP 074/2014	07/11/2014	Dispõe sobre o cadastramento dos Processos Administrativos Sancionadores no Sistema de Penalidades - Sispen.
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SUSEP 001/2014	17/11/2014	Dispõe sobre as regras de portabilidade de recursos de planos de benefícios de Entidades Abertas para planos de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e vice-versa, e dá outras providências.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGADM 009/2015	02/04/2015	Normatiza os procedimentos para uso dos microcomputadores portáteis Notebooks.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGADM 010/2015	10/04/2015	Padroniza a cobrança de cópias reprográficas através de Guia de Recolhimento da União - GRU.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGFIS 004/2015	17/04/2015	Disciplina os procedimentos das fiscalizações realizadas pela Coordenação Geral de Fiscalização Direta.
INSTRUÇÃO SUSEP 075/2015	08/10/2015	Disciplina os procedimentos a serem adotados pelos servidores da SUSEP na comunicação de operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGETI 006/2015	06/11/2015	Altera e consolida a Instrução CGETI nº 06, de 02 de outubro de 2013, que disciplina procedimentos para o processo de Gestão de Mudanças no âmbito da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGETI.

INSTRUÇÃO SUSEP/CGJUL 002/2015	19/11/2015	Dispõe sobre rotina de trabalho, mediante delegação de atribuições, no âmbito da Coordenação - Geral de Julgamentos e revoga a Instrução SUSEP/DIFIS/CGJUL nº 01, de 14 de maio de 2013.
INSTRUÇÃO SUSEP 076/2015	15/12/2015	Dispõe sobre orientações pertinentes a instauração e procedimentos operacionais a serem adotados em relação a processo administrativo sancionador e revoga a Instrução Susep n.º 69, de 4 de outubro de 2013.
INSTRUÇÃO SUSEP 077/2016	01/04/2016	Estabelece as regras para a utilização dos serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) e de acesso à internet móvel fornecidos pela Susep.
INSTRUÇÃO SUSEP 079/2016	04/04/2016	Dispõe sobre o uso do certificado digital no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - Susep.
INSTRUÇÃO SUSEP 080/2016	27/05/2016	Revoga a Instrução nº 8, de 06 de março de 1998.
INSTRUÇÃO SUSEP/DIRAD 001/2016	24/06/2016	Estabelece os critérios e procedimentos relativos à concessão de férias aos servidores da Susep.
INSTRUÇÃO SUSEP/DIRAD 005/2017	27/01/2017	Dispõe sobre a confecção e uso de carimbos institucionais no âmbito da Susep.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGRAL 001/2017	03/02/2017	Padroniza os procedimentos a serem adotados na análise de pedidos de concessões de registro e alterações de dados cadastrais de corretores de seguros, de planos de previdência e de capitalização, no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - Susep, e dá outras providências.
INSTRUÇÃO SUSEP 084/2017	06/04/2017	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais - Cadin, de acordo com a Lei 10.522/2002.
INSTRUÇÃO SUSEP 083/2017	07/04/2017	Estabelece os Critérios de Acesso aos Recursos Computacionais da Superintendência de Seguros Privados.
INSTRUÇÃO SUSEP 085/2017	09/08/2017	Dispõe sobre a divulgação no sítio eletrônico da Superintendência de Seguros Privados das decisões de primeira instância proferidas no âmbito dos processos administrativos sancionadores.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGETI 010/2017	01/12/2017	Disciplina procedimentos para o processo de Gerenciamento de Projetos, no âmbito da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGETI.
INSTRUÇÃO SUSEP 089/2018	06/04/2018	Dispõe sobre o funcionamento do processo eletrônico e o uso do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito da Susep.
INSTRUÇÃO SUSEP 090/2018	06/04/2018	Revoga o art. 3º da Instrução Susep nº 79, de 28 de março de 2016.
INSTRUÇÃO SUSEP/AUDIT 001/2018	27/04/2018	Estabelece os procedimentos referentes ao planejamento, execução e monitoramento dos trabalhos de auditoria, no âmbito da Auditoria Interna da Susep.
INSTRUÇÃO SUSEP/DIRAD 006/2018	14/09/2018	Estabelece procedimentos de solicitação e alteração da Licença para Capacitação no âmbito da SUSEP, regulamentada pela Deliberação SUSEP nº 210 de 05 de setembro de 2018.
NSTRUÇÃO SUSEP 092/2018	24/10/2018	Disciplina o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC, no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
INSTRUÇÃO SUSEP 093/2018	28/12/2018	Dispõe sobre o Manual do Liquidante de que trata o inciso IX, do artigo 27 da Resolução CNSP nº 335, de 2015, com os procedimentos, esclarecimentos e orientações, aprovados pelo Conselho Diretor da Susep, a serem observados pelos liquidantes na condução dos trabalhos de liquidação extrajudicial.
INSTRUÇÃO SUSEP 094/2019	18/01/2019	Dispõe sobre o Manual de Procedimentos e Rotinas de Supervisão, aprovado pelo Conselho Diretor da SUSEP, que deverá ser observado pelas Coordenações da SUSEP responsáveis pelo monitoramento e pela fiscalização das liquidações na condução dos seus trabalhos.
INSTRUÇÃO SUSEP/AUDIT 002/2019	26/04/2019	Institui os indicadores e as metas de desempenho globais no âmbito da Auditoria Interna da Susep.
INSTRUÇÃO SUSEP/AUDIT 003/2019	07/06/2019	Institui a sistemática de quantificação e registro de benefícios decorrentes da atividade da Auditoria Interna da Susep.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGJUL 003/2019	17/09/2019	Define os critérios de distribuição e as alçadas de julgamento em primeira instância dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Coordenação-Geral de Julgamentos, com base no inciso IX do artigo 10 da Instrução SUSEP nº 103, de 29 de agosto de 2019.
INSTRUÇÃO SUSEP 107/2019	20/09/2019	Disciplina os procedimentos para lotação de servidores afastados temporariamente da SUSEP.
INSTRUÇÃO SUSEP 108/2019	30/10/2019	Institui procedimento para apuração e eventual desconto de abate-teto pelos servidores ou empregados públicos ocupantes de funções em supervisionadas em regimes especiais.
INSTRUÇÃO SUSEP 110/2019	26/11/2019	Alterar a Instrução Susep nº 107, que disciplina os procedimentos para lotação de servidores afastados temporariamente da SUSEP.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGJUL 004/2019	08/01/2020	Altera o art. 1º da Instrução CGJUL Nº 3, de 17 de Setembro de 2019.
INSTRUÇÃO SUSEP/DIR3 002/2020	12/03/2020	Estabelece competência à Coordenação-Geral de Supervisão Consolidada (CGCON) para autorizar a utilização e manutenção de fatores reduzidos de risco no cálculo dos capitais de risco das sociedades e entidades supervisionadas, no âmbito de suas atribuições.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGFIP 010/2020	11/05/2020	Aprova o mapeamento de processos de fiscalização prudencial.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGFIP 011/2020	11/05/2020	Aprova manuais, orientações e procedimentos, que devem ser observados nas fiscalizações prudenciais.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGFIP 012/2020	11/05/2020	Aprova o mapeamento de processos para o tratamento de não conformidades.
INSTRUÇÃO SUSEP 114/2020	25/05/2020	Revoga expressamente as Instruções publicadas em data anterior a 1º de janeiro de 2003.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGFIP 013/2020	29/06/2020	Define conceitos e estabelece procedimentos para a elaboração de proposta de Plano de Fiscalização Prudencial
INSTRUÇÃO SUSEP 115/2020	08/07/2020	Estabelece os procedimentos para a reconfiguração do Módulo de Consulta Pública do Sei/Susep.
INSTRUÇÃO SUSEP 117/2020	07/08/2020	Altera a Instrução Susep nº 115, de 03 de julho de 2020, que estabelece os procedimentos para a reconfiguração do Módulo de Consulta Pública do Sei/Susep.
INSTRUÇÃO SUSEP 124/2021	25/01/2021	Dispõe sobre o procedimento para desdobramento do planejamento estratégico da Susep no âmbito de suas Diretorias e Departamentos.
INSTRUÇÃO SUSEP 125/2021	17/03/2021	Revoga Instruções da SUSEP, com base nos artigos 1º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGFIP 014/2021	30/04/2021	Aprova o mapeamento de processos para fiscalização prudencial das despesas do DPVAT e o Manual de Fiscalização das Despesas do DPVAT e revoga as Instruções CGFIP que especifica.
INSTRUÇÃO SUSEP/CGFOP 001/2021	17/09/2021	Adota as Rotinas CORAF relacionadas nesta Instrução como manuais de procedimentos, que devem ser observadas na execução das atividades descritas no âmbito da CORAF.

ANEXO II

RELAÇÃO DE INSTRUÇÕES NORMATIVAS VIGENTES EM 01/08/2022

Norma	Data de Publicação	Ementa
INSTRUÇÃO NORMATIVA SUSEP 001/2021	23/09/2021	Revoga a Instrução Susep nº 81, de 22 de dezembro de 2016, com base nos artigos 1º e 7º do Decreto nº 10.139, de 2019.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SUSEP/CGFOP 001/2021	01/10/2021	Estabelece os procedimentos administrativos relativos à gestão do controle e da movimentação dos bens patrimoniais móveis no âmbito da Susep.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SUSEP 003/2021	17/12/2021	Disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito da Diretoria Técnica 1.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SUSEP 004/2021	17/12/2021	Disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito da Diretoria Técnica 2.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SUSEP 005/2021	17/12/2021	Disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito da Diretoria Técnica 4 - DIR4.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SUSEP 006/2022	17/01/2022	Disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito dos órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SUSEP 007/2022	17/01/2022	Disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito do Departamento de Tecnologia da Informação.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SUSEP 008/2022	01/02/2022	Disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito da Diretoria Técnica 3.
INSTRUÇÃO NORMATIVA DETIC/SUSEP 001/2022	29/04/2022	Disciplina os procedimentos do processo de Gestão de Mudanças no âmbito do Departamento de Tecnologia da Informação - DETIC.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SUSEP 009/2022	03/05/2022	Revoga as Instruções nºs 111/2020 e 113/2020, que dispõem sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da SUSEP.
INSTRUÇÃO NORMATIVA COGER/SUSEP 001/2022	21/06/2022	Disciplina o Fluxo de Tratamento das Denúncias à Corregedoria (Coger) da Superintendência de Seguros Privados (Susep).
INSTRUÇÃO NORMATIVA SUSEP 010/2022	25/07/2022	Dispõe sobre os procedimentos para concessão de diárias e passagens aos servidores e empregados, no desempenho de suas funções, no âmbito da Susep, bem como, aos colaboradores eventuais.

ANEXO III

RELAÇÃO DE DELIBERAÇÕES VIGENTES EM 01/08/2022

Norma	Data de Publicação	Ementa
DELIBERAÇÃO SUSEP 089/2003	16/12/2003	Aprova as Normas para Concessão de licenças ao servidores da SUSEP.
DELIBERAÇÃO SUSEP 093/2004	07/07/2004	Revoga as Deliberações SUSEP nºs 007 de 12 de agosto de 1997; 025 de 15 de maio de 1998 e 028 de 21 de agosto de 1998.
DELIBERAÇÃO SUSEP 098/2004	29/09/2004	Institui e regula o funcionamento do comitê de avaliação de qualificação de consultores, para elaborar diagnóstico e apresentar sugestão de plano de ação, visando a aplicação dos princípios básicos de seguros editados pela Associação Internacional de Supervisores de Seguros - IAIS, a SUSEP e ao mercado segurador brasileiro.
DELIBERAÇÃO SUSEP 107/2005	27/05/2005	Disciplina procedimentos para solicitação, por meio eletrônico, de audiências e reuniões, com agentes públicos em exercício na SUSEP, formulada por representantes de interesses de particulares, sejam ou não das sociedades ou entidades supervisionadas.
DELIBERAÇÃO SUSEP 130/2008	05/09/2008	Dispõe sobre procedimentos para utilização de serviços de telefonia fixa na SUSEP.
DELIBERAÇÃO SUSEP 136/2009	07/07/2004	Revoga as Deliberações SUSEP nºs 007 de 12 de agosto de 1997; 025 de 15 de maio de 1998 e 028 de 21 de agosto de 1998.
DELIBERAÇÃO SUSEP 141/2010	28/12/2010	Dispõe sobre a revogação da Deliberação SUSEP nº 36, de 23 de fevereiro de 1999.
DELIBERAÇÃO SUSEP 145/2011	21/07/2011	Estabelece Metodologia de Gestão e Desenvolvimento de Software no âmbito da Susep.
DELIBERAÇÃO SUSEP 150/2012	13/01/2012	Dispõe sobre a revogação da deliberação Susep nº 67, de 30 de janeiro de 2002.
DELIBERAÇÃO SUSEP 151/2012	13/01/2012	Dispõe sobre a revogação da deliberação Susep nº 115, de 29 de maio de 2006.
DELIBERAÇÃO SUSEP 152/2012	16/03/2012	Dispõe sobre designação de um Assistente Técnico em cada processo de liquidação extrajudicial em tramitação na Susep.

DELIBERAÇÃO SUSEP 153/2012	15/03/2012	Institui a Política de Comunicação, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
DELIBERAÇÃO SUSEP 157/2013	24/05/2013	Aprova a Carta de Serviços ao Cidadão da Superintendência de Seguros Privados - Susep
DELIBERAÇÃO SUSEP 165/2014	02/07/2014	Disciplina a execução do processo de compras, contratações de serviços, de obras e de serviços de engenharia, e a celebração de contratos, convênios e seus ajustes no âmbito da Susep.
DELIBERAÇÃO SUSEP 171/2015	26/03/2015	Altera e consolida a Política de Segurança da Informação e Comunicações - Posic, da Superintendência de Seguros Privados - Susep e dá outras providências.
DELIBERAÇÃO SUSEP 175/2015	16/12/2015	Institui a Política de Gestores da Susep.
DELIBERAÇÃO SUSEP 176/2016	18/01/2016	Revoga os atos normativos que menciona.
DELIBERAÇÃO SUSEP 177/2016	27/05/2016	Dispõe sobre a revogação da Deliberação Susep nº 008, de 13 de maio de 1993.
DELIBERAÇÃO SUSEP 178/2016	29/06/2016	Altera a Deliberação SUSEP N.º 171, de 19 de março de 2015.
DELIBERAÇÃO SUSEP 198/2017	30/06/2017	Dispõe sobre a jornada de trabalho, controle de frequência, horário especial e redução da jornada de trabalho dos servidores da SUSEP.
DELIBERAÇÃO SUSEP 210/2018	10/09/2018	Estabelece o Regulamento da Licença para Capacitação na Susep.
DELIBERAÇÃO SUSEP 212/2018	12/11/2018	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Solvência.
DELIBERAÇÃO SUSEP 216/2018	12/12/2018	Altera a DELIBERAÇÃO SUSEP nº 182, de 20 setembro de 2016, que aprovou o Plano Estratégico da SUSEP para o período de 2016 a 2020, e revoga a DELIBERAÇÃO SUSEP nº 203, de 28 de dezembro de 2017, que alterou o "Quadro 2 - Indicadores dos Objetivos Estratégicos" do Anexo Único da Deliberação nº 182/2016.
DELIBERAÇÃO SUSEP 218/2019	19/02/2019	Estabelece a Política de Gestão de Continuidade de Serviços de TI da Superintendência de Seguros Privados - Susep e dá outras providências.
DELIBERAÇÃO SUSEP 219/2019	01/03/2019	Estabelece a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações da Superintendência de Seguros Privados - Susep e dá outras providências.
DELIBERAÇÃO SUSEP 223/2019	07/08/2019	Disciplina o funcionamento interno das reuniões deliberativas do Conselho Diretor da SUSEP.
DELIBERAÇÃO SUSEP 224/2019	07/08/2019	Estabelece os critérios e procedimentos para a remoção e movimentação de pessoal dos servidores públicos da SUSEP.
DELIBERAÇÃO SUSEP 225/2019	17/09/2019	Altera a Deliberação Susep nº 223, de 02 de agosto de 2019.
DELIBERAÇÃO SUSEP 229/2019	12/11/2019	Altera a Deliberação Susep nº 224, que estabelece os critérios e procedimentos para a remoção e movimentação de pessoal dos servidores públicos da SUSEP.
DELIBERAÇÃO SUSEP 230/2019	13/11/2019	Dispõe sobre o Peticionamento Eletrônico no âmbito da Susep e estabelece procedimentos de gestão documental específicos do processo eletrônico.
DELIBERAÇÃO SUSEP 231/2019	13/11/2019	Disciplina o procedimento administrativo de propositura de regime especial em supervisionada da Susep.
DELIBERAÇÃO SUSEP 232/2019	28/11/2019	Institui os indicadores e as metas de desempenho globais e intermediárias, para fins do 9º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional da Superintendência de Seguros Privados, e dá outras providências.
DELIBERAÇÃO SUSEP 233/2019	16/12/2019	Dispõe sobre a política de gestão de riscos da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
DELIBERAÇÃO SUSEP 234/2020	06/03/2020	Disciplina a elaboração do plano de regulação no âmbito da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e aprova o plano de regulação para o exercício de 2020.
DELIBERAÇÃO SUSEP 235/2020	06/03/2020	Dispõe sobre a constituição do Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC.
DELIBERAÇÃO SUSEP 238/2020	25/05/2020	Revoga expressamente as Deliberações publicadas em data anterior a 1° de janeiro de 2003.
DELIBERAÇÃO SUSEP 239/2020	16/06/2020	Altera a Deliberação Susep nº 224, que estabelece os critérios e procedimentos para a remoção e movimentação de pessoal dos servidores da SUSEP.
DELIBERAÇÃO SUSEP 240/2020	02/09/2020	Altera metas de desempenho intermediárias, para fins do 9º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional da Superintendência de Seguros Privados.
DELIBERAÇÃO SUSEP 241/2020	30/09/2020	Dispõe sobre o estatuto da Auditoria Interna da Superintendência de Seguros Privados - Susep.
DELIBERAÇÃO SUSEP 242/2020	30/09/2020	Estabelece rito sumário, no âmbito do processo administrativo normativo da SUSEP, para atender ao disposto no § 2º do art. 1º da Deliberação SUSEP nº 238 e no § 2º do art. 1º da Instrução SUSEP nº 114, ambas de 22 de maio de 2020.
DELIBERAÇÃO SUSEP 243/2020	24/12/2020	Aprova o plano de regulação para o exercício de 2021.
DELIBERAÇÃO SUSEP 244/2020	24/12/2020	Dispõe sobre o processo de desfazimento de bens móveis, no âmbito da Superintendência de Seguros Privados.
DELIBERAÇÃO SUSEP 245/2021	25/01/2021	Revoga as Deliberações SUSEP nº 164, de 20 de maio de 2014 e nº 186, de 17 de janeiro de 2017, que disciplinam as regras sobre a concessão de diárias e passagens no âmbito da Susep.
DELIBERAÇÃO SUSEP 246/2021	25/01/2021	Revoga a Deliberação Susep nº 191, de 20 de fevereiro de 2017.
DELIBERAÇÃO SUSEP 247/2021	17/03/2021	Revoga Deliberações da SUSEP, com base nos artigos 1º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
DELIBERAÇÃO SUSEP 248/2021	19/07/2021	Institui o Comitê de Governança Digital no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ANEXO IV

RELAÇÃO DE CIRCULARES VIGENTES EM 01/08/2022

Norma	Data de Publicação	Ementa
CIRCULAR SUSEP 038/1970	23/09/1970	Dispõe sobre a instrução dos processos de Assembleias Gerais das sociedades seguradoras.
CIRCULAR SUSEP 044/1974	04/11/1974	Revoga artigos da Por. DNSPC nº 39/65, referente a Limite Legal.
CIRCULAR SUSEP 047/1975	11/12/1975	Prorroga ate 28 de fevereiro de cada ano, a data de encaminhamento, a SUSEP, dos questionários cadastrais e financeiros.
CIRCULAR SUSEP 052/1976	19/10/1976	Revoga a Cir. SUSEP nº 55/71, que aprova normas para aplicação de penalidades.
CIRCULAR SUSEP 006/1978	14/02/1978	Extingue o Cartão de Registro Provisório de Corretor de Seguros - Pessoa Jurídica.
CIRCULAR SUSEP 011/1982	15/04/1982	Dispõe sobre o encaminhamento a SUSEP, pelos corretores de seguros, da relação de prepostos.
CIRCULAR SUSEP 001/1990	08/01/1990	Dispõe sobre o recolhimento da Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguros, de capitalização e de Previdência Privada Aberta.
CIRCULAR SUSEP 015/1991	02/08/1991	Veda às sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência privada e sociedades corretoras de seguros a contabilização dos efeitos da correção monetária de sua demonstrações financeiras de que trata L. nº 8.200/91, com exceção ao disposto no seu art. 1º, no balanço patrimonial de 30/06/91.
CIRCULAR SUSEP 012/1996	16/10/1996	Divulga no anexo I a esta CIRCULAR SUSEP os valores da taxa de fiscalização constantes da tabela anexa a Lei n. 8.981/95, que alterou o art. 4 da Lei n. 7.944/89, convertidos em reais pelo valor da UFIR vigente em 01/01/96, de acordo com o disposto nos Arts. 1 e 30 da Lei n. 9.249/95 e do artigo 96 do Código Tributário Nacional.
CIRCULAR SUSEP 124/2000	29/03/2000	Dispõe sobre o cadastramento, manutenção e cancelamento de cadastro de Ressegurador Admitido, e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 125/2000	29/03/2000	Dispõe sobre as agências classificadoras e classificações mínimas para resseguradores admitidos e eventuais, e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 205/2002	28/10/2002	Dispõe sobre a cobrança da Taxa de Fiscalização e a obrigatoriedade da remessa de documentos complementares pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de Previdência complementar e sociedades de capitalização.
CIRCULAR SUSEP 219/2002	17/12/2002	Estabelece regras e critérios complementares de funcionamento e de operação de planos de benefícios de Previdência complementar aberta e de seguro do ramo vida que, no momento da contratação, prevejam cobertura por sobrevivência e cobertura, ou coberturas, de risco, com o instituto da comunicabilidade.
CIRCULAR SUSEP 234/2003	04/09/2003	Regulamenta a Atribuição de Funções Especificas aos Diretores das Sociedades Seguradoras, das Sociedades de Capitalização e das Entidades de Previdência Complementar Aberta.
CIRCULAR SUSEP 257/2004	22/06/2004	Regulamenta o direito do companheiro ou companheira homossexual a percepção de indenização em caso de morte do outro, na condição de dependente preferencial da mesma classe dos companheiros heterossexuais, como beneficiário do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT.
CIRCULAR SUSEP 258/2004	08/07/2004	Revoga as Circulares SUSEP nºs 028 de 02.03.98 e 029 de 18.03.98.
CIRCULAR SUSEP 264/2004	02/08/2004	Dispõe sobre a publicação de atos administrativos e societários, por parte das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de Previdência complementar e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 290/2005	13/05/2005	Regulamenta o credenciamento das instituições certificadoras para certificação técnica de empregados e assemelhados das sociedades de capitalização e das entidades abertas de Previdência complementar e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 310/2005	21/12/2005	Regulamenta a oferta, pelas sociedades seguradoras, de serviços de assistência, caracterizados como atividades complementares aos contratos de seguros e estabelece a diferenciação entre estes serviços e as garantias similares oferecidas em contratos de seguro.
CIRCULAR SUSEP 311/2005	30/12/2005	Dispõe sobre os elementos mínimos que deverão ser observados na elaboração do plano de negócios a ser apresentado a SUSEP pelas sociedades seguradoras, de capitalização e pelas entidades abertas de Previdência complementar.
CIRCULAR SUSEP 318/2006	06/02/2006	Altera dispositivo da CIRCULAR SUSEP nº 310, de 19 de dezembro de 2005.
CIRCULAR SUSEP 326/2006	30/05/2006	Regulamenta o registro das apólices e endossos emitidos diretamente pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas para este fim.
CIRCULAR SUSEP 328/2006	18/07/2006	Dispõe sobre a remuneração de liquidante, interventor, diretor-fiscal e assistente em exercício nas sociedades seguradoras, de capitalização e em entidades abertas de Previdência complementar, submetidas a um dos regimes especiais.
CIRCULAR SUSEP 354/2007	03/12/2007	Disponibiliza no sítio da SUSEP as condições contratuais do plano padronizado para o seguro de transportes e estabelece as regras mínimas para a comercialização deste seguro.
CIRCULAR SUSEP 358/2007	31/12/2007	Reduz a zero o percentual de encargo de saída cobrado sobre valores resgatados ou portados dos planos de Previdência complementar aberta e dos planos de seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência.
CIRCULAR SUSEP 367/2008	11/06/2008	Dispõe sobre os procedimentos de registro de sociedades cooperativas de corretores de seguros, e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 374/2008	27/10/2008	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 367, de 9 de junho de 2008.
CIRCULAR SUSEP 390/2009	01/10/2009	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 328, de 13 de julho de 2006, e revoga a CIRCULAR SUSEP nº 377, de 16 de dezembro de 2008, reajustando a remuneração de Liquidante, Interventor e Diretor-Fiscal das Sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
CIRCULAR SUSEP 400/2010	12/02/2010	Dispõe sobre a informação e a divulgação do Custo Efetivo do Seguro Habitacional - CESH, em relação as coberturas dos Riscos de Morte e Invalidez Permanente - MIP e Danos Físicos ao Imóvel - DFI.
CIRCULAR SUSEP 418/2011	14/01/2011	Altera e consolida regras e critérios complementares de funcionamento e de operação das coberturas por morte e invalidez oferecidas em planos de previdência complementar aberta e revoga a CIRCULAR SUSEP nº 213, de 9 de dezembro de 2002.

CIRCULAR SUSEP 421/2011	04/04/2011	Estabelece as regras básicas para a comercialização do Seguro de Responsabilidade Civil do Operador de Transporte Multimodal - Cargas (RCOTM-C) e disponibiliza, no endereço eletrônico da SUSEP, as condições contratuais do Plano Padronizado deste seguro.
CIRCULAR SUSEP 422/2011	04/04/2011	Estabelece as regras básicas para a comercialização do Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RCF-DC), e disponibiliza, no endereço eletrônico da SUSEP, as condições contratuais do Plano Padronizado deste seguro.
CIRCULAR SUSEP 428/2012	17/02/2012	Dispõe sobre a realização de Curso de Habilitação de Corretores de Vida, de Capitalização e de Previdência e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 435/2012	28/05/2012	Dispõe sobre as condições para constituição, organização, funcionamento e extinção de entidades autorreguladoras, na condição de órgãos auxiliares da Susep, e para o exercício das atividades de autorregulação do mercado de corretagem de seguros, resseguros, de capitalização e de previdência complementar aberta, de que trata a Resolução CNSP n.º 233, 1º de abril de 2011.
CIRCULAR SUSEP 439/2012	28/06/2012	Estabelece as condições para autorização e funcionamento das sociedades e entidades que venham a operar com microsseguro e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 443/2012	28/06/2012	Disciplina sobre o registro e a atividade dos corretores de microsseguro.
CIRCULAR SUSEP 456/2012	17/12/2012	Dispõe sobre a transferência de carteira integral ou parcial entre as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as entidades abertas de previdência complementar, estabelece seus efeitos nos produtos/planos e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 478/2013	03/10/2013	Dispõe sobre os critérios, condições e requisitos referentes à designação, à atuação e à remuneração dos liquidantes nomeados pela Susep, estabelece os respectivos deveres e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 496/2014	02/10/2014	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 450, de 17 de outubro de 2012.
CIRCULAR SUSEP 510/2015	27/01/2015	Dispõe sobre o registro de corretor de seguros, de capitalização e de previdência, pessoa física e pessoa jurídica, e sobre a atividade de corretagem de seguros, de capitalização e de previdência, e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 514/2015	15/06/2015	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 510, de 22 de janeiro de 2015.
CIRCULAR SUSEP 520/2015	16/10/2015	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 510, de 22 de janeiro de 2015.
CIRCULAR SUSEP 524/2016	21/01/2016	Esclarece e dispõe sobre critérios adicionais relacionados ao art. 37 da Resolução CNSP n.º 168, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 526/2016	29/02/2016	Estabelece procedimentos relacionados com a instrução de processos de eleição, nomeação, destituição e renúncia de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das sociedades seguradoras, de capitalização, resseguradoras locais, escritório de representação de resseguradores admitidos, entidades abertas de previdência complementar e corretoras de resseguros e da consulta de que trata o § 1.º do artigo 1.º do Anexo II da Resolução CNSP n.º 330, de 2015.
CIRCULAR SUSEP 527/2016	29/02/2016	Estabelece procedimentos para obtenção de autorização prévia para instalação de escritório de representação, cadastramento, atualização cadastral e demais alterações de resseguradores admitidos e eventuais.
CIRCULAR SUSEP 528/2016	29/02/2016	Estabelece procedimentos relacionados com a instrução de processos de autorização para funcionamento, alterações do controle societário, reorganização societária, aquisição ou expansão de participação qualificada, transferência de sede, abertura ou encerramento de filiais, transformação da forma jurídica, suspensão e cancelamento da autorização para funcionamento e qualquer alteração do estatuto social, ato constitutivo ou contrato social das corretoras de resseguros.
CIRCULAR SUSEP 529/2016	29/02/2016	Estabelece procedimentos relacionados com a instrução de processos de constituição, autorização para funcionamento, alterações de controle societário, reorganização societária, aquisição ou expansão de participação qualificada, instalação, alteração ou encerramento de dependências e representações, cancelamento da autorização para funcionamento, aumento e redução do capital social e modificação do estatuto social, em todas as suas espécies, das sociedades seguradoras, de capitalização, resseguradoras locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPC).
CIRCULAR SUSEP 531/2016	01/04/2016	Altera a CIRCULAR SUSEP n.º 447, de 9 de agosto de 2012.
CIRCULAR SUSEP 532/2016	01/04/2016	Altera a CIRCULAR SUSEP n.º 510, de 22 de janeiro de 2015.
CIRCULAR SUSEP 534/2016	11/04/2016	Altera, inclui e revoga dispositivos da CIRCULAR SUSEP n.º 456, de 13 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a transferência de carteira integral ou parcial entre as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as entidades abertas de previdência complementar.
CIRCULAR SUSEP 535/2016	27/05/2016	Estabelece a codificação dos ramos de seguro e dispõe sobre a classificação das coberturas contidas em planos de seguro, para fins de contabilização.
CIRCULAR SUSEP 536/2016	30/05/2016	Dispõe sobre o Pedido de Revisão em processo administrativo sancionador, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP nº 243/2011
CIRCULAR SUSEP 539/2016	04/07/2016	Altera a CIRCULAR SUSEP n.º 510, de 22 de janeiro de 2015.
CIRCULAR SUSEP 545/2017	30/01/2017	Estabelece critérios adicionais para oferta preferencial de riscos aos resseguradores locais, atendimento ao disposto no caput do artigo 15 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
CIRCULAR SUSEP 547/2017	16/03/2017	Dispõe sobre o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TCAC no âmbito das atividades relacionadas aos mercados de seguros, capitalização, previdência complementar aberta, resseguros e corretagem de seguros.
CIRCULAR SUSEP 548/2017	16/03/2017	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 328, de 13 de julho de 2006.
CIRCULAR SUSEP 549/2017	27/04/2017	Estabelece na forma do parágrafo único do art. 109 da Resolução CNSP nº 243/11, o procedimento para intimação, por meio de equipamento de transmissão remota nos Processos Administrativos Sancionadores dirigidos às sociedades seguradoras, empresas de capitalização, resseguradores locais, admitidos ou eventuais, às entidades abertas de previdência complementar e às empresas em regime especial, mediante sua realização através da disponibilização na subseção "Documentos para o Mercado", na seção "Informações ao Mercado" no sítio Eletrônico oficial da Superintendência de Seguros Privados - Susep na Internet (www.susep.gov.br), e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 550/2017	15/05/2017	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 535, de 28 de abril de 2016.
CIRCULAR SUSEP 554/2017	23/06/2017	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 535, de 28 de abril de 2016.
CIRCULAR SUSEP 555/2017	20/07/2017	Dispõe sobre o Manual do Interventor.
CIRCULAR SUSEP 556/2017	20/07/2017	Dispõe sobre o Manual do Diretor Fiscal.
CIRCULAR SUSEP 562/2017	29/12/2017	Dispõe sobre o limite de cessão em resseguro e a forma de apuração do percentual fixado no art. 16 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
CIRCULAR SUSEP 563/2017	29/12/2017	Altera e consolida regras e critérios complementares de funcionamento e de operação da cobertura por sobrevivência oferecida em planos de previdência complementar aberta e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 564/2017	29/12/2017	Altera e consolida regras e critérios complementares de funcionamento e de operação da cobertura por sobrevivência oferecida em planos de seguro de pessoas e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 573/2018	08/08/2018	Altera a CIRCULAR SUSEP n.º 435, de 25 de maio de 2012.
CIRCULAR SUSEP 579/2018	16/11/2018	Altera a CIRCULAR SUSEP n.º 535, de 28 de abril de 2016.
CIRCULAR SUSEP 581/2018	21/12/2018	Dispõe sobre a adoção de tábua biométrica específica na estruturação das coberturas de risco oferecidas em planos de previdência complementar aberta e em planos de seguro de pessoas e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 585/2019	20/03/2019	Altera as Circulares SUSEP nº 563 e nº 564, de 24 de dezembro de 2017.
CIRCULAR SUSEP 586/2019	20/03/2019	Altera os itens 13.1 e 13.1.1 das Condições Contratuais Padronizadas do Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RCF-DC), estabelecido pela CIRCULAR SUSEP Nº 422, de 1º de abril de 2011.
CIRCULAR SUSEP 588/2019	26/06/2019	Suspende o prazo de recadastramento para as sociedades corretoras de seguros.
CIRCULAR SUSEP 589/2019	08/07/2019	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 529, de 2016.
CIRCULAR SUSEP 598/2020	20/03/2020	Dispõe sobre autorização, funcionamento por tempo determinado, regras e critérios para operação de produtos, transferência de carteira e envio de informações das sociedades seguradoras participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) que desenvolvam projeto inovador mediante o cumprimento de critérios e limites previamente estabelecidos.
CIRCULAR SUSEP 599/2020	01/04/2020	Estabelece as regras de homologação dos sistemas de registro e de credenciamento das entidades registradoras de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros.
CIRCULAR SUSEP 600/2020	14/04/2020	Disciplina a concessão de assistência financeira pelas entidades abertas de previdência complementar e sociedades seguradoras e a atuação dessas empresas como correspondentes, no País, de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
CIRCULAR SUSEP 601/2020	14/04/2020	Dispõe sobre as condições para o registro das operações de seguro garantia em sistemas de registro homologados e administrados por entidades registradoras credenciadas pela Susep.
CIRCULAR SUSEP 602/2020	24/04/2020	Dispõe sobre o recadastramento dos corretores de seguros, de capitalização, de previdência complementar aberta e de microsseguros, pessoa natural ou jurídica, e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 603/2020	14/05/2020	Dispõe sobre procedimentos operacionais para contratação de seguro no exterior, e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 604/2020	25/05/2020	Revoga Circulares da SUSEP, com base nos artigos 1º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
CIRCULAR SUSEP 605/2020	29/05/2020	Estipula prazo para guarda de documentos e dispõe sobre armazenamento de documentos das operações de seguro, cosseguro, resseguro, capitalização, retrocessão, previdência complementar aberta e intermediação.
CIRCULAR SUSEP 606/2020	22/06/2020	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 527, de 25 de fevereiro de 2016, e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 607/2020	22/06/2020	Revoga a CIRCULAR SUSEP nº 569, de 2 de maio de 2018, e artigos das Circulares SUSEP nº 576, de 28 de agosto de 2018, e nº 582, de 19 de dezembro de 2018.
CIRCULAR SUSEP 608/2020	22/06/2020	Dispõe sobre os elementos mínimos do bilhete do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (seguro DPVAT).
CIRCULAR SUSEP 610/2020	08/07/2020	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 601, de 13 de abril de 2020.
CIRCULAR SUSEP 612/2020	02/09/2020	Dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos destinados especificamente à prevenção e combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou aos crimes que com eles possam relacionar-se, bem como à prevenção e coibição do financiamento do terrorismo.
CIRCULAR SUSEP 611/2020	10/09/2020	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional de que trata o Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga, celebrado entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, internalizado através do Decreto n.º 99.704, de 20 de novembro de 1990.
CIRCULAR SUSEP 614/2020	16/09/2020	Dispõe sobre o seguro de responsabilidade civil do proprietário e/ou condutor de veículos terrestres da categoria de automóvel de passeio, particular ou de aluguel, matriculados e/ou registrados no Brasil, que ingressarem, em viagem internacional, em países membros do Mercosul, por danos causados a pessoas ou objetos não transportados (seguro Carta Verde).
CIRCULAR SUSEP 617/2020	24/11/2020	Aprova Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional Danos à Carga Transportada e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 618/2020	24/11/2020	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Operador de Transporte Multimodal (RC- OTM).

CIRCULAR SUSEP 619/2020	07/12/2020	Dispõe sobre a política de segurança e sigilo de dados e informações das entidades registradoras credenciadas a prestarem o serviço de registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros.
CIRCULAR SUSEP 620/2020	31/12/2020	Dispõe sobre as regras e os critérios para operação de seguros do grupo patrimonial.
CIRCULAR SUSEP 621/2021	17/02/2021	Dispõe sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros de danos.
CIRCULAR SUSEP 622/2021	01/03/2021	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 612, de 18 de agosto de 2020, que dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos destinados especificamente à prevenção e combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou aos crimes que com eles possam relacionar-se, bem como à prevenção e coibição do financiamento do terrorismo.
CIRCULAR SUSEP 623/2021	08/03/2021	Dispõe sobre a atualização das tábuas biométricas BR-EMS.
CIRCULAR SUSEP 624/2021	23/03/2021	Dispõe sobre as condições para o registro facultativo e para o registro obrigatório das operações de seguros de danos e de seguros de pessoas estruturados em regime financeiro de repartição simples em sistemas de registro homologados e administrados por entidades registradoras credenciadas pela Susep.
CIRCULAR SUSEP 625/2021	07/04/2021	Revoga Circulares da SUSEP, com base nos artigos 1º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
CIRCULAR SUSEP 626/2021	09/04/2021	Dispõe sobre os documentos dirigidos às sociedades seguradoras, às sociedades de capitalização, aos resseguradores locais, admitidos ou eventuais, às entidades abertas de previdência complementar, às corretoras de resseguros, às empresas em regime especial e às entidades registradoras expedidos pela Susep exclusivamente por meio do seu sítio eletrônico na Internet, disponibilizados na subseção "Documentos para o Mercado", na seção "Mercado".
CIRCULAR SUSEP 627/2021	19/04/2021	Dispõe sobre o envio de arquivos de dados pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar, resseguradores locais, resseguradores admitidos e corretores de resseguro.
CIRCULAR SUSEP 628/2021	03/05/2021	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 599, de 30 de março de 2020, que estabelece as regras de homologação dos sistemas de registro e de credenciamento das entidades registradoras de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros.
CIRCULAR SUSEP 629/2021	01/06/2021	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 624, de 22 de março de 2021, que dispõe sobre as condições para o registro facultativo e para o registro obrigatório das operações de seguros de danos e de seguros de pessoas estruturados em regime financeiro de repartição simples em sistemas de registro homologados e administrados por entidades registradoras credenciadas pela Susep.
CIRCULAR SUSEP 630/2021	01/06/2021	Revoga Circulares da Susep relacionadas à Apólice de Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e ao Seguro Habitacional, com base nos artigos 1º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
CIRCULAR SUSEP 631/2021	01/07/2021	Estabelece regras sobre a previsão orçamentária da seguradora líder do Consórcio DPVAT, a natureza, as características e a execução das despesas, o controle e a supervisão da administração dos recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT, e dá outras providências.
CIRCULAR SUSEP 632/2021	19/07/2021	Revoga Circulares da Susep com base nos artigos 1º e 7º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
CIRCULAR SUSEP 633/2021	19/07/2021	Revoga Circulares da Susep com base nos artigos 1º e 7º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
CIRCULAR SUSEP 634/2021	19/07/2021	Altera a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.
CIRCULAR SUSEP 635/2021	21/07/2021	Dispõe sobre a regulamentação das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP para implementação do Sistema de Seguros Aberto (Open Insurance).
CIRCULAR SUSEP 636/2021	26/07/2021	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 598, de 19 de março de 2020.
CIRCULAR SUSEP 637/2021	28/07/2021	Dispõe sobre os seguros do grupo responsabilidades.
CIRCULAR SUSEP 638/2021	03/08/2021	Dispõe sobre requisitos de segurança cibernética a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar (EAPCs), sociedades de capitalização e resseguradores locais.
CIRCULAR SUSEP 639/2021	13/08/2021	Dispõe sobre as regras e os critérios para operação de seguros do grupo automóvel.
CIRCULAR SUSEP 640/2021	25/08/2021	Dispõe sobre o Seguro Pecuário, o Seguro de Animais, o Seguro de Penhor Rural, o Seguro de Benfeitorias e Produtos Agropecuários e os seguros rurais subvencionáveis.
CIRCULAR SUSEP 641/2021	03/09/2021	Altera o Anexo I da CIRCULAR SUSEP nº 635, de 20 de julho de 2021.
CIRCULAR SUSEP 642/2021	21/09/2021	Dispõe sobre a aceitação e a vigência do seguro e sobre a emissão e os elementos mínimos dos documentos contratuais.
CIRCULAR SUSEP 644/2021	21/09/2021	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 601, de 13 de abril de 2020, e a CIRCULAR SUSEP nº 624, de 22 de março de 2021.
CIRCULAR SUSEP 643/2021	23/09/2021	Disciplina o atendimento às reclamações dos consumidores de sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e às denúncias no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - Susep.
CIRCULAR SUSEP 645/2021	20/10/2021	Estabelece normas complementares sobre a instauração do Processo Administrativo Sancionador - PAS na Susep e regulamenta as infrações graves, para fins de aplicação das penas de suspensão do exercício de atividade, de suspensão do exercício de profissão ou de inabilitação.
CIRCULAR SUSEP 646/2021	10/11/2021	Estabelece o Processo para Reparação de Apontamento.
CIRCULAR SUSEP 647/2021	18/11/2021	Revoga Circulares da Susep com base nos artigos 1º e 7º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e estabelece disposições transitórias para operações efetuadas nos termos da CIRCULAR SUSEP nº 441, de 27 de junho de 2012.
CIRCULAR SUSEP 649/2021	18/11/2021	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 624, de 22 de março de 2021.
CIRCULAR SUSEP 648/2021	19/11/2021	Dispõe sobre provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capitais de risco; constituição de banco de dados de perdas operacionais; planos de regularização; registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; envio de informações periódicas; normas contábeis; auditoria contábil independente; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente; e sobre os pronunciamentos técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).
CIRCULAR SUSEP 650/2021	06/12/2021	Estabelece procedimentos para a elaboração e envio à Susep do Relatório Consolidado Prudencial.
CIRCULAR SUSEP 651/2021	24/12/2021	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 642, de 20 de setembro de 2021.
CIRCULAR SUSEP 652/2022	18/02/2022	Dispõe sobre a definição de pendência.
CIRCULAR SUSEP 653/2022	02/03/2022	Altera o Anexo XII da CIRCULAR SUSEP nº 624, de22 de março de 2021.
CIRCULAR SUSEP 654/2022	02/03/2022	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 642, de 20 de setembro de 2021.
CIRCULAR SUSEP 655/2022	17/03/2022	Dispõe sobre as condições para o registro facultativo e para o registro obrigatório das operações de previdência complementar aberta com cobertura de risco em sistemas de registro homologados e administrados por entidades registradoras credenciadas pela Susep.
CIRCULAR SUSEP 656/2022	17/03/2022	Estabelece regras e critérios sobre a elaboração, a operação, a distribuição, a cessão, a subscrição, a publicidade e a comercialização de títulos de capitalização.
CIRCULAR SUSEP 657/2022	07/04/2022	Dispõe sobre o registro de produtos na Susep.
CIRCULAR SUSEP 658/2022	07/04/2022	Dispõe sobre as condições tarifárias do seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou por sua carga - seguro DPEM.
CIRCULAR SUSEP 659/2022	07/04/2022	Dispõe sobre as regras e os critérios para operação do seguro de garantia estendida, quando da aquisição de bens ou durante a vigência da garantia do fornecedor.
CIRCULAR SUSEP 661/2022	12/04/2022	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 635, de 20 de julho de 2021.
CIRCULAR SUSEP 662/2022	12/04/2022	Dispõe sobre o Seguro Garantia.
CIRCULAR SUSEP 663/2022	29/04/2022	Altera o Anexo XI da CIRCULAR SUSEP nº 624, de 22 de março de 2021.
CIRCULAR SUSEP 664/2022	03/05/2022	Revoga a CIRCULAR SUSEP nº 246, de 19 de janeiro de 2004.
CIRCULAR SUSEP 665/2022	24/05/2022	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 655, de 11 de março de 2022, e o Anexo XIII da CIRCULAR SUSEP nº 624, de 22 de março de 2021.
CIRCULAR SUSEP 666/2022	29/06/2022	Dispõe sobre requisitos de sustentabilidade, a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar (EAPCs), sociedades de capitalização e resseguradores locais.
CIRCULAR SUSEP 667/2022	06/07/2022	Dispõe sobre as regras complementares de funcionamento e os critérios para operação das coberturas de risco de seguros de pessoas.
CIRCULAR SUSEP 668/2022	06/07/2022	Dispõe sobre os critérios complementares de atualização e recálculo de valores relativos às operações de seguro, de previdência complementar aberta e de capitalização.
CIRCULAR SUSEP 669/2022	19/07/2022	Altera a CIRCULAR SUSEP nº 631, de 28 de junho de 2021.

ANEXO V

RELAÇÃO DE RESOLUÇÕES SUSEP VIGENTES EM 01/08/2022

Norma	Data de Publicação	Ementa
RESOLUÇÃO SUSEP 001/2021	25/08/2021	Dispõe sobre os atos administrativos editados pela Susep.
RESOLUÇÃO SUSEP 002/2021	06/09/2021	Altera a Deliberação SUSEP nº 243, de 18 de dezembro de 2020, que aprova o plano de regulação para o exercício de 2021.
RESOLUÇÃO SUSEP 003/2021	23/09/2021	Disciplina os procedimentos de atendimento a consultas por parte da Superintendência de Seguros Privados - Susep.
RESOLUÇÃO SUSEP 004/2021	28/09/2021	Altera a Deliberação Susep nº 235, de março de 2020, que dispõe sobre a constituição do Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC.
RESOLUÇÃO SUSEP 005/2021	06/10/2021	Altera a Deliberação Susep nº 230, de 12 de novembro de 2019, que dispõe sobre o Peticionamento Eletrônico no âmbito da Susep.
RESOLUÇÃO SUSEP 006/2021	20/10/2021	Altera a Deliberação Susep nº 223, de 02 de agosto de 2019.
RESOLUÇÃO SUSEP 007/2021	04/11/2021	Altera a Deliberação SUSEP nº 224, de 6 de agosto de 2019, que estabelece os critérios e procedimentos para a remoção e movimentação de pessoal dos servidores públicos da SUSEP.
RESOLUÇÃO SUSEP 008/2021	17/12/2021	Delegação, até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), da competência prevista no artigo 9°, inciso XVII, do Regimento Interno da Susep.
RESOLUÇÃO SUSEP 009/2021	17/12/2021	Estabelece a relação de suplência entre os Diretores da Susep.
RESOLUÇÃO SUSEP 010/2021	24/12/2021	Institui o Programa de Línguas Estrangeiras na SUSEP.
RESOLUÇÃO SUSEP 011/2021	17/01/2022	Aprova o plano de regulação da Susep para o exercício de 2022, nos termos do Anexo desta Resolução.
RESOLUÇÃO SUSEP 012/2021	01/02/2022	Disciplina o procedimento de acesso externo a processos administrativos no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - Susep.
RESOLUÇÃO SUSEP 013/2021	03/05/2022	Dispõe sobre a metodologia de gestão de riscos e o método de priorização para gerenciamento de riscos da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
RESOLUÇÃO SUSEP 014/2021	03/05/2022	Disciplina o processo administrativo normativo da Superintendência de Seguros Privados - Susep.
RESOLUÇÃO SUSEP 015/2021	24/05/2022	Altera a Resolução SUSEP nº 10, de 23 de dezembro de 2021.
RESOLUÇÃO SUSEP 016/2021	24/05/2022	Altera a Resolução Susep nº 01, de 24 de agosto de 2021, que dispõe sobre os atos administrativos editados pela Susep.

RESOLUÇÃO SUSEP 017/2021	24/06/2022	Institui os procedimentos para o implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP no âmbito da Susep e os critérios para concessão de afastamento para participação em ações de desenvolvimento.
RESOLUÇÃO SUSEP 018/2021	19/07/2022	Dispõe, no âmbito da Susep, sobre os procedimentos de arrecadação e restituição de créditos e parcelamento de débitos relativos à taxa de fiscalização, multa administrativa pecuniária e cominatória por aplicação de penalidade em processos administrativos de qualquer natureza, multa aplicada a título de sanção pecuniária por força de inquérito administrativo, multa prevista em contratos administrativos e demais créditos vinculados à Susep, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO SUSEP 019/2021	19/07/2022	Aprova o Código de Ética Profissional do Agente Público da Superintendência de Seguros Privados - Susep.

ANEXO VI

RELAÇÃO DE RESOLUÇÕES CNSP VIGENTES EM 01/08/2022

Norma	Data de Publicação	Ementa
RESOLUÇÃO CNSP 010/1967	05/04/1967	Aprova a regulamentação do Decreto-lei nº 73/66 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de Seguros e Resseguros e dá outras providências e encaminha ao MIC projeto de decreto.
RESOLUÇÃO CNSP 011/1967	28/06/1967	Aprova o Regimento Interno da SUSEP.
RESOLUÇÃO CNSP 001/1968	28/02/1968	Aprova normas e tabelas provisórias de vencimentos de funcionários da SUSEP.
RESOLUÇÃO CNSP 019/1968	15/07/1968	Determina que a parcela de dez por cento do montante de prêmios arrecadados dos Seguros Obrigatórios de Responsabilidade Civil relativos aos Transportes Terrestres, previstos no art. 20 alínea "b" do D.L. nº 73/66, só poderá ser cobrada mediante autorização orçamentária.
RESOLUÇÃO CNSP 009/1970	05/11/1970	Altera o Regimento Interno do CNSP.
RESOLUÇÃO CNSP 001/1973	01/11/1973	Revoga a Res. CNSP nº 05/72, que aprovou o Regulamento de Pessoal da SUSEP.
RESOLUÇÃO CNSP 009/1975	02/12/1975	Dispõe sobre a garantia do Governo Federal para cobertura do seguro de instalação e montagem da primeira usina nuclear brasileira localizada em Angra dos Reis.
RESOLUÇÃO CNSP 012/1976	01/01/1976	Dispõe sobre verbas especificas destinadas ao FESR.
RESOLUÇÃO CNSP 009/1976	12/07/1976	Delega competência a SUSEP para submeter diretamente ao Ministério da Indústria e Comércio os processos referentes a transferência de controle acionário de sociedades seguradoras.
RESOLUÇÃO CNSP 005/1987	04/06/1987	Altera Regimento Interno do CNSP.
RESOLUÇÃO CNSP 007/1988	05/10/1988	Aprova o Quadro de Pessoal da SUSEP.
RESOLUÇÃO CNSP 018/1988	29/12/1988	Estende aos corretores de seguros a faculdade de uso de chancela impressa ou mecânica.
RESOLUÇÃO CNSP 005/1989	07/04/1989	Delega a SUSEP competência para processar e opinar sobre os pedidos de autorização para funcionamento de sociedades seguradoras ou de capitalização.
RESOLUÇÃO CNSP 016/1992	23/07/1992	Dispõe sobre a instituição de Plano de benefício de Pecúlio pelas entidades abertas de previdência privada.
RESOLUÇÃO CNSP 010/1995	07/11/1995	Autoriza a SUSEP a divulgar ao público dados das demonstrações contábeis consolidadas das entidades por ela supervisionadas, obtidos através do Formulário de Informações Periódicas (FIP).
RESOLUÇÃO CNSP 002/1998	08/05/1998	Dispõe sobre a apuração das Margens de Solvência para fins de enquadramento na Tabela constante da Lei 7944, de 20 de dezembro de 1989.
RESOLUÇÃO CNSP 003/1998	08/05/1998	Estabelece procedimentos com vistas a adequação dos sistemas eletrônicos de informação automatizados, em face da mudança de data na passagem do ano de 1999 para o ano de 2000.
RESOLUÇÃO CNSP 014/1998	19/06/1998	Revoga a Resolução CNSP 14, de 03 de julho de 1986.
RESOLUÇÃO CNSP 020/1998	10/09/1998	Dispõe sobre o envio de dados necessários a elaboração e atualização de tabuas biométricas, pelas Sociedades de Seguros, Estipulantes de Seguros e Sociedades de Previdência Privada Aberta, com e sem fins lucrativos.
RESOLUÇÃO CNSP 006/2000	08/03/2000	Referenda a Resolução CNSP 01/99, que dispõe sobre a remuneração de Liquidante, Interventor, Diretor - Fiscal e Assistente das sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 044/2000	18/12/2000	Altera a redação do inciso I do art. 5º da Resolução CNSP 2/98.
RESOLUÇÃO CNSP 063/2001	13/09/2001	Revoga as Resoluções CNSP que tratam de Comissões Consultivas deste Conselho, regulamentadas nos termos do art. 34 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.
RESOLUÇÃO CNSP 068/2001	09/01/2002	Estabelece regras e critérios para a operação de seguro denominada cosseguro, na hipótese de que trata o art. 32, inciso VIII, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.
RESOLUÇÃO CNSP 078/2002	03/09/2002	Estabelece regras e critérios para a estruturação e comercialização de planos de benefícios de previdência complementar aberta e de seguro do ramo vida que, no momento da contratação, prevejam cobertura por sobrevivência e cobertura, ou coberturas, de risco, com o instituto da comunicabilidade, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 084/2002	03/09/2002	Revoga as Resoluções CNSP que dispõem sobre a administração do então Instituto de Resseguros do Brasil - IRB.
RESOLUÇÃO CNSP 090/2002	03/09/2002	Anula a Resolução CNSP nº 16, de 1992, e revoga as Resoluções CNSP que menciona, referentes a previdência complementar aberta e ao seguro do ramo vida.
RESOLUÇÃO CNSP 102/2004	09/01/2004	Regulamenta a oferta, pelas sociedades seguradoras, de serviços de assistência, caracterizados como atividades complementares ao seguro.
RESOLUÇÃO CNSP 111/2004	11/05/2004	Aprova o novo Regimento Interno do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 143/2005	30/12/2005	Estabelece a obrigatoriedade de registro das apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas especificas e exclusivas para este fim e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 147/2006	06/07/2006	Revoga as Resoluções CNSP que menciona.
RESOLUÇÃO CNSP 168/2007	19/12/2007	Dispõe sobre a atividade de resseguro, retrocessão e sua intermediação e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 173/2007	19/12/2007	Dispõe sobre a atividade de corretagem de resseguros, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 175/2007	19/12/2007	Dispõe sobre cooperativas de corretores de seguros.
RESOLUÇÃO CNSP 182/2008	18/04/2008	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Aquaviário - Carga (RCA-C).
RESOLUÇÃO CNSP 183/2008	18/04/2008	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - Carga (RCTF-C).
RESOLUÇÃO CNSP 184/2008	18/04/2008	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Aéreo - Carga (RCTA-C).
RESOLUÇÃO CNSP 189/2008	13/10/2008	Altera o art. 49 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO CNSP 191/2008	18/12/2008	Referenda a Resolução CNSP nº 189, de 2008.
RESOLUÇÃO CNSP 194/2008	19/12/2008	Dispõe sobre o cadastramento de ressegurador eventual especializado em riscos nucleares e sobre o limite máximo de cessão a resseguradores eventuais, de que trata o art. 1º do Decreto nº 6.499, de 1o de julho de 2008, e dá outras providencias.
RESOLUÇÃO CNSP 197/2008	19/12/2008	Estabelece disposições para a contratação de seguro em moeda estrangeira e para contratação do seguro no exterior, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 201/2008	22/12/2008	Altera e consolida as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas por morte e invalidez oferecidas em planos de previdência complementar aberta e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 203/2009	29/04/2009	Dispõe sobre o limite máximo de cessão a resseguradores eventuais, de que trata o art. 1º do Decreto nº 6.499, e 1º de julho de 2008, e altera o caput do artigo 37 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO CNSP 205/2009	19/11/2009	Dispõe sobre o Seguro Habitacional e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 206/2009	18/12/2009	Altera o parágrafo único do art. 49 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO CNSP 209/2010	10/12/2010	Referenda a Resolução CNSP nº 203, de 2009.
RESOLUÇÃO CNSP 210/2010	10/12/2010	Referenda a Resolução CNSP nº 206, de 2009.
RESOLUÇÃO CNSP 212/2010	10/12/2010	Referenda a Resolução CNSP nº 205, de 2009.
RESOLUÇÃO CNSP 219/2010	10/12/2010	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário - Carga (RCTR-C).
RESOLUÇÃO CNSP 225/2010	10/12/2010	Altera os Arts. 15 e 39 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO CNSP 233/2011	04/04/2011	Dispõe sobre as condições de constituição, organização, funcionamento e extinção de entidades autorreguladoras do mercado de corretagem de seguros, resseguros, de capitalização e de previdência complementar aberta, na condição de auxiliares da SUSEP, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 239/2011	02/12/2011	Referenda a Resolução CNSP nº 234, de 2011.
RESOLUÇÃO CNSP 240/2011	02/12/2011	Referenda a Resolução CNSP nº 229, de 2010.
RESOLUÇÃO CNSP 241/2011	07/12/2011	Dispõe sobre transferências de riscos, em operações de resseguro e de retrocessão, com pessoas não abrangidas pelos incisos I e II do art. 9º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e sobre os critérios para comprovação da insuficiência de oferta de capacidade do mercado ressegurador.
RESOLUÇÃO CNSP 245/2011	07/12/2011	Revoga o § 2º do artigo 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO CNSP 247/2011	07/12/2011	Revoga dispositivos da Resolução CNSP nº 182, de 15 de abril de 2008; da Resolução CNSP nº 183, de 15 de abril de 2008; da Resolução CNSP nº 184, de 15 de abril de 2008; da Resolução CNSP nº 219, de 6 de dezembro de 2010 e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 249/2012	16/02/2012	Dispõe sobre a atividade dos corretores de seguros de ramos elementares e dos corretores de seguros de vida, capitalização e previdência, bem como seus prepostos.
RESOLUÇÃO CNSP 251/2012	11/04/2012	Referenda a Resolução CNSP nº 233, de 2011.
RESOLUÇÃO CNSP 252/2012	20/04/2012	Altera a Resolução CNSP nº 249, de 15 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a atividade dos corretores de seguros de ramos elementares e dos corretores de seguros de vida, capitalização e previdência, bem como seus prepostos.
RESOLUÇÃO CNSP 253/2012	09/07/2012	Referenda a Resolução CNSP nº 250, de 2012.
RESOLUÇÃO CNSP 256/2012	09/07/2012	Referenda a Resolução CNSP nº 247, de 2011.
RESOLUÇÃO CNSP 257/2012	09/07/2012	Referenda a Resolução CNSP nº 248, de 2011.
RESOLUÇÃO CNSP 258/2012	09/07/2012	Referenda as Resoluções CNSP nºs. 249 e 252, de 2012.
RESOLUÇÃO CNSP 267/2012	24/12/2012	Referenda a Resolução CNSP nº 261, de 2012.
RESOLUÇÃO CNSP 278/2013	18/02/2013	Dispõe sobre a restituição de comissões de corretagem às seguradoras, no caso de cancelamento ou devolução de prêmio.
RESOLUÇÃO CNSP 279/2013	18/02/2013	Dispõe sobre a instituição de ouvidoria pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização e revoga a Resolução CNSP nº 110/ 2004.

RESOLUÇÃO CNSP 289/2013	23/09/2013	Referenda a Resolução CNSP nº 286, de 26 de abril de 2013.
RESOLUÇÃO CNSP 291/2013	23/09/2013	Referenda a Resolução CNSP nº 288, de 9 de agosto de 2013.
RESOLUÇÃO CNSP 295/2013	28/10/2013	Dispõe sobre a atividade de Preposto de Corretor de Seguros e de Previdência Complementar Aberta, e requisitos básicos para sua nomeação e registro.
RESOLUÇÃO CNSP 303/2013	23/12/2013	Dispõe sobre o recadastramento dos corretores de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta e a emissão da carteira de corretores.
RESOLUÇÃO CNSP 307/2014	25/04/2014	Altera dispositivos da Resolução CNSP nº 295, de 25 de outubro de 2013.
RESOLUÇÃO CNSP 310/2014	25/06/2014	Referenda a Resolução CNSP nº 307, de 23 de abril de 2014.
RESOLUÇÃO CNSP 318/2014	23/12/2014	Altera a Resolução CNSP nº 249, de 15 de fevereiro de 2012 e alterações posteriores.
RESOLUÇÃO CNSP 322/2015	21/07/2015	Altera a redação do § 4º do art. 14 e do art. 15 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, e revoga a Resolução nº 232, de 25 de março de 2011.
RESOLUÇÃO CNSP 323/2015	24/07/2015	Torna sem efeito a publicação da Resolução nº 321, de 20/7/2015, feita no Diário Oficial da União do dia 22/07/2015, Seção 1, p.21.
RESOLUÇÃO CNSP 324/2015	03/08/2015	Altera o art. 49 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e revoga o art. 1.º da Resolução CNSP nº 206, de 17 de dezembro de 2009.
RESOLUÇÃO CNSP 325/2015	03/08/2015	Referenda a Resolução CNSP n.º 322, de 2015, com alterações.
RESOLUÇÃO CNSP 326/2015	03/08/2015	Referenda a Resolução CNSP n.º 323, de 2015.
RESOLUÇÃO CNSP 334/2015	15/12/2015	Altera dispositivo da Resolução CNSP Nº 295, de 25 de outubro de 2013.
RESOLUÇÃO CNSP 337/2016	04/04/2016	Altera dispositivos da Resolução CNSP nº 279, de 30 de janeiro de 2013.
RESOLUÇÃO CNSP 344/2016	27/12/2016	Dispõe sobre as regras e os critérios para estruturação, comercialização e operacionalização do Seguro de Vida Universal.
RESOLUÇÃO CNSP 348/2017	27/09/2017	Altera e consolida as regras de funcionamento e os critérios para operação da cobertura por sobrevivência oferecida em plano de seguro de pessoas e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 349/2017	27/09/2017	Altera e consolida as regras de funcionamento e os critérios para operação da cobertura por sobrevivência oferecida em plano de previdência complementar aberta e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 350/2017	27/09/2017	Dispõe sobre as operações de aceite de retrocessão por sociedades seguradoras e sua intermediação e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 353/2017	22/12/2017	Altera a Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 361/2018	25/06/2018	Altera a Resolução CNSP Nº 219, de 2010.
RESOLUÇÃO CNSP 362/2018	25/06/2018	Altera a Resolução CNSP nº 117, de 22 de dezembro de 2004 e a Resolução CNSP nº 201, de 22 de dezembro de 2008.
RESOLUÇÃO CNSP 363/2018	17/10/2018	Dispõe sobre as operações de aceite de resseguro e retrocessão de cedentes no exterior por resseguradoras locais, sua intermediação e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 364/2018	17/10/2018	Dispõe sobre o Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Passageiros.
RESOLUÇÃO CNSP 366/2018	30/10/2018	Altera a Resolução CNSP nº 241, de 1º de dezembro de 2011.
RESOLUÇÃO CNSP 370/2018	19/12/2018	Dispõe sobre as condições para operação de sociedades seguradoras especializadas em anuidades e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 379/2020	06/03/2020	Altera a Resolução CNSP nº 197, de 16 de dezembro de 2008.
RESOLUÇÃO CNSP 381/2020	06/03/2020	Estabelece as condições para autorização e funcionamento, por tempo determinado, de sociedades seguradoras participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) que desenvolvam projeto inovador mediante o cumprimento de critérios e limites previamente estabelecidos e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 380/2020	09/03/2020	Altera a Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO CNSP 382/2020	10/03/2020	Dispõe sobre princípios a serem observados nas práticas de conduta adotadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e intermediários, no que se refere ao relacionamento com o cliente, e sobre o uso do cliente oculto na atividade de supervisão da Susep, na forma definida por esta Resolução, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 383/2020	24/03/2020	Dispõe sobre o registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros.
RESOLUÇÃO CNSP 384/2020	10/06/2020	Dispõe sobre a operação de capitalização, as modalidades, elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 385/2020	10/06/2020	Dispõe sobre as coberturas passíveis de serem oferecidas a entidades fechadas de previdência complementar por sociedades seguradoras.
RESOLUÇÃO CNSP 386/2020	10/06/2020	Revoga Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, com base nos artigos 1º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
RESOLUÇÃO CNSP 388/2020	10/09/2020	Estabelece a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.
RESOLUÇÃO CNSP 391/2020	04/11/2020	Estabelece as regras de emissão de dívida subordinada por sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 392/2020	04/11/2020	Estabelece critérios para operação dos seguros obrigatórios de que tratam as alíneas "g" e "h" do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.
RESOLUÇÃO CNSP 393/2020	04/11/2020	Dispõe sobre sanções administrativas no âmbito das atividades de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta, de intermediação e auditoria independente; disciplina o inquérito administrativo, o termo de compromisso de ajustamento de conduta e o processo administrativo sancionador no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - Susep das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 394/2020	04/11/2020	Altera a Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO CNSP 395/2020	16/12/2020	Dispõe sobre os Regimes Especiais de Direção Fiscal, de Intervenção e de Liquidação Extrajudicial e Ordinária aplicáveis às seguradoras, às sociedades de capitalização, às entidades abertas de previdência complementar e aos resseguradores locais.
RESOLUÇÃO CNSP 396/2020	16/12/2020	Dispõe sobre ressegurador local cujo propósito exclusivo é a aceitação de riscos, por meio de operações de resseguro ou retrocessão, e seu financiamento por meio de dívida vinculada a riscos de (res)seguro e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 397/2020	16/12/2020	Dispõe sobre o seguro obrigatório de responsabilidade civil do transportador rodoviário de passageiros e cargas entre o Brasil e a Guiana Francesa, e divulga as condições contratuais deste seguro para veículos matriculados na Guiana Francesa.
RESOLUÇÃO CNSP 398/2020	30/12/2020	Dispõe sobre a constituição, pelo Consórcio DPVAT, das provisões técnicas do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não - seguro DPVAT, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 399/2020	30/12/2020	Dispõe sobre as regras e os critérios para operação do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não - seguro DPVAT, referentes aos sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020.
RESOLUÇÃO CNSP 400/2020	30/12/2020	Dispõe sobre a gestão e a operacionalização das indenizações referentes ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não (seguro DPVAT), visando garantir a continuidade do pagamento das indenizações previstas na Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, relativos aos sinistros ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2021.
RESOLUÇÃO CNSP 401/2020	30/12/2020	Altera a Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Regimento Interno da SUSEP.
RESOLUÇÃO CNSP 402/2021	12/01/2021	Dispõe sobre o valor dos recursos de que trata o § 2º do art. 2º da Resolução CNSP nº 400, de 29 de dezembro de 2020.
RESOLUÇÃO CNSP 403/2021	12/01/2021	Aprovação do estatuto do fundo de que trata o art. 6º da Resolução CNSP nº 400, de 29 de dezembro de 2020.
RESOLUÇÃO CNSP 404/2021	29/03/2021	Dispõe sobre o Seguro Rural e o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR.
RESOLUÇÃO CNSP 405/2021	29/03/2021	Revoga a Resolução CNSP nº 347 de 22 de setembro de 2017, com base nos artigos 1º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
RESOLUÇÃO CNSP 406/2021	29/03/2021	Estabelece o valor para custear as despesas administrativas do Consórcio DPVAT, entre o segundo e o quarto trimestres do ano de 2021, e aprova o repasse de recursos do FDPVAT para o Consórcio DPVAT, a fim de fazer frente aos ajustes necessários ao custeio dessas despesas.
RESOLUÇÃO CNSP 407/2021	31/03/2021	Dispõe sobre os princípios e as características gerais para a elaboração e a comercialização de contratos de seguros de danos para cobertura de grandes riscos.
RESOLUÇÃO CNSP 408/2021	02/07/2021	Dispõe sobre a utilização de meios remotos nas operações de seguro, previdência complementar aberta e capitalização.
RESOLUÇÃO CNSP 409/2021	02/07/2021	Dispõe sobre os princípios e as características gerais para operação dos seguros classificados como microsseguros.
RESOLUÇÃO CNSP 410/2021	02/07/2021	Revoga Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, com base nos artigos 1º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
RESOLUÇÃO CNSP 413/2021	02/07/2021	Dispõe sobre a contratação de seguros por meio de bilhete.
RESOLUÇÃO CNSP 414/2021	02/07/2021	Dispõe sobre a avaliação de imóveis que passarão a incorporar o patrimônio das sociedades seguradoras, resseguradores locais, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.
RESOLUÇÃO CNSP 415/2021	21/07/2021	Dispõe sobre a implementação do Sistema de Seguros Aberto (Open Insurance).
RESOLUÇÃO CNSP 416/2021	21/07/2021	Dispõe sobre o Sistema de Controles Internos, a Estrutura de Gestão de Riscos e a atividade de Auditoria Interna.
RESOLUÇÃO CNSP 417/2021	21/07/2021	Altera a Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020.
RESOLUÇÃO CNSP 418/2021	21/07/2021	Altera a Resolução CNSP nº 194, de 16 de dezembro de 2008, a Resolução CNSP nº 197, de 16 de dezembro de 2008, a Resolução CNSP nº 241, de 1 de dezembro de 2011, a Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015, e a Resolução CNSP nº 366, de 29 de outubro de 2018.
RESOLUÇÃO CNSP 419/2021	21/07/2021	Altera a Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Regimento Interno da SUSEP.
RESOLUÇÃO CNSP 421/2021	16/11/2021	Revoga a Resolução CNSP nº 286, de 26 de abril de 2013, e a Resolução CNSP nº 304, de 16 de dezembro de 2013.
RESOLUÇÃO CNSP 422/2021	16/11/2021	Dispõe sobre a autorização da Susep para funcionamento, início das operações no país, exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais, integralização de capital e transferência de carteira e sobre condições de estrutura de controle societário das entidades que especifica.
RESOLUÇÃO CNSP 427/2021	16/11/2021	Dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê Técnico da Superintendência de Seguros Privados - COTEC.
RESOLUÇÃO CNSP 428/2021	16/11/2021	Dispõe sobre o Regimento Interno da Susep.
RESOLUÇÃO CNSP 429/2021	16/11/2021	Estabelece os requisitos para credenciamento e funcionamento das sociedades iniciadoras de serviço de seguro no âmbito do Sistema de Seguros Aberto (Open Insurance) e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CNSP 431/2021	16/11/2021	Disciplina as operações das sociedades seguradoras por meio de seus representantes de seguros.
RESOLUÇÃO CNSP 432/2021	19/11/2021	Dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capitais de risco, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, planos de regularização, limite de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria aplicáveis a sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores.
RESOLUÇÃO CNSP 433/2021	21/12/2021	Altera a Resolução CNSP nº 399, de 29 de dezembro de 2020, e dispõe sobre o repasse de recursos de que tratam o §2º do art. 2º e o §3º do art. 5º da Resolução CNSP nº 400, de 29 de dezembro de 2020.
RESOLUÇÃO CNSP 434/2021	21/12/2021	Dispõe sobre estipulação de seguros e responsabilidades e obrigações de estipulantes e sociedades seguradoras em contratações de seguros por meio de apólices coletivas.

RESOLUÇÃO CNSP 435/2022	07/04/2022	Dispõe sobre as regras e os elementos mínimos que, obrigatoriamente, devem constar do bilhete do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por sua Carga - Seguro DPEM.
RESOLUÇÃO CNSP 436/2022	07/04/2022	Estabelece as diretrizes gerais aplicáveis à operação do seguro de garantia estendida.
RESOLUÇÃO CNSP 437/2022	07/04/2022	Revoga a Resolução CNSP nº 143, de 27 de dezembro de 2005.
RESOLUÇÃO CNSP 438/2022	07/04/2022	Altera a Resolução CNSP nº 404, de 26 de março de 2021.
RESOLUÇÃO CNSP 439/2022	06/07/2022	Dispõe sobre as características gerais para operação das coberturas de risco de seguros de pessoas.
RESOLUÇÃO CNSP 440/2022	06/07/2022	Dispõe sobre os critérios de atualização e recálculo de valores relativos às operações de seguro, de previdência complementar aberta e de capitalização.
RESOLUÇÃO CNSP 441/2022	06/07/2022	Altera a Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021.

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 978, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.611063/2022-15, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administradores de ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ nº 17.197.385/0001-21, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 11 de abril de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 979, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.614754/2022-71, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de membro do comitê de auditoria de ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 87.376.109/0001-06, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 16 de maio de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 980, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 39 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o que consta do processo Susep nº 15414.615954/2021-60, resolve:

Art.1º Homologar a reforma do estatuto social de MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, CNPJ nº 92.892.256/0001-79, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 14 de julho de 2021 e 21 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 981, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e o que consta do processo Susep nº 15414.621020/2022-48, resolve:

Art.1º Homologar a destituição e a eleição de administrador de ZURICH RESSEGURADORA BRASIL S.A., CNPJ nº 14.387.387/0001-95, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 30 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 982, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.620822/2022-31, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de membro do Comitê de Auditoria de ICATU SEGUROS S.A., CNPJ nº 42.283.770/0001-39, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião extraordinária do conselho de administração realizada em 14 de julho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 983, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.610207/2022-16, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administradores de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral ordinária realizadas em 18 de abril de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 5, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a equivalência dos Cursos Superiores de Tecnologia e dos Cursos de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas.

Os MINISTROS DE ESTADO DA EDUCAÇÃO e DA DEFESA, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 83 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, na Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, na Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011, na Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60340.000443/2021-12, resolvem:

Art. 1º Os Cursos Superiores de Tecnologia e os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ministrados no âmbito dos Sistemas de Ensino da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Aeronáutica, têm assegurado sua plena equivalência para fins de exercício profissional nos âmbitos militar e civil, não sendo necessário nenhum procedimento adicional de convalidação de atos escolares.

§ 1º Os Cursos de que trata o caput devem constar do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia ou do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, em suas diferentes edições, documentos aprovados pelo Ministério da Educação, por meio de Resolução do Conselho Nacional de Educação.

§ 2º A equivalência dos cursos realizados pelas Forças Armadas se dá por meio do reconhecimento das competências profissionais desenvolvidas, independentemente das especificidades de sua denominação.

Art. 2º Cabe a cada Força Armada, por meio de seu respectivo sistema de ensino:

I - autorizar, reconhecer, supervisionar e avaliar os Cursos Superiores de Tecnologia e os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

II - conceder e registrar os diplomas, para fins de certificação profissional e eventuais registros de atribuições profissionais expedidos pelos órgãos competentes; e

III - definir normas específicas em relação aos diplomas emitidos anteriormente a esta Portaria.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Portaria Normativa Interministerial MEC/MD nº 15, de 27 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 101, Seção 1, página 95, de 28 de maio de 2010; e

II - a Portaria Normativa Interministerial MEC/MD nº 1, de 14 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 51, Seção 1, página 39, de 17 de março de 2014.

Art. 4º Esta Portaria Interministerial entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro de Estado da Educação

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Ministro de Estado da Defesa

PORTARIA Nº 694, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Portaria MEC nº 959, de 27 de setembro de 2013, que trata sobre os Colégios de Aplicação vinculados às Universidades Federais.

O MINISTRO DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º A Portaria MEC nº 959, de 27 de setembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º.....

.....

IV - ser o espaço preferencial para a prática da formação de professor realizada pela Universidade, articulada com a participação institucional no Programa de Incentivo à Docência - PIBID e/ou outros programas de apoio à formação de docentes." (NR)

"Art. 7º.....

I - garantia da participação da escola nos sistemas de avaliação da educação básica do Ministério da Educação, conforme o caso". (NR)

Art. 2º O Anexo da Portaria MEC nº 959, de 2013, passa a vigorar, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

VICTOR GODOY VEIGA

ANEXO

Colégios de Aplicação

IFES	UNIDADE DE EDUCAÇÃO BÁSICA
1. UFPA	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
2. UFRN	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3. UFPE	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
4. UFS	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
5. UFJF	COLÉGIO DE APLICAÇÃO JOÃO XXIII
6. UFV	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
7. UFU	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ESEBA
8. UFRJ	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
9. UFRGS	COLÉGIO DE APLICAÇÃO

10. UFSC	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
11. UFSC	NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - NDI
12. UFG	CEPAE
13. UFMG	CENTRO PEDAGÓGICO - CP
14. UFMA	COLÉGIO UNIVERSITÁRIO - COLUN
15. UFRR	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
16. UFF	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
17. UFAC	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
18. UFSM	UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO - UEIIA
19. UFCG	UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL/UAEI/CH/UFCG
20. UFPB	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - EEBAS
21. UFES	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIARTE
22. UFAL	UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFA TELMA VITORIA - UEIPTV
23. UFLA	NÚCLEO DE ESTUDO DA INFÂNCIA - NEDI
24. UFC	UNIDADE UNIVERSITÁRIA FEDERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

PORTARIA Nº 696, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 121/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201417248.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade Tijucussu, com sede na Rua Martim Francisco, nº 488, bairro Santa Paula, no município de São Caetano do Sul, estado de São Paulo, mantida pela UNIESP S.A., com sede na Rua Três de Dezembro, nº 38, Centro, no município de São Paulo, estado de São Paulo (CNPJ 19.347.410/0001-31).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 697, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 28/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 202023181.

Art. 2º Credenciar a FACULDADE APRIMORAR DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (cód. nº 2625), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Francisco Paes, nº 84, Centro, no município de São José dos Campos, no estado de São Paulo, mantida pela APRIMORAR EDUCACIONAL S.A. (cód. nº 17384), com sede no mesmo município e estado. (CNPJ 32.288.286/0001-49).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 698, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 1/2022, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201609841.

Art. 2º Indeferir o credenciamento da FACULDADE DO LITORAL SUL PAULISTA - FALS (cód. nº 1898), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Marechal Eurico Gaspar Dutra, nº 836, Bairro Canto do Forte, no município de Praia Grande, no estado de São Paulo, mantida pela SERVICOS EDUCACIONAIS DO LITORAL PAULISTA LTDA (cód. nº 1247), com sede no mesmo município e estado. (CNPJ 03.931.429/0001-90).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 699, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 37/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201905733.

Art. 2º Credenciar a FACULDADE EXATA EDUCACIONAL - FEE (cód. nº 23799), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Nossa Senhora de Nazaré, nº 1685, bairro Boa Vista, no município de Curitiba, no estado de Paraná, mantida pela FACULDADE EXATA EDUCACIONAL EIRELI (cód. nº 17258), com sede no mesmo município e estado. (CNPJ 32.054.747/0001-19).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 142, DE 23 SETEMBRO DE 2022

Altera o Anexo I da Portaria SEB nº 136, de 18 de agosto de 2022, que divulga o resultado prévio da avaliação pedagógica das obras didáticas inscritas e validadas no âmbito do Edital de Convocação CGPLI nº 1/2021 - PNLD 2023 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Objeto - 02 - Obras Didáticas: Livro e Manual de Práticas e Acompanhamento da Aprendizagem - destinadas aos estudantes e professores dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano).

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria MEC nº 849, de 22 abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da Portaria SEB nº 136, de 18 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, Edição Extra, de 22 de agosto de 2022, que divulga o resultado prévio da avaliação pedagógica das obras didáticas inscritas e validadas no âmbito do Edital de Convocação CGPLI nº 1/2021 - PNLD 2023 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Objeto - 02 - Obras Didáticas: Livro e Manual de Práticas e Acompanhamento da Aprendizagem - destinadas aos estudantes e professores dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), conforme abaixo, permanecendo inalteradas as demais proposições:

Onde se lê:

4551 P23 02 02 000 050	Geografia	Aprovada condicionada à correção de falhas pontuais

Leia-se:

0287 P23 02 02 000 050	Geografia	Aprovada condicionada à correção de falhas pontuais

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 1.781, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria de Processos Seletivos da Universidade Federal de Alfenas, no uso de suas atribuições legais, delegadas por meio da Portaria nº 1476/2022, de 11-08-2022, publicada no DOU em 11-08-2022, Seção 1, fls. 52 e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.011799/2021-95, resolve:

Prorrogar pelo período de 20-10-2022 a 19-10-2023, a validade do Processo Seletivo para Professor Substituto, realizado por meio do Edital nº 112/2021, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 146/2021, de 18-10-2021, publicado no DOU de 20-10-2021, Seção 3, fls. 83.

ROZÉLIS SALES DANZIGER

Vice-Diretora de Processos Seletivos

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PORTARIAS DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, nomeado pela Portaria GR/UFRPE nº 408/2020, de 13 de maio de 2020, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Nº 1.145 Art. 1º ALTERAR a Portaria GR/UFRPE nº 1.551/2019, de 03/12/2019, publicada no Diário Oficial da União de 04/12/2019, Seção 1, página 39, que alterou a Estrutura Organizacional da Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho - UACSA, conforme Resolução CONSU/UFRPE Nº 221/2022, incluindo na estrutura da Unidade o termo a seguir, permanecendo os demais termos inalterados, conforme DESPACHO Nº 49476/2022-DAP-PROGEPE, de 22/09/2022, constante no processo mencionado (Processo UFRPE nº 23082.014394/2022-30):

RESOLUÇÃO Nº221/2022	
--------	Seção de Planejamento Organizacional - SEPLAN. DADM

Nº 1.146 Art. 1º ALTERAR a Portaria GR/UFRPE nº 855/2022, de 01/08/2022, publicada no DOU de 02/08/2022, Seção 01, página 104, que alterou a Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, nos termos a seguir, permanecendo os demais termos

inalterados, conforme Despacho nº 49478/2022-DAP-PROGEPE, de 22/09/2022, constante no processo mencionado (Processo UFRPE nº 23082.029849/2021-31):
Onde se lê:
[...]

FG-06	Coordenação do Núcleo de Biotecnologia

Leia-se:
[...]

------	Coordenação do Núcleo de Biotecnologia

GABRIEL RIVAS DE MELO

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 1.195, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 922, de 28 de março de 2022, e a Portaria SENATRAN nº 965, de 25 de julho de 2022, com base no que consta no processo administrativo nº 50000.019867/2021-40, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022, licença de funcionamento à pessoa jurídica C.V.M INSPEÇÕES TÉNICAS VEICULAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.919.263/0001-46, situada no Município de Rio Verde - GO, Rua Um, S/N, Quadra U, Lote 01, Anexo Partes B e C, Cidade Empresarial Nova Aliança, CEP: 75.913-213, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 1.268, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 922, de 28 de março de 2022, e a Portaria SENATRAN nº 965, de 25 de julho de 2022, com base no que consta no processo administrativo nº 50000.015195/2022-84, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022, licença de funcionamento à pessoa jurídica VR MARTINS INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.184.596/0001-65, situada na Avenida Mascarenhas de Morais, nº 200, Galpão A, Quadra 02, Lote 03, Chácaras Rio-Petrópolis, CEP: 25.230.030, Município de Duque de Caxias - RJ, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 1.270, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 969, de 20 de junho de 2022, com base no que consta no processo administrativo nº 50000.000306/2022-58, resolve:

Art. 1º Esta Portaria credencia, por cinco anos, a partir da data de sua publicação, a pessoa jurídica BRASPLAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO VEICULAR LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 44.728.607/0001-68, localizada na Rua Pedro II, nº 1595, Bairro Macaúba, Teresina - PI, CEP: 64.016-090, para exercer a atividade de empresa fabricante de Placas de Identificação Veicular (PIV).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 1.257, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES, DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 7º da Portaria nº 46, de 11 de março de 2021, e;

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº 228, de 11 de outubro de 2007, do Ministro da Infraestrutura;

Considerando o constante dos autos do processo nº 50000.027565/2021-45, resolve:

Art. 1º. Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado de Pernambuco para o exercício de 2022 - 1ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º. Revogar o Anexo XVII da Portaria nº 1.475, de 03 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de dezembro de 2021, edição nº 232, seção 1, página 73.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE FERNANDES QUEIROZ

ANEXO

Unidade da Federação: Pernambuco

Processo nº 50000.027565/2021-45

1ª ALTERAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2022
Relação de Empreendimentos
A - Programa de Manutenção da Malha Rodoviária do Estado
Conservação Rotineira

Item/Ação	Rodovias	Trecho	Valor (R$)
1	PE-00l: PE-004: PE-005: PE-007: PE-008: PE-009: PE-014: PE-015: PE-017: PE-018: PE- 019: PE-020: PE-022: PE-024: PE-027: PE-028: PE-035: PE-037: PE-038: PE-041: PE-044: PE-049: PE-051: PE-060: PE-061: PE-062: PE-072: PE-075: PE-076: Acesso à Muro Alto. Ligação Porto/Serrambi. acessos diversos e aeródromos	1º Distrito Rodoviário	5.362.522,98
2	PE-090: PE-095: PE-097: PE-103: PE-109: PE-112: PE-120: PE-123; PE-130; PE-132; PE-145; PE-149; PE-160; PE-166; PE-180; PE-197; PE-217: PE-21 9: Acessos. Vicinais e Aeródromos	3º Distrito Rodoviário	2.450.000,00
3	PE-263: PE-264: PE-265: PE-275; PE-280; PE-283; PE-285; PE-292; PE-309: PE-320; PE-329; PE-336; PE-337; PE-350; PE-360; PE-365; PE-375 E PE-390	5º Distrito Rodoviário	3.370.000,00
4	BR-232/PE	Recife - Caruaru	2.813.593.00
5	PE-004; PE-040; PE-041; PE-050; PE-052; PE-053; PE-054; PE-059; PE-062; PE-074; PE-075; PE-082; PE-088; PE-089; PE-090; PE-091; PE-095; PE-102; PE-106; PE-121 e acessos	2º Distrito Rodoviário	1.500.000,00
6	PE-039; PE-042; PE-063; PE-064; PE-71 PE-085; PE-096; PE-099; PE-103; PE-126 e acessos	4º Distrito Rodoviário	1.500.000,00
7	PE-422; PE-425; PE-430; PE-435; PE-450; PE-475; PE-483; PE-499; PE-507; PE-510; PE- 520; PE-545; PE-555; PE-576; PE-604; PE-615 e acessos	6º Distrito Rodoviário	1.500.000,00
8	PE-158; PE-4170; PE-4177; PE-182; PE-187; PE-203; PE-217; PE-218; PE-223; PE-233; PE-270; PE-300.	7º Distrito Rodoviário	1.500.000,00
9	PE-550; PE-555; PE-573; PE-574; PE-604; PE-624; PE-625; PE-626; PE-634; PE-635; PE-636; PE-638; PE-639; PE-647; PE-655 e acessos.	8º Distrito Rodoviário	1.500.000,00
	Total do Programa A		**21.496.115,98**

Cronograma Financeiro Trimestral
Programa A
R$ 1,00

Ação	Rodovias	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
01	PE-00l: PE-004: PE-005: PE-007: PE-008: PE-009: PE-014: PE-015: PE-017: PE-018: PE-019: PE-020: PE-022: PE-024: PE-027: PE-028: PE-035: PE-037: PE-038: PE-041: PE-044: PE-049: PE-051: PE-060: PE-061: PE-062: PE-072: PE-075: PE-076: Acesso à Muro Alto. Ligação Porto/Serrambi. acessos diversos e aeródromos	**937.500,00**	**937.500,00**	**1.395.009,19**	**2.092.513,79**	**5.362.522,98**
02	PE-090: PE-095: PE-097: PE-103: PE-109: PE-112: PE-120: PE-123; PE-130; PE-132; PE-145; PE-149; PE-160; PE-166; PE-180; PE-197; PE-217: PE-21 9: Acessos. Vicinais e Aeródromos	**237.500,00**	**237.500,00**	**790.000,00**	**1.185.000,00**	**2.450.000,00**
03	PE-263: PE-264: PE-265: PE-275; PE-280; PE-283; PE-285; PE-292; PE-309: PE-320; PE-329; PE-336; PE-337; PE-350; PE-360; PE-365; PE-375 E PE-390	**467.500,00**	**467.500,00**	**974.000,00**	**1.461.000,00**	**3.370.000,00**
04	BR-232/PE	**703.398,23**	**703.398,23**	**562.718,60**	**844.077,90**	**2.813.593,00**
05	PE-004; PE-040; PE-041; PE-050; PE-052; PE-053; PE-054; PE-059; PE-062; PE-074; PE-075; PE-082; PE-088; PE-089; PE-090; PE-091; PE-095; PE-102; PE-106; PE-121 e acessos	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**900.000,00**	**1.500.000,00**
06	PE-039; PE-042; PE-063; PE-064; PE-71 PE-085; PE-096; PE-099; PE-103; PE-126 e acessos	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**900.000,00**	**1.500.000,00**
07	PE-422; PE-425; PE-430; PE-435; PE-450; PE-475; PE-483; PE-499; PE-507; PE-510; PE-520; PE-545; PE-555; PE-576; PE-604; PE-615 e acessos	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**900.000,00**	**1.500.000,00**
08	PE-158; PE-4170; PE-4177; PE-182; PE-187; PE-203; PE-217; PE-218; PE-223;	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**900.000,00**	**1.500.000,00**

	PE-233; PE-270; PE-300.					
09	PE-550; PE-555; PE-573; PE-574; PE-604; PE-624; PE-625; PE-626; PE-634; PE-635; PE-636; PE-638; PE-639; PE-647; PE-655 e acessos.	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**900.000,00**	**1.500.000,00**
Total		**2.345.89825**	**2.345.898,25**	**6.721.727,71**	**10.082.591,69**	**21.496.115,98**

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 691, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a Emenda nº 06 ao RBAC nº 139.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício das competências que lhe conferem o art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XXI e XXX, da mencionada Lei e considerando o que consta do processo nº 00058.004182/2019-41, deliberado e aprovado na 16ª Reunião Deliberativa, realizada em 20 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Resolução, a Emenda nº 06 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, intitulado "Certificação Operacional de Aeroportos", em substituição integral à Emenda nº 05 do referido Regulamento.

Parágrafo único. A Emenda de que trata esta Resolução encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º A Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária - SIA, no prazo de 30 (trinta) dias, considerando o risco operacional, emitirá avaliação de pertinência da continuidade do processo de certificação operacional dos operadores de aeródromo cujo processo para obtenção de Certificado Operacional de Aeroporto esteja em andamento.

Art. 3º Permanecerão em vigor as medidas mitigadoras e as limitações operacionais aplicada aos operadores de aeródromo em Portaria específica da SIA em face de identificação de risco por não cumprimento de obrigação de obtenção de Certificado Operacional de Aeroporto.

Art. 4º Ficam revogados:

I - a Resolução nº 96, de 11 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 12 de maio de 2009, Seção 1, página 145, que aprovou o RBAC nº 139, Emenda nº 00;

II - o art. 2º da Resolução nº 240, de 26 de junho de 2012, publicada no DOU de 3 de julho de 2012, Seção 1, página 2, que aprovou o RBAC nº 139, Emenda nº 01;

III - a Resolução nº 299, de 16 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 18 de dezembro de 2013, Seção 1, página 4, que aprovou o RBAC nº 139, Emenda nº 02;

IV - a Resolução nº 320, de 27 de maio de 2014, publicada no DOU de 30 de maio de 2014, Seção 1, página 53, que aprovou o RBAC nº 139, Emenda nº 03;

V - a Resolução nº 351, de 19 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 24 de dezembro de 2014, Seção 1, página 6. que aprovou o RBAC nº 139, Emenda nº 04;

VI - a Resolução nº 371, de 15 de dezembro de 2015, publicada no DOU de 17 de dezembro de 2015, Seção 1, página 5, que aprovou o RBAC nº 139, Emenda nº 05;

VII - a Resolução nº 651, de 1º de dezembro de 2021, publicada no DOU de 2 de dezembro de 2021, Seção 1, página 90;

VIII - a Tabela "I - CERTIFICAÇÃO OPERACIONAL DE AEROPORTOS - Operador de Aeródromo" do Anexo III à Resolução nº 472, de 6 de junho de 2018, publicada no DOU de 7 de junho de 2018, Seção 1, página 74;

IX - a Portaria nº 908/SIA, de 13 de abril de 2016, publicada no DOU de 14 de abril de 2016, Seção 1, página 9;

X - a Portaria nº 2.636/SIA, de 3 de outubro de 2016, publicada no DOU de 6 de outubro de 2016, Seção 1, página 69;

XI - a Portaria nº 3.173/SIA, de 15 de setembro de 2017, publicada no DOU de 21 de setembro de 2017, Seção 1, página 145;

XII - a Portaria nº 389/SIA, de 5 de fevereiro de 2018, publicada no DOU de 19 de fevereiro de 2018, Seção 1, página 73;

XIII - a Portaria nº 1241/SIA, de 16 de abril de 2018, publicada no DOU de 18 de abril de 2018, Seção 1, página 271;

XIV - a Portaria nº 2.830/SIA, de 11 de setembro de 2018, publicada no DOU de 14 de setembro de 2018, Seção 1, página 67;

XV - a Portaria nº 3.193/SIA, de 11 de outubro de 2018, publicada no DOU de 17 de outubro de 2018, Seção 1, página 132;

XVI - a Portaria nº 1.090/SIA, de 8 de abril de 2019, publicada no DOU de 11 de abril de 2019, Seção 1, página 217;

XVII - a Portaria nº 3.344/SIA, de 28 de outubro de 2019, publicada no DOU de 30 de outubro de 2019, Seção 1, página 44;

XVIII - a Portaria nº 327/SIA, de 4 de fevereiro de 2020, publicada no DOU de 6 de fevereiro de 2020, Seção 1, página 7;

XIX - a Portaria nº 1.270/SIA, de 12 de maio de 2020, publicada no DOU de 15 de maio de 2020, Seção 1, página 34;

XX - a Portaria nº 1.285/SIA, de 13 de maio de 2020, publicada no DOU de 15 de maio de 2020, Seção 1, página 34;

XXI - a Portaria nº 1.310/SIA, de 13 de maio de 2020, publicada no DOU de 21 de maio de 2020, Seção 1, página 107;

XXII - a Portaria nº 3.215/SIA, de 10 de novembro de 2020, publicada no DOU de 13 de novembro de 2020, Seção 1, página 116;

XXIII - a Portaria nº 4.290/SIA, de 19 de fevereiro de 2021, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2021, Seção 1, página 30;

XXIV - a Portaria nº 4.388/SIA, de 2 de março de 2021, publicada no DOU de 5 de março de 2021, Seção 1, página 113;

XXV - a Portaria nº 5.279/SIA, de 24 de junho de 2021, publicada no DOU de 30 de junho de 2021, Seção 1, página 114;

XXVI - a Portaria nº 5.752/SIA, de 23 de agosto de 2021, publicada no DOU de 26 de agosto de 2021, Seção 1, página 37;

XXVII - a Portaria nº 5.943/SIA, de 16 de setembro de 2021, publicada no DOU de 20 de setembro de 2021, Seção 1, página 46;

XXVIII - a Portaria nº 7.200/SIA, de 8 de fevereiro de 2022, publicada no DOU de 15 de fevereiro de 2022, Seção 1, página 97;

XXIX - a Portaria nº 7.398/SIA, de 2 de março de 2022, publicada no DOU de 9 de março de 2022, Seção 1, página 85;

XXX - a Portaria nº 9.255/SIA, de 22 de setembro de 2022, publicada no DOU de 23 setembro de 2022, Seção 1, página 63;

XXXI - a Portaria nº 1.222/SIA, de 13 de abril de 2018, publicada no DOU de 18 de abril de 2018, Seção 1, página 270; e

XXXII - o art. 3º da Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, publicada no DOU de 16 de novembro de 2018, Seção 1, página 140.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN

Diretor-Presidente

ANEXO

REGULAMENTO BRASILEIRO DA AVIAÇÃO CIVIL - RBAC Nº 139 - EMENDA Nº 06

CERTIFICAÇÃO OPERACIONAL DE AEROPORTOS

SUBPARTE A

GERAL

139.1 Aplicabilidade

(a) Este Regulamento é de cumprimento obrigatório pelo operador de aeródromo que atua em aeródromo civil que seja destinado às aeronaves nacionais ou estrangeiras na realização de serviços internacionais, regulares ou não regulares.

(1) A ANAC poderá estabelecer obrigação de obtenção de Certificado Operacional de Aeroporto a qualquer aeródromo civil quando identificado risco à segurança das operações que justifique.

(b) Operador de aeródromo que processe ou pretenda processar operações regulares domésticas regidas pelo RBAC nº 121 e que não seja obrigado a ser detentor de Certificado Operacional de Aeroporto deverá cumprir elementos mínimos de infraestrutura e de segurança operacional estabelecidos em ato específico a ser publicado pela Superintendência responsável pela infraestrutura aeroportuária.

(c) O operador de aeródromo e demais pessoas, naturais ou jurídicas, que atuem em sítio aeroportuário localizado em área de fronteira internacional devem seguir, além do disposto neste Regulamento, as restrições e definições impostas em acordo(s) firmado(s) com o(s) país(es) limítrofe(s).

(d) O operador de aeródromo que não seja obrigado a ser detentor de Certificado Operacional de Aeroporto pode requerer espontaneamente a obtenção de Certificado Operacional de Aeroporto para melhoria das condições operacionais ou para cumprimento de contratos, convênios ou outros instrumentos particulares, ficando obrigado ao cumprimento deste regulamento.

(e) Este Regulamento aplica-se, no que couber, aos operadores aéreos.

(f) Este Regulamento não se aplica aos heliportos e helipontos.

139.3 Termos e definições

(a) Para efeito deste Regulamento aplicam-se os termos e definições estabelecidos a seguir, bem como aqueles disponíveis no RBAC 01, denominado "Definições, Regras de Redação e Unidades de Medida para uso nos RBAC", no RBAC 153, denominado "Aeródromos - Operação, Manutenção e Resposta à Emergência", no RBAC 154, denominado "Projeto de Aeródromos", e demais normas relacionadas à matéria.

(1) Acordo Específico para Certificação Operacional do Aeroporto é acordo inicial e prévio ao processo de certificação, firmado entre o operador de aeródromo e a ANAC, com estabelecimento de prazos e ações necessárias para a concessão de Certificado Operacional de Aeroporto.

(2) Autorização de Operações Especiais significa a autorização para condução de operação mais exigente que aquela delimitada pelo código de referência do aeródromo.

(3) Certificado Operacional de Aeroporto significa o documento emitido pela ANAC que autoriza o detentor a operar o referido aeroporto conforme o Manual de Operações do Aeródromo (MOPS) aprovado pela ANAC e identifica os serviços aéreos autorizados, por meio das especificações operativas.

(4) Compromisso de Ações Corretivas (CAC): acordo formal firmado entre o operador de aeródromo e a ANAC, contendo as ações e os prazos para implementação dos elementos mínimos de infraestrutura e de segurança operacional ou para correção de não conformidades identificadas no processo de certificação junto com as medidas mitigadoras adicionais para eliminação ou mitigação dos riscos.

(5) Especificações operativas significa o conjunto de informações que caracterizam a operação que pode ser conduzida no aeródromo, considerando a infraestrutura disponível e os procedimentos estabelecidos no Manual de Operações do Aeródromo (MOPS), assim como as restrições de uso do aeródromo.

(6) Estudo Aeronáutico significa o estudo elaborado pelo operador de aeródromo que documenta a avaliação do impacto de não-conformidades em relação aos padrões estabelecidos no RBAC nº 154, quantificando os riscos associados e estabelecendo soluções alternativas que alcancem um nível aceitável de segurança operacional, podendo conter uma ou mais Análises de Impacto sobre a Segurança Operacional (AISO) ou Estudos de Compatibilidade.

(7) Estudo de Compatibilidade significa o estudo elaborado pelo operador de aeródromo para avaliar a compatibilidade da operação da aeronave crítica com os elementos da infraestrutura do aeródromo que serão utilizados por ela, utilizando o código de referência de aeródromo como metodologia de referência para guiar a análise, podendo ser realizado para avaliar os impactos da introdução de um tipo de aeronave ou procedimento que represente uma operação mais exigente que aquela autorizada pelas especificações operativas do aeródromo.

(8) Manual de Operações do Aeródromo (MOPS) significa o documento, ou conjunto de documentos, elaborado pelo operador de aeródromo, contendo as regras, padrões e práticas adotadas no sítio aeroportuário.

(9) Operação mais exigente significa a operação de aeronave que exija a majoração de ao menos um dos elementos do código de referência do aeródromo ou a utilização de procedimentos para aproximação ou decolagem que demandem requisitos mais exigentes.

(10) Sítio aeroportuário significa toda a área patrimonial do aeródromo.

139.5 Siglas

CAC significa Compromisso de Ações Corretivas.

IFR - Instrument Flight Rules significa regras de voo por instrumentos.

MOPS significa Manual de Operações do Aeródromo.

VFR - Visual Flight Rules significa regras de voo visual.

139.7 a 139.99 [Reservado]

SUBPARTE B

CERTIFICAÇÃO OPERACIONAL DE AEROPORTO

139.101 Obrigatoriedade de obtenção do Certificado Operacional de Aeroporto

(a) Operadores de aeródromos que se enquadram no parágrafo 139.1(a) devem ser detentores de Certificado Operacional de Aeroporto.

(b) Todo detentor de Certificado Operacional de Aeroporto deve manter o MOPS conforme a Subparte D deste Regulamento.

139.103 [Reservado]

139.105 Requisitos para obtenção de Certificado Operacional de Aeroporto

(a) O Certificado Operacional de Aeroporto será concedido após o atendimento às seguintes condições:

(1) apresentação de requerimento formal em conformidade com o disposto na seção 139.205, no prazo estabelecido no Acordo Específico para Certificação Operacional do Aeroporto;

(2) existência de cadastro atualizado do aeródromo perante a ANAC;

(3) [reservado]

(4) apresentação de MOPS em conformidade com o disposto na Subparte D deste Regulamento; e

(5) obtenção de parecer favorável no processo de certificação de que dispõe a Subparte C deste Regulamento.

(b) A não apresentação de informações necessárias ou o descumprimento das condições previstas no parágrafo 139.105(a) acarretará o indeferimento do requerimento de Certificado Operacional de Aeroporto.

139.107 Validade do Certificado Operacional de Aeroporto

(a) O Certificado Operacional de Aeroporto é concedido com prazo de validade indefinido e perderá sua eficácia nos seguintes casos:

(1) renúncia do detentor;
(2) sucessão do detentor por outro operador de aeródromo; ou
(3) cassação.
(b) A ANAC dará publicidade ao ato administrativo que determinar a expedição ou cassação do Certificado.
139.109 Especificações operativas
(a) O Certificado Operacional de Aeroporto conterá no mínimo as seguintes informações gerais em suas especificações operativas:
(1) código de referência de aeródromo;
(2) tipo de operação por pista/cabeceira:
(i) VFR, IFR ou ambos;
(ii) não precisão, precisão e sua categoria;
(iii) diurna, noturna ou ambos;
(3) Categoria Contraincêndio do Aeródromo (CAT);
(4) Autorizações de Operações Especiais, se existentes;
(5) restrições operacionais em virtude de nível equivalente de segurança ou isenção.
(b) O Certificado Operacional de Aeroporto poderá conter restrições em suas especificações operativas, quando fundamentadas, referentes a:
(1) classes e tipos de aeronaves; e
(2) serviços aéreos.
139.111 [Reservado]
139.113 [Reservado]
139.115 Certificado Operacional Provisório de Aeroporto
(a) Para atendimento à exigência do parágrafo 139.101(a), a ANAC poderá conceder Certificado Operacional Provisório de Aeroporto à pessoa destinatária do direito de operar aeródromo civil no caso de sucessão de operador de aeródromo anteriormente certificado.
(b) Para fins de obtenção de Certificado Operacional Provisório de Aeroporto, o novo operador de aeródromo deverá apresentar os seguintes documentos, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data pretendida para a assunção das operações aeroportuárias:
(1) requerimento formal conforme modelo disponibilizado pela ANAC;
(2) declaração de ratificação e cumprimento integral do MOPS do antigo operador de aeródromo;
(3) designação do(s) responsável(is) operacional(is), conforme definido no parágrafo 153.15(a) do RBAC nº 153;
(4) plano para o treinamento dos novos profissionais contratados para trabalharem na área operacional do aeródromo ou em atividades relacionadas com a segurança operacional, de acordo os requisitos da seção 153.37 do RBAC nº 153; e
(5) declaração de compromisso de correção das não conformidades inconclusas por parte do antigo operador de aeródromo junto à ANAC.
(c) O Certificado Operacional Provisório de Aeroporto supre a exigência contida no parágrafo 139.101(a) durante sua vigência e imputa ao seu detentor todas as obrigações e deveres decorrentes deste Regulamento, inclusive à obtenção de Certificado Operacional de Aeroporto.
(d) O Certificado Operacional Provisório de Aeroporto tem validade de até 12 (doze) meses e será extinto com a outorga do Certificado Operacional de Aeroporto ou o advento de seu termo, podendo ser renovado uma única vez, por igual período, a critério da ANAC.
139.117 Emendas ao Certificado Operacional de Aeroporto
(a) O Certificado Operacional de Aeroporto poderá ser alterado nos seguintes casos:
(1) quando houver alteração das características físicas ou operacionais do aeródromo que reflitam nas especificações operativas, desde que a alteração respeite as exigências previstas no parágrafo 139.105(a); ou
(2) quando for avaliado pelo operador de aeródromo ou pela ANAC que houve incremento do risco à segurança operacional do aeródromo que torne necessária a alteração de características físicas ou procedimentos operacionais.
139.119 a 139.199 [Reservado]
SUBPARTE C
PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO OPERACIONAL DE AEROPORTO
139.201 Fases do processo de certificação operacional de aeroporto
(a) O processo de Certificação Operacional de Aeroportos compreende as seguintes fases:
(1) requerimento formal;
(2) avaliação do requerimento;
(3) inspeção de certificação; e
(4) certificação.
(b) Verificada a ausência de informações ou documentos necessários à instrução do processo de certificação ou constatada discrepância entre as informações fornecidas e as condições observadas na inspeção de certificação, a ANAC poderá sobrestar a tramitação do processo e fixar prazo para a apresentação dos esclarecimentos necessários.
(c) O não atendimento ao prazo fixado pela ANAC de acordo com o parágrafo 139.201(b) ou a omissão do requerente em promover os atos e diligências que lhe competirem importarão no arquivamento do processo.
139.203 [Reservado]
139.205 Requerimento formal
(a) O requerimento para emissão ou emenda de Certificado Operacional de Aeroporto deve ser formulado pelo operador de aeródromo, conforme modelo disponibilizado pela ANAC, e deve conter:
(1) definição das especificações operativas a serem incluídas ou alteradas no Certificado;
(2) o MOPS em formato digital, conforme a Subparte D deste Regulamento; e
(3) a Declaração de Conformidade do MOPS, conforme modelo disponibilizado pela ANAC.
139.207 Avaliação do requerimento
(a) O requerimento de Certificado Operacional de Aeroporto será avaliado pela ANAC quanto aos seguintes aspectos:
(1) regularidade formal do requerimento e dos documentos acessórios;
(2) capacidade técnico-operacional do operador de aeródromo e de sua organização para a gestão aeroportuária, conforme subparte B do RBAC 153;
(3) compatibilidade entre a operação da aeronave crítica pretendida e as características físicas e operacionais do aeródromo, incluindo eventuais solicitações de isenções ou níveis equivalentes de segurança;
(4) características físicas e operacionais especificadas no MOPS, de forma a verificar o cumprimento das normas técnicas vigentes; e
(5) conteúdo do MOPS em relação ao disposto na Subparte D deste Regulamento.
(b) Ao final desta fase, a ANAC:
(1) notificará o requerente quanto ao resultado da análise, podendo solicitar providências complementares e fixar prazo para atendimento; e
(2) se julgado procedente o requerimento, quando necessário, agendará inspeção de certificação destinada a avaliar as características físicas e operacionais do aeródromo e atestar sua conformidade com o MOPS.
139.209 Inspeção de certificação
(a) A inspeção de certificação tem por objetivo verificar se as regras, padrões e práticas adotadas correspondem àquelas constantes do MOPS e engloba os aspectos relacionados à segurança operacional, em especial:
(1) Organização do operador de aeródromo: verificação de documentos do aeródromo, incluindo constituição do operador de aeródromo, responsáveis pelas atividades operacionais, qualificação dos responsáveis pelas atividades operacionais ou por atividades específicas, treinamento dos profissionais que exercem atividades específicas e Programa de Instrução em Segurança Operacional (PISOA);
(2) Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO): verificação da implementação do MOPS quanto ao Manual de Gerenciamento da Segurança Operacional (MGSO), englobando a política e objetivos de segurança operacional, gerenciamento dos riscos de segurança operacional, garantia da segurança operacional, promoção da segurança operacional, planejamento formal para implantação do SGSO;
(3) Gerenciamento do Risco da Fauna: verificação da implementação do MOPS quanto à identificação do perigo da fauna, monitoramento da fauna no sítio aeroportuário, implantação de técnicas para exclusão ou modificação de habitat atrativo de animais, procedimentos administrativos referentes ao programa de gerenciamento do risco da fauna, rotina de procedimentos constantes no Programa de Gerenciamento do Risco da Fauna (PGRF);
(4) Operações Aeroportuárias: verificação da implementação do MOPS para posicionamento de equipamentos na área operacional do aeródromo, condição operacional para a infraestrutura disponível, proteção da área operacional, Sistema de Orientação e Controle da Movimentação no Solo (SOCMS), movimentação de aeronaves, veículos, equipamentos e pessoas na área operacional, acesso e permanência na área de manobras, prevenção de incursão em pista, gerenciamento do pátio de aeronaves, alocação de aeronaves no pátio, estacionamento de aeronaves no pátio, abordagem à aeronave, abastecimento e transferência do combustível da aeronave, processamento de passageiros, bagagens, mala postal e carga aérea, liberação de aeronave, operações em baixa visibilidade, monitoramento da condição física e operacional do aeródromo;
(5) Manutenção Aeroportuária: verificação da implementação do MOPS quanto ao sistema de manutenção aeroportuária, áreas pavimentadas incluindo pista de pouso e decolagem, pista de táxi e pátio de estacionamento de aeronaves, vias de circulação de veículos, equipamentos e pessoas, áreas não-pavimentadas, áreas verdes, sistema de drenagem, auxílios visuais para navegação e indicação de áreas de uso restrito, sistema elétrico, proteção da área operacional, equipamentos, veículos e sinalização viária da área operacional;
(6) Resposta à Emergência Aeroportuária: verificação da implementação do MOPS quanto aos recursos necessários para o atendimento às emergências aeroportuárias, que incluem ambulâncias, Centro de Operações de Emergência (COE), Posto de Coordenação Móvel (PCM), Recursos externos, mapas de grade interno e externo, Plano de Emergência em Aeródromo (PLEM), Plano de Remoção de Aeronaves Inoperantes e Desinterdição de Pista (PRAI), Plano Contraincêndio de Aeródromo (PCINC), exercícios simulados de emergência em aeródromo, Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromo (SESCINC), Categoria Contraincêndio do Aeródromo (CAT), agentes extintores, Carros Contraincêndio de Aeródromo (CCI), veículos de apoio às operações do SESCINC, proteção individual dos bombeiros de aeródromo, materiais e equipamentos de apoio às operações de resgate e combate a incêndio, sistemas de comunicação e alarme, provisão de recursos humanos para o SESCINC, Seção Contraincêndio de Aeródromo (SCI), tempo-resposta do SESCINC, procedimentos operacionais do SESCINC.
(b) Após a inspeção, a ANAC elaborará relatório técnico, que consolidará as eventuais não conformidades identificadas e formalizará o parecer sobre as características físicas e operacionais em relação às informações apresentadas no MOPS.
(c) A ANAC notificará o requerente quanto aos resultados da inspeção de certificação, podendo fixar prazo para eventual adequação do MOPS.
(d) A ANAC poderá arquivar o processo de certificação operacional do aeródromo, nos seguintes casos:
(1) quando constatada a impossibilidade de correção das não conformidades identificadas pela ANAC; e
(2) quando o requerente não apresentar condições técnico-operacionais de operar o aeródromo conforme peticionado, descumprindo as condições estabelecidas na seção 139.105.
139.211 Certificação
(a) Concluída a inspeção de certificação e obtido o relatório técnico, a ANAC decidirá sobre a outorga do Certificado Operacional de Aeroporto considerando o resultado das fases anteriores do processo de certificação, o conjunto formado pelas características físicas e operacionais do aeródromo, bem como eventuais isenções ou níveis equivalentes de segurança deferidos.
(1) A ANAC poderá exigir do requerente a apresentação de um CAC com meios e prazos para eliminar as não conformidades, assim como medidas para mitigação do risco associado a cada não conformidade enquanto não é sanada definitivamente.
(b) Julgado procedente o processo de certificação operacional, a ANAC promoverá:
(1) a aprovação do MOPS;
(2) a aceitação do Compromisso de Ações Corretivas (CAC);
(3) a publicação em meio oficial da decisão administrativa de outorga do Certificado Operacional de Aeroporto;
(4) a expedição do Certificado Operacional de Aeroporto em nome do requerente, contendo as especificações operativas do aeródromo; e
(5) a solicitação de divulgação das informações aeronáuticas sobre o aeródromo nas Publicações de Informações Aeronáuticas (AIP).
139.213 Vigilância continuada
(a) Após a concessão do Certificado Operacional de Aeroporto, a ANAC realizará a vigilância continuada, inclusive por meio de inspeções, para verificação da manutenção das características físicas e operacionais do aeródromo e demais elementos que ensejaram a concessão do Certificado.
(b) Caso a vigilância continuada identifique não conformidade quanto aos requisitos estabelecidos neste Regulamento, a ANAC poderá adotar as medidas previstas na seção 139.403.
139.215 a 139.299 [Reservado]
SUBPARTE D
MANUAL DE OPERAÇÕES DO AERÓDROMO (MOPS)
139.301 Preparação e apresentação do MOPS
(a) O requerente ou detentor de Certificado Operacional de Aeroporto deve elaborar e manter atualizado um MOPS que permita padronizar os serviços e facilitar a gestão aeroportuária, a comunicação e a instrução de seu pessoal e demais provedores de serviços diretamente relacionados à operação do aeródromo.
139.303 Disponibilização de acesso ao MOPS
(a) Todo detentor de Certificado Operacional de Aeroporto deve disponibilizar o acesso ao conteúdo atualizado do MOPS ao seu pessoal e demais provedores de serviços diretamente relacionados à operação do aeródromo.
(b) O detentor de Certificado Operacional de Aeroporto deve assegurar que a ANAC tenha a versão completa e atualizada do MOPS, incluindo quaisquer revisões de acordo com a seção 139.305.
(c) Um exemplar atualizado do MOPS deve ser disponibilizado durante inspeção da ANAC ao aeródromo.
139.305 Revisão do MOPS
(a) O MOPS e suas revisões são aprovados desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste Regulamento, após análise de seu conteúdo em relação às normas vigentes.
(b) Todo detentor de Certificado Operacional de Aeroporto deve manter o MOPS atualizado e realizar o controle de emendas, revisando-o para incorporar modificações de características físicas, operacionais e outros procedimentos ou práticas adotadas, além de eventuais alterações exigidas pela ANAC.
(c) [Reservado]
(d) [Reservado]
(e) O detentor de Certificado Operacional de Aeroporto deve submeter à aprovação prévia da ANAC somente as modificações do MOPS que venham promover alterações de:
(1) especificações operativas do aeródromo, nos seguintes casos:
(i) majoração no número ou letra do Código de Referência de Aeródromo;
(ii) alteração do tipo de operação por pista ou cabeceira;
(iii) autorização de operações especiais;

(2) características físicas do aeródromo, nos casos de implementação de nova pista de pouso e decolagem, nova pista de táxi, novo pátio de aeronaves e nova área de aproximação final e decolagem de helicópteros (FATO); e

(3) procedimentos em virtude de atualizações de regulamentação técnica.

(f) As alterações que não estejam enquadradas nos casos listados no parágrafo 139.305(e) dispensam aprovação prévia da ANAC, podendo ser feitas por procedimento interno do operador de aeródromo.

139.307 Inclusão de Isenções e Níveis Equivalentes de Segurança no MOPS

(a) O detentor de Certificado Operacional de Aeroporto deve indicar no MOPS as eventuais Isenções e eventuais níveis equivalentes de segurança deferidos pela ANAC, incorporando ao MOPS os respectivos procedimentos operacionais aprovados como medidas mitigadoras.

139.309 [Reservado]

139.311 Conteúdo do MOPS

(a) O MOPS deve conter as informações necessárias e suficientes para o adequado entendimento e desempenho dos processos pelo pessoal operacional, considerando as particularidades aplicáveis ao aeródromo, incluindo, no mínimo, os seguintes assuntos:

(1) organograma do operador de aeródromo;

(2) procedimento de revisão do conteúdo e de controle de revisões do MOPS;

(3) identificação das responsabilidades pela execução das atividades do MOPS e para acesso à área operacional;

(4) descrição do aeródromo, contendo informações sobre suas características físicas e operacionais:

(i) orientação, resistência, dimensões e tipos de piso da pista de pouso e decolagem;

(ii) localização, configuração, dimensões, resistência e tipos de piso de táxi e dos pátios de aeronaves;

(iii) informações sobre o SESCINC;

(iv) auxílios visuais e de navegação aérea instalados no aeródromo; e

(v) sistemas elétricos primário e secundário;

(5) lista de níveis equivalentes de segurança e isenções concedidos pela ANAC, bem como os procedimentos identificados como medidas mitigadoras adicionais;

(6) especificações operativas do aeródromo:

(i) aeronave crítica pretendida;

(ii) código de referência do aeródromo;

(iii) tipo de operação em cada cabeceira (IFR precisão, não precisão, VFR); e

(iv) restrições de classes e tipos de aeronaves e serviços aéreos permitidos no aeródromo, se aplicável;

(7) procedimentos do operador de aeródromo sobre:

(i) requisitos e treinamentos para o pessoal de atividade operacional;

(ii) gerenciamento da segurança operacional;

(iii) operações aeroportuárias;

(iv) manutenção aeroportuária;

(v) gerenciamento do risco da fauna;

(vi) resposta à emergência.

(b) Os requisitos referentes aos assuntos descritos no parágrafo 139.311(a) estão identificados na Declaração de Conformidade do MOPS.

139.313 a 139.399 [Reservado]

SUBPARTE E

OBRIGAÇÕES, PROVIDÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

139.401 Obrigações

(a) O detentor de Certificado Operacional de Aeroporto deve observar as normas e os procedimentos operacionais especificados no MOPS aprovado pela ANAC.

(1) O operador de aeródromo que se enquadre no disposto no parágrafo 139.1(b) deve manter elementos mínimos de infraestrutura e de segurança operacional de acordo com as normas da ANAC.

(b) O detentor de Certificado Operacional de Aeroporto deve proibir que operações mais exigentes que as especificações operativas contidas em seu Certificado sejam realizadas, exceto quando houver Avaliação de Impacto sobre a Segurança Operacional (AISO) e Procedimentos Específicos de Segurança Operacional (PESO) dessas operações, aceitos pela ANAC.

(c) O operador de aeródromo deve cumprir as obrigações e os prazos fixados no CAC, quando houver essa obrigação.

(d) O detentor de Certificado Operacional de Aeroporto deve compatibilizar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) com as especificações operativas aprovadas pela ANAC, e deve adotar medidas e ações necessárias à aprovação do PBZPA junto ao Comando da Aeronáutica.

(e) A inobservância de quaisquer requisitos, procedimentos ou obrigações estabelecidas neste Regulamento, na legislação brasileira correlacionada, no MOPS ou no CAC ensejará a emissão de comunicação ao detentor de Certificado Operacional de Aeroporto, contendo a descrição da não conformidade detectada e o prazo para sua correção, salvo quando comprometa a segurança operacional em nível de risco não aceitável pela ANAC.

(1) A comunicação não constitui sanção ao regulado e tem por objetivo estimular o retorno ao cumprimento do requisito de forma célere e eficaz previamente à adoção de procedimentos para aplicação das providências administrativas decorrentes do exercício das atividades de fiscalização.

(2) O detentor de Certificado Operacional de Aeroporto deverá comprovar a correção da não conformidade dentro do prazo estabelecido na comunicação, sob pena de adoção de outras providências administrativas.

(3) A comunicação não será aplicada para condições que possam afetar ou elevar o risco à segurança das operações, nem para casos críticos que justifiquem a imposição de providência administrativa mais gravosa.

139.403 Providências administrativas e consequências administrativas

(a) Diante de situação em que se verifique risco significativo à segurança das operações no aeródromo, a ANAC poderá adotar as providências acautelatórias necessárias à mitigação do risco.

(b) Findo o processo de certificação sem outorga do Certificado Operacional de Aeroporto ou do Certificado Operacional Provisório de Aeroporto, ou quando descumpridos os elementos mínimos de infraestrutura e de segurança operacional, o operador de aeródromo estará suscetível à aplicação das seguintes consequências administrativas:

(1) adoção de medidas mitigadores adicionais, visando garantir um nível aceitável de segurança operacional;

(2) imposição de restrições operacionais;

(3) congelamento das frequências do aeroporto;

(4) limitação da aeronave crítica e respectiva frequência semanal de operação;

(5) redução gradativa de frequências das operações até determinado limite que será fixado pela ANAC no caso concreto;

(6) suspensão das operações.

(c) O operador de aeródromo poderá firmar um CAC para evitar ou suspender a aplicação das consequências previstas no parágrafo 139.403(b).

(1) O operador de aeródromo estará suscetível às consequências previstas no parágrafo 139.403(b) em caso de descumprimento do CAC.

(d) A aplicação de providências administrativas acautelatórias e consequências administrativas terá efeitos imediatos e não prejudicará a aplicação de eventuais sanções.

(e) As violações ao previsto neste Regulamento sujeitam o infrator às providências administrativas estabelecidas no art. 289 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, e em ato normativo específico da ANAC que estabelece procedimentos para providências administrativas decorrentes do exercício das atividades de fiscalização, adotando-se, para as infrações praticadas, os valores de multa previstos Apêndice A.

139.405 a 139.499 [Reservado]

SUBPARTE F

ISENÇÕES E NÍVEIS EQUIVALENTES DE SEGURANÇA

139.501 Análise e aprovação de isenções

(a) Todo requerente ou detentor de Certificado Operacional de Aeroporto pode solicitar à ANAC isenção de requisito regulamentar, nos moldes definidos no RBAC 11 - "Procedimentos e normas gerais para a elaboração de regras e emendas aos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil" ou norma que o substitua ou atualize.

(b) Uma petição de isenção deve ser fundamentada por Análise de Impacto sobre a Segurança Operacional (AISO), Estudo Aeronáutico ou Estudo de Compatibilidade, demonstrando que as operações podem ser mantidas dentro de um nível aceitável de segurança operacional.

(c) Na análise da petição de isenção, além dos requisitos estabelecidos na seção 11.25 do RBAC 11, a ANAC avaliará os seguintes aspectos:

(1) coordenação entre as partes interessadas, incluindo:

(i) operador de aeródromo;

(ii) operador de aeronave;

(iii) órgão ATS;

(iv) prestadores de serviço que atuam no sítio aeroportuário;

(v) autoridades públicas;

(2) avaliação dos riscos envolvidos, com base em argumentos documentados;

(3) proposição de medidas para eliminação ou mitigação dos riscos;

(4) definição de prazos e responsáveis pela implementação das medidas propostas.

(d) Após a análise da petição de isenção, a ANAC poderá:

(1) conceder a isenção temporária ou permanente, conforme peticionado pelo requerente ou detentor de Certificado Operacional de Aeroporto;

(2) solicitar ao peticionário alteração da petição, caso algum risco tenha sido subestimado ou não identificado, a fim de se obter um nível aceitável de segurança operacional;

(3) deferir parcialmente a isenção, impondo medidas condicionais para garantir um nível aceitável de segurança operacional;

(4) indeferir a petição, apresentando a devida fundamentação.

(e) O requerente ou detentor de Certificado Operacional de Aeroporto que tiver obtido isenção temporária ou permanente deve fornecer à ANAC, sempre que solicitadas, informações necessárias para a supervisão da segurança operacional das operações afetadas.

139.503 Análise e aprovação de Níveis Equivalentes de Segurança

(a) Todo requerente ou detentor de Certificado Operacional de Aeroporto pode solicitar à ANAC a aprovação de nível equivalente de segurança a qualquer requisito regulamentar.

(b) A solicitação de aprovação de nível equivalente de segurança deve ser fundamentada por Análise de Impacto sobre a Segurança Operacional (AISO), Estudo Aeronáutico ou Estudo de Compatibilidade, demonstrando que as operações podem ser mantidas dentro de um nível de segurança operacional equivalente ao proporcionado pelas regras aplicáveis à operação da aeronave mais exigente.

(c) Na análise da solicitação de aprovação de nível equivalente de segurança, a ANAC avaliará os seguintes aspectos:

(1) coordenação entre as partes interessadas, incluindo:

(i) operador de aeródromo;

(ii) operador de aeronave;

(iii) órgão ATS;

(iv) prestadores de serviço que atuam no sítio aeroportuário;

(v) autoridades públicas;

(2) identificação das características físicas e requisitos operacionais da aeronave que impactam na infraestrutura aeroportuária, incluindo as seguintes características físicas do aeródromo:

(i) comprimento de pista de pouso e decolagem;

(ii) largura de pista de pouso e decolagem;

(iii) acostamentos de pista de pouso e decolagem;

(iv) área de giro de pista de pouso e decolagem;

(v) dimensões de faixas de pista de pouso e decolagem;

(vi) obstáculos em faixas de pista de pouso e decolagem;

(vii) áreas de Segurança de Fim de Pista (RESA);

(viii) largura de pistas de táxi;

(ix) curvas de pista de táxi;

(x) acostamentos de pistas de táxi;

(xi) faixas de pista de táxi;

(xii) pistas de táxi em viadutos;

(xiii) posições de espera de pista de pouso e decolagem, posições intermediárias de espera e posições de espera em vias de serviço;

(xiv) distâncias mínimas de separação para pistas de táxi;

(xv) afastamentos em posições de estacionamento de aeronaves;

(xvi) resistência do pavimento;

(3) identificação dos requisitos regulamentares aplicáveis;

(4) adaptação das instalações do aeródromo, vis-à-vis as exigências da operação da aeronave pretendida;

(5) proposição de procedimentos específicos.

(d) Após a análise da solicitação de aprovação de nível equivalente de segurança, a ANAC poderá:

(1) deferir nível equivalente de segurança, conforme solicitado pelo requerente ou detentor ou requerente de Certificado Operacional de Aeroporto;

(2) demandar ao peticionário alteração da solicitação, caso alguma característica física da aeronave ou requisito operacional não tenha sido identificado ou adequadamente tratado;

(3) deferir nível equivalente de segurança, impondo medidas condicionais para garantir a segurança operacional;

(4) indeferir a solicitação, apresentando a devida fundamentação.

(e) O requerente ou detentor de Certificado Operacional de Aeroporto que tiver obtido a aprovação de nível equivalente de segurança deve fornecer à ANAC, sempre que solicitadas, informações necessárias para a supervisão da segurança operacional das operações afetadas.

139.505 a 139.599 [Reservado]

SUBPARTE G

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

139.601 Disposições transitórias e finais

(a) Os elementos mínimos de infraestrutura e de segurança operacional, conforme disposto no parágrafo 139.1(b), devem ser atendidos:

(1) até 3 de outubro de 2025, para quem tiver processado ou processar operações regulares regidas pelo RBAC nº 121 no período compreendido de 1º de janeiro de 2017 até 31 de janeiro de 2023;

(i) durante o prazo definido no parágrafo 139.601(a)(1) as operações deverão ser conduzidas por intermédio de um processo de gerenciamento de risco e garantia da segurança operacional, sob responsabilidade do operador de aeródromo em conjunto com o(s) operador(es) aéreo(s).

(ii) os operadores de aeródromos que tenham medida cautelar aplicada pela ANAC deverão observar o disposto no parágrafo 139.601(b)(1).

(2) de forma prévia para quem pretenda processar operações regulares regidas pelo RBAC nº 121 e após observado o disposto no parágrafo 139.601(b).

(b) A segurança das operações deverá ser avaliada por intermédio de um processo de gerenciamento de risco e garantia da segurança operacional, sob responsabilidade do operador de aeródromo em conjunto com o(s) operador(es) aéreo(s).

(1) o não cumprimento integral dos elementos mínimos de infraestrutura e de segurança operacional exigirá análise e aprovação prévia da ANAC do processo de gerenciamento de risco e garantia da segurança operacional.

(i) a ANAC poderá exigir o estabelecimento de um CAC, contendo ações e prazos para o cumprimento de medidas adicionais para eliminação ou mitigação dos riscos identificados.

(2) os operadores de aeródromo e aéreo(s) devem monitorar continuamente a segurança operacional do aeródromo, visando verificar o desempenho da segurança operacional e a eficácia dos controles de riscos à segurança operacional.

(c) O cumprimento dos elementos mínimos de infraestrutura e de segurança operacional será formalizado por meio de declaração com responsabilização do operador de aeródromo, conforme modelo disponibilizado pela ANAC, e será verificado, posteriormente, pela ANAC.

(d) Os operadores de aeródromos que se enquadrarem na aplicabilidade deste regulamento deverão ser detentores de Certificado Operacional de Aeroporto no prazo máximo fixado no Acordo Específico para Certificação estabelecido em conjunto com a ANAC para cada aeroporto.

(e) O disposto na Emenda nº 06 deste Regulamento aplica-se aos processos iniciados em data anterior à sua emissão, sem necessidade de ratificação ou adequação dos atos já praticados.

(f) Enquanto não for concedido Certificado Operacional de Aeroporto, o operador de aeródromo, na figura do gestor designado como responsável do aeródromo, será considerado como o responsável primário pela garantia de todos os aspectos de segurança do aeródromo.

APÊNDICE A DO RBAC Nº 139

VALORES DE MULTA APLICÁVEIS ÀS INFRAÇÕES RELACIONADAS A ESTE REGULAMENTO

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

Seção	Descrição	Requisito	Classe do Aeródromo, segundo o RBAC nº 153	Valor			Incidência da sanção
				Mínimo	Intermediário	Máximo	
SUBPARTE B - CERTIFICAÇÃO OPERACIONAL DE AEROPORTO							
139.101	Obrigatoriedade de obtenção do Certificado Operacional de Aeroporto	139.101(a)	Classe IV	80.000	140.000	200.000	1 por constatação
			Classe III	60.000	105.000	150.000	
			Classe II	24.000	42.000	60.000	
			Classe I	12.000	21.000	30.000	
		139.101(b)	Classe IV	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
			Classe III	30.000	52.500	75.000	
			Classe II	12.000	21.000	30.000	
			Classe I	6.000	10.500	15.000	
139.115	Certificado Operacional Provisório de Aeroporto	139.115(c)	Classe IV	80.000	140.000	200.000	1 por constatação
			Classe III	60.000	105.000	150.000	
			Classe II	24.000	42.000	60.000	
			Classe I	12.000	21.000	30.000	
139.117	Emendas ao Certificado Operacional de Aeroporto	139.117(a)(1) 139.117(a)(2)	Classe IV	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
			Classe III	30.000	52.500	75.000	
			Classe II	12.000	21.000	30.000	
			Classe I	6.000	10.500	15.000	
SUBPARTE D - MANUAL DE OPERAÇÕES DO AERÓDROMO (MOPS)							
139.303	Disponibilização de acesso ao MOPS	139.303(a) 139.303(b) ou 139.303(c)	Classe IV	20.000	35.000	50.000	1 por constatação
			Classe III	15.000	26.250	37.500	
			Classe II	6.000	10.500	15.000	
			Classe I	3.000	5.250	7.500	
139.305	Revisão do MOPS	139.305(b)	Classe IV	20.000	35.000	50.000	1 por constatação
			Classe III	15.000	26.250	37.500	
			Classe II	6.000	10.500	15.000	
			Classe I	3.000	5.250	7.500	
		139.305(e)	Classe IV	20.000	35.000	50.000	1 por constatação
			Classe III	15.000	26.250	37.500	
			Classe II	6.000	10.500	15.000	
			Classe I	3.000	5.250	7.500	
139.307	Inclusão de Isenções e Níveis Equivalentes de Segurança no MOPS	139.307(a)	Classe IV	20.000	35.000	50.000	1 por constatação
			Classe III	15.000	26.250	37.500	
			Classe II	6.000	10.500	15.000	
			Classe I	3.000	5.250	7.500	
SUBPARTE E - OBRIGAÇÕES, PROVIDÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS ADMINISTRATIVAS							
139.401	Cumprimento de normas e procedimentos	139.401(a) 139.401(a)(1)	Classe IV	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
			Classe III	30.000	52.500	75.000	
			Classe II	12.000	21.000	30.000	
			Classe I	6.000	10.500	15.000	
		139.401(b)	Classe IV	160.000	280.000	400.000	1 por constatação
			Classe III	120.000	210.000	300.000	
			Classe II	48.000	84.000	120.000	
			Classe I	24.000	42.000	60.000	
		139.401(c)	Classe IV	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
			Classe III	30.000	52.500	75.000	
			Classe II	12.000	21.000	30.000	
			Classe I	6.000	10.500	15.000	
		139.401(d)	Classe IV	8.000	14.000	20.000	1 por constatação
			Classe III	6.000	10.500	15.000	
			Classe II	2.400	4.200	6.000	
			Classe I	1.200	2.100	3.000	
SUBPARTE G - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS							
139.601	Disposições transitórias e finais	139.601(a)(1) e (a)(2)	Classe IV	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
			Classe III	30.000	52.500	75.000	
			Classe II	12.000	21.000	30.000	
			Classe I	6.000	10.500	15.000	
		139.601(a)(1)(i)*	Classe IV	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
			Classe III	30.000	52.500	75.000	
			Classe II	12.000	21.000	30.000	
			Classe I	6.000	10.500	15.000	
		139.601(b)*	Classe IV	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
			Classe III	30.000	52.500	75.000	
			Classe II	12.000	21.000	30.000	
			Classe I	6.000	10.500	15.000	
		139.601(b)(1)	Classe IV	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
			Classe III	30.000	52.500	75.000	
			Classe II	12.000	21.000	30.000	
			Classe I	6.000	10.500	15.000	
		139.601(b)(2)*	Classe IV	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
			Classe III	30.000	52.500	75.000	
			Classe II	12.000	21.000	30.000	
			Classe I	6.000	10.500	15.000	
		139.601(d)	Classe IV	20.000	35.000	50.000	1 por constatação
			Classe III	15.000	26.250	37.500	
			Classe II	6.000	10.500	15.000	
			Classe I	3.000	5.250	7.500	
Parâmetro de incidência		Forma de aplicação					
1 por constatação		Será aplicada uma multa por cada conjunto de irregularidades identificadas que decorram de violação ao requisito que indica esse parâmetro de incidência.					
Nota:							
* A sanção também é cabível aos operadores aéreos, conforme o valor respectivo da classe do aeródromo onde a violação ao requisito foi praticada.							

RESOLUÇÃO Nº 692, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece as regras para a exploração do serviço de transporte aéreo internacional por empresas estrangeiras e as condições para operações em código compartilhado para empresas brasileiras e estrangeiras.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos arts. 11, inciso V, e da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, incisos VII, XIV e XLVI, da mencionada Lei e 203 e 205 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.042175/2019-47, deliberado e aprovado na 16ª Reunião Deliberativa, realizada em 20 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Regulamentar, nos termos desta Resolução, o acesso ao mercado de empresas estrangeiras que pretendam explorar serviço de transporte aéreo internacional regular ou não regular com origem ou destino no Brasil, a autorização para operações excepcionais entre pontos do território nacional e as condições para operações em código compartilhado por empresas brasileiras e estrangeiras.

Art. 2º O acesso ao mercado de transporte aéreo internacional com origem ou destino no Brasil, por empresas estrangeiras, dependerá de autorização para operar serviço de transporte aéreo.

CAPÍTULO I

DA AUTORIZAÇÃO PARA OPERAR SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO REGULAR

Art. 3º A empresa estrangeira que pretender operar serviço de transporte aéreo internacional regular com origem ou destino no Brasil deverá apresentar à ANAC os seguintes documentos:

I - cópia do arquivamento da inscrição da empresa estrangeira na Junta Comercial;

II - formulário de cadastro de empresa estrangeira;

III - Certificado de Operador Aéreo - COA; e

IV - outros documentos que demonstrem o cumprimento dos requisitos operacionais, definidos em normas da ANAC.

Parágrafo único. As operações regulares estarão sujeitas aos entendimentos bilaterais acordados entre o Brasil e o país da empresa estrangeira ou aos entendimentos multilaterais de que ambos os países sejam signatários.

CAPÍTULO II

DA AUTORIZAÇÃO PARA OPERAR SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO NÃO REGULAR

Art. 4º A empresa estrangeira que pretender operar serviço de transporte aéreo internacional não regular com origem ou destino no Brasil deverá apresentar à ANAC os seguintes documentos:

I - formulário de cadastro de empresa estrangeira;

II - Certificado de Operador Aéreo - COA; e

III - outros documentos que demonstrem o cumprimento dos requisitos operacionais, definidos em normas da ANAC.

Parágrafo único. Estarão dispensadas do processo de autorização prevista no caput, as empresas estrangeiras em operações não regulares, com aviões com configuração máxima certificada de assentos para passageiros de até 19 (dezenove) assentos e capacidade máxima de carga paga de até 3.400 kg (três mil e quatrocentos quilogramas) (7.500 lb - sete mil e quinhentas libras), ou helicópteros, ressalvado o disposto no art. 7º desta Resolução.

Art. 5º As empresas estrangeiras autorizadas a operar serviço de transporte aéreo internacional regular estarão dispensadas do processo de autorização para operar serviço de transporte aéreo internacional não regular.

Art. 6º Além da autorização de operação prevista no art. 4º desta Resolução, a empresa estrangeira que pretenda explorar serviço de transporte aéreo internacional não regular no Brasil deverá obter aprovação do programa de voos pretendidos nos casos em que as operações envolverem:

I - direitos de tráfego a partir de 5ª liberdade do ar, incluindo este, quando o país de origem da empresa e o Brasil não possuírem entendimentos internacionais bilaterais ou multilaterais que disciplinem a matéria, ou que, na existência de algum desses, conste limite de capacidade; ou

II - direitos de tráfego para além daqueles contemplados nos entendimentos internacionais bilaterais ou multilaterais aplicáveis para operações regulares.

§ 1º A aprovação das operações contempladas no inciso II do caput deverá observar, sempre que possível, o princípio da reciprocidade.

§ 2º A ANAC poderá restringir a exploração de serviço de transporte aéreo internacional não regular sempre que entender que a magnitude e a natureza das operações têm o potencial de impactar os limites de capacidade e frequência definidos em entendimentos internacionais bilaterais ou multilaterais.

Art. 7º A empresa aérea deverá obter autorização para operar serviço de transporte aéreo internacional regular caso pretenda operar com frequência elevada ou regularidade, conforme parâmetros definidos em portaria da Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos - SAS.

Art. 8º A exploração, por empresa aérea estrangeira autorizada, de serviço aéreo não regular entre pontos do território nacional poderá ser autorizada excepcionalmente e desde que demonstrado o interesse público, nos casos em que:

I - não houver empresa nacional certificada para prestar o serviço demandado, ou, havendo, esta não disponha de equipamentos necessários ou de outras condições para a execução do serviço; ou

II - o serviço destinar-se a suprir, emergencialmente, situação de anormalidade na oferta dos serviços de transporte aéreo.

Parágrafo único. O ato que autorizar a prestação de serviço de que trata o caput especificará, entre outras condições, o período da autorização, o número máximo de operações e a região a ser atendida.

CAPÍTULO III

DO CADASTRO DA EMPRESA, DA SUSPENSÃO E DA CASSAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

Art. 9º A empresa estrangeira autorizada a operar serviços aéreos regulares internacionais no Brasil deverá manter permanentemente representante legal no país, em conformidade com a legislação específica pertinente.

§ 1º A empresa será responsável por manter atualizados os seus dados cadastrais junto à ANAC.

§ 2º Eventuais alterações de representante legal de filial, sucursal, agência ou estabelecimento de empresa estrangeira autorizada a operar serviços de transporte aéreo internacional no Brasil deverão ser comunicadas pela empresa estrangeira à ANAC antes do término da representação e independentemente da causa, salvo motivo de força maior, segundo avaliação da ANAC.

Art. 10. A autorização para operar serviços aéreos internacionais no Brasil poderá ser suspensa:

I - na ausência de representante legal por período superior a 30 (trinta) dias;

II - caso não sejam respeitados os limites de frequência ou regularidade previstos no art. 7º desta Resolução, para empresas autorizadas a operar serviços de transporte aéreo não regular;

III - nos casos previstos no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 129; e

IV - em outros casos previstos nos demais regulamentos da ANAC.

Art. 11. A autorização para operar serviço de transporte aéreo regular internacional no Brasil poderá ser cassada:

I - se a inscrição da empresa estrangeira na Junta Comercial for extinta ou invalidada na forma da lei;

II - se os serviços forem suspensos por período superior a 6 (seis) meses, exceto em casos de força maior; e

III - em outros casos previstos nos demais regulamentos da ANAC.

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES PARA OPERAÇÕES EM CÓDIGO COMPARTILHADO

Art. 12. Para os efeitos desta Resolução, considera-se código compartilhado um acordo de cooperação comercial por meio do qual uma empresa aérea permite que outra empresa aérea utilize seu código designador em um voo da primeira, ou por meio do qual 2 (duas) empresas aéreas compartilham o mesmo código em um voo.

Art. 13. O compartilhamento de código no transporte aéreo internacional deverá obedecer aos entendimentos internacionais bilaterais ou multilaterais e quadros de rotas aplicáveis às respectivas operações.

§ 1º O código de identificação de empresa aérea estrangeira poderá constar em voo doméstico operado por empresa nacional, mesmo que os pontos ligados não estejam contemplados no quadro de rotas, desde que o voo seja etapa de um serviço de transporte aéreo internacional.

§ 2º A operação em código compartilhado não permitirá que a empresa estrangeira comercialize exclusivamente tráfego local no território brasileiro.

CAPÍTULO V

DAS PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Art. 14. Poderá ser aplicada, no caso de descumprimento dos dispositivos desta Resolução, providência administrativa preventiva ao agente que reconhecer a responsabilidade pelo evento e, entre outros aspectos característicos da cooperação, no que couber:

I - cessar a conduta;

II - compartilhar com a fiscalização informações que envolvam a identificação da causa raiz do evento pelo regulado;

III - propor uma ação corretiva exequível e eficaz; e

IV - atuar com lealdade e boa-fé nas relações com a Administração.

Art. 15. O descumprimento dos dispositivos desta Resolução poderá ensejar a aplicação de multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) nas seguintes situações:

I - atitude não cooperativa pelo regulado, considerada como tal a conduta contrária às hipóteses enumeradas no art. 14 desta Resolução; ou

II - reiteração de descumprimento de dispositivos desta Resolução.

§ 1º Para a definição do valor-base da multa poderão ser considerados os seguintes fatores:

I - o porte e a característica do agente;

II - a existência de negligência ou de práticas ou circunstâncias que evidenciem violação ao dever de lealdade e boa-fé; e

III - a quantidade de ocorrências.

§ 2º Definido o valor-base da multa, incidirão as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas na Resolução nº 472, de 6 de junho de 2018, ou ato normativo que vier a lhe substituir.

§ 3º O valor final da multa não deve ultrapassar os limites estabelecidos no caput, após a incidência das circunstâncias apontadas no § 2º do art. 15 desta Resolução.

Art. 16. Na aplicação de medidas administrativas ao descumprimento dos dispositivos desta Resolução não serão aplicados os procedimentos previstos nos arts. 28, 36, § 3º, 37-A e 37-B da Resolução nº 472, de 2018.

Art. 17. A ANAC poderá optar pela não aplicação de providências administrativas, mediante decisão motivada, no caso de descumprimento de dispositivo desta Resolução que venha a ser regularizado antes de detectado pela fiscalização, e desde que a regularização:

I - seja voluntária; e

II - não se confunda com a hipótese descrita do inciso III do art. 14 desta Resolução.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Aplicam-se às empresas autorizadas a operar no país serviços de transporte aéreo regular ou não regular, as normas referentes ao registro de voo de que trata a Resolução nº 440, de 9 de agosto de 2017, ou outra que vier a lhe substituir, e os requisitos de segurança estabelecidos pelas Superintendências competentes.

Art. 19. Os procedimentos, os prazos, os formulários, os documentos técnicos, as formas de atendimento dos requisitos técnico-operacionais necessários à emissão da autorização para operar, as condições para o início da comercialização dos serviços e as definições para aplicação dos parâmetros da dosimetria da multa descritos nesta Resolução serão estabelecidos por Portaria das Superintendências competentes.

Art. 20. A Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2016, Seção 1, página 104, que dispõe sobre as Condições Gerais de Transporte Aéreo, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 5º .....

.....

V - indicação das empresas aéreas que realizarão o transporte, caso o voo seja realizado total ou parcialmente em código compartilhado.

..... (NR)

Art. 21. Fica revogada a Portaria nº 70/DGAC, de 11 de fevereiro de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 19 de fevereiro de 1999, Seção 1, página 16.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 693, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Regimento Interno da ANAC.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício das competências que lhe foi outorgada pelo art. 11, incisos VII e IX, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, inciso XLI, da mencionada Lei e 4º, inciso XLII, e 24, inciso X, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, e considerando o que consta do processo nº 00058.042175/2019-47, deliberado e aprovado na 16ª Reunião Deliberativa, realizada em 20 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º O Regimento Interno da ANAC, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2016, Seção 1, páginas 57 a 63, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 32. .....

I - .....

.....

d) projetos de atos normativos relativos ao acesso de empresa estrangeira de transporte aéreo internacional ao mercado brasileiro;

.....

XVI - monitorar e fiscalizar as operações em código compartilhado entre empresas de transporte aéreo regular, de caráter doméstico e internacional;

.....

XXIX - autorizar empresa estrangeira a operar serviço de transporte aéreo internacional no Brasil.

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 694, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a Emenda nº 02 ao RBAC nº 129.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, incisos IV,

VII, X, XIV, XXX e XLVI, da mencionada Lei e considerando o que consta do processo nº 00058.042175/2019-47, deliberado e aprovado na 16ª Reunião Deliberativa, realizada em 20 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Resolução, a Emenda nº 02 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 129, intitulado "Operação de empresas estrangeiras que têm por objetivo o serviço de transporte aéreo internacional no Brasil / Operations of foreign air carriers within brazil engaged in common carriage", em substituição integral à Emenda nº 01 do referido Regulamento.

Parágrafo único. A Emenda de que trata esta Resolução encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

ANEXO

REGULAMENTO BRASILEIRO DA AVIAÇÃO CIVIL - RBAC Nº 129 - EMENDA Nº 02

OPERAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS QUE TÊM POR OBJETIVO O SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL NO BRASIL

SUBPARTE A

GERAL

129.1 Aplicabilidade

Este Regulamento estabelece regras para operação de cada empresa estrangeira de transporte aéreo que realize serviço de transporte aéreo internacional entre o Brasil e outros países.

129.3 [Reservado]

129.5 [Reservado]

129.7 [Reservado]

129.9 [Reservado]

129.11 Operações regulares

(a) Cada empresa estrangeira de transporte aéreo deve conduzir suas operações regulares dentro do Brasil de acordo com os padrões e práticas recomendadas do Anexo 6, Parte I ou Parte III, Seção II, conforme aplicável, da Convenção de Aviação Civil Internacional, com as provisões aplicáveis deste Regulamento e com as Especificações Operativas emitidas pelo Estado do operador.

(b) A empresa estrangeira de transporte aéreo deve apresentar requerimento para obter autorização para a realização de operações regulares pelo menos 30 (trinta) dias antes do início pretendido das operações no Brasil.

(1) A empresa estrangeira de transporte aéreo deve notificar a ANAC pelo menos 30 (trinta) dias antes de se tornarem efetivas alterações significativas em suas operações, como estabelecidas pela ANAC em norma específica.

(c) O requerimento e a notificação citados no parágrafo (b) desta seção devem ser apresentados por pessoa qualificada e em formato aceitável pela ANAC.

(d) Caso a empresa estrangeira de transporte aéreo não realize qualquer operação regular para o Brasil por um período superior a 60 (sessenta) dias, ela deve deixar de conduzir operações regulares.

(1) Caso pretenda retomar as operações regulares, a empresa estrangeira de transporte aéreo deve:

(i) notificar a ANAC pelo menos 15 (quinze) dias calendáricos consecutivos antes da data pretendida para retomada; e

(ii) estar disponível e acessível durante esse período para a eventualidade de a ANAC decidir verificar a capacidade da empresa de conduzir operações seguras.

129.12 Operações não regulares

(a) Cada empresa estrangeira de transporte aéreo deve conduzir suas operações não regulares dentro do Brasil de acordo com os padrões e práticas recomendadas do Anexo 6, Parte I ou Parte III, Seção II, conforme aplicável, da Convenção de Aviação Civil Internacional, com as provisões aplicáveis deste Regulamento e com as Especificações Operativas emitidas pelo Estado do operador.

(1) Com exceção de empresas estrangeiras de transporte aéreo que realizem somente operações de táxi aéreo, a empresa estrangeira de transporte aéreo deve apresentar requerimento, em formato aceitável pela ANAC, para obter autorização para a realização de operações não regulares.

(b) As provisões contidas no parágrafo (a) desta seção aplicam-se também a empresas estrangeiras de transporte aéreo realizando voos fretados para empresas aéreas brasileiras.

129.13 Certificados de Aeronavegabilidade e de Matrícula

(a) Nenhuma empresa estrangeira de transporte aéreo pode operar qualquer aeronave dentro do Brasil, a menos que essa aeronave possua os Certificados de Aeronavegabilidade e de Matrícula válidos, emitidos ou validados pelo país do operador e de registro da aeronave e exiba as marcas de nacionalidade e de matrícula desse país nos locais externos como previsto na Convenção de Aviação Civil Internacional.

(b) Não obstante as provisões do parágrafo (a) desta seção, pode ser autorizada a operação de uma aeronave registrada em um Estado contratante da OACI e operada através de um contrato de arrendamento, de fretamento, de intercâmbio ou de arranjo similar por uma empresa de outro Estado contratante, se o Estado de registro da aeronave, através de contrato com o Estado da empresa, transferir para ele, em todo ou em parte, suas funções e deveres, nos termos e alcance do artigo 83 bis, parágrafo (a) da Convenção de Aviação Civil Internacional, desde que atendido o parágrafo (b) do mesmo artigo.

(c) Nenhuma empresa estrangeira de transporte aéreo pode operar uma aeronave, dentro do Brasil, a menos que a operação seja conduzida dentro das limitações de certificação e operação da aeronave aprovadas pelo país de fabricação da aeronave.

(d) As empresas estrangeiras de transporte aéreo devem encaminhar à ANAC documentação relativa às modalidades de intercâmbio de aeronaves em seus voos para o Brasil.

129.14 Requisitos de manutenção e Lista de Equipamentos Mínimos (MEL)

(a) Cada empresa estrangeira de transporte aéreo que opere no Brasil deve garantir que cada uma de suas aeronaves é submetida a um Programa de Manutenção conforme prescrito no Capítulo 8 do Anexo 6, Parte I, ou no Capítulo 6 do Anexo 6, Parte III, Seção II, conforme aplicável, da Convenção de Aviação Civil Internacional, aprovado pela Autoridade de Aviação Civil do país operador e de registro da aeronave.

(b) Nenhuma empresa estrangeira de transporte aéreo pode operar uma aeronave estrangeira dentro do Brasil com algum instrumento ou equipamento inoperante a não ser que atenda ao previsto no parágrafo 6.1.3 do Anexo 6, Parte I ou no parágrafo 4.1.3 do Anexo 6, Parte III, Seção II, conforme aplicável, da Convenção de Aviação Civil Internacional.

129.15 Licenças dos tripulantes de voo

Ninguém pode atuar como tripulante de voo de uma aeronave, a menos que porte licença ou certificado válido, emitido ou validado pelo país no qual a aeronave é registrada, evidenciando sua competência na execução das tarefas correlacionadas com sua função na operação da aeronave.

129.17 Equipamento rádio

(a) Nenhuma empresa estrangeira de transporte aéreo pode conduzir operações IFR no Brasil, a não ser que:

(1) os auxílios de navegação em rota, necessários para que aeronave voe ao longo da rota, estejam disponíveis e operacionais para uso dos equipamentos de navegação da aeronave, requeridos por esta seção;

(2) a aeronave utilizada nessas operações seja equipada com, pelo menos, os seguintes equipamentos:

(i) exceto como o previsto no parágrafo (c) desta seção, dois sistemas de navegação independentes aprovados, adequados à navegação da aeronave ao longo da rota a ser voada com o grau de precisão requerido pelo ATC;

(ii) um receptor marker beacon que emita alertas visuais e audíveis; e

(iii) um receptor ILS.

(3) qualquer sistema RNAV utilizado para atender aos requisitos do equipamento de navegação desta seção seja autorizado nas Especificações Operativas do operador estrangeiro.

(b) Nenhuma empresa estrangeira de transporte aéreo sujeita a este Regulamento pode operar uma aeronave sob IFR ou acima da camada de nuvens, a não ser que esteja equipada com:

(1) pelo menos dois sistemas de comunicação independentes necessários sob condições normais de operação que atendam às funções especificadas no parágrafo 121.347(a) do RBAC nº 121; e

(2) pelo menos um dos sistemas de comunicação requeridos pelo parágrafo (b)(1) desta seção deve possuir capacidade de comunicação em duas vias.

(c) Não obstante os requisitos do parágrafo (a)(2)(i) desta seção, a aeronave pode ser equipada com um único sistema independente de navegação aprovado para operações IFR ou acima da camada de nuvens se:

(1) puder ser demonstrado que a aeronave está equipada com pelo menos outro sistema independente de navegação adequado para que a aeronave prossiga até um aeródromo e complete uma aproximação por instrumentos em uma eventual perda de capacidade de navegação do único sistema independente de navegação aprovado sob este parágrafo em qualquer ponto da rota; e

(2) a aeronave possuir combustível suficiente para prossiguir até um aeródromo, utilizando-se do sistema de navegação remanescente, complete uma aproximação por instrumento e pouse.

(d) Sempre que for requerido equipamento de navegação VOR pelos parágrafos (a) ou (c) desta seção, nenhuma empresa estrangeira de transporte aéreo pode operar uma aeronave a menos que esta esteja equipada com pelo menos uma unidade de equipamento medidor de distâncias (DME) aprovado ou um sistema RNAV adequado.

129.18 Sistema anti-colisão

(a) Em operações no Brasil, qualquer aeronave com motores a turbina de empresa estrangeira de transporte aéreo operando sob este Regulamento, com:

(1) peso máximo de decolagem acima de 33.000lb, deve ser operada com uma classe apropriada de transponder modo S que atenda ao TSO C-112, ou versão mais atual, e uma das seguintes unidades aprovadas:

(i) TCAS II que atenda ao TSO C-119b (versão 7.0), ou uma versão mais recente;

(ii) TCAS II que atenda ao TSO C-119a (versão 6.04A Enhanced) que tenha sido instalado na aeronave antes de 1° de maio de 2003. Se esse TCAS II versão 6.04A Enhanced não puder mais ser reparado nos padrões do TSO C-119a, o mesmo deve ser substituído por um TCAS II que atenda ao TSO-119b (versão 7.0), ou versão mais recente; ou

(iii) um sistema anti-colisão equivalente ao TSO C-119b (versão 7.0), ou versão mais recente, capaz de coordenação com unidades que atendam ao TSO C-119a (versão 6.04 Enhanced), ou versão mais recente; ou

(2) configuração de assentos, excluindo quaisquer assentos da tripulação de voo, de 10 a 30 assentos, deve ser operada com os seguintes equipamentos:

(i) um TCAS I que atenda ao TSO C-118, ou versão mais recente; ou

(ii) um sistema anti-colisão equivalente ao TSO C-118, ou versão mais recente; ou

(iii) um sistema anti-colisão e transponder modo S que atenda ao parágrafo (a)(1) desta seção.

129.19 Regras de tráfego aéreo e outros procedimentos

(a) Cada piloto deve estar familiarizado com as regras aplicáveis, com as facilidades de navegação e de comunicação, com o controle de tráfego aéreo e com outros procedimentos das áreas a serem voadas dentro do Brasil.

(b) Cada empresa estrangeira de transporte aéreo deve estabelecer procedimentos que garantam que cada um dos seus pilotos tenha os conhecimentos requeridos pelo parágrafo (a) desta seção e deve verificar a capacidade de cada um de seus pilotos em conduzir as operações com segurança e de acordo com as regras e procedimentos aplicáveis.

(c) Cada empresa estrangeira de transporte aéreo deve atender a práticas, procedimentos e outros requisitos especiais estabelecidos pela ANAC para a operação de empresas aéreas nacionais nos locais onde elas já operam.

(d) Toda aeronave proveniente do exterior, com destino ao Brasil ou em trânsito, deve fazer o primeiro pouso e a última decolagem em um aeroporto internacional.

(e) No caso de empresas estrangeiras de transporte aéreo não regular, o comandante da aeronave, ao pousar no primeiro aeroporto internacional no País, deve responsabilizar-se formalmente, como preposto do proprietário ou operador, pelas indenizações previstas pelo uso das facilidades aeroportuárias e de apoio à navegação aérea, aproximação e pouso, devendo portar também prova de garantia de seguro contra danos a terceiros na superfície.

129.20 Gravadores digitais de dados de voo

Ninguém pode operar uma aeronave sob este Regulamento a não ser que a aeronave seja equipada com pelo menos um gravador de dados de voo aprovado que utilize um método digital de gravação e armazenamento de dados e um método eficiente de recuperação desses dados. O gravador de dados de voo deve atender ao prescrito na seção 6.3 do Anexo 6, Parte I, ou na seção 4.3 do Anexo 6, Parte III, Seção II, conforme aplicável, à Convenção de Aviação Civil Internacional.

129.21 Linguagem do controle de tráfego aéreo

As comunicações radiotelefônicas com os órgãos de controle de tráfego aéreo devem ser conduzidas na língua inglesa. Os tripulantes de voo de empresas estrangeiras de transporte aéreo que operem no Brasil devem atender aos requisitos de proficiência linguística da seção 1.2.9, language proficiency, do Anexo 1 da Convenção de Aviação Civil Internacional.

129.23 Requisitos para as aeronaves

Nenhuma empresa estrangeira de transporte aéreo pode conduzir operações entre o Brasil e o exterior a menos que tais operações sejam realizadas utilizando aeronaves que atendam aos seguintes requisitos de aeronavegabilidade e operacionais:

(a) Anexo 8 e Anexo 6, Parte I ou Parte III, Seção II, conforme aplicável, da Convenção de Aviação Civil Internacional; ou

(b) RBAC aplicáveis à aeronave ou regulamentos similares emitidos pelo país de matrícula da aeronave ou pelo país do operador, conforme aplicável.

129.24 Gravação de voz de cabine

Ninguém pode operar uma aeronave sob este Regulamento a não ser que esteja equipada com um gravador de voz de cabine aprovado que atenda ao prescrito na seção 6.3 do Anexo 6, Parte I, ou na seção 4.3 do Anexo 6, Parte III, Seção II, conforme aplicável, à Convenção de Aviação Civil Internacional.

129.25 Segurança contra atos de interferência ilícita

(a) Para os objetivos desta seção são válidas as disposições contidas no Programa Nacional de Segurança da Aviação contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC) e regulamentação específica sobre o assunto editada pela ANAC.

(b) No caso de pouso não previsto em aeródromo brasileiro não listado nas Especificações Operativas da empresa estrangeira de transporte aéreo, a menos que o aeródromo disponha de autoridades do Brasil para fazer cumprir as normas de segurança previstas no plano de segurança aprovado, a empresa estrangeira de transporte aéreo fica responsável pelo cumprimento dessas normas perante o governo brasileiro.

129.27 Proibição de transporte de armas a bordo

Para os objetivos desta seção são válidas as disposições contidas no PNAVSEC e regulamentação específica sobre o assunto editada pela ANAC.

129.29 Proibições de fumo a bordo

(a) Nenhuma empresa estrangeira de transporte aéreo pode operar uma aeronave no Brasil, a menos que seja equipada com os avisos aos passageiros sobre a proibição de fumar a bordo.

(b) É proibido fumar em todos os segmentos de voo em operações transportando passageiros, qualquer que seja o tempo de voo no segmento.

(c) Ninguém pode operar uma aeronave a menos que seja instalado em cada lavatório um aviso ou letreiro com os seguintes dizeres (ou equivalente em inglês ou português): "É proibido impedir, ou tentar impedir, o funcionamento do detector de fumaça deste lavatório". Esses avisos ou letreiros não precisam atender aos requisitos do parágrafo (a) desta seção.

(d) Ninguém pode fumar a bordo de uma aeronave enquanto qualquer aviso "não fume" estiver aceso.

(e) É proibido fumar em qualquer lavatório de uma aeronave.

(f) Ninguém pode obstruir, desarmar ou destruir qualquer detector de fumaça instalado em qualquer lavatório de uma aeronave.

(g) Em qualquer segmento de voo de operações regulares os avisos "não fume", ou equivalente, devem permanecer acesos desde o embarque até o desembarque dos passageiros.

(h) Cada passageiro deve obedecer às instruções previstas pelos tripulantes quanto aos requisitos dos parágrafos (b), (d), (e) e (f) desta seção.

129.31 Programas de intercâmbio de dados

Toda empresa estrangeira de transporte aéreo operando aeronaves comerciais no Brasil está sujeita a inspeções de rampa pela ANAC, de acordo com os programas de intercâmbio de dados que o Brasil faça parte.

129.33 Suspensão ou limitação das operações

A ANAC poderá determinar a suspensão ou limitação das operações da empresa estrangeira de transporte aéreo nas seguintes situações:

(a) se for constatado pela ANAC que a segurança do transporte aéreo assim o requer;

(b) se a empresa perder as condições para realizar as operações, nos termos da Resolução nº 692, de 21 de setembro de 2022, ou norma que vier a substituí-la; ou

(c) no caso de operações regulares, se a empresa deixar de atender ao requisito de experiência recente do parágrafo 129.11(d).

APÊNDICE A - [RESERVADO]

APÊNDICE B - [RESERVADO]

OPERATIONS OF FOREIGN AIR CARRIERS WITHIN BRAZIL ENGAGED IN COMMON CARRIAGE (*)

SUBPART A

GENERAL

129.1 Applicability

This Regulation prescribes rules governing the operation of each foreign air carrier conducting common carriage between Brazil and other countries.

129.3 [Reserved]

129.5 [Reserved]

129.7 [Reserved]

129.9 [Reserved]

129.11 Scheduled operations

(a) Each foreign air carrier shall conduct its scheduled operations within Brazil in accordance with the Standards and Recommended Practices contained in Annex 6, Part I or Part III, Section II, as applicable, to the Convention on International Civil Aviation Organization, in accordance with applicable provisions of this Regulation and in accordance with the Operations Specifications issued by the State of operator.

(b) The foreign air carrier must submit an application to obtain an authorization to conduct scheduled operations. at least 30 (thirty) days before the intended beginning of operations in Brazil.

(1) The foreign air carrier must notify ANAC at least 30 (thirty) days before the date for the significant changes in its operations, as stablished by ANAC in a specific rule, to become effective.

(c) The application and the notification cited in paragraph (b) of this section shall be submitted by a qualified person and in a manner acceptable to ANAC.

(d) In the case of a foreign air carrier does not conduct any scheduled operation within Brazil for more than 60 (sixty) days, it shall cease to conduct scheduled operations.

(1) If the foreing air carreer intends to resume scheduled operations, it shall:

(i) notify ANAC at least 15 consecutive calendar days before intended date of resumption; and

(ii) it makes itself available and accessible during this period in the event that ANAC decides to verify the capacity of the foreign air carrier to conduct safe operations.

129.12 Non-scheduled operations

(a) Each foreign air carrier shall conduct its non-scheduled operations within Brazil in accordance with the Standards and Recommended Practices contained in Annex 6, Part I or Part III, Section II, as applicable, of the Convention on International Civil Aviation, in accordance with applicable provisions of this Regulation and in accordance with the Operations Specifications issued by the State of operator.

(1) Except for foreign air carriers conducting only air taxi operations, the foreign air carrier must submit an application, in a form acceptable to ANAC, to obtain an authorization to conduct non-scheduled operations.

(b) The provisions contained in paragraph (a) of this section also apply to foreign air carriers doing charter flights to Brazilian air carriers.

129.13 Airworthiness and registration certificates

(a) No foreign air carrier may operate any aircraft within Brazil, unless that aircraft holds airworthiness certificates and valid registration issued or validated by the country of operator and registry of the aircraft and must display the nationality and registration markings of that country as stated in the Convention on International Civil Aviation.

(b) Notwithstanding the provisions of paragraph (a) of this section, an aircraft registered in a contracting State of ICAO may be authorized to operate through a lease, charter, exchange or similar arrangement by a company of another contracting State, if the State of registry of the aircraft, by means of a contract with the state of the company transfers to this State, in whole or in part, their functions and duties under the terms and scope of Article 83 bis, subparagraph (a), since it served to paragraph (b) thereof, all of the Convention on International Civil Aviation.

(c) No foreign air carrier may operate an aircraft in Brazil, unless the operation is conducted within the limitations of certification and operation of the aircraft approved by the country of manufacture of the aircraft.

(d) Foreign air carriers shall send to ANAC documentation regarding to aircraft exchange arrangements in their flights to Brazil.

129.14 Maintenance requirements and Minimum Equipment List (MEL)

(a) Each foreign air carrier operating in Brazil must ensure that each of its aircrafts is submitted to a Maintenance Program as prescribed in Chapter 8 of Annex 6, Part I, or Chapter 6 of Annex 6, Part III, Section II, as applicable, of Convention on International Civil Aviation, approved by the Civil Aviation Authority of the country of operator and registry of the aircraft.

(b) No foreign air carrier may operate a foreign aircraft within Brazil with inoperative instruments or equipment unless it meets the terms of paragraph 6.1.3 of Annex 6, Part I, or paragraph 4.1.3 of Annex 6, Part III, Section II, as applicable, of the Convention on International Civil Aviation.

129.15 Licensing of flight crewmember

No person may act as a flight crewmember of an aircraft, unless holds a valid license or certificate issued or validated by the country in which the aircraft is registered, showing his competency to perform his duties connected with operating of that aircraft.

129.17 Radio equipment

(a) No foreign air carrier may conduct operations under IFR in Brazil, unless:

(1) the en route navigation aids necessary for aircraft to fly along the route are available for use and operational of the aircraft navigation equipment, required by this section;

(2) the aircraft used in those operations is equipped with at least the following:

(i) except as provided in paragraph (c) of this section, two approved independent navigation systems suitable for navigating the aircraft along the route to be flown within the degree of accuracy required for ATC;

(ii) one marker beacon receiver providing visual and aural signals; and

(iii) one ILS receiver.

(3) any RNAV system used to meet the navigation equipment requirements of this section is authorized in the foreign air carrier's Operations Specifications.

(b) No foreign air carrier under this Regulation may operate an aircraft under IFR or over the top, unless it is equipped with:

(1) at least two independent communication systems necessary under normal operating conditions to fulfill the functions specified in § 121.347(a) of RBAC nº 121; and

(2) at least one of the communication systems required by paragraph (b)(1) of this section must have two-way voice communication capability.

(c) Notwithstanding the requirements of paragraph (a)(2)(i) of this section, the aircraft may be equipped with a single approved independent navigation system for operations under IFR or over the top if:

(1) it can be shown that the aircraft is equipped with at least one other independent navigation system suitable for proceeding safely to a suitable airport and completing an instrument approach in the event of loss of the navigation capability of the single approved independent navigation system under this paragraph at any point along the route; and

(2) the aircraft has sufficient fuel so that the flight may proceed safely to a suitable airport by use of the remaining navigation system, and complete an instrument approach and land.

(d) Always if VOR navigation equipment is required by paragraph (a) or (c) of this section, no foreign air carrier may operate an aircraft unless it is equipped with at least one approved DME or suitable RNAV system.

129.18 Anti-collision system

(a) In operations in Brazil, any turbine-powered airplane of a foreign air carrier operating under this Regulation:

(1) of more than 33,000 pounds maximum certificated takeoff weight, must operate that airplane with an appropriate class of Mode S transponder that meets Technical Standard Order (TSO) C-112, or a later version, and one of the following approved units:

(i) TCAS II that meets TSO C-119b (version 7.0), or a later version;

(ii) TCAS II that meets TSO C-119a (version 6.04A Enhanced) that was installed in the airplane before May 1, 2003. If that TCAS II version 6.04A Enhanced no longer can be repaired to TSO C-119a standards, it must be replaced with a TCAS II that meets TSO C-119b (version 7.0), or a later version; or

(iii) a collision avoidance system equivalent to TSO C-119b (version 7.0), or a later version, capable of coordinating with units that meet TSO C-119a (version 6.04A Enhanced), or a later version; or

(2) with a passenger-seat configuration, excluding any pilot seat, of 10-30 seats, must operate that airplane with:

(i) TCAS I that meets TSO C-118, or a later version; or

(ii) a collision avoidance system equivalent to excluding any TSO C-118, or a later version; or

(iii) a collision avoidance system and Mode S transponder that meet paragraph (a)(1) of this section.

129.19 Air traffic rules and other procedures

(a) Each pilot must be familiar with the applicable rules, the navigational and communications facilities, and the air traffic control and other procedures, of the areas to be traversed by him within Brazil.

(b) Each foreign air carrier shall establish procedures to assure that each of its pilots has the knowledge required by paragraph (a) of this section and shall check the ability of each of its pilots to operate safely according to applicable rules and procedures.

(c) Each foreign air carrier shall conform to the practices, procedures, and other requirements prescribed by ANAC for national air carriers for the areas to be operated in.

(d) All aircraft coming from abroad to Brazil or in transit must make the first landing and the last takeoff at an international airport.

(e) In the case of non-scheduled foreign air carrier, when the aircraft captain lands at the first international airport in Brazil, he shall act as authorized officer of the foreign air carrier for the taxes for the use of airport, facilities and support to air navigation, approach and landing, and also must carry on board the air carrier third-party liability coverage insurance policy.

129.20 Digital flight data recorders

No person may operate an aircraft under this Regulation unless the aircraft is equipped with at least one of the flight data recorder that uses an approved method of digital recording and data storage and an efficient method of recovering such data. The flight data recorder shall comply with the prescribed in the section 6.3 of Annex 6, Part I, or section 4.3 of Annex 6, Part III, Section II, as applicable, of International Civil Aviation Convention.

129.21 Air traffic control language

The communications with the air traffic control (ATC) shall be conducted in English. The flight crew of the foreign air carrier shall meet the language proficiency requirements of section 1.2.9, language proficiency, Annex 1 of the Convention on International Civil Aviation.

129.23 Requirements for aircraft

No foreign air carrier may conduct operations between Brazil and foreign countries unless such operations are performed using aircraft that meet the following requirements for airworthiness and operational requirements:

(a) Annex 8 and Annex 6, Part I or Part III, Section II, as applicable, of the Convention on International Civil Aviation; or

(b) applicable RBAC to the aircraft or similar regulations issued by the country of aircraft registration or the country of operator, as applicable.

129.24 Cockpit voice recorders

No person may operate an aircraft under this Regulation unless it is equipped with an approved cockpit voice recorder that meets the prescribed in the section 6.3 of Annex 6, Part I, or section 4.3 of Annex 6, Part III, Section II, as applicable, of International Civil Aviation Convention.

129.25 Airplane security

(a) For the purposes of this section applies the provisions of the National Aviation Security Program against Acts of Unlawful Interference (PNAVSEC) and specific regulation on the subject issued by ANAC.

(b) In the case of a landing not planned at an aerodrome not listed at the foreign air carrier Operations Specifications, the foreign air carrier is responsible before the Brazilian Government for enforcing the comply of the security requirements set in the approved security program, unless government authorities are available at the airport for that purpose.

129.27 Prohibition against carriage of weapons

For the purposes of this section applies the provisions of the PNAVSEC and specific regulation on the subject issued by ANAC.

129.29 Smoking prohibitions

(a) No foreign air carrier may operate an aircraft in Brazil, unless it is equipped with the warnings about prohibition of smoking on board.

(b) Smoking in all segments of flight operations carrying passengers is forbidden, whatever the duration of the flight.

(c) No person may operate an aircraft unless it is installed in each lavatory a sign or notice with the following text (or equivalent in English or Portuguese): "It is prohibited to prevent, or attempt to stop the operation of this lavatory smoke detector." Such notices or signs need not meet the requirements of paragraph (a) of this section.

(d) No person may smoke on board of an aircraft while any warning "no smoking" is on.

(e) Smoking is prohibited in any lavatory of an aircraft.

(f) No person may block, disarm or destroy any smoke detector installed in any aircraft lavatory.

(g) On any flight segment of scheduled operations warnings "do not smoke", or equivalent, must remain on from the boarding until the disembarking of passengers.

(h) Each passenger shall comply with instructions given him or her by a crewmember regarding to the compliance with paragraphs (b), (d), (e), and (f) of this section.

129.31 Exchange data programs

Every foreign air carrier that operates commercial aircrafts in Brazil are subjected to the ramp inspection by ANAC according to all exchange data program that Brazil takes part.

129.33 Suspension or limitation of operations

ANAC may determine the suspension or limitation of operations of the foreign air carrier in the following situations:

(a) if ANAC determines that safety in air commerce requires the suspension;

(b) if the foreing air carrier loses the conditions to conduct operations, in accordance with Resolution nº 692, issued September, 21th, 2022, or rule that replaces it; or

(c) in the case of scheduled operations, if the foreign air carrier does not comply with recent experience requirement of paragraph 129.11(d).

APPENDIX A - [RESERVED]

APPENDIX B - [RESERVED]

(*) The English version of this Regulation is for reference only

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 9.249, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece os elementos mínimos de infraestrutura e de segurança operacional a serem exigidos do operador de aeródromo não certificado segundo o RBAC nº 139 que processe ou pretenda processar operações aéreas regulares domésticas regidas pelo RBAC nº 121.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 31, inciso XI, e 33, incisos II e VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos parágrafos 139.1(b) e 139.601(a) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, Emenda nº 06, e considerando o que consta do processo nº 00058.004182/2019-41, resolve:

Art. 1º Estabelecer, para os fins do disposto nos parágrafos 139.1(b) e 139.601(a) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, os elementos mínimos de infraestrutura e de segurança operacional a serem exigidos do operador de aeródromo não certificado segundo o RBAC nº 139 que processe ou pretenda processar operações aéreas regulares domésticas regidas pelo RBAC nº 121.

Parágrafo único. O operador de aeródromo deverá cumprir os seguintes elementos mínimos de infraestrutura e de segurança operacional:

I - implementar medida mitigadora, que consiste na redução das distâncias declaradas, conforme procedimento disposto em Instrução Suplementar específica, caso não exista Área de Segurança de Fim de Pista (RESA) nas dimensões mínimas previstas no RBAC nº 154; (Vide IS nº 154.5-001A)

II - provimento da largura mínima da pista de pouso e decolagem para a aeronave crítica em operação, nos termos do parágrafo 154.201(d) do RBAC nº 154;

III - provimento de área nivelada, limpa e livre de obstáculos, nas distâncias mínimas dispostas no parágrafo 154.207(e) do RBAC nº 154;

IV - provimento, conforme aplicável, de indicadores e dispositivos de sinalização, de sinalização horizontal e de luzes, respectivamente dispostos nas seções 154.301, 154.303 e 154.305 do RBAC nº 154; e

V - provimento do sistema visual indicador de rampa de aproximação, disposto no parágrafo 154.305(j) do RBAC nº 154, no mínimo em uma das cabeceiras, conforme aplicabilidade.

Art. 2º O operador de aeródromo deverá compatibilizar os elementos mínimos de infraestrutura e de segurança operacional sempre que ocorrer alteração da aeronave crítica em seu aeródromo.

Art. 3º O cumprimento dos elementos mínimos de infraestrutura e de segurança operacional não isentará o operador de aeródromo de cumprir com os requisitos estabelecidos nos regulamentos editados pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor em 3 de outubro de 2022.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 9.248, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Disciplina os critérios para determinação de obtenção e manutenção de certificado operacional de aeroporto por risco à segurança das operações.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 33, incisos II, III, V, VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Seção 139.1 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, Emenda nº 06, e nas Leis nºs 13.726, de 8 de outubro de 2018, e 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.004182/2019-41, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios para determinação de obtenção e manutenção de certificado operacional de aeroporto por risco à segurança das operações, conforme parágrafo 139.1(a)(1) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput deste artigo, os seguintes elementos serão observados, individual ou conjuntamente, em avaliação técnica da ANAC que demonstre necessidade de melhoria operacional do aeródromo:

I - movimentação de passageiros ou aeronaves no aeródromo;

II - compatibilidade da infraestrutura ao tipo de operação pretendida ou vigente; e

III - mecanismos da ANAC para controle dos riscos operacionais.

Art. 2º A avaliação técnica da ANAC será disponibilizada ao operador do aeródromo para que este apresente uma ou mais alternativas possíveis para atingir os objetivos de segurança operacional pretendidos, podendo envolver ou não a certificação operacional de aeroporto, com demonstração dos impactos das alternativas para atingir um nível aceitável de segurança operacional e respectivo compromisso de ações corretivas.

§ 1º As alternativas apresentadas pelo operador de aeródromo com respectivo plano de implementação serão objetos de nova avaliação técnica pela ANAC.

§ 2º Caso a avaliação técnica conclua que a alternativa apresentada atinge os objetivos de segurança operacional, a ANAC monitorará a implementação da alternativa conforme compromisso apresentado.

§ 3º Caso a alternativa apresentada seja pela certificação operacional de aeroporto, será instaurado processo de certificação operacional de aeroporto, conforme RBAC nº 139.

§ 4º Caberá providência administrativa acautelatória quando:

I - o operador de aeródromo não apresentar alternativa para atingir os objetivos de segurança operacional pretendidos;

II - a avaliação técnica concluir que as alternativas apresentadas não atingem os objetivos de segurança operacional pretendidos e o operador não der início ao processo de certificação operacional de aeroporto;

III - o operador de aeródromo não concluir a alternativa conforme compromisso de ações corretivas aceito em avaliação técnica da ANAC; e

IV - o operador de aeródromo não obtiver o certificado operacional de aeroporto, conforme acordo específico de certificação operacional do aeroporto estabelecido no RBAC nº 139.

Art. 3º O operador de aeródromo que pretenda renunciar ao certificado operacional de aeroporto e manter as operações com venda individual de assentos deverá apresentar estudo de compatibilidade podendo implicar alteração das especificações operativas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor em 3 de outubro de 2022.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 9.205, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os Art. 2º e 25 da Portaria nº 6880/SIA, de 30 de dezembro de 2021, considerando a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 19/2022/GFIC/SIA, de 8 de setembro de 2022 e o que consta no Processo ANAC nº 00058.037457/2021-47, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Lourival Nunes de Farias, Código Identificador de Aeródromo - CIAD PB0009, indicador de localidade OACI SIBY, localizado em Monteiro/PB.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso, exceto no caso de operações de emergência médica ou de transporte de valores realizadas mediante prévia coordenação com o Operador do Aeródromo.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 9.036, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.034215/2022-93, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Recanto;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0227;

III - município (UF): Alcinópolis (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 18° 0' 24'' S / 54° 0' 49'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 10 de abril de 2024.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 873/SIA de 09 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2014, Seção 1 Página 6.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.042, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.031176/2022-72, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Retiro da Cachoeira;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0268;

III - município (UF): Campo Grande (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 20° 48' 39" S / 054° 37' 05" W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1689/SIA de 5 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2016, Seção 1 Página53.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.094, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.031691/2022-52, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Santa Cândida;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0145;

III - município (UF): Guariba (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 21° 20' 01'' S / 048° 10' 16'' W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 991/SIA de 22 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, Seção 1 Página 3.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.095, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na

Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.027805/2022-60, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Inhu-Guassu;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0598;

III - município (UF): Paranhos (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 31' 06'' S / 055° 29' 38'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.105, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.024719/2021-14, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Boa Esperança de Porteiras;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: GO0320;

III - município (UF): Montividiu (GO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 17° 25' 04'' S / 050° 59' 14'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.106, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.024725/2021-71, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Retiro das Emas;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: GO0321;

III - município (UF): Montes Claros de Goiás (GO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 39' 20'' S / 051° 45' 12'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.147, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.034974/2022-56, resolve:

Art. 1º Excluir o Aeródromo Privado abaixo do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo:

I - denominação: Zizico;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PR0111;

III - município (UF): Pontal do Paraná (PR);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 25° 41' 01'' S / 048° 27' 37'' W

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1801/SIA de 20 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2011, Seção 1 Página 32.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.149, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.035394/2022-86, resolve:

Art. 1º Excluir o Aeródromo Privado abaixo do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo:

I - denominação: Veracel;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0128;

III - município (UF): Belmonte (BA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 16° 06' 16'' S / 039° 21' 50'' W

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 3864/SIA de 28 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 29 de janeiro de 2021, Seção 1 Página 71.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 9.123, DE 11 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e considerando o que consta do processo nº 00058.011560/2020-86, resolve:

Art. 1º Aprovar nos termos do Anexo desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 121-019, Revisão A (IS nº 121-019A), intitulada "Operações de decolagem em baixa visibilidade".

Parágrafo único. As Instruções de que trata este artigo encontram-se disponíveis no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/iac-e-is/is) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor 3 de outubro de 2022

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DECISÃO SUPAS Nº 918, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 19; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.190907/2022-11, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da BRASIL SUL LINHAS RODOVIÁRIAS LTDA., CNPJ nº 05.233.521/0001-02, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha CAMPO MOURÃO (PR) - BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC), prefixo 09-0204-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 927, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 66; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.190518/2022-87, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EXPRESSO GUANABARA LTDA., CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha GOIÂNIA (GO) - JUAZEIRO DO NORTE (CE), via CAMPOS SALES (CE), prefixo nº 12-0699-60, com as seguintes seções:

I - de GOIÂNIA (GO) para SÃO DESIDÉRIO (BA), GILBUES (PI), MONTE ALEGRE DO PIAUÍ (PI), REDENÇÃO DO GURGUEIA (PI), BOM JESUS (PI), CRISTINO CASTRO (PI), COLÔNIA DO GURGUEIA (PI), ELISEU MARTINS (PI), CANTO DO BURITI (PI), FLORIANO (PI), OEIRAS (PI) e PICOS (PI);

II - de ANÁPOLIS (GO) para GILBUES (PI), MONTE ALEGRE DO PIAUÍ (PI), REDENÇÃO DO GURGUEIA (PI), BOM JESUS (PI), CRISTINO CASTRO (PI), COLÔNIA DO GURGUEIA (PI), ELISEU MARTINS (PI), CANTO DO BURITI (PI), FLORIANO (PI), JUAZEIRO DO NORTE (CE);

III - de BRASÍLIA (DF) para SÃO DESIDÉRIO (BA), GILBUES (PI), MONTE ALEGRE DO PIAUÍ (PI), REDENÇÃO DO GURGUEIA (PI), BOM JESUS (PI), CRISTINO CASTRO (PI), COLÔNIA DO GURGUEIA (PI), ELISEU MARTINS (PI), CANTO DO BURITI (PI), ITAUEIRA (PI), FLORIANO (PI), OEIRAS (PI), PICOS (PI) e JUAZEIRO DO NORTE (CE);

IV - de LUIS EDUARDO MAGALHÃES (BA) e JUAZEIRO DO NORTE (CE) para FLORIANO (PI);

V - de BARREIRAS (BA) para OEIRAS (PI) e PICOS (PI);

VI - de PICOS (PI) para CAMPOS SALES (CE), CRATO (CE) e JUAZEIRO DO NORTE (CE);

VII - de FRONTEIRAS (PI) para CAMPOS SALES (CE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 929, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 66; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.187082/2022-49, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EXPRESSO GUANABARA LTDA., CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha GOIÂNIA (GO) - JUAZEIRO DO NORTE (CE) via ARARIPINA (PE), prefixo 12-0698-60, com as seguintes seções:

I - de ANÁPOLIS (GO) para JACOBINA (BA), JUAZEIRO DO NORTE (CE), MORRO DO CHAPÉU (BA) e OURICURI (PE);

II - de CAPIM GROSSO (BA) para ALVORADA DO NORTE (GO), BRASÍLIA (DF) e GOIÂNIA (GO);

III - de CRATO (CE) para ARARIPINA (PE);

IV - de GOIÂNIA (GO) para JACOBINA (BA), MORRO DO CHAPÉU (BA) e OURICURI (PE);

V - de IRECÊ (BA) para ANÁPOLIS (GO) e GOIÂNIA (GO);

VI - de JUAZEIRO DO NORTE (CE) para ARARIPINA (PE) e BRASÍLIA (DF);

VII - de PETROLINA (PE) para ALVORADA DO NORTE (GO), ANÁPOLIS (GO), BRASÍLIA (DF), GOIÂNIA (GO), IBOTIRAMA (BA), LUIS EDUARDO MAGALHÃES (BA), SÃO DESIDÉRIO (BA), SEABRA (BA) e SENHOR DO BONFIM (BA);

VIII - de SÃO DESIDÉRIO (BA) para BRASÍLIA (DF) e GOIÂNIA (GO); e

IX - de SENHOR DO BONFIM (BA) para ALVORADA DO NORTE (GO) e GOIÂNIA (GO).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

DECISÃO SUFER Nº 48, DE 9 DESETEMBRO DE 2022

O Superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso XVIII da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução ANTT nº 5.881, de 31 de março de 2020, e pela Resolução ANTT nº 5.963, de 10 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo nº 50500.096209/2022-11, decide:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação para fins ferroviários, em favor da União, os bens imóveis alcançados pelas coordenadas planas descritas nos anexos a esta Decisão, as quais definem as poligonais de utilidade pública de 3 (três) áreas no município de Conselheiro Lafaiete/MG, destinadas à implantação do viaduto rodoviário de 368,00 metros, que irá transpor a linha férrea e conectar as Ruas Dias de Souza e Valério Eugênio.

Art. 2º Fica a MRS autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação das obras referenciadas no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A MRS fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a Concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A execução das desapropriações sobre bens de propriedade dos Estados e Municípios estará condicionada à autorização prévia do Poder Legislativo, se for o caso.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AUGUSTO FORMIGA
Substituto

ANEXO

Tabela de Pontos - Área 01					
De	Para	Azimute	Distância (m)	Coord. N	Coord. E
P01	P02	96°15'30,29"	9,44	7.715.536,89	624.814,20
P02	P03	93°13'20,12"	12,44	7.715.535,86	624.823,59
P03	P04	95°08'14,36"	4,28	7.715.535,16	624.836,00
P04	P05	180°00'00,00"	15,54	7.715.534,78	624.840,26
P05	P06	109°08'01,11"	0,01	7.715.519,24	624.840,26
P06	P07	164°45'34,68"	11,72	7.715.519,24	624.840,27
P07	P08	89°27'54,83"	29,86	7.715.507,93	624.843,35
P08	P09	182°32'37,38"	11,58	7.715.508,21	624.873,21
P09	P10	187°38'13,94"	12,05	7.715.496,64	624.872,69
P10	P11	270°47'05,23"	12,21	7.715.484,69	624.871,09
P11	P12	184°26'44,49"	4,69	7.715.484,86	624.858,88
P12	P13	272°37'12,88"	14,93	7.715.480,19	624.858,51
P13	P14	216°17'18,45"	5,62	7.715.480,87	624.843,60
P14	P15	216°17'21,28"	7,72	7.715.476,34	624.840,27
P15	P16	96°03'30,29"	16,33	7.715.470,12	624.835,70
P16	P17	95°49'42,63"	1,45	7.715.468,39	624.851,94
P17	P18	95°46'21,44"	3,61	7.715.468,25	624.853,39
P18	P19	186°44'22,06"	5,91	7.715.467,88	624.856,98
P19	P20	186°37'19,54"	1,16	7.715.462,01	624.856,29
P20	P21	90°39'15,29"	0,49	7.715.460,87	624.856,15
P21	P22	160°49'56,90"	10,70	7.715.460,86	624.856,64
P22	P23	160°50'07,26"	0,90	7.715.450,76	624.860,16
P23	P24	70°49'48,84"	1,17	7.715.449,90	624.860,45
P24	P25	70°50'05,99"	0,44	7.715.450,29	624.861,56
P25	P26	69°20'20,63"	9,49	7.715.450,43	624.861,97
P26	P27	169°27'58,59"	9,65	7.715.453,78	624.870,85
P27	P28	168°28'33,18"	1,10	7.715.444,30	624.872,62
P28	P29	164°02'05,93"	1,84	7.715.443,22	624.872,84
P29	P30	163°48'01,20"	1,93	7.715.441,45	624.873,35
P30	P31	161°00'12,05"	1,62	7.715.439,59	624.873,89
P31	P32	161°07'01,48"	2,21	7.715.438,06	624.874,41
P32	P33	158°59'52,19"	2,27	7.715.435,97	624.875,13
P33	P34	160°49'46,95"	1,84	7.715.433,85	624.875,94
P34	P35	156°48'51,27"	1,88	7.715.432,11	624.876,54
P35	P36	157°39'52,58"	2,50	7.715.430,39	624.877,28
P36	P37	154°38'58,34"	3,62	7.715.428,08	624.878,23
P37	P38	150°50'11,39"	2,15	7.715.424,80	624.879,78
P38	P39	148°01'47,30"	3,37	7.715.422,92	624.880,83
P39	P40	143°17'21,31"	6,11	7.715.420,07	624.882,61
P40	P41	139°54'15,73"	4,15	7.715.415,17	624.886,26
P41	P42	295°15'05,67"	30,19	7.715.412,00	624.888,94
P42	P43	305°12'12,42"	2,53	7.715.424,87	624.861,64
P43	P44	314°25'20,41"	0,77	7.715.426,33	624.859,57
P44	P45	337°01'10,98"	0,76	7.715.426,87	624.859,02
P45	P46	302°35'07,08"	1,10	7.715.427,57	624.858,72
P46	P47	291°09'53,56"	7,39	7.715.428,16	624.857,80
P47	P48	18°24'15,69"	0,06	7.715.430,83	624.850,91
P48	P49	292°55'29,31"	7,49	7.715.430,88	624.850,93
P49	P50	304°56'15,19"	5,86	7.715.433,80	624.844,03
P50	P51	314°28'08,07"	3,81	7.715.437,16	624.839,23
P51	P52	301°40'52,60"	8,40	7.715.439,83	624.836,51
P52	P53	301°32'16,46"	0,64	7.715.444,24	624.829,36
P53	P54	301°29'36,79"	10,84	7.715.444,57	624.828,82
P54	P55	25°10'48,30"	0,87	7.715.450,24	624.819,57
P55	P56	299°01'49,55"	1,61	7.715.451,02	624.819,94
P56	P57	23°23'17,36"	2,42	7.715.451,81	624.818,53
P57	P58	296°41'34,60"	0,80	7.715.454,03	624.819,49
P58	P59	210°31'37,17"	6,52	7.715.454,39	624.818,78
P59	P60	228°31'01,81"	2,18	7.715.448,77	624.815,46
P60	P61	162°25'41,52"	1,68	7.715.447,33	624.813,83
P61	P62	305°48'53,77"	20,11	7.715.445,72	624.814,34
P62	P63	24°07'59,39"	1,60	7.715.457,49	624.798,03
P63	P64	14°47'59,73"	4,29	7.715.458,95	624.798,69
P64	P65	359°25'51,00"	9,92	7.715.463,10	624.799,79
P65	P66	359°25'49,00"	2,26	7.715.473,02	624.799,69
P66	P67	19°41'31,51"	10,39	7.715.475,28	624.799,66
P67	P68	2°11'20,86"	11,82	7.715.485,06	624.803,16
P68	P69	2°11'20,39"	37,62	7.715.496,87	624.803,61
P69	P70	49°00'40,66"	1,48	7.715.534,47	624.805,05
P70	P71	63°10'30,38"	2,96	7.715.535,44	624.806,17
P71	P72	90°17'16,70"	5,17	7.715.536,77	624.808,81
P72	P01	57°19'47,10"	0,26	7.715.536,75	624.813,98

Tabela de Pontos - Área 02					
De	Para	Azimute	Distância (m)	Coord. N	Coord. E
P01	P02	92°05'02,92"	15,31	7.715.499,12	624.760,57
P02	P03	90°37'46,39"	4,06	7.715.498,57	624.775,87
P03	P04	84°26'26,82"	4,56	7.715.498,52	624.779,92
P04	P05	174°28'38,25"	8,37	7.715.498,96	624.784,47
P05	P06	177°42'02,20"	15,65	7.715.490,63	624.785,27
P06	P07	197°07'23,70"	8,83	7.715.474,99	624.785,90
P07	P08	305°51'16,33"	4,51	7.715.466,55	624.783,30
P08	P09	305°51'16,33"	4,51	7.715.469,19	624.779,65
P09	P10	303°19'54,27"	13,98	7.715.471,83	624.775,99
P10	P11	287°16'51,48"	2,52	7.715.479,51	624.764,31
P11	P12	287°16'54,42"	6,42	7.715.480,26	624.761,91
P12	P13	300°54'18,42"	5,19	7.715.482,17	624.755,78
P13	P14	33°30'14,61"	3,25	7.715.484,84	624.751,32
P14	P15	134°14'36,72"	1,02	7.715.487,54	624.753,12
P15	P16	32°49'11,59"	3,05	7.715.486,83	624.753,85
P16	P17	304°12'56,53"	0,48	7.715.489,40	624.755,50
P17	P18	30°04'10,74"	6,60	7.715.489,67	624.755,10
P18	P01	30°04'09,72"	4,32	7.715.495,38	624.758,41

Tabela de Pontos - Área 03					
De	Para	Azimute	Distância (m)	Coord. N	Coord. E
P01	P02	103°54'38,27"	10,40	7.715.444,20	624.483,42
P02	P03	105°57'20,60"	2,67	7.715.441,70	624.493,52
P03	P04	105°57'22,30"	4,59	7.715.440,96	624.496,08
P04	P05	105°57'23,70"	3,66	7.715.439,70	624.500,50
P05	P06	156°50'04,79"	8,82	7.715.438,70	624.504,01
P06	P07	246°35'02,98"	12,95	7.715.430,58	624.507,48
P07	P08	250°07'32,74"	5,98	7.715.425,44	624.495,60
P08	P09	268°32'25,05"	5,65	7.715.423,40	624.489,97
P09	P10	357°32'08,06	6,50	7.715.423,26	624.484,32
P10	P01	357°32'09,57"	14,46	7.715.429,75	624.484,04

DECISÃO SUFER Nº 49, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O Superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso XVIII da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução ANTT nº 5.963, de 10 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo nº 50500.138189/2022-63, decide:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação para fins ferroviários, em favor da União, os bens imóveis alcançados pelas coordenadas planas descritas nos anexos a esta Decisão, as quais definem as poligonais de utilidade pública de 2 (duas) áreas no município de Pinheiral/RJ, destinadas à implantação do viaduto rodoviário, localizado entre os bairros Vale do Sol, Parque Maira e Varjão.

Art. 2º Fica a MRS autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação das obras referenciadas no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A MRS fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a Concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A execução das desapropriações sobre bens de propriedade dos Estados e Municípios estará condicionada à autorização prévia do Poder Legislativo, se for o caso.

Art. 5 Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AUGUSTO FORMIGA
Substituto

ANEXO

Área 1					
LADOS		AZIMUTES	DISTÂNCIA (m)	COORDENADAS (UTM)	
VÉRTICES	VÉRTICES			N (metros)	E (metros)
P01	P02	108°46'54"	7,25	7.512.594,54	600.820,95
P02	P03	124°57'25"	171,6	7.512.592,20	600.827,82
P03	P04	141°08'12"	120,44	7.512.493,88	600.968,46
P04	P05	147°00'20"	15,4	7.512.400,10	601.044,03
P05	P06	236°59'10"	4,78	7.512.387,19	601.052,42
P06	P07	324°03'35"	8,01	7.512.384,58	601.048,41
P07	P08	319°21'37"	23,15	7.512.391,06	601.043,71
P08	P09	299°10'53"	14,45	7.512.408,63	601.028,63
P09	P10	321°23'06"	14,54	7.512.415,68	601.016,02
P10	P11	276°36'44"	10,68	7.512.427,04	601.006,94
P11	P12	220°48'46"	5,23	7.512.428,27	600.996,33
P12	P13	270°04'51"	8,1	7.512.424,31	600.992,91
P13	P14	291°04'21"	1,4	7.512.424,32	600.984,82
P14	P15	274°09'53"	6,98	7.512.424,82	600.983,51
P15	P16	217°10'36"	4,28	7.512.425,33	600.976,55
P16	P17	272°39'53"	8,95	7.512.421,92	600.973,97
P17	P18	277°01'03"	23,76	7.512.422,34	600.965,02
P18	P19	202°05'51"	4,15	7.512.425,24	600.941,44
P19	P20	260°05'00"	10,12	7.512.421,40	600.939,88
P20	P21	253°38'16"	22,6	7.512.419,65	600.929,91
P21	P22	268°15'14"	4,54	7.512.413,29	600.908,22
P22	P23	283°14'16"	4,13	7.512.413,15	600.903,68
P23	P24	289°47'01"	19,87	7.512.414,09	600.899,66
P24	P25	298°57'12"	23,14	7.512.420,82	600.880,96
P25	P26	317°14'23"	16,95	7.512.432,02	600.860,71
P26	P27	330°01'15"	23,34	7.512.444,47	600.849,20
P27	P28	353°51'03"	20,14	7.512.464,68	600.837,54

P28	P29	10°31'57"	21,18	7.512.484,71	600.835,38
P29	P30	71°30'57"	6,77	7.512.505,53	600.839,25
P30	P31	32°41'37"	4,65	7.512.507,68	600.845,68
P31	P32	18°27'40"	1,86	7.512.511,59	600.848,19
P32	P33	355°05'04"	10,59	7.512.513,36	600.848,78
P33	P34	5°49'16"	5,34	7.512.523,91	600.847,87
P34	P35	70°26'27"	7,3	7.512.529,22	600.848,41
P35	P36	19°01'18"	1,12	7.512.531,67	600.855,29
P36	P37	0°42'40"	11,35	7.512.532,72	600.855,65
P37	P38	58°42'28"	5,46	7.512.544,07	600.855,79
P38	P39	342°54'21"	2,1	7.512.546,91	600.860,46
P39	P40	356°40'40"	5,95	7.512.548,91	600.859,84
P40	P41	340°10'30"	7,29	7.512.554,85	600.859,49
P41	P42	351°04'55"	1,88	7.512.561,71	600.857,02
P42	P43	321°17'25"	8,3	7.512.563,57	600.856,73
P43	P44	334°37'32"	0,68	7.512.570,05	600.851,54
P44	P45	311°20'36"	14,66	7.512.570,66	600.851,25
P45	P46	301°53'28	23,45	7.512.580,34	600.840,25
P46	P01	18°46'54"	1,91	7.512.592,73	600.820,34
Área Total: 16.268,09 m²					

Área 2					
LADOS		AZIMUTES	DISTÂNCIA (m)	COORDENADAS (UTM)	
VÉRTICES	VÉRTICES			N (metros)	E (metros)
P01	P02	116°06'11"	25,92	7.512.608,60	600.860,36
P02	P03	123°34'46"	18,04	7.512.597,19	600.883,64
P03	P04	126°07'45"	14,12	7.512.587,21	600.898,68
P04	P05	128°52'41"	15,89	7.512.578,89	600.910,08
P05	P06	131°21'52"	28,09	7.512.568,91	600.922,45
P06	P07	130°14'21"	18,37	7.512.550,35	600.943,53
P07	P08	130°38'02"	19,97	7.512.538,48	600.957,56
P08	P09	130°03'11"	18,12	7.512.525,48	600.972,71
P09	P10	138°14'00"	19,16	7.512.513,81	600.986,58
P10	P11	138°11'57"	18,64	7.512.499,52	600.999,35
P11	P12	140°51'09"	5,97	7.512.485,62	601.011,78
P12	P13	227°00'31"	15,32	7.512.480,99	601.015,55
P13	P14	321°52'06"	7,41	7.512.470,55	601.004,34
P14	P15	319°08'48"	13	7.512.476,37	600.999,77
P15	P16	315°47'33"	17,26	7.512.486,21	600.991,27
P16	P17	309°12'32"	44,93	7.512.498,58	600.979,23
P17	P18	305°21'11"	67,55	7.512.526,98	600.944,42
P18	P19	305°07'47"	33,36	7.512.566,07	600.889,32
P19	P20	302°41'51"	15,4	7.512.585,26	600.862,04
P20	P01	36°55'19"	18,78	7.512.593,58	600.849,08
Área Total: 3.747,83 m²					

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 919, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em conformidade com o art. 3º e o inciso IX do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015 prevê que a empresa que pretende prestar o serviço regular deverá requerer o Termo de Autorização - TAR e satisfazer todas as disposições desta Resolução e da legislação em vigor;

CONSIDERANDO que o presente TAR não torna a empresa apta para operar qualquer mercado, sendo necessária, posteriormente, a apresentação de novo requerimento para a obtenção de Licença Operacional - LOP, nos termos do art. 25 da Resolução nº 4.770, de 2015;

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 50500.185595/2022-15, decide:

Art. 1º Deferir o pedido e conceder à EXPRESSO NORTE E TURISMO LTDA., CNPJ nº 33.694.501/0001-74, o TAR Nº 449, para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 2º A empresa deverá observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770, de 2015 implica a extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 920, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 19; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.190921/2022-14, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da BRASIL SUL LINHAS RODOVIÁRIAS LTDA., CNPJ nº 05.233.521/0001-02, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha PITANGA (PR) - BLUMENAU (SC), prefixo 09-0395-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 921, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.186244/2022-21, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
A F DA SILVA TURISMO LTDA	006726	47.730.739/0001-12
A.C.M.B. DA SILVA TRANSPORTE EXECUTIVO LTDA	006700	46.242.045/0001-73
A.T.V.G FRETAMENTO E TURISMO LTDA	006727	32.244.274/0001-12
ACL LOCACOES DE VANS EIRELI	002494	19.237.004/0001-16
AUTO VIACAO MACHADO LTDA	000784	02.288.564/0001-05
CHICK JOIA TURISMO E TRANSPORTE LTDA	006305	36.871.883/0001-52
EMILY TURISMO LTDA	006728	22.301.725/0001-52
ESTEPHANETUR VIAGENS E PASSEIOS LTDA	000308	23.705.458/0001-41
EXPRESSO V. B. TRANSPORTES E TURISMO LTDA	002147	27.437.407/0001-37
FS TRANSPORTE E TURISMO EIRELI	006729	36.744.109/0001-80
GONCALVES ALMEIDA LTDA	006730	36.814.634/0001-25

DECISÃO SUPAS Nº 922, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.186309/2022-39, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
HL TURISMO LTDA	006731	43.663.799/0001-09
HUBNER - TRANSPORTES LTDA	002457	08.581.223/0001-00
HVS LOGISTICA CORPORATIVA LTDA	006732	47.391.869/0001-78
IMPERIO TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA - ME	319325	13.623.965/0001-82
J.F. DA SILVA FILHO TRANSPORTES LTDA	006733	19.791.729/0001-51
JC LOCAÇÃO DE VANS LTDA	419868	14.466.335/0001-04

JOIA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI	002004	31.750.190/0001-98
KUNZLER TRANSPORTES LTDA	006734	17.415.116/0001-94
LOCADORA DE VEICULOS NITIDEZ EXPRESS LTDA	006735	09.051.140/0001-63
LUCIANO CARDOSO SILVEIRA EIRELI	002416	30.625.747/0001-04
MABELLA TURISMO LTDA	006736	47.820.423/0001-11

DECISÃO SUPAS Nº 923, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.186407/2022-76, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
MURINELLI TUR VIAGENS E TURISMO LTDA	006737	35.394.773/0001-84
NOVA AVENTURA TRANSPORTES & TURISMO LTDA	006738	16.817.668/0001-66
NOVA OESTE - AGENCIA DE VIAGENS, TRANSPORTE E TURISMO LTDA	006739	17.360.151/0001-53
OCEANIA SERVICOS MARITIMOS LTDA	006740	05.638.240/0001-30
PAVIMENTACAO E URBANIZACAO PEDRA LTDA	006741	13.163.187/0001-96
R. A LOCADORA E TRANSPORTE LTDA - ME	000448	14.545.432/0001-92
RÁPIDO SUMARE LTDA	352923	68.260.371/0001-46
RCA DOS SANTOS TRANSPORTES LTDA	006742	24.551.825/0001-62
REGINALICE TRANSPORTES E TURISMO LTDA	006743	29.188.076/0001-74
ROBERTO APARECIDO SANTOS LTDA	006744	33.612.882/0001-03

DECISÃO SUPAS Nº 924, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.186449/2022-15, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
S. BURAKOUSKI TRANSPORTES LTDA	006745	46.896.305/0001-24
SO NAVES TURISMO E TRANSPORTES LTDA	006746	46.513.519/0001-74
TRANSLIFE LTDA	001543	02.825.262/0001-10
TRANSPONTEIO TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI	310200	22.253.389/0001-10
TRANSPORTADORA TURISTICA SERRANA LTDA.	006747	44.727.773/0001-40
V A G TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	006748	26.037.158/0001-20
V. L. SOSTER LTDA	006749	10.243.577/0001-88
VIACAO NILMA LTDA	006750	46.886.551/0001-03
VIAÇÃO PÁSSARO VERDE LTDA.	006751	17.257.916/0001-24
VIACAO SANTANA EIRELI	006752	23.842.832/0001-50

DECISÃO SUPAS Nº 925, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 19; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.190927/2022-83, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da BRASIL SUL LINHAS RODOVIÁRIAS LTDA., CNPJ nº 05.233.521/0001-02, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha LONDRINA (PR) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 09-0411-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 926, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 19; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.190941/2022-87, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da BRASIL SUL LINHAS RODOVIÁRIAS LTDA., CNPJ nº 05.233.521/0001-02, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha CURITIBA (PR) - PORTO ALEGRE (RS), prefixo 09-0479-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 928, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 19; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.190915/2022-59, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da BRASIL SUL LINHAS RODOVIARIAS LTDA., CNPJ nº 05.233.521/0001-02, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha PONTA GROSSA (PR) - FLORIANÓPOLIS (SC), prefixo 09-0206-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 930, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de seção constam da Licença Operacional - LOP de nº 98; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.184796/2022-03, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da VIAÇÃO OURO E PRATA S/A, CNPJ nº 92.954.106/0001-42, para modificar a prestação do serviço com a implantação das seções indicadas, na linha JOAÇABA (SC) - SÃO PAULO (SP), prefixo 16-0048-00:

I - de CURITIBA (PR) para EMBU DAS ARTES (SP) e SÃO PAULO (SP); e

II - de PORTO UNIÃO (SC) para CURITIBA (PR), EMBU DAS ARTES (SP) e SÃO PAULO (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 931, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 19; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.190911/2022-71, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da BRASIL SUL LINHAS RODOVIÁRIAS LTDA., CNPJ nº 05.233.521/0001-02, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha PITANGA (PR) - BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC), prefixo 09-0205-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 932, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de seção constam da Licença Operacional - LOP de nº 98; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.188591/2022-99, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da VIAÇÃO OURO E PRATA S/A, CNPJ nº 92.954.106/0001-42, para modificar a prestação do serviço com a supressão da seção SANTA ROSA (RS) - SÃO MATEUS DO SUL (PR), da linha SANTA ROSA (RS) - SÃO PAULO (SP), prefixo 10-0024-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 933, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 54; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.189023/2022-13, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da REAL EXPRESSO LTDA., CNPJ nº 25.634.551/0001-38, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha BRASÍLIA (DF) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 12-0683-40; e

II - implantar a linha BRASÍLIA (DF) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 12-0683-60, com as seguintes seções:

a) de BRASÍLIA (DF) para SÃO PAULO (SP), VIANÓPOLIS (GO), PIRES DO RIO (GO), CALDAS NOVAS (GO), ARAGUARI (MG), UBERLÂNDIA (MG), UBERABA (MG), RIBEIRÃO PRETO (SP) e CAMPINAS (SP);

b) de PIRES DO RIO (GO) e CALDAS NOVAS (GO) para ARAGUARI (MG), UBERLÂNDIA (MG), UBERABA (MG), RIBEIRÃO PRETO (SP), CAMPINAS (SP) e SÃO PAULO (SP); e

c) de ARAGUARI (MG), UBERLÂNDIA (MG) e UBERABA (MG) para CAMPINAS (SP) e SÃO PAULO (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO Nº 68, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.012203/2020-21.
Interessada: SYLVIE DJOUFFO MAKOUNDJOU.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 4/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (16979641), e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela solicitante de autorização de residência SYLVIE DJOUFFO MAKOUNDJOU, nascida no dia 25/11/1976, nacional de Camarões, e portadora do Passaporte nº 0786188, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses de autorização de residência previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 69, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08000.005694/2019-00.
Interessado: HUSSEIN ADNAN HAKIM.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 131/2021/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (16482227), e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência HUSSEIN ADNAN HAKIM, nascido no dia 08/04/1992, nacional do Líbano, portador do Passaporte nº RL2497131, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não cumprimento do critério constante do art. 1º, inciso II, da Resolução Conjunta nº 1, de 9 de outubro de 2018, do Conselho Nacional de Imigração e do Comitê Nacional para os Refugiados.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 70, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.021727/2019-70.
Interessado: HAIRO SÁNCHEZ LEÓN.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 7/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (17006895), e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência HAIRO SÁNCHEZ LEÓN, nascido no dia 22/12/1994, nacional de Cuba, e portador do passaporte nº J174641, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses de autorização de residência previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 75, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.011497/2019-31.
Interessado: KEHUA LIU.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 121/2021/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (16468016) e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência KEHUA LIU, nascido no dia 18/07/1978, nacional da República Popular da China, portador do Passaporte nº E23469017, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 77, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.011967/2020-08.
Interessado: HUSSEIN HUSSEIN.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 68/2021/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (15597558) e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência HUSSEIN HUSSEIN, nascido em 1º/05/1994, nacional do Líbano, e portador do Passaporte nº LR1732667, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 82, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08460.000418/2021-44.
Interessada: SILVANA RIBEIRO CANHANGA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 36/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (17247403) e NÃO CONHEÇO do recurso administrativo interposto pela solicitante de autorização de residência, fundamentada na Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, SILVANA RIBEIRO CANHANGA, nascida no dia 03/04/1986, nacional da República de Angola, portadora do Passaporte nº N2524108, em razão de sua intempestividade, com fulcro no art. 5º da Resolução Administrativa nº 1, de 14 de agosto de 2018, do Conselho Nacional de Imigração.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 93, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 46094.000113/2018-41.
Interessado: MARCELLO FONTANA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 100/2021/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (16440599), e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência MARCELLO FONTANA, nascido no dia 31/07/1960, nacional da Itália, portador do Passaporte nº YA7184109, em razão do não enquadramento nas hipóteses de autorização de residência previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 108, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.023452/2019-17.
Interessado: YOUSSOUF TRAORE.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 1/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (16915069), e NÃO CONHEÇO do recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência fundamentada na Resolução Conjunta nº 1, de 9 de outubro de 2018, do Conselho Nacional de Imigração e do Comitê Nacional para os Refugiados, YOUSSOUF TRAORE, nascido no dia 23/01/1983, nacional da República do Mali, portador do Passaporte nº AA0154989, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão de sua intempestividade, com fulcro no art. 5º, da Resolução Administrativa nº 1, de 14 de agosto de 2018, do Conselho Nacional de Imigração.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 153, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 49094.000026/2018-94.
Interessado: SERIGNE MBACKE GUEYE.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 134/2021/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (16590319), de 25/05/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo imigrante SERIGNE MBACKE GUEYE, nascido no dia 11/07/1988, nacional da República do Senegal, e portador do Passaporte nº A00816335, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses de autorização de residência previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 154, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 46094.000099/2018-86.
Interessado: SHAMMI BEGUM.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 19/2020/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (11801851), de 25/05/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela imigrante SHAMMI BEGUM, nascida no dia 12/12/1993, nacional da República de Bangladesh, e portadora do Passaporte nº BC0366327, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses de autorização de residência previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 155, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08492.000870/2020-58.
Interessado: ANDREAS REINERT.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 29/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (17237863), de 25/05/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo imigrante ANDREAS REINERT, nascido no dia 30/11/1956, nacional da Alemanha, e portador do Passaporte nº C35713133, em face de

decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses de autorização de residência previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 156, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08000.003376/2020-30.
Interessado: VALENTIN MUÑOZ FERNANDEZ.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 15/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (17187189) e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência VALENTIN MUÑOZ FERNANDEZ, nascido no dia 26/03/1963, nacional da República de Espanha, portador do passaporte nº AAC236394, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses de autorização de residência previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do CNIg.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 157, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08084.001475/2021-85.
Interessado: MUQING LIN.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 60/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (17753401) e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência MUQING LIN, nascido no dia 22/07/1990, natural da China, portador do passaporte nº EA8979460, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses de autorização de residência previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do CNIg.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 158, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08084.001886/2021-71.
Interessado: BRAHAM YOUCEF.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 61/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (17754493) e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência BRAHAM YOUCEF, nascido no dia 06/10/1990, natural da Argélia, portador do passaporte nº 306582289, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses de autorização de residência previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do CNIg.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 159, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08084.004135/2021-14.
Interessado: SUDAD BAHJAT MOHAMMED SALIH ALMUKHTAR.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 43/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (17375249) e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência SUDAD BAHJAT MOHAMMED SALIH ALMUKHTAR, nascido no dia 14/01/1966, nacional do Iraque, portador do passaporte nº A10861709, em face de decisão do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em razão do não enquadramento nas hipóteses de autorização de residência previstas no art. 1º da Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, do CNIg.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 160, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08444.000266/2019-63.
Interessado: DAME MBAYE.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 37/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (14906102) e NÃO CONHEÇO do recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência, fundamentada na Resolução Conjunta nº 1, de 9 de outubro de 2018, do Conselho Nacional de Imigração - CNIg e do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare, DAME MBAYE, nascido no dia 13/07/1995, nacional de Senegal, portador do passaporte nº A01265178 (8293704, p. 33), em face de decisão do CNIg, em razão de sua intempestividade, com fulcro no art. 5º da Resolução Administrativa nº 1, de 14 de agosto de 2018, do Conselho Nacional de Imigração.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 161, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08444.000319/2019-46.
Interessado: MBAYE GUEYE.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de autorização de residência.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 59/2022/CGIL_Recursos/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS (17742761) e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de autorização de residência MBAYE GUEYE, nascido no dia 30/08/1987, natural de Senegal, portadora do passaporte nº A01927578 (8302246, p. 11), em razão do não cumprimento de um do(s) requisito(s) previsto(s) no art. 2º, inciso VI, da Resolução Conjunta nº 1, de 9 de outubro de 2018, do Conselho Nacional de Imigração - CNIg e do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MJSP nº 186, de 22 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 182, de 23 de setembro de 2022, Seção 1, página 94, na linha onde se lê: "Art. 11. Esta Portaria entrará em vigor em 3 de outubro de 2022.", leia-se: "Art. 11. Esta Portaria entrará em vigor em 1º de dezembro de 2022."

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 25101497, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.003914/2022-72 - SEI e Processo nº 2021/43139 GESP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SECULUM VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº 65.043.655/0001-92, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2169/2022, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA SENAJUS/MJSP Nº 56, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Portaria SENAJUS/MJSP Nº 49, de 19 de julho de 2022, que subdelega competências no âmbito da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Unidade Gestora Executora UG 200143.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 37 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e os arts. 13 e 68 do Anexo I do Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, nos arts. 1º e 4º da Portaria nº 443, de 24 de novembro de 2021, e no parágrafo único do art. 5º da Portaria SE/MJSP nº 1.411, de 25 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º A PORTARIA SENAJUS/MJSP Nº 49, de 19 de julho de 2022 passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º Fica subdelegada competência ao Diretor do Departamento de Migrações para autorizar quaisquer afastamentos e a participação de servidores em congressos, conferências, seminários, cursos de formação, capacitação e outros eventos similares, quando implicar ônus para a respectiva unidade, observadas as disposições do Decreto nº 9.991, de 2019;"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO ANDRADE COSTA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 27, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 323/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.004133/2021-14, concedida em nome do imigrante ZHANJING GAO, RNM F118967-I, nacional da CHINA, filho de XIDE QI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.004133/2021-14.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 29, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 325/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.018664/2021-94, concedida em nome do imigrante WALTER BRYAN MAGEE, RNM F245623-3, nacional do EUA, filho de LENORE MAGEE, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.018664/2021-94.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 30, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 326/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.017301/2021-31, concedida em nome do imigrante ATLE NORDLAND, RNM F235564-0, nacional da NORUEGA, filho de BJORG NORDLAND, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.017301/2021-31.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 32, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 328/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.001470/2022-31, concedida em nome da imigrante LUCIENNE ANNE E. DANEELS, RNM F522347-7, nacional da BÉLGICA, filha de PATRICIA HORTENSIA PAULA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.001470/2022-31.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 36, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no DESPACHO Nº 332/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, concedida à imigrante BRIGITTE LUCIENNE SUZANNE PLUYS, RNM G185403-T, nacional da BÉLGICA, filha de MARIE THERESE EUPPHROSINE PAULINE HOUBEN PIERRE PLUYS, com fundamento no inciso III, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a ausência do País por período superior a dois anos sem apresentação de justificativa. Processo SEI nº 08270.014816/2021-85.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 37, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 333/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.018794/2021-27, concedida em nome do imigrante XIAOHONG CAI, RNM G420899-E , nacional da CHINA, filho de GUANGJU FANG, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.018794/2021-27.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 38, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 334/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.018177/2020-41, concedida em nome da imigrante YA LIU, RNM G363476-A , nacional da CHINA, filha de MEIYUN CHEN, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.018177/2020-41.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 39, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 335/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.012295/2021-26, concedida em nome do imigrante MINGXING WEI, RNM F453779-0 , nacional da CHINA, filho(a) de SUYING DING, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.012295/2021-26.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 40, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 336/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.003415/2021-02, concedida em nome do imigrante QIQIN HE, RNM F409865-6, nacional da CHINA, filho(a) de XIUQING LAI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.003415/2021-02.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 41, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 337/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.010364/2020-86, concedida em nome da imigrante FLORINDA JOAO CUMBE, RNM F009361-P, nacional de MOÇAMBIQUE, filho(a) de RITA JOÃO CUMBE, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.010364/2020-86.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 42, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 340/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.018313/2020-01, concedida em nome do imigrante HIDEKAZU INOMATA, RNM F047031-W, nacional do JAPÃO, filho(a) de SACHIKO INOMATA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.018313/2020-01.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 43, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 342/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.004715/2021-09, concedida em nome do imigrante MIGUEL VALEIRO MOURINO, RNM F388294-O, nacional da ESPANHA, filho de CRISTINA MOURIÑO ROMÁN, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.004715/2021-09.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 44, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 344/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.019301/2021-76, concedida em nome do imigrante MARTINS KNIPSIS, RNM G218800-2, nacional da LETÔNIA, filho(a) de INARA KNIPSE, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.019301/2021-76.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 45, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no DESPACHO Nº 345/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, concedida ao imigrante JEROEN WILHELMUS HOUTHUIJS, RNM V447210-O, nacional da HOLANDA, filho de AKKE VAN DER TERP, com fundamento no inciso III, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a ausência do País por período superior a dois anos sem apresentação de justificativa. Processo SEI nº 08270.008540/2022-87.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 46, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no DESPACHO Nº 346/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, concedida ao imigrante ORLANDO MANUEL EZEQUIEL VARGAS DOS SANTOS, RNM V996319-G, nacional de PORTUGAL, filho de MARIA DO ROSARIO EZEQUIEL, com fundamento no inciso III, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a ausência do País por período superior a dois anos sem apresentação de justificativa. Processo SEI nº 08270.007457/2022-91.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 47, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 347/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.003585/2021-89, concedida em nome do imigrante JOÃO PEDRO DE ARAGÃO ALEGRIA OLIVEIRA, RNM V688209-3, nacional de PORTUGAL, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.003585/2021-89.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 50, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 349/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.006094/2019-75, concedida em nome do imigrante TOSHIOKI AOKI, RNM G279255-Y, nacional do JAPÃO, filho(a) de RANKO AOKI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.006094/2019-75.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 51, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 350/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.013614/2020-30, concedida em nome do imigrante JOSE LUIS GUERRA DE ALMEIDA, RNM F304181-V, nacional de PORTUGAL, filho(a) de MARGARIDA MARIA GUERRA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.013614/2020-30.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 52, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 352/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.003423/2021-41, concedida em nome do imigrante SERGIY VOVKOVSKYI, RNM G209295-R, nacional da UCRÂNIA, filho(a) de VALENTINA VOVKOVSKAYA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de

novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.003423/2021-41.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 53, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 353/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.001195/2022-55, concedida em nome do imigrante ALEJANDRO ECHEAGARAY ENKERLIN, RNM G114252-Y, nacional do MÉXICO, filho(a) de REINGARD ENKERLIN, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.001195/2022-55.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHOS DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Manutenção de arquivamento do pedido
Processo: 235881.0068663/2021.
Código: 069.359
Interessado: SERIGNE LO
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art. 65, da Lei nº 13.445, em razão do recorrente não ter apresentado a proficiência em língua portuguesa em conformidade com o previsto no inciso II do art. 5°, da Portaria 623/2020.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0030386/2021
Código: 030.462
Interessado: KARL KALUME LUSE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, os documentos originais para conferência, bem como não coletou a biometria e, em fase recursal, suas alegações não encontram respaldo, não cabendo a reanálise dos autos, já que não houve o justo impedimento à sua apresentação na fase de instrução.

FLAVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.115, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.002769/2008-30, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NORVÁRIO AGUIRRE ACHEVERRY, de nacionalidade colombiana, filho de Fernando Aguirre e de Celmira Acheverry, nascido na República da Colômbia, em 3 de novembro de 1966, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.116, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08004.001014/2012-64, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LUIZ CARLOS FERNANDEZ, de nacionalidade argentina, filho de Jaime Fernandez e de Silvia Alessandra, nascido na República Argentina, em 17 de março de 1991, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 1 (ano) ano e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.117, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.017645/2009-41, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, DIEGO RODRIGUES FORLAN ou CAMILO CARDONA, de nacionalidade uruguaia, filho de Willian Rodrigues e de Marta Furlan, nascido na República Oriental do Uruguai, em 27 de julho de 1979, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.118, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010212/2013-41, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HECTOR FREDDY LOPEZ VALENCIA, de nacionalidade chilena, filho de Hector Lopez e de Sandra Valencia, nascido na República do Chile, em 22 de outubro de 1986, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 2 (dois) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.119, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AMAN ABRAHA TESFAMARIAM - V638030-D, natural da Eritréia, nascido em 09 de outubro de 1983, filho de Abraha Tesfamariam e de Luchia G Mical, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0050007/2021);

CEGLIS ISMAR SANCHEZ RODRIGUEZ FOLTRAN - V993166-U, natural da Venezuela, nascido em 22 de março de 1987, filha de Eglis Ismael Sanchez Arevalo e de Cedy Raquel Rodriguez Sanchez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0043583/2021);

CESAR ANDRE PROANO MORALES - V417330-W, natural do Equador, nascido em 01 de novembro de 1991, filho de Ginger Morales e de Cesar Proano, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 235881.0043719/2021);

DIOSBEL QUINONES PEREZ - G360074-8, natural de Cuba, nascido em 22 de dezembro de 1988, filho de Natacha Quinones Perez, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 235881.0039869/2021);

EDGAR MARIO DA COSTA - G088246-B, natural de Guiné Bissau, nascido em 27 de junho de 1979, filho de Vicente da Costa e de Luisa Gomes, residente no Estado do Ceará (Processo nº 235881.0032422/2021);

ELIANTE CLOVIL - G251650-6, natural do Haiti, nascida em 04 de agosto de 1988, filha de Edouis Clovil e de Senalia Senat, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0244982/2022);

EMILE ESTIVERNE - G251673-V, natural do Haiti, nascido em 22 de março de 1995, filho de Mercidieu Estiverne e de Elina Emmanuel, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 235881.0034762/2021);

GHASSAN JAMIL KADAR - G100978-E, natural da Síria, nascido em 15 de dezembro de 1965, filho de Rahil Kadar e de Jamil Kadar, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0042776/2021);

HECTOR PRESUME - G260368-Z, natural do Haiti, nascido em 04 de novembro de 1979, filho de Alerte Lambert Presume e de Vierge Charles, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0260562/2022);

ISOLINA CRUZ - V359562-L, natural da Venezuela, nascida em 27 de julho de 1961, filha de Rafael Antonio Gotopo e de Carmen Cruz Lopez, residente no Estado de Pará (Processo nº 235881.0034598/2021);

JOSE ANGEL COBENA SERRANO - V671268-S, natural da Venezuela, nascido em 20 de agosto de 1979, filho de Lope Jose Cobena Nunez e de Lidys Del Valle Serrano Sanchez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0048352/2021);

LEONAR RAMOS GUSMAN - G446054-Q, natural de Cuba, nascido em 20 de julho de 1986, filho de Idalmis Gusman Aguero e de Rafael Los Dolores Ramos Alfaro, residente no Estado do Pará (Processo nº 235881.0042691/2021);

LUCIA DE LA CANDELARIA ARENAS VIERA - G006368-I, natural da Colômbia, nascida em 05 de dezembro de 1986, filha de Alfonso Roberto Arenas Urzola e de Meira Rosa Viera Tobio, residente Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0032004/2021);

MATHILDE DESTIN JACQUES - G230606-Q, natural do Haiti, nascida em 31 de agosto de 1988, filha de Lalyse Bernadette Destin, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0245007/2022);

MAYA HASHEM - F138801-3, natural da Síria, nascida em 31 de janeiro de 1989, filha de Mohamad Samer Hashem e de Ghazwa Nasri, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0245550/2022);

MOHAMED ALZEER - G466955-D, natural da Síria, nascido em 02 de janeiro de 1987, filho de Abdulmajed Alzeer e de Rehab Mahmoud, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0263613/2022);

MOHAMMAD AL HUSSEIN - G247809-8, natural da Síria, nascido em 10 de outubro de 1998, filho de Ayman Al Hussein e de Hala Al Hussein, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0022169/2021);

MOHD ANAS JOUMA - G448789-6, natural da Síria, nascido em 24 de setembro de 1978, filho de Mohd Medhat Jouma e de Zanoub Ahmed Aljalloul, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0183285/2022);

MOJGAN ZARE - G145091-9, natural do Irã, nascida em 31 de junho de 1990, filha de Zahra Zare e de Masoud Zare, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0043518/2021);

NENE INTURE - V874763-Q, natural de Guiné-Bissau, nascida em 16 de outubro de 1990, filha de Quidon Inture e de Quinta Djata, residente no Estado de Ceará (Processo nº 235881.0042342/2021);

ROWSHON ARA BEGUM - F075524-1, natural de Bangladesh, nascida em 01 de abril de 1993, filha de Moklisur Rahman e de Ayesha Begum, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0043985/2021);

SABIR KHAN - V670145-J, natural do Paquistão, nascido em 11 de julho de 1980, filho de Azam Khan e de Safia, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0042742/2021);

SANDRA MARCELA PINZON LEON - V789659-Y, natural da Colômbia, nascida em 18 de setembro de 1981, filha de Tito Alberto Pinzon Sorza e de Hilda Leon Leon, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0032398/2021);

SARA AJLYAKIN - G142484-5, natural da Síria, nascida em 23 de julho de 1988, filha de Maen Ajlyakin e de Bana Roukbi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0034135/2021);

SUKURATOU DJIMOH - G351299-M, natural de Togo, nascida em 30 de agosto de 1988, filha de Djimoh issifou e de Moumouni Adjaratou, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0034077/2021);

SUZENA ETIENNE - V988523-D, natural do Haiti, nascida em 25 de abril de 1996, filha de Alcine Etienne e de Mirlene Joseph, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 235881.0145086/2021);

TAHSINA NESSA - G394541-2, natural de Bangladesh, nascida em 02 de fevereiro de 1983, filha de Mohammed Abdur Rahim e de Korful Nessa, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0029659/2021);

TAREK BAALBAKI - G063596-L, natural da Síria, nascido em 17 de junho de 1995, filho de Mhd Rida Baalbaki e de Fatma Baalbaki, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0038863/2021);

WIDELYNE JEAN - G318689-Z, natural do Haiti, nascida em 02 de abril de 1993, filha de Emilie Marcelin e de Tousaint Jean, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0056222/2021);

WIDMAER JEAN - G049907-C, natural do Haiti, nascido em 25 de janeiro de 1990, filho de Syldor Marie Ange Clervelie e de Jean Charles Paul Luckner, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0057020/2021);

WIDNA PIERRE - G354402-3 , natural do Haiti, nascida em 17 de maio de 1996, filha de Eril Pierre e de Rosemana Chelon, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 235881.0044209/2021) e

WILGUENS BEAUBRUN - V827375-D, natural do Haiti, nascido em31 de julho de 1980, filho de Noel Genecia e de Beaubrun Gracia, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0032604/2021).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.120, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ABDRHMAN TAREK MOHAMED BASHEER SHANBO - F590166-G, natural da Líbia, nascido em 06 de novembro de 2014, filho de Tarek Mohamed Basheer Shanbo e de Malak Saleh Shanbo, residente no estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0259755/2022);

ADAM DAOODI - F389955-1, natural da Síria, nascida em 07 de julho de 2020, filha de Manar Daoodi e de Haia Al Tayan, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0239491/2022);

DAYANIS DE LA CARIDAD ANDINO SUREN - F018225-W, natural de Cuba, nascida em 24 de setembro de 2010, filha de Luis Alfonso Andino Leyva e de Maidee Suren Torres, residente no Estado de Mato Grosso (Processo nº 235881.0043272/2021);

DIANA FERNANDA TXIBEMA BUCATUCACO - F585822-Q, natural da Angola, nascida em 24 de novembro de 1984, filha de Fernando Bucatucaco e de Bibiana Txibema, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0252083/2022);

FANCESCA SARA LOUIS FRANCOIS - G481974-M, natural do Haiti, nascida em 29 de julho de 2017, filha de Seralien Francois e de Islande Louis, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0251530/2022);

JOUD ALTAHIR ADREES ALSHIYIN - F499443-F, natural da Líbia, nascido em 24 de julho de 2020, filho de Altahir Adrees Altahir Alshiyin e de Hudi Nasruldeen Altahir Alshiyin, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0192275/2022);

LAYTH TAREK MOHAMED BASHEER SHANBO - F593921-S, natural da Líbia, nascido em 18 de agosto de 2013, filho de Tarek Mohamed Basheer Shanbo e de Malak Saleh Shanbo, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0259759/2022);

MARIA SAGRADA TXIBEMA BUCATUCACO - F586159-Q, natural da Angola, nascida em 24 de maio de 2019, filha de Fernando Bucatucaco e de Bibiana Txibema, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0252093/2022);

PEDRO MATEUS MORANCY - G416571-O, natural do Haiti, nascido em 05 de julho de 2013, filho de Jean Roberson Morancy e de Clindie Morancy Lorremil, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0246652/2022);

ROBERT CLIVE MORANCY - G416559-E, natural do Haiti, nascido em 20 de outubro de 2011, filho de Jean Roberson Morancy e de Clindie Morancy Lorremil, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0246593/2022);

RUTH SUZANA TXIBEMA BUCATUCACO - F586156-W, natural da Angola, nascida em 29 de setembro de 2017, filha de Fernando Bucatucaco e de Bibiana Txibema, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0252088/2022);

SHAHEEN TAKEK MOHAMED BASHEER SHANBO - F593933-L, natural da Líbia, nascido em 28 de agosto de 2018, filho de Tarek Mohamed Basheer Shanbo e de Malak Saleh Shanbo, residente no Estado do Espírito Santo, residente no estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0259757/2022);

WOOD EDENS MATELUS - F326183-5, natural do Haiti, nascido em 14 de junho de 2015, filho de Jean Eddy Matelus e de Marie Oudine Noel, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0244868/2022) e

ZAINA LOSIER - G244181-6, natural do Haiti, nascida em 25 de setembro de 2009, filha de Konsnel Losier e de Elnie Polynice Losier, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0245195/2022).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.121, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

JORGE ALBERTO RODRIGUEZ SED - V364425-D, natural de Cuba, nascido em 06 de fevereiro de 1977, filho de Jose Rodriguez Machado e de Ana Maria Sed Ramos, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0032432/2021).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0051343/2021
Código: 051.414
Interessado: ZILAL NAJJAR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0050563/2021
Código: 050.634
Interessado: YATMA THIAM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial. Além do mais, não foi apresentado a certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III e IV art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049243/2021
Código: 049.314
Interessado: SEBA GHAZALKATTAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o interessado encontrar-se no Exterior, sem previsão de retorno, de acordo com as informações trazidas aos autos pela autoridade policial, não cumprindo o disposto no inciso II do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0031913/2021
Código: 031.989
Interessado: HENRIQUE MIGUEL FERNANDES GUERREIRO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre o disposto no Art. 65 da Lei 13.445/2017 c/c inciso II do Art. 237 do Decreto 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049131/2021
Código: 049.202
Interessado: GENISE ESPERA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentação documentos necessários como comprovante de residência referente aos 4 (quatro) anos imediatamente anteriores a solicitação, Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa em conformidade com a Portaria n°623 de 13 de novembro de 2020, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu, bem como não apresentou Certidão de Antecedentes Criminais legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Ante o exposto, a requerente não cumpre às exigências previstas no art.65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0046505/2021
Código: 046.576
Interessado: HANEN SALLAM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certificado de curso sem a informação de conclusão, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0044030/2021
Código: 044.101
Interessado: HUSSEIN CHALHOUB

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017. Ademais, o requerente não compareceu em entrevista agendada por parte do Ministério da Justiça sendo notificado (SEI nº 18618290), restando prejudicado o deferimento do processo.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0042401/2021
Código: 042.477
Interessado: JOVANI TUSSAMBA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, bem como, foi solicitado à requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0041764/2021
Código: 041.840
Interessado: ABDUL SAMED SEIDU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a Polícia Federal constatou que o requerente não se enquadra na redução de prazo, segundo parecer da Polícia Federal, nas diligências realizadas NÃO PUDERAM COMPROVAR o convívio familiar com a prole brasileira, tampouco se a mantém sob sua guarda e dependência econômica e sócio afetiva, notou-se também que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, Portanto não atende à exigência contida no inciso II do art. 65, c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017, c/c o inciso II do art. 235 do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0036274/2021
Código: 036.350
Interessado: CALEB CHIDIEBERE OHAMADU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o/a requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso, também o requerente não se enquadra na redução de prazo, portanto não atende à exigência contida no inciso II e III do art. 65, c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017, c/c o inciso II do art. 235 do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0034632/2021
Código: 034.708
Interessado: ABDULWASIU SEKONI MOHAMMED

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não apresentou documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, inciso III da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0034381/2021
Código: 034.457
Interessado: FRANCISCO JOSE MARIA CORIA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e cópia do documento de viagem internacional; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo

previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0033964/2021
Código: 034.040
Interessado: IMAD ALTAHHAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente apresentou certificado de curso, porém, após comparecer na unidade da Polícia Federal para ser submetido á uma entrevista, com a realização de um ditado e leitura de um texto, foi verificado que o mesmo não sabe se comunicar em língua portuguesa não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0033723/2021
Código: 033.799
Interessado: ASSANE THIAM BAKHAYOKHO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o(a) requerente não atende às exigências contidas no art. 65, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0033670/2021
Código: 033.746
Interessado: MBACKE SECK

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, curso de português- EAD (IF/RS), sem histórico escolar e sem declaração de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafos 4º e 5º da citada portaria e, portanto, não atende às exigências contidas no inciso IIII do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0033663/2021
Código: 033.739
Interessado: MAMADOU SALIOU DIALLO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0033529/2021
Código: 033.605
Interessado: BAMIDELE ADEBULE ADEWALE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente ausentou-se do Brasil por 569 dias, nos últimos 4(quatro) anos de residência, apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, certificado que se submeteu à uma Entrevista, documento não previsto no art. 5º da citada portaria, bem como, obteve performance insatisfatória na capacidade de comunicar-se em língua portuguesa, durante o atendimento presencial e, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II e III, do art. 65 da Lei n° 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0033377/2021
Código: 033.453
Interessado: OMODION GODWIN OMIJIE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente, devidamente notificado, apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, certificados de habilitação profissional de nível técnico e certificado de equivalência do Ensino Médio cursado na Nigéria, em desacordo com o previsto no art.5º da citada portaria e, portanto, não atende às exigências contidas no inciso III do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0030607/2021
Código: 030.683
Interessado: WAGUELSON BOURDEAU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a decisão judicial foi indeferida e, portanto, o requerente deveria apresentar atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e além disso, o documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa não é válido, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029546/2021
Código: 029.622
Interessado: MOHAMMED IBJAL HUSSAIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de realização de prova presencial, a qual não apresentou, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, bem como ausentou-se do Brasil por 258 dias, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento dos incisos II e III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0023954/2021
Código: 024.041
Interessada: JOVANKA MELVI MERCADO BRAVO RODRIGUES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando a requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0022695/2021
Código: 022.782
Interessado: OTTO CUMBERBATCH MORUA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado, válido e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, e se ausentou por 9 (nove) meses e 5 (cinco) dias do Brasil, bem como o requerente encontrar-se no Exterior, desde 28/6/2022, sem previsão de retorno, de acordo com as informações trazidas aos autos pela autoridade policial e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0015652/2020
Código: 015.738
Interessado: MOHAMED ZEYTOON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não apresentou documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa (avaliação presencial) e não conseguiu comunicar-se durante o atendimento presencial/entrevista e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0258973/2022.
Código: 283.711
Interessado: JEAN DENIS JOSEPH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa (avaliação presencial); foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0252488/2022.
Código: 275.926
Interessado: FAVIO MELGAREJO INOCENCIO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0251939/2022.
Código: 275.260
Interessado: JAMEL CHEHBI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo 235881.0246661/2022.
Código: 269.163
Interessado: FATIMA NAO DECLARADO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0246651/2022.
Código: 269.146
Interessado: ALI HASSAN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0246645/2022.
Código: 269.138
Interessado: CLEDOR PIERRE LOUIS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa válido, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c inciso III e IV do art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0246587/2022.
Código: 269.044
Interessado: JOHN WOODSON THOMAS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0246578/2022.
Código: 269.034
Interessado: NAHOMIE DEHAUT.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0246578/2022.
Código: 269.034
Interessado: NAHOMIE DEHAUT.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0246578/2022.
Código: 269.034
Interessado: NAHOMIE DEHAUT.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0246503/2022.
Código: 268.945
Interessado: PATSY PRISCILLA VASQUEZ ITURRALDE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0246421/2022.
Código: 268.862
Interessado: MIGUEL ANTONIO BARRETO GONZALEZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0246417/2022.
Código: 268.858
Interessado: OCEANO BIAPTE QUISSIK NA RITCHE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0246310/2022.
Código: 268.756
Interessado: YSIS ARLETTE GEREDA ROJAS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0245680/2022.
Código: 268.060
Interessado: ANNORIDA LOUIS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que a requerente não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa válido, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c inciso II e IV do art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0117978/2021
Código: 122.194
Interessado: WALESKA ALEJANDRA BASTARDO BASSTARDO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0245671/2022.
Código: 268.051
Interessado: SALOMON FENELON.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais emitido pelo seu país de origem legalizado (apresentou atestado do Juiz de Paz); comprovante de residência, nos termos do artigo 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa válido, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c inciso II e IV do art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0245522/2022.
Código: 267.888
Interessado: MICHELIN MACCIMAT.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0245494/2022.
Código: 267.855
Interessado: CÉLINE FTOUNI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é maior de idade e não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0245487/2022.
Código: 267.848
Interessado: ANTÔNIO NELITO JORGE JORGE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou cópia da Carteira de Registro Nacional Migratório completa; legalização do atestado de antecedentes criminais emitido pelo seu país de origem; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e certidão de nascimento do filho brasileiro, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c inciso II e IV do art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0245477/2022.
Código: 267.836
Interessado: AMBIOLY ARISTIDE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0245408/2022.
Código: 267.735
Interessado: MARIA ANTONIA ESPINOSA SALDIVIA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0245375/2022.
Código: 267.692
Interessado: SIHILUSANGAMO KICANI PEDRO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0244915/2022.
Código: 267.147
Interessado: BONDIEULENE CLAVIUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado, e traduzido no Brasil, por tradutor público juramentado; foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0119710/2021.
Código: 124.004
Interessado: CARMEN NEIA BARRADAS MOREIRA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0117784/2021.
Código: 121.977
Interessado: MARIA HELENA ARAÚJO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em naturalização definitiva, portanto, não atende à exigência contida no parágrafo único do Art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0117526/2021.
Código: 121.707
Interessado: JUAN RAMON RODRIGUEZ MAYDANA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não

possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do Art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0114770/2021.
Código: 118.680
Interessado: FELISBINO CARSON DIOGO DE ALMEIDA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0114728/2021.
Código: 118.634
Interessado: LINE PATCHINA MAIGNANT.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado, e traduzido no Brasil, por tradutor público juramentado; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0114629/2021.
Código: 118.522
Interessado: HECTOR RODOLFO GUANACTOLAY.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e cópia do documento de viagem internacional, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 237, inciso I do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0114304/2021.
Código: 118.164
Interessado: ELIANA PAULINA SIERRA ESCOBAR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0113847/2021.
Código: 117.649
Interessado: PRINCESSE CELESTE KANYINDA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0112404/2021.
Código: 116.120
Interessado: Amos Cesar.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0112286/2021.
Código: 115.986
Interessado: SHAMS BALLAN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0111728/2021.
Código: 115.355
Interessado: RENBENSON ATILUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0111684/2021.
Código: 115.313
Interessado: NOA DE DIOS FILGUEIRA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0111678/2021.
Código: 115.307
Interessado: OLIVIA DE DIOS FILGUEIRA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0111624/2021.
Código: 115.252
Interessado: JUAN CARLOS RAMÍREZ MONDEJAR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0111335/2021.
Código: 114.925
Interessado: BJARNE ZUSMAN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0110355/2021.
Código: 113.879
Interessado: BENJAMIN DIOGO RAQUEL BERNARDO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0109359/2021.
Código: 112.785
Interessado: HELSA SHNYSHA DURALUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0103832/2021.
Código: 106.694
Interessado: ALEJANDRA ABREU RUIZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0103657/2021.
Código: 106.513
Interessado: NEY AMSTRON DELICE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0091296/2021.
Código: 093.313
Interessado: CHARITE FIRMIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão de antecedentes criminais do país de origem com a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e o certificado de curso à distância com a informação de avaliação presencial, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Jawad Rabah, incluído na Portaria nº 731, de 04 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 05 de julho de 2022, é natural do Líbano, e não como constou. Processo nº 08018.051845/2022-08

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Maria Oliveira Lopes de Souza Azevedo, incluída na Portaria nº 1310, de 26 de dezembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 1998, voltou a assinar Maria Oliveira Lopes, em virtude de Divórcio Consensual, com sentença proferida aos 15 de março de 2005, pelo MM. Juiz da 3° vara de família do Meier - RJ, averbada na certidão de casamento na folha 157 do livro n° B-69 do registro de casamento, averbada no Cartório da 11° Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato Freguesia de Inhaúma - RJ. Processo nº 08000.024827/2022-34

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a correta grafia do nome de Leydy Maria Trinidad Leon, incluído na Portaria nº 165, de 22 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2022, é Leidy Maria Trindad Leon, e não como constou. Processo nº 08084.005849/2022-12

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome do genitor de Afonso Guimaraes Enqueme, incluído na Portaria nº 774, de 08 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022, é Guimarães Enqueme, e não como constou. Processo nº 08000.026274/2022-54

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome do genitor de MOHAMAD NAJM ALDEEN AL GHAZZI, incluído na Portaria nº 1.111, de 21 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2022, é Mohamad Nehad Al Ghazzi, e não como constou. Processo nº 08018.052223/2022-99

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Jamellí Alison Debora Orellana Zegarra de Oliveira, incluído na Portaria nº 3.094, de 29 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2021, é natural do Peru, e não como constou. Processo nº 08084.005879/2022-29

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Mostafa Osman, incluído na Portaria nº 1.049, de 09 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2022, é natural do Líbano, e não como constou. Processo nº 08018.052286/2022-45

Declara que os dados corretos de ABDULRAMAN FAEZ SAID HAYOUB, incluído na Portaria nº 1.087, de 19 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2022, é nome: ABDULRAHMAN FAEZ SAID HAYOUB, natural da França, nascido em 19 de maio de 2013, e não como constou. Processo nº 235881.0265135/2022.

MARTHA PACHECO BRAZ

DESPACHO Nº 7.471/2022

Despacho nº 7471/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Anular Certidão Positiva de Naturalização.
Interessado: JAAFAR TAHER BARAKAT
Processo: 00734.002675/2017-65

Em cumprimento à decisão judicial exarada no Acórdão proferido nos autos nº 0010881-82.2016.4.03.6102, julgado pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ANULO a 2ª via da Certidão Positiva de Naturalização emitida em caráter precário, na data de 26 de junho de 2018, em favor de Jaafar Taher Barakat, natural do Líbano, nascido aos 17 de outubro de 1946, filho de Taher Barakat e Haena Ibrahim, residente no estado de São Paulo (Processo nº 00734.002675/2017-65).

MARTHA PACHECO BRAZ
Chefe

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.353, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: JOVENS SARADOS (Brasil - 2022)
Produtor(es): Brenda Melo Silva/Márcio Félix
Diretor(es): Irmã Adriana Fátima Barra
Distribuidor(es): TV CANÇÃO NOVA - SP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Oracional
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000817/2022-24
Requerente: FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.354, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Série: VAI QUE COLA - 2ª TEMPORADA (Brasil - 2014)
Produtor(es): Central Globo de Produção/Zola Produções LTDA
Diretor(es): César Rodrigues/João Fonseca
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001027/2022-66
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.355, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: DESCE PRO PLAY (Brasil - 2022)
Produtor(es): Paloma de Moraes Canosa
Diretor(es): Luiz Gustavo Almeida
Distribuidor(es): TV ÔMEGA Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Talk Show
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001320/2022-23
Requerente: TV ÔMEGA LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.356, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: ROCK IN RIO 2022 (Brasil - 2022)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Raoni Carneiro/Pedro Secchin
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Musical
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001596/2022-10
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.357, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: FIM DA LINHA (END OF A GUN, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Binh Dang
Diretor(es): Keoni Waxman
Distribuidor(es): Swen do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Nudez e Drogas
Processo: 08017.001669/2022-65
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.358, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: RETALHOS DE ANJOS (Brasil - 2020)
Produtor(es): Sílvia Maria Souza
Diretor(es): Sílvia Maria Souza
Distribuidor(es): DENISE JANCAR ME (PROMOVERE)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001713/2022-37
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.359, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: BALA SEM NOME (Brasil - 2021)
Produtor(es): Twenthieth Century/Fox International Corporation/Muirquitã Filmes/Metimberwolf Entertainment
Diretor(es): Felipe Prado Gonçalves Cagno
Distribuidor(es): BRETZ FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001727/2022-51
Requerente: BRETZ FILMES DISTRIBUIDORA E PRODUTORA LTDA-EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: KOMPROMAT - O DOSSIÊ RUSSO (KOMPROMAT, França - 2022)
Diretor(es): Jérôme Salle
Distribuidor(es): CINEMATOGRÁFICA POLIFILMES LTDA-ME
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001746/2022-87
Requerente: CINEMATOGRAFICA POLIFILMES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.361, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: BEM-VINDA A QUIXERAMOBIM (Brasil - 2022)
Produtor(es): Glaz Entretenimento
Diretor(es): Halder Gomes
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001750/2022-45
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.362, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: HOMENS À BEIRA DE UM ATAQUE DE NERVOS (HOMMES AU BORD DE LA CRISE DE NERFS, Bélgica / França - 2021)
Produtor(es): Olivier Delbosc
Diretor(es): Audrey Dana
Distribuidor(es): SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Linguagem Imprópria e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001757/2022-67
Requerente: SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.363, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: SORRIA (SMILE, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Marty Bowen/Robert Salerno/Wyck Godfrey/Isaac Klausner
Diretor(es): Parker Finn
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001765/2022-11
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.364, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: CIDADE CORRERIA - UM BANDO DE ARTISTAS (Brasil - 2021)
Produtor(es): Juliana Vicente
Diretor(es): Juliana Vicente
Distribuidor(es): PRETA PORTÊ FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Linguagem Imprópria e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001810/2022-20
Requerente: PRETA PORTÊ FILMES E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.365, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: PURGATÓRIO (CZYSCIEC, Polônia - 2020)
Produtor(es): Kondrat Media
Diretor(es): Michal Kondrat
Distribuidor(es): AM DE MORAIS PRODUÇÕES E EVENTOS (KOLBE ARTE PRODUÇÕES)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama/Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001847/2022-58
Requerente: AM DE MORAIS PRODUÇÕES E EVENTOS (KOLBE ARTE PRODUÇÕES)

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.366, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: COM AMOR E FÚRIA (AVEC AMOUR ET ACHARNEMENT, França - 2022)
Produtor(es): Olivier Delbosc
Diretor(es): Claire Denis
Distribuidor(es): SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama/Romance
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001910/2022-56
Requerente: SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.367, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Título: NAS SOMBRAS DA LOUCURA (Brasil - 2022)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Contexto Atual/Detetive/Fantasia/Sobrenatural/Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Medo , Temas Sensíveis e Violência
Processo: 08017.001715/2022-26
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.368, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Título: STAR TREK AVENTURAS (Reino Unido - 2022)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Cyberpunk/Fantasia/Ficção Científica
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Temas Sensíveis e Violência
Processo: 08017.001716/2022-71
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.369, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Título: CONAN, O LADRÃO (CONAN, THE THIEF, Reino Unido - 2022)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Fantasia/Fantasia Medieval
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Atos criminosos , Drogas Lícitas e Violência
Processo: 08017.001717/2022-15
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.370, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502,, DE 23 DE novembro de 2021, resolve classificar:

Título: HOGWARTS LEGACY (Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): AVALANCHE
Distribuidor(es): SOLUTIONS 2 GO DO BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Categoria: RPG
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch/PlayStation 5/Xbox Series X/S
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001846/2022-11
Requerente: SOLUTIONS 2 GO DO BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.366, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

DESPACHO SG Nº 1366/2022
Processo Administrativo nº 08700.006006/2017-61 (Apartado Restrito nº 08700.007735/2017-35)Representante: Cade ex officioRepresentados: Hutchinson Technology Inc.; Magnecomp Precision Technology Public Co. Ltd; NHK Spring Co., Ltd.,TDK Corporation; SAE Magnetics (H.K.) Ltd.; Akihiro Honda; Akihiko Negishi; Albert Ong Kim Guan ("Albert Ong"); Arun Dhawan; Atsuo Kobayashi; Giichi Nagata; Hajime Sawabe; Hidetomo Nishi; Hironori Kajii; Hiroyuki Tamura; Hitoshi Hashimoto; Isamu Ninomiya; Keith David Johnson; Kazuhiko Otake; Kazumi Tamamura; Keiichi Suzuki; Ken Martini; Kenichiro Arimura; Kenji Sasaki; Koji Inada; Lo Kwok Fai ("Frankie Lo"); Masaru Koda; Masato Ishikawa; Richard Michael McHone; Shigeki Kimura; Shigenao Ishiguro; Skipp Harvey; Stephen Andrew Misuta; Takehiko Amaki; Takehiro Kamigama; Tetsuya Ueda; Thiti Makarabhiromya; Todd Drahos; Toshimi Hamada; Tsutomu Yamaguchi; Wing Sun Clarence Lo ("Clarence Lo"); Yew Ah Ming; e Yuichi Nagase.Advogados(as): Tatiana Lins Cruz, Nicholas Sleiman Cozman, Marcelo Procopio Calliari, Joyce Midori Honda, Luciano Inácio De Souza, Leonardo Mansur Lunardi Danesi e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 59 (SEI 1113310) e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica, que seja publicado Edital de notificação dos Representados Akihiro Honda, Hironori Kajii, Hiroyuki Tamura, Hitoshi Hashimoto, Isamu Ninomiya, Kazuhiko Otake, Kazumi Tamamura, Keiichi Suzuki, Kenji Sasaki, Takehiko Amaki, Tsutomu Yamaguchi e Yuichi Nagase, nos termos abaixo, no Diário Oficial da União, na rede mundial de computadores no sítio eletrônico desta autoridade antitruste e em jornal de grande circulação nacional, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da emissão da Certidão de nº SEI 1120377. Ademais, fiquem os Representados cientificados da Notificação por Edital acima, bem como de que: (i) a Notificação por Edital reger-se-á pelas regras previstas no artigo 70, §2º, da Lei nº 12.529/11 e nos artigos 56, VI, §§ 2º e 3º, e 58, I, II e III, e §§ 1º, 2º e 3º, todos do Regimento Interno do Cade e, subsidiariamente, pelo disposto na legislação processual civil, diante da previsão do artigo 115 da Lei nº 12.529/11; e (ii) o prazo de Defesa será comum de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 70 da Lei nº 12.529/2011 e do artigo 151, parágrafo único do Regimento Interno do Cade, a partir do fim do prazo de validade do Edital, de 20 (vinte) dias, sendo que esse último prazo é contado a partir da publicação do Edital de citação dos referidos Representados em jornal de grande circulação nacional. Decido, ainda, por considerar validamente notificados todos os demais Representados do polo passivo do presente Processo Administrativo. À Coordenação-Geral Processual para providenciar: (i) a afixação do Edital no Setor de Protocolo do Cade, desta data até findo o prazo de Defesa; e (ii) a juntada, aos Autos, do exemplar da publicação do Edital.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

DESPACHOS DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 1.402 - Ato de Concentração nº 08700.006741/2022-32. Requerentes: Schaeffler AG e Triatic HoldCo AB. Advogadas: Milena Mundim e Paola Pugliese. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.403 - Ato de Concentração nº 08700.006806/2022-40. Requerentes: Papaiz-Udinese Metais Indústria e Comércio Ltda. e Controlid Indústria, Comércio de Hardware e Serviços de Tecnologia Ltda. Advogados: Amadeu Ribeiro, Eduardo Frade, Adriana Giannini e Isabella Giorgi. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.404 - Ato de Concentração nº 08700.006599/2022-23. Requerentes: Fazenda Brasileiro Desenvolvimento Mineral Ltda., Enel Green Power Cumaru 05 S.A. e Enel Brasil S.A. Advogados: Aurélio Marchini, Ricardo Botelho, Luiza Kharmandayan, Victoria Corradini, Elisa Funari, Joyce Honda, Ricardo Gaillard e Thales Lemos. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.405 - Ato de Concentração nº 08700.006595/2022-45. Requerentes: Santa Luz Desenvolvimento Mineral Ltda., Enel Green Power Cumaru 01 S.A. e Enel Brasil S.A. Advogados: Aurélio Marchini, Ricardo Botelho, Luiza Kharmandayan, Victoria Corradini, Elisa Funari, Joyce Honda, Ricardo Gaillard e Thales Lemos. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.407 - Ato de Concentração nº 08700.006604/2022-06. Requerentes: Cortex Intelligence Tecnologia Ltda. e Geofusion Sistemas e Serviços de Informática S.A. Advogados: Eduardo Caminati, Marcio Bueno, Maria Wagner e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.409 - Processo nº 08700.006500/2022-93Requerentes: Fleury S.A., Instituto Hermes Pardini S.A.Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Luís Nagalli e outros.Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões da Nota Técnica n° 47/2022/CGAA2/SGA1/SG/CADE (1123566) à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica citada, decido pelo deferimento do pedido de intervenção como terceiros interessados do Centro de Imagem Diagnósticos S.A, nos termos do art. 50, I, da Lei Nº 1.2.529/2011.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 20 DE SETEMBRO DE 202

Divulga o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional da Fundação Nacional do Índio - Funai para o 12º ciclo avaliativo.

A DIRETORIA COLEGIADA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, alterado pelo Decreto nº 9.425, de 27 de junho de 2018, e considerando o Processo 08620.001926/2021-60, deliberado e aprovado na 11ª Reunião da Diretoria Colegiada, realizada no dia 20 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado da meta global do 12º ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional transcorrido no período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Art. 2º Estabelecer 30 (trinta) pontos relativos ao cumprimento da meta global, demonstrada no Anexo I desta Resolução.

Art. 3º Estabelecer 50 (cinquenta) pontos relativos ao cumprimento das metas intermediárias, demonstradas no Anexo II desta Resolução.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA
Presidente

RODRIGO DE SOUSA ALVES
Diretor

FERNANDO FANTAZZINI MOREIRA
Diretor

ELISABETE RIBEIRO ALCÂNTARA LOPES
Diretora

ANEXO I

12º CICLO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL Período de 01 de julho de 2021 a 30 de junho de 2022									METAS (X) GLOBAIS ( ) INTERMEDIÁRIAS	
Nº.	DESCRIÇÃO DA META	PRODUTO	QTDE	UNID. MEDIDA	FÓRMULA DE CÁLCULO*	PRAZO	INDICADOR	UNIDADE RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	UNIDADE DE AVALIAÇÃO	META ALCANÇADA*
01	Distribuir 500.000 cestas de alimentos.	Cestas de alimentos entregues.	500.000	%	(quantidade realizada/quantidade prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues.	Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais	Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável.	100%

ANEXO II

12º CICLO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL 01/07/2021 a 30/06/2022								Metas: ( )Metas Globais (X)Metas Intermediárias		
N°	Descrição da meta	Produto	Qde	Unidade de medida	Fórmula de cálculo	Prazo	Indicador	Unidade responsável pela execução	Unidade de avaliação	Meta alcançada
1	Elaborar proposta de Programa de Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna - PMQAI previsto no Plano de Melhoria da Qualidade da Auditoria Interna, Portaria Nº 1506/PRES, de 29 de novembro de 2018.	Proposta de Programa de Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna - PMQAI	01	Unidade	Quant. Realizada/Quant. Prevista) x10	30/06/2022	Proposta de Programa de Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna - PMQAI elaborada	Auditoria Interna	Auditoria Interna	100%
2	Elaborar Plano de Engajamento de Conselheiros de Usuários de Serviços Públicos referente aos serviços ofertados pela Ouvidoria da Funai por meio da Plataforma Fala.BR	Plano de Engajamento de Conselheiros de Usuários de Serviços Públicos da Ouvidoria	01	Unidade	Quantidade Realizada ÷ Quantidade Prevista) X 100	30/06/2022	Plano de Engajamento de Conselheiros de Usuários de Serviços Públicos da Ouvidoria elaborado	Ouvidoria	Ouvidoria	100%
3	Reduzir o passivo de processos na Corregedoria	Processos concluídos.	100	Unidades	Quantidade Realizada ÷ Quantidade Prevista) X 100	30/06/2022	Número de processos concluídos	Corregedoria	Corregedoria	100%
4	Realizar publicações para prevenção de possíveis irregularidades funcionais	Publicações para prevenção de possíveis irregularidades funcionais	10	Unidades	Quantidade Realizada ÷ Quantidade Prevista) X 100	30/06/2022	Número de publicações realizadas	Corregedoria	Corregedoria	100%

5	Realizar o desfazimento das aeronaves ainda pertencentes ao patrimônio da Funai	Aeronave leiloada, doada ou alienada	50	Percentual	Quant. Realizada/Quant. Prevista) x100	30/06/2022	Percentual de aeronaves leiloadas doadas ou alienadas	COAL e CCOMP	CGRL	100%
6	Descentralizar o limite orçamentário no ciclo.	Limite orçamentário descentralizado	85	Percentual	Limite Orçamentário descentralizado às Unidades Executoras	30/06/2022	Percentual do Limite Orçamentário Descentralizado	CGof	CGof	100%
7	Realizar o tratamento arquivístico do acervo da Funai.	Documentos tratados	2000	Metros lineares	Qtde realizada/Qtde Prevista x 100	30/06/2022	Metros lineares de documentos tratados	COGEDI	CGGE	100%
8	Reduzir o passivo de processos administrativos pendentes de análise	Processos concluídos	50	Percentual	Qtde realizada/Qtde Prevista x 100	30/06/2022	Percentual de Processos Concluídos	COAP, CODEP, COLEP, COPAG e SEAGAP	CGGP	80%
9	Elaborar proposta da Política de Gestão de Pessoas da Funai	Minuta de Política da Política de Gestão de Pessoas da Funai	01	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Minuta da Política de Gestão de Pessoas da Funai elaborada	COAP, CODEP, COLEP, COPAG e SEAGAP	CGGP	100%
10	Implementar o Assentamento Funcional Digital no âmbito da CGGP	Pasta funcional do AFD	01	Unidade	(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) X 100	30/06/2022	Pasta funcional do AFD disponível	COAP e CODEP	CGGP	100%
11	Elaborar minutas de Termos de Referência para aquisição/ contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações	Minuta de Termo de Referência	03	Unidade	(Quant. Realizada ÷ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de Minutas de Termos de Referência elaborados	CGTIC	CGTic	100%
12	Monitorar o atendimento de demandas de cidadãos e órgãos de controle.	Demandas atendidas	150	Unidade	Qtde realizada/Qtde Prevista x 100	30/06/2022	Número de demandas atendidas	Gabinete DAGES	DAGES	100%
13	Atender Terras indígenas com ações e/ou projetos de etnodesenvolvimento	Terras indígenas	40	Percentual	(QR/QP) x 100	30/06/2022	Percentual de Terras Indígenas atendidas com ações e/ou projetos de etnodesenvolvimento	CGEtno	CGEtno	100%
14	Apoiar projetos e/ou atividades de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas	Projetos e/ou atividades apoiados	40	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de projetos e/ou Atividades apoiados	CGGAM,CRs, CTLs e FPE	CGGam	100%
15	Realizar manifestações técnicas conclusivas em processos de licenciamento ambiental.	Informação técnica e/ou ofício.	150	Unidade	[(Quantidade Realizada ÷ Quantidade Prevista) X 100]	30/06/2022	Número de informações técnicas concluídas e/ou ofícios assinados	COEP, COTRAM COMCA, SELIS SELID, CGLIC	CGLic	100%
16	Entregar de cestas de alimentos.	Cestas de alimentos entregues	500.000	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	CGPDS	CGPDS	100%
17	Analisar projetos relacionados aos processos educativos comunitários e escolares, à participação social, aos assuntos de gênero e geração.	Projetos analisados	20	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de projetos analisados	Cogen e Cope	CGPC	100%
18	Elaborar minutas com propostas de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs)	Minutas de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs)	02	Unidade	(Quantidade realizada/ quantidade prevista) x 100	30/06/2022	Número de minutas de ACTs elaboradas	Cogen e Cope	CGPC	100%
19	Monitorar atendimento de demandas judiciais, de cidadãos e de órgãos de controle.	Demandas atendidas	200	Unidade	(Quantidade realizada/ quantidade prevista) x 100	30/06/2022	Número de demandas atendidas	Gabinete DPDS	DPDS	100%
20	Elaborar proposta de Manual de Levantamento e Avaliação de Benfeitorias em Terras Indígenas	Minuta do Manual de Levantamento de Benfeitorias em Terras Indígenas	1	Unidade	(Quant. Encaminhada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Minuta do Manual de Levantamento de Benfeitorias em Terras Indígenas elaborado	Cgaf	CGaf	100%
21	Encaminhar a Cartórios de Registros de Imóveis a documenta-ção necessária à regularização de registros de Terras Indígenas	Terras Indígenas com documentação necessária à regularização de registros	50	Unidade	[(Quantidade Realizada ÷ Quantidade Prevista) X 100]	30/06/2022	Número de Terras Indígenas com documentação de registros encaminhada	Cgaf	CGaf	100%
22	Realizar análises de Reconhecimento de Limite	Análise de reconhecimento de limite	90	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Análise de reconhecimento de limite elaborada	CGGEO	CGGeo	100%
23	Realização de análises cartográficas e de geoprocessamento	Análise realizada	200	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Informação Técnica assinada	CGGEO	CGGeo	100%
24	Elaborar projetos de georreferenciamento de terras indígenas	Projeto/Plano/Estudo/Proposta executivo/orçamentário de georreferenciamento	2	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Projeto/Plano/Estudo/Proposta executivo/orçamentário de georreferenciamento elaborado	CGGEO	CGGeo	100%
25	Elaborar Pareceres e Informações Técnicas sobre licenciamento ambiental, ação de usucapião, territórios quilombolas, Registros de Reivindicação, Planos de Estudos, Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação e sobre processos demarcatórios.	Parecer e Informação Técnica sobre licenciamento ambiental, ação de usucapião, territórios quilombolas, Registros de Reivindicação, Planos de Estudos, Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação e sobre processos demarcatórios.	30	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de pareceres e informações técnicas elaborados	CGID	CGID	100%
26	Realizar estudos de qualificação dos Registros de Povos Indígenas Isolados no Brasil (estudos de localização e monitoramento)	Estudo de qualificação do Registros de Povos Indígenas Isolados no Brasil	6	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Estudo de qualificação do Registros de Povos Indígenas Isolados no Brasil realizados	CGIIRC	CGIIRC	100%
27	Realizar ações de fiscalização, prevenção e informação territorial	Terras indígenas	50	Unidade	(QR/QP) x 100	30/06/2022	Número de TIs atendidas	CGMT	CGMT e DPT	100%
28	Monitorar atendimento das demandas judiciais, do Ministério Público e do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Demandas atendidas	120	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de demandas atendidas	Gabinete DPT	DPT	100%
29	Ampliar o público alcançado a partir de novas iniciativas de divulgação científica, educativa e cultural, de modo presencial, remoto ou virtual.	Público alcançado	25.000	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Quantidade de público alcançado	Museu do Índio	Museu do Índio	100%
30	Difundir produtos de divulgação científica, educativa e cultural com vistas à ampliação do público alcançado.	Produto cultural difundido	30	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Quantidade de produtos culturais difundidos	Museu do Índio	Museu do Índio	100%
31	Entrega de cestas de alimentos.	Cesta de alimentos	4.000	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	SEDISC/CR-APur, DIT/CR-APur, CTLs, SEAD/CR-APur	CR Alto Purus	100%
32	Apoiar e acompanhar a realização de projetos de comercialização de alimentos da agricultura familiar para o PAA ou PNAE	Projetos de comercialização de alimentos da agricultura familiar para o PAA ou PNAE	02	Terras Indígenas	[(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) X 100]	30/06/2022	Número de projetos de comercialização de alimentos daagricultura familiar para o PAA ou PNAE apoiados	Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - SEGAT & CTL's	CR Alto Solimões	100%
33	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	80.000	Cestas Básicas	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues.	Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania	CR Alto Solimões	100%
34	Apoiar o acesso de indígenas a direitos sociais e previdenciários garantidos em lei mediante atendimento/orientação pela CR e CTLs.	Indígenas atendidos/orientados	2.000	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de indígenas atendidos/orientados	SEDISC & Divisão Técnica - DIT -Serviço de Apoio Administrativo - SEAD & CTL's	CR Alto Solimões	100%
35	Realizar atividades de monitoramento ambiental e territorial em Terras Indígenas jurisdicionadas à CR-ANP	Atividades de monitoramento territorial e ambiental	02	Unidade	(Quantidade Realizada ÷ Quantidade Prevista) X 100	30/06/2022	Número de atividades de monitoramentos territoriais e ambientais realizadas	SEGAT	CR Amapá e Norte do Pará	100%
36	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	2000	Unidade	(Quantidade Realizada ÷ Quantidade Prevista) X 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	SEDISC	CR Amapá e Norte do Pará	100%
37	Realizar a entrega de cestas de alimentos em terras indígenas jurisdicionadas à CR Araguaia Tocantins	Cesta de alimentos	16.018	Unidade	Qtde realizado/ Qtde previsto x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	SEDISC e CTLs jurisdicionadas	CR Araguaia Tocantins	100%
38	Realizar atividades de monitoramento ambiental e territorial em Terras Indígenas jurisdicionadas à CR Araguaia Tocantins.	Atividades de monitoramento territorial e ambiental	02	Unidade	Qtde realizado/ Qtde previsto x 100	30/06/2022	Número de atividades de monitoramentos territoriais e ambientais realizadas	SEGAT e CTLs jurisdicionadas	CR Araguaia Tocantins	100%
39	Realizar Licitação/Dispensa para novas contratações	Contratações e compras/aquisições diversas	02	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Nº de Licitação realizada, Contratos firmados e assinados	DIT, SEAD, SEPLAN E SEGAT	CR Baixo São Francisco	100%

40	Realizar atividades de monitoramento ambiental e territorial em Terras Indígenas	Atividades de monitoramento territorial e ambiental	02	Unidade	(Quantidade Realizada ÷ Quantidade Prevista) X 100	30/06/2022	Número de atividades monitoramentos territoriais e ambientais realizados	Segat (CR-BT)	CR Baixo Tocantins	100%
41	Implementar Sistemas Agroflorestais - SAF nas TI's, Roosevelt, Parque do Aripuanã, Rio Mequéns e Kwazá do Rio São Pedro	Sistemas agroflorestais	06	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de sistemas agroflorestais implementados	SEGAT - CR-CAC e CTL's	CR Cacoal	100%
42	Facilitar o acesso de famílias de produtores indígenas à emissão de DAPs - Declaração de Aptdão ao PRONAF	Famílias de produtores indígenas	30	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de famílias de produtores indígenas com acesso à DAPs	SEDISC - CR-CAC e CTL's	CR Cacoal	100%
43	Realizar atividades monitoramento territorial das TI's jurisdicionadas à CR CGR	Atividades de monitoramento territorial e ambiental	02	Unidade	(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) x 100	30/06/2022	Atividades de monitoramento territorial e ambiental realizadas	SEGAT - CTLs	C R Campo Grande	100%
44	Apoiar o acesso de indígenas aos direitos sociais e previdenciários garantidos por Lei	Indígenas atendidos	60	Unidade	(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) x 100	30/06/2022	Número de indígenas atendidos	SEDISC - CTLs	C R Campo Grande	100%
45	Realizar Entrega de Maquinário e Equipamentos Agrícolas para serem utilizados na produção: (Trator, Grade Aradora, Roçadeira entre outros)	Maquinário e equipamentos agrícolas para serem utilizados na produção	05	Unidade	(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) x 100	30/06/2022	Maquinário ou equipamento entregues	SEGAT CTLs	CR Campo Grande	100%
46	Distribuir cestas de alimentos às famílias indígenas das Terras Indígenas do Médio Xingu.	Cesta de alimentos	6.344	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues.	SEGAT e CTL's	CR Centro Leste do Pará	100%
47	Atender Terras Indígenas com atividades fiscalizatórias/monitoramento ambiental e territorial	Terras Indígenas	04	Terras Indígenas	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de Terras Indígenas fiscalizadas.	Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - SEGAT & CTL's	CR Cuiabá	100%
48	Viabilizar a entrega de cestas de alimentos aos povos indígenas jurisdicionados durante a emergência de saúde pública decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)	Cestas básicas de alimentos distribuídas.	7.000	Cestas Básicas	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas distribuídas.	Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania - SEDISC & Divisão Técnica - DIT & CTL's	CR Cuiabá	100%
49	Apoiar o acesso de indígenas a direitos sociais e previdenciários garantidos em lei mediante atendimento/orientação pela CR e CTLs	Indígena atendido	50	Unidade	[(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) X 100]	30/06/2022	Número de indígenas atendidos	Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania - SEDISC & CTL's	CR Cuiabá	100%
50	Produzir relatórios ou informações técnicas para subsídio à atuação judicial e extrajudicial da Procuradoria Federal Especializada junto às comunidades indígenas	Relatórios ou informações técnicas	10	Unidade	(Quantidade Realizada ÷ Quantidade Prevista) X 100	30/06/2022	Relatórios ou informações técnicas produzidos	SEDISC e DIT/CRDOU	CR Dourados	100%
51	Realizar ações ou projetos de promoção e proteção dos direitos sociais, culturais, territoriais e o direito à cidadania dos povos indígenas, nas políticas públicas, com ações ou projetos realizados pela CR e CTL's.	Ações/Projetos de promoção e proteção dos direitos sociais, culturais, territoriais e o direito à cidadania dos povos indígenas	10	Unidade	(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) x 100	30/06/2022	Número de ações/projetos realizados	Coordenação Regional de Guajará Mirim/RO e CTL's subordinadas	CR de Guajará Mirim/RO	100%
52	Realizar ações relacionadas à Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas	Ações relacionadas à Promoção do Etnodesenvolvimento	02	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de ações de relacionadas à Promoção ao Etnodesenvolvimento	SEGAT e CTL's	CR Guarapuava	100%
53	Realizar atendimentos de indígenas para acesso à documentação civil, previdenciária e relacionados à educação e à saúde.	Atendimentos de indígenas	100	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de atendimentos realizados.	SEDISC e CTL's	CR Guarapuava	100%
54	Apoiar o acesso de indígenas a direitos sociais e previdenciários garantidos em lei	Indígenas atendidos	100	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de indígenas atendidos	Sedisc CTL Chapecó CTL Terra Indígena Xapecó	CR Interior Sul	100%
55	Acompanhar a entrega e distribuição de cestas de alimentos às comunidades indígenas, juntamente com a equipe de saúde da SESAI	Cesta de Alimentos	14.000	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	Sead CR INTS Sedisc CR INTS	CR Interior Sul	100%
56	Atender Terras Indígenas com atividades de fiscalização	Terras Indígenas	03	Unidade	[(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) X 100]	30/06/2022	Número de Terras Indígenas fiscalizadas.	Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - SEGAT / CTL's Jurisdicionadas / Divisão Técnica - DIT	CR Ji-Paraná (RO)	100%
57	Entregar cestas alimentos	Cests alimentos	1.000	Unidade	[(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) X 100]	30/06/2022	Número de cestas alimentos entregues	Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania - SEDISC / CTL's Jurisdicionadas / Divisão Técnica - DIT	CR Ji-Paraná (RO)	100%
58	Apoiar o acesso aos indígenas aos direitos sociais e previdenciários garantidos em Lei	Indígenas atendidos	200	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de indígenas atendidos	Coordenação Regional de João Pessoa/PB e CTL's subordinadas	CR João Pessoa/PB	100%
59	Elaborar o Plano Anual de Trabalho (2021/2022) da Coordenação Regional do Juruá	Plano Anual de Trabalho (2021/2022) da Coordenação Regional do Juruá	01	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Plano Anual de Trabalho (2021/2022) da Coordenação Regional do Juruá elaborado	Divisão Técnica (DIT - CR JUR)	Coordenação Regional do Juruá (CR JUR)	100%
60	Realizar atividades de monitoramento ambiental e territorial em Terras Indígenas jurisdicionadas à CR Kayapó Sul do Pará.	Atividades de monitoramento territorial e ambiental	2	Unidade	(Quantidade Realizada ÷ Quantidade Prevista) X 100	30/06/2022	Número de atividades de monitoramento territorial e ambiental realizadas	Segat CR-KSPA	CR Kayapó Sul do Pará	100%
61	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	7.000	Unidade	(Quantidade Realizada ÷ Quantidade Prevista) X 100	30/06/2022	Número de cestas de alimento entregues	Sedisc CR-KSPA	CR Kayapó Sul do Pará	100%
62	Realizar Ações de Fiscalização nas TI's jurisdicionadas à CR-LISE	Ação de fiscalização	04	Unidade	(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) x 100	30/06/2022	Ação de fiscalização realizada	SEGAT	CR Litoral Sudeste	100%
63	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	6.400	Unidade	(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	SEDISC	CR Litoral Sul	100%
64	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	6.000	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	SEDISC/DIT, CR-MAD e CTL's Humaitá I, II, III e IV - AM	CR Madeira	100%
65	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	50.000	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania- SEDISC e CTL's	CR Manaus	100%
66	Apoiar o acesso de indígenas a direitos sociais e previdenciários garantidos em lei mediante atendimentos/orientação	Indígenas atendidos/orientados	1.500	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de indígenas atendidos	SEDISC CR-MA	CR Maranhão	100%
67	Implantar postos de controle de acesso móveis para enfrentamento da pandemia e monitoramento de limites	Postos de controle de acesso móveis	02	Unidade	[(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) X 100]	30/06/2022	Número de postos de controle de acesso móveis implantados	Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - SEGAT & CTL's	CR Médio Purus	100%
68	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	3. 000	Unidade	[(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) X 100]	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues.	Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania - SEDISC & Divisão Técnica - DIT & CTL's	CR Médio Purus	100%
69	Apoiar o acesso de indígenas a direitos sociais e previdenciários garantidos em lei mediante atendimento/orientação pela CR e CTLs.	Indígenas atendidos/orientados	200	Unidade	[(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) X 100]	30/06/2022	Número de indígenas atendidos/orientados.	Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania - SEDISC & CTL's	CR Médio Purus	100%

70	Cada serviço deverá envidar esforços na entrega das cestas básicas destinadas aos indígenas de Minas Gerais e Espírito Santo, contribuindo assim para a execução da meta global da FUNAI Nacional, bem como com a meta do gabinete da CR MGES;	Entrega de cestas básicas	5.815 (mínimo de uma uma cesta por família)	Quantidade de cestas	(QR/QP) x 100	30/06/2022	Número de cestas distribuídas.	SEDISC, SEGAT, SEAD e SEPLAN	CR Minas Gerais e Espírito Santo	100%
71	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	50.000	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	SEDISC/CR-NE I e CTL's jurisdicionadas	CR Nordeste I	100%
72	Executar atividades relacionadas à Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas jurisdicionadas à CR-NE I	Atividades relacionadas à Promoção do Etnodesenvolvimento	02	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de atividades relacionadas à Promoção do Etnodesenvolvimento executadas	SEGAT/CR-NE I e CTL's jurisdicionadas	CR Nordeste I	100%
73	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	40.000	Unidade	[(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) X 100]	30/06/2022	Número de cesta entregues	Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania - SEDISC / CTL's Jurisdicionadas / Divisão Técnica - DIT	CR Nordeste II	100%
74	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	7.000	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	SEDISC	CR Noroeste do Mato Grosso	100%
75	Realizar atividades de monitoramento e fiscalização em Terras Indígenas	Atividades de monitoramento e fiscalização	02	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Numero de atividades de monitoramento e fiscalização realiadas	SEGAT	CR Norte do Mato Grosso	*
76	Apoiar o acesso de indígenas aos direitos sociais e previdenciários garantidos por Lei	Indígenas atendidos	200	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de indígenas atendidos	SEDISC	CR Norte do Mato Grosso	*
77	Entregar de cestas de alimentos	Cesta alimentos	50.000	Unidade	(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	SEAD/CR-PP SEDISC/CR-PP SEGAT/CR-PP SEPLAN/CR-PP CTLs.	CR Ponta Porã	100%
78	Apoiar o acesso de indígenas a direitos sociais e previdenciários garantidos em lei	Indígenas atendidos/orientados	2.000	Unidade	(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) x 100	30/06/2022	Número de indígenas atendidos/orientados	SEDISC/CR-PP CTLs	CR Ponta Porã	100%
79	Apoiar o acesso de indígenas à documentação civil, previdenciária e relacionada à educação e à saúde, através de atendimento.	Atendimentos realizados	100	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de atendimentos realizados	SEDISC e CTLs	CR Passo Fundo	100%
80	Atender Terras indígenas com atividades de monitoramento ambiental e territorial	Terras indígenas	3	Unidade	[(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) X 100]	30/06/2022	Número de Terras Indígenas monitoradas.	Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - SEGAT & CTL's	CR Ribeirão Cascalheira	100%
81	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	5.000	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues.	Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania - SEDISC & Divisão Técnica - DIT & CTL's	CR Ribeirão Cascalheira	100%
82	Apoiar o acesso de indígenas a direitos sociais e previdenciários garantidos em lei	Indígenas atendidos/orientados	50	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de indígenas atendidos/orientados	Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania - SEDISC & CTL's	CR Ribeirão Cascalheira	100%
83	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	30.828	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	SEDISC, CTL's	CR Rio Negro	100%
84	Apoiar comunidades no sistema agrícola tradicional indígena do Rio Negro.	Comunidades apoiadas	10	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de comunidades apoiadas	SEGAT, CTLs	CR Rio Negro	100%
85	Entregar cestas de alimentos.	Cesta de alimentos	10.000	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	SEDISC/CR-RR, DIT/CR-RR, CTLs, SEAD/CR-RR	CR Roraima	100%
86	Realizar atendimentos sociais (previdênciário, acesso a cidadania e políticas públicas)	Atendimentos sociais (previdênciário, acesso a cidadania e políticas públicas)	200	Unidade	Quantidade realizada/quantidade prevista X 100	30/06/2022	Número de atendimentos realizados	SEDISC/CR-SBA, DIT/CR-SBA, CTLs, SEGAT/CR-SBA	CR Sul da Bahia	100%
87	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	10.000	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	Sedisc e CTL's.	CR Tapajós	100%
88	Entregar cestas de alimentos	Cesta de alimentos	6722	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues	SEDISC	CR Xavante	100%
89	Elaborar Planos de Trabalhos da área finalística da CR Xavante (Gestão Ambiental e Territorial/Promoção dos Direitos Sociais e da Cidadania)	Planos de Trabalhos	02	Unidade	(Quantidade Realizada / Quantidade Prevista) x 100	30/06/2022	Número de Planos de Trabalhos elaborados	SEDISC/SEGAT	CR Xavante	100%
90	Realizar ações de monitoramento territorial em Terras Indígenas	Ações de monitoramento territorial em Terras Indígenas	05	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de ações de monitoramento territorial em terras indígenas realizadas.	CR-Xingu e CTL's	CR Xingu	100%
91	Apoiar o acesso de indígenas a direitos sociais e previdenciários garantidos em lei.	Indígenas atendidos/orientados	50	Unidade	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de indígenas atendidos/orientados.	CR-Xingu e CTL's	CR Xingu	100%
92	Viabilizar entrega de cestas básicas destinadas aos indígenas das Terras Indígenas: Vale do Javari, Kanamari do Rio Juruá, Mawetek, Cacau do Tarauaca, Kulina do Médio Juruá e Deni, contando com o envolvimento de todos os serviços da CR, DIT e CTLs, contribuindo assim para a execução da meta global da FUNAI Nacional.	Entrega de cestas básicas	20.268 (6 cestas para cada uma das 3.378 famílias indígenas sob abrangência da CR-VJ)	Quantidade de cestas e aldeias atendidas	(Quant. Realizada/ Quant. Prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas distribuídas	Gab/CR-VJ, DIT, SEDISC, SEAD, SEPLAN e CTLs Eirunepé, Atalaia do Norte II, Atalaia do Norte III, Palmeira do Javari I, Palmeira do Javari II	CR Vale do Javari	100%

*A Unidade de Avaliação responsável pelas Metas 75 e 76 não apresentou o formulário com a aferição dos resultados, não sendo possível mensurar o alcance da meta.

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.662/SPE/MME, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.003110/2022-12. Interessada: Morada do Sol IV Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 41.036.714/0001-37. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Morada do Sol IV, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.GO.046570-4.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.604, de 26 de janeiro de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

FREDERICO DE ARAÚJO TELES

PORTARIA Nº 1.663/SPE/MME, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.003126/2022-25. Interessada: Morada do Sol V Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 40.962.117/0001-70. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Fotovoltaica denominada Morada do Sol V, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.GO.046571-2.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 9.605, de 26 de janeiro de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

FREDERICO DE ARAÚJO TELES

PORTARIA Nº 1.664/SPE/MME, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48340.003107/2022-07. Interessada: Morada do Sol II Energias Renováveis S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 40.998.875/0001-49. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Fotovoltaica denominada Morada do Sol II, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.GO.046568-2.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 9.602, de 26 de janeiro de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

FREDERICO DE ARAÚJO TELES

PORTARIA Nº 1.665/SPE/MME, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.003105/2022-18. Interessada: Morada do Sol I Energias Renováveis S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 40.998.871/0001-60. Objeto: Aprovar como Prioritários, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, os projeto da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Morada do Sol I, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.GO.046567-4.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.601, de 26 de janeiro de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

FREDERICO DE ARAÚJO TELES

PORTARIA Nº 1.667/SPE/MME, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.003108/2022-43. Interessada: Morada do Sol III Energias Renováveis S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 40.998.876/0001-93. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Fotovoltaica denominada Morada do Sol III, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.GO.046569-0.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 9.603, de 26 de janeiro de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

FREDERICO DE ARAÚJO TELES

PORTARIA Nº 1.668/SPE/MME, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.003113/2022-56. Interessada: Morada do Sol VI Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 40.998.879/0001-27. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Fotovoltaica denominada Morada do Sol VI, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.GO.046572-0.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 9.606, de 26 de janeiro de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

FREDERICO DE ARAÚJO TELES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.746, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.007263/2022-59. Interessada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, a área de terra necessária à implantação da Subestação 138/69 kV Birigui 4, localizada no município de Coroados, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam nos autos e estão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br .

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHO Nº 2.624, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 237, de 12 de agosto de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.007335/2022-68, decide por deferir o pleito apresentado pelo agente GELCO GELATINAS DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.681.186/0001-45, para o afastamento da aplicação da vedação ao Consumidor Especial, no âmbito da CCEE, à modelagem de unidade consumidora que se enquadre nas condições estabelecidas nos arts. 15 ou 16 da Lei nº 9.074, de 1995, para que a GELCO GELATINAS DO BRASIL LTDA, possa modelar cargas na condição de Consumidor Especial viabilizando a formação de comunhão de interesses de fato com as unidades consumidoras Captação e Fábrica, com demandas contratadas de 30 kW e 1.350 kW, de sua propriedade, hoje consumidores cativos da CPFL Santa Cruz, condicionado ao cumprimento do requisito de adquirir energia nos termos do § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996, permanecendo em vigor a impossibilidade de um agente compatibilizar a manutenção de comunhão de interesses de fato ou de direito com uma eventual qualificação como Consumidor Livre, devendo a CCEE operacionalizar o retorno do agente à condição de Consumidor Especial.

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHO Nº 2.626, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 237, de 12 de agosto de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003843/2022-77, decide por conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto Brentech Energia S.A - Brentech cadastrado sob o CNPJ de nº 07.921.085/0001-90 em face do Auto de Infração nº 19/2022, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, mantendo a penalidade de multa em decorrência de descumprimento de obrigações referentes ao desempenho da Usina Termelétrica - UTE Goiânia II.

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHO Nº 2.630, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº: 48500.004948/2017-86 e 48500.003612/2018-87. Interessado: UTE GNA II Geração de Energia S.A.. Decisão: (i) reconhecer a existência de excludente de responsabilidade da UTE GNA II Geração de Energia S.A. na implantação da UTE GNA Porto do Açu III, nos termos do art. 19 da Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, entre as datas de 1º de dezembro de 2020 e 27 de dezembro de 2021, totalizando 391 (trezentos e noventa e um) dias, observando o início da operação comercial das UG 1 a 4 até 30 de outubro de 2024; (ii) alterar o cronograma de implantação da UTE GNA Porto do Açu III conforme disposto no Quadro em anexo, sujeito ao endosso da Garantia de Fiel cumprimento da usina, no prazo de trinta dias; (iii) manter a concatenação autorizada no Despacho nº 2.998, de 2020 caso a entrada em operação comercial da SE Campos 2 - 500 kV ocorra entre 28 de janeiro de 2024 e 22 de março de 2024 (data do contrato de concessão), respeitando o prazo de 9 (nove) meses para o período de comissionamento da UTE GNA Porto do Açu III; (iv) alterar o início do suprimento do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR para 30 de outubro de 2024 ou 277 (duzentos e setenta e sete) dias a contar da data de entrada em operação comercial da SE Campos 2 - 500 kV, caso ela ocorra entre 28 de janeiro de 2024 e 22 de março de 2024, e o fim do suprimento dos CCEAR para 29 de outubro de 2049 ou 9407 (nove mil, quatrocentos e sete) dias a contar da data de entrada em operação comercial da SE Campos 2 - 500kV, caso ela ocorra entre 28 de janeiro de 2024 e 22 de março de 2024, mantido o período de suprimento dos CCEAR em 25 (vinte e cinco) anos. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Diretor - Geral
Substituto

DESPACHO Nº 2.632, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 237, de 12 de agosto de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.004406/2021-90, decidiu por CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia Energética Potiguar -CEP, Cadastrado no CNPJ de nº 09.439.128/0001-20 em face do Despacho nº 3.219, de 2021, que estabeleceu critérios para a operação e contabilização de energia das Usinas Termelétricas - UTEs Potiguar e Potiguar III, até 31 de dezembro e deu outras providências.

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHO Nº 2.634, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Processos nº: 48500.005748/2017-41 e 48500.001832/2018-76. Interessados: Delio Bernardino Holding S.A. e Nena Bernardino Holding S.A.. Decisão conhecer e, no mérito, indeferir os pedidos de alteração dos cronogramas de implantação das UFV Delio Bernardino e Delio Bernardino VIII. A íntegra deste Despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Diretor-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 2.635, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 237, de 12 de agosto de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005607/2021-12, decide por (i) conhecer o Requerimento Administrativo interposto pelo Frigorífico Montes Claros Eireli cadastrado no CNPJ de nº 28.891.895/0001-10, em face do Despacho nº 2.123, de 2022, que negou provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Requerente em face do Despacho nº 975, de 2022, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, para no mérito negar-lhe provimento, (ii) mantendo a decisão consubstanciada no Despacho nº 2.123, de 2022., e encerrar o processo na esfera administrativa, encaminhando ao arquivamento.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 2.731, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 260, de 27 de setembro de 2021, considerando o que consta do Processo nº 48500.003869/2021-34, resolve registrar que os documentos de constituição das Sociedades de Propósito Específico, relacionadas no Quadro a seguir, apresentados pelas Proponentes Vencedoras do Leilão nº 1/2022-ANEEL (Leilão de Transmissão), estão em conformidade com os itens 2.9, 2.10 e 14 do Edital do Leilão.

LOTE	PROPONENTE VENCEDORA	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO- SPE
1	Consórcio Verde Brasil Energia Fundo de Invest. e Part. Multiestratégia (1%) CNPJ: 22.194.580/0001-38; Cymi Construções e Participações S.A. (99%) CNPJ: 07.003.107/0001-32	Verde Transmissão de Energia S.A. CNPJ: 44.323.802/0001-08
2	Neoenergia S.A. CNPJ: 01.083.200/0001-18	EKTT 9 Serviço de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. CNPJ: 28.438.777/0001-51
3	CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista CNPJ: 02.998.611/0001-04	(*)
4	Zopone Engenharia e Comércio Ltda. CNPJ: 59.225.698/0001-96	Transmissora Amapar II SPE S.A. CNPJ: 47.425.219/0001-04
5	Sterlite Brazil Participações S.A. CNPJ: 28.704.797/0001-27	Serra Negra Transmissão de Energia S.A. CNPJ: 45.912.973/0001-35
6	CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista CNPJ: 02.998.611/0001-04	Inteligação Elétrica Jaguar 8 S.A. CNPJ: 32.578.582/0001-84
7	Consorcio Engie Brasil Transmissão Engie Brasil Energia S.A. (99,99%) CNPJ: 02.474.103/0001-19; Engie Transmissão de Energia Participações II S.A. (0,01%) CNPJ: 36.207.020/0001-85	Gavião Real Trabnsmissora de Energia S.A. CNPJ: 44.729.393/0001-44
8	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. CNPJ: 00.357.038/0001-16	(*)
9	Sterlite Brazil Participações S.A. CNPJ: 28.704.797/0001-27	Tanguará Transmissão de Energia S.A. CNPJ: 45.892.975/0001-00
10	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. CNPJ: 07.859.971/0001-30	Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. CNPJ: 45.661.917/0001-75
11	Neoenergia S.A. CNPJ: 01.083.200/0001-18	Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. CNPJ: 36.257.187/0001-50
12	Energisa Transmissão de Energia S/A CNPJ: 28.202.130/0001-01	Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S.A. CNPJ: 47.185.644/0001-65
13	Consórcio Norte Solo Engenharia S.A. (25%) CNPJ: 34.603.248/0001-69; Zopone Engenharia e Comércio Ltda (75%) CNPJ: 59.225.698/0001-96	Transmissora Acre II SPE S.A. CNPJ: 47.439.944/0001-23

(*) Optou por não constituir SPE.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº: 48500.005502/2020-74. Interessado: Ventos de Acaraú Geradora de Energia Ltda. Decisão: (i) anular os Anexos II, III, VI, IX, X e XII, do Despacho nº 267, de 2 de fevereiro de 2021; (ii) anular o Despacho nº 1.439; e iii) renovar, até 4 de fevereiro de 2023, a validade dos Anexos I, IV, V, VII, VIII, XI, XIII do Despacho nº 267, de 2 de fevereiro de 2021. A íntegra deste Despacho consta dos autos estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.417, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº: 48500.001803/2018-12. Interessado: ECOGER-Ecologino Geração de Energia em Matriz Renovável Ltda Decisão: conceder o prazo de 60 (sessenta) dias para envio do Projeto Básico e do Sumário Executivo da PCH Foz do Saiju, contemplando as alterações propostas na revisão da partição de quedas do inventário do rio Amambaí. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.702, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 48500.002615/2016-31. Interessado: Pagrisa - Para Pastoril e Agricola S.A. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Pagrisa, cadastrada no CEG sob o nº UTE.AI.PA.035756-1.01. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 2.693, de 21 de setembro de 2022, constante do Processo nº 48500.001742/2021-81, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, cujo resumo foi publicado no D.O de 23 de setembro de 2022, Seção 1, p. 109, nv. 160, n. 182, onde se lê: (iv) registrar a potência líquida de 28.890 kW." leia-se: "(iv) registrar a potência líquida de 28.890 kW; e (v) informar que as unidades geradoras associadas ao acréscimo da capacidade instalada de 1.385 da UFV Dunamis IV não fazem jus ao percentual de redução de 50% a ser aplicado à TUST e à TUSD, por não atenderem a uma das condicionantes prevista no inciso II, do § 1º-C, do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996"

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 23 de setembro de 2022.

Nº 2.703 Processo nº: 48500.002353/2020-91. Interessados: Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Januário 15. Unidades Geradoras: UG4, de 4.500,00 kW. Localização: Município de Várzea Nova, no estado da Bahia.

ANDRÉ PATRUS AYRES PIMENTA

Nº 2. 704 Processo nº: 48500.003995/2020-16. Interessados: Enel Green Power Ventos de São Roque 17 S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Roque 17. Unidades Geradoras: UG7, de 5.500,00 kW. Localização: Município de Dom Inocêncio, no estado do Piauí.

Nº 2. 705 Processo nº: 48500.005878/2020-89. Interessados: Ventos de São Caio Energias Renováveis S/A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Caio. Unidades Geradoras: UG7, de 4.400,00 kW. Localização: Municípios de Betânia do Piauí e Paulistana, no estado do Piauí.

Nº 2. 706 Processo nº: 48500.002351/2020-01. Interessados: Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Januário 18. Unidades Geradoras: UG1, de 4.500,00 kW. Localização: Município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 2. 707 Processo nº: 48500.002673/2020-41. Interessados: Sol Serra do Mel II SPE S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Serra do Mel II. Unidades Geradoras: UG15 a UG18, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2. 708 Processo nº: 48500.003446/2020-33. Interessados: Luzia 2 Energia Renovável S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Luzia 2. Unidades Geradoras: UG33 a UG36, de 1.637,00 kW cada. Localização: Município de Santa Luzia, no estado da Paraíba.

Nº 2. 709 Processo nº: 48500.004021/2020-41. Interessados: Bioenergia Boa Esperança Ltda. e Usina Cerradão S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UTE Boa Esperança (Antiga Cerradão 3). Unidades Geradoras: UG1, de 60.000,00 kW. Localização: Município de Frutal, no estado de Minas Gerais.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHOS DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 24 de setembro de 2022.

Nº 2.739 Processo nº: 48500.003679/2019-01. Interessados: Viralcool - Açúcar e Álcool Ltda. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Viralcool Castilho 2. Unidades Geradoras: UG1, de 25.000,00 kW. Localização: Município de Pitangueiras, no estado de São Paulo.

Nº 2.740 Processo nº: 48500.005877/2020-34. Interessados: Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S/A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Ciríaco. Unidades Geradoras: UG3, de 4.400,00 kW. Localização: Municípios de Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí, no estado do Piauí.

Nº 2.741 Processo nº: 48500.004018/2020-28. Interessados: Jandaíra II Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Jandaíra II. Unidades Geradoras: UG1, de 3.465,00 kW. Localização: Município de Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.742 Processo nº: 48500.005399/2018-48. Interessados: Asja Pernambuco Serviços Ambientais Ltda. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Asja Jaboatão. Unidades Geradoras: UG20, de 1.426,00 kW. Localização: Município de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco.

Nº 2.743 Processo nº: 48500.003994/2020-63. Interessados: Enel Green Power Ventos de São Roque 18 S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Roque 18. Unidades Geradoras: UG8, de 5.500,00 kW. Localização: Município de Dom Inocêncio, no estado do Piauí.

Nº 2.744 Processo nº: 48500.002351/2020-01. Interessados: Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Januário 18. Unidades Geradoras: UG2, de 4.500,00 kW. Localização: Município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 2.745 Processo nº: 48500.006996/2013-85. Interessados: BioTérmica Energia S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UTE Biotermica Energia Sa - Girua. Unidades Geradoras: UG1, de 1.000,00 kW. Localização: Município de Giruá, no estado de Rio Grande do Sul.

Nº 2.746 Processo nº: 48500.003611/2018-32. Interessados: Vale do Pontal Açúcar e Álcool Ltda. Modalidade: Operação comercial. Usina: UTE Vale do Pontal 2. Unidades Geradoras: UG1, de 25.000,00 kW. Localização: Município de Limeira do Oeste, no estado de Minas Gerais.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHO Nº 2.747, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 1.029, de 25 de julho de 2022, e considerando o que consta do Processo nº 48500.003603/2019-77, decide suspender, a partir da data de publicação do presente Despacho, a operação comercial das unidades geradoras (UG) 03, 05, 06, 08 e 09 da EOL Umburana de Cheiro, Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.035233-0.01.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 2.733, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.006264/2022-86, decide por: (i) dar provimento à reclamação interposta pela K. e B. Laticínios Ltda., CNPJ 03.218.656/0001-73; (ii) determinar que a Enel Distribuição Goiás efetue a devolução em dobro dos valores faturados a maior decorrente do erro de classificação da unidade consumidora nº 170069783, referente ao período de 16/12/2010 a 22/12/2020, nos termos do artigo 113 da Resolução Normativa nº 414, de 2010, alterado pelo Despacho ANEEL nº 18, de 4 de janeiro de 2019, descontados os valores já devolvidos; e (iii) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

ANDRÉ RUELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 2.738, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 1.002, de 25 de janeiro de 2022, e nº 1.009, de 22 de março de 2022, e o que consta no Processo nº 48500.002791/2012-40, decide homologar o 9º Termo Aditivo ao Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor (CCESUP), celebrado entre a compradora (unidade suprida) Empresa de Força e Luz João Cesa Ltda. - João Cesa, CNPJ 86.301.124/0001-22 e a vendedora (unidade supridora) CELESC Distribuição S.A. - CELESC, CNPJ 08.336.783/0001-90, na modalidade de contratação com tarifa regulada do atual agente supridor, ressalvados os montantes de janeiro a julho de 2022, conforme condições detalhadas a seguir:

Mês	9º Termo Aditivo (kWh)				
	2022	2023	2024	2025	2026
Janeiro	1.477.352	16.767.910	17.076.273	17.390.306	17.710.115
Fevereiro	1.373.583				
Março	1.467.841				
Abril	1.306.572				
Maio	1.297.539				
Junho	1.294.361				
Julho	1.341.269				
Agosto	1.332.042				
Setembro	1.279.889				
Outubro	1.378.206				
Novembro	1.400.435				
Dezembro	1.516.027				

*valores não homologados

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 122/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
871.817/2016-MINERACAO VALLE GRANDE LTDA- Alvará n°3620/2017 - Cessionario:48062.871570/2021-11-LIVRAMENTO MINERACAO LTDA.- CPF ou CNPJ 24.521.496/0001-07
870.157/2020-JOSIEL PAULO DE OLIVEIRA- Alvará n°1386/2021 - Cessionario:48062.872358/2021-71-AROEIRAS EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA- CPF ou CNPJ 40.924.040/0001- 44
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
870.578/2018-SÉRGIO DE FREITAS FONSECA -Alvará N°7739/2021
Indefere pedido de reconsideração(263)
871.285/2016-J B MINERACAO DA BAHIA
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
870.706/2014-MARBEGE MARMORE BEGE DA BAHIA EIRELI
872.039/2011-MINERAÇÃO ATLÂNTICA LTDA.
872.140/2004-MARIA DA SOLIDADE BRITO OLIVEIRA
871.573/2014-BRASPEDRAS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI
872.512/2010-TECMILL TRANSPORTADORA, TECNOLOGIA EM MOAGEM INDUSTRIAL LTDA. EPP
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
870.129/2013-LAGOA MATERIAS PRIMAS LTDA.
870.075/2019-DJ GRANITOS EIRELI
870.795/2020-CRISTAIS IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA
870.793/2020-CRISTAIS IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA
870.613/2019-MLG MINERADORA LTDA
870.609/2019-MLG MINERADORA LTDA
870.608/2019-MLG MINERADORA LTDA
870.606/2019-MLG MINERADORA LTDA
870.605/2019-MLG MINERADORA LTDA
870.610/2019-MLG MINERADORA LTDA
870.612/2019-MLG MINERADORA LTDA
870.611/2019-MLG MINERADORA LTDA
871.287/2021-GENIVAL CAVALCANTI DE SOUSA
871.411/2018-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP
871.410/2018-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP
871.005/2018-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
870.107/2016-F & R EXTRACAO & MINERACAO LTDA-OF. N°44388/2022
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
871.809/2017-MINERAL BUSINESS BRASIL EXTRACAO DE MINERIOS LTDA-ALVARÁ N°189/2018
871.428/2017-MINERACAO CARAIBA S/A-ALVARÁ N°9.228/2017
871.427/2017-MINERACAO CARAIBA S/A-ALVARÁ N°9.227/2017
870.035/2017-MINERADORA UBAX LTDA-ALVARÁ N°6.244/2017
870.034/2017-MINERADORA UBAX LTDA-ALVARÁ N°6.243/2017
870.037/2017-MINERAX BRASIL MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°5.689/2017
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
870.050/2017-EXTRAMINER COMERCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVICOS LTDA-ALVARÁ N°5.467/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
872.137/1996-HNK BR INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA-OF. N°41831/2022
870.830/2004-BAHIA MINERACAO S/A-OF. N°43866/2022
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
871.291/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE NOVO HORIZONTE
Reconsidera o despacho que indeferiu o requerimento de PLG(354)
871.268/2019-ALEGRE MINERACAO LTDA
Indefere por Interferencia Total(1339)
870.168/2021-COOPERATIVA DE TRABALHO DE GARIMPEIROS EM AREAS MINERAVEIS LEGAIS
870.334/2021-COOPERATIVA DE TRABALHO DE GARIMPEIROS EM AREAS MINERAVEIS LEGAIS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
872.810/2015-COOGAN COOPERATIVO DOS GARIMPEIROS DE ANDARAÍ-OF. N°10126/2021
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
871.257/2022-SAN MATEUS EMPREENDIMENTOS LTDA
870.384/2022-JOAO DE DEUS ALVES FEITOSA
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
871.790/2021-VELE DOURADO EXTRACTION PEDRAS PRECIOSAS EIRELI
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
870.966/2021-BRUNO LEÃO SPERANCINI-OF. N°29540/2021
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
871.847/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE JABURANDI
871.104/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE JABURANDI
871.092/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE JABURANDI
871.093/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE JABURANDI
871.100/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE JABURANDI
872.152/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE MAARAGOGIPE

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

CARLA FERREIRA VIEIRA MARTINS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 125/2022

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito exigência(659)
819.523/1971-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA.-OF. N°34327/2022-DOU de 05/08/2022
803.584/1977-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA.-OF. N°33507/2022-DOU de 05/08/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
871.688/2002-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA.-OF. N°34331/2022-DOU de 05/08/2022
870.481/2002-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA.-OF. N°34328/2022-DOU de 05/08/2022
871.478/1989-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA.-OF. N°34330/2022-DOU de 05/08/2022
871.477/1989-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA.-OF. N°34329/2022-DOU de 05/08/2022
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Torna sem efeito despacho de indeferimento(575)
871.268/2019-ALEGRE MINERACAO LTDA- Publicado DOU de 06/04/2021

CARLA FERREIRA VIEIRA MARTINS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 127/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
872.035/2016-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA- AI N°5505/2022
872.361/2016-GGM GEOMÉTRICA DE GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA- AI N°5512/2022
872.359/2016-GGM GEOMÉTRICA DE GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA- AI N°5511/2022
872.358/2016-GGM GEOMÉTRICA DE GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA- AI N°5510/2022
872.357/2016-GGM GEOMÉTRICA DE GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA- AI N°5509/2022
872.356/2016-GGM GEOMÉTRICA DE GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA- AI N°5508/2022
872.390/2016-AROEIRA COMERCIO DE AREIA, AGRICULTURA E PSICULTURA LTDA ME- AI N°5515/2022
872.561/2016-MINERACAO MONTE HERMON LTDA- AI N°5520/2022
872.603/2016-TERRA DO BRASIL MINERACAO LTDA -ME- AI N°5523/2022
872.604/2016-LUSO BRASIL STONE LTDA - ME- AI N°5526/2022
872.605/2016-LUSO BRASIL STONE LTDA - ME- AI N°5528/2022
872.370/2016-FABIO BARBOSA FIGUEIRA- AI N°5513/2022
872.391/2016-SILVIO GERALDO ANUNCIAÇÃO- AI N°5517/2022
870.548/2016-MM EMPREENDIMENTOS EIRELI- AI N°5488/2022
872.623/2016-ADIVALDO NUNES SOUZA- AI N°5567/2022
872.626/2016-JOSE FERNANDES ZUCCON- AI N°5575/2022
870.432/2016-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR- AI N°5481/2022
873.078/2015-PAULO BRITO MINERAÇÃO LTDA EPP- AI N°5476/2022
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
872.498/2016-SERGIO VINICIUS SAO LEOPOLDO DOS SANTOS-AI N°5252/2022
870.160/2015-MINERIOS NACIONAL S.A.-AI N°5535/2022
870.123/2015-MINERIOS NACIONAL S.A.-AI N°5524/2022
870.156/2015-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-AI N°5518/2022
870.119/2015-MINERIOS NACIONAL S.A.-AI N°5527/2022
870.145/2015-MINERIOS NACIONAL S.A.-AI N°5534/2022
870.246/2015-MINERIOS NACIONAL S.A.-AI N°5533/2022
870.150/2015-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-AI N°5531/2022
870.077/2015-MINERIOS NACIONAL S.A.-AI N°5529/2022
870.144/2015-MINERIOS NACIONAL S.A.-AI N°5548/2022
872.391/2016-SILVIO GERALDO ANUNCIAÇÃO-AI N°5457/2022
870.121/2015-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-AI N°5544/2022
870.082/2015-MINERIOS NACIONAL S.A.-AI N°5541/2022
870.073/2015-MINERIOS NACIONAL S.A.-AI N°5540/2022
872.870/2016-SUPER CLÁSSICO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°5539/2022
872.820/2016-MINERAÇÃO MORRO DA CATUABA LTDA.-AI N°5538/2022
872.857/2016-AREIAL MAR MARAVILHA LTDA ME-AI N°5537/2022
872.790/2016-AREIAL MAR MARAVILHA LTDA ME-AI N°5536/2022
870.143/2015-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI EIRELI-AI N°5561/2022
872.562/2015-SM GRANITOS LTDA ME-AI N°5551/2022
870.308/2015-CONSÓRCIO GUANAMBI-AI N°5568/2022
870.126/2015-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-AI N°5558/2022
870.161/2015-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-AI N°5556/2022
872.623/2016-ADIVALDO NUNES SOUZA-AI N°5570/2022
870.131/2015-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-AI N°5574/2022
870.125/2015-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-AI N°5576/2022
872.559/2015-SM GRANITOS LTDA ME-AI N°5577/2022
872.560/2015-SM GRANITOS LTDA ME-AI N°5579/2022
870.106/2015-T. G. MINERAÇÃO LTDA. EPP-AI N°5581/2022
870.391/2015-MINERACAO TREMENDAL LTDA-AI N°5580/2022
870.305/2015-SAN MARCOS REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-AI N°5585/2022
870.304/2015-SAN MARCOS REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-AI N°5582/2022
870.124/2015-WC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME-AI N°5584/2022
870.306/2015-SAN MARCOS REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-AI N°5583/2022
870.010/2015-PLEIADES MINERACAO EIRELI-AI N°5572/2022
870.159/2015-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-AI N°5477/2022
870.074/2015-MINERIOS NACIONAL S.A.-AI N°5549/2022
870.151/2015-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-AI N°5550/2022
870.128/2015-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-AI N°5552/2022
870.158/2015-MINERIOS NACIONAL S.A.-AI N°5554/2022
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
870.532/2016-OED MINERAÇÃO LTDA.- AI N°5486/2022
872.627/2016-R & S BRASIL MINERAÇÃO LTDA EPP- AI N°5578/2022

CARLA FERREIRA VIEIRA MARTINS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 128/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
872.607/2016-ADAILTON MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-AI N°5565/2022
870.310/2015-CONSÓRCIO GUANAMBI-AI N°5569/2022
870.309/2015-CONSÓRCIO GUANAMBI-AI N°5571/2022
870.134/2015-STONEQUARRIES DO BRASIL LTDA-AI N°5573/2022
870.157/2015-SCOPEL IND E COM DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA-AI N°5590/2022
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
872.607/2016-ADAILTON MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP- AI N°5564/2022
872.143/2016-CRIS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA- AI N°5507/2022
871.737/2016-QUARTZITOS DA BAHIA LTDA- AI N°5501/2022
870.281/2016-TRAPICHE MINERAÇÃO LTDA- AI N°5479/2022
870.391/2015-MINERACAO TREMENDAL LTDA- AI N°5587/2022
870.471/2015-JONNILSON MEIRELLES PAOLILO- AI N°5588/2022
871.403/2016-HP TRANSPORTES E LOGÍSTICAS LTDA EPP- AI N°5495/2022
872.656/2016-UNION ROCHAS LTDA- AI N°5592/2022
872.647/2016-SANTOS AZEVEDO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP-AI N°5591/2022
872.640/2016-BRASPEDRAS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI-AI N°5589/2022
872.637/2016-INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CERÂMICA TUBARÃO LTDA ME- AI N°5586/2022
872.657/2016-GUIMARAES & SOUZA MINERACAO E COMERCIO LTDA- AI N°5593/2022
872.755/2016-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA- AI N°5601/2022
872.671/2016-KNAUF DO BRASIL LTDA- AI N°5600/2022
872.670/2016-KNAUF DO BRASIL LTDA- AI N°5599/2022
872.669/2016-KNAUF DO BRASIL LTDA- AI N°5598/2022
872.757/2016-MOACIR DE JESUS ARAUJO- AI N°5602/2022
872.668/2016-KNAUF DO BRASIL LTDA- AI N°5597/2022
872.760/2016-ESTRELA NOBRE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.- AI N°5603/2022
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(2284)
872.665/2016-MAXGRAN GRANITO EIRELI- AI N°5596/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
872.621/2016-E.l.m. Materiais Para Construcao Ltda Me- AI N°5566/2022

CARLA FERREIRA VIEIRA MARTINS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHO
Relação nº 56/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
844.108/2021-OSWALDO DE ARAUJO COSTA NETO- Alvará n°10406/2021 - Cessionario:844.043/2022-Alexandre Marçal de Barros Costa Mineração- CPF ou CNPJ 33.691.330/0001-20

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 136/2022

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
860.808/2018-MINERACAO JS LTDA- Registro de Licença N° 35/2021 - Vencimento em 29/07/2023
860.331/2011-THIAGO TERRA DE SOUZA- Registro de Licença N° 40/2011 - Vencimento em 16/08/2027
860.461/2008-ESCAVACOES CAIXETA LTDA- Registro de Licença N° 23/2009 - Vencimento em 10/08/2023
860.580/2013-JM MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA- Registro de Licença N° 190/2013 - Vencimento em 14/07/2023
861.453/2021-AFC MINERAÇÃO E TRANSPORTADORA - EIRELI- Registro de Licença N° 25/2022 - Vencimento em 10/08/2023
861.137/2014-MÁRCIA VALERIANO- Registro de Licença N° 20/2016 - Vencimento em 01/06/2026
861.434/2021-FERNANDO VIEIRA DE BARROS- Registro de Licença N° 48/2022 - Vencimento em 21/07/2023
860.683/2019-DOURADOS CASCALHO E MAQUINAS LTDA- Registro de Licença N° 25/2020 - Vencimento em 26/08/2023
860.839/2017-SHOPPING DAS AREIAS E SERVICOS EIRELI- Registro de Licença N° 27/2018 - Vencimento em 22/08/2023
861.295/2007-DANIEL ALEXANDRE DA SILVA- Registro de Licença N° 35/2008 - Vencimento em 02/03/2023
860.680/2017-CERAMICA CEDRO LTDA ME- Registro de Licença N° 56/2018 - Vencimento em 27/07/2023
860.924/2018-CERAMICA PONTALINA LTDA- Registro de Licença N° 11/2020 - Vencimento em 18/07/2026
862.004/2012-DENILSON BATISTA DA SILVA- Registro de Licença N° 10/2014 - Vencimento em 30/06/2023.
861.670/2009-ELIAKIM TEODORO GUIMARAES- Registro de Licença N° 137/2011 - Vencimento em 12/07/2023
860.979/2015-NOVA PIRATININGA EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E INCORPORACOES LTDA- Registro de Licença N° 46/2020 - Vencimento em 17/03/2023
861.938/2012-RIBEIRO PAIVA AREIA EIRELI- Registro de Licença N° 56/2013 - Vencimento em 01/07/2026
860.467/2018-ANTONIO CARLOS BENTO- Registro de Licença N° 47/2020 - Vencimento em 17/06/2023
860.989/2017-FLAVIO HENRIQUE ROSA DO PRADO- Registro de Licença N° 71/2021 - Vencimento em 03/08/2023
860.189/2017-SERGIO JOSE FERREIRA- Registro de Licença N° 72/2017 - Vencimento em Indeterminado
860.557/2018-ROGER ALVES DE JESUS- Registro de Licença N° 27/2020 - Vencimento em 09/08/2026

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO AMAZONAS

DESPACHO
Relação nº 16/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
880.184/2020-LOBO GUARA MINERACAO E REPRESENTACAO EIRELI-Cessionário:Foxfire Metals Intermediação Comercial Ltda- CPF ou CNPJ CNPJ: 19.093.851/0001- 54- Alvará n°7829/2021
880.183/2020-LOBO GUARA MINERACAO E REPRESENTACAO EIRELI-Cessionário:Foxfire Metals Intermediação Comercial Ltda- CPF ou CNPJ CNPJ: 19.093.851/0001- 54- Alvará n°7828/2021
880.179/2020-LOBO GUARA MINERACAO E REPRESENTACAO EIRELI-Cessionário:Foxfire Metals Intermediação Comercial Ltda- CPF ou CNPJ 19.093.851/0001-54- Alvará n°2686/2021
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
880.159/2014-SERGIO PEREIRA DOS SANTOS- Registro de Licença N° 03/2017 - Vencimento em 12/08/2023
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
880.151/2021-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS E MINERADORES SUSTENTA-OF. N°41281/2022
880.097/2021-VINICIUS MIRANDA ROSA DE LIMA-OF. N°41200/2022
880.216/2020-COOMIBRA - COOOPERATIVA DOS GARIMPEIROS MINERADORES DO BRASIL-OF. N°38489/2022
880.225/2020-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL DOS GARIMPEIROS DE APUI - CEMGA-OF. N°40900/2022
880.092/2021-COOPERATIVA GARIMPEIRA MINERADORA NACIONAL-OF. N°40910/2022
880.153/2021-COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS DO RIO XINGU COOPERXINGU-OF. N°41326/2022
880.108/2021-COOPERATIVA DE MINERACAO DOS GARIMPEIROS DE PONTES E LACERDA - COMPEL-OF. N°41220/2022
880.234/2021-INGRID AMANCIO DANTAS-OF. N°42092/2022
880.235/2021-MARCELO DE SA ROSARIO-OF. N°42099/2022
880.023/2022-ANELIO PINTO DE VASCONCELOS-OF. N°42116/2022
880.058/2022-JOAQUIM DUARTE DOS SANTOS-OF. N°42277/2022
880.183/2021-COOGARMIN COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DA REGIAO NORTE-OF. N°42288/2022
880.185/2021-COOPERATIVA MINERADORA DE ARIQUEMES - COOMARI-OF. N°42306/2022
880.250/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES DO ALTO TAPAJOS-OF. N°42328/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
880.008/2022-FRANCISCO MARISSON SOUZA DA COSTA-Registro de Licença N° 17/2022 - Vencimento em 05/01/2023
880.137/2022-NAVEGACAO ANA CAROLINA LTDA-Registro de Licença N° 16/2022 - Vencimento em 16/05/2025
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
880.168/2022-HIGINIO JULIAN DEL CAMPO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
880.192/2006-VERDE FERTILIZANTES LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
880.108/2022-LEVY ANTÔNIO DE OLIVEIRA-OF. N°42742/2022
880.177/2022-VALTEIDE MORENO BARBOSA LTDA-OF. N°42668/2022
880.166/2022-MRX TRADING MINING LTDA-OF. N°42765/2022
880.151/2022-JOZELIO NOBRE DA SILVA-OF. N°42762/2022
880.148/2022-JOSÉ ALBERTO RODRIGUES MATOS FILHO-OF. N°42756/2022

EDUARDO PONTES E PONTES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO MARANHÃO

DESPACHO
Relação nº 37/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
806.056/2016-SERRACAL CORRETIVOS AGRICOLAS LTDA-OF. N°41060/2022
806.191/2013-GESSOSUL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA.-OF. N°41045/2022
806.371/2012-ALBERTO ALCEBIADES DE ALMEIDA PORTELLA NETTO-OF. N°41112/2022
806.170/2015-NNE BENTONITA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°41125/2022
806.002/2012-GESSOSUL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA.-OF. N°41625/2022
806.096/2017-EDUARDO RIBEIRO MEDEIROS DE ANDRADE-OF. N°41640/2022
806.005/2019-SERVENG CIVILSAN S A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°41333/2022
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
806.441/2010-GUSA NORDESTE S A-AÇAILÂNDIA/MA, CIDELÂNDIA/MA, IMPERATRIZ/MA, SÃO FRANCISCO DO BREJÃO/MA - Guia n° 02/2022 - ANM/MA-300.000toneladas-MINÉRIO DE FERRO- Vigência da Guia:03 ANOS
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
806.441/2010-GUSA NORDESTE S A-MINÉRIO DE FERRO-Açailândia, Cidelândia, Imperatriz e São Francisco do Brejão/Maranhão
806.399/2012-ZENIRA MASSOLI FIQUENE-ÁGUA MINERAL-PAÇO DO LUMIAR/MARANHÃO
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
806.022/2018-ENGEO ENGENHARIA E GEOLOGIA EIRELI- Área de 746,32 para 541,65-Gipsita-Grajaú/Maranhão
806.143/2007-APOIO MINERACAO LTDA- Área de 2000 para 1541,33-Minério de Ouro-Centro do Guilherme/Maranhão
Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
806.104/2009-GESSOMAR INDUSTRIA DE GESSO DO MARANHÃO LTDA-CONCESSÃO DE LAVRA 01/2011- Cessionário:MINERADORA GIPSITA DO MARANHAO LTDA-CNPJ 05.705.035/0001-40
806.094/2009-GESSOSUL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA.- CONCESSÃO DE LAVRA 095/2020- Cessionário:MINERADORA GESSOTINS DO MARANHAO LTDA- CNPJ 43.635.526/0001-50
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
806.205/2013-S. PEREIRA MELO-OF. N°107/2021
806.205/2013-S. PEREIRA MELO-OF. N°8798/2021
806.205/2013-S. PEREIRA MELO-OF. N°8814/2021
806.205/2013-S. PEREIRA MELO-OF. N°8832/2021
806.079/2014-J. M. F. FERREIRA-OF. N°108/2021
806.079/2014-J. M. F. FERREIRA-OF. N°115/2021
806.032/2009-J. R. R. INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°36784
806.032/2009-J. R. R. INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°36789
806.032/2009-J. R. R. INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°36791
806.032/2009-J. R. R. INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°36793
806.032/2009-J. R. R. INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°36797
806.032/2009-J. R. R. INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°36894
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
806.018/2018-MINERADORA BELAS AGUAS LTDA EPP- Registro de Licença N° 30/2018 - Vencimento em 03/02/2024
806.087/2016-MANANCIAL MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.- Registro de Licença N° 01/2019 - Vencimento em 31/08/2023
806.153/2021-R. DOS S. COSTA EIRELI- Registro de Licença N° 10/2022 - Vencimento em 16/08/2023
806.012/2002-CERAMICA MARAN LTDA- Registro de Licença N° 09/2002 - Vencimento em 28/05/2025
806.086/2019-MINERADORA PALMEIRAL LTDA- Registro de Licença N° 05/2020 - Vencimento em 10/12/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
806.087/2016-MANANCIAL MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.-OF. N°44852
806.032/2009-J. R. R. INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°36778
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
806.032/2009-J. R. R. INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°36797
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
806.124/2018-JOSÉ ROBERTO GUTERRES DE ABREU FERREIRA-OF. N°38521/2022
806.126/2018-JOSÉ ROBERTO GUTERRES DE ABREU FERREIRA-OF. N°38527/2022
806.125/2018-JOSÉ ROBERTO GUTERRES DE ABREU FERREIRA-OF. N°38526/2022
806.044/2022-MINERADORA M G LIMITADA-OF. N°42822/2022
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
806.018/2020-GREGÓRIO BISPO NEVES
806.019/2022-IRANILDE MENDES DE MORAES
806.081/2021-SAMUEL F QUIRINO
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
806.010/2022-JOAO PIRES DE ALMEIDA FILHO-Registro de Licença N° 19/2022 - Vencimento em 10/11/2025
806.138/2021-CERAMICA MARTINS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-Registro de Licença N° 18/2022 - Vencimento em 26/10/2031
806.086/2021-ANTÔNIO CARLOS DA SILVA-Registro de Licença N° 12/2022 - Vencimento em 09/10/2025
806.175/2021-JOSE TEIXEIRA VIANA-Registro de Licença N° 17/2022 - Vencimento em 17/11/2025
806.048/2021-RAIMUNDO MATIAS CARVALHO-Registro de Licença N° 20/2022 - Vencimento em 08/07/2031
806.005/2022-VERUM MINERACAO LTDA-Registro de Licença N° 15/2022 - Vencimento em 17/08/2042
806.020/2022-SERRA NEGRA INDUSTRIA, COMERCIO E MINERACAO LTDA-Registro de Licença N° 21/2022 - Vencimento em 23/11/2050
806.021/2022-SERRA NEGRA INDUSTRIA, COMERCIO E MINERACAO LTDA-Registro de Licença N° 22/2022 - Vencimento em 23/11/2050
806.022/2022-SERRA NEGRA INDUSTRIA, COMERCIO E MINERACAO LTDA-Registro de Licença N° 23/2022 - Vencimento em 23/11/2050
806.024/2022-SERRA NEGRA INDUSTRIA, COMERCIO E MINERACAO LTDA-Registro de Licença N° 24/2022 - Vencimento em 23/11/2050
806.025/2022-SERRA NEGRA INDUSTRIA, COMERCIO E MINERACAO LTDA-Registro de Licença N° 24/2022 - Vencimento em 23/11/2050
806.113/2021-CERAMICA GABRIELA LTDA-Registro de Licença N° 26/2022 - Vencimento em 24/06/2032
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
806.017/2022-MINERADORA M G LIMITADA
806.137/2021-FERREIRA AREIA E CASCALHO LTDA. ME

THYAGO DE SOUSA RIBEIRO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 352/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
850.313/2022-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DA AMAZONIA LEGAL-OF. N°43425/2022
850.114/2022-COOSULPA - COOPERATIVA DE MINERACAO MISTA SUL DO PARA-OF. N°43913/2022
Indefere por Interferencia Total(1339)
653.541/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.542/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.543/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.544/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.545/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.546/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.547/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.548/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.549/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.550/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.551/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.552/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.553/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.554/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.555/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.556/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.557/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.558/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.559/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.560/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.561/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.562/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.563/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
850.140/2022-THIAGO DE OLIVEIRA SILVA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.457/2022-TRANSCAR-LOCACAO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
851.630/2021-CERAMICA CASTANHEIRA LTDA

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 355/2022

Fase de Lavra Garimpeira
Retificação de despacho(1393)
850.868/2012-VALDEMIR DE MELO JUNIOR - Publicado DOU de 23/09/2022, Relação n° 349/2022, Seção 1, pág. 111- "Onde se lê": Vencimento em 03/09/2020,"Leia-se": Vencimento em 03/09/2025.

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 356/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
851.169/2021-RIZIA FRANCO AZEVEDO- DOU de 04/05/2022

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHO
Relação nº 70/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
803.208/2018-M J DA S CARVALHO
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
803.209/2018-M J DA S CARVALHO-Areia-Geminiano/Piauí
803.210/2018-M J DA S CARVALHO-Areia-Geminiano/Piauí
803.211/2018-M J DA S CARVALHO-Areia-Geminiano/Piauí
803.212/2018-M J DA S CARVALHO-Areia-Geminiano/Piauí
803.258/2016-M J DA S CARVALHO-Diabásio-São João da Varjota/Piauí
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
803.262/2016-BRITAPLAN MINERACAO LTDA- Área de 418,28 ha para 49,38 ha-Areia-Geminiano/Piauí
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
803.665/2008-MINERADORA BRASIL LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
803.069/2021-WALDECY JOSE DE SOUZA & CIA-OF. N°41964/2022/SEOUFI-PI/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
803.122/2007-CERAMICA BRASILEIRA CERBRAS LTDA-JAICÓS/PI - Guia n° 3/2022-15.000toneladas-Argila- Vigência da Guia:2 anos
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
803.135/2020-JEAN CARLOS M. DA SILVA-OF. N°41628/2022/SEOUFI-PI/ANM
803.109/2014-MINERADORA BARRO DA LINDA VELHA-OF. N°42562/2022/SEOUFI-PI/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
803.190/2014-F BENICIO DE ARAUJO ME-OF. N°42525/2022/SEOUFI-PI/ANM
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
803.223/2014-AQUONSULT CONSULTORIA E PLANEJAMENTO HIDROGEOLÓGICO LTDA.
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
803.137/2022-JONAS MATOS DA SILVA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
803.008/2021-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA

ANTONIO SANZIO AVILA CAVALCANTE
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 142/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova laudo técnico e memorial(is) descritivo(s), para possibilitar acordo (amigável ou judicial) visando posterior constituição de servidão(2175)
810.483/2010-RIO GRANDE MINERACAO S.A-Minério de Titânio-
810.474/2010-RIO GRANDE MINERACAO S.A-Minério de Titânio-
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.850/2011-POLLNOW & CIA LTDA- Registro de Licença N° 246/2011 - Vencimento em 28/01/2024
810.004/2017-SCHUMACHER E SCHUMACHER PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA- Registro de Licença N° 242/2017 - Vencimento em 30/08/2024
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.316/2013-LIZANDRO SANTOS DA SILVA - ME-OF. N°44760/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Aprova laudo técnico e memorial(is) descritivo(s), para possibilitar acordo (amigável ou judicial) visando posterior constituição de servidão(2176)
810.212/1989-RIO GRANDE MINERACAO S.A-Minério de Titânio-
810.213/1989-RIO GRANDE MINERACAO S.A-Minério de Titânio-
810.214/1989-RIO GRANDE MINERACAO S.A-Minério de Titânio-
810.215/1989-RIO GRANDE MINERACAO S.A-Minério de Titânio-
810.216/1989-RIO GRANDE MINERACAO S.A-Minério de Titânio-
810.217/1989-RIO GRANDE MINERACAO S.A-Minério de Titânio-
810.381/1988-RIO GRANDE MINERACAO S.A-Minério de Titânio-
810.382/1988-RIO GRANDE MINERACAO S.A-Minério de Titânio-
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.589/2008-BASALTEAR INDÚSTRIA DE MINERAIS LTDA.-OF. N°45027/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.614/2022-CONSTRUTORA CONTINENTAL DE SAO PAULO LTDA-Registro de Licença N° 134/2022 - Vencimento em 18/08/2027
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.605/2022-CERAMICA SIMONETTO UNIAO LTDA-OF. N°44762/2022
810.597/2022-MARCUS VINICIUS FERRO FEIJO-OF. N°44765/2022
810.611/2022-PEDREIRA BOA VISTA LTDA-OF. N°44772/2022
810.607/2022-AJM BASALTO LTDA-OF. N°44775/2022
810.625/2022-SANDRO P. DA SILVA-OF. N°44782/2022
810.436/2022-OLARIA CACHOEIRENSE LTDA-OF. N°44786/2022
810.610/2022-PTS TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI-OF. N°44787/2022
810.626/2022-GELSON DIANA-OF. N°44789/2022
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.151/2022-VINICIUS FOLCHINI GREGOLETTO-OF. N°20573/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 143/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
810.616/2016-MS MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°42378/2022
811.044/2021-PEDRO ADRIANE ROCHA DA PORCIUNCULA-OF. N°42390/2022
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
810.767/2021-FINGERHUT CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA- Cessionário:P.a.p. Consultoria de Investimentos Ltda- CPF ou CNPJ 90.932.401/0001-72- Alvará n°7174/2021
811.000/2018-NOVO HORIZONTE MINERACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME- Cessionário:Argisul Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 19.829.763/0001-78- Alvará n°8496/2021
811.266/2011-NOVO HORIZONTE MINERACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME- Cessionário:Argisul Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 19.829.763/0001-78- Alvará n°8746/2018
Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
810.180/2001-MINERACAO ANDREAS LTDA- PORTARIA DE LAVRA 214/2018- Cessionário:Avantte Engenharia e Participações Ltda- CNPJ 23.467.362/0001-92
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
810.890/2014-NOVO HORIZONTE MINERACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME- Cessionário:Argisul Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 19.829.763/0001-78- Alvará n°8695/2010
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
810.244/2021-FINGERHUT CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA- Cessionário:P.a.p. Consultoria de Investimentos Ltda- CNPJ 90.932.401/0001-72- Registro de Licença N° 89- Vencimento da Licença: 2021
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
810.198/2007-NOVO HORIZONTE MINERACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME- ALVARÁ n° 10415/2011 - Cessionário: Argisul Mineração Ltda- CNPJ 19.829.763/0001-78

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 144/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
810.670/2016-JESUS BASTOS DA SILVA-ALVARÁ N°8773/2016
810.642/2016-GUNTHER GAULKE JUNIOR-ALVARÁ N°9200/2016
811.556/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°12121/2016
810.542/2007-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°6324/2015
811.550/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°11585/2016
811.553/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°12119/2016
810.025/2009-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°12102/2016
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
811.400/2016-CONSTRULIX CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA-ALVARÁ N°2860/2017
811.289/2015-MAGMA TRANSPOSTES RODOVIÁRIOS LTDA-ALVARÁ N°15780/2015
810.494/2020-IRMAOS SEBASTIAO INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA.-ALVARÁ N°3622/2020
810.020/2017-RICARDO CAMARGO WINTER-ALVARÁ N°4311/2017
Não conhece requerimento protocolizado(270)
811.096/2015-BRITA PINHAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.071/2015-AREIAL DO VALE LTDA
811.440/2014-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
810.014/2019-PAULO ROBERTO CECCHIN LTDA
810.684/2017-CRISTIANO TEIXEIRA SEVERO
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
810.334/2021-KARINA KUHN GONCALVES -Alvará N°9721/2021
811.065/2016-JAZIDA ECKERT LTDA -Alvará N°453/2018
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
811.755/2015-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-ALVARÁ N°10844/2016
810.309/2020-ANDRÉ LUIZ RAUBER-ALVARÁ N°3014/2020
810.296/2020-SOCIEDADE DOS MINERADORES DE AREIA DO RIO JACUÍ LTDA.-ALVARÁ N°3076/2020
810.407/2020-SOCIEDADE DOS MINERADORES DE AREIA DO RIO JACUÍ LTDA.-ALVARÁ N°3308/2020
810.408/2020-SOCIEDADE DOS MINERADORES DE AREIA DO RIO JACUÍ LTDA.-ALVARÁ N°3309/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
810.529/2013-AGREGA MINERADORA LTDA-OF. N°42807/2022
811.623/2012-SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA-OF. N°42808/2022
811.625/2012-SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA-OF. N°42811/2022
811.626/2012-SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA-OF. N°42813/2022
811.627/2012-SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA-OF. N°42814/2022
810.593/2020-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.-OF. N°44958/2022
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
810.486/2020-TARCISIO VIEIRA AREEIRA LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
002.359/1941-COMPANHIA IRAIENSE DE MINERAÇÃO-OF. N°42958/2022
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
810.560/2009-AQUA BELLA DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA- Rótulo da Fonte Dom Gentil (LAMIN nº. 473/2020): aquabella PREMIUM - Água Mineral Natural de 350 ml com e sem gás- VISTA ALEGRE DO PRATA/RS
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.265/2009-ANNA M. WALKER E CIA LTDA-OF. N°44908/2022
810.474/2007-NAIR RAMPON DALL AGNOL ME-OF. N°44968/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 40/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Felizardo Teixeira Carneiro - 806068/20 - Not.13/2022 - R$ 23.585,72
Geobem - Consultoria e Projetos Ltda - 806052/17 - Not.7/2022 - R$ 339,01
Vale Mineracao e Piscicultura Eireli - 806032/20 - Not.15/2022 - R$ 293,86, 806035/20 - Not.17/2022 - R$ 877,38

RUI ALBERTO CARVALHO GIORDANI
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 41/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Felizardo Teixeira Carneiro - 806068/20 - Not.14/2022 - R$ 4.998,30
Geobem - Consultoria e Projetos Ltda - 806052/17 - Not.8/2022 - R$ 8.591,29
Vale Mineracao e Piscicultura Eireli - 806032/20 - Not.16/2022 - R$ 4.564,80, 806035/20 - Not.18/2022 - R$ 4.526,63

RUI ALBERTO CARVALHO GIORDANI
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 74/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Erica Fernanda Alves de Sousa - 803198/21 - Not.94/2022 - R$ 4.710,28
Flavio Alexandre Melchiades Salvadego - 803034/19 - Not.75/2022 - R$ 8.600,99, 803033/19 - Not.77/2022 - R$ 9.227,07
Rmb Manganes Ltda - 803060/18 - Not.69/2022 - R$ 9.038,11, 803059/18 - Not.71/2022 - R$ 8.810,81, 803065/18 - Not.73/2022 - R$ 8.004,08, 803064/18 - Not.79/2022 - R$ 8.176,82, 803063/18 - Not.82/2022 - R$ 8.114,54

RUI ALBERTO CARVALHO GIORDANI
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 75/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Erica Fernanda Alves de Sousa - 803198/21 - Not.95/2022 - R$ 4.998,30
Flavio Alexandre Melchiades Salvadego - 803034/19 - Not.76/2022 - R$ 9.263,46, 803033/19 - Not.78/2022 - R$ 9.344,47
Rmb Manganes Ltda - 803060/18 - Not.70/2022 - R$ 9.042,89, 803059/18 - Not.72/2022 - R$ 9.042,89, 803065/18 - Not.74/2022 - R$ 8.954,70, 803064/18 - Not.80/2022 - R$ 9.129,59, 803061/18 - Not.81/2022 - R$ 9.343,01, 803063/18 - Not.83/2022 - R$ 9.129,59

RUI ALBERTO CARVALHO GIORDANI
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 89/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Alfa e Omega Mineração Ltda me - 800091/21 - Not.137/2022 - R$ 5.168,16
Antonio Ferreira Campos - 800105/20 - Not.166/2022 - R$ 6.035,28
Carvalho Locações e Servicos Ltda - 800369/18 - Not.149/2022 - R$ 9.061,97, 800370/18 - Not.151/2022 - R$ 9.404,89
Elson Marinho de Paiva - 800183/20 - Not.139/2022 - R$ 2.831,20
Francisco Savio Campos Junior - 800299/19 - Not.160/2022 - R$ 227,81
Itai Gold Star Mineração Importação e Exportação Ltda - 800252/20 - Not.168/2022 - R$ 4.881,99, 800021/21 - Not.171/2022 - R$ 9.088,91
Katia Maria de Freitas Sousa - 800226/19 - Not.135/2022 - R$ 3,50
Maria Nilsamar Pinheiro Oliveira me - 800489/18 - Not.162/2022 - R$ 4.526,66, 800490/18 - Not.164/2022 - R$ 4.669,30
Mineração Monteiro Coutinho Comércio Importação e Exportação Ltda Epp - 800178/20 - Not.173/2022 - R$ 29,47, 800179/20 - Not.175/2022 - R$ 1.072,31

RUI ALBERTO CARVALHO GIORDANI
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 90/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Alfa e Omega Mineração Ltda me - 800091/21 - Not.138/2022 - R$ 4.182,42
Antonio Ferreira Campos - 800105/20 - Not.167/2022 - R$ 4.526,63
Carvalho Locações e Servicos Ltda - 800410/18 - Not.148/2022 - R$ 8.622,72, 800369/18 - Not.150/2022 - R$ 8.647,18, 800370/18 - Not.152/2022 - R$ 8.647,18
Elson Marinho de Paiva - 800183/20 - Not.140/2022 - R$ 4.521,45
Francisco Savio Campos Junior - 800299/19 - Not.161/2022 - R$ 4.998,30
Itai Gold Star Mineração Importação e Exportação Ltda - 800252/20 - Not.169/2022 - R$ 4.564,80, 800021/21 - Not.172/2022 - R$ 4.526,63
Katia Maria de Freitas Sousa - 800226/19 - Not.136/2022 - R$ 4.182,42
Maria Nilsamar Pinheiro Oliveira me - 800489/18 - Not.163/2022 - R$ 4.671,51, 800490/18 - Not.165/2022 - R$ 4.671,51
Mineração Monteiro Coutinho Comércio Importação e Exportação Ltda Epp - 800178/20 - Not.174/2022 - R$ 4.526,63, 800179/20 - Not.176/2022 - R$ 4.526,63
Sm5 Participações LTDA. - 800406/18 - Not.141/2022 - R$ 4.521,45
Sudamerica Ltda - 800419/18 - Not.142/2022 - R$ 8.487,10, 800460/18 - Not.143/2022 - R$ 9.042,89

RUI ALBERTO CARVALHO GIORDANI
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 92/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Empermel Comercio e Transporte de Melaco Ltda - 848310/15 - Not.111/2022 - R$ 5.809,81
Peteg Pesquisas Tecnicas em Geologia Ltda - 846269/09 - Not.86/2022 - R$ 13.749,42
Sudamerica Ltda - 846098/18 - Not.88/2022 - R$ 7.932,93, 846102/18 - Not.90/2022 - R$ 8.989,46, 846103/18 - Not.92/2022 - R$ 8.777,61, 846104/18 - Not.98/2022 - R$ 9.209,86, 846105/18 - Not.100/2022 - R$ 8.590,56, 846106/18 - Not.102/2022 - R$ 9.309,68, 846107/18 - Not.104/2022 - R$ 8.240,83, 846108/18 - Not.106/2022 - R$ 7.655,22, 846100/18 - Not.114/2022 - R$ 8.199,33, 846099/18 - Not.116/2022 - R$ 8.662,59

RUI ALBERTO CARVALHO GIORDANI
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 93/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Empermel Comercio e Transporte de Melaco Ltda - 848310/15 - Not.112/2022 - R$ 4.998,30
Map Mineração Ltda - 846178/20 - Not.108/2022 - R$ 4.311,36
Peteg Pesquisas Tecnicas em Geologia Ltda - 846269/09 - Not.87/2022 - R$ 9.327,85
Sudamerica Ltda - 846098/18 - Not.89/2022 - R$ 9.042,89, 846102/18 - Not.91/2022 - R$ 9.042,89, 846103/18 - Not.93/2022 - R$ 9.042,89, 846104/18 - Not.99/2022 - R$ 9.129,59, 846105/18 - Not.101/2022 - R$ 9.129,59, 846106/18 - Not.103/2022 - R$ 9.129,59, 846107/18 - Not.105/2022 - R$ 9.129,59, 846108/18 - Not.107/2022 - R$ 9.129,59, 846099/18 - Not.113/2022 - R$ 9.129,59, 846100/18 - Not.115/2022 - R$ 9.129,59

RUI ALBERTO CARVALHO GIORDANI
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 107/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Braex Brasil Exploração Mineral Ltda - 848245/13 - Not.99/2022 - R$ 4.622,20
Cepemi Centro de Pesquisa e Extração Mineral Ltda - 848154/21 - Not.97/2022 - R$ 1.450,91
Soluções em Mineração Eireli me - 848267/18 - Not.95/2022 - R$ 9.382,45

RUI ALBERTO CARVALHO GIORDANI
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 108/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Braex Brasil Exploração Mineral Ltda - 848245/13 - Not.100/2022 - R$ 4.564,80
Cepemi Centro de Pesquisa e Extração Mineral Ltda - 848154/21 - Not.98/2022 - R$ 4.604,72
Francisco de Queiroz Porto Filho - 848090/17 - Not.94/2022 - R$ 243,10
Oceam Mineração Tecnológica Serviços LTDA. - 848091/19 - Not.93/2022 - R$ 9.042,89
Rmb Manganes Ltda - 848065/18 - Not.90/2022 - R$ 9.271,68, 848062/18 - Not.91/2022 - R$ 9.042,89, 848065/18 - Not.92/2022 - R$ 9.042,89
Soluções em Mineração Eireli me - 848267/18 - Not.96/2022 - R$ 8.759,08

RUI ALBERTO CARVALHO GIORDANI
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 113/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Clcampos Trading America Importacao e Exportacao Ltda - 840297/21 - Not.70/2022 - R$ 1.907,07
Eugenio Bispo Dos Santos - 840095/20 - Not.72/2022 - R$ 945,44
Germano Cesar Gomes Farias - 840173/20 - Not.63/2022 - R$ 2.317,24
Jadir Rozeno da Silva me - 840050/19 - Not.61/2022 - R$ 9.075,52
Minaoeste S/a Industria Extrativa - 840092/20 - Not.66/2022 - R$ 4.175,46, 840094/20 - Not.68/2022 - R$ 7.379,36

RUI ALBERTO CARVALHO GIORDANI
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 114/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Clcampos Trading America Importacao e Exportacao Ltda - 840297/21 - Not.71/2022 - R$ 5.040,44
Eugenio Bispo Dos Santos - 840095/20 - Not.73/2022 - R$ 9.996,61
Germano Cesar Gomes Farias - 840173/20 - Not.64/2022 - R$ 4.521,45
Jadir Rozeno da Silva me - 840050/19 - Not.62/2022 - R$ 9.118,48
Minaoeste S/a Industria Extrativa - 840092/20 - Not.67/2022 - R$ 4.671,51, 840094/20 - Not.69/2022 - R$ 4.671,51
Minecom Extração, Beneficiamento e Comercialização de Minerais Ltda - 840125/18 - Not.56/2022 - R$ 9.860,78, 840129/18 - Not.57/2022 - R$ 9.860,78, 840130/18 - Not.58/2022 - R$ 9.860,78, 840131/18 - Not.59/2022 - R$ 9.860,78, 840132/18 - Not.60/2022 - R$ 9.860,78
Sm5 Participações LTDA. - 840065/19 - Not.65/2022 - R$ 4.243,55

RUI ALBERTO CARVALHO GIORDANI
Superintendente
Substituto

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 7 (PE,RN,CE,PB,PI,MA)

DESPACHO
Relação nº 39/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35) Ouro Kapital Comercio de Ouro e Joias Eireli - 806073/21 - A.I. 5469/22

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 72/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Alan Kardson Freire Cardoso 803099/20 A.I. 3036/0
Mineracao Serra Grande Ltda 803155/21 A.I. 5064/22
Nazaria Mineracoes Ltda 803195/21 A.I. 5080/22
P.R.A. Orcioli Consultoria Geologica Eireli - 803157/20 - A.I. 5467/22
Paulo Roberto d Anello 803212/21 A.I. 5472/22, 803213/21 A.I. 5478/22

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 87/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35) Naturagua Aguas Minerais Industria e Comercio S.a 800318/17 A.I. 5077/22, 800319/17 A.I. 5078/22, 800320/17 A.I. 5079/22

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 90/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Minaoeste S/a Industria Extrativa 846129/21 A.I. 5047/22, 846192/21 A.I. 5048/22
Morro Verde Participacoes S/a 846083/09 A.I. 5065/22, 846084/09 A.I. 5070/22, 846218/09 A.I. 5071/22, 846220/09 A.I. 5072/22, 846222/09 A.I. 5073/22, 846100/13 A.I. 5074/22, 846101/13 A.I. 5075/22, 846103/13 A.I. 5076/22
Neiman Pará Minerais e Metais Ltda 846222/20 A.I. 5315/22, 846223/20 A.I. 5316/22, 846225/20 A.I. 5318/22, 846226/20 A.I. 5320/22
Peteg Pesquisas Tecnicas em Geologia Ltda 846269/09 A.I. 5471/22

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 105/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Marcelo Mario Porto Filho - 848125/17 A.I. 5098/22
Neiman Pará Minerais e Metais Ltda 848163/20 -A.I. 5283/22, 848165/20 A.I. 5285/22, 848173/20 A.I. 5288/22
New Business Administracao e Negocios de Empresas Ltda - 848168/20 A.I. 5480/22
Paulo Coelho de Medeiros 848161/21 A.I. 5483/22
Rodrigo Pablo Câmara Silva 848244/12 A.I. 5401/20
Sergio Ricardo Ferraz Cacique 848151/20 A.I. 5097/22

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 111/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
m. a. da Silva Melo Servicos de Exploracao e Extracao de Areia Eireli 840194/20 A.I. 5083/22, 840115/21 A.I. 5084/22, 840120/21 A.I. 5086/22
Maquesuel Francisco de Araujo Dias 840128/19 A.I. 5081/22
Maria Lucila Schneider ng 840177/20 A.I. 5082/22, 840263/21 A.I. 5087/22
Minaoeste S/a Industria Extrativa 840092/20 A.I. 5050/22, 840094/20 A.I. 5056/22
Mineração Modesto Ltda 840003/20 A.I. 5062/22
ne Mineração Indústria e Comércio LTDA. 840137/21 A.I. 5322/22
Neiman Pará Minerais e Metais Ltda 840167/20 A.I. 5280/22, 840168/20 A.I. 5282/22

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Chefe de Serviço

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 685, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.213405/2022-78, resolve: autorizar a empresa VECTOR COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 69.626.273/0004-95, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR) localizada a Rua 03, nº 100, Bairro Santo Amaro, Balsas/MA [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -7:30:21,800; -46:01:45,800 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 211,83 m³. Ficam revogadas a Autorização SDL-ANP Nº 78, de 20/02/2015 e a Autorização SDL-ANP Nº 717 de 23/09/2013..

TQ	Ø (m)	Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
1	2,55	6,00	30,61	II ou III	Horizontal Aéreo
2	2,55	6,00	30,61		
3	2,55	6,00	30,61		
4	2,54	12,00	60,00	II ou III	Horizontal Subterrâneo
5	2,54	12,00	60,00		

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.206, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, em razão da não localização da interessada no endereço constante no processo em referência e da devolução do ofício destinado à intimação do agente abaixo transcrito, no bojo do processo instaurado para averiguar a necessidade de se aplicar o disposto na alínea "e', do inciso II, do artigo 25 da Resolução ANP nº 08/2007, torna público, sob a forma de extrato, que:

I - Informa-se que, após regular desenvolvimento do processo administrativo em referência, com a devida abertura à participação pela sociedade interessada, em 22 de Setembro de 2022, foi tornada pública a decisão de revogar o Despacho de Habilitação ANP nº 38/2008 e as Autorizações ANP nº 22, de 18/01/2008 e nº 23, de 18/01/2008, para o Exercício da Atividade de Transportador Revendedor Retalhista - TRR e de Operação, com a publicação no Diário Oficial da União do Despacho SDL-ANP nº 1.193, de 21 de Setembro de 2022.

II - Neste sentido, é fundamental que empresa interrompa as atividades anteriormente desempenhadas com base nas Autorizações mencionadas acima.

III - Cumpre informar que da decisão administrativa cabe recurso, a ser interposto nos prazo improrrogável de 10 dias, contados a partir do recebimento desta comunicação, mais especificamente, da data consignada no Aviso de Recebimento (AR) dos Correios ou, em sua falta, daquela indicada no carimbo de entrega da unidade de destino da ECT, na forma dos arts. 10, 12 e 16 do citado Decreto.

IV - De acordo com o art. 2º, inciso X, da Lei nº 9.784/1999, o agente tem direito à produção de provas, as quais devem ser apresentadas de forma a mudar a decisão de revogação, caso seja do interesse da sociedade voltar a atuar no setor regulado a que antes estava autorizada.

V - O Recurso Administrativo deve ser encaminhado, formalmente e dentro do prazo estabelecido, diretamente no sistema eletrônico SEI, ou por via postal à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, A\C Superintendência de Distribuição e Logística (SDL), situada na Avenida Rio Branco, nº 65, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004.

VI - O documento deve ter como referência o número deste Despacho, estar obrigatoriamente assinado pelo representante legal e acompanhado da devida comprovação da capacidade do signatário ou de documento de outorga de poderes para a sua representação, sob pena do seu não conhecimento.

VII - Este processo tramita eletronicamente e ao agente regulado é possível acompanhar seu andamento acessando o SEI, cujo link está disponível na página institucional da ANP na internet. Qualquer documentação poderá ser protocolada diretamente no módulo de peticionamento eletrônico do SEI, após prévio cadastramento no sistema, conforme Manual do Usuário Externo disponibilizado na mesma página.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.207, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 04, de 08 de fevereiro de 2006, torna pública a revogação da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor escola:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PE/BA0026327	VIBRA ENERGIA S.A	34.274.233/0015-08	48610.008319/2002-18

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.208, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no Art. 30, da Resolução ANP nº 51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/SP0233500	ALESSANDRA C. DE ANDRADE RIBEIRO - ME	24.156.018/0001-45	48610.002725/2016-56
GLP/SE0236386	ANTONIO CARLOS BISPO JUNIOR	24.949.241/0001-40	48610.010641/2016-96
GLPMT0324031	BOTURA & FAGUNDES LTDA	02.636.146/0019-82	48610.000230/2019-35
GLP/MG0243696	CERDEIRA GAS LTDA ME	06.352.883/0001-85	48610.015094/2017-16
GLP/SP0171518	CLAUDEMIRO APARECIDO ALVES - ME	01.730.312/0001-13	48610.008228/2008-51
GLP/MG0227704	CLESIO BATISTA DA SILVEIRA - ME	21.194.623/0001-12	48610.012689/2014-77
GLP/CE0226028	COMERCIAL DE GAS LTDA - ME	19.854.414/0001-06	48610.006972/2014-60
GLP/RS0177858	COMÉRCIO DE GÁS LUIZ ANTÔNIO LTDA	10.500.011/0001-94	48610.005516/2009-35
GLPMT0356199	D. C. FILIPPINI	33.451.235/0001-59	48610.002662/2020-14
GLPRJ0350984	DUDA E DANI COMERCIO DE GAS LTDA	01.152.454/0001-40	48610.008978/2019-86
GLP/MT0216902	E. M. EHRIG & CIA LTDA	07.131.187/0006-16	48610.009728/2012-97
GLPCE0314213	FRANCISCO SAMUEL FONTELES PEREIRA	23.815.382/0001-07	48610.000608/2019-09
GLP/PE0231336	IONA CORREIA MARTINS GÁS E ÁGUA - ME	21.173.676/0001-57	48610.006852/2015-43
GLPSP0390054	JESSICA DELGADO	23.094.334/0002-58	48610.000169/2021-41
GLPSP0384716	JOAO ANGELO DE MORAES	11.447.721/0003-22	48610.214560/2021-21
GLP/MA0216267	JOSE AILTON DA SILVA	15.301.361/0001-45	48610.008206/2012-78
GLP/PE0220005	JOSE ALDO DE OLIVEIRA MELO GAS - ME	16.715.663/0001-22	48610.002524/2013-14
GLPPR0344497	JUNIOR GALLI - COMERCIO DE GAS E AGUA	34.308.306/0001-21	48610.006922/2019-97
GLP/MG0238628	LEITE SOL COMERCIO DE AGUA E GAS LTDA	22.487.480/0001-08	48610.001489/2017-31
GLP/PE0182722	MERCIA GOMES DA SILVA	04.976.005/0001-05	48610.000280/2010-84
GLPSP0396212	PLANALTO GAS E AGUA LTDA	45.018.035/0001-96	48610.204356/2022-82
GLP/MG0184409	POSTO VITORIA LTDA.	17.872.854/0004-03	48610.002921/2010-35
GLPCE0352778	PRIME COMERCIO DE GAS LTDA	33.118.271/0001-03	48610.000442/2020-56
GLP/SP0225492	RAFAELA DAMASCENO BELO - ME.	18.991.973/0001-03	48610.004527/2014-65
GLPCE0368372	REVENDA DE GAS DIAMANTE LTDA	38.778.215/0001-00	48610.000047/2021-54
GLP/SP0178049	ROSIANA DE SOUSA CARVALHO CABEDO GLP	10.520.946/0001-32	48610.006096/2009-12
GLPSP0363310	R&R DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA.	38.314.469/0001-78	48610.005867/2020-51
001/GLP/SE0016568	SOCIMACOM MAT. DE CONST. LTDA	32.774.291/0001-61	48610.009849/2007-71
GLPTO0384701	UELSON ALMEIDA MACIEL	38.253.018/0001-78	48610.210462/2021-14
GLPSP0370774	VELOSO GAS E AGUA LTDA	39.749.238/0001-50	48610.000993/2021-09
001/GLP/PR0020186	VILELA E SCALABRINI LTDA	08.786.834/0001-86	48610.003111/2008-81

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.209, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/GO0229597	AUTO POSTO MAURILANDIA EIRELI	33.169.554/0001-76	48610.212883/2022-61
PR/PA0229587	AUTO POSTO VALE DA SERRA XINGU LTDA	42.793.328/0001-52	48610.221892/2022-42
PR/MG0229585	COMERCIO DE PETROLEO P&F LTDA	43.370.473/0001-93	48610.214565/2022-34
PR/CE0229616	DL ALBUQUERQUE COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	43.339.120/0001-20	48610.205226/2022-67
PR/MG0229590	GUARAPIRANGA AUTO POSTO LTDA	47.044.803/0001-01	48610.219247/2022-60
PR/AM0229596	L R COMERCIO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	32.643.006/0001-73	48610.218242/2022-10
PR/BA0229588	MEGA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	41.899.780/0002-11	48610.219192/2022-98
PR/MA0229636	POSTO SOFIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	42.038.149/0001-00	48610.221201/2022-19
PR/PI0229589	RAIMUNDO NONATO PEREIRA DE SOUSA & CIA LTDA.	33.170.810/0001-45	48610.219195/2022-21
PR/MG0229586	REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA.	20.415.295/0068-81	48610.221910/2022-96

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.210, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/PR0246408	CAMILA DANIELLA GOMES COMERCIO DE GAS	45.687.987/0001-00	48610.218586/2022-29
GLP/CE0246409	CARIRIACU COMERCIAL DE GLP LTDA	45.681.573/0001-66	48610.218610/2022-20
GLP/ES0246410	COMPER REVENDA DE GAS LTDA	20.911.328/0001-77	48610.222094/2022-38
GLP/RJ0246411	DANIEL VICENTE COMERCIO DE GAS LTDA	11.978.839/0001-15	48610.218603/2022-28
GLP/CE0246412	GRANJA COMERCIAL DE GLP LTDA	45.717.926/0001-30	48610.218605/2022-17
GLP/SP0246413	INDIOMAR DE ALMEIDA ALVES 09713884825	31.932.154/0001-45	48610.218563/2022-14
GLP/MA0246414	JAERLES DE SOUSA SOARES	45.528.453/0001-23	48610.218351/2022-37
GLP/MT0246415	L FARIAS DE OLIVEIRA ME	46.607.509/0001-06	48610.222087/2022-36
GLP/MG0246416	LIDER GAS E AGUA MINERAL LTDA	46.794.060/0001-24	48610.221912/2022-85
GLP/PB0246417	M DA S DE ALMEIDA LTDA	47.250.772/0001-45	48610.221825/2022-28
GLP/CE0246418	M L B TEIXEIRA COMERCIAL DE GLP LTDA	46.209.407/0001-24	48610.217096/2022-13
GLP/PA0246419	MAX A O SILVEIRA COMERCIO LIMITADA	45.081.914/0001-62	48610.222057/2022-20
GLP/RS0246420	VALQUIRIA FERREIRA SEVERO - GAS	32.753.883/0001-05	48610.218322/2022-75

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DIRETORIA III

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

DESPACHO SIM-ANP Nº 1.205, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, em cumprimento ao art. 14 da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.219393/2022-95, resolve:

Fica disponível o Sumário do Projeto pretendido pela empresa ULTRACARGO Logística S.A., referente a construção do novo Terminal IQI13 (TIQII) - Dique 01, em São Luiz/MA, constante no processo de referência no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a ser acessado em http://www.anp.gov.br/processo-eletronico-sei.

Todo o processo está disponível para consulta, estando as características principais do projeto resumidas nos documentos de referência SEI nº 2459313, SEI nº 2386794 e SEI nº 2386790.

Os comentários e sugestões devem ser encaminhados à "Superintendência de Infraestrutura e Movimentação" da ANP em até 30 (trinta) dias contados a partir da publicação, com endereçamento à Avenida Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, ou através do endereço eletrônico sim@anp.gov.br.

Informamos que a documentação apresentada pela empresa ULTRACARGO Logística S.A., continua em processo de análise pela ANP e que a publicação do presente despacho não implica autorização prévia outorgada pela ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 16, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.167716/2020-79, interposto pela ASSOCIAÇÃO PARA PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO HUMANA - SOS ESPERANÇA E VIDA/SP, CNPJ nº 02.662.604/0001-29, contra a decisão de indeferimento do pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAES/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PORTARIA GM/MS Nº 3.605, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a delegação e subdelegação de competência para a prática de atos administrativo-disciplinares.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e considerando o disposto nos incisos I e II do artigo 141, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, nos artigos 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no artigo 3º Decreto nº 11.123, de 7 de julho de 2022, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada ao Secretário-Executivo deste Ministério da Saúde a competência para:

I - promover o julgamento dos processos administrativos disciplinares e a aplicação de penalidades, nas hipóteses de:

a) demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidores; e

b) destituição ou conversão de exoneração em destituição de ocupante de Cargo Comissionado Executivo - CCE-15 ou CCE-16 ou equivalente ou de cargo ou função de Chefe de Assessoria Parlamentar; e

II - promover a reintegração de ex-servidores em cumprimento de decisão judicial ou administrativa.

Art. 2º Fica subdelegada aos dirigentes máximos das Autarquias e Fundações vinculadas a este Ministério da Saúde as competências previstas no artigo 1º desta Portaria.

Art. 3º Fica delegada ao Corregedor-Geral do Ministério da Saúde e aos dirigentes máximos das Autarquias e Fundações vinculadas a este Ministério a competência para proferir julgamento e aplicar penalidades de suspensão superior a 30 (trinta) dias no âmbito de processos administrativos disciplinares.

Art. 4º Caberá pedido de reconsideração à autoridade que houver proferida a decisão com fundamento nas subdelegações previstas nesta Portaria.

Art. 5º Não caberá interposição de recurso hierárquico ao Presidente da República ou ao Ministro de Estado em face de decisão proferida em processo administrativo disciplinar proferida com fundamento nas delegações ou subdelegações previstas nesta Portaria.

Art. 6º É vedada a subdelegação, total ou parcial, das competências de que trata esta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria GM/MS 2.138, de 12 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 157, de 15 de agosto de 2019.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PORTARIA GM/MS Nº 3.606, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Descredencia e cancela a homologação dos polos do Programa Academia da Saúde em decorrência da suspensão total ou do não atendimento aos requisitos mínimos para a transferência do incentivo de custeio federal por mais de 12 (doze) competências consecutivas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Descredenciar e cancelar a homologação dos polos do Programa Academia da Saúde, em decorrência da suspensão total ou do não atendimento aos requisitos mínimos para a transferência do incentivo de custeio federal por mais de 12 (doze) competências consecutivas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 4º, da Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2 de junho de 2021 e do artigo 2º, da Portaria SAPS/MS nº 29, de 28 de junho de 2022.

Art. 2º Ficam descredenciados e cancelada a homologação, conforme o Anexo I e o Anexo II a esta Portaria, dos polos do Programa Academia da Saúde, por município, em decorrência da suspensão total ou do não atendimento aos requisitos mínimos para a transferência do incentivo de custeio federal por mais de 12 (doze) competências consecutivas, considerando o período das competências do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) de junho de 2021 a junho de 2022 e de julho de 2021 a julho de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

POLOS DO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE DESCREDENCIADOS, POR MUNICÍPIO E POR CÓDIGO DO CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, REFERENTES AO PERÍODO DAS COMPETÊNCIAS DO SISTEMA DO CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (SCNES) DE JUNHO DE 2021 A JUNHO DE 2022.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES
MG	314587	ORIZÂNIA	7484127
SP	352940	MAUÁ	7517580
SP	352940	MAUÁ	7492162
TOTAL		3 POLOS	

ANEXO II

POLOS DO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE DESCREDENCIADOS, POR MUNICÍPIO E POR CÓDIGO DO CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, REFERENTES AO PERÍODO DAS COMPETÊNCIAS DO SISTEMA DO CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (SCNES) DE JULHO DE 2021 A JULHO DE 2022.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES
RS	430613	CRUZALTENSE	7985738
SC	420810	ITAIÓPOLIS	7366566
SP	353550	PARAGUAÇU PAULISTA	7935099
TOTAL		3 POLOS	

PORTARIA GM/MS Nº 3.608, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o CHECK UP Laboratório de Análises Clínicas localizado no Município de Uberlândia como Laboratório de Exame Citopatológico do Colo do Útero Tipo I.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 15, de 3 de janeiro de 2018, que estabelece a migração de procedimentos financiados pelo Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação FAEC para o Componente Limite Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade - MAC dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Considerando a manifestação favorável da CIB Macro Triângulo do Norte - URSUDI; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática e da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, constante do Processo nº 25000.094413/2022-91, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Laboratório de Exame Citopatológico do Colo do Útero Tipo I - código 32.02, o estabelecimento de saúde a seguir informado.

Razão Social/Nome fantasia/Município/UF	CNES	CNPJ	Tipo de Habilitação	Código da Habilitação
CHECK UP Laboratório de Análises Clínicas- Uberlândia - MG	2152118	01.032.209/0001-08	Laboratório de Exame Citopatológico do Colo do Útero, Tipo I	32.02

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação será calculado após 12 (doze) meses de habilitação do laboratório, conforme os critérios estabelecidos pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais nos sistemas de informações do SUS para a competência seguinte à da sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GM/MS nº 2.228, de 1º de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 123-D, de 1º de julho de 2022, Seção 1, Edição Extra D, páginas 1 a 12,

Onde se lê:

"Art. 41. Mediante solicitação dos gestores de saúde dos municípios, estados e Distrito Federal, poderão ser habilitados novos serviços que compõem a RAMI, nos termos do art. 24 deste Anexo, exceto aqueles previstos nos incisos VI, VIII, XIII e XIV".

Leia-se:

"Art. 41. Mediante solicitação dos gestores de saúde dos municípios, estados e Distrito Federal, poderão ser habilitados novos serviços que compõem a RAMI, nos termos do art. 24 deste Anexo, exceto aqueles previstos nos incisos VIII, XIII e XIV."

Onde se lê:

"Art. 45...

I - Atenção Ambulatorial Especializada ao Seguimento do Recém-nascido e Criança Egressos de Unidade Neonatal (ANEO);

Leia-se:

"Art. 45...

I - Atenção Ambulatorial Especializada ao Seguimento do Recém-nascido e Criança prioritariamente Egressos de Unidade Neonatal (ANEO);"

Onde se lê:

"Art. 51...

VII...

a) médico obstetra, 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana, podendo ser por escala de sobreaviso;

b) médico pediatra ou neonatologista, 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana, podendo ser por escala de sobreaviso;

c) médico anestesiologista, 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana, podendo ser por escala de sobreaviso;

Leia-se:

"Art. 51...

VII...

a) médico obstetra, 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana;

b) médico pediatra ou neonatologista, 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana;

c) médico anestesiologista, 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana;"

Onde se lê:

"Art. 62. O Centro de Parto Normal Peri-Hospitalar (CPNp) é a unidade responsável pela assistência à gestante de baixo risco em trabalho de parto, devendo estar localizada fora de ambiente hospitalar.

Parágrafo único. Não será permitida nova habilitação desse serviço."

Leia-se:

"Art. 62. O Centro de Parto Normal Peri-Hospitalar (CPNp) é a unidade responsável pela assistência à gestante de baixo risco em trabalho de parto, devendo estar localizada fora de ambiente hospitalar."

Onde se lê:

"Art. 87...

VIII...

c) médico neonatologista ou intensivista pediatra;

d) médico pediatra;

e) médico anestesiologista;

f) médico clínico geral;

g) enfermeiro;

h) técnico de enfermagem;

i) assistente social;

j) fisioterapeuta;

k) fonoaudiólogo;

l) nutricionista;

m) psicólogo; e

n) farmacêutico.

§ 2º O médico anestesiologista, o médico clínico, o médico obstetra, o médico neonatologista ou intensivista pediatra, o médico pediatra, o enfermeiro e o técnico de enfermagem deverão estar disponíveis nas 24 (vinte e quatro) horas do dia e nos 7 (sete) dias da semana.

Leia-se:

"Art. 87...

VIII...

c) médico pediatra, preferencialmente neonatologista;

d) médico anestesiologista;

e) médico clínico geral;

f) enfermeiro;

g) técnico de enfermagem;

h) assistente social;

i) fisioterapeuta;

j) fonoaudiólogo;

k) nutricionista;

l) psicólogo; e

m) farmacêutico.

§ 2º O médico anestesiologista, o médico clínico, o médico obstetra, o médico pediatra ou neonatologista, o enfermeiro e o técnico de enfermagem deverão estar disponíveis nas 24 (vinte e quatro) horas do dia e nos 7 (sete) dias da semana.

Onde se lê:

"Art. 88. Serão mantidos os serviços habilitados pela Rede Cegonha como GAR tipo I, desde que atendam aos critérios dispostos no art. 87 com exceção das alíneas "c", "f", "j" e "k" do inciso VII. "

Leia-se:

"Art. 88. Serão mantidos os serviços habilitados pela Rede Cegonha como GAR tipo I, desde que atendam aos critérios dispostos no art. 87 com exceção das alíneas "c", "f", "j" e "k" do inciso VIII. "

Onde se lê:

"Art. 104. Para fins de monitoramento, conforme disposto no inciso III do art. 26 do Título I do Anexo II desta Portaria, para o serviço de ANEO, será considerado o registro do procedimento 03.01.01.037-4 - Consulta de acompanhamento de recém-nascidos e criança egressa de unidade neonatal no SIH."

Leia-se:

"Art. 104. Para fins de monitoramento, conforme disposto no inciso III do art. 26 do Título I do Anexo II desta Portaria, para o serviço de ANEO, será considerado o registro do procedimento 03.01.01.037-4 - Consulta de acompanhamento de recém-nascidos e criança egressa de unidade neonatal."

Onde se lê:

"Art. 819...

III - R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta), referente ao incentivo RAMI; e"

Leia-se:

"Art. 819...

III - R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta), sendo R$ 220,00 (duzentos e vinte) valor de incentivo da RAMI e R$ 260,00 (duzentos e sessenta) fixo que corresponde ao valor médio das diárias de leitos das maternidades classificadas como Referência Secundária e terciária para Gestantes de Alto Risco."

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GM/MS nº 715, de 4 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 66, de 6 de abril de 2022, Seção 1, páginas 591 a 595,

Onde se lê:

"Art. 8º O Componente II - AAE é responsável pela assistência especializada à gestação de alto risco e pelo seguimento do recém-nascido e da criança egressos de unidade neonatal, observados o perfil epidemiológico, a organização regional, a densidade populacional e a distância para deslocamentos."

Leia-se:

"Art. 8º O Componente II - AAE é responsável pela atenção especializada à gestação de alto risco e ao acompanhamento de crianças de alto risco, prioritariamente as egressas de unidade neonatal, observados o perfil epidemiológico, a organização regional, densidade populacional e a distância para deslocamentos."

Onde se lê:

"Art. 14. Para implementação da Rede, os municípios deverão instituir grupo condutor macrorregional e os estados, grupo condutor estadual:"

Leia-se:

"Art. 14. Para implementação da Rami, os estados e municípios deverão instituir o grupo condutor macrorregional e o grupo condutor estadual, sendo os mesmos vinculados ao Comitê Executivo de Governança da RAS:"

Onde se lê:

"Art. 17...

V- 1 (um) representante do grupo condutor estadual."

Leia-se:

"Art. 17...

V- 2 (dois) representantes do Comitê Executivo de Governança das RAS"

Onde se lê:

"Art. 24...

§ 2º Não será permitida nova habilitação dos serviços previstos nos incisos VI, VIII, XIII e XIV do caput."(NR)

Leia-se:

"Art. 24...

"§ 2º Não será permitida nova habilitação dos serviços previstos nos incisos VIII, XIII e XIV do caput."(NR) "

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.166, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaíba

CNPJ: 90.829.086/0001-52

Município/UF: Guaíba/RS

Título do projeto: Reabilitação da Capacidade Funcional e do Desempenho Humano da Pessoa com Deficiência.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde

Tipo de análise: Execução física

Processo NUP: 25000.007912/2018-71

Período analisado: Exercício 2021

Embasamento: Parecer de Técnico nº 445/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0029085715)

Resultado: APROVADA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.167, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP-USP

CNPJ: 57.722.118/0001-40

Município/UF: Ribeirão Preto/SP

Título do projeto: Modernização do Parque de Equipamentos do HCFMRP-USP para Assistência à Pessoa com Deficiência.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Tipo de análise: Execução física

Processo NUP: 25000.024239/2019-14

Período analisado: Exercício 2021

Embasamento: Parecer de Técnico nº 446/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0029101666).

Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.168, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD):

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz do Rio Pardo

CNPJ: 44.566.131/0001-06

Município/UF: Santa Cruz do Rio Pardo/SP

Título do projeto: Estimulação Precoce para crianças na faixa etária de 4 a 7 anos.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Tipo de análise: Execução física

Processo NUP: 25000.198480/2019-89

Período analisado: Exercício 2021

Embasamento: Parecer de Técnico nº 443/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0029082931).

Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO HOSPITALAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

PORTARIA/HFSE/MS/Nº 489, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

O Diretor do Hospital Federal dos Servidores do Estado, nomeado na forma da Portaria MS Nº 1.407 de 28/06/2022, publicada no DOU/Nº 121, de 29/06/2022, no uso das atribuições subdelegadas pela Portaria CGRH/SAA/SE/MS/Nº 1041/2009, publicada no DOU/N.º 209 de 03 de novembro de 2009, resolve: Aplicar a empresa SUTUCAT - INDUSTRIA E COMERCIO DE FIOS CIRURGICOS LTDA, CNPJ nº 04.550.482/0001-04, Objeto do Processo 33433.180997/2018-79, a sanção ADVERTÊNCIA E MULTA DE 10% sobre o valor total estimado do item 5 do edital, totalizando o valor de R$ 941,30, pelo fato de não ter encaminhado as amostras solicitadas no Pregão nº 20/2018, com fulcro no Artigo 7ª da Lei 10.520/2002 c/c Artigo 87, Inciso II da Lei 8666/93.

(Processo SEI nº 33433.180997/2018-79).

SYLVIO VALENÇA DE LEMOS NETO

PORTARIA/HFSE/MS/Nº 490, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Diretor do Hospital Federal dos Servidores do Estado, nomeado na forma da Portaria MS Nº 1.407 de 28/06/2022, publicada no DOU/Nº 121, de 29/06/2022, no uso das atribuições subdelegadas pela Portaria CGRH/SAA/SE/MS/Nº 1041/2009, publicada no DOU/N.º 209 de 03 de novembro de 2009, resolve: Aplicar a empresa MEDMACH SOLUCOES HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 09.608.095/0001-03, Objeto do Processo 33433.198869/2018-81, a SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA, pelo fato de não ter encaminhado proposta de preços, documentação de habilitação e amostras, solicitadas regularmente via chat do sistema do pregão em 04/10/2018 para o(s) item(s) 55, referente ao Pregão nº 22/2018, com fulcro no Artigo 7ª da Lei 10.520/2002 c/c Artigo 87, Inciso II da Lei 8666/93.

(Processo nº 33433.198869/2018-81)

SYLVIO VALENÇA DE LEMOS NETO

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA GAB/SAES Nº 409, DE 11 DE AGOSTO DE 2022 (*)

Inclui no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e na Tabela de Procedimentos do SUS, atributos relativos à Qualidade do Processo de Doação e Transplantes (QUALIDOT).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5 de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, que dispõe sobre as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a necessidade de identificar no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), os estabelecimentos de saúde que farão jus ao custeio diferenciado para a realização de procedimentos de transplantes, resolve:

Art. 1º Ficam incluídas, na Tabela de habilitação do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), as habilitações relacionadas ao custeio diferenciado considerando a Qualidade do Processo de Doação e Transplantes (QUALIDOT):

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	INSERÇÃO	LEITO
24.31	QUALIDOT Nível A	Centralizada	NÃO
24.32	QUALIDOT Nível B	Centralizada	NÃO
24.33	QUALIDOT Nível C	Centralizada	NÃO
24.34	QUALIDOT Nível D	Centralizada	NÃO
24.35	QUALIDOT Nível E	Centralizada	NÃO

Art. 2º O QUALIDOT corresponde a um incremento nos valores, Serviços Hospitalares (SH) e Serviços Profissionais (SP), dos procedimentos relacionados ao processo de transplantes e doação de órgãos e tecidos, constantes da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.

Art. 3º Ficam alterados, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, os atributos dos procedimentos conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 4º Cabe à Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informação em Saúde do Departamento de Regulação Assistencial e Controle (CGSI/DRAC/SAES/MS) a adoção das providências necessárias no sentido de adequar o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP) e do Repositório de Terminologias em Saúde (RTS), com vistas a implantar as alterações definidas por esta Portaria.

Art. 5º Fica revogada a Portaria SAS/MS nº 401, de 8 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 89, de 9 de maio de 2012, seção 1, páginas 61 e 62.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais no Sistema de Informações do SUS, a partir da competência seguinte à de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

ANEXO - ALTERAÇÕES

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	INCLUI HABILITAÇÃO	INCLUI INCREMENTO		
			% SA	% SP	% SH
05.03.03.001- 5	Manutenção hemodinâmica de possível doador e taxa de sala p/ retirada de órgãos	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.03.03.002-3	Retirada de coração (para transplante)	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.03.03.003-1	Retirada de coração p/ processamento de válvula / tubo valvado p/ transplante	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.03.03.004-0	Retirada de fígado (para transplante)	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.03.03.006-6	Retirada de pâncreas (para transplante)	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.03.03.007-4	Retirada de pulmões (para transplante)	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.03.03.008-2	Retirada uni / bilateral de rim (para transplante) - doador falecido	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.03.04.001-0	Coordenação de sala cirúrgica p/ retirada de órgãos e tecidos p/ transplante	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.03.04.002-9	Deslocamento interestadual de equipe profissional p/ retirada de órgãos	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.03.04.003-7	Deslocamento de equipe profissional p/ retirada de órgãos - intermunicipal	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.03.04.005-3	Entrevista familiar p/ doação de órgãos de doadores em morte encefálica	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.03.04.006-1	Entrevista familiar para doação de tecidos de doadores com coração parado	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.03.04.008-8	Captação de órgão efetivamente transplantado	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.01.001-1	Transplante alogênico de células-tronco hematopoéticas de medula óssea - aparentado	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.01.002-0	Transplante alogênico de células-tronco hematopoéticas de medula óssea - não aparentado	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.01.003-8	Transplante alogênico de células-tronco hematopoéticas de sangue de cordão umbilical de aparentado	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.01.004-6	Transplante alogênico de células-tronco hematopoéticas de sangue de cordão umbilical de não aparentado	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00

05.05.01.005-4	Transplante alogênico de células-tronco hematopoéticas de sangue periférico - aparentado	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.01.006-2	Transplante alogênico de células-tronco hematopoéticas de sangue periférico - não aparentado	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.02.004-1	Transplante de coração	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.02.005-0	Transplante de fígado (órgão de doador falecido)	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.02.006-8	Transplante de fígado (órgão de doador vivo)	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.02.007-6	Transplante de pâncreas	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.02.008-4	Transplante de pulmão unilateral	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.02.009-2	Transplante de rim (órgão de doador falecido)	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.02.010-6	Transplante de rim (órgão de doador vivo)	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.02.011-4	Transplante simultâneo de pâncreas e rim	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.05.02.012-2	Transplante de pulmão bilateral	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.06.01.002-3	Acompanhamento de paciente pós-transplante de rim, fígado, coração, pulmão, células-tronco hematopoéticas e/ou pâncreas	24.31 - QUALIDOT Nível A	65,00	00,00	00,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	60,00	00,00	00,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	50,00	00,00	00,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	40,00	00,00	00,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	30,00	00,00	00,00
05.06.01.003-1	Acompanhamento de doador vivo pós-doação de fígado, pulmão ou rim	24.31 - QUALIDOT Nível A	65,00	00,00	00,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	60,00	00,00	00,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	50,00	00,00	00,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	40,00	00,00	00,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	30,00	00,00	00,00
05.06.01.004-0	Acompanhamento de pacientes no pré-transplante de órgãos	24.31 - QUALIDOT Nível A	65,00	00,00	00,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	60,00	00,00	00,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	50,00	00,00	00,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	40,00	00,00	00,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	30,00	00,00	00,00
05.06.02.005-3	Tratamento de intercorrência pós-transplante de rim- pós- transplante crítico	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.06.02.006-1	Tratamento de intercorrência pós transplante de coração- pós transplante crítico	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.06.02.007-0	Tratamento de intercorrência pós transplante de pulmão uni/bilateral - pós transplante crítico	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.06.02.008-8	Tratamento de intercorrência pós transplante simultâneo de rim/pâncreas ou pâncreas isolado - pós transplante crítico	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00

		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.06.02.009-6	Tratamento de intercorrência pós transplante de fígado - pós transplante crítico	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.06.02.010-0	Tratamento de intercorrência pós transplante alogênico de células-tronco hematopoéticas- pós transplante crítico	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00
05.06.02.011-8	Tratamento de intercorrência pós transplante autólogo de células-tronco hematopoéticas- pós transplante crítico	24.31 - QUALIDOT Nível A	00,00	65,00	65,00
		24.32 - QUALIDOT Nível B	00,00	60,00	60,00
		24.33 - QUALIDOT Nível C	00,00	50,00	50,00
		24.34 - QUALIDOT Nível D	00,00	40,00	40,00
		24.35 - QUALIDOT Nível E	00,00	30,00	30,00

(*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União (DOU) nº 154, de 15 de agosto de 2022, Seção 1, páginas 124 a 126, com incorreção no original.

PORTARIA CONJUNTA Nº 16, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Esclerose Sistêmica.

A SECRETÁRIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE e a SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de se atualizarem os parâmetros sobre a esclerose sistêmica no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação Nº 734/2022 e o Relatório de Recomendação nº 737 - Junho de 2022 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a atualização da busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Esclerose Sistêmica.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral da esclerose sistêmica, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais (efeitos ou eventos adversos) relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento da esclerose sistêmica.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme suas competências e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com essa doença em todas as etapas descritas no anexo a esta Portaria, disponível no sítio citado no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Conjunta SAS/SCTIE/MS nº 9, de 28 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 170, de 04 de setembro de 2017, seção 1, página 50.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO
Secretária de Atenção Especializada à Saúde

SANDRA DE CASTRO BARROS
Secretária de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde

PORTARIA CONJUNTA Nº 17, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Osteogênese Imperfeita.

A SECRETÁRIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE e a SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de se estabelecerem os parâmetros sobre a Osteogênese Imperfeita no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação nº 747/2022 e o Relatório de Recomendação nº 750 - Julho de 2022 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a atualização da busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Osteogênese Imperfeita.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral da Osteogênese Imperfeita, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais (efeitos ou eventos adversos) relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento da Osteogênese Imperfeita.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme suas competências e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com essa doença em todas as etapas descritas no anexo a esta Portaria, disponível no sítio citado no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SAS/MS nº 1.306, de 22 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 25 de novembro de 2013, seção 1, página 58.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO
Secretária de Atenção Especializada à Saúde

SANDRA DE CASTRO BARROS
Secretária de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde

PORTARIA Nº 620, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Concessão do CEBAS do Hospital Psiquiatrico Espirita Cairbar Schutel, com sede em Araraquara (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 259/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.201947/2016-32, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual de 60% (sessenta por cento), do Hospital Psiquiatrico Espirita Cairbar Schutel, CNPJ nº 45.271.137/0001-19, com sede em Araraquara (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (Três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 621, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital São Vicente de Paulo, com sede em Carmo do Rio Claro (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 269/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.143815/2021-46, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital São Vicente de Paulo, CNPJ nº 05.012.103/0001-95, com sede em Carmo do Rio Claro (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 17 de outubro de 2021 a 16 de outubro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 622, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos, com sede em Dois Córregos (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando Parecer Técnico nº 160/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 23000.027048/2021-01, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos, CNPJ nº 47.573.589/0001-80, com sede em Dois Córregos (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 623, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital de Caridade São Francisco de Assis, com sede em Rio Azul (PR).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 238/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.126516/2021-47, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Caridade São Francisco de Assis, CNPJ nº 80.759.111/0001-15, com sede em Rio Azul (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 25 de fevereiro de 2022 a 24 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 624, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, com sede em Salvador (BA).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 251/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.226916/2018-56, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, CNPJ nº 15.153.745/0001-68, com sede em Salvador (BA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 626, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da ASSOC Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem, com sede em Jundiai (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 317/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.134362/2020-86, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual no mínimo de 60% (sessenta por cento), da ASSOC Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem, CNPJ nº 51.910.842/0001-11, com sede em Jundiai (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 20 de setembro de 2021 a 19 de setembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 627, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Indefere a Renovação do CEBAS da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, com sede em Rio de Janeiro (RJ).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar aplicam-se as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 261/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.086194/2021-96, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, CNPJ nº 29.263.068/0001-45, com sede em Rio de Janeiro (RJ).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 628, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do CEBAS da Fundação Sudoestina de Combate ao Câncer, com sede em Pato Branco (PR).

A Secretária de Atenção Especializada Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, que em seu § 2º do artigo 40, determina: "aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar aplicam-se as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo";

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 146/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.021233/2021-18, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com o art. 8-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Fundação Sudoestina de Combate ao Câncer, CNPJ nº 02.233.550/0001-86, com sede em Pato Branco (PR).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Fica sem efeito a Portaria SAES/MS nº 246, de 20 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 142, 28 de julho de 2022, Seção 1, página 116.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 629, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital DR Ernesto Mauricio Arndt, com sede em Morro Redondo (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 316/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.182972/2021-77, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital DR Ernesto Mauricio Arndt, CNPJ nº 92.206.325/0001-43, com sede em Morro Redondo (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 18 de fevereiro de 2022 a 17 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 630, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a concessão do CEBAS da Associação de Proteção e Assistência a Maternidade e a Infância de Alexandria, com sede em Alexandria (RN).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 318/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.045657/2021-60, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Proteção e Assistência a Maternidade e a Infância de Alexandria, CNPJ nº 08.021.123/0001-10, com sede em Alexandria (RN).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (Três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 631, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Sociedade para Fundação e Manutenção do Hospital de Caridade Santa Rita, com sede em Triunfo (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 312/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.113760/2021-40, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de Serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%(sessenta por cento), da Sociedade para Fundação e Manutenção do Hospital de Caridade Santa Rita, CNPJ nº 98.227.986/0001-31, com sede em Triunfo (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 31 de dezembro de 2021 a 30 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 632, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de Ilhabela, com sede em Ilhabela (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 320/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.120840/2021-51, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Ilhabela, CNPJ nº 50.320.605/0001-38, com sede em Ilhabela (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 06 de setembro de 2021 a 05 de setembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 633, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto, com sede em Ribeirão Preto (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 313 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.045638/2021-33, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto, CNPJ nº 60.255.791/0001-22, com sede em Ribeirão Preto (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 12 de maio de 2021 a 11 de maio de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 634, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Hospitalar de São Sebastião do Alto, com sede em São Sebastião do Alto (RJ).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 319/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.126927/2021-32, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%(sessenta por cento), da Associação Hospitalar de São Sebastião do Alto, CNPJ nº 28.646.628/0001-88, com sede em São Sebastião do Alto (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 09 de novembro de 2021 a 08 de novembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 635, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Redistribui a cota anual para cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea (DVMO) do Estado de Roraima.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria SAS/MS nº 597, de 17 de julho de 2014, que distribui a cota anual para cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea (DVMO);

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.229, de 15 de junho de 2021, que atualiza a estratégia de identificação e confirmação imunogenética de doadores voluntários de medula óssea e outros progenitores hematopoéticos para inscrição e manutenção do cadastro técnico do (REDOME); e

Considerando a solicitação de redistribuição da cota anual para cadastro de doadores voluntários de medula óssea do estado de Roraima e a Resolução CIB/RR Nº 12, de 4 de agosto de 2022, constantes no NUP-SEI 25000.131971/2022-45, resolve:

Art. 1º Fica redistribuída a cota anual para cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea de Roraima, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

ANEXO

Resolução CIB/RR	Município/UF	Gestão	Laboratório	Número de Cadastros de DVMO/ano
Nº 12/2022	Aparecida de Goiânia/GO	Municipal	HLAGYN - Laboratório de Imunologia de Transplantes de Goiás, CNES 3781453	464

PORTARIA Nº 636, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Blumenau, com sede em Blumenau (SC).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 323/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.111069/2021-21, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Blumenau, CNPJ nº 83.132.167/0001-33, com sede em Blumenau (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 28 de janeiro de 2022 a 27 de janeiro de 2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 637, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital São Vicente de Paulo, com sede em Araçuaí (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 324/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.156551/2021-91, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) do Hospital São Vicente de Paulo, CNPJ nº 19.297.746/0001-37, com sede em Araçuaí (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 15 de janeiro de 2022 a 14 de janeiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 638, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Laranjal Paulista, com sede em Laranjal Paulista (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 326/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.100340/2021-01, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Laranjal Paulista, CNPJ nº 51.332.658/0001-31, com sede em Laranjal Paulista (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 25 de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 639, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde, com sede em Goiânia (GO).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 322/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.183662/2020-99, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde, CNPJ nº 05.029.600/0002-87, com sede em Goiânia (GO).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 29 de junho de 2021 a 28 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 640, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Caxambuense Pró Saúde - ACAPS, com sede em Caxambu (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 328/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.091386/2021-14, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) da Associação Caxambuense Pró Saúde - ACAPS, CNPJ nº 26.886.495/0001-91, com sede em Caxambu (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 12 de abril de 2022 a 11 de abril de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 641, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Indefere a Concessão do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de São Gotardo, com sede em São Gotardo (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 325/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.151502/2021-61, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Santa Casa de Misericórdia de São Gotardo, CNPJ nº 17.837.642/0001-42, com sede em São Gotardo (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislações pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 642, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Abílio Alves Marques, com sede em Bebedouro (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 314/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.042419/2018-05, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, da Fundação Abílio Alves Marques, CNPJ nº 60.240.678/0001-73, com sede em Bebedouro (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 11 de março de 2017 a 10 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 643, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Instituto Jundiaiense Luiz Braille, com sede em Jundiaí (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 315/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.106035/2021-15, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) do Instituto Jundiaiense Luiz Braille, CNPJ nº 50.958.859/0001-86, com sede em Jundiaí (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 15 de fevereiro de 2022 a 14 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 644, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia Hospital São Vicente, com sede em São José do Rio Pardo (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 329/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.063331/2021-14, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia Hospital São Vicente, CNPJ nº 59.901.454/0001-86, com sede em São José do Rio Pardo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 28 de setembro de 2021 a 27 de setembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

RETIFICAÇÃO

No parágrafo único do art. 1º da Portaria SAES/MS nº 599, de 13 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 179, de 20 de setembro de 2022, Seção 1, página 93,

Onde se lê:

Art. 1º .....

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 11 de novembro de 2019 a 31 de dezembro de 2023.

Leia-se:

Art. 1º .....

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 17 de novembro de 2019 a 31 de dezembro de 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DESPACHO Nº 80/PRESI, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 11 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, considerando o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 578ª reunião ordinária, realizada em 19 de setembro de 2022, considerando que se encontra em andamento processo administrativo no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, cujo objeto guarda relação com a matéria em análise no processo administrativo nº 33910.041045/2021-63, em face da PLAMED Plano de Assistência Médica Ltda. registro ANS nº 34.346-3 e CNPJ nº 15.594.468/0001-29, e sobre a qual pode ter repercussões, considerando, ainda, que há previsão de análise pelo CADE até 05 de outubro de 2022, com fulcro no art. 39, inciso IV, da Resolução Regimental nº 21, de 26 de janeiro de 2022, torna sem efeito a Resolução Operacional ANS nº 2765, de 19 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 180, em 21 de setembro de 2022, Seção 1, página 171.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 19 de setembro de 2022, publicada no DOU nº 182, em 23 de setembro de 2022, Seção 1, página 119, onde se lê: "33902.083343/2011-58" leia-se: "33902.768665/2014-13".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.167, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

Relatório de Conferência - Alimentos: 1317022
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA / 56.998.701/0001-16
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.210134/2016-12 / 474320370
4096 - Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral / 4362827/22-6
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.224210/2016-76 / 474320369
4095 - Revalidação de registro de fórmulas padrão para nutrição enteral / 4362466/22-3
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.325305/2016-84 / 474320368
4096 - Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral / 2551889/22-7

BOYLER INDUSTRIA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA - ME / 18.826.303/0001-23
MODULO DE L-GLUTAMINA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.271987/2016-19 / 673220005
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 4691124/22-3

DANONE LTDA. / 23.643.315/0115-10
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.560273/2012-11 / 665770099
4083 - Alteração de fórmula de fórmulas modificada para nutrição enteral / 2727108/22-2
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.560273/2012-11 / 665770099
456 - Alteração de Rotulagem / 2993906/22-4
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25004.110052/2011-22 / 665770091
456 - Alteração de Rotulagem / 4569747/21-3
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25004.110052/2011-22 / 665770091
4096 - Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral / 4282619/21-0
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.560278/2012-56 / 665770104
4083 - Alteração de fórmula de fórmulas modificada para nutrição enteral / 2727139/22-5
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.560278/2012-56 / 665770104
456 - Alteração de Rotulagem / 2998606/22-9

FARMOQUÍMICA S/A / 33.349.473/0001-58
LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS E BIFIDOBACTERIUM LACTIS EM CÁPSULAS
25351.467922/2015-77 / 672390006
4124 - Cancelamento de Registro de Apresentação / 4689985/22-5
LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS E BIFIDOBACTERIUM LACTIS EM CÁPSULAS
25351.467922/2015-77 / 672390006
4103 - Revalidação de registro de suplementos contendo enzimas ou probióticos / 4525944/22-6

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA / 49.324.221/0001-04
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
25004.121199/2006-01 / 620479965
4096 - Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral / 6980528/21-1
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25004.121201/2006-34 / 620479966
442 - Alteração do Prazo de Validade do Produto / 1572324/22-8
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25004.121201/2006-34 / 620479966
4096 - Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral / 1572260/22-0
FORMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
25351.825980/2016-54 / 620479990
4096 - Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral / 8437604/21-4

NESTLE BRASIL LTDA / 60.409.075/0001-52
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE E À BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES
25351.067009/2021-84 / 659650162
4071 - Registro de fórmulas infantis destinadas a necessidades dietoterápicas específicas / 8548890/21-5

PRODIET NUTRIÇAO CLINICA LTDA / 08.183.359/0001-53
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.184238/2015-21 / 663200022
4124 - Cancelamento de Registro de Apresentação / 4714999/22-0

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A / 60.665.981/0001-18
LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS EM CÁPSULAS
25060.006712/2012-00 / 663250001
4103 - Revalidação de registro de suplementos contendo enzimas ou probióticos / 4545985/22-0

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.168, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

Relatório de Conferência - Alimentos: 1317122
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

NUTRICONNECTION CONSULTORIA LTDA / 29.953.784/0001-54
PROTEÍNA DE CLARA DE OVO NÃO ANIMAL SOLÚVEL
25351.321541/2022-33
4034 - Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes / 4588584/22-7

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.169, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA - ALIMENTOS: 1324022
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

GELITA DO BRASIL LTDA / 12.199.337/0001-59
PEPTÍDEOS BIOATIVOS DE COLÁGENO HIDROLISADO COM PESO MOLECULAR MÉDIO DE 3KDA
25351.621174/2020-11
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 2132140/20-1

RICERA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA / 47.967.468/0001-13
FOSFATILDERINA DE LECITINA DE SOJA
25351.506192/2022-28
4133 - AVALIAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO EM RELAÇÃO A INGREDIENTES JÁ APROVADOS / 2521515/22-1

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.170, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA - ALIMENTOS: 1316622
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

LABRA REGENERA COMERCIO E INDUSTRIA DE NUTRIMENTOS SAUDAVEIS LTDA / 35.634.256/0001-35
TULSI
25351.192837/2022-31
4134 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA DE NOVOS ALIMENTOS IN NATURA, MINIMAMENTE PROCESSADOS OU DESIDRATADOS, COMO HORTALIÇAS, TUBÉRCULOS, CEREAIS E FRUTAS, INCLUINDO ESPÉCIES VEGETAIS PARA O PREPARO DE CHÁS E ESPECIARIAS, QUE TEM DADOS QUE SUSTENTEM SEU HISTÓRICO DE CONSUMO SEGURO COMO ALIMENTO / 1161013/22-9

NUTRAPHARMA INDUSTRIA E COM. PROD. NATURAIS LTDA / 04.087.843/0001-28
OLEO DE AVESTRUZ
25351.411277/2020-67
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 1480564/20-6

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.134, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA 49475833000106
COLECALCIFEROL
DEGEN 25351.067113/2022-50 05/2032
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3263219/22-3
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3263221/22-5
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3263223/22-1
1.0974.0356.001-0 24 Meses
3000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0974.0356.002-9 24 Meses
3000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.0974.0356.003-7 24 Meses
3000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 90
1.0974.0356.004-5 24 Meses
3000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 180
COLECALCIFEROL
VITAMINA D3 25351.067189/2022-85 04/2032
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2411549/22-5
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2411554/22-1
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2411558/22-4
1.0974.0352.001-9 24 Meses
3000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0974.0352.002-7 24 Meses
3000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.0974.0352.003-5 24 Meses
3000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 90
1.0974.0352.004-3 24 Meses
3000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 180
COLECALCIFEROL
DOSS 25351.369345/2013-26 12/2028
10145 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO 8427132/21-9
10195 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MENOR DE EXCIPIENTE 8427175/21-2
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 8427173/21-6
1.0974.0223.009-2 24 Meses
3000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0974.0223.010-6 24 Meses
3000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.0974.0223.011-4 24 Meses
3000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 90
1.0974.0223.012-2 24 Meses
3000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 180

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A 05161069000110
MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA
HISTAMIN 25351.566289/2011-32 08/2026
11864 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇAS NOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO FORA DE LIMITES APROVADOS ANTERIORMENTE 1485794/22-4
1.5584.0373.002-2 24 Meses
2MG/5ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML
1.5584.0373.003-0 24 Meses
2 MG/5ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + COP
1.5584.0373.004-9 24 Meses
2 MG/5ML XPE CX 50 FR VD AMB X 100 ML
1.5584.0373.006-5 24 Meses
2 MG/5ML XPE CX 50 FR VD AMB X 100 ML + 50 COP
COLECALCIFEROL
DROPY-D 25351.806063/2016-99 07/2026
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1339633/22-1
1.5584.0517.027-1 24 Meses
10000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 4
1.5584.0517.028-8 24 Meses
10000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 10
1.5584.0517.029-6 24 Meses
10000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 30
1.5584.0517.030-1 24 Meses
50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 4
1.5584.0517.031-8 24 Meses
50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 10
1.5584.0517.032-6 24 Meses
50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 30
1.5584.0517.052-0 24 Meses
50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 2
1.5584.0517.053-9 24 Meses
50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 6
1.5584.0517.054-7 24 Meses
50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 8

CIMED INDUSTRIA S.A 02814497000107
VALERIANA OFFICINALIS L.
VALERIMED 25351.165417/2002-38 08/2027
10759 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO COM PRAZO DE ANÁLISE 4587793/22-9
1.4381.0076.003-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL AL X 20
Passiflora incarnata L.
SOSSEG 25351.264004/2018-01 08/2030
10646 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO 8534037/21-5
1.4381.0264.001-5 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS ACLAR TRANS X 8
1.4381.0264.002-3 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8
1.4381.0264.003-1 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 12
1.4381.0264.004-1 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS ACLAR TRANS X 12
1.4381.0264.005-8 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS ACLAR TRANS X 20
1.4381.0264.006-6 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.4381.0264.007-4 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 32
1.4381.0264.008-2 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS ACLAR TRANS X 32
1.4381.0264.009-0 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS ACLAR TRANS X 40
1.4381.0264.010-4 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 40
1.4381.0264.011-2 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS ACLAR TRANS X 60
1.4381.0264.012-0 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60
1.4381.0264.013-9 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 120
1.4381.0264.014-7 24 Meses
260 MG COM REV CT BL AL PLAS ACLAR TRANS X 120

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207
COLECALCIFEROL
ADDERA D3 25351.651342/2009-27 09/2028
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0810941/22-9
1.7817.0028.041-1 24 Meses
10000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 4
1.7817.0028.042-8 24 Meses
10000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 10
1.7817.0028.043-6 24 Meses
10000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 30
1.7817.0028.044-4 24 Meses
50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 4
1.7817.0028.045-2 24 Meses
50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 10
1.7817.0028.046-0 24 Meses
50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 30
1.7817.0028.052-5 24 Meses
50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 2
1.7817.0028.053-3 24 Meses
50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 6
1.7817.0028.054-1 24 Meses
50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 8

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
alprazolam 25351.199325/2019-08 09/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0305084/19-0
1.0043.1451.001-8 24 Meses
1 MG COM CT BL AL AL X 20
1.0043.1451.002-6 24 Meses
1 MG COM CT BL AL AL X 30
1.0043.1451.003-4 24 Meses
2 MG COM CT BL AL AL X 30

GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A 03485572000104
HIALURONATO DE SÓDIO
HILUROPT 25351.114444/2020-24 11/2031
10149 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO 1183010/22-7
1.5423.0326.001-1 24 Meses
1,5 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS PEAD OPC X 10 ML
1.5423.0326.002-8 24 Meses
1,5 MG/ML SOL OFT CX 24 FR GOT PLAS PEAD OPC X 10 ML
1.5423.0326.003-6 24 Meses
1,5 MG/ML SOL OFT CX 50 FR GOT PLAS PEAD OPC X 10 ML

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
CLORIDRATO DE TANSULOSINA
TANSUDART 25351.008350/2021-06 09/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 8423043/21-6
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 909914/10-0 - 25351.687945/2010-12)
1.0107.0359.001-7 24 Meses
0,4 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0107.0359.002-5 24 Meses
0,4 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0107.0359.003-3 24 Meses
0,4 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 100
1.0107.0359.004-1 24 Meses
0,4 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 500
1.0107.0359.005-1 24 Meses
0,4 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0107.0359.006-8 24 Meses
0,4 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 120
1.0107.0359.007-6 24 Meses
0,4 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 450
1.0107.0359.008-4 24 Meses
0,4 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10

HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA 19570720000110
LACTULOSE
LAQUIXAN 25351.747938/2021-71 06/2022
1875 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO DO NOME COMERCIAL 4663881/22-4
1.1343.0214.001-4 24 Meses
667 MG/ML XPE CX 50 FR PLAS PET AMB 120 ML + 50 COP
1.1343.0214.002-2 24 Meses
667 MG/ML XPE CX 100 FR PLAS PET AMB 120 ML + 100 COP

HISAMITSU FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 49383250000147
SALICILATO DE METILA + LEVOMENTOL + CÂNFORA + TIMOL + SALICILATO DE ETILENOGLICOL
SALONPAS 25000.012537/87 08/2039
1582 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 1934724/19-3
1.1052.0001.002-9 36 Meses
EMPL TRANSD ENV AL X 10 UN (PEQUENO)
1.1052.0001.008-8 36 Meses
EMPL TRANSD ENV AL X 2 UN (GRANDE)
1.1052.0001.014-2 36 Meses
EMPL TRANSD ENV AL X 4 UN (PEQUENO)

LABORATORIO DE EXTRATOS ALERGENICOS LTDA 28614626000107
CLORETO DE SÓDIO
ORAICE 25351.713465/2020-27 09/2032
1577 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2417755/20-5
1.1729.0015.001-6 24 Meses
6,3 MG/ML SOL CX 100 FR GOT PLAS PE TRANS X 7 ML
1.1729.0015.002-4 24 Meses
6,3 MG/ML SOL CX 100 FR GOT PLAS PE TRANS X 7,2 ML
1.1729.0015.003-2 24 Meses
6,3 MG/ML SOL CX 100 FR GOT PLAS PE TRANS X 9 ML
1.1729.0015.004-0 24 Meses
6,3 MG/ML SOL CX 100 FR GOT PLAS PE TRANS X 15 ML
1.1729.0015.005-9 24 Meses
6,3 MG/ML SOL CX 100 FR GOT PLAS PE TRANS X 20 ML

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
BACLOFENO
BACLOFEN 25000.023307/96-52 07/2026
11099 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO RESTRITA AO NÚMERO DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS 4376049/22-0
1.0370.0111.003-3 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
CITRATO DE SILDENAFILA
VIASIL 25351.103953/2011-18 06/2026
10940 RDC 73/2016 - SIMILAR - SUBSTITUIÇÃO DE FABRICANTE DO IFA 0362994/21-5
10955 RDC 73/2016 - SIMILAR - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 0362999/21-6
10994 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇA MAIOR DE EXCIPIENTE PARA FORMAS FARMACÊUTICAS SÓLIDAS 0363442/21-6
11072 RDC 73/2016 - SIMILAR - ALTERAÇÃO MAIOR DE COMPOSIÇÃO DE EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 4361256/22-3
1.0370.0560.005-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 1
1.0370.0560.006-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 2
1.0370.0560.007-8 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 4
1.0370.0560.008-6 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 8
1.0370.0560.009-4 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 12
citrato de sildenafila 25351.105876/2011-12 06/2026
10938 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO DE FABRICANTE DO IFA 4649505/20-3
10953 RDC 73/2016 - GENÉRICO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 4649507/20-0
10992 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DE EXCIPIENTE PARA FORMAS FARMACÊUTICAS SÓLIDAS 4649796/20-0
11070 RDC 73/2016 - GENÉRICO - ALTERAÇÃO MAIOR DE COMPOSIÇÃO DE EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 4361249/22-1
1.0370.0561.005-7 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 1
1.0370.0561.006-5 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 2
1.0370.0561.007-3 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 4
1.0370.0561.008-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 8
1.0370.0561.009-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 12
BROMIDRATO DE CITALOPRAM
LEVIXE 25351.213266/2011-11 12/2025
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0221602/17-7
1.0370.0661.001-8 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 14
1.0370.0661.002-6 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 15
1.0370.0661.003-4 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 28
1.0370.0661.004-2 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 30
1.0370.0661.005-0 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 70 EMB HOSP
1.0370.0661.006-9 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 100 EMB HOSP
1.0370.0661.007-7 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 140 EMB HOSP
1.0370.0661.008-5 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 200 EMB HOSP
1.0370.0661.009-3 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 210 EMB HOSP
1.0370.0661.010-7 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 240 EMB HOSP
1.0370.0661.011-5 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 500 EMB HOSP
baclofeno 25351.562912/2014-25 01/2025
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 4418728/22-9
1.0370.0613.002-4 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60

LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 05044984000126
SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA
BENECTRIN 25351.663380/2010-18 08/2035
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 0031812/15-4
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 400234/09-2
10186 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE EQUIPAMENTO COM DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO 0001201/15-7
10206 SIMILAR - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 0001179/15-7
1628 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0001194/15-1
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0001202/15-5
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO. 0001180/15-1
1.6773.0253.013-6 24 Meses
400 MG + 80 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.6773.0253.014-4 24 Meses
400 MG + 80 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 48
1.6773.0253.015-2 36 Meses
400 MG + 80 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 50
1.6773.0253.016-0 36 Meses
800 MG + 160 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 0031812/15-4
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 400234/09-2
1.6773.0253.011-1 24 Meses
40 MG/ML + 8 MG/ML SUS OR CT FR PLAS AMB X 100 ML + COP
1.6773.0253.012-8 24 Meses
40 MG/ML + 8 MG/ML SUS OR CT FR PLAS AMB X 100 ML

Midfarma Produtos Farmaceuticos Ltda 13863381000184
PROPOFOL
PROPOTIL 25351.129795/2017-81 03/2026
10943 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO FABRICANTE DO IFA 2732300/21-5
1.3704.0001.001-7 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ CT 5 AMP VD TRANS X 20 ML
1.3704.0001.002-5 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ CT 10 AMP VD TRANS X 20 ML

MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA 92265552000905
CLORIDRATO DE NARATRIPTANa
NARATANO 25351.884270/2021-41 09/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4723657/21-4
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 276072/10-0 - 25351.208981/2010-20)
1.1819.0379.001-5 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 2
1.1819.0379.002-3 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 4
1.1819.0379.003-1 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 6
1.1819.0379.004-1 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
1.1819.0379.005-8 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 12
1.1819.0379.006-6 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
1.1819.0379.007-4 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 40 (EMB FRAC)
1.1819.0379.008-2 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60 (EMB HOSP)

PFIZER BRASIL LTDA 61072393000133
CEFTAZIDIMA PENTAIDRATADA + avibactam sódico
CEFTAZIDIMA PENTAIDRATADA + AVIBACTAM SODICO 25351.367188/2022-38 09/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 4676700/22-2
(10464 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE MEDICAMENTO NOVO - 0969247/15-9 - 25351.681652/2015-77)
1.2110.0485.001-0 36 Meses
2000 MG + 500 MG PO SOL INFUS CT FA VD TRANS X 10

PRATI DONADUZZI & CIA LTDA 73856593000166
BROMIDRATO DE GALANTAMINA
ELATIUM 25351.280459/2022-41 09/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 1574673/22-9
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0897016/14-5 - 25351.604405/2014-23)
1.2568.0328.001-0 24 Meses
8 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 7
1.2568.0328.002-9 24 Meses
8 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 30
1.2568.0328.003-7 24 Meses
8 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 280
1.2568.0328.004-5 24 Meses
8 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 300
1.2568.0328.005-3 24 Meses
8 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 500
1.2568.0328.006-1 24 Meses
16 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 30
1.2568.0328.007-1 24 Meses
16 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 60
1.2568.0328.008-8 24 Meses
16 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 280
1.2568.0328.009-6 24 Meses
16 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 300
1.2568.0328.010-1 24 Meses
16 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 500
1.2568.0328.011-8 24 Meses
24 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 30
1.2568.0328.012-6 24 Meses
24 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 60
1.2568.0328.013-4 24 Meses
24 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 280
1.2568.0328.014-2 24 Meses
24 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 300
1.2568.0328.015-0 24 Meses
24 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 500

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A 60665981000118
TIGECICLINA
TYG 25351.866795/2021-03 04/2032
11108 RDC 73/2016 - SIMILAR - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 2735768/22-6
11864 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇAS NOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO FORA DE LIMITES APROVADOS ANTERIORMENTE 2736711/22-8
1.0497.1483.001-1 12 Meses
50 MG PO LIOF SOL INFUS IV CT 10 FA VD TRANS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.135, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA 92265552000905
CLORIDRATO DE BROMEXINA 25351.594813/2009-22 09/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 773444/09-1
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 773465/09-4 - 25351.594824/2009-73)
0,8 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP
0,8 MG/ML XPE CT 50 FR VD AMB X 120 ML + 50 COP
0,8 MG/ML XPE CT FR PLAS PET AMB X 120 ML + COP
1,6 MG/ML XPE CT 50 FR PLAS PET AMB X 120 ML + 50 COP
1,6 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP
1,6 MG/ML XPE CT 50 FR VD AMB X 120 ML + 50 COP
1,6 MG/ML XPE CT FR PLAS PET AMB X 120 ML + COP
0,8 MG/ML XPE CT 50 FR PLAS PET AMB X 120 ML + 50 COP

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.136, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e insumos farmacêuticos, ou de apresentações, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 05044984000126
SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA
BENECTRIN 25351.663380/2010-18 08/2025
1988 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 4710464/22-3
1.6773.0253.001-2 36 Meses
400 MG + 80 MG COM CT STR X 20
1.6773.0253.002-0 36 Meses
400 MG + 80 MG COM CT STR X 50
1.6773.0253.003-9 36 Meses
400 MG + 80 MG COM CT STR X 48
1.6773.0253.006-3 36 Meses
800 MG + 160 MG COM CT STR X 10

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.137, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207
DICLORIDRATO DE BUCLIZINA
BUCLINA 25351.497129/2022-93 12/2027
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2463299/22-3
1.7817.0940.001-9 24 Meses
25 MG COM CT BL PLAS PAP TRANS X 20
1.7817.0940.002-7 24 Meses
25 MG COM CT BL PLAS PAP TRANS X 30

MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA 92265552000905
LORAZEPAM 25351.065426/2022-73 01/2029
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479709/22-0
1.1819.0375.001-3 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 10
1.1819.0375.002-1 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20
1.1819.0375.003-1 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30
1.1819.0375.004-8 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 40
1.1819.0375.005-6 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 60
CETOPROFENO
FENBIP 25351.065430/2022-31 07/2028
1995 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479713/22-7
1.1819.0376.001-9 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 4
1.1819.0376.002-7 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 10
1.1819.0376.003-5 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 20
1.1819.0376.004-3 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30
1.1819.0376.005-1 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 60
1.1819.0376.006-1 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 100
1.1819.0376.007-8 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 200
itraconazol 25351.065431/2022-86 08/2029
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479714/22-3
1.1819.0377.001-4 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.1819.0377.002-2 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.1819.0377.003-0 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.1819.0377.004-9 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 450
1.1819.0377.005-7 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 500
ISOTRETINOÍNA
Isotrat 25351.065432/2022-21 12/2026
1995 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479715/22-0
1.1819.0378.001-1 24 Meses
10 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 10
1.1819.0378.002-8 24 Meses
10 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 20
1.1819.0378.003-6 24 Meses
10 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 30
1.1819.0378.004-4 24 Meses
10 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 40
1.1819.0378.005-2 24 Meses
10 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 60
1.1819.0378.006-0 24 Meses
10 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 90
1.1819.0378.007-9 24 Meses
20 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 10
1.1819.0378.008-7 24 Meses
20 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 20
1.1819.0378.009-5 24 Meses
20 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 30
1.1819.0378.010-9 24 Meses
20 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 40
1.1819.0378.011-7 24 Meses
20 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 60
1.1819.0378.012-5 24 Meses
20 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 90

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.138, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos ou de apresentações, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A 72593791000111
itraconazol 25351.314989/2019-03 08/2029
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0446840/22-0
1.2675.0361.001-0 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.2675.0361.002-9 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.2675.0361.003-7 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.2675.0361.004-5 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 450
1.2675.0361.005-3 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 500
ISOTRETINOÍNA
Isotrat 25351.546892/2015-26 12/2026
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0448221/22-5
1.2675.0246.001-5 24 Meses
10 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 10
1.2675.0246.002-3 24 Meses
10 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 20
1.2675.0246.003-1 24 Meses
10 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 30
1.2675.0246.004-1 24 Meses
10 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 40
1.2675.0246.005-8 24 Meses
10 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 60
1.2675.0246.006-6 24 Meses
10 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 90
1.2675.0246.007-4 24 Meses
20 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 10
1.2675.0246.008-2 24 Meses
20 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 20
1.2675.0246.009-0 24 Meses
20 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 30
1.2675.0246.010-4 24 Meses
20 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 40
1.2675.0246.011-2 24 Meses
20 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 60
1.2675.0246.012-0 24 Meses
20 MG CAP GEL MOLE CT BL AL/AL X 90
CETOPROFENO
FENBIP 25351.717641/2014-51 07/2028
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0446045/22-5

1.2675.0322.001-8 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 4
1.2675.0322.002-6 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 10
1.2675.0322.003-4 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 20
1.2675.0322.004-2 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30
1.2675.0322.005-0 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 60
1.2675.0322.006-9 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 100
1.2675.0322.007-7 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 200
LORAZEPAM 25351.833720/2018-32 01/2029
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0455066/22-1
1.2675.0343.001-2 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 10
1.2675.0343.002-0 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20
1.2675.0343.003-9 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30
1.2675.0343.004-7 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 40
1.2675.0343.005-5 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 60

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
DICLORIDRATO DE BUCLIZINA
BUCLINA 25351.190507/2019-13 12/2027
1446 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2403186/22-8
1.8326.0362.001-3 24 Meses
25 MG COM CT BL PLAS PAP TRANS X 20
1.8326.0362.002-1 24 Meses
25 MG COM CT BL PLAS PAP TRANS X 30

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.139, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos Art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo Art. 2º da Lei 13.411, e Art. 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e Arts. 4º, 7º e 16 da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no Art. 7º e seus incisos, da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.
KYPROLIS 25351548851201574
6183963219 RDC 73/2016 - NOVO - Inclusão de novo fabricante do IFA
6186171215 RDC 73/2016 - NOVO - Exclusão não crítica de testes ou métodos
6185743212 RDC 73/2016 - NOVO - Exclusão não crítica de testes ou métodos
6184925211 RDC 73/2016 - NOVO - Exclusão não crítica de testes ou métodos
---
ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.
PARASIN 250000133959260
6235375216 RDC 73/2016 - SIMILAR - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
albendazol 25351753452201876
8421078218 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente - 6235375216 - 250000133959260)
BELTAZIN 25351639037202114
8421059211 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente - 6235375216 - 250000133959260)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.140, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento de registro da apresentação a pedido dos medicamentos similares, genéricos e novos, sob o nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

RAZÃO SOCIAL CNPJ
MARCA COMERCIAL Nº PROCESSO EXPEDIENTE CANCELAMENTO M.S.
LIBBS FARMACÊUTICA LTDA - 61.230.314/0001-75
CEBRALAT 25351.038820/01-70 4532440/22-0 1003301010021 1003301010056
IUMI 25351.497403/2009-91 4676563/22-1 1003301540047
MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - 92.265.552/0009-05
BUPROVIL 25025.022547/2002-00 3536974/20-4 1181900610091 1181900610261 1181900610271 1181900610350
RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA - 73.663.650/0001-90
losartana potássica 25351.033849/01-74 4547970/22-0 1235200890019 1235200890027 1235200890035 1235200890043 1235200890051 1235200890061 1235200890124 1235200890132 1235200890140
SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - 05.035.244/0001-23
TEMOZOD 25351.542403/2013-90 4642501/22-3 1468200430025 1468200430033 1468200430041 1468200430068 1468200430076 1468200430084 1468200430106 1468200430114 1468200430122 1468200430149 1468200430157 1468200430165 1468200430181 1468200430191 1468200430203
temozolomida 25351.441437/2013-71 4642417/22-2 1468200390252 1468200390244 1468200390236 1468200390211 1468200390201 1468200390198 1468200390082 1468200390074 1468200390066 1468200390171 1468200390163 1468200390155 1468200390139 1468200390120 1468200390112

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.141, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido da petição do produto tradicional fitoterápico sob o número de expediente constante no anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

RAZÃO SOCIAL - CNPJ
ASSUNTO DA PETIÇÃO DESISTIDA
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE DE DESISTÊNCIA A PEDIDO EXPEDIENTE DA PETIÇÃO DESISTIDA

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA - 17.562.075/0001-69
10671 - PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - Inclusão de nova forma farmacêutica
25351.655158/2015-91 1109623/22-3 0829460/22-7

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE No 1.957, de 15 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 114, de 20 de junho de 2022, Seção 1, pág. 134, referente ao processo 25351.145905/2021-91.

Onde se lê:
Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
hemifumarato de quetiapina
MENSYVA 25351.145905/2021-91 03/2022
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 4220237/22-0
1.0573.0795.008-4 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
1.0573.0795.009-2 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
Leia-se:
Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
hemifumarato de quetiapina
MENSYVA 25351.145905/2021-91 03/2032
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 4220237/22-0 (11099 - RDC 73/2016 - SIMILAR -
Inclusão de nova apresentação restrita ao número de unidades farmacotécnicas - 2691489/22-1 -
25351.482044/2010-41)
1.0573.0795.008-4 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
1.0573.0795.009-2 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60

GERÊNCIA-GERAL DE PRODUTOS BIOLÓGICOS, RADIOFÁRMACOS, SANGUE, TECIDOS, CÉLULAS, ÓRGÃOS E PROD DE TERAPIAS AVAN

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.101, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapia Avançada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições referentes a pós-registro de produto de terapia avançada, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABRICIO CARNEIRO DE OLIVEIRA

ANEXO

Empresa: Novartis Biociências S.A
CNPJ: 56.994.502/0001-30
Processo: 25351.530600/2021-81
Expedientes: 4264079/22-5; 4363094/22-2; 4512665/22-6; 4512485/22-8; 4512666/22-2
Alteração Moderada de Qualidade
Nome do produto registrado: Kymriah
Princípio ativo: Tisagenlecleucel

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.129, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO CARNEIRO DE OLIVEIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 62969589000198
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + CEPA INFLUENZA TIPO B + CEPA INFLUENZA TIPO B

Fluad Tetra 25351.459195/2020-01 09/2032
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO 4034497/20-5
1.0151.0134.001-3 12 Meses
(15 + 15 + 15 + 15) MCG SUS INJ IM CT 10 SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML
1.0151.0134.002-1 12 Meses
(15 +15 + 15 + 15) MCG SUS INJ IM CT SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML

PFIZER BRASIL LTDA 61072393000133
VACINA COVID-19
COMIRNATY 25351.023179/2021-57 02/2024
11961 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 73. ALTERAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DO PRODUTO BIOLÓGICO TERMINADO (FECHADO OU APÓS ABERTO) OU DO PRODUTO BIOLÓGICO RECONSTITUÍDO OU DILUÍDO - MODERADA 4645181/22-1
1.2110.0481.001-9 15 Meses
225 MCG SUS DIL INJ CT 195 FA VD INC X 0,45ML

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.130, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido das petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas sob os números de expedientes constantes no anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO CARNEIRO DE OLIVEIRA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL ASSUNTO DA PETIÇÃO
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO DESISTIDA

BLAU FARMACÊUTICA S.A. 10370 - PRODUTO BIOLÓGICO - Registro de Produto pela Via de Desenvolvimento Individual
25351.887000/2020-10 4645970/22-4
2936536/20-8

BIOMM SA 11957 - PRODUTOS BIOLÓGICOS - 67. Alteração de uma embalagem reutilizável para uma embalagem descartável sem alteração no material de contato com o produto (por exemplo, alteração de caneta reutilizável para caneta descartável) ou inclusão/substituição da embalagem secundária funcional (por exemplo, alteração da caneta) - Moderada
25351.358833/2015-38 4716331/22-9
3432643/21-0

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.171, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao disposto no art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir a petição relativa a produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

SOUZA CRUZ LTDA
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Marca: KENT RED BY ROTHMANS INTERNATIONAL (cigarro com filtro)
Processo: 25351.260751/2022-48
Expediente: 4502524/22-0
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.172, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao disposto no art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir a petição relativa a produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à decisão liminar concedida pelo 3ª VF/SJ/BA, no processo 46408-58.2012.4.01.3300.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

SOUZA CRUZ LTDA
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Marca: ROTHMANS OF LONDON SERIES CLICK PURPLE (cigarro com filtro) - embalagem primária box, embalagem secundária caixa para 2 embalagens secundárias box e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias box
Processo: 25351.184218/2020-19
Expediente: 2703349/22-0
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.148, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BIOSUL PRODUTOS DIAGNOSTICOS LTDA - ME / 05.905.525/0001-90
CMV IgG/IgM
25351.511748/2022-06 / 80474870110
8433 - IVD - Registro de produto / 2540472225

CICLO MED DO BRASIL LTDA / 04.737.413/0001-04
Válvula Endobronquial ZEPHYR
25351.806781/2022-11 / 80159010043
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3263466228

DIAGNÓSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME / 11.462.456/0001-90
CARDIAC COMBO RAPID TEST
25351.531054/2022-87 / 80638720225
8433 - IVD - Registro de produto / 2685511229

DKT DO BRASIL PRODUTOS DE USO PESSOAL LTDA / 38.756.680/0001-40
PRUDENCE AROMAS FLORAIS
25351.038780/2022-25 / 10208250055
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0308262228

ENDOTEC PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 09.586.279/0001-01
BeGraft Aortic Stent Graft System (BGA)
25351.065705/2022-37 / 80583400029
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0480939224

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / 33.781.055/0001-35
KIT MOLECULAR MONKEYPOX (MPXV) BIO-MANGUINHOS
25351.288979/2022-01 / 80142170063
8433 - IVD - Registro de produto / 4533982221

PRO-BS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. / 26.939.880/0001-50
Hemostático em pó Quickclean
25351.061219/2021-69 / 81634410007
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 8535848217

SAUDE IMPORT - COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA / 07.956.849/0001-82
ASAHI PTCA Guide Wire - Hidrofílico + Poliuretano - Fielder XT
25351.694387/2022-16 / 80433810016
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3032780226

SMITHS MEDICAL DO BRASIL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 06.019.570/0001-00
Cateter Epidural MINIPACK com conector NRFit Sem dispositivo de Fixação com Seringa LOR
25351.773247/2021-22 / 80228990191
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 4551004211
Cateter Epidural MINIPACK com conector NRFit Sem dispositivo de Fixação sem Seringa LOR
25351.773248/2021-77 / 80228990190
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 4551007215

TOTAL MEDICAL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 18.747.319/0001-40
Catéter Epicutâneo - CAVA
25351.014380/2021-43 / 81158510045
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 8426465219
Conjunto de Cateter de Drenagem Externa - DVE
25351.014378/2021-74 / 81158510044
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 8426459214

Nº de Processos: 12

Total de Empresas: 10

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.149, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA / 56.998.701/0001-16
HI-TORQUE WHISPER GUIDE WIRE
25351.464477/2007-45 / 80146501505

80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4569761222

Agilent technologies brasil ltda / 03.290.250/0001-00
Marcador de Carcinoma Geral
25351.551599/2016-19 / 80000230043
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4259440225

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
Gerador AEX_Gerador Eletrocirúrgico de Radiofrequência
25351.376898/2020-97 / 10349000917
80217 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de software (novas indicações e funcionalidades) / 4664045222
TELA DE POLIPROPILENO MONOFILAMENTAR PARIETENE
25351.192134/2006-92 / 10349000264
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4566938224
TELA DE POLIPROPILENO MONOFILAMENTAR PARIETENE
25351.192134/2006-92 / 10349000264
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 4567037224

BIOTRONIK COMERCIAL MÉDICA LTDA. / 50.595.271/0001-05
SELECTRA - SISTEMA DE ENTREGA DE ELETRODO
25351.138241/2012-11 / 80224390207
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4565737228

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
Revanesse
25351.158717/2017-05 / 80117580639
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 0181768210
Revanesse
25351.158717/2017-05 / 80117580639
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 2621766210
Revanesse
25351.158717/2017-05 / 80117580639
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 2519529218
VenaCure
25351.364598/2019-21 / 80117580805
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 4683443225

EXCEL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO LTDA / 29.327.521/0001-30
BROCAS DE TUNGSTÊNIO COM PADRÕES DE CORTE TRANSVERSAL
25351.287114/2022-19 / 82051819003
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4699688225
BROCAS DE TUNGSTÊNIO COM PADRÕES DE CORTES SIMPLES
25351.287126/2022-43 / 82051819009
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4690564222
BROCAS DE TUNGSTÊNIO COM CORTES SIMPLES GROSSOS
25351.287127/2022-98 / 82051819010
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4704084220
BROCAS DE TUNGSTÊNIO COM CORTES CRUZADOS E TRANSVERSAIS
25351.287120/2022-76 / 82051819006
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4699663220
BROCAS DE TUNGSTÊNIO COM CORTES SIMPLES SUPERGROSSOS
25351.287130/2022-10 / 82051819011
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4703887220
BROCAS DE TUNGSTÊNIO COM CORTES SIMPLES COM SEÇÃO TRANSVERSAL
25351.287123/2022-18 / 82051819007
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4697192221
FRESAS DE DIAMANTE PARA LABORATÓRIO
25351.287131/2022-56 / 82051819012
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4703161221
BROCAS DE TUNGSTÊNIO COM CORTES SIMPLES
25351.287124/2022-54 / 82051819008
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4690843229
BROCAS DE TUNGSTÊNIO COM CORTES TRANSVERSAIS FINOS
25351.287113/2022-74 / 82051819002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4702576220
BROCAS DE TUNGSTÊNIO COM CORTES TRANSVERSAIS GROSSOS
25351.287116/2022-16 / 82051819004
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4699739223
BROCAS DE TUNGSTÊNIO COM CORTES TRANSVERSAIS SUPERFINOS
25351.287104/2022-83 / 82051819001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4700642221
BROCAS DE TUNGSTÊNIO COM CORTES TRANSVERSAIS SUPERGROSSOS
25351.287117/2022-52 / 82051819005
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4699728228

GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 00.029.372/0001-40
Sistema de Raio-X com Arco em C Móvel
25351.370335/2017-51 / 80071260383
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 4690271226
Sistema Nuclear de Formação de Imagens NM/CT
25351.693753/2019-14 / 80071260408
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 4690269224

INSTITUTO TRAVESSIA / 10.271.915/0001-95
AVENTAL DE PROCEDIMENTO CIRURGICO TRAVESSIA
25351.289714/2022-11 / 82513290004
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4704296226

Instramed Industria Médico Hospitalar LTDA / 90.909.631/0001-10
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO
25351.504753/2020-92 / 10242950017
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 4679078221

MAG ESTETICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME / 09.281.923/0001-33
PIGMENTOS
25351.250761/2015-14 / 80815530005
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 4307866224

MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI / 03.580.620/0001-35
MultiPulse HoPLUS
25351.888992/2020-94 / 80047300790
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 4683439227

MERZ FARMACÊUTICA COMERCIAL LTDA / 11.681.446/0001-45
Belotero Volume Lidocaine
25351.128985/2019-04 / 80829430009
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4565284228
Belotero Intense Lidocaine
25351.128932/2019-85 / 80829430008
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4565354222

MICROPORT SCIENTIFIC VASCULAR BRASIL LTDA / 29.182.018/0001-33
FIREHAWK LIBERTY - STENT CORONÁRIO COM LIBERAÇÃO LOCALIZADA DE RAPAMICINA
25351.320475/2019-89 / 81667100030
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4594538221

Nihon Kohden Brasil Importação, Exportação e Comércio de Equipamentos Médicos LTDA / 14.365.637/0001-96
MONITOR DE BEIRA DE LEITO - SÉRIE BSM-6000
25351.178952/2014-10 / 80914690004
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 4706824228

ORTOMEDIC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 65.564.536/0001-85
EPISOL-H CATETER
25351.011220/2022-23 / 80218019003
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4721378227

Penumbra Latin America Distribuidora de Equipamentos e Produtos Médicos Ltda / 21.873.761/0001-28
Sistema de Aspiração INDIGO - Lightning 7
25351.016827/2022-08 / 81248520036
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 4676494221

PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 00.028.682/0001-40
IV Clear
25351.999842/2021-96 / 10306840195
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 4571527221

REACT TECHNOLOGY INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 40.821.171/0001-04
KIT FT CARBON SERIES
25351.324270/2022-78 / 82286189061
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4709835220

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42
Sistema WorkMate Claris.
25351.383405/2015-76 / 10332340364
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 4696993224

SULMEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 10.528.697/0001-21
Eletrodo Bipolar s-Watt®
25351.662137/2021-36 / 80569810013
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 4676961227

SURGICAL LINE -COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 07.330.175/0001-06
SISTEMA DE ABLAÇÃO POR RÁDIOFREQUÊNCIA
25351.137695/2017-01 / 80410900047
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 4666181226

Techimport Tecnologia em Implantes Ortopédicos Ltda - EPP / 15.524.734/0001-47
SISTEMA DE PLACAS OSTEOTTECH-PED
25351.135781/2020-55 / 81118460065
80254 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de componente/acessório em sistema / 4352014226
SISTEMA DE PLACAS OSTEOTTECH-PED - 2,7
25351.103947/2020-74 / 81118460063
80254 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de componente/acessório em sistema / 4352016222

TECMEDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 05.638.301/0001-69
Multilayer Modulador de Fluxo Periférico
25351.208151/2015-19 / 80202910082
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 7633149211
Multilayer Modulador de Fluxo Periférico
25351.208151/2015-19 / 80202910082
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 8423275217

UNIVERSO ODONTO IMPORTAÇAO, EXPORTAÇAO E DISTRIBUIÇAO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 12.591.166/0001-09
TUBOS ORTODÔNTICOS SOLDA UO
25351.498991/2015-48 / 80837670017
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4697877221
FIOS ORTODONTICOS DE Ni Ti UO
25351.468878/2014-55 / 80837670008
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4697831223
BRAQUETES ORTODONTICOS METÁLICOS UO
25351.093593/2015-31 / 80837670011
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4694718223
ALICATES ORTODONTICOS IMD
25351.467280/2012-73 / 80837670005
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4697881220
braquetes cerâmicos u.o.
25351.032319/2020-05 / 80837670022
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4698362227
BRAQUETES ORTODONTICOS CERAMICOS UO
25351.093599/2015-01 / 80837670012
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4696284221
ELASTICOS ORTODONTICOS UO
25351.498989/2015-49 / 80837670015
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4698202227
FIOS ORTODONTICOS BETA TITANIUM UO

25351.468469/2014-24 / 80837670009
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4696424220
FIOS ORTODONTICOS CU-ALLOY UO
25351.468771/2014-57 / 80837670006
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4696675227
FIOS ORTODONTICOS DE AÇO IMD
25351.467472/2012-29 / 80837670004
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4698024225
Limas Universo Odonto
25351.741744/2018-66 / 80837670018
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4698273226
FIOS ORTODONTICOS DE AÇO UO
25351.468816/2014-96 / 80837670007
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4697307229
ACESSÓRIOS ORTODONTICOS UO
25351.093588/2015-54 / 80837670014
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4691715222
BANDAS ORTODONTICAS UO
25351.093582/2015-90 / 80837670013
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4691765229
FIOS ORTODONTICOS DE Ni Ti IMD
25351.467291/2012-14 / 80837670001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4697925225
Acessorios Ortodonticos UNIVERSO
25351.498994/2015-25 / 80837670016
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4697807221
BRAQUETES CERÂMICOS AUTOLIGADO UO
25351.741662/2018-11 / 80837670020
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4698305228
ELASTICOS ORTODONTICOS IMD
25351.467386/2012-42 / 80837670003
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4698008223

VINCULA INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE IMPLANTES S.A. / 01.025.974/0001-92
Inserto Acetabular Polimérico
25351.109808/2019-03 / 10417940247
80246 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou condições de armazenamento e/ou transporte / 2477887227

WEM EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA. / 54.611.678/0001-30
Sistema de Monitoração Perinatal
25351.255420/2017-42 / 10247670056
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4694707228
Monitor Fetal Fonocardiográfico
25351.255390/2017-61 / 10247670053
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4694547224
Sistema de Monitoração Perinatal
25351.255417/2017-14 / 10247670055
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4694656220

Nº de Processos: 65

Total de Empresas : 26

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.150, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição será disponibilizado por meio de ofício eletrônico, encaminhado para a caixa postal da empresa solicitante no sistema Solicita, que pode ser acessado por meio do link: https://solicita.anvisa.gov.br/.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BIOTECNICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 02.534.069/0001-20
Covid Ag Oral Test
25351.239921/2022-25 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1361542224

BONE SURGICAL EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI / 04.408.009/0001-97
Haste intramedular estremo
25351.459677/2022-15 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 2299710225

CENTER OF MOLECULAR RESEARCH BRASIL LTDA / 17.655.359/0001-08
genesig ® Real-Time PCR Coronavirus COVID-19 CE IVD kit
25351.892589/2021-41 /
8433 - IVD - Registro de produto / 4742140211

COLOPLAST DO BRASIL LTDA. / 02.794.555/0003-40
Biatain Silicone PIP
25351.090332/2022-32 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4247762220

CONNECT ASSUNTOS REGULATÓRIOS, COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALRES EIRELI / 37.026.700/0001-65
Corona Virus (COVID-19) Antigen Rapid Test (Colloidal Gold) para AUTOTESTE
25351.137648/2022-03 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0885407226

DELTRONIX EQUIPAMENTO LTDA / 56.014.475/0001-91
PINÇA PARA ELETROCIRURGICA
25351.370577/2012-85 / 10214670024
8060 - EQUIPAMENTO - Revalidação de Registro de Equipamento de Médio e Pequeno Porte / 4649117221

E TAMUSSINO E CIA LTDA / 33.100.082/0001-03
SONDA PARA GASTROSTOMIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA CONJUNTO FLOW
25351.551113/2022-33 /
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 2735934224

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
SARS-CoV-2 Virus Antigen Detection Kit (colloidal gold method)
25351.508316/2022-18 /
8433 - IVD - Registro de produto / 2525312223

Evolve Importação e Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares EIRELI / 32.139.055/0001-73
DISTRATOR PALATAL EVOLVE
25351.430797/2021-50 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3871181218

HI TECHNOLOGIES LTDA / 07.111.023/0001-12
TESTE RÁPIDO COVID-19 ANTÍGENO
25351.519353/2022-43 /
8433 - IVD - Registro de produto / 2634884225

OSSEA TECHNOLOGY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 03.951.240/0001-60
Cages C-Block
25351.508049/2022-71 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 2524428221

PHARMEDIC PHARMACEUTICALS, IMPORTACAO, EXPORTACAO, DISTRIBUICAO, COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA / 07.453.785/0003-69
MiFiil
25351.024224/2022-71 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4206763224

PRO-BS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. / 26.939.880/0001-50
Ácido Hialurônico Singjoint®
25351.511294/2022-65 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 2537705221

quantum industria, distribuição e exportação de produtos medicos ltda me / 21.792.188/0001-28
Sistema de Haste Intramedular para Tíbia Quantum
25351.519518/2022-87 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 2635741221

Techimport Tecnologia em Implantes Ortopédicos Ltda - EPP / 15.524.734/0001-47
Sistema de Hastes Flexíveis Bloqueadas T-FLN
25351.685343/2021-14 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 4371523211

TECHNICARE INSTRUMENTAL CIRURGICO LTDA / 29.316.502/0001-08
PRÓTESE DISCAL INTERVERTEBRAL CERVICAL ROTAIO®
25351.511295/2022-18 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 2537708226

USIART INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA - ME / 57.207.094/0001-91
ABUTMENT
25351.060793/2022-81 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4227337224

Nº de Processos : 17

Total de Empresas : 17

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.151, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro e por consequente, cancelar o Registro dos Produtos para Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

Cath-Care Indústria importação exportação e comércio de produtos para saúde ltda. / 27.055.841/0001-52
Monitor de Sinais Vitais
25351.710768/2021-79 / 81626440044
80083 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 4601274222

HEMOCAT COMERCIO E IMPORTACAO LTDA / 02.993.016/0001-78
Monitor de Sinais Vitais
25351.354869/2022-36 / 80208360067
80060 - EQUIPAMENTO - Transferência de titularidade de registro de produto / 4653468222

Nº de Processos : 2

Total de Empresas : 2

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.152, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição será disponibilizado por meio de ofício eletrônico, encaminhado para a caixa postal da empresa solicitante no sistema Solicita, que pode ser acessado por meio do link: https://solicita.anvisa.gov.br/.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA: DSP INDUSTRIAL EIRELLI EPP
CNPJ: 03.960.018/0001-23
DISPOSITIVO MÉDICO EM INVESTIGAÇÃO: Parafusos de fixação Barbell
NUMERO DO PROCESSO DO DICD: 25351.268042/2022-19
EXPEDIENTE: 1520546/22-1
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 80103 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo do Dossiê de Investigação Clínica de Dispositivos Médicos - DICD
NUMERO DO PROCESSO DO DOSSIÊ ESPECÍFICO DE ENSAIO CLÍNICO: 25351.417262/2022-74
EXPEDIENTE: 2147840/22-6
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 80127 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos para Saúde.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.153, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Publicar a desistência a pedido dos expedientes de produtos para a saúde sob o número de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784 de 1999.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

Razão Social - CNPJ	Nº do Processo	Expediente do Pedido de Desistência	Expediente da Petição	Assunto
MEDSYSTEMS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP - 05.273.422/0001-54	25351.324103/2022-27	4622047/22-0	4594112/22-2	80032 - EQUIPAMENTO - Registro de Sistema de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte
MEDSYSTEMS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP - 05.273.422/0001-54	25351.338877/2022-35	4692752/22-2	4624713/22-2	80032 - EQUIPAMENTO - Registro de Sistema de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.154, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Declarar o cancelamento de registro ou notificação de produtos para a saúde a pedido da empresa sob os números de registro/notificação constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

CNPJ	Razão Social	Nº do Processo	Nº do Expediente	Nome Comercial	Nº do Registro
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	250000285439935	4714825220	ARCHITECT HBsAg Calibrators	80146501167
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351132650201173	4714789220	ARCHITECT HBsAg Reagent Kit	80146501763
32929819000124	ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA	25351588974202013	4696428222	WAVELIGHT ANALYZER II	81869420118
09377976000152	ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	25351049188201408	4716887221	CIC C1q elisa	80464810358
09377976000152	ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	25351049211201490	4717008225	Free PSA	80464810384
09377976000152	ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	25351049213201412	4716972229	CIC C3d elisa	80464810359
09377976000152	ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	25351049280201493	4716036225	CH50	80464810360
09377976000152	ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	25351116102201452	4716980220	25OH Vitamin D	80464810367
09377976000152	ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	25351116114201473	4716990227	IgA SALIVA ELISA Diametra	80464810368
09377976000152	ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	25351743397201311	4716911227	ESTRIOL SALIVA ELISA DIAMETRA	80464810340
09377976000152	ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	25351743623201311	4716072221	Cortisol Saliva Elisa Diametra	80464810342
09377976000152	ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	25351743671201346	4716092226	ESTRADIOL SALIVA ELISA DIAMETRA	80464810344
09377976000152	ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	25351747013201335	4716103225	ANDROSTENEDIONA SALIVA ELISA DIAMETRA	80464810347
09377976000152	ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	25351747049201355	4716119221	TESTOSTERONA SALIVA ELISA DIAMETRA	80464810348
33987595000170	BIOMED EQUIPAMENTOS DE BIOMEDIDAS LTDA	25351331315201014	4694682229	AGULHA SUBDÉRMICA DESCARTÁVEL DE EMG	10263610044
33987595000170	BIOMED EQUIPAMENTOS DE BIOMEDIDAS LTDA	25351331356201011	4694725226	AGULHA CONCÊNTRICA DESCARTÁVEL de EMG	10263610045
33987595000170	BIOMED EQUIPAMENTOS DE BIOMEDIDAS LTDA	25351331366201026	4694827229	AGULHA MONOPOLAR DESCARTÁVEL de EMG	10263610046
19585158000107	CARDINAL HEALTH DO BRASIL LTDA.	25351552466201874	4692549220	SISTEMA DE COMPRESSAO SCD EXPRESS	81356112339
23351545000148	CONMED DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	25351681042201905	4702376227	SISTEMA OTICO	81544220021
23351545000148	CONMED DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	25351682102201907	4701729225	CONSOLE DA CÂMERA LINVATEC* E ACESSÓRIOS	81544220041
05899876000135	CONSULMAT PRODUTOS TECNICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP	25351501911201919	4694732229	Lâminas de Bisturi - Aesthetic Acess	80331370001
05899876000135	CONSULMAT PRODUTOS TECNICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP	25351536173202064	4694661226	PROT-CLEAN	80331370004
05899876000135	CONSULMAT PRODUTOS TECNICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP	25351608608201946	4694806226	Fio de Sutura 1* PP com Agulha	80331370002
02535707000128	DRAGER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25351516776201126	4703231226	BABYFLOW - INTERFACE REUTILIZÁVEL	10407379012
02535707000128	DRAGER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25351516799201147	4703202222	BABYFLOW - INTERFACE DESCARTÁVEL	10407379013
60397874000156	FUJIFILM DO BRASIL LTDA	25351626916201872	4709129221	EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM X-PORTE	80022060090
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351058397201043	4699078220	KIT DE SOFTWARE IP-4400	80050030061
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351446537200586	4699021226	ENTEROSCOPIO	80050030033
13480805000202	GLOBUS BRASIL HI TECH COMERCIO DE EQUIPAMENTOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	25351396682202048	4698393227	MEDISOUND II PRO	81979130001
42180406000143	GUERBET PRODUTOS RADIOLÓGICOS LTDA	25351338489201052	4703712221	SOFT BAG SORO	10061400039
67882621000117	JG MORIYA REPRESENTAÇÃO IMPORTADORA EXPORTADORA COMERCIAL LTDA	25351492163200813	4712613222	LARINGOSCÓPIO CONVECIONAL REUTILIZÁVEL	10349590061
07668811000104	LB DIAGNÓSTICA COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA epp	25351011818201016	4716653223	Titan III H Acetato de Celulose	80332010018
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351386222201511	4715685226	Gibco PBS pH 7,4 (10X) - Phosphate Buffered Saline - 70011	10358940048
17341540000131	MARILYN EYES COSMÉTICOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	25351257465201750	4718814226	MAQUINA PARA MAQUIAGEM DEFINITIVA	81498040002
17341540000131	MARILYN EYES COSMÉTICOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	25351257436201723	4718846224	AGULHAS PARA DERMOPIGMENTAÇÃO	81498040001
17341540000131	MARILYN EYES COSMÉTICOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	25351475277201790	4718871225	BATOQUE ESTÉRIL	81498049001
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351564277201511	4709943227	SISTEMA DE ULTRA-SOM DIAGNÓSTICO ACUSON X300 PREMIUM EDITION	10345161993
01915618000144	SKINTEC COMERCIAL IMP. E EXP. LTDA	25351110062202111	4699207223	KIT DE ACESSÓRIOS CLÍNICOS DESCARTÁVEIS ARTAS	10343659011
00986846000142	ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA.	25351347720200508	4709175224	ENSITE ARRAY EC 1000	10332340167

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.155, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições de cancelamento de registro ou notificação a pedido da empresa, relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo, considerando que os registros/notificações já se encontram expirados ou cancelados.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

CNPJ	Razão Social	Nº do Processo	Nº do Expediente	Nome Comercial	Nº do Registro
09058502000148	FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA	25351385226202072	4671792227	HIGHTOP SARS-CoV-2 IgM/IgG rapid test	80450740003
60397874000156	FUJIFILM DO BRASIL LTDA	25351078921201446	4709964220	Sistema de Mamografia digital amulet FDR-MS1000	80022060026
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351015770200430	4703326226	VIDEO ENDOSCOPIO ELETRONICO PARA O SISTEMA GASTROINTESTINAL INFERIOR EC-450	80050030012
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351035775200489	4715835222	VIDEO ENDOSCÓPIO ELETRÔNICO PARA O SISTEMA GASTRINTESTINAL INFERIOR EC-201WM/EC-201WI/EC-201WL	80050030018
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351035782200481	4715858221	FIBROSCÓPIO PARA O DUODENOO FD100XL/FD100XU	80050030019
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351047774200304	4703208221	PROCESSADOR EVE EPX-2200	80050030005
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351047782200342	4703247222	FONTE DE LUZ EVE XL-402	80050030009
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351047789200364	4703199229	VIDEO ENDOSCOPIO ELETRONICO PARA O TRATO GASTRINTESTINAL SUPERIOR EG-250D	80050030003
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351047798200355	4703158221	PROCESSADOR DE SISTEMA EVE 400 - VP 402	80050030002
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351047811200376	4703204229	FIBROSCOPIO PARA O TRATO GASTRINTESTINAL INFERIOR FC-1Z	80050030004
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351050141200375	4703238223	NASO-FARINGO-LARINGOSCÓPIO NAP-LS	80050030007
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351005796200551	4608998225	MASCARAS LARINGEAS PERMANENTES	80040730016
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	253510167100148	4607694228	SISTEMA DE ANESTESIA AESTIVA S/5	80040730002
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	253510167110119	4607719227	MONITOR MULTIPARAMETRICO CARDIOCAP 5	80040730003
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	253510221630111	4607738223	OXIMETRO DE PULSO 3800	80040730004
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	253510236670131	4607743220	MONITOR MULTIPARAMETRICO LIGHT	80040730005
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351025308200521	4607877221	MASCARA LARINGEAS DESCARTAVEL	80040730013
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351036653200329	4607805223	LARINGOSCOPIO DE FIBRA OTICA	80040730009
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351060596200307	4607803227	SISTEMA DE ANESTESIA AESPIRE S/5	80040730010
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351060604200315	4607870223	SISTEMA DE ANESTESIA S/5 AVANCE	80040730011
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351111084200651	4609078229	SENSOR	80040730018
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351204857200218	4607776226	SISTEMA DE SEDACAO POR OXIDO NITROSO MDM	80040730008
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351213001200748	4609359221	LAERDAL POCKET MASK	80040730026
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351213027200796	4609375223	V-VAC	80040730027
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351213078200718	4609269222	STIFNECK EXTRICATION COLLAR	80040730025
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351213101200774	4609791221	TRACHLIGHT STYLET AND TRACHEAL LIGHTWAND	80040730024
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351263087200598	4607856228	SISTEMA DE SUPRIMENTO DE OXIDO NITROSO MATRX MODELO RA	80040730014
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351263110200544	4609131229	SISTEMA DE SUPRIMENTO DE OXIDO NITROSO MODELO DMDM	80040730015
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351280330200885	4609429226	THE BAG II	80040730028
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351282862200695	4609108224	KIT LMA CTRACH	80040730020
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351460305200531	4609069220	Sistema de Monitorização A2000 BIS XP	80040730017
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351500386200608	4609172226	Baxstrap Spineboard	80040730023
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351501823200601	4609162229	LSR - LAERDAL SILICONE RESUSCITADOR	80040730022
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351501870200646	4609789229	LSU - LAERDAL SUCTION UNIT	80040730021
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351501921200630	4609081229	THOMAS TUBE HOLDER	80040730019

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.162, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de agrotóxicos e afins, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO DESISTIDA; EXPEDIENTE DESISTIDO; EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA

NORTOX S/A - 75.263.400/0001-99
BIFENTRINA TÉCNICA NORTOX II
25351.295594/2017-56
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1038227/17-5; 4709646/22-8

TRADECORP DO BRASIL COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA - 04.997.059/0001-57
MANZIVEX
25351.247805/2017-97
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0821497/17-2; 4708863/22-5

NUTRIEN SOLUÇÕES AGRÍCOLAS LTDA. - 88.305.859/0001-50
BIFENTRINA TÉCNICO BRA
25351.426850/2018-12
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0606246/18-6; 4722542/22-8

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.163, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
DIFENOCONAZOLE TÉCNICO ADA
25351.174850/2019-11
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0267723/19-7
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

ALLIERBRASIL AGRO LTDA / 02.850.049/0001-69
ACEPHATE-1 750 SP
25351.762839/2015-10
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1087392/15-9

CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO
ACEPHATE-2 750 SP
25351.764207/2015-53
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1089391/15-1
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO
ACEPHATE-3 750 SP
25351.775798/2015-89
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1107164/15-8
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

BOM FUTURO AGRICOLA LTDA / 10.425.282/0073-05
METARHIZIUM ANISOPLIAE BOM FUTURO
25351.115129/2022-86
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 4287785/22-3
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

NORTOX S/A / 75.263.400/0001-99
PROTIOCONAZOLE TÉCNICO NORTOX V
25351.692206/2018-08
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0964246/18-0
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

OXIQUÍMICA AGROCIÊNCIA LTDA. / 65.011.967/0001-14
PROTIOCONAZOL TÉCNICO OXIQUÍMICA
25351.290187/2021-15
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1312296/21-6
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

PROREGISTROS CONSULTORIA LTDA / 05.617.846/0001-99
PROTIOCONAZOL TÉCNICO ZS
25351.643061/2018-44
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0891489/18-3
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 10.486.463/0001-69
GLICRUSH
25351.688690/2015-61
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0978121/15-8
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSA DANO AGUDO
GLISMASH
25351.688847/2015-84
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0978365/15-2
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSA DANO AGUDO

SOLUBIO TECNOLOGIAS AGRÍCOLAS LTDA. / 16.952.307/0001-22
TRIKOFIT
25351.117110/2022-74
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 4293361/22-7
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
ORONDIS FLEXI
25351.414096/2017-06
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 1537369/17-0
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

TECNOMYL BRASIL DISTRIBUÍDORA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA. / 05.280.269/0001-92
PROTIOCONAZOL TÉCNICO TECNOMYL
25351.734563/2019-64
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 3520496/19-4
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

TIDE DO BRASIL LTDA / 11.642.108/0001-02
PROTIOCONAZOLE TÉCNICO TIDE
25351.732466/2020-71
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 4567319/20-6
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.164, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
CLOROTALONIL TÉCNICO ADAMA BR
25351.764250/2015-59
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 0340210/21-4
HEXAZINONA TÉCNICA MILÊNIA
25351.008523/00-64
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 2957438/20-8
PROPANIL TÉCNICO ADAMA
25351.483684/2015-93
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 1007945/21-4
SULFENTRAZONA TÉCNICO ADAMA BRASIL
25351.769278/2014-51
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 2864298/20-1
TROP SUPRA
25351.695278/2013-73
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 3459346/21-3
VEZIR 100
25000.001252/00-97
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4455905/22-7

BAYER S.A. - 18.459.628/0001-15
REDIGO A
25351.323320/2018-13
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4375432/22-5

CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. - 61.064.929/0001-79
VIOVAN
25351.000045/2018-62
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4386191/22-4

CROPCHEM LTDA - 03.625.679/0001-00
JARAN 500 SC
25351.607200/2013-19
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4447300/22-2
TAURA 200 EC
25351.284618/2016-77
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4447098/22-9

HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA - 47.176.755/0001-05
PRISMA PLUS
25351.299816/2011-10
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4455998/22-5

IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS - 61.142.550/0001-30
CONVENCE FS
25351.018282/2010-11
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4449066/22-7
POSEIDON
25351.686574/2018-40
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4446532/22-7
SONORA
25351.720787/2010-61
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4456765/22-4
5021 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE DOSE PARA MAIOR NA APLICAÇÃO, 4455906/22-3
ZEUS; ESTRELA
25351.201396/2015-40
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4456811/22-6

PERTERRA INSUMOS AGROPECUÁRIOS SA - 33.824.613/0001-00
BARIS
25351.648420/2008-88
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4570466/21-4

NORTOX S/A - 75.263.400/0001-99
ISOXAFLUTOL TÉCNICO NORTOX II
25351.973222/2016-78
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 0517673/21-5

OXIQUÍMICA AGROCIÊNCIA LTDA. - 65.011.967/0001-14
DIFERE
25351.065751/2008-88
5046 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FREQUÊNCIA DE APLICAÇÃO, 4634033/22-4
GARRA 450 PM
25351.037885/01-80
5046 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FREQUÊNCIA DE APLICAÇÃO, 4629614/22-2
SUPERA
25351.011755/00-18
5046 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FREQUÊNCIA DE APLICAÇÃO, 4484794/22-5

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUIMICA S.A. - 07.467.822/0001-26
BORNEO
25351.119793/2004-12
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4449627/22-9
SMITE
25351.434345/2005-27
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4449733/22-3
U-46 BR
25351.162937/2002-99
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 3235053/20-4

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA - 60.744.463/0001-90
ALADE
25351.566720/2019-01
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4381209/22-2
AMISTAR TOP
25351.075343/2007-53
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4369131/22-7

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.165, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de alteração de formulação e reclassificação de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA / CNPJ
MARCA COMERCIAL
PROCESSO
CÓDIGO DE ASSUNTO, EXPEDIENTE
NOVA CATEGORIA TOXICOLÓGICA

AMVAC DO BRASIL 3P LTDA - 05.830.454/0001-03
IMAZACURE 500 EC
25351.734063/2010-48
5008 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 2668687/21-7
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.166, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

ADAMA BRASIL S/A - 02.290.510/0001-76
25351.346909/2022-76
FASE II

ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA. - 01.789.121/0001-27
25351.366696/2022-07
FASE II

CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. - 61.064.929/0001-79
25351.352637/2022-43
FASE II
25351.353368/2022-32
FASE II

CTVA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA. - 47.180.625/0001-46
25351.353130/2022-15
FASE II
25351.353222/2022-97
FASE II
25351.364076/2022-25
FASE II

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA. - 04.136.367/0001-98
25351.360421/2022-51
FASE II
25351.360443/2022-11
FASE II
25351.360486/2022-05
FASE II
25351.360569/2022-96
FASE II
25351.360709/2022-26
FASE II

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA - 10.486.463/0001-69
25351.359476/2022-19
FASE I
25351.360242/2022-14
FASE I

STAPHYT BRASIL AGRO CONSULTORIA LTDA. - 16.418.079/0001-05
25351.363329/2022-43
FASE II

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA - 60.744.463/0001-90
25351.349994/2022-24
FASE I

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.120, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

KIFORTE QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 17.713.316/0001-23
IMAX DETCLOR
25351.192816/2022-15 /
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 1160958220

WM INTERMEDIACAO COMERCIAL LTDA / 23.192.575/0001-59
BASTÃO DR CLÔ
25351.821882/2021-23 /
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4631822210

PERSHY CHEMICAL´S INDÚSTRIA E COM.DE PRO QUÍMICOS LTDA / 31.865.488/0001-43
PERSHY 630 TS/TSQ
25351.456193/2020-52 /
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4027169204

STAR FLASH IND E COM DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 65.895.484/0001-20
FLASH ÁLCOOL 70° INPM
25351.540514/2022-68 /
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 2707820229

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.121, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

DIMPLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA. ME / 04.097.456/0001-72
DESENGRAXANTE ALCALINO MAX AL PRODUTOS AUTOMOTIVOS
25351.147398/2022-10 / 340000018
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4351107227

BRILHO XIKE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA- ME / 01.265.254/0001-02
THUNDER DESINCRUSTANTE
25351.158320/2022-12 / 334990021
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4368793226

INDUSTRIA QUIMICA DIPIL LTDA / 78.175.189/0001-40
MADERAT SB
25351.023946/2022-17 / 320570085
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4206012229

JALLES MACHADO S/A / 02.635.522/0001-95
DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFICIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRITICOS - ITAJÁ
25351.561283/2019-21 / 324550005
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 0885645227
---
agistereli comercial eireli-epp / 16.938.202/0001-19
ÁLCOOL XAVANTE BACTERICIDA 70 INPM
25351.951553/2020-25 / 369550003
332 - REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto / 2709427222

ARAGUAIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 30.574.341/0001-31
DESINFETANTE XBÃO
25351.243449/2022-25 / 389010003
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 1376569221

TAPINOMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DESINFESTANTES AMBIENTAIS LTDA / 06.886.862/0001-40
PAPA RATOS IF ISCA FRESCA
25351.181336/2022-29 / 334280035
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4406555226

BOLTZ INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - ME / 17.305.035/0001-31
Boltz Limpa Obra
25351.109999/2021-35 / 354020019
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 3245450214

BIRMINGHAM INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD.QUIM.LTDA / 80.170.723/0001-78
BIRCLEAN DESINFETANTE PARA USO GERAL
25351.183028/2022-38 / 318490022
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 1109991223

CHRISTEYNS BRASIL - PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 13.707.444/0002-94
CARETEX WASH PLUS
25351.147374/2022-52 / 350980042
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4351032227

ATL HIGIENE PROFISSIONAL EIRELI - EPP / 96.606.215/0001-20
TROPICAL DESINFETANTE
25351.316135/2005-58 / 319080030
331 - REG. SANEANTES - Nova versão de Produto / 0817693211

LQB LABORATORIO QUIMICO BRASILEIRO - INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - EPP / 26.769.478/0001-74
DESINFETANTE USO GERAL UNI LIMP
25351.060331/2022-63 / 375680017
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4226479220

ECOLAB QUÍMICA LTDA / 00.536.772/0001-42
TRIMETA SHIELD
25351.059974/2022-64 / 300530946
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4226116224

Refribrasil Indústria e Comércio LTDA / 03.809.314/0001-28
ACID R2000
25351.425962/2020-71 / 376610001
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 2466699222

CHRISTEYNS BRASIL - PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 13.707.444/0002-94
CareTex Boost
25351.147379/2022-85 / 350980043
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4351044225

AQUAFAST PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA / 04.253.427/0001-52
ÁGUA SANITÁRIA ITO
25351.252335/2017-93 / 327590041
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 1111620229

BURN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 11.636.336/0001-61
INSPIRA GEL LIMPEZA PROFUNDA
25351.107095/2020-94 / 353990001
330 - REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto / 4312474222

I.V.L. INDUSTRIAS VIEIRA LTDA. / 02.489.981/0001-08
ÁLCOOL EM GEL HIDRATADO 70º INPM MARATÁ
25351.513874/2022-97 / 342030001
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 2551932220

TAPINOMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DESINFESTANTES AMBIENTAIS LTDA / 06.886.862/0001-40
DOMIRAT IF ISCA FRESCA
25351.181277/2022-99 / 334280034
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4406494227

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.156, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Cancelar os processos dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

NOME DA EMPRESA/ AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
NUMERO DE PROCESSO

AMAZÔNIA BRASILEIRA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS, COSMOCÊUTICOS E NUTRACÊUTICOS EIRELI/ 2.05359-1
GEL FLUIDO COM EXTRATOS VEGETAIS CENZI WHITE
25351.686499/2012-01
ARGILA VERDE - ARGILOTERAPIA
25351.508439/2016-60
ORTOPANTOL
25351.331305/2017-51
CENZI
25351.463427/2017-89
SABONETE EM BARRA DE ARGILA VERMELHA
25351.045953/2018-07
SABONETE DE JAMBU
25351.309858/2018-15
GEL ORTOCRIOGÊNICO
25351.826119/2018-93
SABONETE DE UCUUBA
25351.309859/2018-60
CREME DINAMIZADOR
25351.651576/2018-18
FLA GEL FLUIDO IONIZANTE
25351.664972/2019-96
SOS BIOCALMANT LOÇÃO CORPORAL BOTHANICA MINERAL
25351.162248/2019-22
VIVIDINE EUTRÓFICO SÉRUM
25351.084378/2019-17
CORPO E ALMA LOÇÃO CREMOSA HIDRATANTE BOTHANICA MINERAL
25351.162626/2014-71
EMULSÃO O-NEUTRALIZANTE
25351.409336/2017-92
SABONETE EM BARRA DE ARGILA BRANCA
25351.033181/2018-22
SABONETE EM BARRA DE ARGILA PRETA
25351.722340/2017-47
SABONETE DE ANDIROBA
25351.309866/2018-61
LIQUIDO ORTOCRIOGÊNICO
25351.838745/2018-22
SABONETE LÍQUIDO DE ARGILA BRANCA
25351.538887/2017-78
LIQUIDO O-CRIOTERÁPICO
25351.463416/2017-24
SABONETE DE BURITI
25351.309857/2018-71
CREME DINAMIZADOR BOTHANICA MINERAL
25351.709609/2012-18
ORTOSAL ORTODETOX
25351.508540/2016-06
SOS BIOCALMANT - DESSENSIBILIZANTE CORPORAL
25351.072828/2017-94
EMULSÃO O-NUTRITIVO
25351.472710/2017-34
VIVIDINE TISSULAR CREME
25351.084005/2019-46
VIVIDINE EUTRÓFICO CREME
25351.084098/2019-17
GEL CRIOTERÁPICO
25351.214891/2017-68
EMULSÃO O-HIDRATANTE
25351.409310/2017-89
ORTO-C
25351.589497/2017-46
SABONETE LÍQUIDO DE ARGILA PRETA
25351.722339/2017-28
SABONETE DE ARGILA PRETA STRIORT
25351.054039/2018-25
SABONETE DE URUCUM
25351.324347/2018-23
GEL O-CRIOTERÁPICO ORTOCRIO
25351.651445/2018-31
FLUIDO DINAMIZADOR
25351.836054/2018-94
CORPO & ALMA LOÇÃO CREMOSA HIDRATANTE
25351.174608/2019-39
SOS BIOCALMANT LOÇÃO CORPORAL BOTHANICA MINERAL
25351.162653/2014-92
GEO LIPOESCULTURA GESSADA
25351.508492/2016-20
GEO
25351.311736/2017-37
EMULSÃO O-ESFOLIANTE
25351.409305/2017-64
ARGILA ORTOGLICERINADA
25351.409467/2017-14
CENZI WHITE
25351.385260/2017-42
PH10
25351.463379/2017-04
FLUIDO DINAMIZADOR
25351.463453/2017-73
SABONETE DE CUPUAÇU
25351.309872/2018-19
STRIOX
25351.636535/2018-00
AGUA TERMAL
25351.057125/2019-71
SABONETE DE ÓLEO DE BABAÇU
25351.309856/2018-26
LÍQUIDO CRIOTERÁPICO - ORTOCRIO
25351.676645/2018-04
ARGILA ROSA
25351.057123/2019-81

ATSUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA/ 2.04088-8
Loção Onduladora Booster - Afro Nature (Falta Acido Tioglicolico)
25351.419752/2016-19

BANDEIRA & CAVALCANTI INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA/ 2.04077-0
BOTOX WHITE - HÁCSSA COSMÉTICOS
25351.885692/2021-34

BAUMBER HAIRCONCEPT ARTIGOS PARA CABELEIREIROS LTDA - ME/ 2.08399-8
KEEN WAVE LOTION N
25351.307710/2016-20

B.E.G. INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI/ 2.08416-6
BTX ORGANIC 250G - 1KG - SUN GOLD
25351.022462/2019-47

B. F. MARTINS LTDA/ 2.05306-7
GRANDHA PROGRESSIVE EXTENSION VOLUME REDUCTION
25351.138883/2013-55
THYRRE COSMETICS LONG BOB CURLING GEL
25351.171404/2017-73

DENISE FERRARI BONETI ME/ 2.08757-4
REDUTOR VOLUME AL ALY
25351.506571/2021-37

D FLORENCE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME/ 4.00815-0
RETEXTURIZADOR INSTANTANEO DIVA LISS 60/200 ml
25351.819370/2021-05

ELLIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA/ 2.04001-6
L'AMIER COSMÉTICOS GOLDEN STARS POTENCIALIZADOR ELLIX COSMÉTICOS
25351.862181/2021-44
REALINHAMENTO LISO TERAPIA - HONEY PROFESSIONAL
25351.495989/2021-10

EMBRATEC ENVASO LTDA - ME/ 2.04315-1
MAXLISS CREME DE ALINHAMENTO E CONTROLE DE VOLUME
25351.208949/2021-30
SELANTE TÉRMICO TANINO ORGÂNIC NATUMAXX
25351.948915/2021-81

FILADELFIA HAIR COMERCIO E INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA - ME/ 4.00469-5
Máscara Capilar Reconstrutora Wittari
25351.870123/2021-94

G.A.M. COSMETICOS LTDA - ME/ 2.06192-9
L'ORISS PROFESSIONAL SUBLIME BOTOX PLATINUM
25351.060413/2018-21
L'ORISS PROFESSIONAL SUBLIME GLOSS DEFINITIVA
25351.060369/2018-50
L'ORISS PROFESSIONAL ORGANIC GLOSS RECONSTRUTOR
25351.051107/2018-72

G. C. S. MARLIERE ME/ 2.09828-6
MARINE ALKIMIA COSMETICS
25351.846588/2021-24
EKOOSLISS EKOOSNATIVE POFISSIONAL
25351.561414/2020-11

GRUPO B2E INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP/ 4.00156-3
GLORY EXTREME CODE 100+
25351.015815/2021-77

LE PIERI COSMETICOS EIRELI/ 2.02486-1
Organic Protein Lisoterapia Bella Brasileira
25351.336007/2020-60
Protein Treatment Gold Filler Nour Abdou
25351.689893/2021-11
Protein Luxury Caviar Nour Abdou
25351.689575/2021-41
Real Brazilian Protein Maracujá RioBelo
25351.598868/2021-11
Protein Nanoplex Arginina Vitta Gold
25351.473110/2019-56
Protein Actives Bio Max Protect Color Nour Abdou
25351.689654/2021-52

MORANDINI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME/ 2.05835-4
PROGRESSIVA DE CHUVEIRO-MARIA ESCANDALOSA
25351.796257/2021-36
LISSEVER - EAE COSMÉTICOS
25351.067120/2021-71
O Liso! Selagem Térmica- Essenza Hair
25351.105677/2021-17

Nova Figus do Brasil Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda. ME/ 2.06402-4
SABONETE LIQUIDO FEMININO PETAN
25351.707300/2021-05
SABONETE MASCULINO PETAN
25351.707313/2021-76

OUAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA/ 2.04217-3
LOÇÃO ONDULADORA BELEZZA BLACK
25351.757037/2015-25

OVERSEAS IMPORTADORA E EXPORTADORA DE COSMETICOS LTDA/ 2.01882-0
BIOPERM VITAL EXTRA - KEUNE
25351.079794/2018-12

PHITOTERAPHIA BIOFITOGENIA LABORATORIAL BIOTA LTDA/ 2.02100-5
TOIN FLOFT MEL E CEREAIS CREME PARA RELAXAMENTO E ENCACHEAMENTO
25351.652340/2012-80

RELVA TATUI PERFUMARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA/ 2.01859-2
Creme para Pentear Lisos Majestosos - Poty
25351.326159/2021-35

SCHILLIFE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME/ 2.06421-0
TRATAMENTO ANTIFRIZZ MYOU ESSENCIAL FOR HAIR
25351.701771/2021-00

SHINE BLUE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA EPP/ 2.06268-2
SELAGEM TÉRMICA AMINO LISS LAKKOA
25351.227981/2021-14

STAFF INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA/ 4.02341-4
ARGILOTERAPIA DETOX STAFF PROFESSIONAL
25351.266872/2022-01

VIVER INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - ME/ 4.01539-3
MÁSCARA ORGANIC REDUTOR DE VOLUME - NOVA SENSATION
25351.895215/2021-87

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.157, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____
AEROFLEX INDÚSTRIA DE AEROSOL LTDA / 07.872.967/0001-02
ÓLEO BRONZEADOR SUN PRIME - MY HEALTH
25351.414192/2019-05 / 289650009
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 4745014/21-0
SUN PRIME PROTETOR SOLAR - MY HEALTH FPS 50
25351.847391/2018-15 / 289650004
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 4744325/21-1
SUN PRIME PROTETOR SOLAR - MY HEALTH - FPS 30
25351.847708/2018-13 / 289650007
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 4744697/21-6

ANCLA´S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - EPP / 19.138.182/0001-90
PROTETOR SOLAR FPS 60 BIOMELAN DERMOCOSMÉTICOS
25351.142708/2022-00 / 275470099
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4338554/22-3

BRAVIR INDUSTRIAL LTDA / 18.688.481/0001-35
REVITART PROTETOR SOLAR LABIAL FPS 30
25351.139821/2022-08 / 206420066
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4331671/22-4

BRK LABORATÓRIOS EIRELI / 11.761.463/0001-92
LOÇÃO FPS 30 BELKIT
25351.176317/2022-81 / 415750002
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1082316/22-9

&CO. INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EPP / 17.153.030/0001-30
KIND BLUSH - KIND
25351.506005/2022-14 / 280880035
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2521239/22-4

INDÚSTRIAS BECKER LTDA / 02.216.104/0001-63
NORDESTÃO GEL ANTISSÉPTICO
25351.545753/2022-12 / 241320006
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2720819/22-1

NATURELLE IND E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA / 48.561.369/0001-08
SOUL SUN PROTETOR SOLAR FACIAL BEGE CLARO FPS 30
25351.089905/2022-85 / 206640930
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4246626/22-8
SOUL SUN PROTETOR SOLAR FACIAL BRONZE FPS 30
25351.090058/2022-00 / 206640931
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4246842/22-2

PHITOTERAPHIA BIOFITOGENIA LABORATORIAL BIOTA LTDA / 00.104.603/0001-33
ATIVADOR AMACIHAIR
25351.017896/01-43 / 221000458
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0155974/22-0
ATIVADOR AMACIHAIR
25351.017896/01-43 / 221000458
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0214692/22-1
ATIVADOR AMACIHAIR
25351.017896/01-43 / 221000458
2105 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Apresentação de Produto Registrado a Pedido / 4411258/22-6
CREME DE ALISAMENTO AMACIHAIR LISO
25351.260773/2012-15 / 221000756
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0163538/22-1
CREME DE ALISAMENTO AMACIHAIR LISO
25351.260773/2012-15 / 221000756
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0214505/22-7
CREME DE ALISAMENTO AMACIHAIR LISO
25351.260773/2012-15 / 221000756
2105 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Apresentação de Produto Registrado a Pedido / 4411246/22-8
AMACIHAIR AZEITE DE OLIVA CREME ALISANTE
25351.337644/2012-98 / 221000762
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0163864/22-5
AMACIHAIR AZEITE DE OLIVA CREME ALISANTE
25351.337644/2012-98 / 221000762
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0214594/22-0
AMACIHAIR AZEITE DE OLIVA CREME ALISANTE
25351.337644/2012-98 / 221000762
2105 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Apresentação de Produto Registrado a Pedido / 4411247/22-4
TOIN CREME PARA RELAXAMENTO E ENCACHEAMENTO
25351.545571/2022-33 / 221000824
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2720502/22-7

PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA / 33.306.929/0001-00
LA ROCHE-POSAY ANTHELIOS UVMUNE 400 FPS 60
25351.180719/2022-80 / 200704380
2871 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Importado / 4405889/22-8

ROHTO-MENTHOLATUM DO BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 14.739.675/0001-61
Skin Aqua Super Moisture Milk
25351.089914/2022-76 / 268100007
2871 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Importado / 4246652/22-9

SEVEN GEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP / 03.365.708/0001-34
GEL ANTI SÉPTICO 70 SEVEN GEL
25351.756062/2008-58 / 233890009
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 6242276/21-6

VITORIA FACE COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI / 29.113.443/0001-70
ÁLCOOL GEL PROTEGE - MORANGO
25351.035795/2022-31 / 411810001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0273022/22-9

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.158, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____
ALLEATO INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICO LTDA ME / 09.520.621/0001-70
LIQUIDO ATIVADOR GUANIDINA PARTE (B) THRIBOS AFFINITAT
25351.510697/2022-97 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2534503/22-7
CREME DE RELAXAMENTO PARTE (A) PARA ATIVADOR DE GUANIDINA THRIBOS AFFINITAT
25351.510710/2022-16 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2534555/22-7

B.E.G. INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI / 14.459.066/0001-59
Álcool em gel Cheirinho de Bebê- HOMEFLEX
25351.267589/2022-99 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1519530/22-6

BIO INSTINTO INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA -ME / 07.882.964/0001-50
POMADA REPELENTE DE INSETOS MASSAGEADORA FISIOFORT + PREMIUM BIO INSTINTO
25351.234510/2022-43 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1338692/22-4

KALYANDRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 54.268.123/0001-37
Defrisante Capilar Unja Cosméticos
25351.494757/2022-17 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2448752/22-2

PHARMATURA INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA - ME. / 00.248.776/0001-25
GEL ANTISSÉPTICO PRO DEFENSE
25351.026365/2022-29 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0214647/22-6

PLANTERS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA / 39.413.219/0001-58
Protetor Solar Argilomineral Sabiá Cosméticos
25351.139748/2022-66 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4331530/22-1

SERGIO PARIS / 88.029.244/0001-48
REVITART BASICS GEL ANTISSÉPTICO
25351.225643/2018-42 / 206120155
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 8434467/21-6

SHISEIDO DO BRASIL LTDA. / 03.973.238/0001-91
SHISEIDO URBAN ENVIRONMENT OIL-FREE SUNCARE EMULSION SPF 30
25351.812187/2021-71 /
2871 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Importado / 4618155/21-3

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.117, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Air Liquide Medical Systems S.A.

Endereço: Parc de Haute Technologie, 6 rue Georges Besse, 92182 Antony Cedex, Ile de France, França

Solicitante: Air Liquide Brasil Ltda CNPJ: 00.331.788/0001-19

Autorização de Funcionamento: 8.02.044-1 Expediente: 8519196/21-7

Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:

Materiais de uso médico da classe III e equipamentos de uso médico da classe III.

Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Anteis S.A.
Endereço: Chemin Des Aulx 12, Plan-Les-Ouates, Geneva, CH-1228, Suíça
Solicitante: Merz Farmacêutica Comercial Ltda CNPJ: 11.681.446/0001-45
Autorização de Funcionamento: 8.08.294-3 Expediente: 1185619/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde: Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Anteis S.A.
Endereço: Chemin D'Etraz, 2, Lonay, Vaud, CH-1027, Suíça
Solicitante: Merz Farmacêutica Comercial Ltda CNPJ: 11.681.446/0001-45
Autorização de Funcionamento: 8.08.294-3 Expediente: 1185888/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde: Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: APT Medical Inc.
Endereço: Nº 009 Xiangxiang Road, Xiangxiang Economic Development Zone, Xiangxiang City, Hunan, 411400, China
Solicitante: SMT Importadora e Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda CNPJ: 08.862.233/0001-05
Autorização de Funcionamento: 8.04.461-4 Expediente: 1480725/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde: Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Avent, Inc.
Endereço: 6620 S. Memorial Place, Suite 100, Tucson, Arizona, 85756, Estados Unidos da América
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8.01.025-1 Expediente: 1185613/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde: Equipamentos de uso médico da classe III e materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Bovie Medical Corporation
Endereço: 5115 Ulmerton Road, Clearwater, Flórida, 33760, Estados Unidos da América
Solicitante: Auto Suture do Brasil Ltda. CNPJ: 01.645.409/0001-28
Autorização de Funcionamento: 1.03.490-0 Expediente: 0539123/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde: Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Carl Zeiss Meditec Production, LLC
Endereço: 1040 South Vintage Avenue, Building A, Ontario, 91761, California, Estados Unidos da América
Solicitante: Carl Zeiss do Brasil Ltda CNPJ: 33.131.079/0001-49
Autorização de Funcionamento: 1.03.320-3 Expediente: 0990897/22-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde: Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Covidien
Endereço: 1430, Marvin Griffin Road, Augusta-GA 30906, Estados Unidos da América
Solicitante: Cardinal Health do Brasil Ltda. CNPJ: 19.585.158/0001-07
Autorização de Funcionamento: 8.13.561-1 Expediente: 1419343/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde: Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Medronic Powered Surgical Solutions
Endereço: 4620 North Beach Street, Fort Worth, 76137, Texas, Estados Unidos da América
Solicitante: Auto Suture do Brasil Ltda CNPJ: 01.645.409/0001-28
Autorização de Funcionamento: 1.03.490-0 Expediente: 0128053/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde: Equipamentos de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: MicroAire Surgical Instruments, LLC
Endereço: 3590 Grand Forks Blvd, Charlottsville, VA 22911, Estados Unidos da América
Solicitante: VGbras Importação e Comércio Ltda CNPJ: 03.359.558/0001-56
Autorização de Funcionamento: 8.00.207-2 Expediente: 1338699/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde: Materiais de uso médico das classes III e IV e equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---

Fabricante: Siemens Shenzhen Magnetic Resonance Ltd.
Endereço: Siemens MRI Center, Gaoxin C. Ave., 2nd, Hi-Tech Industrial Park, Shenzhen, Guangdong, 518057, China
Solicitante: Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda CNPJ: 01.449.930/0001-90
Autorização de Funcionamento: 1.03.451-6 Expediente: 1466196/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde: Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.123, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018; e

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação em razão de transferência de titularidade, conforme a Resolução RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa na certificação publicada pela Resolução-RE n° 1215 de 24 de março de 2021, no Diário Oficial da União nº. 59, de 29 de março de 2021, Seção I, pág. 158, de DiaSorin S.p.a. para DiaSorin Italia S.p.a., conforme expedientes nº 3181198/20-0 e 4483572/22-9.

Art. 2º Alterar a razão social da empresa na certificação publicada pela Resolução-RE n° 3720 de 29 de setembro de 2021, no Diário Oficial da União nº. 188, de 04 de outubro de 2021, Seção I, pág. 292-293, de Leoni Fiber Optics Inc. para Weinert Fiber Optics, Inc, conforme expedientes nº 1068001/21-6 e 4491380/22-8.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.124, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: DL Distribuidora de Medicamentos Eireli CNPJ: 31.556.536/0001-11
Endereço: ST SPLM Conjunto 9 S/N Lote 4 Placa da Mercedes, Brasília - DF CEP: 71732-090
Autorização de Funcionamento: 8176213 Expediente: 1110286/22-8
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Figueiredo Comercio De Produtos Hospitalares E Servicos De Construcao Eireli CNPJ: 06.997.366/0001-63
Endereço: Av Jonathas Pedrosa, 2071 Letra B - Praca 14 De Janeiro Manaus - AM CEP: 69020-110
Autorização de Funcionamento: 8.12.015-9 Expediente: 2805451/21-0
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Floresta Comércio de Artigos de Perfumaria Ltda. - EPP CNPJ: 04.860.635/0001-10
Endereço: Av. Sete de Setembro, n. 1808 - Centro, Floresta do Araguaia - PA CEP: 68543-000
Autorização de Funcionamento: 8168985 Expediente: 4338471/22-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Medicicor Comercial Eireli CNPJ: 02.068.375/0001-19
Endereço: Avenida Antônio Carlos Magalhães, n. 3244, Edif. Emp. Thome de Souza, Salas 1201 a 1204 e 1223 e 1226 - Caminho das Árvores, Salvador - BA CEP: 41820-000
Autorização de Funcionamento: 8023192 Expediente: 4357161/22-3
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: N A M Ferreira Comércio CNPJ: 26.058.921/0001-07
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, n. 1.021, Quadra 27, Lote 17, Sala 01 - Flores, Manaus - AM CEP: 69058-581
Autorização de Funcionamento: 8233773 Expediente: 4318908/22-4
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Osteo Company Comércio e Distribuição de Produtos Cirúrgicos Ltda - Epp. CNPJ: 11.562.601/0001-04
Endereço: Rua João Pasuqalin, 99, Parque dos Bandeirantes, Ribeirão Preto - SP CEP: 14090-420
Autorização de Funcionamento: 8063838 Expediente: 2534871/22-6
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: São Marcos Distribuidora de Medicamentos, Equipamentos e Materiais Hospitalares e Odontológicos Ltda. CNPJ: 03.894.963/0001-74
Endereço: Rua Avelino Freitas, n. 498 - Centro, São Raimundo Nonato - PI CEP: 64770-000
Autorização de Funcionamento: 8056534 Expediente: 4312467/22-6
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Empresa: X-Safe Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. - EPP CNPJ: 11.820.103/0001-14
Endereço: Alameda Terracota, n. 185, Cj 504/505 - Cerâmica, São Caetano do Sul - SP CEP: 09531-190
Autorização de Funcionamento: 8123627 Expediente: 1185882/22-7
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.125, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Alliance Medical Product, Inc. (dba Siegfried Irvine)
Endereço: 9342 Jeronimo Road, Irvine, Califórina, 92618 - Estados Unidos da América
Solicitante: BL Indústria Ótica Ltda CNPJ: 27.011.022/0001-03
Autorização de Funcionamento: 8013606 Expediente: 2059040/16-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Fabricante: Bioceramed - Cerâmicos para Aplicações Médicas S.A.
Endereço: Rua José Gomes Ferreira, n. º 1, Armazém D, São Julião do Tojal, Loures, 2660-360 - Portugal
Solicitante: Bioimports Comércio Importação, Exportação de Produtos Médicos, Medicamentos LTDA - EPP CNPJ: 10.729.586/0001-83

Autorização de Funcionamento: 8089911 Expediente: 2534417/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: General Life Biotechnology Co., Ltd
Endereço: 5F, No. 240, Shinshu Rd., Shin Juang Dist., New Taipei City, 242 - Taiwan
Solicitante: Medstar Importação e Exportação Eireli CNPJ: 03.580.620/0001-35
Autorização de Funcionamento: 8004730 Expediente: 2602898/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Gyrus Medical Limited
Endereço: Fortran Road, St Mellons - Cardiff, CF3 0LT - Reino Unido
Solicitante: Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda. CNPJ: 54.516.661/0001-01
Autorização de Funcionamento: 8014590 Expediente: 0811135/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Hemostasis LLC.
Endereço: 5000 Township Parkway, Saint Paul, Minnesota., 55110 - Estados Unidos da América
Solicitante: DANIALEX TEC - Material Médico Hospitalar Ltda - Me CNPJ: 01.686.305/0001-61
Autorização de Funcionamento: 8032068 Expediente: 1795806/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Fabricante: Immy, Inc.
Endereço: 2701 Corporate Centre Drive, Norman - Oklahoma, 73069 - Estados Unidos da América
Solicitante: Passrod Importação e Exportação de Produtos para Saúde Ltda - ME CNPJ: 26.185.222/0001-10
Autorização de Funcionamento: 8150479 Expediente: 0320220/22-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Lightmed Corporation
Endereço: No. 1-1, Lane 1, Sec. 3, Pao An St., Shulin District, New Taipei City, 23861 - Taiwan
Solicitante: H V Comércio Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 00.338.208/0001-15
Autorização de Funcionamento: 1035434 Expediente: 1534220/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Nanjing Perlove Medical Equipment Co., Ltd
Endereço: No97 and No99 Wangxi Road Jiangning District, Nanjing, Jiangsu Province, 211100 - China
Solicitante: Opus Medical e Eletronics Ltda. CNPJ: 14.368.486/0001-20
Autorização de Funcionamento: 8190642 Expediente: 2707616/22-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Novagenit S.R.L.
Endereço: Viale Trento 115/117, Mezzolombardo, Trento, 38017 - Itália
Solicitante: Novatech Comércio e Representações Ltda. CNPJ: 13.503.335/0001-74
Autorização de Funcionamento: 8086502 Expediente: 2727850/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Shanghai Winner Plastic Surgery Products Co.,Ltd
Endereço: No.2, Second Phase, Oriental Economic City, Pujiang Town, Minhang District, Shanghai, 201112 - China
Solicitante: DIBI Medical Distribuidora de Produtos para Saúde e Medicamentos Ltda. CNPJ: 26.571.875/0001-37
Autorização de Funcionamento: 8036576 Expediente: 4233051/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Yurim Medical Co., Ltd.
Endereço: 43, Jeongjung 3-Gil, Osong-Eup, Heungdeokgu, Cheongju-Si, Chungcheongbuk-Do., 28164 - Coreia do Sul
Solicitante: Drycom Comércio, Importação e Distribuição de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. CNPJ: 28.152.271/0001-81
Autorização de Funcionamento: 8177068 Expediente: 0596298/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.126, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: F & A Laboratório Farmacêutico Ltda-ME CNPJ: 01.953.085/0001-95
Endereço: Rua Machado de Assis, n. 470, Vila Mariana, São Paulo - SP CEP: 04106-001
Autorização de Funcionamento: 8001398 Expediente: 3648581/21-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Fresenius HemoCare Brasil Ltda. CNPJ: 49.601.107/0001-84
Endereço: Rua Roque Gonzales 128, Jardim Branca Flor, Itapecerica da Serra - SP CEP: 06855-690
Autorização de Funcionamento: 1015445 Expediente: 0333741/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde. Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Internacional Científica Ltda CNPJ: 04.912.061-0001/86
Endereço: Avenida Shisshima Hifumi 2911, Módulos M306/M309 - Urbanova, São José dos Campos - SP CEP: 12244-000
Autorização de Funcionamento: 8017370 Expediente: 4125806/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: OCX - Implantes Especializados Ltda - EPP CNPJ: 18.747.435/0001-60
Endereço: Rua João Pacheco, 89, Ponte Pequena, São Paulo - SP CEP: 01107-030
Autorização de Funcionamento: 8116385 Expediente: 2634583/22-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Paper Ink Brasil Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Pigmentos Ltda. CNPJ: 35.611.525/0001-48
Endereço: Avenida Maria Luiza Americano, nº 467 - Itaquera, São Paulo - SP CEP: 08275-001
Autorização de Funcionamento: 8237667 Expediente: 0467492/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.127, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: World Life Medical Industria e Comercio Ltda. CNPJ: 12.978.514/0001-03
Endereço: Avenida Alfredo Nasser S/N, Quadra 76, lote 12 Parque Estrela Dalva - Luziânia/GO CEP: 72804010
Autorização de Funcionamento: 8088425 Expediente: 4299837/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe de risco III.
Motivo: Em atendimento ao §1º do Art. 4º da RDC nº 497/2021.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.128, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde, por meio de sua renovação automática, às empresas constantes no anexo,

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: BOWA-electronic GmbH & Co. KG
Endereço: Heinrich-Hertz-Str. 4-10, Gomaringen, Baden-Württemberg, 72810, Alemanha
Solicitante: Canadá Central de Negócios do Brasil Ltda CNPJ: 01.911.022/0001-76
Autorização: 8.00.038-9 Expediente: 1435545/22-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Brightwake Ltd.
Endereço: Lowmoor Business Park, Kirkby-in-Ashfield, Nottinghamshire, NG17 7JZ, Reino Unido
Solicitante: BMD - Comércio de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 09.603.161/0001-44
Autorização: 8.05.230-2 Expediente: 8548976/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Carl Zeiss Meditec S.A.S
Endereço: 27, Avenue Paul Langevin, 17180, Perigny, França
Solicitante: Carl Zeiss do Brasil Ltda. CNPJ: 33.131.079/0001-49
Autorização: 1.03.320-3 Expediente: 1014318/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Donatelle Plastics Inc
Endereço: 501 County Road E2 Extension, New Brighton, Minnesota, 55112, Estados Unidos da América
Solicitante: LDR Brasil Comércio, Importação e Exportação de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 08.954.683/0001-28
Autorização: 8.04.448-1 Expediente: 1466572/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais da classe de risco III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---

Empresa: Gabmed Produtos Específicos Ltda CNPJ: 68.867.522/0001-29
Endereço: Rua Antônio das Chagas nº 966, Chácara Santo Antônio, São Paulo - SP CEP: 04714-001
Autorização: 1.02.168-3 Expediente: 0566722/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde: Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Novartis Biociencias S.A CNPJ: 56.994.502/0017-05
Endereço: Av. Nossa Senhora da Assunção, 736 - Butantã, São Paulo - SP CEP: 05359-001
Autorização: 8.11.255-1 Expediente: 1143806/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde: Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Söring GmbH
Endereço: Justus-von-Liebig-Ring 2, Quickborn, 25451, Alemanha
Solicitante: Panmédica Negócios Hospitalares Ltda CNPJ:56.942.527/0001-90
Autorização: 1.01.716-1 Expediente: 1359629/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde: Materiais e equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.142, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: OXICAP INDUSTRIA DE GASES LTDA - CNPJ: 43.117.399/0002-89 - AUTORIZ/MS: 2200024
ENDEREÇO: AV AYRTON SENNA DA SILVA, 3111
MUNICÍPIO: MAUÁ - UF: SP - EXPEDIENTE: 1143555/22-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos Criogênicos Medicinais: Líquidos Criogênicos Medicinais
.....
EMPRESA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA - CNPJ: 24.380.578/0002-60 - AUTORIZ/MS: 2200002
ENDEREÇO: AV FERNANDES LIMA, 3135
MUNICÍPIO: MACEIÓ - UF: AL - EXPEDIENTE: 1466173/22-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Gases Medicinais (Embalagem primária): Gases Medicinais
.....
EMPRESA FABRICANTE: VETTER PHARMA-FERTIGUNG GMBH & CO. KG
ENDEREÇO: SCHÜTZENSTRASSE 87 UND 99 - 101, 88212 RAVENSBURG - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000625
EMPRESA SOLICITANTE: ELI LILLY DO BRASIL LTDA - CNPJ: 43.940.618/0001-44
AUTORIZ/MS: 1012603 - EXPEDIENTE(s): 1014117/22-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: SIEGFRIED HAMELN GMBH
ENDEREÇO: LANGES FELD 13 - 31789, HAMELN - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000295
EMPRESA SOLICITANTE: PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - CNPJ: 33.009.945/0001-23
AUTORIZ/MS: 1001004 - EXPEDIENTE(s): 0990913/22-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.143, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA S.A. - CNPJ: 01.571.702/0008-64 - AUTORIZ/MS: 1003113
ENDEREÇO: RUA MANOEL MAVIGNIER N 5000 SALA A
MUNICÍPIO: EUSÉBIO - UF: CE - EXPEDIENTE: 0491444/22-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Grande Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRAIS DO NORTE LTDA - CNPJ: 34.597.955/0004-32 - AUTORIZ/MS: 2200004
ENDEREÇO: AVENIDA AUTAZ MIRIM, N.1053
MUNICÍPIO: MANAUS - UF: AM - EXPEDIENTE: 4675272/22-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos Criogênicos Medicinais: Líquidos Criogênicos Medicinais
.....
EMPRESA FABRICANTE: MILLMOUNT HEALTHCARE LIMITED
ENDEREÇO: UNIT 4, DONORE ROAD, INDUSTRIAL ESTATE, DROGHEDA, CO. LOUTH, A92 X2FR - PAÍS: IRLANDA - CÓDIGO ÚNICO: A.001579
EMPRESA SOLICITANTE: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - CNPJ: 33.247.743/0001-10
AUTORIZ/MS: 1001071 - EXPEDIENTE(s): 1572093/22-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: ESKAYEF PHARMACEUTICALS LIMITED
ENDEREÇO: 400 SQUIBB ROAD, TONGI INDUSTRIAL AREA, TONGI, GAZIPUR 1711, BANGLADESH - PAÍS: BANGLADESH - CÓDIGO ÚNICO: A.001556
EMPRESA SOLICITANTE: ZALIKA FARMACEUTICA LTDA - CNPJ: 29.536.205/0001-78
AUTORIZ/MS: 1185754 - EXPEDIENTE(s): 6580426/21-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: LEK S.A
ENDEREÇO: UL. PODLIPIE 16,95-010 STRYKÓW - PAÍS: POLÔNIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001544
EMPRESA SOLICITANTE: SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.286.647/0001-16
AUTORIZ/MS: 1000472 - EXPEDIENTE(s): 4452536/21-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: BAYER AG
ENDEREÇO: MÜLLERSTRASSE 178, 13353, BERLIM - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000091
EMPRESA SOLICITANTE: BAYER S.A. - CNPJ: 18.459.628/0001-15
AUTORIZ/MS: 1070568 - EXPEDIENTE(s): 6181024/21-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (LIBERAÇÃO PARAMÉTRICA): Soluções Parenterais de Grande Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: EUGIA PHARMA SPECIALITIES LIMITED
ENDEREÇO: SURVEY NOS. 550, 551 E 552, KOLTHUR VILLAGE, SHAMIRPET MANDAL, MEDCHAL-MALKAJGIRI DISTRICT, TELANGANA - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001350
EMPRESA SOLICITANTE: EUGIA PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - CNPJ: 44.639.493/0001-80
AUTORIZ/MS: 1274209 - EXPEDIENTE(s): 4229077/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica; Suspensões com Preparação Asséptica

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.144, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: EFRAIM PHARMA MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 12.348.346/0001-64 - AUTORIZ/MS: 1251733 - AE: 1251747
ENDEREÇO: ESTRADA CAXAMBU, n.º 13
MUNICÍPIO: DUQUE DE CAXIAS - UF: RJ - EXPEDIENTE: 4654673/22-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: Marymed Distribuidora de Medicamentos e Correlatos Ltda - CNPJ: 23.121.920/0001-63 - AUTORIZ/MS: 1151386 - AE: 1173440
ENDEREÇO: AVENIDA CARLOS GOMES
MUNICÍPIO: MARINGÁ - UF: PR - EXPEDIENTE: 1110383/22-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: Emenalli Medical Ltda - CNPJ: 13.694.036/0002-45 - AUTORIZ/MS: 1166513
ENDEREÇO: Rua Castelo de Setubal nº 120
MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE - UF: MG - EXPEDIENTE: 4653555/22-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: ELI LILLY DO BRASIL LTDA - CNPJ: 43.940.618/0001-44 - AUTORIZ/MS: 1012603 - AE: 1200307
ENDEREÇO: AVENIDA MORUMBI , Nº 8264
MUNICÍPIO: SÃO PAULO - UF: SP - EXPEDIENTE: 0164281/22-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA - CNPJ: 04.301.884/0001-75 - AUTORIZ/MS: 1051679 - AE: 1210732
ENDEREÇO: VIA PRINCIPAL 06E, QUADRA 9, MÓDULOS 12/15, S/N
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 1435689/22-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: PROTEMAC INDUSTRIA E COMÉRCIO DE BORRACHA LTDA - CNPJ: 06.050.437/0001-16 - AUTORIZ/MS: 1270301 - AE: 1273569
ENDEREÇO: RUA TIODOLINA CORDEIRO, Nº127 TÉRREO CONJ. ELDORADO
MUNICÍPIO: MANAUS - UF: AM - EXPEDIENTE: 4681695/22-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: A G KIENEN & CIA LTDA - CNPJ: 82.225.947/0001-65 - AUTORIZ/MS: 1148127 - AE: 1148131
ENDEREÇO: RUA BENJAMIN BORGES DOS SANTOS, Nº 87 - TERREO
MUNICÍPIO: PATO BRANCO - UF: PR - EXPEDIENTE: 4613099/22-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: COLLECT IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 53.452.157/0001-14 - AUTORIZ/MS: 1051895 - AE: 1247939
ENDEREÇO: RUA JOSEFINA n° 200 CONJ 311
MUNICÍPIO: GUARULHOS - UF: SP - EXPEDIENTE: 1160764/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.145, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: S.M. FARMACEUTICI S.R.L.
ENDEREÇO: ZONA INDUSTRIALE - 85050 TITO (PZ) - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001554
EMPRESA SOLICITANTE: FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.058.502/0001-48

AUTORIZ/MS: 1074651 - EXPEDIENTE(s): 7611772/21-0
ASSUNTO: 7326 - MEDICAMENTOS - (Certificação de BPF) de INDÚSTRIA INTERNACIONAL de PRODUTOS ESTÉREIS exceto MERCOSUL
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em atendimento ao Art. 4º, § 1º, inciso I da RDC nº 497/2021: Descumprimento das Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.
.....
EMPRESA FABRICANTE: VITALINE S.A.C.
ENDEREÇO: ZED - MZ. B, LOTE 1, DISTRITO DE PAITA, PROVINCIA DE PAITA Y DEPARTAMENTO DE PIURA - PAÍS: PERU - CÓDIGO ÚNICO: A.001559
EMPRESA SOLICITANTE: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A - CNPJ: 17.159.229/0001-76
AUTORIZ/MS: 1003707 - EXPEDIENTE(s): 8453412/21-9
ASSUNTO: 7326 - MEDICAMENTOS - (Certificação de BPF) de INDÚSTRIA INTERNACIONAL de PRODUTOS ESTÉREIS exceto MERCOSUL
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em atendimento ao Art. 4º, § 1º, inciso I da RDC nº 497/2021: a empresa não cumpre as Boas Praticas de Fabricacao de Medicamentos dispostas nos artigos 17 (inciso I), 71 (paragrafo 2), 110, 116, e 180 da RDC 658/2022, artigos 3º (inciso I), 61 e 67 da IN 138/2022, artigos 4 e 83 da IN 35/2019.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.146, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Merck Sharp & Dohme LLC.
Endereço: 770 Sumneytown Pike, West Point, Pennsylvania (PA) 19486
País: Estados Unidos da América Código único: A.000403
Solicitante: Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda. CNPJ: 03.560.974/0001-18
Expediente(s): 1376628/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: antígeno da hepatite B recombinante; partícula semelhante a vírus de proteína L1 do HPV dos tipos 6, 11, 16, 18, 31, 33, 45, 52 e 58; polissacarídeos pneumocócicos dos sorotipos 1, 2, 3, 4, 5, 6A, 6B, 7F, 8, 9N, 9V, 10A, 11A, 12F, 14, 15B, 17F, 18C, 19A, 19F, 20, 22F, 23F e 33F; reacoplamento de rotavírus humano/bovino tipos G1, G2, G3, G4 e P1A[8]; vírus da caxumba atenuado; vírus da hepatite A inativado e purificado; vírus da rubéola atenuado; vírus da varicela atenuado; vírus do herpes zóster atenuado e vírus do sarampo atenuado.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.147, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Abbvie S.R.L.
Endereço: Strada Regionale 148, via Pontina Km 52 Snc - 04011
País: Itália Código único: B.000003
Expediente(s): 4564300/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: foscarbidopa hidratada, foslevodopa

---

Fabricante: Fermion Oy
Endereço: Orioninkatu 2, Hanko 10900
País: Finlândia Código Único: B.000612
Expediente(s): 4293739/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: carbidopa, entacapona, tolnaftato, cloridrato de trazodona, azatioprina, cloridrato de buspirona, sulfato de hidroxicloroquina, cromoglicato sódico.

Fabricante: Ind-Swift Laboratories Limited
Endereço: Village Bhagwanpur, Barwala Road, Near Derabassi, Dist S.A.S. Nagar (Mohali), Punjab - 140507
País: Índia Código único: B.000100
Expediente(s): 1359625/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por semissíntese: claritromicina (etapa de síntese química)

Fabricante: M/S Rajasthan Antibiotics Limited
Endereço: A-619 & 630 RIICO, Phase I, Industrial Area, Bhiwadi, Alwar District, Rajasthan- 301 019
País: Índia Código único: B.000118
Expediente(s): 1359337/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: aciclovir sódico (etapa de esterilização)

Fabricante: Piramal Pharma Limited
Endereço: Sy. No.: 7-70, 70/1 & 70/2, Digwal Village, Kohir Mandal, Medak District, Telangana - 502321
País: Índia Código único: B.000121
Expediente(s): 4526607/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo(s) farmacêutico(s) ativo(s) obtido(s) por síntese química: Trazodona, verapamil

---

Fabricante: Symed Labs Limited Unit-VI
Endereço: Survey No. 744, 745, 750, 751, 752 & 753, Mandolla Gudem Village, Choutuppal Mandal, Yadadri Dist- 508 252, Cidade Telangana -
País: Índia Código Único: B.000744
Expediente(s): 4525933/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: Cloridrato de ondansetrona di-hidratado.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.161, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenamento de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenamento de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: UNIMED JIPARANÁ COOP TRAB MEDICO - CNPJ: 00.697.509/0001-35 - AUTORIZ/MS: Não possui
ENDEREÇO: Av Transcontinental
MUNICÍPIO: JI-PARANÁ - UF: RO - EXPEDIENTE: 4588807/22-6
ASSUNTO: 770 - MEDICAMENTOS - (Certificação de Boas Práticas) de DISTRIBUIÇÃO E/ OU ARMAGENAGEM do produto
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em atendimento ao art. 4º, § 1º, inciso IV, da RDC nº 497/2021: a empresa não possui autorização de funcionamento para armazenar ou distribuir medicamentos.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.186, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: ERS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA. - CNPJ: 21.172.673/0001-07
Produto - (Lote): ALGODÃO HIDRÓFILO NATHY(0921);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4716760/22-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Uso
Motivação: Considerando o Laudo de Análise Fiscal n. 372.CP.0/2022, tornado condenatório em razão da perícia de contraprova, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN/SC, que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de Determinação de Acidez ou Alcalinidade, para o lote 0921 do produto ALGODÃO HIDRÓFILO, marca Nathy, em desacordo com o art. 15, §1º e art. 17 do Decreto nº. 8.077/2013; e considerando o estabelecido no art. 7º. da Lei 6360/1976 e no art. 10, incisos XXIX e XXXV da Lei nº. 6.437/1977.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.187, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: POUL SORENSEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. - EPP - CNPJ: 07.531.955/0001-14
Produto - (Lote): BROCAS CIRÚRGICAS DIAMANTADAS OPTION STERILE(LOTES A PARTIR DE 01/07/2022);BROCAS DIAMANTADAS OPTION(LOTES A PARTIR DE 01/07/2022);BROCAS DIAMANTADAS POUL SORENSEN(LOTES A PARTIR DE 01/07/2022);BROCAS ODONTOLÓGICAS CARBIDE TUNGSTÊNIO OPTION(LOTES A PARTIR DE 01/07/2022);Micro Aplicadores OPTION(LOTES A PARTIR DE 01/07/2022);Peças de Mão(LOTES A PARTIR DE 01/07/2022);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4721492/22-9
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que inspeção sanitária no fabricante Poul Sorensen Indústria e Comércio de Produtos Odontológicos Ltda - EPP, realizada no período de 06/06/2022 a 01/07/2022, constatou que a empresa não cumpre com as boas práticas de fabricação nos termos da Resolução-RDC nº. 665/2022, conforme relatório de inspeção Ficha de procedimento n. 01.000521/22 e considerando também o estabelecido no art. 7º da Lei 6360/1976, no art. 15 do Decreto nº. 8.077/2013 e no art. 10, inciso XXXV da Lei nº. 6.437/1977.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.188 DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: MEYOR´S DO BRASIL LTDA - CNPJ: 05.932.899/0001-02
Produto - (Lote): ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO 70% PROTECT HAND MEYOR'S (todos que contém Isopropyl Alcohol descrito na formulação);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4730179/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Uso
Motivação: Considerando a fabricação de produto(s) cosmético(s), higiene pessoal ou perfume(s) com fórmula diferente da autorizada pela Anvisa e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso III do art. 63 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº nº 786, de 10 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 49, de 14 de março de 2022, Seção 1, página 121, referente à certificação da empresa MSD Biotech B.V., conforme expedientes nº 3513696/21-3 e 4470719/22-6.

Onde se lê: 45.987.0130/0001-34

Leia-se: 45.987.013/0001-34

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 3.122, de 21 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 181, de 22 de setembro de 2022, Seção 1, pág. 117, referente à Medida Preventiva nº 1 do Anexo.

Onde se lê:

Motivação: Considerando a identificação em inspeção sanitária realizada pela vigilância sanitária do Estado de São Paulo (SUVIS SÉ) de aquisição do produto PROPILENO GLYCOL USP, da empresa Tecno Clean Industrial Ltda, lote AD5053C22 e utilização nas massas alimentícias fabricadas entre 25/07/2022 a 24/08/2022 pela empresa BBBR INDUSTRIA E COMERCIO DE MACARRAO LTDA. (nome fantasia "Keishi"), infringindo o disposto no item 2.4.2 da Portaria SVS/MS 540, de 27 de outubro de 1997; Resolução RDC 60, de 05 de setembro de 2007 e art. 8º da Resolução RDC 722, de 1º de julho de 2022, tendo em vista o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e o art. 9º da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 655, de 24 de março de 2022.

Leia-se:

Motivação: Considerando a identificação em inspeção sanitária realizada pela vigilância sanitária do Estado de São Paulo (SUVIS SÉ) de aquisição do produto PROPILENO GLYCOL USP, da empresa Tecno Clean Industrial Ltda, lote AD5035C22 e utilização nas massas alimentícias fabricadas entre 25/07/2022 a 24/08/2022 pela empresa BBBR INDUSTRIA E COMERCIO DE MACARRAO LTDA. (nome fantasia "Keishi"), infringindo o disposto no item 2.4.2 da Portaria SVS/MS 540, de 27 de outubro de 1997; Resolução RDC 60, de 05 de setembro de 2007 e art. 8º da Resolução RDC 722, de 1º de julho de 2022, tendo em vista o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e o art. 9º da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 655, de 24 de março de 2022.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.178, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ALFA FARMAS COMERCIO DISTRIBUIDORA LTDA / 46.208.272/0001-82
25351.330191/2022-04 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607260228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

BR QUIMICA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 44.288.490/0001-49
25351.349890/2022-10 /
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4643887222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

---

open farma drogaria ltda me / 43.289.856/0001-31
25351.331177/2022-10 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4609936221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

DROGARIA VIVER BEM DO CANTÃO LTDA / 33.312.354/0001-20
25351.337420/2022-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621271220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RBR COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA - ME / 28.537.922/0001-51
25351.352801/2022-12 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4649517222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

W E M FARMA LTDA / 46.189.078/0001-05
25351.337364/2022-15 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621079222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

BOTICA CAMPI FARMÁCIA LTDA / 17.142.236/0002-46
25351.330198/2022-18 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607280222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

MACEDO E SILVA FARMACIA E DROGARIA LTDA / 35.381.301/0001-97
25351.337389/2022-19 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621195221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

A M V DE SOUSA MELO FARMACIA LTDA / 37.779.267/0001-39
25351.337346/2022-25 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4620999229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

CELSO GOMES DE ALMEIDA / 39.780.842/0001-49
25351.330125/2022-26 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607008227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

FErrari & folle drogaria ltda / 13.746.302/0023-60
25351.326608/2022-26 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600243220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FARMACIA MEDEIROS E SANTOS LTDA / 46.705.706/0001-50
25351.330189/2022-27 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607254223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

J E SANTOS DROGARIA - ME / 22.336.458/0001-59
25351.337376/2022-31 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621123223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

---

mj do bonfim drogaria ltda me / 44.421.897/0001-00
25351.327247/2022-35 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4602037223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

SLM PRODUTOS DIAGNOSTICOS LTDA ME / 13.014.877/0001-83
25351.352879/2022-37 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4649600227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente para a classe de produtos solicitada, nº 8.10913-8, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e Lei nº 9.782/1999.

DROGARIA VERA CRUZ LTDA / 19.827.597/0001-70
25351.326606/2022-37 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600237225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, nº 7.41097-0, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e Lei nº 9782/99.

DROGARIAS MPHARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 45.566.736/0001-60
25351.330204/2022-37 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607300221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

Drogaria Central VZP LTDA / 35.131.462/0002-03
25351.330187/2022-38 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607248229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

J.E.S.U.S PROD FARMACEUTICOS LTDA / 43.514.257/0003-36
25351.326613/2022-39 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600258228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

A. MOTA COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTO LTDA / 47.289.586/0001-10
25351.337367/2022-41 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621091221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

S V C MEDEIROS FERREIRA-ME / 14.811.790/0001-08
25351.337416/2022-45 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621253221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LIFE STAR EIRELI / 13.969.248/0001-07
25351.352997/2022-45 /
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4649723221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

A. S. F. DE HOLANDA LTDA / 07.643.640/0003-20
25351.330202/2022-48 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607292226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

---

unni medical ltda / 45.734.817/0001-21
25351.352796/2022-48 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4649512221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

---
ademir pereira / 46.757.904/0001-67
25351.330183/2022-50 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607236225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

TERRA PURA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO BRASÍLIA LTDA / 43.028.879/0001-92
25351.326627/2022-52 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600298227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

YESHUA FARMACIA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 44.764.530/0001-81
25351.327317/2022-55 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4602256222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

MISTERSAN TECNOLOGIA EM SANITIZAÇÃO LTDA / 40.143.742/0001-90
25351.474767/2021-55 /
734 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1861751214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 1930216/21-9, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 da RDC nº 16/2014.

DROGARIA POUPA MIX DIADEMA LTDA / 44.122.076/0001-65
25351.330176/2022-58 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607217229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

DROGARIA ECONOMICA LTDA / 33.256.711/0001-80
25351.330200/2022-59 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607286221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
a j d comercio de medicamentos ltda / 10.275.256/0004-08
25351.330199/2022-62 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607283227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

DROGARIA F&G LTDA / 43.668.705/0001-94
25351.337405/2022-65 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621221223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RB Farma drogaria e perfumaria Ltda / 44.923.327/0001-00
25351.328196/2022-69 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4604344226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LUDIMILA FREITAS OLIVEIRA EIRELI / 36.402.319/0001-90
25351.328194/2022-70 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4604324221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FAST AIRLOG TRANSPORTES E LOGISTICA EIRELI / 35.547.205/0001-76
25351.353120/2022-71 /
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4649850223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 06.271.093/0174-93
25351.333381/2022-75 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613825221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

MEDICAL VIDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.090.808/0001-94
25351.349554/2022-77 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4643538228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas (Distribuir Correlatos), conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
comércio de medicamentos maeoka ltda / 00.751.089/0059-44
25351.331803/2022-78 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4611393222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

DROGARIA BOA SORE LTDA / 46.015.427/0001-64
25351.330205/2022-81 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607303225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

DROGARIA MENOS PRECO LTDA / 46.333.268/0001-46
25351.330188/2022-82 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607251229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

ESCAME&ESTANISLAVA LTDA / 43.055.721/0001-01
25351.330195/2022-84 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607272221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
rIZZO E ZARANTONELLI LTDA / 44.137.225/0001-60
25351.326621/2022-85 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600281222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

UNNO SAUDE AMBIENTAL LTDA / 21.958.316/0001-60
25351.349383/2022-86 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4643359226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

LC FARMACIA LTDA / 46.458.143/0001-42
25351.333252/2022-87 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613307221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

T J R DE LIMA FARMACIA DO TRABALHADOR NORDESTINO / 46.196.644/0001-06
25351.330179/2022-91 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607226228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

Drogarias Martins LTDA / 46.272.158/0001-11
25351.331782/2022-91 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4611313224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

R R LOPES E DIAS PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 46.819.039/0001-36
25351.326605/2022-92 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600234221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

N A DE OLIVEIRA COMERCIO LTDA / 44.843.419/0001-80
25351.330193/2022-95 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607266227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

SARAH SEVERINA DE ALICRIM / 42.203.119/0001-01
25351.337375/2022-97 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621120229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.179, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FARMACIA SOUSA LEITE LTDA / 45.231.821/0001-77
25351.537510/2022-01 / 7914549
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4626749222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

RAFAELLA BARROS DE FREITAS / 32.145.551/0001-30
25351.022609/2019-07 / 7632168
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4621310224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

V A DE MEDEIROS FARMACIA / 18.942.009/0002-68
25351.141146/2017-10 / 7507281
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4614366221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

J. DE O. CRUZ & CIA LTDA / 46.939.840/0001-15
25351.296680/2022-11 / 7922991
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4621197227

MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA J L CITY LTDA / 29.808.801/0001-60
25351.313512/2018-11 / 7588822
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4627000221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

SD PAZMED COMERCIO LOCACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI / 05.342.550/0001-02
25351.301397/2022-19 / 8246819
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4625357225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Petição em desacordo com a RDC 222/2006. Não há previsão de ampliação de atividade para AFE de varejista de produtos para saúde. A empresa deve solicitar o cancelamento da autorização vigente juntamente com o pedido de nova autorização para a atividade requerida.

ERNESTO O DO AMARAL COMERCIO - ME / 05.368.412/0001-00
25351.349537/2015-19 / 7393599
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4627076221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

JOSE DE FREITAS FARMACIA ME / 20.940.049/0001-31
25351.014502/2016-34 / 7450239
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4620948224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

BELA INDUSTRIA COM. IMPORTAção E EXPORTAção DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES EIRELLI / 37.351.602/0001-01
25351.699850/2021-35 / 8227293
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4625379229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

FARMACIA INACIO & DABOIT LTDA / 07.442.545/0001-05
25351.084164/2014-36 / 7280369
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4614371228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Marcela Antoneli Silva Drogaria / 39.394.682/0001-08
25351.259587/2021-45 / 7800851
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4626388228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA / 03.777.341/0167-55
25351.188360/2002-45 / 0202512
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4620994228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

J E DE SANTANA SILVA SANTOS DROGARIA / 41.861.011/0001-43
25351.133441/2022-51 / 7915908
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4621008223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DMH PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 05.044.056/0001-61
25351.056830/2005-55 / 8024028
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4621745221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração, conforme o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

R W S OLIVEIRA DROGARIA EIRELI / 41.212.765/0001-72
25351.590188/2021-59 / 7820091
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4626780228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

V Z F FÁRMACOS PREMIUM EIRELI / 29.057.977/0001-27
25351.213390/2018-64 / 7584419
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4626729228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

J. CARVALHO & QUEIROZ LTDA / 13.207.048/0005-40
25351.684550/2009-65 / 0642795
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4618706225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

C DE F M PAES / 04.003.658/0001-08
25351.501960/2013-66 / 0684471
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4626815224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

UBATE FARMA LTDA / 37.833.169/0001-32
25351.274754/2022-69 / 7894647
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4634340227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LUANA FIGUEIRA DE MELLO / 06.216.010/0001-45
25351.090882/2004-70 / 0405817
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4626880224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

JUREMA DE JESUS E CIA LTDA / 13.137.435/0001-24
25351.080853/2014-71 / 7117810
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4621023227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FARMACIA CAZELATO E PEREIRA LTDA ME / 24.865.324/0001-50
25351.474030/2016-75 / 7486244
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4639830229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019

IMPERIAL FARMA LTDA / 43.712.104/0001-31
25351.120935/2022-76 / 7913773
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4621157228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, contrariando a RDC nº 275/2019. Os documentos encaminhados não autorizam a atividade solicitada.

DROGA EVE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA / 34.215.340/0001-51
25351.590215/2019-79 / 7686633
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4621037227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

UBIRAJARA DA SILVA ALVES / 01.100.552/0001-34
25351.004579/2003-81 / 0257131
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4634342223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

TATIANE VENTURA PINHEIRO ME / 25.296.118/0001-30
25351.510763/2016-81 / 7489314
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4639828227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LM DE FIGUEIREDO JUNIOR COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 33.650.264/0001-40
25351.375874/2019-87 / 7663557
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4639826221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Drogaria Laercia Ltda Me / 29.312.353/0001-09
25351.473334/2018-87 / 7602081
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4621918228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA CONFIANCA LTDA ME / 33.550.039/0001-31
25351.185561/2002-91 / 0036826
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4626842221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

GILMA REIS DOS SANTOS ME / 08.155.065/0001-18
25351.586938/2018-92 / 7604966
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4639824224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
25351.586938/2018-92 / 7604966
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4645116221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não contém as assinaturas dos representantes, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

JOSE FERREIRA DE LIMA DROGARIA ME / 10.838.555/0001-60
25351.576063/2014-97 / 7298160
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4596452221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.180, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DIETHAFARMA DIST. DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - ME / 17.103.649/0001-30
25351.392741/2020-17 / 8200136
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 2556791228
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Ofício SES/SUBVS-SVS-DVMC nº 128/2022, emitido pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, e não cumprimento da Notificação de Exigência nº 2557431/22-1.
25351.366967/2018-30 / 1178356
70787 - AE - Cancelamento de Ofício de Autorização Especial / 2557975224
25351.392744/2020-42 / 4020114
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 2557441228
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Ofício SES/SUBVS-SVS-DVMC nº 128/2022, emitido pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, e não cumprimento da Notificação de Exigência nº 2557019/22-6.
25351.714128/2017-51 / 1173115
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 2557981229
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Ofício SES/SUBVS-SVS-DVMC nº 128/2022, emitido pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, e não cumprimento da Notificação de Exigência nº 2557973/22-8.
25351.392745/2020-97 / 3093961
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 2556715222
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Ofício SES/SUBVS-SVS-DVMC nº 128/2022, emitido pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, e não cumprimento da Notificação de Exigência nº 2556803/22-5.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.181, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGARIA ULTRA FARMA PRACA DOS PIMENTAS LTDA / 47.172.677/0001-70
25351.326603/2022-01 / 7929587
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600231226

OTIMA FARMA ICAIVERA LTDA / 47.233.517/0001-94
25351.330201/2022-01 / 7929923
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607289226

ORJANIA MARIA DE CASTRO / 32.413.850/0001-08
25351.330177/2022-01 / 7929815
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607220229

GRUPO ANJOS & ANJOS LTDA / 45.986.128/0001-04
25351.330184/2022-02 / 7929850
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607239220

ML FARMACIA LTDA / 47.212.133/0001-95
25351.326610/2022-03 / 7929616
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600249229

TAPAJOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 84.521.053/0089-80
25351.333379/2022-04 / 7930095
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613819226

PLACE SOLUTIONS LTDA / 18.605.092/0001-07
25351.349559/2022-08 / 1280420
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4643543221

DROGARIA CHAGAS E PERFUMARIA LTDA / 46.308.971/0001-02
25351.330871/2022-10 / 7929999
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4608996229

UTR MED LTDA / 13.720.013/0001-87
25351.333382/2022-10 / 7930111
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613828225

T F FARMA LTDA / 32.887.552/0001-50
25351.330175/2022-11 / 7929801
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607214224

NOVA DROGARIA E FARMACIA WAGNER LTDA / 46.887.570/0001-46
25351.337387/2022-11 / 7929508
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621188228

SALUTE - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 01.875.428/0007-36
25351.326601/2022-12 / 7929560
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600224223

ENCANTODERM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 30.232.385/0001-83
25351.349733/2022-12 / 1280416
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4643720221
---
bellavida farmacia de manipulação ltda / 44.523.961/0001-56
25351.330085/2022-12 / 7929741
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4606912227

S3 FARMA LTDA / 46.842.756/0001-89
25351.327378/2022-12 / 7929724
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4602446228

DROGARIA SÃO LUIZ DE PADUA LTDA / 39.107.032/0002-07
25351.330173/2022-14 / 7929786
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607208220

MARILEIDE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 47.124.264/0001-10
25351.326619/2022-14 / 7929678
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600275228

LIDER ORGANIZAÇÃO COMERCIAL LTDA / 23.879.331/0064-22
25351.330208/2022-15 / 7929968
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607312224

HIPER POPULAR DROGARIAS CEARA LTDA / 46.645.706/0001-01
25351.333377/2022-15 / 7930078
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613813227

LUANA SAYURI OKAMURA ME / 43.178.570/0001-89
25351.337355/2022-16 / 7929465
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621035221

R & G FARMÁCIA E DROGARIA LTDA / 47.185.448/0001-90
25351.330180/2022-16 / 7929832
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607229222

O.G.M COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 45.828.025/0001-16
25351.326617/2022-17 / 7929664
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600270227

FARMACIA NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA / 11.940.910/0001-70
25351.333257/2022-18 / 7930033
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613318226

SÃO GABRIEL TRANSPORTES EIRELI - ME / 15.488.297/0016-30
25351.349412/2022-18 / 8255901
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4643389222

DROGARIA CIPRIANO DE SANTA ROSA S.A. / 07.781.007/0058-72
25351.333375/2022-18 / 7930051
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613807222

MOISES DA SILVA SOUSA / 20.207.538/0001-89
25351.326624/2022-19 / 7929707
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600290221

LD CARGO - SOLUÇÕES LOGÍSTICAS LTDA / 36.321.523/0001-87
25351.349638/2022-19 / 8255931
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4643622229

FATOR DENTAL LTDA / 38.265.999/0001-73
25351.133230/2022-19 / 8255899
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4318687228

DROGARIA HERMES AMORIM LTDA / 46.600.530/0001-71
25351.326622/2022-20 / 7929681
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600284227

Larissa valbão Poleti -ME / 14.994.088/0001-19
25351.349842/2022-21 / 1280433
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4643837225

FORMULLARE FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 45.813.008/0001-05
25351.333380/2022-21 / 7930107
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613822226

Dental Free Materiais e Soluções Odontológicas Ltda. / 32.677.058/0001-60
25351.353377/2022-23 / 1280391
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4650118221

DROGARIA MOREIRA PEIXOTO / 47.544.735/0001-40
25351.331785/2022-24 / 7930020
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4611321225

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1351-62
25351.330171/2022-25 / 7929772
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607204227

MHL DROGARIA S.A / 09.396.401/0024-73
25351.330206/2022-26 / 7929941
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607306220

ORTO FARMA LTDA / 44.110.813/0001-00
25351.337353/2022-27 / 7929448
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621031228

FARMÁCIA E PERFUMARIA CHICO VENTURA LTDA / 47.117.400/0001-45
25351.326615/2022-28 / 7929651
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600264222

DIAGBIO COMERCIAL DIAGNÓSTICA LIMITADA / 46.855.280/0001-10
25351.353345/2022-28 / 8255885
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4650086221

FARMÁCIA NOGUEIRA LTDA / 41.111.688/0001-64
25351.330196/2022-29 / 7929910
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607275226

ORTO MEDICAL MATERIAIS CIRURGICOS LTDA / 11.994.394/0001-67
25351.349881/2022-29 / 1280451
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4643878223

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/3035-61
25351.330194/2022-30 / 7929906

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607269221
---
f c de vasconcelos comercial de medicamentos / 47.134.635/0001-45
25351.335682/2022-33 / 7929343
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4618612223

DROGARIA CASONE LTDA / 10.704.382/0007-83
25351.337344/2022-36 / 7929434
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4620989221

GT FARMA LTDA / 47.585.364/0001-44
25351.326611/2022-40 / 7929620
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600252229

FARMACIA DA CIDADE LTDA / 39.601.180/0002-83
25351.330192/2022-41 / 7929894
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607263222

DROGARIA MELO LTDA / 47.674.714/0001-49
25351.337409/2022-43 / 7929539
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621235223

ANNA CLAUDYA SANTOS ARRUDA / 31.362.110/0001-27
25351.337381/2022-44 / 7929496
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621155221

FATOR DENTAL LTDA / 38.265.999/0001-73
25351.133330/2022-45 / 3116461
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4318924220

MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0274-42
25351.337342/2022-47 / 7929417
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4620972227

DROGARIA MAIS TOP SAUDE DA TAQUARA LTDA / 46.779.555/0001-84
25351.330178/2022-47 / 7929829
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607223223

BOTICANN BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS CANNABIS LTDA / 46.451.179/0001-02
25351.330185/2022-49 / 7929863
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607242220

D2 COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS / 41.861.020/0001-34
25351.330190/2022-51 / 7929881
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607257228
---
itafarma medicamentos ltda / 47.691.733/0001-83
25351.333378/2022-51 / 7930081
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613816221

FARMA FORMULA / 23.129.367/0002-96
25351.781334/2021-53 / 7929738
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2806611211

NORTE FOX MANUTENCAO E REPARO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRIELI / 23.152.710/0001-32
25351.353068/2022-53 / 8255871
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4649795222

SANTOS E CORREA COM PROD FARMACEUTICOS LTDA / 36.822.413/0002-80
25351.337407/2022-54 / 7929511
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621229229

LD CARGO - SOLUÇÕES LOGÍSTICAS LTDA / 36.321.523/0001-87
25351.349639/2022-55 / 3116475
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4643623225

ERIVANIA SILVERIO DA SILVA / 26.601.996/0001-84
25351.330169/2022-56 / 7929755
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607198229

BALMAK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 66.835.281/0001-00
25351.349727/2022-57 / 8255945
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4643713224

DROGARIA PHARMA SAUDE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 46.335.092/0001-61
25351.337340/2022-58 / 7929403
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4620961221

JONES E RAMOS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 42.192.124/0001-66
25351.326602/2022-59 / 7929573
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600227228

FARMACIA MEGAFARMA LTDA / 44.903.939/0001-31
25351.330209/2022-60 / 7929971
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607315229

HQUIMICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 05.671.199/0001-01
25351.349877/2022-61 / 3116489
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4643873221

FARMACIA ECONOMICA II LTDA / 47.274.823/0001-79
25351.330181/2022-61 / 7929846
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607232222

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2951-00
25351.333376/2022-62 / 7930064
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613810222
---
drogaria imperial ltda / 64.433.154/0002-30
25351.326625/2022-63 / 7929711
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600293226

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/3002-01
25351.333383/2022-64 / 7930124
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613833221

E. OLIVEIRA DOS PASSOS - ME / 20.837.914/0001-19
25351.337331/2022-67 / 7929388
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4620944221

JOSE & MARIA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 30.532.215/0001-14
25351.337412/2022-67 / 7929542
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621243224

ENCANTODERM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 30.232.385/0001-83
25351.349429/2022-67 / 8255914
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4643407221

FARMÁCIA E DROGARIA LUCREDU LTDA / 08.093.563/0003-45
25351.330174/2022-69 / 7929790
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607211220

VERAS E MOTA LTDA / 46.275.339/0001-00
25351.330207/2022-71 / 7929954
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607309224

FARMA FREI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 46.374.699/0001-50
25351.326609/2022-71 / 7929602
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600246224

FARMÁCIA FAMAVIVAFÉ LTDA. / 13.731.143/0004-68
25351.337280/2022-73 / 7929374
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4620818226

SDB Comercio de Alimentos LTDA / 09.477.652/0128-79
25351.333374/2022-73 / 7930047
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613804228

DROGARIA CLEUZA R. PINA LTDA / 46.740.784/0001-95
25351.337361/2022-73 / 7929479
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621070229

TECSYSTEM SOLUCOES EM HIGIENIZAÇÃO LTDA / 43.786.619/0001-86
25351.353272/2022-74 / 4049437
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4650011221

DROGA VIA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTD / 47.097.075/0001-04
25351.326623/2022-74 / 7929695
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600287221

FARMÁCIA A S LTDA / 41.911.221/0001-07
25351.330170/2022-81 / 7929769
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607201222

I. S. DE SOUSA FARMACIA LTDA / 46.509.370/0001-50
25351.326607/2022-81 / 7929591
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600240225

H V CELERINO SILVA / 46.424.589/0001-56
25351.326614/2022-83 / 7929647
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600261228

CONTINENTAL DISTRIBUIDORA DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 45.983.680/0001-49
25351.349591/2022-85 / 8255928
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4643575221

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1157-72
25351.337377/2022-86 / 7929482
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621126228

DROGARIA S RITA LTDA / 46.779.378/0001-36
25351.331696/2022-88 / 7930016
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4611031223

XAVIER & XAVIER PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 46.853.101/0001-06
25351.331262/2022-88 / 7930002
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4610138221

EDSON MARCOS DOS SANTOS / 16.099.459/0001-24
25351.337417/2022-90 / 7929556
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4621256226

JUVENILDE NUNES DA SILVA / 03.365.547/0001-89
25351.337343/2022-91 / 7929421
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4620975221

V & W OLIVEIRA E SILVA LTDA / 46.475.457/0001-53
25351.330203/2022-92 / 7929937
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607295221

J B RODRIGUES PRODUTOS FARMACEUTICOS E COMESTICOS LTDA / 46.954.948/0001-87
25351.330186/2022-93 / 7929877
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607245224

WILSON GUEDES DA SILVA / 43.163.769/0001-33
25351.326612/2022-94 / 7929633
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4600255223

Drogaria Santos Pereira / 47.059.073/0001-12
25351.330210/2022-94 / 7929985
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4607318223

FARMÁCIA MUNDOFARMA LTDA. / 47.697.426/0001-00
25351.335963/2022-96 / 7929361
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4619217224

MR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.701.313/0002-32
25351.335836/2022-97 / 7929357
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4618976229

KSLOG TRANSPORTE LOGISTICA E ARMAZENAGEM EIRELI / 40.172.627/0001-44
25351.352980/2022-98 / 1280387
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4649705223

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.182, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

JEFAR FARMACIA LTDA. / 04.023.872/0001-26
25351.743834/2009-00 / 0639368
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4626723229

E.R.A. DE OLIVEIRA DROGARIA - ME / 11.369.570/0001-70
25351.774000/2014-02 / 7352571
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4626884227

SOFT TRANSPORTES EIRELI / 39.698.646/0001-20
25351.537546/2021-03 / 1268801
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4625681227

NEW BLACK INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - ME / 11.951.228/0001-83
25351.188436/2012-03 / 2065888
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4625684226

E-MED PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA - ME / 03.480.968/0001-50
25351.692784/2008-03 / 8047551
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4637574226

SIM MED PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA / 23.539.719/0001-09
25351.564311/2020-03 / 8202842
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4625545226

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0256-76
25351.786794/2011-04 / 0824142
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4634344220

A.M.B. EQUIPAMENTO MEDICO ODONTOLOGICO LTDA - ME / 07.364.596/0001-58
25351.476139/2015-05 / 2082411
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4637471222

MARCIO RODRIGO DE PAULA RIBEIRO TRANSPORTE LTDA / 06.209.025/0001-86
25351.827230/2018-05 / 4007201
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4639020228
25351.827230/2018-05 / 4007201
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4637437229

Material Med Produtos Medicos Hospitalares LTDA / 38.200.020/0001-89
25351.371492/2021-07 / 8222373
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4613214220

J. K. R. CAZUZA EIRELI / 32.973.809/0001-96
25351.654591/2019-07 / 7691862
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4626947229

DROGARIA SOUZA LTDA ME / 32.995.896/0001-82
25351.689857/2014-10 / 7331541
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4626733226

M C DOS SANTOS CASTRO LIMA EIRELI / 23.104.370/0001-74
25351.900092/2021-11 / 7780317
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4626614223
25351.900092/2021-11 / 7780317
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4626612227

CAIO LUIZ LEMOS NETTO ME / 13.780.372/0001-20
25351.137937/2021-13 / 8218915
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4637632226

ZENAIDE BULLEGON MARION / 07.839.204/0001-60
25351.552916/2013-14 / 7028831
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4596462229

MARCIO RODRIGO DE PAULA RIBEIRO TRANSPORTE LTDA / 06.209.025/0001-86
25351.827188/2018-14 / 8177041
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4638327222

JOSE N DE SOUSA / 45.036.165/0001-51
25351.092286/2022-14 / 7912001
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4621040227

MARCIO RODRIGO DE PAULA RIBEIRO TRANSPORTE LTDA / 06.209.025/0001-86
25351.827188/2018-14 / 8177041
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4637771226

MUNDIAL FENIX INDUSTRIA DE ARTIGOS DE PROTECAO PESSOAL LTDA / 31.808.453/0001-72
25351.051271/2021-15 / 3110316
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 4620553221

DROGARIA MEDICAL PHARMA LTDA / 29.594.492/0001-72
25351.293972/2018-16 / 7586350
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4614364225

MUNDIAL FENIX INDUSTRIA DE ARTIGOS DE PROTECAO PESSOAL LTDA / 31.808.453/0001-72
25351.051497/2021-16 / 4041677
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4620573221

MAXITRANS TRANSPORTES & LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA / 05.487.500/0001-13
25351.206926/2020-18 / 8198217
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4620501221
25351.206926/2020-18 / 8198217
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4633148222

VIXIMPORT IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 44.184.577/0001-76
25351.263887/2022-18 / 3115651
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4637448221
25351.263878/2022-19 / 4048627
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4637963222

BBM LOGISTICA S.A. / 01.107.327/0001-20
25351.311264/2017-21 / 2094847
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4624934229

MUNDIAL FENIX INDUSTRIA DE ARTIGOS DE PROTECAO PESSOAL LTDA / 31.808.453/0001-72
25351.617188/2020-22 / 8202137
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4620529222

DJAIR ANDRADE SILVA - ME / 35.512.656/0001-78
25351.133814/2017-27 / 7505305
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4614359229

DROGARIA SANTOS E FARIAS LTDA / 29.712.975/0001-24
25351.230841/2018-28 / 7584038
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4626311220

D FERREIRA DA SILVA PRODUTOS FARMACÊUTICOS / 26.328.011/0001-99
25351.160794/2019-29 / 7642485
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4614361221

A.M.B. EQUIPAMENTO MEDICO ODONTOLOGICO LTDA - ME / 07.364.596/0001-58
25351.476120/2015-35 / 3065122
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4637731224

ROSYER SOUZA SILVA LTDA / 15.651.199/0001-95
25351.667178/2020-38 / 7780212
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4626670224

A. P. ALVES LIMA MEDICAMENTOS LTDA / 33.227.303/0001-09
25351.484712/2019-39 / 7673996
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4626838223

A.M.B. EQUIPAMENTO MEDICO ODONTOLOGICO LTDA - ME / 07.364.596/0001-58
25351.378806/2015-40 / 8123051
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4637494222

DROGARIA ANA PAULA LTDA / 25.011.602/0001-75
25351.450892/2014-41 / 7255276
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4626759220

SAVANA B. F. BOTONI / 10.728.171/0001-95
25351.383134/2009-42 / 0609861
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4614357222

VITORIA FARMA LTDA / 23.008.192/0001-88
25351.634811/2015-44 / 7433891
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4626778226
25351.634811/2015-44 / 7433891
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4626601221

NOSSA SENHORA DE FATIMA FARMACIA LTDA ME / 14.416.783/0001-01
25351.138206/2015-47 / 7374543
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4626668222

DISTRIBUIDORA PARNAÍBA DE MEDICAMENTOS LTDA / 06.191.165/0001-74
25351.147143/2022-49 / 8253411
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4638001220

DROGA MEV LTDA / 29.301.676/0001-05
25351.293975/2018-50 / 7586441
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4620977228

VELLOSO COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 39.738.969/0001-08
25351.080958/2021-50 / 8239291
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4625747228

F MEDICAL QUALIDADE EM PARAMENTACAO LTDA / 37.931.901/0001-07
25351.448163/2021-53 / 8234916
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4637765226

CH CAMARGO / 33.663.941/0001-64
25351.121697/2020-54 / 3092571
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4632982229

DROGARIAS PACHECO S.A. / 33.438.250/0313-99
25351.149206/2015-54 / 7369210
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4627081227

AMYRIS CLEAN BEAUTY LATAM LTDA / 32.077.842/0001-38
25351.848639/2018-57 / 4006864
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4637394228

VITAFIX SOLUCOES MEDICAS EIRELI / 15.270.799/0001-03
25351.449977/2014-58 / 8108419
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4625404223
---
sanimed produtos hospitalares ltda / 05.129.835/0001-60
25023.025641/2009-58 / 8067888
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4625196221

DIMED S.A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0098-08
25351.353604/2013-60 / 0957392
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4621054227

ACTIVA FÓRMULAS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA EPP / 07.249.325/0001-51
25351.245914/2005-61 / 0423867
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4621354226

ANDRADE & OLIVEIRA LTDA / 42.579.350/0001-02
25351.362727/2021-61 / 7846737
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4614369226

BBM LOGISTICA S.A. / 01.107.327/0001-20
25351.308931/2017-61 / 3075254
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4625463220
---
drogaria irmãos vieira ltda / 04.330.259/0004-02
25351.290913/2014-62 / 7185970
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4620982224

DROGARIA FAMILIAR LTDA / 79.235.024/0001-80
25351.034231/2014-71 / 7094757
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4626289220

MARCIO RODRIGO DE PAULA RIBEIRO TRANSPORTE LTDA / 06.209.025/0001-86
25351.827211/2018-71 / 1184762
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 4637708222
25351.827211/2018-71 / 1184762
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4637707226

DROGA FARMA POPULAR JATAI LTDA / 29.525.264/0001-40
25351.111824/2019-73 / 7638771
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4621144226
25351.111824/2019-73 / 7638771
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4621226224

MAXITRANS TRANSPORTES & LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA / 05.487.500/0001-13
25351.206923/2020-76 / 4019074
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4620513229

UENO SUZUKI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 40.835.964/0001-74
25351.319746/2021-78 / 7844921
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4618870223

SOUSA RAIMUNDO E CARDOSO LTDA-ME / 27.857.514/0001-14
25351.384208/2017-78 / 7531623
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4626713221

DROGARIA SAO PAULO S.A. / 61.412.110/0799-08
25351.198557/2017-79 / 7513345
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4621273226

G. MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 00.478.880/0001-06
25351.573064/2014-80 / 7301894
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4639163221

A V GRANJA FARMACIA - ME / 12.847.162/0002-20
25351.490902/2014-81 / 7270604
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4626685222

DROGARIAS TOP MINAS DE COPACABANA LTDA / 35.787.965/0001-50
25351.865647/2020-82 / 7744924
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4618544225

CSB DROGARIAS S/A - FILIAL26 / 42.225.938/0028-70
25351.233455/2013-83 / 7156928
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4626623222

INOVE DROGARIA E FARMACIA LTDA / 17.292.540/0001-99
25351.438410/2014-84 / 7249301
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4639832225
---
drogarias pacheco S/A / 33.438.250/0074-12
25351.457562/2014-86 / 7259676
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4626990228

ANDRADE E QUIRINO MEDICAMENTOS LTDA / 09.434.702/0005-81
25351.074052/2022-87 / 7879715
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4626918225

FARMACIA BEM ESTAR EIRELI / 34.426.961/0001-84
25351.086203/2020-88 / 7707621
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4626776220

EVERALDO SIMÕES DE MATOS / 13.145.503/0001-05
25351.438440/2014-91 / 7247418
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4621381223

DENTAL BS-COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 28.004.220/0001-02
25351.601406/2018-92 / 8171386
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4625777224
25351.601406/2018-92 / 8171386
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4625878225

DROGARIA E PERFUMARIA CAPELINHA LTDA / 05.439.416/0001-24
25351.340958/2014-95 / 7213815
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4621045228

A O DE ALMEIDA MONTEIRO LTDA / 19.323.622/0001-89
25351.452141/2021-98 / 7806316
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4639822228

VERUM VIRIDI BRASIL COMERCIO E SERVIÇO / 43.695.130/0001-07
25351.801459/2022-98 / 1276565
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4625615224

ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A / 55.980.684/0001-27
25000.019071/99-57 / 1206128
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4635014223

REVANIL COMERCIO DE PRODUTOS CIRURGICOS EIRELI / 24.338.436/0001-53
01233400 / 8003215
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4637422221

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.183, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BERTULINI & ZILLI MANIPULACAO VETERINARIA LTDA / 40.751.220/0001-71
25351.330434/2022-04 / 1280511
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4607993229

CORDEIRO & BEZERRA COMERCIO LTDA / 43.842.809/0001-73
25351.326889/2022-17 / 1280478
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4601037228

Suzana Regina Simões Amorim Santana / 35.334.548/0001-52
25351.330435/2022-41 / 1280524
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4607996223

CARVALHAES PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA / 01.530.501/0002-23
25351.349854/2022-56 / 1280447
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4643849223

TSV TRANSPORTES RAPIDOS LTDA / 00.634.453/0018-18
25351.353473/2022-71 / 1280402
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4650218225

ORTO MEDICAL MATERIAIS CIRURGICOS LTDA / 11.994.394/0001-67
25351.349889/2022-95 / 1280464
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4643886226

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.184, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SOFT TRANSPORTES EIRELI / 39.698.646/0001-20
25351.684569/2021-06 / 1270011
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4626044221

A L R P ALVES & CIA LTDA / 10.985.036/0001-25
25351.608746/2019-25 / 1198210
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 4626889228
25351.608746/2019-25 / 1198210
7024 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 4626828226

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.185, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

MLB FARMACIA DE MANIPULACAO E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 34.034.612/0001-17
25351.328195/2022-14 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4604341221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.132, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138 aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º A presente habilitação terá validade de 4 (quatro) anos, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º O(s) escopo(s) habilitado(s) são(erão) publicado(s) no portal eletrônico da ANVISA: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/laboratorios.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
RAZÃO SOCIAL CNPJ
CÓD. REBLAS
ENDEREÇO CIDADE UF

70675 - REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 4472413/22-1
Cerelab Laboratório Químico SC Ltda. 53.687.752/0001-39
125
Rua Itapeva, n° 142 - Bela Vista. São Paulo/SP

70675 - REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 4681408/22-1
Laboratório Lanatec Eireli. 08.533.680/0001-00
262
Rua São Paulo, n° 2166 - Vila Maceno. São José do Rio Preto/SP

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.133, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138 aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de habilitação na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
LABORATÓRIO CNPJ
ENDEREÇO CIDADE UF
MOTIVAÇÃO INDEFERIMENTO

70675 - REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 4615167/22-9
Invitrocell Avaliação Molecular e Celular Ltda. 20.932.396/0001-12
Avenida Professor Benedicto Montenegro nº 240. Paulínia/SP
Descumprimento do art 7º, inciso II, alíneas "a" e "b".

5ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.092, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art.160, aliado ao art.203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº346 de 2002, resolve:

Art. 1º Deferir o pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas ou Autorização Especial de Empresas prestadoras de serviços de armazenagem de mercadorias sob vigilância sanitária em Terminais Aquaviários, Portos Organizados, Aeroportos, Postos de Fronteira e Recintos Alfandegados em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: CONCESSIONARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
ENDEREÇO: RODOVIA MG-10, KM 9, MEZANINO, PRÉDIO DE ADMINISTRAÇÃO. SALA B-13A
BAIRRO: AEROPORTO
MUNICÍPIO: CONFINS
UF: MG
CEP: 33.500-900
CNPJ: 19.674.909/0001-53
PROCESSO: 25761.000001/2022-97 (EXP: 2293993/22-1)
AUTORIZ/MS: 9.07624-5
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: ARMAZENAGEM DE PRODUTOS PARA SAÚDE.
MOTIVO: CONCESSÃO POR TRANSCURSO DE PRAZO DE ANÁLISE DA RDC 416/2020, CONFORME DISPOSTO NO ART. 10º § 1º DO DECRETO 10.178, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019. PUBLICAÇÃO RETROATIVA À 11 DE JUNHO DE 2022.

MATRIZ
EMPRESA: CONCESSIONARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
ENDEREÇO: RODOVIA MG-10, KM 9, MEZANINO, PRÉDIO DE ADMINISTRAÇÃO. SALA B-13A
BAIRRO: AEROPORTO
MUNICÍPIO: CONFINS
UF: MG
CEP: 33.500-900
CNPJ: 19.674.909/0001-53
PROCESSO: 25761.000002/2022-31 (EXP: 2293998/22-3)
AUTORIZ/MS: 9.07628-0
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: ARMAZENAGEM DE MEDICAMENTO.
MOTIVO: CONCESSÃO POR TRANSCURSO DE PRAZO DE ANÁLISE DA RDC 416/2020, CONFORME DISPOSTO NO ART. 10º § 1º DO DECRETO 10.178, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019. PUBLICAÇÃO RETROATIVA À 11 DE JUNHO DE 2022.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.093, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1ºIndeferir o pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: EMBRASG - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
ENDEREÇO: RUA ANHANGÁ, QUADRA 36-A, LOTE 14, S/N
BAIRRO: VILA BRASÍLIA
MUNICÍPIO: APARECIDA DE GOIÂNIA
UF: GO
CEP: 74.911-380
CNPJ: 01.248.111/0001-84
PROCESSO N°: 25756.000002/2022-19 (EXP.:3251886/22-3)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO ATENDEU INTEGRALMENTE AO ANEXO III DA RESOLUÇÃO RDC 345/2002 ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC 374/20 BEM COMO NÃO CUMPRIU AS DISPOSIÇÕES DA RDC Nº 204 DE 06/07/2005 QUE REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE PETIÇÕES SUBMETIDAS À ANÁLISE PELOS SETORES TÉCNICOS DA ANVISA. A EMPRESA NÃO APRESENTOU RELATÓRIO DESCRITIVO DE TODAS AS INSTALAÇÕES ONDE ESTÁ INSTALADA EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRA E RECINTO ALFANDEGADOS. A EMPRESA NÃO APRESENTOU COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA JUNTO AO(S) ÓRGÃO(S) LOCAL(IS) COMPETENTE(S) DA(S) UNIDADE(S) FEDERADA(S) ONDE SE DARÁ A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. A EMPRESA NÃO APRESENTOU DECLARAÇÃO SATISFATÓRIA INDICANDO OS LOCAIS (ENDEREÇOS COMPLETOS) ONDE SERÃO DISPOSTOS OS RESÍDUOS RECOLHIDOS. A EMPRESA NÃO APRESENTOU FORMULÁRIO DE PETIÇÃO ASSINADO DIGITALMENTE PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, CONFORME DISPOSTO NO ART. 2º - A, §8º, DA LEI Nº 12.682/2012 C/C O ART. 5º, § 2º, VI, E §5º, DA LEI Nº 14.063/2020 (CONVERSÃO DA MP Nº 983/20) E O ART. 2º, II, 'A', C/C O ART. 5º, I, DO DECRETO Nº 10.278/20.

MATRIZ
EMPRESA: TRANSFORMA GERENCIAMENTO DE RESIDUOS LTDA
ENDEREÇO: ROD. GOVERNADOR MARIO COVAS (BR-101), SN, KM 172
BAIRRO: CÓRREGO DO OURO
MUNICÍPIO: MACAÉ
UF: RJ
CEP: 27.980-970
CNPJ: 06.007.800/0001-10
PROCESSO: 25752024249/2022-52 (EXP.: 4300060/22-3)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: O ESGOTAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, AEROPORTOS, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS E POSTOS DE FRONTEIRAS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO APRESENTOU DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA PETIÇÃO PLEITEADA, INCISO VI, CONFORME RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ARTIGO 3º E ANEXO III DA RDC 345/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC Nº 374 DE 16 DE ABRIL DE 2020, COM BASE NA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DADA PELOS ARTIGOS 2º (INCISO VI E PARÁGRAFO ÚNICO), 3º, 5º, 14, 16 DO REGULAMENTO, ANEXOS I E III DA RESOLUÇÃO RDC 345/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC Nº 374 DE 16 DE ABRIL DE 2020; ARTIGO 2º (INCISO VI E PARÁGRAFO ÚNICO) DA RESOLUÇÃO RDC Nº 204, 06 DE JULHO DE 2005; INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 66/2020.

MATRIZ
EMPRESA: CONCESSIONÁRIA CENTRO SUL 1 SPE LTDA
ENDEREÇO: RUA DA ASSEMBLEIA 66, ANDAR 10
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RJ
CEP: 20.011-000
CNPJ: 24.264.867/0001-12
PROCESSO: 25752.024298/2022-95 (EXP: 4449806/22-1)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO APRESENTOU DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA PETIÇÃO PLEITEADA, INCISO VII, CONFORME RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ARTIGO 3º E ANEXO III DA RDC 345/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC Nº 374 DE 16 DE ABRIL DE 2020, COM BASE NA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DADA PELOS ARTIGOS 2º (INCISOS VII E PARÁGRAFO ÚNICO), 3º, 11, 14, 16 DO REGULAMENTO, ANEXOS I E III DA RESOLUÇÃO RDC 345/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC Nº 374 DE 16 DE ABRIL DE 2020; ARTIGO 2º (INCISO VI E PARÁGRAFO ÚNICO) DA RESOLUÇÃO RDC Nº 204, 06 DE JULHO DE 2005; INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 66, DE 1º E SETEMBRO DE 2020.

MATRIZ
EMPRESA: BIOSINDICO SERVIÇOS GERAIS EIRELI
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS 844, SALA 1701
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RJ
CEP: 20.071-001
CNPJ: 31.207.408/0001-62
PROCESSO: 25752.024302/2022-15 (EXP: 4456740/22-1)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO APRESENTOU DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA PETIÇÃO PLEITEADA, INCISO IV, CONFORME RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ARTIGO 3º E ANEXO III DA RDC 345/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC Nº 374 DE 16 DE ABRIL DE 2020, COM BASE NA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DADA PELOS ARTIGOS 2º (INCISOS IV E PARÁGRAFO ÚNICO), 3º, 11, 14, 16 DO REGULAMENTO, ANEXOS I E III DA RESOLUÇÃO RDC 345/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC Nº 374 DE 16 DE ABRIL DE 2020; ARTIGO 2º (INCISO VI E PARÁGRAFO ÚNICO) DA RESOLUÇÃO RDC Nº 204, 06 DE JULHO DE 2005; INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 66, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.

MATRIZ
EMPRESA: SIQUEM AMBIENTAL E RECICLAGEM LTDA
ENDEREÇO: RUA OTONIEL MOTA, 245
BAIRRO: ANTONINA
MUNICÍPIO: SÃO GONÇALO
UF: RJ
CEP: 24.445-285
CNPJ: 26.136.471/0001-15
PROCESSO: 25351.310959/2021-34 (EXP: 3648561/21-9)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO APRESENTOU DOCUMENTO NECESSÁRIO PARA PETIÇÃO PLEITEADA, INCISO VII, CONFORME EXIGIDO PELO ITEM 8 DA EXIGÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2718994/22-5; APRESENTOU INFORMAÇÕES DIVERGENTES AO PETICIONADO NÃO COMPROVANDO CAPACIDADE TÉCNICA PARA ATIVIDADE PLEITEADA E EMPRESAS PARA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS COLETADOS NÃO POSSUEM AFE; COM BASE NA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DADA PELOS ARTIGOS 2º (INCISOS VII E PARÁGRAFO ÚNICO), 3º, 5º, 14, 16 DO REGULAMENTO, ANEXOS I E III DA RESOLUÇÃO RDC 345/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC Nº 374 DE 16 DE ABRIL DE 2020; ARTIGOS 2º (PARÁGRAFO ÚNICO), 11 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO DA RESOLUÇÃO RDC Nº 204, 06 DE JULHO DE 2005; INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 66, DE 1º E SETEMBRO DE 2020

MATRIZ
EMPRESA: SANETRAN SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI
ENDEREÇO: RUA VEREADOR ADMAR BERTOLLI Nº 6159
BAIRRO: JARDIM MARAMBAIA
MUNICÍPIO: ALMIRANTE TAMANDARÉ
UF: PR
CEP: 83506-430
CNPJ: 95.391.876/0001-12
PROCESSO Nº. 25351.432506/2021-68 (EXP.: 3873552/21-3)
ÀREA: PAF
ATIVIDADE: ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO CUMPRIU A NOTIFICAÇÃO DE EXIGÊNCIA Nº 4741861/21-3, POIS APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO DIVERGENTE AO CÓDIGO DE ASSUNTO PAGO PARA A AFE PLEITEADA , EM DESACORDO COM O INCISO I, ANEXO III DA RDC Nº 345/2002

MATRIZ
EMPRESA: BRH SAUDE OCUPACIONAL LTDA
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 435, SALA 2001 A 2007
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RJ
CEP: 20.071-003
CNPJ: 11.243.246/0001-00
PROCESSO: 25752.024286/2022-61 (EXP: 4411812/22-3)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: ATENDIMENTO MÉDICO EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS E POSTOS DE FRONTEIRAS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO APRESENTOU DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA PETIÇÃO PLEITEADA, INCISO XI, CONFORME RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXO III DA RDC 345/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC Nº 374 DE 16 DE ABRIL DE 2020, COM BASE NA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DADA PELOS ARTIGOS 2º (INCISO XI E PARÁGRAFO ÚNICO), 3º, 5º, 10, 12, 14, 15 E 16 DO REGULAMENTO, ANEXOS I E III DA RESOLUÇÃO RDC 345/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC Nº 374 DE 16 DE ABRIL DE 2020; ARTIGO 2º (INCISO V E INCISOS I, II E PARÁGRAFO ÚNICO DO § 2º) DA RESOLUÇÃO RDC Nº 24/2005, RESOLUÇÃO RDC Nº 50/2002 E RESOLUÇÃO RDC 302/2005. E OS DOCUMENTOS TÉCNICOS NÃO ESTÃO ASSINADOS PELOS REPRESENTANTES LEGAL E TÉCNICO, COMO DISPOSTO PELO ARTIGO 16 DA RESOLUÇÃO RDC Nº 345/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC Nº 374 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.094, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Deferir o pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: SLOPSS TRANSPORTE E SERVIÇOS MARITIMOS LTDA
ENDEREÇO: PC REPUBLICA, Nº 69, SALA 3
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: SANTOS
UF: SP
CEP: 11.013-010
CNPJ: 20.899.193/0001-71
PROCESSO: 25351.184505/2022-82 (EXP: 4411269/22-8)
AUTORIZ/MS: 9.09990-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL;

MATRIZ
EMPRESA: TRULY NOLEN DO SUL SERVIÇOS DE IMUNIZAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV GETULIO VARGAS, Nº 1371
BAIRRO: NITEROI
MUNICÍPIO: CANOAS
UF: RS
CEP: 92.120-024
CNPJ: 15.521.618/0001-74
PROCESSO N°: 25751.000003/2022-03 (EXP: 0539000/22-1)
AUTORIZ/MS: 9.09987-2
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO: CONCESSÃO POR TRANSCURSO DE PRAZO DE ANÁLISE DA RDC 416/2020, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 10º § 1º DO DECRETO 10.178/2019. PUBLICAÇÃO RETROATIVA À 15/04/2022.

MATRIZ
EMPRESA: MAPARA SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
ENDEREÇO: R H S/N QUADRA 58 LOTE 62
BAIRRO: CIDADE JARDIM III
MUNICÍPIO: MARABÁ
UF: PA
CEP: 68.507-765
CNPJ: 27.607.393/0001-52
PROCESSO: 25351.275625/2021-15 (EXP: 3578959/21-9)
AUTORIZAÇÃO/MS: 9.09884-6
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO, COLETA E TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, AEROPORTOS, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS E POSTOS DE FRONTEIRAS;
MOTIVO: TRANSCURSO DE PRAZO DE ANÁLISE DA RDC 416/2020, CONFORME DISPOSTO NO ART. 10º § 1º DO DECRETO 10.178/2019. PUBLICAÇÃO RETROATIVA À 09/11/2021.

MATRIZ
EMPRESA: NM REIS IMUNIZADORA E EMPREENDIMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA CAPELINHA, S/N, RECANTO DE ARAMARI
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: ARAMARI
UF: BA
CEP: 48130-000
CNPJ: 40.783.960/0001-90
PROCESSO: 25742.001501/2022-74 (EXP: 4386213/22-8)
AUTORIZ/MS: 9.09962-5
ÁREA: PAF
ATIVIDADE:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.095, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art.160, aliado ao art.203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº61 de 2004, resolve:

Art. 1º Deferir o pleito de alteração de endereço de Autorização de Funcionamento de Empresas prestadoras de serviços de importação procedida por intermediação predeterminada em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: CLAC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV. ACESSO RODOVIÁRIO, S/Nº, QUADRA 6 L - M01 QUADRA 01 L - M18 A M23, SALA 201
BAIRRO: TERMINAL INTERMODAL DA SERRA
MUNICÍPIO: SERRA
UF: ES
CEP: 29161-376
CNPJ: 31.274.384/0001-64
PROCESSO: 25748.755280/2014-91 (EXP. 4276635/22-5)
AUTORIZ/MS: 9.06939-8
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO POR INTERMEDIAÇÃO PREDETERMINADA DE PRODUTOS PARA SAÚDE E PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO".

MATRIZ
EMPRESA: CLAC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV. ACESSO RODOVIÁRIO, S/Nº, QUADRA 6 L - M01 QUADRA 01 L - M18 A M23, SALA 201
BAIRRO: TERMINAL INTERMODAL DA SERRA
MUNICÍPIO: SERRA
UF: ES
CEP: 29161-376
CNPJ: 31.274.384/0001-64
PROCESSO: 25748.755267/2014-41 (EXP. 4276640/22-9)
AUTORIZ/MS: 9.06938-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.

MATRIZ
EMPRESA: CLAC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV. ACESSO RODOVIÁRIO, S/Nº, QUADRA 6 L - M01 QUADRA 01 L - M18 A M23, SALA 201
BAIRRO: TERMINAL INTERMODAL DA SERRA
MUNICÍPIO: SERRA
UF: ES
CEP: 29161-376
CNPJ: 31.274.384/0001-64
PROCESSO: 25748.104526/2004-97 (EXP. 4276545/22-6)
AUTORIZ/MS: 9.00238-8
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO POR INTERMEDIAÇÃO PREDETERMINADA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E PERFUMES.

MATRIZ
EMPRESA: CLAC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV. ACESSO RODOVIÁRIO, S/Nº, QUADRA 6 L - M01 QUADRA 01 L - M18 A M23, SALA 201
BAIRRO: TERMINAL INTERMODAL DA SERRA
MUNICÍPIO: SERRA
UF: ES
CEP: 29161-376
CNPJ: 31.274.384/0001-64
PROCESSO: 25748.383498/2021-65 (EXP. 4276371/22-8)
AUTORIZ/MS: 9.09541-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS COM EMPREGO NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art.160, aliado ao art.203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº345 de 2002, resolve:

Art. 1º Deferir o pleito de alteração de razão social de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: PLANETA ÁGUA EXPRESS EIRELI
ENDEREÇO: AV. LEOPOLDINO CANUTO DE MELO, 352
BAIRRO: CAIXA D'ÁGUA
MUNICÍPIO: OLINDA
UF: PE
CEP: 53.210-250
CNPJ: 10.779.162/0001-23
PROCESSO: 25757.681243/2010-20 (EXP: 4649243/22-0)
AUTORIZ/MS: 9.03438-8
ÁREA: PAF
ATIVIDADE:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA CONSUMO HUMANO DE BORDO DE VEÍCULOS TERRESTRES QUE OPEREM TRANSPORTE COLETIVO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES;

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.097, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345 de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

FILIAL
EMPRESA: THOM & CIA LTDA
ENDEREÇO: AV D. LUIS, Nº 500 - SALA 704
BAIRRO: ALDEOTA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.060-230
CNPJ: 10.782.530/0005-16
PROCESSO: 25763.005115/2004-21 (EXP: 4271496/22-6)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.00192-8 (GHL9HY08486Y)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 01/08/2008.

MATRIZ
EMPRESA: REGIS KLINTON DE SOUSA BEZERRA ME
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO LORDA, Nº 167
BAIRRO: VILA UNIÃO
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.416-250
CNPJ: 02.321.175/0001-26
PROCESSO: 25763.164780/2009-60 (EXP: 4282146/22-1)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.02392-1 (UL12ML07H34W)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM EMBARCAÇÕES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, AERONAVES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 09/06/2016.

MATRIZ
EMPRESA: BARA NAVEGAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: RUA DR. JOSÉ LOURENÇO, Nº 870 - SALA 204
BAIRRO: ALDEOTA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.115-280
CNPJ: 07.201.672/0001-04
PROCESSO: 25763.011460/2006-66 (EXP: 4283556/22-9)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.00760-0 (PL86915L862M)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 20/04/2011.

MATRIZ
EMPRESA: HIDROSERV IND. E COM. LTDA
ENDEREÇO: AV PRINCIPAL - BR 116 KM 45, Nº 255
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL
MUNICÍPIO: PACAJUS
UF: CE
CEP: 62.870-000
CNPJ: 00.427.152/0001-75
PROCESSO: 25763.019761/2003-95 (EXP: 4283743/22-0)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.00018-8 (KP36H347MX44)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE AERONAVES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÃO E PASSAGEM DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 29/01/2019.

FILIAL
EMPRESA: AEROMED SERVIÇOS MÉDICOS INTEGRADOS LTDA
ENDEREÇO: AV SENADOR CARLOS JEREISSATI, Nº 3000
BAIRRO: SERRINHA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.741-900
CNPJ: 40.185.365/0002-33
PROCESSO: 25763.042276/2003-15 (EXP: 4284129/22-1)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.00055-5 (L8427626920M)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS E POSTOS DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 09/02/2015.

FILIAL
EMPRESA: IQS INSPEÇÕES TESTES CERTIFICAÇÕES E ENSAIOS LTDA
ENDEREÇO: RUA XIII, Nº 60
BAIRRO: PASSARÉ
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.744-790
CNPJ: 07.139.844/0002-48
PROCESSO: 25763.048200/2011-54 (EXP: 4284641/22-2)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.03635-8 (KH76YYM58M98)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM EMBARCAÇÕES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, AERONAVES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 30/03/2021.

MATRIZ
EMPRESA: LITTORA MARIS MARITIME E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.
ENDEREÇO: AV SANTOS DUMONT, Nº 1267 - SALA 1006
BAIRRO: ALDEOTA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.150-160
CNPJ: 11.263.030/0001-07
PROCESSO: 25763.649235/2014-23 (EXP: 4287501/22-3)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.06841-8 (UH3X6H06WH9M)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 09/10/2018.

FILIAL
EMPRESA: MAERSK BRASIL (BRASMAR) LTDA.
ENDEREÇO: AV SANTOS DUMONT, Nº 1.789 - SALAS 713/714
BAIRRO: ALDEOTA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.150-160
CNPJ: 30.259.220/0009-52
PROCESSO: 25763.576873/2010-32 (EXP: 4290400/22-5)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.03308-9
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 13/12/2012.

MATRIZ
EMPRESA: PROJETOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA
ENDEREÇO: PRAÇA PORTUGAL, Nº 44
BAIRRO: ALDEOTA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.160-230
CNPJ: 63.482.392/0001-92
PROCESSO: 25763.259620/2012-47 (EXP: 4295067/22-8)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.04692-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE AERONAVES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÃO E PASSAGEM DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 31/08/2021.

MATRIZ
EMPRESA: IQS INSPECOES TESTES CERTIFICAÇÕES E ENSAIOS LTDA
ENDEREÇO: RUA DOUTOR JOÃO DE DEUS, Nº 173

BAIRRO: FÁTIMA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.040-350
CNPJ: 07.139.844/0001-67
PROCESSO: 25763.566738/2007-19 (EXP: 4303170/22-6)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.01731-6 (KH76YYM57X98)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM EMBARCAÇÕES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, AERONAVES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 30/03/2021.

MATRIZ
EMPRESA: CONSTRUNORTE COMÉRCIO, CONSULTORIAS E TRANSPORTES LTDA ENDEREÇO: AV DA ABOLIÇÃO, Nº 1810
BAIRRO: MEIRELES
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.165-080
CNPJ: 13.474.918/0001-14
PROCESSO: 25763.096219/2014-68 (EXP: 4343734/22-6)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.06258-5
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 05/01/2022.

FILIAL
EMPRESA: WINDROSE SERVIÇOS MARITIMOS E REPRESENTAÇÕES LTDA
ENDEREÇO: AV ENGENHEIRO LUIS VIEIRA, Nº 920 - SALA 404
BAIRRO: ANTONIO DIOGO
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.181-480
CNPJ: 10.646.750/0003-50
PROCESSO: 25763.143834/2007-92 (EXP: 4364286/22-1)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.02203-9 (PHX90L3HHY47)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 07/02/2020.

MATRIZ
EMPRESA: NMLTANKERS SERVICOS MARITIMOS LTDA
ENDEREÇO: AV DOM LUIZ, Nº 500 - SALA 704
BAIRRO: ALDEOTA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.160-230
CNPJ: 18.965.275/0001-25
PROCESSO: 25763.124862/2014-69 (EXP: 4364879/22-7)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.06259-9
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 21/07/2020.

FILIAL
EMPRESA: WILSON SONS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA
ENDEREÇO: RUA COSTA BARROS, Nº 915 - SALAS 1101/1103/1105
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.160-280
CNPJ: 00.423.733/0006-43
PROCESSO: 25763.625187/2010-24 (EXP: 4376033/22-3)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.03365-5 (GK26478X3L97)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 01/01/2021.

MATRIZ
EMPRESA: MARSHIP SERVICOS DE LOGISTICA E AGENCIAMENTOS MARITIMOS LTDA
ENDEREÇO: AV DOM LUIZ, Nº 500 - SALA 628 SHOPPING ALDEOTA EXPANSÃO
BAIRRO: ALDEOTA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.160-230
CNPJ: 06.237.061/0001-53
PROCESSO: 25763.127855/2004-18 (EXP: 4376180/22-1)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.00271-1 (PLX5HLY29YW2)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 04/10/2019.

FILIAL
EMPRESA: AW SERVICOS AUXILIARES LTDA
ENDEREÇO: RUA ALVARES CABRAL, Nº 3000
BAIRRO: SERRINHA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.741-900
CNPJ: 04.553.702/0002-34
PROCESSO: 25763.139115/2004-24 (EXP: 4376770/22-2)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.00486-4 (G424XLY3X664)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE AERONAVES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÃO E PASSAGEM DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 09/02/2015.

MATRIZ
EMPRESA: GILSON MELO PINHEIRO
ENDEREÇO: RUA HENRIQUE ELLERY, Nº 499 - ALTOS
BAIRRO: ELLERY
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.320-410
CNPJ: 05.846.389/0001-04
PROCESSO: 25763.142098/2005-93 (EXP: 4376925/22-0)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.00600-7 (P1550M738X78)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS E POSTOS DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 24/03/2015.

MATRIZ
EMPRESA: CENAVE CEARA CARGAS E REPRESENTACOES LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTONELE BEZERRA, Nº 316A
BAIRRO: MEIRELES
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.160-070
CNPJ: 35.039.999/0001-67
PROCESSO: 25763.144707/2004-68 (EXP: 4377387/22-7)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.00449-7 (HYM11W2676H7)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 16/01/2019.

FILIAL
EMPRESA: SGS DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: RUA CARLOS VASCONCELOS, Nº 1438
BAIRRO: ALDEOTA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.115-170
CNPJ: 33.182.809/0016-17
PROCESSO: 25763.160584/2004-11 (EXP: 4377638/22-8)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.00498-6 (Y2H1W89M19H0)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM EMBARCAÇÕES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, AERONAVES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 07/07/2016.

MATRIZ
EMPRESA: JORGE F SAADE
ENDEREÇO: RUA DR. PAULO MARCELO, Nº 2860
BAIRRO: EDSON QUEIROZ
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.835-050
CNPJ: 06.007.656/0001-12
PROCESSO: 25763.786312/2014-68 (EXP: 4393467/22-6)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.07023-9 (K675334L07XX)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ESGOTAMENTO, COLETA E TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, AEROPORTOS, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS E POSTOS DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 26/01/2017.

MATRIZ
EMPRESA: CONSTRUCTOR SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA - EPP
ENDEREÇO: AV ALBERTO CRAVEIRO, Nº 430
BAIRRO: DIAS MACEDO
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.860-000
CNPJ: 72.081.227/0001-10
PROCESSO: 25763.171941/2002-04 (EXP: 4393764/22-1)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.00049-5 (H814HH7WH292)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRA E RECINTOS ALFANDEGADOS.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 27/10/2020.

MATRIZ
EMPRESA: PRESAA PRESTADORA DE SERVIÇOS AUXILIARES AEROTERRESTRES LTDA
ENDEREÇO: AV DESEMBARGADOR MOREIRA, Nº 1940
BAIRRO: ALDEOTA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.170-001
CNPJ: 74.044.009/0001-30
PROCESSO: 25763.190314/2005-15 (EXP: 4395112/22-1)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.00775-2 (7534XY6W2LLX)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE AERONAVES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÃO E PASSAGEM DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 20/02/2019.

MATRIZ
EMPRESA: VIAMAR NAVEGAÇÃO E TURISMO LTDA
ENDEREÇO: AV ABOLIÇÃO, Nº 4521 - SALA 3
BAIRRO: MUCURIPE
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.165-082
CNPJ: 09.106.633/0001-53
PROCESSO: 25763.728584/2014-12 (EXP: 4401654/22-9)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.06924-5
ÁREA: PAF

ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 26/10/2018.

MATRIZ
EMPRESA: JOSÉ EULINO DE OLIVEIRA FILHO ME
ENDEREÇO: RUA ROCHA LIMA, Nº 271
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.135-000
CNPJ: 05.557.751/0001-27
PROCESSO: 25763.226583/2009-45 (EXP: 4501092/22-7)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.02524-8 (UH056L30M3L2)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS E POSTOS DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 24/02/2021.

MATRIZ
EMPRESA: AQUABOMBAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ENDEREÇO: AV PONTES VIEIRA, Nº 644
BAIRRO: SÃO JOÃO DO TAUAPE
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.130-240
CNPJ: 03.449.491/0001-40
PROCESSO: 25763.279346/2011-33 (EXP: 4511996/22-1)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.03762-6 (P323MX52L4W8)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA CONSUMO HUMANO DE BORDO DE VEÍCULOS TERRESTRES QUE OPEREM TRANSPORTE COLETIVO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 06/08/2018.

MATRIZ
EMPRESA: FLUCTUS CONSULTORIA, COMERCIO E TRANSPORTE LTDA ME
ENDEREÇO: RUA DR THOMPSON BULCAO, Nº 523 - LOJA 04
BAIRRO: ENG LUCIANO CAVALCANTE
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.810-460
CNPJ: 24.261.490/0001-48
PROCESSO: 25763.238995/2016-11 (EXP: 4514810/22-4)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.07665-7 (0161H71Y4114)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRA E RECINTOS ALFANDEGADOS.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 21/06/2018.

MATRIZ
EMPRESA: JOSE RAIMUNDO CABRAL POMPEU ALVES
ENDEREÇO: AV SARGENTO HERMINIO, Nº 1668
BAIRRO: MONTE CASTELO
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.350-502
CNPJ: 04.535.962/0001-04
PROCESSO: 25763.248290/2005-92 (EXP: 4515277/22-2)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.00783-0 (U02476L18HX5)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM EMBARCAÇÕES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, AERONAVES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 26/10/2018.

MATRIZ
EMPRESA: SERVMAR SERVIÇOS MARITIMOS LTDA
ENDEREÇO: RUA OLGA BARROSO, Nº 108
BAIRRO: MUCURIPE
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.175-390
CNPJ: 07.330.012/0001-23
PROCESSO: 25763.773710/2008-58 (EXP: 4502692/22-1)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.02453-2 (KXX62L6XW7MH)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 26/10/2018.

MATRIZ
EMPRESA: IMPLEMENT GESTAO, PROJETO E TREINAMENTO EIRELI - ME
ENDEREÇO: AV TREZE DE MAIO, Nº 1116 - SALA 1401
BAIRRO: FÁTIMA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.040-530
CNPJ: 19.281.238/0001-60
PROCESSO: 25763.439949/2017-51 (EXP: 4528791/22-1)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.08129-2
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE AERONAVES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÃO E PASSAGEM DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 09/12/2021.

FILIAL
EMPRESA: OLIVEIRA MARINI SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA
ENDEREÇO: AV SENADOR CARLOS JEREISSATI, Nº 3000
BAIRRO: SERRINHA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.711-210
CNPJ: 00.489.868/0032-01
PROCESSO: 25763.483402/2006-31 (EXP: 4565645/22-2)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.01086-9 (KU2786H01878)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE AERONAVES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÃO E PASSAGEM DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 14/12/2018.

MATRIZ
EMPRESA: ECOPRAG FORTALEZA PEST CONTROL DETETIZACAO E SAUDE AMBIENTAL LTDA
ENDEREÇO: AV SENADOR FERNANDES TAVORA, Nº 541.
BAIRRO: HENRIQUE JORGE
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.510-290
CNPJ: 21.578.129/0001-51
PROCESSO: 25763.532695/2017-40 (EXP: 4566064/22-6)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.08142-6 (0X316WL07Y6L)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM EMBARCAÇÕES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, AERONAVES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 05/01/2022.

FILIAL
EMPRESA: OMEGA SERVICOS EM SAUDE LTDA
ENDEREÇO: AV SENADOR CARLOS JEREISSATI, Nº 3000
BAIRRO: SERRINHA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.741-900
CNPJ: 02.726.717/0007-36
PROCESSO: 25763.566166/2013-31 (EXP: 4572107/22-6)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.05918-9 (GX72MMLYLL98)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS E POSTOS DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 27/09/2018.

MATRIZ
EMPRESA: FRILOG LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: AV SANTOS DUMONT, Nº 1740 - SALA 210
BAIRRO: ALDEOTA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.150-160
CNPJ: 07.099.224/0001-41
PROCESSO: 25763.595977/2007-86 (EXP: 4572638/22-8)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.01573-1 (U4769WXHY868)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 26/10/2018.

FILIAL
EMPRESA: AGILE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI
ENDEREÇO: RUA DOM PEDRO II, Nº 1215
BAIRRO: FRANCISCANOS
MUNICÍPIO: JUAZEIRO DO NORTE
UF: CE
CEP: 63.020-030
CNPJ: 11.312.296/0003-64
PROCESSO: 25763.597832/2018-72 (EXP: 4572948/22-4)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.08588-8 (P94X269YL6W7)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE AERONAVES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÃO E PASSAGEM DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 28/12/2020.

MATRIZ
EMPRESA: CARLOS EDUARDO CASTRO DE ARAUJO
ENDEREÇO: RUA BEATRIZ, Nº 51
BAIRRO: BARROSO
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.862-700
CNPJ: 07.619.392/0001-10
PROCESSO: 25763.611039/2013-84 (EXP: 4584252/22-3)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.05972-4 (PHH67270H605)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM EMBARCAÇÕES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, AERONAVES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 27/10/2020.

MATRIZ
EMPRESA: AQUASERV COM. DE BOMBAS HIDRÁULICAS E SERVIÇOS LTDA - ME
ENDEREÇO: ROD CE 040, KM 18 Nº S/N
BAIRRO: VILA MACHUCA
MUNICÍPIO: AQUIRAZ
UF: CE
CEP: 61.700-000
CNPJ: 13.164.021/0001-94
PROCESSO: 25763.705752/2011-51 (EXP: 4584545/22-0)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.04248-8 (U8MWWLLM208X)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA CONSUMO HUMANO DE BORDO DE VEÍCULOS TERRESTRES QUE OPEREM TRANSPORTE COLETIVO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 25/04/2019.

FILIAL
EMPRESA: SATA - SERVIÇOS AUXIL. TRANSPORTE AEREO LTDA
ENDEREÇO: AV SENADOR CARLOS JEREISSATI, Nº 3000
BAIRRO: SERRINHA
MUNICÍPIO: FORTALEZA

UF: CE
CEP: 60.741-970
CNPJ: 33.437.435/0007-42
PROCESSO: 25763.734081/2008-85 (EXP: 4585020/22-8)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.02898-1 (96H1M6246X77)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE AERONAVES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÃO E PASSAGEM DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 15/01/2019.

FILIAL
EMPRESA: MED MAIS SOLUCOES EM SERVICOS ESPECIAIS EIRELI
ENDEREÇO: AV SENADOR CARLOS JEREISSATI, Nº 3000
BAIRRO: SERRINHA
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.741-900
CNPJ: 09.557.452/0010-34
PROCESSO: 25763.761369/2018-29 (EXP: 4608811/22-3)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.08640-6 (P1W88844X0M0)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS E POSTOS DE FRONTEIRAS.
MOTIVO: EMPRESA BAIXADA NA RECEITA FEDERAL DESDE 29/12/2020.

MATRIZ
EMPRESA: ANTONIO JAILSON ARRAIS
ENDEREÇO: RUA TRAVESSA DOMINGOS ALVES RIBEIRO, N° 103 - CASA 103
BAIRRO: JANGURUSSU
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.865-050
CNPJ: 11.615.061/0001-80
PROCESSO: 25763.772851/2014-60 (EXP: 4612010/22-6)
AUTORIZAÇÃO MS: 9.07025-6 (K09X59754MMW)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM EMBARCAÇÕES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, AERONAVES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA.
MOTIVO: EMPRESA INAPTA NA RECEITA FEDERAL DESDE 28/02/2019.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE nº 930, de 24 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União n° 59, de 28 de março de 2022, seção 1,

ONDE SE LÊ:
"MATRIZ
EMPRESA: T. GLOBO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV BRIGADEIRO FARIA LIMA 2152 SALA 8D
BAIRRO: JARDIM PAULISTANO
MUNICÍPIO: SÃO PAULO
UF: SP
CEP: 01.451-904
CNPJ: 15.135.338/0001-28
PROCESSO: 25759.343977/2022-09 (EXP: 1160847/22-3)
'AUTORIZ/MS: 1.27165-9'
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E PARA DIAGNOSTICO IN VITRO, POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO."

LEIA-SE:
"MATRIZ
EMPRESA: T. GLOBO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV BRIGADEIRO FARIA LIMA 2152 SALA 8D
BAIRRO: JARDIM PAULISTANO
MUNICÍPIO: SÃO PAULO
UF: SP
CEP: 01.451-904
CNPJ: 15.135.338/0001-28
PROCESSO: 25759.343977/2022-09 (EXP: 1160847/22-3)
'AUTORIZ/MS: 9.09993-2'
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E PARA DIAGNOSTICO IN VITRO, POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO."

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE n° 5.216, de 20 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União n° 223, de 23 de novembro de 2009, e em Suplemento, pág. 03,

ONDE SE LÊ:
"MATRIZ
EMPRESA: RDM AGÊNCIA E OPERADOR MARÍTIMO LTDA.
AUTORIZ/MS:P6Y4-29XH-6H6L
'CNPJ: 07.700.697/000152'
PROCESSO Nº 25767.451852/2009-15 - EXPEDIENTE: 585498/09-9
ENDEREÇO: RUA EUCLIDES DA CUNHA, Nº 105
BAIRRO: GONZAGA
MUNICÍPIO: SANTOS
UF: SP
CEP: 11.065-100
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL. "

LEIA-SE:
"MATRIZ
EMPRESA: RDM AGÊNCIA E OPERADOR MARÍTIMO LTDA.
AUTORIZ/MS:P6Y4-29XH-6H6L
'CNPJ: 05.321.105/0001-66'
PROCESSO Nº 25767.451852/2009-15 - EXPEDIENTE: 585498/09-9
ENDEREÇO: RUA EUCLIDES DA CUNHA, Nº 105
BAIRRO: GONZAGA
MUNICÍPIO: SANTOS
UF: SP
CEP: 11.065-100
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL. "

Ministério do Trabalho e Previdência

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.056, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022 (*)

Estabelece diretrizes e procedimentos para os processos de Supervisão Técnica em Benefícios e Revisões Administrativas e de Ofício no âmbito da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o cidadão - Dirben.

O DIRETOR DE BENEFÍCIOS E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 35014.314853/2022-75, resolve:

Art. 1º Definir o processo de Supervisão Técnica em Benefício como atividade de controle permanente da qualidade dos atos praticados no âmbito do Reconhecimento do Direito dos benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social e os fluxos operacionais para correção de erros formais nas tarefas concluídas pelos Serviços de Centralização da Análise de Reconhecimento de Direitos, Manutenção de Benefícios e de Atendimento de Demandas Judiciais de Benefícios - Ceabs.

Art. 2º Compõe o programa de Supervisão Técnica em Benefícios, os procedimentos de:

I - supervisões técnicas em benefícios;

II - revisões administrativas deferidas com identificação de inconsistências do processo de análise de benefícios, relativas a aspectos procedimentais ou de direito; e

III - revisões de ofício decorrentes de inconsistências procedimentais ou de direito identificadas por meio do exercício do princípio da autotutela administrativa.

CAPÍTULO I

SUPERVISÃO TÉCNICA EM BENEFÍCIOS

Seção I

Dos procedimentos de supervisão técnica de benefícios

Art. 3º As supervisões técnicas de Benefícios têm como objetivo monitorar a qualidade dos processos administrativos de Reconhecimento de Direitos no âmbito da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão por meio de seleção baseada em critérios estatísticos predefinidos.

§ 1º Poderão ser objeto da supervisão técnica indicações de erros administrativo encaminhadas aos Serviços de Gerenciamento de Benefícios - SGBEN das Gerências Executivas.

§ 2º As Superintendências Regionais poderão realizar supervisões técnicas conforme suas demandas regionais, desde que não comprometa a execução das supervisões técnicas de que tratam o caput deste artigo.

Art. 4º Poderão ser objeto da supervisão técnica do reconhecimento de direitos os requerimentos de benefícios das espécies de:

I - aposentadorias;
II - pensões por morte;
III - auxílio-reclusão;
IV - salário maternidade;
V - benefícios assistenciais;
VI - certidão de tempo de contribuição; e
VII - seguro desemprego do pescador artesanal - SDPA.

Parágrafo único. Poderão, a critério da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - Dirben, ser objeto de supervisão técnica os serviços de atualização e cadastro que geram impacto no reconhecimento e/ou manutenção do direito.

Art. 5º A Supervisão Técnica do Reconhecimento do Direito será realizada considerando os aspectos materiais e formais do processo.

§ 1º As questões a serem observadas na atividade de Supervisão Técnica serão definidas conforme a especificidade de cada espécie e requerimento de benefício e serviço.

§ 2º Os parâmetros a serem observados pelo Supervisor Técnico em cada critério avaliativo estão especificados no Anexo II - Manual da Supervisão Técnica, desta Portaria.

Art. 6º A atividade de supervisão técnica será realizada pelas Superintendências Regionais, por equipe técnica específica, definida em Portaria Regional, e gerenciada pela Coordenação de Gestão de Benefícios - Coben.

Seção II

Da composição da amostra estatística da supervisão técnica

Art. 7º A amostra da Supervisão Técnica será composta pelos requerimentos concluídos por Superintendência Regional, dos últimos dois meses, selecionados de forma aleatória simples pela Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - Dirben.

§ 1º A Dirben poderá compor a amostra utilizando de critérios baseados em desvios de padrões de comportamentos para verificação de distorções nas análises dos requerimentos.

§ 2º A amostra aleatória será gerada pela Dirben bimestralmente e distribuída às Superintendências Regionais para análise.

§ 3º As Superintendências Regionais, por meio da Equipe de Supervisores definida, deverão analisar as supervisões técnicas sob sua responsabilidade, conforme diretrizes definidas pela Dirben.

§ 4º A responsabilidade de acompanhamento e monitoramento das análises e resultados das supervisões técnicas no âmbito da Superintendência Regional e Gerências Executivas, respectivamente, é da Coordenação de Gestão de Benefícios - Coben e dos Serviços de Gerenciamento de Benefícios - SGBEN.

§ 5º As Gerências Executivas, por meio do SGBEN, deverão garantir a formação e manutenção de equipe mínima de supervisores, conforme a demanda ordinária e extraordinária de supervisão e critérios definidos pela Coben.

Art. 8º A critério da Dirben, poderão compor a amostra os requerimentos analisados automaticamente ou sem que tenha havido a análise manual do requerimento.

Seção III

Dos indicadores de desempenho da qualidade

Art. 9º Ficam definidos como indicadores de desempenho da qualidade:

I - índice de conformidade - IC;
II - índice de decisões ratificadas - IDR;
III - índice de processos a serem reanalisados - IPR; e
IV - índice de reversão da decisão - IRD.

§ 1º Comporão a base de cálculo dos indicadores somente as supervisões técnicas cuja origem tenha sido a seleção de amostra aleatória, conforme artigo 7º.

§ 2º Compõe o Índice de Conformidade o total de processos que tiveram ratificação plena na análise da supervisão e sem nenhum indicativo de revisão procedimental ou de mérito.

§ 3º Compõe o Índice de Decisões Ratificadas o total de processos cuja decisão de deferimento ou indeferimento tenha sido mantida, mesmo que tenha havido necessidade de realização de algum tipo de revisão no processo.

§ 4º Compõe o Índice de Processos a serem Reanalisados o total de processos supervisionados cuja conclusão da supervisão tiveram indicativo de revisão.

§ 5º Compõe o Índice de Reversão da Decisão o total de processos supervisionados cuja supervisão indicou a não ratificação da decisão de deferimento ou indeferimento.

§6º A fórmula de cálculo de cada um dos indicadores e métricas de desempenho estão definidas no Anexo III - Indicadores de Desempenho da Qualidade.

CAPÍTULO II

REVISÃO ADMINISTRATIVA E REVISÃO DE OFÍCIO

Art. 10. A revisão é o procedimento administrativo utilizado para reavaliação dos atos praticados pelo INSS, podendo ser iniciada de ofício, a pedido do titular ou seu representante, por determinação judicial ou recursal, ou por determinação de órgãos de controle externo.

Parágrafo único. Os procedimentos quanto ao processamento da revisão administrativa, inclusive quando de ofício, deverão seguir o disposto na PORTARIA Dirben/INSS Nº 997, DE 28 DE MARÇO DE 2022, e será processada através dos requerimentos dos seguintes serviços:

I - Revisão - Código 2071, para as solicitações de interessados, procuradores ou representantes legais para que haja reconsideração da decisão administrativa.

II - Revisão Administrativa de Benefício por Incapacidade - Código 6268, para as solicitações de interessados, procuradores ou representantes legais para que haja reconsideração da decisão administrativa de Benefícios por Incapacidade.

III - Revisão de Certidão de Tempo de Contribuição - Código 8934, para as solicitações de interessados, procuradores ou representantes legais para que haja reconsideração da decisão administrativa da emissão de Certidão por Tempo de Contribuição.

IV - Revisão Legado - Código 3912, serviço de uso interno, para as solicitações de Revisão realizadas anteriores à publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 3/DIRAT/Dirben/INSS, de 3 de maio de 2018, e cadastradas conforme Ofício-Circular Conjunto nº 14/Dirben/DIRAT/INSS de 20 de março de 2019 e Ofício-Circular nº 17 /Dirben/INSS de Em 5 de abril de 2019.

V - Revisão Extraordinária - Código 9154, serviço de uso interno, para as revisões a serem realizadas por ordem judicial.

VI - Revisão Administrativa em Fase Recursal - Código 4073, serviço de uso interno, para realização do procedimento da revisão da decisão administrativa quando na análise inicial do requerimento de recurso quando verificado necessidade de reversão da decisão inicial objeto do recurso administrativo, conforme procedimentos definidos na PORTARIA Dirben/INSS Nº 996, DE 28 DE MARÇO DE 2022.

VII - Revisão para COMPREV - Código 6012, serviço de uso interno, para realização do procedimento da revisão da decisão administrativa quando identificado erro na análise inicial do Benefício ou da emissão da Certidão por Tempo de Contribuição durante os procedimentos da Compensação Previdenciária.

VIII - Revisão de Ofício - Código 5172, serviço de uso interno, para realização do procedimento de revisão da decisão administrativa quando identificado erro na análise inicial dos requerimentos de benefícios ou de emissão de Certidão de Tempo de Contribuição.

IX - Revisão de Ofício Identificada - Código 16395, serviço de uso interno e exclusivo do programa de Supervisão Técnica, para realização do procedimento de revisão da decisão administrativa quando identificado erro na análise inicial dos requerimentos de benefícios ou de emissão de Certidão de Tempo de Contribuição, devendo a correção ser realizada pelo servidor responsável pela análise inicial.

CAPÍTULO III

REVISÃO DE OFÍCIO

Seção I

Das revisões de ofício

Art. 11. Considera-se revisão de ofício as revisões administrativas cuja identificação do erro administrativo tenha se originado do princípio da autotutela administrativa.

Parágrafo único. A autotutela administrativa do Processo Administrativo Previdenciário - PAP consiste no exercício do controle da legalidade dos atos processuais praticados, podendo ocorrer na esfera procedimental ou do mérito.

Art. 12. As revisões de ofício terão como origem:

I - supervisões técnicas;

II - determinação judicial;

III - identificação de erros sistêmicos; ou

IV - correção de falha operacional não vinculada à análise de mérito por iniciativa da:

a) próprio servidor que concluiu a tarefa;

b) serviço de Gerenciamento em Benefícios - SGBEN; ou

c) pelo supervisor técnico.

§ 1º A revisão de ofício por determinação judicial deverá ser feita por meio da tarefa "Revisão Extraordinária", código 9154.

§ 2º Os erros sistêmicos de que trata o inciso III são erros processuais cuja origem não tenha sido por ação de servidor específico.

§ 3º Poderão ser objeto de revisão de ofício demandas específicas identificadas pela Dirben ou pela Coben.

Seção II

Da indicação de erros administrativos

Art. 13. As indicações de erros administrativos serão encaminhadas ao Serviço de Gerenciamento de Benefícios da Gerência Executiva de vinculação do servidor responsável pela análise por meio do serviço "Indicação de erro administrativo", código 13975, seguindo o fluxo presente no Anexo I - Fluxo e Procedimentos do Programa de Supervisão Técnica, desta Portaria.

§ 1º Somente poderão realizar a indicação de erro administrativo gerentes de Agência da Previdência Social - APS, chefias das Seções de Reconhecimento de Direitos das Gerências Executivas - Sard, chefias dos Serviços de Gerenciamento do Atendimento - SGAT e de Benefícios das Gerências Executivas - SGBEN, e chefias das Coordenações, Divisões e Serviços das Superintendências Regionais das Coordenações de Gestão de Benefícios - Coben e Atendimento - Coat.

§ 2º A indicação de erro administrativo deverá ser utilizada somente nos casos em que:

I - o erro identificado se enquadre nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 18; ou

II - o gestor identifique necessidade de realização de supervisão técnica em casos específicos.

§ 3º O solicitante da Indicação de erro administrativo deverá informar por meio dos campos adicionais obrigatórios da tarefa:

I - protocolo da tarefa com indicação de erro;

II - número do benefício - NB / certidão de tempo de contribuição - CTC;

III - modalidade de análise: se a análise ocorreu no âmbito da Central de Análise de Benefícios - Ceab, ou por meio da análise das Tarefas Extraordinárias de Redução de Filas e Combate à Fraude - TERF;

IV - origem da solicitação: informação do âmbito de origem do solicitante, respeitando as limitações dispostas no § 1º;

V - tipo de erro administrativo identificado: se falha operacional não vinculada à análise de mérito, e sua tipologia; ou se erro procedimental ou de mérito com impacto no reconhecimento do direito;

VI - nos casos de erro procedimental ou se mérito com impacto no reconhecimento do direito é necessária justificativa para solicitação e o embasamento legal.

§ 4º A indicação do erro administrativo é um ato interno utilizado pelos gestores para casos específicos e excepcionais identificados e em hipótese nenhuma poderá ser objeto de requerimento externo.

§ 5º No cadastramento da indicação do erro administrativo a que se refere o caput do artigo não deverá ser informado o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF.

§ 6º Nos casos de análises de servidores lotados na Superintendência Regional, a indicação deverá ser encaminhada à Coordenação de Gestão de Benefícios.

§ 7º Nos casos de análises de servidores lotados na Administração Central, a indicação deverá ser encaminhada à Coordenação de Gestão de Benefícios da Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste.

§ 8º Nos casos de indicação de erro administrativo de requerimentos processados automaticamente deverá ser encaminhada para o SGBEN da Gerência Executiva de manutenção do benefício.

Art. 14. O SGBEN deverá analisar a Indicação de erro administrativo e:

I - quando se tratar de procedimentos para correção de falha operacional não vinculada à análise de mérito, cadastrar a tarefa "Solicitação de correção de erro formal de tarefa" e encaminhar para a Sard, SADJ ou Samb do servidor responsável pela análise do requerimento.

II - quando se tratar de solicitação de realização de supervisão técnica, cadastrar a tarefa de "Supervisão Técnica em Benefícios".

§ 1º O SGBEN deverá seguir os fluxos e procedimentos elencados no Anexo I relativos às tarefas de Indicação de erro administrativo e Supervisão Técnica em Benefícios.

§ 2º Nos casos de indicação que decorrerem de processamento automático, o SGBEN deverá, após verificar a inconsistência:

I - criar a tarefa de revisão de ofício, Código 5172, preenchendo os campos adicionais obrigatórios, informando o protocolo inicial a ser revisado;

II - encaminhar a tarefa de revisão de ofício para a Seção de Análise de Reconhecimento de Direitos - Sard da sua Gerência Executiva.

III - concluir a tarefa de indicação informando o encaminhamento dado em campo adicional e o protocolo da tarefa de revisão de ofício.

§ 3º Nas hipóteses do parágrafo anterior, o chefe da Sard deverá realizar a distribuição da Revisão de Ofício, Código 5172, a um servidor vinculado a sua seção, para que no prazo de 5 (cinco) dias, haja a correção do erro administrativo.

§ 4º Se a indicação de erro administrativo não apresentar elementos mínimos ou se apresentar fora do objeto do § 2º, o SGBEN poderá concluir a tarefa de solicitação de supervisão técnica informando a impossibilidade de encaminhamento.

Seção III

Dos fluxos e procedimentos da revisão de ofício de origem da supervisão técnica

Art. 15. A Supervisão Técnica utilizará para avaliação os critérios e diretrizes dispostos no Anexo II - Manual da Supervisão Técnica, desta Portaria.

§1º A Supervisão Técnica, quando identificar erros procedimentais ou de mérito, deverá concluir a atividade de supervisão indicando a necessidade de revisão do ato através da criação da tarefa de "Revisão de Ofício Identificada", Código 16395.

§ 2º Ao identificar a necessidade de revisão do ato, o supervisor deverá criar a subtarefa de "Acompanhamento da Revisão de Ofício" (Código 13976) associada a tarefa de Revisão de Ofício Identificada (Código 16395) e direcioná-la ao Serviço de Gerenciamento de Benefícios - SGBEN da gerência executiva de vinculação do servidor responsável pela análise do requerimento supervisionado.

§ 3º A tarefa de Supervisão Técnica deverá ser concluída com as informações dos critérios que deverão ser revistos de forma objetiva e clara.

Art. 16. O SGBEN deverá acompanhar as revisões de ofício dos servidores vinculados a sua Gerência Executiva, através do serviço "Acompanhamento da Revisão de Ofício" (Código 13976) de forma a garantir a realização dos procedimentos de revisão indicados.

§ 1º O SGBEN notificará o servidor responsável pela análise do requerimento supervisionado da necessidade de realizar a revisão do ato, e atribuí-lo como responsável da tarefa de Revisão de Ofício Identificada (Código 16395).

§ 2º O servidor responsável terá o prazo de 5(cinco) dias para iniciar os procedimento de revisões indicados. Se necessário realizar diligências administrativas, findado os prazos legais ou retornado os procedimentos encaminhados, o servidor terá o prazo de 5(cinco) dias para finalizar os elementos revisionais.

§ 3º Caso o servidor supervisionado tenha entendimento diverso do parecer da supervisão técnica, este deverá cadastrar a subtarefa de Parecer de Área Técnica - RD e encaminhar para manifestação da Coben.

§ 4º A Coben manifestará seu entendimento, e caso verifique que houve equívoco na análise da supervisão técnica, deverá notificar o Supervisor Técnico para correção do parecer da supervisão, e conclusão das tarefas e subtarefas de Revisões de Ofício Identificada e Acompanhamento da Revisão de Ofício. Caso a Coben ratifique o entendimento, o servidor supervisionado deverá prosseguir com os atos de revisão indicados.

§ 5º Após finalizar todos os procedimentos, o servidor responsável deverá notificar o SGBEN informando a revisão realizada.

§ 6º Após a notificação do servidor responsável de que trata o parágrafo anterior, o SGBEN deverá verificar se todos os procedimentos indicados foram realizados, e concluir a subtarefa de Acompanhamento da Revisão de Ofício (Código 13976).

§ 7º O servidor responsável pela tarefa revista e validada pelo SGBEN na forma do parágrafo anterior deverá proceder a conclusão da Revisão de Ofício Identificada (Código 16395), com o despacho conclusivo, devidamente fundamentado, indicando as correções realizadas.

§ 8º As atividades da Revisão de Ofício listadas nos §§ 1º a 7º poderão ser realizadas por servidor específico indicado pela SGBEN por meio de ato de designação emitido pela Gerência Executiva.

§ 9º Nos casos em que o SGBEN identificar impossibilidade ou recusa do servidor responsável de realizar as ações de correção necessárias, o SGBEN deverá comunicar à chefia imediata do servidor supervisionado, para as providências cabíveis, e à chefia da Seção de Análise de Reconhecimento de Direitos - Sard, encaminhando a subtarefa de Acompanhamento da Revisão de Ofício (Código 13976) à Sard.

§ 10 A Sard deverá realizar as ações necessárias para que a revisão seja processada, criando uma subtarefa de Revisão de Ofício, Código 5172, e encaminhando para a análise de servidor com competência para processamento da revisão, no prazo de 5(cinco) dias.

§ 11 Finalizados os procedimentos de Revisão de Ofício, a Sard deverá verificar se todos os procedimentos revisionais indicados pela Supervisão Técnica foram realizados, e concluir a subtarefa de Acompanhamento da Revisão de Ofício (Código 13976) e a tarefa de Revisão de Ofício Identificada (Código 16395).

§ 12 Os procedimentos das tarefas e subtarefas de Revisão de Ofício Identificada (Código 16395), Revisão de Ofício (Código 5172) e Acompanhamento da Revisão de Ofício (Código 13976) deverão seguir os procedimentos definidos no Anexo I - Fluxos e Procedimentos desta Portaria.

Seção IV

Dos procedimentos para correção de falha operacional não vinculada à análise de mérito

Art. 17. A revisão de ofício para correção de falha operacional não vinculada à análise de mérito se dará por iniciativa dos profissionais e serviço mencionados no art. 12, IV.

Art. 18. A revisão de ofício, mencionada no art. 17, deverá ser realizada somente nas hipóteses a seguir:

I - pelo servidor mencionado na alínea "a" do inciso IV do art. 12, para complementar ou corrigir informações;

II - pelo Serviço ou profissional mencionado na alínea "b" e "c" do inciso IV do art. 12 para:

a) inclusão de documentos ou relatórios alheios à análise;

b) despacho conclusivo ausente ou divergente da formatação no sistema de benefício;

c) inserção de despacho ou documentos, quando não anexado inicialmente;

d) encerramento da tarefa por erro de sistema; e

e) conclusão da tarefa com benefício não formatado (Crítica 02).

§1º Aplica-se os procedimentos de revisão descrito nesta seção, na hipótese de utilização de Número de Identificação do Trabalhador - NIT de terceiro na conclusão da tarefa ou equívoco na atribuição do NIT do titular, dependente, instituidor ou representante legal.

§2º Nos casos de falha operacional identificada pela Supervisão Técnica em Benefícios ou pelo SGBEN, em que também for constatado desconformidades na análise do reconhecimento do direito, mesmo que essas desconformidades não impactem diretamente em mudança da decisão administrativa, o processo supervisionado deverá ser encaminhado para Revisão de Ofício Identificada (Código 16395) observando o fluxo da Supervisão Técnica em Benefícios e da Revisão de Ofício.

Art. 19. É vedada a reabertura de tarefas nas Ceabs para as situações não enquadradas nas hipóteses estabelecidas pelo art. 18.

Art. 20. Na hipótese do inciso I do art. 18, o servidor deverá solicitar a reabertura à chefia de sua Seção pelo meio mais ágil disponível e deverá proceder a revisão e concluir a tarefa no mesmo dia da sua reabertura.

Art. 21. Na hipótese do inciso II do art. 18, o SGBEN ou o supervisor técnico deve criar a tarefa de "Solicitação de correção de erro formal em tarefa", código 9428, e transferir, mencionando as razões do pedido de forma clara e inequívoca, à respectiva Seção de Análise de Reconhecimento de Direitos (Sard), Manutenção (Samb) de Benefícios e de Atendimento de Demandas Judiciais (SADJ) que a tarefa objeto da solicitação foi analisada.

Art. 22. Compete às Sard, Samb e SADJ:

I - reabrir as tarefas objeto das solicitações mencionadas nos arts. 20 e 21;

II - notificar o servidor responsável pela revisão e garantir a conclusão da tarefa no mesmo dia que foi reaberta;

III - atribuir-se como responsável na tarefa de "Solicitação de correção de erro formal em tarefa", código 9428, e acompanhar a conclusão da tarefa reaberta; e

IV - concluir a tarefa mencionada no inciso III informando os procedimentos realizados.

§1º Na impossibilidade de reanálise pelo mesmo servidor que concluiu a tarefa objeto de reabertura, a Sard, Samb ou SADJ deverão escolher outro servidor para proceder a revisão, observando o inciso II do caput.

§2º Caso a correção não seja feita até o final do expediente, a tarefa deverá ser concluída novamente com despacho informando que não houve alteração após a reabertura, em observância ao § 1º.

§3º Na hipótese do §1º, deve ser criada a tarefa de "Revisão de Ofício", e atribuída ao servidor designado para análise.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Os Serviços de Gerenciamento do Atendimento e a Coordenação de Gestão do Atendimento deverão realizar as configurações necessárias nos sistemas SAG Gestão e Portal do Atendimento - PAT para cumprimento dos dispositivos desta Portaria e seus anexos.

Art. 24. A "Indicação de erro administrativo" - código 13975, "Supervisão Técnica em Benefícios" - código 16335, "Supervisão Técnica em Benefícios BPC" - código 16355, "Supervisão Técnica em Benefícios CTC" - código 16375, "Supervisão Técnica em Benefícios SDPA" - código 12921, "Revisão de Ofício" - código 5172, "Revisão de Ofício Identificada" - código 16395, "Acompanhamento da Revisão de Ofício" - código 13976 e "Solicitação de correção de erro Formal de tarefa" - código 9428 são serviços internos e para exercício do poder-dever da autotutela administrativa do INSS, portanto, não são serviços disponibilizados para requerimento do cidadão.

Parágrafo único. Quando o segurado não concordar dos parâmetros e méritos que ensejaram o deferimento ou indeferimento do seu requerimento, deve-se seguir as regras e procedimentos definidos nos artigos 578 a 590 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, e Portarias Dirben/INSS nº 996 e 997, de 28 de março de 2022.

Art. 25. Caso haja pedido de cópia de processo, o servidor deverá disponibilizar além da tarefa principal, todas as tarefas a ela vinculadas, inclusive "Revisão de Ofício" - código 5172 e "Revisão de Ofício Identificada" - código 16395.

Art. 26. Ficam revogados os seguintes dispositivos:

I - inciso IV, do artigo 7º e Seção I, do Anexo II, da Portaria nº 411 Dirben/INSS, de 22 de maio de 2020; e

II - seção VIII, da Portaria Dirben/INSS nº 952, de 01 de dezembro de 2021.

Art. 27. Os anexos desta portaria estão disponíveis no Portal do INSS na intraprev.

Art. 28. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON AKIO YAMADA

(*) Republicada por ter saído incorreções no original publicado no D.O.U. de 22 de setembro de 2022, seção 1, página 131.

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 546, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
205043 - Uma Orquestra Pela Estrada
Associaçao dos Moradores do Alto da Colina
CNPJ/CPF: 16.436.065/0001-14
Cidade: Conceição do Coité - BA;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 547, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
220300 - Conexões do Olhar
CRISTIANE BORGO FRANCOIS PRODUCAO CULTURAL - ME
CNPJ/CPF: 20.227.772/0001-78
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 33.876,00
Valor total atual: R$ 1.304.088,86

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 523/22, de 13/09/2022, publicada no D.O.U. n.º 175 de 14/09/2022, Seção 1, página 248, referente ao Projeto A Confissão de Leontina - Pronac: 220421:

Onde se lê: Rosirene Cirqueira da Visitação
Leia-se: Rosirene Cerqueira da Visitação

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 584, de 23 de maio de 2022 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos audiovisuais, relacionados nos anexos desta Portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/1991, Decreto nº 5.761/2006 e a Instrução Normativa vigente, passam para a fase de obtenção de doações e patrocínio.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO CHAVES LOPES

ANEXO I - artigo 18, §1º

220861 - MOSTRA DE CINEMA INFANTIL DE FLORIANÓPOLIS
Lume Produções Culturais
CNPJ/CPF: 04.703.940/0001-06
Processo: 01400000861202261
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 449.999,99
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização da 22ª edição da Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis, que inclui uma mostra competitiva de curtas nacionais, pré-estreia de longas-metragens nacionais, assim como a exibição de longas e curtas estrangeiros especialmente dedicados ao público infantil. Além disso, a programação inova ao realizar o MIF kids, encontro de mercado nacional para o audiovisual infantil. O projeto inclui oficinas de audiovisual para crianças e espetáculo de encerramento. Em paralelo, há uma programação para o público adulto com a realização do Encontro Nacional do Cinema Infantil e do Fórum de Cinema e Educação. Programação presencial e com transmissão on line, 100% gratuito.

220862 - Trindade - nos limites do Brasil
R.G.S Audiovisual Digital Submarino LTDA
CNPJ/CPF: 04.828.590/0001-04
Processo: 01400000862202214
Cidade: São Bernardo do Campo - SP;
Valor Aprovado: R$ 432.746,88
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A proposta visa a produção de um média metragem documental "Trindade - nos limites do Brasil", com 64minutos de duração, filmado e finalizado em Full HD. O média metragem narra uma expedição pela maior cordilheira de montanhas do Brasil, que por ficar submersa, poucos sabem sobre sua existência e de suas implicações.

220863 - Festival CineMarias: Mulheres Protagonistas - 2023/1
LUDICA PHOTOGRAPHIAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.142.466/0001-00
Processo: 01400000863202251
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 399.271,84
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A proposta visa a realização um Festival de Cinema Feminino, composto por: 01 Mostra de Cinema com filmes produzidos por mulheres (Mostra/Festival Audiovisual) com pelo menos 02 dias em 02 sessões. Integram a programação 01 Laboratório de produção audiovisual para 30 jovens, com oficinas de roteiro, direção e edição; 01 workshop com 3 rodas de bate-papos; 3 masrterclasses; e 3 shows musicais de encerramento nos dois dias de festival como produtos secundários.

220864 - DOCUMENTÁRIO A MÁQUINA - STOCK CAR
BRUNO CARVALHO YAMAGUCHI 03959418140
CNPJ/CPF: 19.003.774/0001-02
Processo: 01400000864202203
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 599.802,06
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: É um documentário (média metragem) com duração aproximada de30 minutos, captado e finalizado em 4K, que retratará da concepção à materialização de um carro de corrida da mais importante categoria do automobilismo brasileiro, a Stock Car, revelando todos os envolvidos, desde os desenhos iniciais até a chegada do carro nas mãos dos pilotos. Sendo um projeto que atrai milhares de amantes do automobilismo no Brasil.

220865 - MOSTRA AMBIENTAL OOPA! - OLHA O PASSARINHO (Edição nº 1)
SAGUI PRODUCOES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 17.813.869/0001-58
Processo: 01400000865202240
Cidade: Vila Velha - ES;
Valor Aprovado: R$ 400.000,00
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Mostra Ambiental Nacional contemplando 02 principais ações: Mostra Audiovisual com até 08 filmes de curta-metragem de gêneros ficção, animação ou documentário, com duração de até 03 dias em reservas ambientais, comunidades, centros culturais ou escolas públicas voltadas para crianças, jovens e adolescentes e 01 Oficina de Fotografia e Observação de Pássaros para crianças de até 13 anos de idade de comunidades próximas a patrimônios naturais.

220866 - MULHERES PELA PAZ - ILUMINANDO O MUNDO
UMIHARU PRODUCOES CULTURAIS E CINEMATOGRAFICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 10.385.520/0001-13
Processo: 01400000866202294
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 599.801,67
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Produção de Filme de média metragem em 2K, com cerca de 25 minutos, destinado ao mercado cinematográfico, com previsão de lançamento online. O documentário trata das mulheres no mercado de trabalho, com novos contornos da atuação feminina para a Paz. Apresenta histórias reais de mulheres que influenciam positivamente o seu entorno social, tornando-se referência para outras mulheres e a sociedade.

220868 - SUA MENTE - DOCUMENTÁRIO
PROSA PRESS PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 07.606.096/0001-85
Processo: 01400000868202283
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 500.000,00
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Produção de um projeto de média metragem, do gênero documental, com 70 minutos e no formato 4K, intitulado "Sua Mente". O documentário abordará caminhos na jornada em busca de uma vida mais saudável e feliz. Com direção de Beto Leme, a obra será integralmente disponibilizada de forma gratuita e irrestrita através da internet.

220884 - 2º Festival Samburá de Cinema e Cultura do Mar
CENAPOP - Centro Popular de Cultura e Ecocidadania
CNPJ/CPF: 35.025.691/0001-62
Processo: 01400000884202276
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 399.797,47
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar o 2º FESTIVAL SAMBURÁ DE CINEMA E CULTURA DO MAR (produto principal), que acontecerá no município de São Gonçalo do Amarante (CE), distrito Pecém, durante 6 dias, e contemplará uma Mostra Competitiva Nacional de Curtas-Metragens, uma Mostra Infantil, dois shows (abertura e encerramento). Nos 30 dias que antecedem ao Festival acontecerão cinco Oficinas relacionadas ao audiovisual (produto secundário), preparando jovens para atuar na área.

220885 - Cinema Itinerante pelo Brasil
N G RIBEIRO PRODUCOES CULTURAIS
CNPJ/CPF: 30.068.648/0001-60
Processo: 01400000885202211
Cidade: Taboão da Serra - SP;
Valor Aprovado: R$ 948.472,80
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto Cinema Itinerante pelo Brasil circulará por cidades brasileiras a bordo de uma carreta que se transforma em uma completa sala de cinema, levando cultura e entretenimento para as comunidades locais. O projeto permanecerá dois dias em cada local. A entrada para assistir às sessões de cinema será gratuita com direito a pipoca e refrigerante. Nas sessões diurnas os alunos da rede pública de ensino serão convidados a participar do projeto e as sessões noturnas e aos finais de semana e feriados serão abertas à comunidade local.

220887 - Cine & Arte
Paulo Damião Carvalho Reis
CNPJ/CPF: 195.558.868-65
Processo: 01400000887202218
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 399.966,32
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Criação de um roteiro de exibição em formato de um festival itinerantes em um cinema ao ar livre, com duração de 12 meses, com exibição de curtas metragens sobre meio ambiente, respeito a convivencia e tematica livre em três cidades diferentes, sendo tres seções por cidade.Realização de nove curtas metragems, sendo tres por cidade. Realização de 3 oficinas de iniciação audioviusal.

220889 - O Menino o Vô e o Valor - Stop Motion
RICARDO FERNANDES RODRIGUES EIRELI
CNPJ/CPF: 35.594.684/0001-81
Processo: 01400000889202207
Cidade: Pederneiras - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.999,80
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Produto principal - Produção de curta metragem de 15 minutos em Stop Motion chamado "O Menino o Vô e o Valor" de 15minutos de duração, com o formato de finalização/resolução Full HD. O tema - Os valores de uma infância pobre, mostra Pio 8 anos, menino morador de rua no desejo de uma vida plena com seu Avô, 64, e seu cachorro Bido. A visão e valores de um menino catador de papelão nas ruas da cidade, mesmo com toda indiferença e discriminação, os leva a superação e desfecho de uma história surpreendente. Produto secundário -OFICINA /WORKSHOP/SEMINÁRIO AUDIOVISUAL com formação para a animação em Stop Motion.

220890 - Multiplique o Bem
ESCRITORIO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS DO BRASIL - EGP BRASIL
CNPJ/CPF: 22.087.202/0001-55
Processo: 01400000890202223
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.001.687,50
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto Multiplique o Bem tem como objetivo oferecer gratuitamente a jovens de 9 a 17 anos oficinas de economia criativa. A economia criativa é a habilidade de movimentar e inovar a economia de um local, a partir das características que a região oferece, com foco em desenvolvimento cultural. Principal: Ofertar 2 oficinas de economia criativa focada em cultura digital para 4000 jovens de 9 a 17 anos durante 5 meses online. Contrapartidas Sociais: Ofertar 2 workshops sobre 400 pessoas sobre cultura maker, economia criativa e cultura digital como forma de transformação social para alunos e professores da rede pública de ensino.

220891 - FELICI - Festival de literatura e cinema
Serviço Social da Indústria - SESI
CNPJ/CPF: 03.773.834/0001-28
Processo: 01400000891202278
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 394.666,80
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O FELICI - Festival de literatura e cinema - é um festival que mescla cinema e incentivo à leitura ao levar um caminhão cinema-biblioteca às cidades. O Festival, que dura um fim de semana em cada cidade, é composto por exibição de filmes ao ar livre - com a temática da literatura, oportunizando o acesso a manifestações artísticas e culturais. O festival ficará em cartaz durante2 meses, contemplando2 cidades, sendo dois dias por cidade, uma em cada mês."Promoverá também o incentivo ao hábito da leitura por serviços de empréstimo de livros, oficinas variadas de cinema e jogos. Propõe ação paralela ao projeto com sessão extra de exibição em zona periférica seguida de bate papo como medida de democratização de acesso. Sempre na busca pela garantia da educação de qualidade seguindo os princípios do ODS 4.

220892 - Cinema para Todos
THIAGO MATIOLI DA SILVA
CNPJ/CPF: 29.594.038/0001-11
Processo: 01400000892202212
Cidade: Diadema - SP;
Valor Aprovado: R$ 393.457,68
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto Cinema para Todos pretende realizar uma Mostra de produções cinematográficas brasileiras independentes em locais públicos como praça e/ou parques de forma totalmente gratuita e aberta à população. A Mostra terá duração de 08 dias e será realizada em 01 cidade.

ANEXO II - artigo 26

220860 - 1 PapaCaio - Portal Educativo Cultural
MARCIA D EGMONT TARUMA
CNPJ/CPF: 703.274.247-53
Processo: 01400000860202217
Cidade: Nova Friburgo - RJ;
Valor Aprovado: R$ 149.688,00
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Disponibilizar conteúdo artístico e cultural por meio da produção de um site (SITIO DE INTERNET) que levará informações sobre os pontos culturais da cidade, bem como, informações acerca da tradição e história da cidade produzindo conhecimento cultural através de jogos, passatempo e brincadeiras ilustradas que poderão ser impressas livremente pelo público.

220867 - Aplicativo multimídia paisagem cultural: visitando cidades e territórios como um museu a céu aberto
EQUIPE B ARQUITETURA DESIGN E MULTIMIDIAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 10.756.839/0001-08
Processo: 01400000867202239
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 349.827,50
Prazo de Captação: 26/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A proposta contempla dois produtos: (1) Elaboração de um aplicativo nativo para celular e (2) produção de pesquisa e conteúdo audiovisual/multimídia sobre o Patrimônio Cultural, para visitação autoguiada de territórios. O aplicativo abordará a cidade e sua paisagem cultural como um museu a céu aberto, apresentando roteiros para que o usuário guie-se a pé, de carro ou bicicleta. O acesso ao aplicativo e aos conteúdos do módulo realizado por meio desta proposta serão gratuitos.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 127-E, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2024.

22-0573 CARLOS E O TORNEIO DOS VILÕES
Processo: 01416.009183/2022-23
Proponente: SPIRIT ENTRETENIMENTO LTDA
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 08.378.645/0001-74
Valor total aprovado: R$ 7.000.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.650.000,00
Banco: 001 - agência: 1522-9 conta corrente: 46269-1
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1522-9 conta corrente: 46268-3
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 854, realizada em 15/09/2022

22-0568 PARTISTE
Processo: 01416.006424/2022-82
Proponente: AC CAVALCANTE SERVIÇOS LTDA.
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 06.905.794/0001-19
Valor total aprovado: R$ 2.456.666,66
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 233.333,33
Banco: 001 - agência: 1850-3 conta corrente: 30967-2
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,0
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 850, realizada em 18/08/2022

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2025.

22-0574 MEU MELHOR AMIGO
Processo: 01416.006767/2022-47
Proponente: FORMATA PRODUÇÕES E CONTEÚDO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 18.082.113/0001-49
Valor total aprovado: R$ 16.259.561,17
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 704.893,62
Banco: 001 - agência: 1551-2 conta corrente: 25999-3
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.295.106,38
Banco: 001 - agência: 1551-2 conta corrente: 26002-9
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 4.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1551-2 conta corrente: 26001-0
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 854, realizada em 15/09/2022

22-0550 NAS FRANJAS DE LINDÚ
Processo: 01416.002728/2022-71
Proponente: MAYA FILMES LTDA
Cidade/UF: Manaus / AM
CNPJ: 05.808.346/0001-34
Valor total aprovado: R$ R$ 2.570.420,39
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001 - agência: 1197-5 conta corrente: 116153-9
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.056.336,32
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 836, realizada em 20/04/2022

22-0572 DEBAIXO DO IMBONDEIRO
Processo: 01416.004479/2022-58
Proponente: SEMPRE VIVA PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Olinda / PE
CNPJ: 10.571.946/0001-61
Valor total aprovado: R$ 2.250.000,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 337.500,00
Banco: 001 - agência: 2365-5 conta corrente: 104669-1
Valor solicitado ao FSA: R$ 1.800.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 850, realizada em 18/08/2022

Art. 3º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

DESPACHO Nº 128-E, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar para execução os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos, nos termos das legislações indicadas.

21-0128 O PRESIDENTE IMPROVÁVEL
Processo: 01416.011405/2020-14
Proponente: GIROS PROJETOS AUDIOVISUAIS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.661.796/0001-84
Valor total aprovado: de R$ 3.427.000,00 para R$ 3.835.897,30
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.255.650,00 para R$ 3.565.698,03
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 26471-7
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 854, realizada em 15/09/2022
Prazo de captação: até 31/12/2024

16-0075 NOITE PERDIDA
Processo: 01580.004582/2016-58
Proponente: ALFA FILMES & PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.936.522/0001-16
Valor total aprovado: de R$ 4.016.100,00 para R$ 393.732,64
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.083.695,00 para R$ 363.396,08
Banco: 001 - agência: 4306-0 conta corrente: 15720-1
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 854, realizada em 15/09/2022
Prazo de captação: até 31/12/2022

21-0322 AVENIDA BEIRA-MAR
Processo: 01416.001424/2021-13
Proponente: ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.700.630/0001-18
Valor total aprovado: de R$ 2.512.573,68 para R$ 3.105.263,16
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 450.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 8225-2
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.386.945,00 para R$ 2.500.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 8486-7
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 854, realizada em 15/09/2022
Prazo de captação: até 31/12/2024

21-0141 A MENSAGEM TÁ NA PALAVRA
Processo: 01416.007568/2021-75
Proponente: BLAH SERVICOS DE COMUNICACAO EIRELI
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 39.737.740/0001-40
Valor total aprovado: de R$ 1.479.874,60 para R$ 1.478.737,49
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 954.893,42
Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 56437-0
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ R$ 405.883,94 para R$ 388.535,50
Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 56439-7
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 855, realizada em 20/09/2022
Prazo de captação: até 31/12/2024

Art. 2º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos, nos termos da legislação indicada.

18-0432 VIOLETTA
Processo: 01416.006179/2018-27
Proponente: BIÔNICA CINEMA E TV LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.570.789/0001-65
Valor total aprovado: de R$ 7.700.000,00 para R$ 6.476.192,05
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.315.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 2.037.773,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 8813-7
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 791, realizada em 21/04/2021
Prazo de captação: até 31/12/2023

Art. 3º Aprovar o redimensionamento de valores e prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos, nos termos das legislações indicadas.

17-0059 WANDER
Processo: 01416.003870/2017-78
Proponente: GULLANE ENTRETENIMENTO S.A.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total aprovado: de R$ 5.021.743,00 para R$ 8.121.526,09
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 10513-9
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 1.770.655,85 para R$ 4.695.540,57
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 10514-7
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 851, realizada em 24/08/2022
Prazo de captação: até 31/12/2023

Art. 4º Aprovar a troca de titularidade do projeto audiovisual relacionado abaixo, da proponente "ARCTIC WOLF MIDIA EIRELI" para a "A. S. BARONE MIDIA E CONTEUDO LTDA", para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos, nos termos da legislação indicada.

19-0104 PROJETO ZERO ENERGY - CONSTRUÇÕES 100% SUSTENTÁVEIS
Processo: 01416.001504/2019-46
Proponente: A. S. BARONE MIDIA E CONTEUDO LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 03.113.947/0001-05
Valor total aprovado: R$ 1.875.650,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.781.867,50
Banco: 001 - agência: 1535-0 conta corrente: 29607-4
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 846, realizada em 12/07/2022
Prazo de captação: até 31/12/2022

Art. 5º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA FCP Nº 204, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18, III, Anexo I, do Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009 e no disposto no art. 1º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988 e com base no art. 12 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista os princípios da eficiência e da celeridade processual, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Coordenador-Geral de Gestão Interna - CGI, ao limite dos processos e às matérias da sede da FCP, não alcançando as representações regionais, a prática dos seguintes atos:

I - conceder suprimento de fundos, no valor de até R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) e, aprovar a respectiva prestação de contas;

II - aprovar o documento de oficialização de demanda, os estudos preliminares, o pedido de aquisição de material, o projeto básico e o termo de referência;

III - praticar os seguintes atos de gestão, até o valor de R$ 200.00,00 (duzentos mil reais), de gastos fixados em lei para a licitação;

a) autorizar a realização de licitações, assim como a locação, a aquisição e a contratação de bens e serviços destinados ao atendimento das necessidades do FCP;

b) assinar contratos, acordos, atas de registro de preços, outros ajustes e seus aditamentos, inclusive aqueles decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação; e

c) autorizar a substituição de garantia exigida nos processos licitatórios e nos contratos, bem como a liberação e restituição, quando comprovado o cumprimento das obrigações;

d) homologar, adjudicar, anular ou revogar, total ou parcialmente, os procedimentos licitatórios originários de sua competência;

e) autorizar a emissão de empenho e assinaturas notas de empenho e as relações de ordens bancárias; e

f) autorizar a movimentação de conta-depósito vinculada.

IV - autorizar o cancelamento de saldo de nota de empenho, no valor de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com base em solicitação do gestor do contrato e de ata de registro de preços;

V - praticar os seguintes atos nos procedimentos licitatórios realizados mediante o Sistema de Registro de Preços, conforme Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013:

a) autorizar a divulgação ou a dispensa da publicação da Intenção de Registro de Preços - IRP;

b) deliberar sobre a participação de órgãos nos registros de preços realizados pela FCP;

c) consultar os órgãos gerenciadores de atas de registro de preços, quando demonstrada a vantajosidade, visando à adesão da FCP, bem como autorizar a adesão de outros órgãos às atas de registro de preços formalizadas pela FCP; e

VI - designar os membros da comissão de recebimento de material e de obras, e eventuais suplentes, bem como designar os membros da comissão especial para realização de inventário anual dos bens da FCP;

VII - autorizar prorrogações de prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega nos contratos firmados pela FCP, conforme previsto no art. 57, § 1°, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993;

VIII - emitir atestado de capacidade técnica quando solicitado pelas empresas contratadas pela FCP, com base na manifestação dos gestores;

IX - aprovar alterações de prazos no cronograma anual de contratações, mediante justificativa da unidade demandante;

X - instruir o procedimento apuratório e aplicar as penalidades previstas em lei e no edital aos participantes de licitação promovidas pela FCP, assim como aplicar as penalidades previstas no contrato aos fornecedores e prestadores de serviços da FCP, excetuada a prevista no art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993 e art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

XI - instruir o procedimento e decidir pelo cancelamento de Ata de Registro de Preço e pela rescisão de contrato administrativo;

XII - autorizar, em caráter excepcional, a guarda de veículos pertencentes à frota da FCP fora da garagem oficial, conforme art. 17 da Instrução Normativa n° 29, de 20 de novembro de 2014; e

XIII - autorizar o deslocamento de veículos fora dos limites do Distrito Federal.

§ 1° O Presidente poderá, sempre que entender necessário, avocar a prática das competências mencionadas neste artigo.

§ 2° A subdelegação das competências previstas neste artigo depende de autorização prévia do Presidente da FCP.

§ 3° O Coordenador-Geral de Gestão Interna deverá submeter ao Presidente propostas de abertura, revogação ou anulação de licitação, bem como assinatura de contratos, acordos e demais ajustes e suas revisões e aditamentos, quando compreenderem valores acima de sua alçada decisória.

Art. 2º Fica delegada competência ao Coordenador-Geral de Gestão Interna da FCP para cadastramento de usuário no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Art. 3º O Anexo da Portaria nº 249, de 29 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"3.EXECUÇÃO DO PAC

.....

.....

3.6. Aprovação do ETP, TR ou PB e autorização para licitar

3.6.1. O dirigente do SR, depois do processo devidamente instruído com DOD, ETP, Mapa de Riscos, TR ou PB disponibilidade orçamentária, submeterá a matéria à autoridade máxima ou autoridade por ela delegada, que decidirá sobre a aprovação do Estudo Técnico Preliminar - ETP e do PB ou TR e sobre a autorização para licitar (art.14, inciso II, do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019).

NR).

"4.FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.3. O dirigente máximo ou autoridade por ele delegada celebrará os contratos e assinará as atas de registro de preços.

(NR).

Art. 4º Os recursos apresentados nos processos administrativos contra os atos praticados pelo Coordenador-Geral de Gestão Interna, deverão ser submetidos à apreciação do Presidente, podendo esse, convocar a Diretoria.

Art. 5º Os casos omissos serão submetidos à apreciação do Presidente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

MARCO ANTONIO EVANGELISTA DA SILVA

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 140, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar públicos os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 2º quadrimestre de 2022, conforme Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	MAI/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	TOTAL (Últimos 12 Meses) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	400.527.109,69	409.349.040,95	442.116.408,59	800.017.543,91	562.872.736,24	406.095.056,90	403.958.205,42	406.433.951,72	406.144.901,16	414.066.906,44	440.277.357,18	441.479.096,50	5.533.338.314,70	1.713.223,08
Pessoal Ativo	343.208.050,49	351.524.740,15	360.095.712,34	701.060.167,16	475.236.585,42	347.711.067,02	345.007.362,13	347.648.092,18	346.546.570,65	354.716.493,76	380.283.145,98	381.410.263,47	4.734.448.250,75	1.431.325,62
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	285.888.257,61	294.005.520,71	301.341.941,20	589.998.835,29	418.817.866,28	291.392.586,78	288.765.956,51	291.395.033,01	290.156.777,66	298.311.171,82	324.240.641,93	325.374.670,92	3.999.689.259,72	1.312.912,62
Obrigações Patronais	57.319.792,88	57.519.219,44	58.753.771,14	111.061.331,87	56.418.719,14	56.318.480,24	56.241.405,62	56.253.059,17	56.389.792,99	56.405.321,94	56.042.504,05	56.035.592,55	734.758.991,03	118.413,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	57.319.059,20	57.824.300,80	82.020.696,25	98.957.376,75	87.636.150,82	58.383.989,88	58.950.843,29	58.785.859,54	59.598.330,51	59.350.412,68	59.994.211,20	60.068.833,03	798.890.063,95	281.897,46
Aposentadorias, Reserva e Reformas	44.539.170,26	44.962.574,13	65.976.907,67	79.756.161,49	67.787.125,60	45.086.192,89	45.730.190,95	45.561.357,74	46.357.915,74	45.987.217,37	46.775.942,69	47.032.758,04	625.553.514,57	212.226,99
Pensões	12.779.888,94	12.861.726,67	16.043.788,58	19.201.215,26	19.849.025,22	13.297.796,99	13.220.652,34	13.224.501,80	13.240.414,77	13.363.195,31	13.218.268,51	13.036.074,99	173.336.549,38	69.670,47
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	57.319.059,20	57.951.957,14	98.811.461,84	63.263.499,35	88.884.665,98	58.502.576,31	58.761.833,24	60.307.217,55	59.372.091,18	59.065.153,57	92.482.144,54	60.273.763,54	814.995.423,44	281.897,46
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		127.656,34	16.790.765,59	926.555,78	1.248.515,16	209.213,43	4.591,47	1.767.245,67	18.998,61		32.770.458,95	487.456,12	54.351.457,12	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	57.319.059,20	57.824.300,80	82.020.696,25	62.336.943,57	87.636.150,82	58.293.362,88	58.757.241,77	58.539.971,88	59.353.092,57	59.065.153,57	59.711.685,59	59.786.307,42	760.643.966,32	281.897,46
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	343.208.050,49	351.397.083,81	343.304.946,75	736.754.044,56	473.988.070,26	347.592.480,59	345.196.372,18	346.126.734,17	346.772.809,98	355.001.752,87	347.795.212,64	381.205.332,96	4.718.342.891,26	1.431.325,62

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [2]	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) [3]	4.719.774.216,88	0,378451
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.482.772.421,52	0,600000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.108.633.800,44	0,570000
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	6.734.495.179,37	0,540000

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Unidade Responsável SUBCON/SPOC/SG, Data de emissão 21/setembro/2022 e hora de emissão 15h e 30m.

Notas:

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Portaria STN nº 1.599, de 20/9/2022.

3 - Foi incluída a despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/4/2010.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Secretária-Geral

EDUARDO DE SEIXAS SCOZZIERO
Auditor-Chefe
Em exercício

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Procurador-Geral da República

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	MAI/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	TOTAL (Últimos 12 Meses) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	61.122.685,27	61.075.053,56	66.863.496,84	141.141.087,58	86.239.639,56	62.535.877,16	61.211.163,96	61.189.206,49	61.634.756,48	62.788.059,81	70.956.555,18	68.407.498,59	865.165.080,48	60.385,27
Pessoal Ativo	53.657.348,32	53.549.351,89	56.133.972,47	128.797.052,80	74.811.776,71	54.706.483,95	53.433.776,18	53.394.013,01	53.840.174,79	54.956.300,47	62.919.772,09	60.271.070,83	760.471.093,51	60.385,27

Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	44.997.789,61	45.022.902,36	47.286.147,65	111.963.283,70	66.349.234,18	46.186.896,82	44.921.545,79	44.884.654,42	45.312.936,41	46.507.890,43	54.460.496,88	51.796.873,98	649.690.652,23	49.385,27
Obrigações Patronais	8.659.558,71	8.526.449,53	8.847.824,82	16.833.769,10	8.462.542,53	8.519.587,13	8.512.230,39	8.509.358,59	8.527.238,38	8.448.410,04	8.459.275,21	8.474.196,85	110.780.441,28	11.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.465.336,95	7.525.701,67	10.729.524,37	12.344.034,78	11.427.862,85	7.829.393,21	7.777.387,78	7.795.193,48	7.794.581,69	7.831.759,34	8.036.783,09	8.136.427,76	104.693.986,97	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.841.470,18	5.901.834,90	8.742.590,88	9.848.813,99	8.978.403,15	6.060.457,43	6.076.815,39	6.094.873,39	6.093.711,76	6.107.918,21	6.264.533,64	6.439.833,59	82.451.256,51	
Pensões	1.623.866,77	1.623.866,77	1.986.933,49	2.495.220,79	2.449.459,70	1.768.935,78	1.700.572,39	1.700.320,09	1.700.869,93	1.723.841,13	1.772.249,45	1.696.594,17	22.242.730,46	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	7.431.195,07	7.491.559,79	13.240.231,40	7.325.772,47	11.530.252,82	7.812.240,96	7.739.777,09	7.755.409,14	7.870.205,52	7.785.335,01	16.788.720,45	8.090.003,43	110.860.703,15	1.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração			2.544.848,91	18.200,45	136.531,85	23.927,25		6.639,99	122.048,16		8.797.480,33		11.649.676,94	1.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.431.195,07	7.491.559,79	10.695.382,49	7.307.572,02	11.393.720,97	7.788.313,71	7.739.777,09	7.748.769,15	7.748.157,36	7.785.335,01	7.991.240,12	8.090.003,43	99.211.026,21	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	53.691.490,20	53.583.493,77	53.623.265,44	133.815.315,11	74.709.386,74	54.723.636,20	53.471.386,87	53.433.797,35	53.764.550,96	55.002.724,80	54.167.834,73	60.317.495,16	754.304.377,33	59.385,27

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ²	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	754.363.762,60	0,060488
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF e Decreto nº 3.917/2001, com redação dada pelo Decreto nº 10.120/2019)	1.658.681.220,10	0,133000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.575.747.159,10	0,126350
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.492.813.098,09	0,119700

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Unidade Responsável SUBCON/SPOC/SG, Data de emissão 21/setembro/2022 e hora de emissão 15h e 30m.

Notas:

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Portaria STN nº 1.599, de 20/9/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 10, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 137, c/c o artigo 139, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; no artigo 4º, inciso III, da Resolução nº 90, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público Militar; na Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público; e em conformidade com o Plano de Correições Ordinárias - 2022, resolve:

I - Determinar a promoção de Correição Ordinária na Procuradoria de Justiça Militar em Manaus, no período de 25 a 27 de outubro de 2022;

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SAMUEL PEREIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA ATA DA 266ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2022

Início: 9h21.

Presidência: José de Lima Ramos Pereira. Presentes as(os) Conselheiras(os): Maria Aparecida Gugel, Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Vice-Presidenta), Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto, Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva, Fábio Leal Cardoso (Conselheiro Secretário), Francisco Gérson Marques de Lima e Adriana Silveira Machado. Presente o Presidente da ANPT José Antônio Vieira de Freitas Filho. Ausentes, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo, o Corregedor-Geral do MPT Jeferson Luiz Pereira Coelho, a Ouvidora do MPT Heloísa Maria Moraes Rego Pires.

Deliberações.

I - Cerimônia de recepção e ratificação da posse de Conselheiro(a)s eleito(a)s para compor o Conselho Superior do MPT - BIÊNIO 2022/2024.

Após expressadas as boas-vindas, registrou-se que a Subprocuradora-Geral do Trabalho Ivana Auxiliadora Mendonça Santos e o Subprocurador-Geral do Trabalho Cristiano Otavio Paixão Araújo Pinto, eleitos pelo Colégio de Procuradores(as) do Trabalho, no dia 16/08/2022, e as Subprocuradoras-Gerais do Trabalho Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre e Adriana Silveira Machado, eleitas pelos(as) Subprocuradores(as)-Gerais do Trabalho, no dia 26/08/2021, foram empossadas(os) em 06 de setembro de 2022, para o mandato de Conselheira(o) do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - Biênio 2022/2024. CSMPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

II - Aprovação das atas da 265ª Sessão Ordinária e da 217ª Sessão Extraordinária.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, à unanimidade, aprovou as atas da 265ª Sessão Ordinária e da 217ª Sessão Extraordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

II - Eleição de Vice-Presidente(a) do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, para mandato de 1 ano - (Art. 1º, § 1º, do RICSMPT).

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho elegeu, à unanimidade, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos como Vice-Presidenta do Conselho Superior do MPT, para mandato de 01 (um) ano, a contar de 22/09/2022. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

III - Eleição de Conselheiro(a) Secretário(a) do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, para mandato de 1 ano - (Art. 2º, II, do RICSMPT).

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho elegeu, à unanimidade, o Conselheiro Fabio Leal Cardoso como Secretário do Conselho Superior do MPT, para mandato de 1 (um) ano, a contar de 22/09/2022. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Secretária-Geral

EDUARDO DE SEIXAS SCOZZIERO
Auditor-Chefe
Em exercício

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Procurador-Geral da República

IV - Feitos deliberados.

01 - Extrapauta - PGEA nº 20.02.0003.0000060/2022-02.

Interessada: Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho - CODEMAT.

Assunto: Consulta formulada com a apresentação das seguintes questões: a) Se haverá a manutenção ou alteração das orientações sobre a forma de registro e distribuição do tema COVID-19 no temário do MPT; b) Sobre a possibilidade de cada PRT ou PTM estabelecer outras formas de distribuição do tema COVID-19, de acordo com o volume de novas NFs e do cenário epidemiológico na regional; e, c) A quem ficará atribuída a tarefa de atualização das Notas Técnicas do GT COVID-19.

Relator: Conselheiro Cristiano Otavio Paixão Araújo Pinto.

Decisão: Retirado de pauta a pedido do Conselheiro relator. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

02 - PGEA nº 20.02.0001.0007940/2022-90.

Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Procurador(a) Regional do Trabalho em vaga decorrente da aposentadoria da Procuradora Regional do Trabalho Elizabeth Veiga Chaves - Critério antiguidade.

Relator: Conselheiro Francisco Gérson Marques de Lima.

Decisão anterior: Retirado de pauta a pedido do Conselheiro Relator, para análise. Ausente, justificadamente, a Conselheira Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 217ª Sessão Extraordinária, 29/08/2022.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela recusa à promoção por antiguidade, nos termos do art. 202, § 4°, da LC 75/93, e do art. 129, § 4º, c/c art. 93, II, "d", da Constituição Federal, do Procurador do Trabalho Dr. Cicero Rufino Pereira - 42° colocado na lista geral de antiguidade, abrindo-lhe prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar a manifestação que entender de direito, devendo os autos, transcorrido tal prazo, com ou sem manifestação do interessado, retornar à relatoria, para análise e submissão a este colegiado, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

03 - PGEA 20.02.0001.0010173/2022-36.

Requerente: Escola Superior de Guerra.

Assunto: Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) 2023. Convite para indicação de membros do MPT para participarem de processo seletivo do referido Curso.

Processo sem relator.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela atribuição do Procurador-Geral do Trabalho para apreciar a matéria, devendo os autos serem encaminhados a Sua Excelência. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

04 - PGEA 20.02.0001.0005565/2022-98.

Requerentes: Andrea Nice Silveira Lino Lopes, Daniela de Morais do Monte Varandas, Fábio Massahiro Kosaka, Luis Paulo Villafane Gomes Santos e Procuradoria Geral do Trabalho.

Assunto: 22º Concurso Público para Procurador(a) do Trabalho - Submissão, ad referendum do CSMPT, da Portaria 1.277, de 23/08/2022, que designou a Analista do MPU/Serviço Social Tânia Cristina Nascimento da Silva para integrar a Equipe Multiprofissional para Pessoas com Deficiência, constituída pela Portaria PGT nº 1.228, de 09/08/2022, em substituição à Analista do MPU/Serviço Social Ana Cláudia Freire Camargos.

Processo sem relator.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, referendar a Portaria PGT nº 1.277, de 23/08/2022, que designou a Analista do MPU/Serviço Social Tânia Cristina Nascimento da Silva para integrar a Equipe Multiprofissional para Pessoas com Deficiência, constituída pela Portaria PGT nº 1.228, de 09/08/2022, em substituição à Analista do MPU/Serviço Social Ana Cláudia Freire Camargos. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

05 - Extrapauta - PGEA nº 20.02.0001.0005428/2021-17.

Interessada: Procuradoria Geral do Trabalho.

Assunto: Proposta de alteração da Resolução CSMPT nº 185/2021 que cria e regulamenta os Grupos de Atuação Especial Trabalhista no âmbito do MPT.

Relatora: Conselheira Maria Aparecida Gugel.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, acolher a proposição, aprovar e editar a Resolução CSMPT nº 203, de 22 de setembro de 2022, que altera o artigo 3º, parágrafos 1º, 2º e 3º, e acrescenta os

parágrafos 4º e 5º à Resolução nº 185/2021 do CSMPT, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

06 - PGEA nº 20.02.0001.0009825/2022-23.

Interessadas: Procuradora do Trabalho Lys Sobral Cardoso e Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CONAETE.

Assunto: Convite para participar do Programa de Intercâmbio denominado "International Visitor Leadership Programa" (IVLP), no período de 21 de outubro a 13 de novembro de 2022, nos EUA.

Relator: Conselheiro Francisco Gérson Marques de Lima.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se pelo deferimento do afastamento temporário, com ônus parcial para o Ministério Público do Trabalho, autorizando o afastamento da Procuradora do Trabalho Lys Sobral Cardoso, matrícula 1050-2, lotada na PTM de Vitória da Conquista, para participação no Programa de Intercâmbio denominado "International Visitor Leadership Programa" (IVLP), em tradução livre para o português "Programa de Liderança para Visitantes Internacionais", sobre o tema "Promoting a Prosperous, Safe and Democratic Future", traduzindo para o português "Promovendo um futuro próspero, seguro e democrático", no período de 21 de outubro a 13 de novembro de 2022, nos EUA, já incluídos os dias dedicados aos deslocamentos aéreos de ida e volta aos EUA, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo e, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Cristiano Otavio Paixão Araújo Pinto. CSMPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

07 - PGEA nº 20.02.0001.0004390/2019-16.

Interessados: Cássio de Araújo Silva, Procuradoria Geral do Trabalho, Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente - COORDINFÂNCIA e Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho - COORDIGUALDADE.

Assunto: Proposta de alteração do Temário Unificado do MPT.

Relator: Conselheiro Francisco Gérson Marques de Lima.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, rejeitar a solicitação de alteração no temário unificado do MPT, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo e, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Cristiano Otavio Paixão Araújo Pinto. CSMPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

Término: 11h13.

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA
Presidente do Conselho

FÁBIO LEAL CARDOSO
Conselheiro-Secretário



Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 33, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária da Primeira Câmara: AUFC Aline Guimarães Diógenes

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, e Weder de Oliveira, convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

Ausente o Ministro Vital do Rêgo, por motivo de férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 32, referente à sessão realizada em 13 de septembre de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-027.853/2019-5, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;
TC-008.780/1999-4 e TC-012.160/2022-9, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;
TC-037.028/2021-9, cujo Relator é o Ministro Jorge Oliveira; e
TC-012.427/2020-9, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 6093 a 6548.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 6012 a 6092, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-047.675/2020-9, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, o Dr. Paulo Andre Magalhães não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome da Associação Beneficente dos Enxadristas e Damistas de Rondonia. Acórdão 6013 .

Na apreciação do processo TC-003.897/2020-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, o Dr. José lauro seixas lima não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Luiz Farias Filho. Acórdão 6012.

Na apreciação do processo TC- 020.189/2020-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, o Dr. Jose Lavrador Kevorkian não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome próprio. Acórdão 6014.

Na apreciação do processo TC- 020.797/2016- 8, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, o Dr. Wellington Luis Lima Pereira produziu sustentação oral em nome de Andressa Barbosa de Oliveira. Acórdão 6015.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 6012/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.897/2020-6.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável/Interessado:
3.1. Responsável: Luiz Lindbergh Farias Filho (690.493.514-68).
3.2. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
4. Entidade: Município de Nova Iguaçu/RJ.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Carlos Frederico Nobrega Farias (OAB/PB 7119) e Rodrigo Nobrega Farias (OAB/PB 10220), representando Luiz Lindbergh Farias Filho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) relativa à aplicação dos recursos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, nos exercícios de 2007 a 2009.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Luiz Lindbergh Farias Filho;
9.2. julgar regulares com ressalvas, com fundamento no art. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. Luiz Lindbergh Farias Filho;
9.3. enviar cópia deste acórdão ao Sr. Luiz Lindbergh Farias Filho e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
9.4. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6012-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6013/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 047.675/2020-9
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Associação Beneficente dos Enxadristas e Damistas de Rondônia (09.068.403/0001-47) e Maiara Roberta de Melo Bezerra (003.108.282-36)
4. Unidade: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE
8. Representação legal: Paulo André Roque Lopes Magalhaes, representando Associação Beneficente dos Enxadristas e Damistas de Rondônia

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas, em desfavor de Maiara Roberta de Melo Bezerra e Associação Beneficente dos Enxadristas e Damistas de Rondônia, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por meio do Convênio 00067/2014, que tinha por objeto a "promoção de atividades culturais e esportivas para crianças, jovens e adolescentes em risco de vulnerabilidade social, visando à promoção à saúde e ao incentivo de fatores contra o abuso de álcool e outras drogas e à prevenção à violência por meio de multiplicadores inteligentes".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c" e §§ 2º e 3º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar Maiara Roberta de Melo Bezerra revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;
9.2. rejeitar as alegações de defesa da Associação Beneficente dos Enxadristas e Damistas de Rondônia;
9.3. julgar irregulares as contas de Maiara Roberta de Melo Bezerra e da Associação Beneficente dos Enxadristas e Damistas de Rondônia e condená-las, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional Antidrogas da quantia de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora desde 26/3/2015 até a data do pagamento;
9.4. aplicar, individualmente, a Maiara Roberta de Melo Bezerra e à Associação Beneficente dos Enxadristas e Damistas de Rondônia multa de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.7. autorizar, caso venha a ser solicitado e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta em seis) parcelas mensais consecutivas, a primeira a ser paga no prazo acima fixado e as demais, a cada 30 (trinta) dias a contar da parcela anterior, com incidência, sobre cada valor mensal atualizado monetariamente, de juros de mora, na forma da legislação em vigor, e alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;
9.8. encaminhar cópia desta decisão aos responsáveis, à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Rondônia, para as providências cabíveis, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão, do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6013-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6014/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.189/2020-6.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis/Interessado:
3.1. Responsáveis: Casa de Artes Paquetá (06.036.950/0001-52); José Lavrador Kevorkian (597.597.717-72).
3.2. Interessado: Ministério do Turismo (MTur).
4. Entidade: Casa de Artes Paquetá (06.036.950/0001-52).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo relativamente ao convênio 841/2009 (Siafi 704618/2009), que teve por objeto o "Apoio a iniciativa de turismo de base comunitária na Ilha de Paquetá, Baía de Guanabara, município do Rio de Janeiro-RJ".
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. José Lavrador Kevorkian e pela Casa de Artes Paquetá;
9.2. julgar regulares com ressalvas, com fundamento no art. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. José Lavrador Kevorkian e da Casa de Artes Paquetá;
9.3. enviar cópia deste acórdão ao Sr. José Lavrador Kevorkian, à Casa de Artes Paquetá e ao Ministério do Turismo;
9.4. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6014-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6015/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.797/2016-8.
2. Grupo II - Classe VI - Assunto: Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Adrianne Antony Gonçalves (600.738.532-91); Gomes & Ventura Consultoria e Comércio Exterior Ltda. (04.626.544/0001-14).
3.2. Responsáveis: Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira (513.269.812-34); Aécio Flávio Ferreira da Silva (009.497.872-72); Lamisse Said da Silva Cavalcanti (335.753.472-04); Maurício Aucar Seffair (160.285.032-15); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (04.322.004/0001-47).
4. Entidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (Secex-Desenvolvimento).
8. Representação legal: Adrianne Antony Gonçalves (OAB/AM 3.399), Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16.010) e outros, representando Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas; Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16.010) e Breno Luiz Moreira Braga de Figueiredo (OAB/DF 26.291), representando Aécio Flávio Ferreira da Silva; Carlos Eduardo Aragão Ventura, representando Gomes & Ventura Consultoria e Comércio Exterior Ltda.; Helen Susane Machado de Miranda (OAB/AM 7.627), representando Lamisse Said da Silva Cavalcanti; Igor de Mendonça Campos (OAB/SP 303.002), representando Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades na gestão do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae/AM), referentes a contratos e pagamentos de diárias.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. considerar prejudicada a responsabilização e a apenação do Sr. Aécio Flávio Ferreira da Silva nestes autos, devido ao falecimento em data anterior à realização da audiência;
9.3. acolher as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Lamisse Said da Silva Cavalcanti;
9.4. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira e pelo Sr. Maurício Aucar Seffair, no tocante à irregularidade referente à contratação indevida de escritório de advocacia, aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a" do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas indicadas nos subitens precedentes, caso não atendidas as notificações;
9.7. dar ciência deste acórdão ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas, destacando que o relatório e a proposta de deliberação que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;
9.8. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6015-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6016/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.322/2022-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Lúcia Harumi Minami (649.314.399-34).
3.2. Recorrente: Lúcia Harumi Minami (649.314.399-34).
4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, embargos de declaração opostos por Lúcia Harumi Minami ao Acórdão 4.488/2022-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 287 do RITCU, conhecer dos embargos de declaração opostos por Lúcia Harumi Minami, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6016-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6017/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.458/2022-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Clair Castilhos Coelho (255.722.889-34).
4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Universidade Federal de Santa Catarina,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Clair Castilhos Coelho, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à sra. Clair Castilhos Coelho, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos;
9.5. recomendar à Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte que, em articulação como a Sefip, reavalie as rotinas de trabalho da unidade, de modo a prevenir a prestação de informações incorretas, incompletas ou desatualizadas em suas instruções, a exemplo do que se verificou nestes autos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6017-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6018/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.455/2022-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Loretta Silveira (561.309.969-34).
4. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido, no âmbito da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em favor da Sra. Loretta Silveira,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Loretta Silveira, recusando seu registro;
9.2. determinar à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que dê ciência desta deliberação à interessada; e
9.3. esclarecer à unidade de origem que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, a rubrica judicial referente à GDIBGE, por estar sendo calculada em conformidade com a decisão judicial transitada em julgado e com o acordo homologado em fase de cumprimento de sentença, poderá subsistir, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6018-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6019/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.771/2022-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de Pessoal
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Eric Vinicius Oba (028.855.329-20).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de admissão de pessoal emitido pela Caixa Econômica Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento na Constituição Federal, art. 71, inciso III, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de admissão do Sr. Eric Vinicius Oba;

9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável ao interessado, torne sem efeito seu ato de admissão aos quadros da empresa e providencie o cadastramento de seu desligamento no sistema e-Pessoal;

9.2.2. dê ciência desta deliberação ao Sr. Eric Vinicius Oba.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6019-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6020/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.786/2022-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Augusto Cesar Moura de Oliveira (021.341.913-09).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de admissão de pessoal emitido pela Caixa Econômica Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento na Constituição Federal, art. 71, inciso III, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de admissão do Sr. Augusto Cesar Moura de Oliveira;

9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável ao interessado, torne sem efeito seu ato de admissão aos quadros da empresa e providencie o cadastramento de seu desligamento no sistema e-Pessoal;

9.2.2. dê ciência desta deliberação ao Sr. Augusto Cesar Moura de Oliveira.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6020-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6021/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.857/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Maria José Almeida da Silva (042.413.982-00).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Maria José Almeida da Silva, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. promova, nas rubricas atribuídas à sra. Maria José Almeida da Silva a título de "quintos", o destaque da fração de 2/5 de FC-4, decorrente do exercício de funções comissionadas posteriormente a 8/4/1998, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;

9.3.3. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a sra. Maria José Almeida da Silva teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6021-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6022/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.033/2022-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV -Atos de Pessoal

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ismael Henrique Obage (307.008.358-73).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de admissão de pessoal emitido pela Caixa Econômica Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento na Constituição Federal, art. 71, inciso III, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de admissão do Sr. Ismael Henrique Obage;

9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável ao interessado, torne sem efeito seu ato de admissão aos quadros da empresa e providencie o cadastramento de seu desligamento no sistema e-Pessoal;

9.2.2. dê ciência desta deliberação ao Sr. Ismael Henrique Obage.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6022-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6023/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.681/2021-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Maria Edinólia Câmara de Melo (915.580.184-68).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Termo de Responsabilidade 46/MPAS/SEAS/2001, registro Siafi 415351, firmado entre o Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Assistência Social e o município de Ceará-Mirim/RN, cujo objeto foi a "Implantação de Núcleo de Apoio a Família, conforme Plano de Trabalho",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a responsável Maria Edinólia Câmara de Melo, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas da Sra. Maria Edinólia Câmara de Melo, condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
19/3/2003	7.166,00
2/9/2003	7.166,00
9/3/2004	7.167,00
18/4/2002	700,53

Valor atualizado do débito (com juros) em 3/8/2022: R$ 128.600,22.

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §1º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada uma delas, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão:

9.5.1. à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.5.2. à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e ao responsável, para ciência.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6023-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6024/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.724/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Lucia Pedroso de Moraes (075.304.018-23).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Câmara dos Deputados,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Lucia Pedroso de Moraes, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, em conformidade com o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. corrija o valor das parcelas associadas à incorporação de funções comissionadas nos rendimentos da interessada, expurgando os reajustes indevidamente promovidos após a edição da Lei 10.697/2003, a exemplo daqueles associados à Lei 13.323/2016;

9.3.3. promova, na sequência, o destaque da fração adicional de 2/10 de FC-5, vinculada ao exercício de funções comissionadas no período de 2/4/1998 a 1º/4/1999, e transforme-a (a exemplo do que já se verifica com outros 4/10 da mesma FC também incorporados após a edição da Lei 9.624/1998) em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;

9.3.4. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a sra. Lucia Pedroso de Moraes teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6024-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6025/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.858/2022-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Luiz Roberto Alimandro (076.144.701-68); Marcus Aurelio Dias de Paiva (063.319.394-15).
4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de alteração de aposentadoria emitidos, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, em favor dos Srs. Luiz Roberto Alimandro e Marcus Aurelio Dias de Paiva,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegais os atos de alteração de aposentadoria dos Srs. Luiz Roberto Alimandro e Marcus Aurelio Dias de Paiva, recusando seus registros;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;

9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que adote as seguintes providências:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.3. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do presente acórdão;

9.4. orientar o órgão jurisdicionado no sentido de que poderão ser editados novos atos de aposentadoria em favor dos interessados, desde que escoimados das irregularidades verificadas nos presentes autos, os quais deverão ser submetidos a novo julgamento por esta Corte de Contas, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6025-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6026/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.916/2022-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Militar
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Márcia da Rocha Bastos Santos de Oliveira (636.532.497-91); Tânia Brasiliense (418.106.868-49); Walkamaya Fernandes Maia do Nascimento (201.280.704-63).
4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de pensão militar emitidos no âmbito do Comando da Aeronáutica em que figuram como instituidores os Srs. Jerônimo Fernandes Maia e Monclar da Rocha Bastos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal e 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. determinar o destaque do ato de pensão militar em que figura como instituidor o Sr. Jerônimo Fernandes Maia (059.986.387-00), a fim de que seja realizada diligência junto ao órgão de origem no sentido de que seja juntada ao respectivo ato de pensão a documentação relativa à reforma do instituidor;

9.2. considerar ilegal o ato de pensão militar em que figura como instituidor o Sr. Monclar da Rocha Bastos (000.252.912-20), negando-lhe o correspondente registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Comando da Aeronáutica que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.5. esclarecer a unidade de origem, com fundamento no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, desde que escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6026-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6027/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.742/2015-7.
1.1. Apenso: 020.173/2014-8
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Centro Comunitário de Barra do Choça (13.273.909/0001-65); Claudinei Alves Leite (379.490.635-72); Edvania Mendes de Lima (218.867.548-70); Erildes Ramos dos Santos (928.997.735-34); Gislaine Dias Di Lauro (003.579.695-29); Helia Silva Gomes de Almeida (018.247.305-86); Izabel Sergio Sampaio (962.855.245-72); Jorge Amorim de Almeida (573.102.625-49); Marco Antonio Oliveira (444.822.485-68); Marlucia Teixeira Rocha (014.964.235-00); Martha de Oliveira Filadelfo Andrade (393.651.745-20); Mário Sérgio Cortes Amorim (573.099.655-15); Nilda Gomes de Oliveira (660.454.365-04); Paulo Barros da Silva (401.578.735-87).
3.2. Recorrentes: Gislaine Dias Di Lauro (003.579.695-29); Marlucia Teixeira Rocha (014.964.235-00); Mário Sérgio Cortes Amorim (573.099.655-15); Claudinei Alves Leite (379.490.635-72); Marco Antonio Oliveira (444.822.485-68); Nilda Gomes de Oliveira (660.454.365-04); Paulo Barros da Silva (401.578.735-87); Helia Silva Gomes de Almeida (018.247.305-86); Jorge Amorim de Almeida (573.102.625-49); Martha de Oliveira Filadelfo Andrade (393.651.745-20); Erildes Ramos dos Santos (928.997.735-34).
4. Órgãos/Entidades: Prefeitura Municipal de Barra do Choça - BA; Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Jacson Costa Veiga (27517/OAB-BA) e Francisco Fabio Batista (908/OAB-BA), representando Izabel Sergio Sampaio; Guilherme Nelson Correa dos Santos (51242/OAB-DF) e Magno Israel Miranda Silva (26125/OAB-BA), representando Marco Antonio Oliveira; Jacson Costa Veiga (27517/OAB-BA) e Francisco Fabio Batista (908/OAB-BA), representando Centro Comunitário de Barra do Choca; Guilherme Nelson Correa dos Santos (51242/OAB-DF) e Magno Israel Miranda Silva (32.898/OAB-DF), representando Helia Silva Gomes de Almeida; Guilherme Nelson Correa dos Santos (51242/OAB-DF) e Magno Israel Miranda Silva (32.898/OAB-DF), representando Marlucia Teixeira Rocha; Guilherme Nelson Correa dos Santos (51242/OAB-DF) e Magno Israel Miranda Silva (32898/OAB-DF), representando Gislaine Dias Di Lauro; Guilherme Nelson Correa dos Santos (51242/OAB-DF) e Magno Israel Miranda Silva (32.898/OAB-DF), representando Claudinei Alves Leite; Guilherme Nelson Correa dos Santos (51242/OAB-DF) e Magno Israel Miranda Silva (32.898/OAB-DF), representando Paulo Barros da Silva; Guilherme Nelson Correa dos Santos (51242/OAB-DF) e Magno Israel Miranda Silva (32.898/OAB-DF), representando Nilda Gomes de Oliveira; Jacson Costa Veiga (27517/OAB-BA) e Francisco Fabio Batista (908/OAB-BA), representando Edvania Mendes de Lima; Magno Israel Miranda Silva (32.898/OAB-DF), representando Jorge Amorim de Almeida; Magno Israel Miranda Silva (32.898/OAB-DF), representando Martha de Oliveira Filadelfo Andrade; Magno Israel Miranda Silva (32.898/OAB-DF), representando Erildes Ramos dos Santos; Guilherme Nelson Correa dos Santos (51242/OAB-DF) e Magno Israel Miranda Silva (32.898/OAB-DF), representando Mário Sérgio Cortes Amorim.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 5320/2021-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, negar-lhes provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6027-33/22-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6028/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.156/2022-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Adriana Mourão Dutervil (224.689.601-06).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Fundação Universidade de Brasília,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Adriana Mourão Dutervil, recusando seu registro;
9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:
9.2.1. corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289 DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP", alusiva à URP de fevereiro de 1989, paga à sra. Adriana Mourão Dutervil, restabelecendo aquele verificado em setembro de 2010, mês em que proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade;
9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 28.819, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura, presentemente, a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração da interessada, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.3. sobrevindo sentença de mérito transitada em julgado no processo judicial acima referido, proceda à emissão de novo ato de aposentadoria para a sra. Adriana Mourão Dutervil, submetendo-o, na forma regulamentar, ao exame desta Corte;
9.2.4. dê ciência desta deliberação à sra. Adriana Mourão Dutervil, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.2.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6028-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6029/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.291/2022-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Cristina Profes Franco (627.249.329-00).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, em favor da Sra. Maria Cristina Profes Franco,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Maria Cristina Profes Franco, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.3.4. promova o destaque dos "quintos" incorporados em decorrência do exercício de função comissionada de 8/4/1998 até 4/9/2001, transformando-os em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme decidido pelo STF no Recurso Extraordinário 638.115;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6029-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6030/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.301/2022-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Carmem Lucia Silva Rodrigues (309.175.301-87).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT, em favor da Sra. Carmem Lucia Silva Rodrigues,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Carmem Lucia Silva Rodrigues, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6030-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6031/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.345/2022-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Fernando José da Silva Braga (116.129.405-87).
4. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. Fernando José da Silva Braga, recusando seu registro;
9.2. determinar à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que dê ciência desta deliberação ao interessado;
9.3. esclarecer à unidade de origem que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria do interessado, motivada pelo pagamento a maior da GDIBGE, os efeitos do título concessório subsistem, uma vez que a parcela impugnada se encontra albergada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, assim, a emissão de novo ato.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6031-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6032/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.535/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).
3.2. Responsáveis: Jeova Xavier Rodrigues Palheta (094.396.762-72); Josue Lacerda Pompeu (963.469.492-68); Prefeitura Municipal de Vigia - PA (05.351.606/0001-95)..
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Vigia - PA.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados na modalidade fundo a fundo,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 e art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, para que o Município de Vigia de Nazaré/PA efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias abaixo relacionadas aos cofres do Fundo Municipal de Saúde, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	
19/2/2013	32.085,00	
19/3/2013	32.085,00	
18/4/2013	28.520,00	
22/5/2013	21.390,00	
21/6/2013	21.390,00	
21/8/2013	10.695,00	
20/9/2013	10.695,00	
22/10/2013	10.695,00	
19/2/2013	13.380,00	
19/3/2013	13.380,00	
30/4/2013	13.380,00	
21/5/2013	6.690,00	
21/6/2013	10.035,00	
23/7/2011	10.035,00	
21/8/2013	10.035,00	
30/9/2013	6.690,00	
22/10/2013	6.690,00	
26/11/2013	6.690,00	
24/12/2013	6.690,00	

9.2. informar ao município de Vigia de Nazaré/PA que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-se lhe quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios, nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992;

9.3. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, incidindo, sobre cada parcela, os correspondentes acréscimos legais, alertando os responsáveis de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.4. determinar a constituição de apartado para a continuidade do feito em município de Vigia de Nazaré/PA caso haja, nos moldes do subitem anterior, a opção pelo parcelamento da dívida.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6032-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6033/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.786/2021-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Demostenes Mendes Braga (506.960.417-15).
3.2. Recorrente: Demostenes Mendes Braga (506.960.417-15).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 17.519/2021-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro à aposentadoria do interessado,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo sr. Demostenes Mendes Braga para, no mérito, negar a ele provimento;
9.2. dar ciência à Advocacia-Geral da União, para adoção das medidas pertinentes, de que, no processo de cumprimento de sentença 0041522.80.2007.4.01.3400, em curso na Justiça Federal da 1ª Região, referente à decisão transitada em julgado proferida no processo 2004.34.00.048565-0, figuram como exequentes servidores que não preenchem os requisitos para tanto assentados pelo Supremo Tribunal Federal nas teses de repercussão geral 82 e 499 (cf. Recursos Extraordinários 573232 e 612043, respectivamente), a exemplo do inativo tratado no presente feito;
9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao órgão de origem.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6033-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6034/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.695/2021-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em pedido de reexame em processo de aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Sherley Eydye Jorge (196.985.258-58).
3.2. Recorrente: Sherley Eydye Jorge (196.985.258-58).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 3.577/2022-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c art. 287 do Regimento Interno deste Tribunal em:
9.1. não conhecer dos presentes embargos de declaração;
9.2. dar ciência desta deliberação à sra. Sherley Eydye Jorge e ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6034-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6035/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.696/2021-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em pedido de reexame em processo de aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Sérgio Cezar Magni (020.138.688-71).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (não atuou nesta fase processual).
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos e Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (não atuaram nesta fase processual).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos contra o Acórdão 4.558/2022-1ª Câmara, por meio do qual se examinou pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.029/2021-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c art. 287 do Regimento Interno, em:
9.1. receber os presentes embargos de declaração para, no mérito, os acolher parcialmente;
9.2. alterar o Acórdão 4.558/2022-1ª Câmara, que passará a ter a seguinte redação:
"VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.029/2021-1ª Câmara (rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Lei 8.443/1992, arts. 33 e 48, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, dar a ele provimento parcial;
9.2. alterar do subitem 9.3.2 do Acórdão 11.029/2021-1ª Câmara, que passará a ter a seguinte redação:
9.3.2. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas de 8/4/1998 a 4/9/2001, que continuará a ser paga sob a forma de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente aos reajustes gerais concedidos aos servidores civis federais;";
9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao órgão de origem;
9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6035-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6036/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.025/2021-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Raimundo Harles Oliveira Carneiro (115.987.352-68).
3.2. Recorrente: Raimundo Harles Oliveira Carneiro (115.987.352-68).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.490/2021-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro à aposentadoria do interessado,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo sr. Raimundo Harles Oliveira Carneiro para, no mérito, negar a ele provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao órgão de origem.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6036-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6037/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.243/2021-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em pedido de reexame em processo de aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Vânia Aparecida Passarelli de Menezes (091.794.498-40).
3.2. Recorrente: Vânia Aparecida Passarelli de Menezes (091.794.498-40).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (não atuou nesta fase processual).
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos e Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (não atuaram nesta fase processual).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos contra o Acórdão 4.559/2022-1ª Câmara, por meio do qual se examinou pedido de reexame interposto contra o Acórdão 10.851/2021-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c art. 287 do Regimento Interno, em:
9.1. receber os presentes embargos de declaração para, no mérito, os acolher parcialmente;
9.2. alterar o Acórdão 4.559/2022-1ª Câmara, que passará a ter a seguinte redação:
"VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 10.851/2021-1ª Câmara (rel. Ministro Jorge de Oliveira),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Lei 8.443/1992, arts. 33 e 48, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, conceder a ele provimento parcial e alterar a redação do subitem 1.7.1. do Acórdão 10.851/2021-1ª Câmara, que passará a ser a seguinte:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas de 8/4/1998 a 4/9/2001, que continuará a ser paga sob a forma de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente aos reajustes gerais concedidos aos servidores civis federais;";
9.3. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem;
9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6037-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6038/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.822/2017-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em recurso de reconsideração (tomada de contas especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Jose Maria Rodrigues da Rocha Junior (620.505.162-15); Tabira Ramos Dias Ferreira (017.624.942-72).
3.2. Recorrente: Tabira Ramos Dias Ferreira (017.624.942-72).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Juruá/AM.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista (4.177/OAB-AM), Adrimar Freitas de Siqueira (8.243/OAB-AM) e Patricia Gomes de Abreu (4.447/OAB-AM), representando Tabira Ramos Dias Ferreira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 1.693/2022-1ª Câmara, mediante o qual foi negado provimento a recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 5.472/2020-1ª Câmara, proferido em tomada de contas especial,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos dos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, não acolhê-los; e
9.2. dar ciência desta deliberação à embargante e à Procuradoria da República no estado do Amazonas.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6038-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6039/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.118/2019-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: Carla Andrea Santos Cardoso (177.188.208-58).
3.2. Recorrente: Carla Andrea Santos Cardoso (177.188.208-58).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Cidadania.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Francisco Augusto Zardo Guedes (35.303/OAB-PR) e Sebastiao Pedro da Silva Junior (61518/OAB-DF), representando Carla Andrea Santos Cardoso.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Sra. Carla Andrea Santos Cardoso à decisão proferida pelo Acórdão 4.151/2022-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante às razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos do art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência ao embargante desta decisão.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6039-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6040/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.373/2017-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Eugenio Milton Bittencourt (603.249.299-00); Giorgia Regina Luchese (032.169.819-32); GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda - ME (78.303.252/0001-87).
3.2. Recorrente: GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda - ME (78.303.252/0001-87).
4. Entidades: Município de Nova Laranjeiras/PR e Fundo Nacional de Saúde - MS.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Andreia Indalencio Rochi (43.945/OAB-SC), representando Giorgia Regina Luchese; Bruna Lícia Pereira Marchesi (69.457/OAB-PR), Luiz Fernando Pereira (22076/OAB-PR) e outros, representando GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda. - ME.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam recurso de reconsideração interposto pela sociedade empresária GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda. - ME contra o Acórdão 6.137/2020-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Fundo Nacional de Saúde e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6040-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6041/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.154/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsáveis: Construtora Trimetal Ltda - Me (23.600.836/0001-22); Jose Leane de Pinho Borges (482.898.923-49).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Afonso Cunha/MA.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Edgerson de Araujo Cunha (11102/OAB-PI), representando Construtora Trimetal Ltda - Me.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. José Leane de Pinho Borges, prefeito municipal de Afonso Cunha/MA na gestão 2013-2016, e da Construtora Trimetal Ltda., em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Termo de Compromisso 09510/2014, cujo objeto foi a "construção de uma quadra esportiva escolar coberta no Povoado São Francisco do Braga (59235 PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 003/2013)",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revel o Sr. José Leane de Pinho Borges, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Construtora Trimetal Ltda.;
9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas do Sr. José Leane de Pinho Borges, prefeito municipal de Afonso Cunha/MA na gestão 2013-2016, e da Construtora Trimetal Ltda., condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:
Débitos relacionados somente ao responsável José Leane de Pinho Borges:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
10/11/2015	35.576,71
16/6/2016	4.022,36

Valor atualizado do débito (com juros) em 13/7/2022: R$ 58.803,11.
Débito relacionado aos responsáveis Construtora Trimetal Ltda. e José Leane de Pinho Borges, em caráter solidário:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
16/6/2016	65.977,64

Valor atualizado do débito (com juros) em 13/7/2022: R$ 93.404,24.

9.4. aplicar ao Sr. José Leane de Pinho Borges e à Construtora Trimetal Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §1º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada uma delas, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão:

9.7.1. à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.7.2. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e aos responsáveis, para ciência.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6041-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6042/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.087/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Auri Wulange Ribeiro Jorge (663.347.481-49).
4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Sérgio Rodrigues de Mendonça Cosson, representando Auri Wulange Ribeiro Jorge.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Auri Wulange Ribeiro Jorge, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por meio do Termo de compromisso TC/PAC 595/2007, registro Siafi 633077, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Município de Axixá do Tocantins/TO, e que tinha por objeto a execução de sistema de esgotamento sanitário, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Auri Wulange Ribeiro Jorge;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas do Sr. Auri Wulange Ribeiro Jorge e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor do débito (R$)	Data de referência
1.179.999,99	13/9/2010
885.000,00	17/8/2012
885.000,00	13/3/2013

9.3. aplicar ao Sr. Auri Wulange Ribeiro Jorge a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, sob pena de cobrança judicial do valor atualizado monetariamente, na forma da legislação em vigor, desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento;

9.4. nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não seja atendida a notificação;

9.5. dar ciência deste acórdão à Funasa e ao responsável; e

9.6. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado de Tocantins, nos termos dos arts. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 e 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6042-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6043/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 041.114/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Erondina Gomes de Sousa (351.504.911-87).
3.2. Recorrente: Câmara dos Deputados (00.530.352/0001-59).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 18.596/2021-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro à aposentadoria da sra. Erondina Gomes de Sousa,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pela Câmara dos Deputados para, no mérito, negar a ele provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à interessada.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6043-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6044/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 043.427/2018-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Cristiane Trancoso de Campos Damião (436.016.853-53); Luís Fernando Lopes Coelho (700.483.043-87).
3.2. Recorrente: Luís Fernando Lopes Coelho (700.483.043-87).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas/MA.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Emilio Carlos Murad Filho (12341/OAB-MA), Carlos Sérgio de Carvalho Barros (4.947/OAB-MA) e outros, representando Luís Fernando Lopes Coelho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Luís Fernando Lopes Coelho em face do Acórdão 18.631/2021-1ª Câmara, por meio do qual foi apreciada tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Bom Jesus das Selvas/MA, por conta do Programa Dinheiro Direto na Escola - exercício de 2016 (PDDE/2016) e do Programa Dinheiro Direto na Escola-Estrutura, exercício de 2016 (PDDE-Estrutura/2016),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar a ele provimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6044-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6045/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 046.675/2012-4
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Embargos de Declaração)
3. Recorrente: Etivaldo Vadão Gomes (784.430.918-00)
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade técnica: não atuou
8. Representação legal: Luiz Antônio de Oliveira (OAB/SP 85.692), Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro (OAB/DF 25.341), Eduardo Borges Espínola Araújo (OAB/DF 41.595) e Renata Antony de S. L. Nina (OAB/DF 23.600).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 4.806/2022-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso;
9.2. quanto ao mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterados os termos do acórdão recorrido; e
9.3. considerar estes embargos protelatórios e alertar ao recorrente que novos embargos com finalidade assemelhada, tratando de matéria já analisada e rejeitada pelo Tribunal, podem ensejar a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, além de não suspenderem o trânsito em julgado da condenação imposta por meio do Acórdão 13.704/2019-1ª Câmara; e
9.4. dar ciência ao recorrente.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6045-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6046/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 041.069/2021-8
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Aposentadoria
3. Recorrente: Rejane Cristina Probst (566.481.389-04)

4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame interposto pela ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Rejane Cristina Probst, contra o Acórdão 18.349/2021 - 1ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria em virtude da incorporação de quintos de função comissionada exercida após a edição da Lei 9.624/1998.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão à recorrente, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6046-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6047/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.593/2019-3

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial

3. Embargantes: Associação de Proteção à Saúde Maternidade à Infância de Caucaia e Maria Lúcia Magalhães Corrêa

4. Unidade: Fundo Nacional de Saúde

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Representação legal: Breno Silva Correa (33948/OAB-CE) e outro, representando Associação de Proteção à Saúde Maternidade à Infância de Caucaia e Maria Lúcia Magalhães Corrêa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos ao Acórdão 4.480/2022, desta 1ª Câmara, no qual o Tribunal decidiu julgar irregulares as contas das embargantes, condenou-as solidariamente ao recolhimento do débito apurado ao Fundo Nacional de Saúde e aplicou-lhes multas individuais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência às embargantes.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6047-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6048/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.268/2020-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Aldir Cunha Rodrigues (335.442.202-53); Antonio Rodrigues do Nascimento Filho (993.092.543-00)

4. Unidade: Município de Junco do Maranhão/MA

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: Amanda Christielle Marinho Marques (9370/OAB-MA) e Antônia Apoena Rejane da Silva Ribeiro Mendonca (14.618/OAB-MA), representando Aldir Cunha Rodrigues.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em desfavor de Antonio Rodrigues do Nascimento Filho e Aldir Cunha Rodrigues, ex-prefeitos municipais de Junco do Maranhão/MA, em decorrência da não comprovação da boa e regular utilização dos recursos recebidos por força do programa Projovem Campo, no exercício de 2014.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "b"; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; 57; e 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 214, inciso III, alínea "a"; e 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa de Aldir Cunha Rodrigues em relação à primeira citação que lhe foi dirigida;

9.2. declarar a revelia de Aldir Cunha Rodrigues em relação à segunda citação que lhe foi dirigida e de Antonio Rodrigues do Nascimento Filho, em relação às audiências que lhes foram encaminhadas;

9.3. julgar irregulares as contas de Aldir Cunha Rodrigues e Antonio Rodrigues do Nascimento Filho;

9.4. condenar Aldir Cunha Rodrigues ao recolhimento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das respectivas datas até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
2/3/2015	8.165,60
1/4/2015	6.877,96
4/5/2015	7.104,60
29/5/2015	7.104,60
7/10/2015	7.104,60
30/10/2015	5.500,00
8/1/2016	7.104,60
29/2/2016	7.478,52
2/8/2016	7.671,72
31/8/2016	7.478,52
28/10/2016	6.164,20
2/12/2016	6.130,32
20/1/2015	546,00
21/7/2016	8.998,38
22/9/2014	546,05

9.5. aplicar as multas a seguir relacionadas, a serem recolhidas ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado:

Responsável	Valor (R$)
Aldir Cunha Rodrigues	13.500,00
Antonio Rodrigues do Nascimento Filho	7.500,00

9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.7. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.8. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.9. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.10. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.11. dar ciência deste acórdão aos responsáveis, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6048-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6049/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 038.482/2018-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial)

3. Embargante: Omar de Caldas Furtado Filho (100.663.903-97)

4. Unidade: Município de Brejo - MA

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Representação legal: Frederico de Sousa Almeida Duarte (11.681/OAB-MA) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta etapa processual, de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 3564/2022 - 1ª Câmara, que deu provimento parcial ao recurso de reconsideração interposto por Omar de Caldas Furtado Filho contra o Acórdão 4786/2021 - 1ª Câmara, o qual julgou irregulares suas contas especiais e lhe imputou o recolhimento de débito e o pagamento de multa.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Omar de Caldas Furtado Filho em face do Acórdão 3564/2022 - 1ª Câmara e considerá-los parcialmente procedentes;

9.2. retificar o voto condutor do Acórdão 3564/2022 - 1ª Câmara, para que, em seu item 21, ao invés de consignar a expressão "com redução da parcela de R$ 68.860,23 para R$ 59.200,81", passe a consignar "com redução da parcela de R$ 68.860,23 para R$ 9.659,42";

9.3. manter a íntegra da deliberação embargada;

9.4. dar ciência deste acórdão ao embargante, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6049-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6050/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.342/2017-0

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessado/Responsáveis/Recorrente:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: Ronaldo Moitinho dos Santos (568.859.545-00); Sidevaldo Goncalves da Silva e Cia Ltda (08.022.019/0001-40)

3.3. Recorrente: Ronaldo Moitinho dos Santos (568.859.545-00)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Iguaí/BA

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: Fabiane Azevedo de Souza (25.101/OAB-BA), representando Ronaldo Moitinho dos Santos

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recurso de reconsideração interposto por Ronaldo Moitinho dos Santos contra o Acórdão 18.911/2021-1ª Câmara, por meio do qual teve suas contas julgadas irregulares, com condenação ao pagamento do débito apurado e aplicação de multa, ante impugnação parcial da aplicação dos recursos repassados para execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - Pnate, exercícios 2009, 2010 e 2011.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2 encaminhar cópia deste acórdão ao recorrente, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6050-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6051/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.233/2018-7

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)

3. Recorrente: Rubens da Rocha Portal (042.585.332-20)

4. Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur

8. Representação legal: Antônio Cabral de Castro (016/OAB-AP) e José Caxias Lobato (183/OAB-AP), representando Rubens da Rocha Portal.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de pedido de reexame interposto por Rubens da Rocha Portal contra o Acórdão 14.199/2018-1ª Câmara, por meio do qual foi julgado ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em seu nome, por nele constar o pagamento indevido de parcela judicial referente ao reajuste de 28,86%, decorrente de planos econômicos, em desacordo com a lei e com a jurisprudência deste Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2 encaminhar cópia desta decisão ao recorrente, com a informação de que o inteiro teor do relatório e do voto que a fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6051-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6052/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.339/2020-4

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Anauciléa Barbosa Lima Francisco (293.413.024-04); Anauzenilma Barbosa Lima (685.541.414-15); Aneci Lima Lages (477.185.794-68); Auzinete Lima da Silva (432.980.104-30) e Maria da Conceição Barbosa Lima (215.523.204-72)

4. Unidade: Comando da 7ª Região Militar do Exército

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Comando da 7ª Região Militar do Exército Brasileiro, em desfavor de Aneci Lima Lages, Maria da Conceição Barbosa Lima, Anauciléa Barbosa Lima Francisco, Auzinete Lima da Silva e Anauzenilma Barbosa Lima Francisco, em razão do recebimento de pensão militar especial instituída por seu genitor, o ex-combatente Antônio dos Santos Lima, com base em decisão judicial não transitada em julgado, revertida posteriormente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; e 8 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 212 do Regimento Interno, em:

9.1. arquivar o processo ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular;

9.2. encaminhar cópia desta decisão às responsáveis, ao Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército Brasileiro e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, para as providências cabíveis, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6052-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6053/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.105/2020-6

1.1. Apenso: 035.884/2021-5

2. Grupo I - Classe de Assunto VI - Representação

3. Responsáveis: Ana Maria de Castro Magalhães (176.026.374-53), Cipriano Maia de Vasconcelos (074.216.484-53) e Maria Valéria Bezerra (887.469.177-72)

4. Unidade: Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

8. Representação legal: Carlos Frederico Braga Martins (48750/OAB-DF), representando Ana Maria de Castro Magalhães, Cipriano Maia de Vasconcelos e Maria Valéria Bezerra.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação autuada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do contrato 7/2020-SESAP, celebrado por dispensa de licitação fundamentada na Lei 13.979/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte - SESAP/RN.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 26, 28 inciso II, 58, inciso II da Lei 8.443/1992, nos arts. 214, letra "a", 237, inciso VI, parágrafo único, 268, inciso II do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Ana Maria de Castro Magalhães, Maria Valéria Bezerra e Cipriano Maia de Vasconcelos e aplicar-lhes multas individuais no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.3. fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado pelos responsáveis, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas e fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada trinta dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.6. alertar os responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. informar à Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte e ao Procurador da República no Estado do Rio Grande do Norte, Dr. Felipe Valente Simando, neste último caso com referência ao Procedimento Preparatório 1.28.000.001452/2021-13, acerca deste acórdão, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6053-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6054/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.233/2021-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Aposentadoria)

3. Recorrente: Maricene Aparecida Pereira de Oliveira (068.506.598-71)

4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: Jean Paulo Ruzzarin (21.006/OAB-DF), Rudi Meira Cassel (22.256/OAB-DF) e outros, representando Maricene Aparecida Pereira de Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Maricene Aparecida Pereira de Oliveira, ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/15, contra o Acórdão 17.993/2021 - TCU - 1ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria e negou-lhe registro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com a informação de que o inteiro teor do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6054-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6055/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.225/2020-2

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (em Acompanhamento)

3. Recorrentes: Ari Miguel Teixeira Ott (110.306.235-20); e José Arimatéia Dantas Lopes (051.025.613-91)

4. Unidades: Fundação Universidade Federal de Rondônia; Fundação Universidade Federal do Piauí

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Ari Miguel Teixeira Ott

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame interpostos por Ari Miguel Teixeira Ott e José Arimatéia Dantas Lopes, ex-reitores, respectivamente, da Universidade Federal de Rondônia - Unir e da Universidade Federal do Piauí - UFPI, contra o Acórdão 1.748/2022-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal lhes aplicou a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, por não responderem a diligências desta Corte.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial de forma a reduzir o valor da multa aplicada pelo subitem 9.10 do Acórdão 1.748/2022-TCU-1ª Câmara para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), mantendo-se inalterados os demais dispositivos;

9.2. enviar cópia deste acórdão aos recorrentes, informando-lhes que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6055-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6056/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.741/2022-2
2. Grupo II - Classe de Assunto V - Aposentadoria
3. Interessado: Adalberto Caetano (075.199.901-68)
4. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Visto, relatado e discutido o ato de aposentadoria emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em favor de Adalberto Caetano.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e com o art. 260, § 4º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legal o ato de alteração da aposentadoria de Adalberto Caetano, concedendo-lhe registro, com ressalva em relação ao lançamento equivocado de parcela de incorporação de quintos;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a informação de que o inteiro teor do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6056-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6057/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.441/2022-3
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria
3. Interessado: Jose Alberto Sampaio Santos (062.547.725-15)
4. Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Visto, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Jose Alberto Sampaio Santos no cargo de Professor do Magistério Superior, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Jose Alberto Sampaio Santos;

9.2. determinar à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que:

9.2.1. interrompa o pagamento da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, prevista no Decreto 95.689/1988, atualmente paga a Jose Alberto Sampaio Santos, na hipótese de desconstituição da ação judicial que hoje a suporta e adote as medidas para reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos pelo interessado, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor de modo contrário;

9.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, dê ciência do inteiro teor desta decisão ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução de valores indevidamente percebidos, caso o recurso não seja provido;

9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, encaminhe ao TCU comprovante de ciência do interessado;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e ao interessado, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6057-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6058/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.886/2022-4
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria
3. Interessado: Milano Campelo de Aragão (223.926.701-10)
4. Unidade: Câmara dos Deputados
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do ato de concessão inicial de aposentadoria de Milano Campelo de Aragão no cargo de Técnico Legislativo da Câmara dos Deputados;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Milano Campelo de Aragão;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.3.1.1. promova o destaque da parcela excedente de quintos/décimos incorporada pelo interessado em decorrência do exercício de funções comissionadas posteriormente a 8/4/1998, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE"; e

9.3.1.2. promova o ajuste na parcela percebida a título de VPNI decorrente de quintos/décimos, de modo a excluir os reajustes que não decorram de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, a exemplo da Lei 13.302/2016;

9.3.1.3. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.3.2.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomar conhecimento da decisão e informações sobre as providências implementadas para cumprimento do subitem 9.3.1.1; e

9.3.2.2. emita novo ato de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, incluindo informações sobre a natureza dos tempos averbados que deram suporte ao pagamento do adicional por tempo de serviço, submetendo o ato a este Tribunal.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6058-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6059/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.334/2020-8.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).
3.2. Responsável: José Lavoisier Gomes Dantas (674.162.094-04).
3.3. Recorrente: José Lavoisier Gomes Dantas (674.162.094-04).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São João do Rio do Peixe - PB.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Joanilson Guedes Barbosa (OAB-PB 13295), representando José Lavoisier Gomes Dantas.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, no qual se aprecia embargos de declaração interpostos por José Lavoisier Gomes Dantas em face do Acórdão 2.850/2022-TCU-1ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as suas contas, condenou-os ao pagamento do débito apurado,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento, a fim de declarar a nulidade da citação do Sr. José Lavoisier Gomes Dantas e, por consequência, a nulidade do Acórdão 2.850/2022-TCU-1ª Câmara;

9.2. orientar a Segecex no sentido de que observe os procedimentos descritos no voto que fundamenta esta deliberação, nas hipóteses em que os Correios devolverem a comunicação processual com a inscrição "não procurado";

9.3. com fundamento no art. 179, §4º, do Regimento Interno do TCU, dar ciência ao Sr. José Lavoisier Gomes Dantas, que o prazo de quinze para a apresentação das suas alegações de defesa ordenada pelo pronunciamento da unidade técnica (peça 80) começará a fluir a partir da data da presente deliberação; e

9.4. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6059-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6060/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 003.122/2022-0.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Artemiza Araujo Amaral, CPF 051.787.878-03.
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 21/9/2021, o ato de concessão inicial de aposentadoria a Artemiza Araujo Amaral (ato nº 59201/2020);

9.2. determinar ao órgão de origem que, nos termos do art. 260 do Regimento Interno do TCU:

9.2.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão;

9.2.2. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3. autorizar a Sefip a arquivar estes autos, tão logo cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6060-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6061/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 003.209/2022-9.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Jane Patricia Feijo, CPF 658.171.251-53; Maria de Fatima Batista Feijo, CPF 443.091.471-00; Maria de Fatima Feijo de Jesus, CPF 324.090.527-20; Monica Bonates Feijo, CPF 011.794.427-09.

4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 26/6/2022, o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Heitor Feijo em favor de Jane Patricia Feijo, Maria de Fatima Batista Feijo, Maria de Fatima Feijo de Jesus e Monica Bonates Feijo (ato nº 13400/2017);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021 - TCU - Plenário, a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício do ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Heitor Feijo em favor de Jane Patricia Feijo, Maria de Fatima Batista Feijo, Maria de Fatima Feijo de Jesus e Monica Bonates Feijo (ato nº 13400/2017); e

9.3. dar ciência desta deliberação ao Comando da Aeronáutica.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6061-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6062/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 004.473/2022-1.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessada: Vera Lucia Gadelha Monteiro, CPF 931.793.677-68.

4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 2/3/2022, o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Oscar Tempel da Costa Gadelha em favor de Vera Lucia Gadelha Monteiro (ato nº 46167/2016);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para que:

9.2.1. realize diligência junto à Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica, com vistas a que, no prazo de 30 (trinta) dias, colha, de Vera Lucia Gadelha Monteiro, manifestação de opção pelo(s) benefício(s) legalmente acumulável(is), tendo em vista a indevida configuração, à vista do disposto no art. 29 da Lei 3.765/1960, da percepção de três benefícios custeados pelos cofres públicos por meio do ato nº 46167/2016, encaminhando a resposta obtida a este Tribunal - acompanhada da competente documentação comprobatória -, ou informando a ausência de resposta, no prazo de 30 (trinta) dias;

9.2.2. caso não obtido, por intermédio das diligências indicadas no subitem 9.2.1 acima, o devido saneamento do(s) ato(s), adote, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021 - TCU - Plenário, os procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício do(s) ato(s) não saneado(s).

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6062-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Jorge Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.4. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6063/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 006.520/2022-7

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Admissão.

3. Interessado: Fabrício Rocha, CPF 725.364.701-72.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Admissão, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à admissão de Fabrício Rocha, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. esclarecer à entidade de origem que a presente admissão poderá ser mantida em razão de estar amparada por decisão judicial transitada em julgado;

9.3. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e ao Sr. Fabrício Rocha;

9.4. arquivar os autos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6063-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6064/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 007.007/2022-1.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Eliane do Rocio da Cunha, CPF 536.090.269-87; Laurineia Marcelino da Silva, CPF 010.140.077-20; Rosane de Fatima da Cunha, CPF 316.965.389-04.

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 25/5/2022, o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Joao Roque Cunha em favor de Eliane do Rocio da Cunha, Laurineia Marcelino da Silva e Rosane de Fatima da Cunha (ato nº 2148/2016);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais para que:

9.2.1. realize diligência junto à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército, com vistas a que, no prazo de 15 (quinze) dias, procure obter, de Laurineia Marcelino da Silva, a competente documentação comprobratória de sua união estável com Joao Roque Cunha, tendo em vista a insuficiência para tanto da sentença de justificação judicial, encaminhando a resposta obtida a este Tribunal, ou informando a ausência de resposta, no prazo de 30 (trinta) dias;

9.2.2. caso não obtido, por intermédio das diligências indicadas no subitem 9.2.1 acima, o devido saneamento do(s) ato(s), adote, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021 - TCU - Plenário, os procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício do(s) ato(s) não saneado(s).

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6064-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6065/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.986/2022-0

2. Grupo: I - Classe de assunto: V - Pensão Militar.

3.Interessada: Cheila Pereira Silva de Brito, CPF 030.750.926-57.

4. Unidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de reforma militar, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, ACORDAM em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à pensão militar de Cheila Pereira Silva de Brito, negando-lhe o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dê ciência à interessada do inteiro teor deste Acórdão, alertando-a no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. emita, com fulcro nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno, e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, no prazo de 30 dias, novo ato de pensão militar da Sr.ª Cheila Pereira Silva de Brito, escoimado da irregularidade ora apontada, para oportuna deliberação do Tribunal;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a interessada tive ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Defesa e ao Comando do Exército;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste aresto;

9.5.2. arquive os autos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6065-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6066/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 015.547/2021-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsável: José Evanjelista Torres Lopes, ex-Prefeito (273.816.503-63).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cabeceiras do Piauí/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. José Evanjelista Torres Lopes, ex-Prefeito do Município de Cabeceiras do Piauí/PI (gestão 2009-2012), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos recebidos por força do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar no exercício de 2011 (Pnate/2011),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José Evanjelista Torres Lopes, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
29/4/2011	9.583,53
2/5/2011	3.149,18
5/5/2011	1.642,09
31/5/2011	4.258,23
1/6/2011	7.409,68
2/6/2011	1.642,09
6/6/2011	919,60
30/6/2011	3.666,15
1/7/2011	7.900,12
4/7/2011	2.663,33
2/8/2011	5.252,97
3/8/2011	7.672,80
2/9/2011	4.800,98
5/9/2011	3.455,76
6/9/2011	4.810,96
8/9/2011	2.071,52
20/9/2011	2.758,80
23/9/2011	2.323,20
27/9/2011	0,30
29/9/2011	968,00
5/10/2011	22.515,68
3/11/2011	14.036,00
7/12/2011	14.036,00

9.2. aplicar ao Sr. José Evanjelista Torres Lopes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 20.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. enviar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6066-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6067/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 017.597/2017-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Luís Filipe de Sousa Nunes (Bilhete de Identidade 002405195KS034 - Angola).

4. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos do Brasil (Apex Brasil).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Daniella Vitelbo Aparicio Pazini Riper (OAB/SP 174.987) e outros, representando Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos do Brasil (Apex Brasil).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Agência de Promoção de Exportações e Investimentos do Brasil (Apex Brasil), em desfavor do Sr. Luís Filipe de Sousa Nunes, ex-Gerente do Escritório da Apex-Brasil em Luanda/Angola, em razão de desfalque e desvio de recursos transferidos para gestão da unidade entre julho e dezembro de 2015,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Luís Filipe de Sousa Nunes, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos do Brasil (Apex Brasil), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
16/11/2015	29.846,44
09/08/2015	1.472,74
15/10/2015	665,14
20/10/2015	331,16
13/11/2015	1.646,37
25/11/2015	652,90
25/11/2015	40.806,38
29/03/2016	5.103,36
29/03/2016	5.815,48
29/03/2016	28.656,35
29/03/2016	9.950,25
29/03/2016	9.174,37
29/03/2016	26.282,51
29/03/2016	43.823,92
29/03/2016	747,32
29/03/2016	4.422,79
09/05/2016	18.672,67
09/05/2016	2.438,50
09/05/2016	1.285,52
09/05/2016	4.776,96
09/05/2016	787,82
31/03/2016	16.620,31
31/03/2016	2.021,76
31/03/2016	1.461,20
31/03/2016	1.298,16
07/10/2015	44.765,55
07/10/2015	895,31
20/10/2015	68.201,79
20/10/2015	1.364,04
24/11/2015	87.230,06
26/11/2015	35.386,11
08/12/2015	1.085,48
08/12/2015	2.790,38

9.2. aplicar ao Sr. Luís Filipe de Sousa Nunes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 70.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. enviar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6067-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6068/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.696/2021-0.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Elza Garcia, CPF 268.406.261-72.

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 26/1/2022, o ato de concessão inicial de aposentadoria a Elza Garcia (ato nº 45274/2020);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021 - TCU - Plenário, a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício do ato de concessão inicial de aposentadoria a Elza Garcia (ato nº 45274/2020); e

9.3. dar ciência desta deliberação ao Instituto Nacional do Seguro Social.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6068-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6069/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.267/2021-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Cacilda Maria Gomes, CPF 221.932.001-49.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Cacilda Maria Gomes, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Conta;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. avalie as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos do Mandado de Segurança 2003.002.008895-7, novo número 0008895-76.2003.807.0000, impetrado pela Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal-ASSEJUS, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232/SC, tendo em vista que, para a Sr.ª Cacilda Maria Gomes ser beneficiária do mencionado feito, precisa comprovar que, à época do protocolo da ação mandamental ou mesmo durante o seu trâmite até a data do trânsito em julgado, era filiada à referida entidade associativa;

9.3.2. após a verificação da pendência do subitem 9.3.1 supra, aplique para a parcela correspondente à fração de 6/10 (seis décimos), incorporados entre 14/2/1998 e 12/8/2000, a depender da hipótese, a modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.3.3. comunique a interessada o inteiro teor desta deliberação, alertando-a no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a interessada teve ciência desta deliberação, comunicando, ainda, a este Tribunal, as providências adotadas relativamente aos subitens 9.3.1 e 9.3.3, a teor dos arts. 262, caput, do Regimento Interno e 8º, caput, da Resolução 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe, com rigor, o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.2 deste Acórdão;

9.5.2. arquive os autos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6069-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6070/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.195/2015-3.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80); Carlos Augusto Fraga Fontes (925.899.285-72); Lourival Mendes de Oliveira Neto (310.702.215-20).

3.2. Recorrente: Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80).

4. Órgão/Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Naiane Santos Carvalho Doria (7.569/OAB-SE) e Laerte Pereira Fonseca (6779/OAB-SE), representando Carlos Augusto Fraga Fontes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 1.022/2022-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos;

9.2. quanto ao mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterados os termos do acórdão recorrido;

9.3. considerar estes embargos protelatórios e alertar à recorrente que novos embargos com finalidade assemelhada, tratando de matéria já analisada e rejeitada pelo Tribunal, podem ensejar a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, além de não suspenderem o trânsito em julgado da condenação imposta por meio do Acórdão 13.703/2019-1ª Câmara; e

9.4. dar ciência à recorrente.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6070-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6071/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.246/2020-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Marcos Pereira Teixeira (CPF 220.001.058-31)

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação Legal: Jefferson Moura Campos Junior (OAB/SP 154.981), representando Marcos Pereira Teixeira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em desfavor do Sr. Marcos Pereira Teixeira, ex-empregado, em razão de dano ao erário decorrente de concessão de contratos de empréstimos com a utilização de documentação de clientes, sem o conhecimento destes, e com a obtenção para si do benefício das operações,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Marcos Pereira Teixeira (CPF 220.001.058-31);

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Marcos Pereira Teixeira (CPF 220.001.058-31), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, com fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Caixa Econômica Federal, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
21/9/2016	56.576,19
30/11/2016	12.000,00
4/1/2017	20.720,00
27/3/2017	60.000,00
27/4/2017	60.000,00
28/7/2017	35.000,00

9.3. aplicar ao Sr. Marcos Pereira Teixeira (CPF 220.001.058-31) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 50.000,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. dar ciência deste Acórdão ao responsável e à Caixa Econômica Federal, para ciência; bem como à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6071-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6072/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.245/2021-0.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Helenice Torres Pereira Silva, CPF 538.968.076-68.

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 3/11/2021, o ato de concessão inicial de aposentadoria a Helenice Torres Pereira Silva (ato nº 34744/2020);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021 - TCU - Plenário, a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício do ato de concessão inicial de aposentadoria a Helenice Torres Pereira Silva (ato nº 34744/2020); e

9.3. dar ciência desta deliberação à Universidade Federal de Lavras.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6072-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6073/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 041.830/2021-0.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Cristina Castro Lucas de Souza, CPF 819.017.391-04; Ivanilda Alves Ferreira, CPF 233.227.134-15; Ivonete de Araujo Alves, CPF 361.950.904-25; Lisia Castro Lucas de Souza, CPF 495.449.504-00; Maria Daria de Meneses Dantas e Barros, CPF 220.355.834-20; Maria de Fatima de Meneses Sobrinho, CPF 042.370.798-13; Maria Jose Alves Cesar da Silva, CPF 361.951.034-20; Rosemary Araujo Alves, CPF 995.929.834-53; Silvia Regina Alves, CPF 834.404.884-20.

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de pensão militar submetidos à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, atos esses cadastrados e disponibilizados ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar tacitamente registrados, em 21/8/2022 o ato de concessão inicial da pensão instituída por Jose Luiz Alves em favor de Ivanilda Alves Ferreira, Ivonete de Araujo Alves, Rosemary Araujo Alves e Silvia Regina Alves (ato nº 15143/2017), em 15/8/2022 o ato de reversão da pensão instituída por Manoel Nogueira Dantas em favor de Maria Daria de Meneses Dantas e Barros e Maria de Fatima de Meneses Sobrinho (ato nº 15372/2017) e em 21/8/2022 o ato de reversão da pensão de Glenio Carvalho de Souza em favor de Cristina Castro Lucas de Souza e Lisia Castro Lucas de Souza (ato nº 17098/2017);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021 - TCU - Plenário, a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício do ato de reversão da pensão de Glenio Carvalho de Souza em favor de Cristina Castro Lucas de Souza e Lisia Castro Lucas de Souza (ato nº 17098/2017);

9.3. dar ciência desta deliberação à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Exército.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6073-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6074/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 043.829/2021-0.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessada: Marina Lima do Carmo, CPF 044.491.772-15.

4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 10/8/2022, o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Francisco do Carmo em favor de Marina Lima do Carmo (ato nº 15976/2017);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021 - TCU - Plenário, a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício do ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Francisco do Carmo em favor de Marina Lima do Carmo (ato nº 15976/2017); e

9.3. dar ciência desta deliberação ao Comando da Aeronáutica.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6074-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6075/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 043.844/2021-9.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessados: Luiz Antonio Ferreira da Silva, CPF 002.286.224-25; Sandra Souza da Silva, CPF 809.534.094-49; Sueli Souza da Silva, CPF 765.699.344-49.

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 20/7/2022, o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Antonio da Silva em favor de Luiz Antonio Ferreira da Silva, Sandra Souza da Silva e Sueli Souza da Silva (ato nº 7446/2017);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para que:

9.2.1. realize diligência junto à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército, com vistas a que, no prazo de 30 (trinta) dias, colha, de Sueli Souza da Silva, manifestação de opção pelo(s) benefício(s) legalmente acumulável(is), tendo em vista a indevida configuração, à vista do disposto no art. 29 da Lei 3.765/1960, da percepção de três benefícios custeados pelos cofres públicos por meio do ato nº 7446/2017, encaminhando a resposta obtida a este Tribunal - acompanhada da competente documentação comprobatória -, ou informando a ausência de resposta, no prazo de 30 (trinta) dias;

9.2.2. caso não obtido, por intermédio das diligências indicadas no subitem 9.2.1 acima, o devido saneamento do(s) ato(s), adote, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021 - TCU - Plenário, os procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício do(s) ato(s) não saneado(s).

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6075-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6076/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 044.471/2021-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Everci Alves da Silva, CPF 236.577.747-34; Jaqueline Gomes Queiroz, CPF 634.828.607-00; Maria do Socorro Gomes da Costa, CPF 362.754.844-20; Miriam Batista de Freitas, CPF 058.126.614-56; Monica Barboza Torres, CPF 058.126.604-84; Nazidi Augusta dos Santos, CPF 214.044.198-29; Rita Batista de Melo, CPF 375.633.274-87.

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de pensão militar, submetidos à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, atos esses cadastrados e disponibilizados ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar tacitamente registrados:

9.1.1. em 11/1/2022, o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Ailton Rufino da Costa em favor de Maria do Socorro Gomes da Costa (ato nº 43230/2016);

9.1.2. em 20/2/2022, o ato de reversão da pensão militar instituída por Leonel Mauricio Leao de Queiroz em favor de Jaqueline Gomes Queiroz (ato nº 45581/2016);

9.1.3. em 9/5/2022, o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Jose Augusto dos Santos em favor de Nazidi Augusta dos Santos (ato nº 48140/2016);

9.1.4. em 29/5/2022, o ato de reversão da pensão militar instituída por Bartolomeu Alves da Silva em favor de Everci Alves da Silva (ato nº 336/2017);

9.1.5. em 24/5/2022, o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Ivan Barbosa de Freitas em favor de Monica Barboza Torres e Rita Batista de Melo (ato nº 9364/2017);

9.1.6. em 24/5/2022, o ato de reversão da pensão militar instituída por Ivan Barbosa de Freitas em favor de Miriam Batista de Freitas e Monica Barboza Torres (ato nº 9365/2017);

9.2. determinar ao órgão de origem que, nos termos do art. 260 do Regimento Interno do TCU:

9.2.1. comunique as interessadas o inteiro teor deste Acórdão;

9.2.2. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.3. autorizar a Sefip a arquivar estes autos, tão logo cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6076-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6077/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.659/2020-7.

2. Grupo I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.

3.2. Responsável: Vânia Oiticica Pinto Guedes de Paiva Scavuzzi de Carvalho (185.039.004-59).

4. Entidade: Município de Rio Largo/AL.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Sérgio Ricardo Scavuzzi de Carvalho (OAB/AL 11.287), representando Vânia Oiticica Pinto Guedes de Paiva Scavuzzi de Carvalho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social em desfavor de Vânia Oiticica Pinto Guedes de Paiva Scavuzzi de Carvalho, prefeita do município do Rio Largo/AL, relativa aos recursos recebidos do Fundo Nacional de Assistência Social, no exercício de 2004, no âmbito do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar os autos, com fundamento no art. 212 do RI/TCU, em razão da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.2. enviar cópia deste acórdão à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e à Sra. Vânia Oiticica Pinto Guedes de Paiva Scavuzzi de Carvalho;

9.3. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6077-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6078/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.755/2022-0.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Tereza Santos da Cruz Santos (030.973.778-83).

4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 3/5/2022, o ato de aposentadoria referente à Sra. Tereza Santos da Cruz Santos (83265/2021, peça 3);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais para adotar os procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício da presente decisão, nos termos do subitem 9.2.1 do acórdão 122/2021-TCU-Plenário, bem como posterior encaminhamento à Secretaria das Sessões, de acordo com a orientação aprovada pelo Plenário em 16/8/2006, em face de questão de ordem suscitada pelo então presidente, ministro Adylson Motta, para fins de sorteio de novo relator.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6078-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6079/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.036/2022-7.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Silvana Luzzi Correa Meyer (387.285.670-72).

4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 5/10/2021, o ato de Silvana Luzzi Correa Meyer (62443/2020, peça 3);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela ex-servidora, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais para adotar os procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício da presente decisão, nos termos do subitem 9.2.1 do acórdão 122/2021-TCU-Plenário, bem como posterior encaminhamento à Secretaria das Sessões, de acordo com a orientação aprovada pelo Plenário em 16/8/2006, em face de questão de ordem suscitada pelo então Presidente, Ministro Adylson Motta, para fins de sorteio de novo relator.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6079-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6080/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.579/2022-8.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Carlos Eduardo Garcia Nascimento (010.454.768-54).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (TRT-2).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (TRT-2).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 16/6/2021, o ato de aposentadoria referente ao Sr. Carlos Eduardo Garcia Nascimento (43675/2020, peça 3);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais para adotar os procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício da presente decisão, nos termos do subitem 9.2.1 do acórdão 122/2021-TCU-Plenário, bem como posterior encaminhamento à Secretaria das Sessões, de acordo com a orientação aprovada pelo Plenário em 16/8/2006, em face de questão de ordem suscitada pelo então presidente, ministro Adylson Motta, para fins de sorteio de novo relator.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6080-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6081/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.225/2020-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Adelaide Ferreira Maia (163.433.793-04); Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social - Indes (07.258.970/0001-30).

4. Órgão: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Igor Ximenes Gonçalves (OAB/CE 26.755) e Ícaro Ernemilio Rodrigues Coelho (OAB/CE 26.015), representando Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social - Indes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo devido à não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União para execução do convênio 529/2010 celebrado com a referida entidade, cujo objeto fora descrito como "Arraiá 2010 de Fronteiras/PI".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a responsável Sra. Adelaide Ferreira Maia, dando-se prosseguimento, para todos os efeitos, ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (Indes);

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, as contas da Sra. Adelaide Ferreira Maia e do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (Indes), condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei c/c o art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
29/6/2010	147.600,00

9.4. aplicar individualmente aos responsáveis Sra. Adelaide Ferreira Maia e Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (Indes) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão proferido por este Tribunal até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Ceará, em cumprimento ao disposto no §3º do art.16 da Lei 8.443/1992;

9.8. enviar cópia deste acórdão ao Ministério do Turismo e à responsável;

9.9. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para a consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6081-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6082/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.327/2003-0.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Civil.

3. Interessados: Andressa de Oliveira Medeiros (828.574.230-04); Bianca de Moraes Moreira (813.473.080-91); Cleusa Alves da Rocha (440.171.620-53); Eufrásia Terroso Cruz (596.945.130-49); Gabriela Luvielmo Medeiros (828.598.170-34); Gabriela Terroso de Souza (803.102.140-68); Irene Maiato Albuquerque Lucyk (204.577.900-91); Laci Edelveis Pereira Berneira (291.105.130-00); Luciane Fernandes de Souza (703.016.110-68); Luiz Alberto da Costa Marchiori (684.664.630-20); Maikel Pereira Berneira (895.777.870-53); Mara Rúbia da Costa Marchiori (583.938.460-72); Marcelo Terroso de Souza (803.102.730-72); Maria Isabel Vianna Lechaud de Souza Soares (517.923.890-00); Maria de Fátima Rodrigues Luvielmo (208.616.300-25); Mateus da Rocha Medeiros (001.585.920-77); Nanci Medeiros Laquiman (440.894.060-72); Natália da Costa Marchiori (684.664.980-87); Neida Ginar de Araújo (216.013.480-53); Paula Laquiman Moreira (813.406.640-20).

3.2. Responsável: João Carlos Brahm Cousin (212.082.630-72).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande (Furg).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento de determinação exarada no acórdão 107/2005-TCU-1ª Câmara, da relatoria do emérito ministro Guilherme Palmeira, acerca de concessão de pensões civis pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (Furg).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Maria Rozana Rodrigues de Almeida, ex-pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progep) da Fundação Universidade Federal do Rio Grande;

9.2. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6082-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6083/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.447/2020-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).
3.2. Responsáveis: Maria Augusta de Moraes Bittencourt Saboia (304.710.952-49); Município de Mocajuba/PA (05.846.704/0001-01); Rosineide Bassalo Vieira (570.301.202-30).
4. Entidade: Município de Mocajuba/PA.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Francisco Brasil Monteiro Filho (OAB/PA 11.604), representando Maria Augusta de Moraes Bittencourt Saboia; Marcela Dalila de Souza Ribeiro Guimarães (OAB/PA 23.633), representando Rosineide Bassalo Vieira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (FNS/MS), em razão da não comprovação da regular aplicação de parte dos recursos repassados ao município no período de 1º/1/2014 a 31/12/2014, na modalidade fundo a fundo.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, o município de Mocajuba/PA e Sra. Rosineide Bassalo Vieira, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela responsável Sra. Maria Augusta de Moraes Bittencourt Saboia;
9.3. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, e art. 202, §§ 2º e 3º, do RI/TCU, o município de Mocajuba /PA efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificadas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:
Débitos relacionados ao município de Mocajuba/PA (CNPJ: 05.846.704/0001-01):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
31/7/2014	10.695,00
1º/8/2014	2.230,00
29/8/2014	10.695,00
29/8/2014	2.230,00
30/9/2014	10.695,00
30/9/2014	2.230,00
31/10/2014	10.695,00
31/10/2014	2.230,00
28/11/2014	10.695,00
28/11/2014	4.460,00
9/1/2015	10.695,00
9/1/2015	4.460,00
28/1/2015	10.695,00
28/1/2015	2.230,00
18/2/2014	32.085,00
28/2/2014	4.460,00
24/3/2014	4.460,00
24/3/2014	32.085,00
16/4/2014	32.085,00
17/4/2014	4.460,00
16/5/2014	32.085,00
19/5/2014	4.460,00
30/6/2014	2.230,00
30/6/2014	14.695,00

9.4. informar ao responsável pelo município de Mocajuba/PA que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-se-lhe quitação, nos termos do art. 202, § 4º, do RI/TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios, nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992;
9.5. aplicar à responsável Sra. Maria Augusta de Moraes Bittencourt Saboia a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268 do RI/TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.6. aplicar à responsável Sra. Rossineide Bassalo Vieira a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268 do RI/TCU, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;
9.8. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando as responsáveis de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RI/TCU;
9.9. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para a consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6083-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6084/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.789/2019-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: 2º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE (07.549.168/0001-08).
3.2. Responsável: Denilson Sousa Cunha (045.850.553-63).
4. Órgão: 2º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: João Paulo de Oliveira Morais (OAB/PI 17.237), representando Denilson Sousa Cunha.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo 2º Batalhão de Engenharia de Construção em razão do não ressarcimento do prejuízo decorrente de acidente envolvendo viatura militar.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Sr. Denilson Sousa Cunha;
9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, as contas do responsável adiante qualificado, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei c/c o art. 214, III, "a", do RI/TCU

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
9/7/2017	134.104,34

9.3. aplicar ao responsável Sr. Denilson Sousa Cunha a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão proferido por este Tribunal até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;
9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RI/TCU;
9.6. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6084-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6085/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 041.131/2021-5.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Francisca Vânia Moreno da Costa (242.004.843-15).
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Francisca Vânia Moreno da Costa (79067/2019, peça 3), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, presumidamente, pela interessada, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos dos arts. 262, caput e § 2º, do RI/TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6085-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6086/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.907/2022-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto:
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ana Lucia de Assumpcao da Silva Santos (739.439.677-00).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, artigo 71, inciso III e IX, e na Lei 8.443/1992, artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Ana Lucia de Assumpcao da Silva Santos, negando-lhe registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé até a data da ciência, pelo órgão de origem, do acórdão proferido, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, contados a partir da ciência desta deliberação, as providências adotadas, nos termos do artigo 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do artigo 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do artigo 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.3.2. dê ciência, no prazo de trinta dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
9.3.3. envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência do presente acórdão, no prazo de sessenta dias, contados da ciência da decisão;
9.3.4. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, no prazo de sessenta dias, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6086-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6087/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.160/2022-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fernando Saboia Vieira (279.487.491-87).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria a ex-servidora da Câmara dos Deputados;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, incisos III e IX, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, em:
9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de aposentadoria de Fernando Saboia Vieira;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao órgão de origem que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.3.1. suspenda, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;
9.3.2. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos, convertidos em VPNI, nos proventos de Fernando Saboia Vieira, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016, excluindo os reajustes que não decorram de revisão geral de remuneração do funcionalismo público federal, desde a edição da Lei 9.527/1997;
9.3.3. comunique ao interessado o inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.4. emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de trinta dias, após corrigidas as falhas que ensejaram a ilegalidade do ato, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU e do art. 19, § 3º, da IN-TCU 78/2018.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6087-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6088/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.806/2022-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Eliana dos Reis Nunes (057.355.301-78).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Fundação Universidade de Brasília;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Eliana dos Reis Nunes, negando-lhe registro;
9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:
9.2.1. corrija, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289-DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP (Decisão judicial - Outros)", referente à URP de fevereiro de 1989, paga à interessada, restabelecendo aquele verificado em novembro de 2006, mês em que foi proferida a decisão liminar judicial que assegurou sua irredutibilidade;
9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos quinze dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.2.3. na hipótese de eventual desconstituição da decisão liminar proferida no âmbito do MS 26.156/DF, em trâmite no STF, faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%) em relação ao ato impugnado e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.4. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de concessão de aposentadoria para Eliana dos Reis Nunes, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6088-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6089/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.098/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Joel Camargo Rubim (010.459.138-20).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Fundação Universidade de Brasília;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Joel Camargo Rubim, negando-lhe registro;
9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:
9.2.1. corrija, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289-DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP (Decisão judicial - Outros)", referente à URP de fevereiro de 1989, paga à interessada, restabelecendo aquele verificado em novembro de 2006, mês em que foi proferida a decisão liminar judicial que assegurou sua irredutibilidade;
9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos quinze dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.2.3. na hipótese de eventual desconstituição da decisão liminar proferida no âmbito do MS 26.156/DF, em trâmite no STF, faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%) em relação ao ato impugnado e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.4. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de concessão de aposentadoria para Joel Camargo Rubim, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6089-33/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6090/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.862/2022-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Celso Silva Fonseca (098.269.391-53).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Fundação Universidade de Brasília;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Celso Silva Fonseca, negando-lhe registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.2.1. corrija, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289-DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP (Decisão judicial - Outros)", referente à URP de fevereiro de 1989, paga à interessada, restabelecendo aquele verificado em novembro de 2006, mês em que foi proferida a decisão liminar judicial que assegurou sua irredutibilidade;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos quinze dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.2.3. na hipótese de eventual desconstituição da decisão liminar proferida no âmbito do MS 26.156/DF, em trâmite no STF, faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%) em relação ao ato impugnado e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

9.2.4. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de concessão de aposentadoria para Celso Silva Fonseca, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6090-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6091/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.619/2022-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Maria do Rozário de Araújo Campelo (273.236.843-15)

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Maria do Rozário de Araújo Campelo no cargo de Técnico do Seguro Social.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260 e 262 do Regimento Interno, e na Súmula-TCU 106, em:

9.1. considerar legal e autorizar o registro do ato de aposentadoria de Maria do Rozário de Araújo Campelo;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada;

9.3. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social que, no prazo de quinze dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, adote providências para cessação do pagamento da vantagem "01058-VP DEC JUD ENQ L 10355 TRAN. JUL", uma vez que já deveria ter sido absorvida pelos sucessivos planos de carreira que beneficiaram a servidora;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão ao Instituto Nacional de Seguro Social e à interessada, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6091-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6092/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.258/2020-1

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Antônio Mendes de Carvalho (976.723.193-53) e ST Locação de Veículos e Serviços Eireli (12.465.363/0001-81)

4. Unidade: Município de Senador Pompeu/CE

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em nome do ex-prefeito de Senador Pompeu/CE, Antônio Mendes de Carvalho, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate do exercício de 2013.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Antônio Mendes de Carvalho e ST Locação de Veículos e Serviços Eireli, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Antônio Mendes de Carvalho e da empresa ST Locação de Veículos e Serviços Eireli, condenando-os ao pagamento das quantias discriminadas abaixo, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

9.2.1. Débitos relacionados ao responsável Antônio Mendes de Carvalho em solidariedade com ST Locação de Veículos e Serviços Eireli

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
2/8/2013	2.513,75
7/8/2013	472,54
9/8/2013	12,29
27/8/2013	24,58
4/9/2013	30.863,48
4/10/2013	677,46
8/10/2013	174,63
10/10/2013	30.023,68
5/11/2013	31.098,85
6/11/2013	186,92
6/12/2013	665,17
12/12/2013	191,52
13/12/2013	12,29
17/12/2013	30.023,81

9.2.2. Débitos relacionados ao responsável Antônio Mendes de Carvalho

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
21/2/2013	1.555,09
4/6/2013	805,03
4/6/2013	2.671,70
4/6/2013	61.157,01
22/10/2013	852,09
5/11/2013	410,00
5/11/2013	665,17

9.3. aplicar a Antônio Mendes de Carvalho e à empresa ST Locação de Veículos e Serviços Eireli multas individuais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo pagamento;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, caso requerido e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. alertar os responsáveis que, em caso de parcelamento da dívida, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. encaminhar cópia da presente deliberação ao FNDE e aos responsáveis, com a informação de que o Relatório e o Voto que a fundamentam estão disponíveis para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6092-33/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 6093/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.309/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Liane Schallenberger Krahl (299.163.560-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6094/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.754/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Romero de Paula (230.400.416-49); Marcos Alexandre Reis Salviano (274.453.806-04); Maria do Socorro Leite de Oliveira (205.834.866-49).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6095/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.436/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da Costa (552.977.307-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6096/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.475/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fernando Luiz Lopes Cardoso (768.341.667-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6097/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.667/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João Luiz Bastos da Silva (609.885.337-15); Regina Célia Gonçalves de Sousa (885.111.467-68); Samuel Monteiro da Silva (749.950.907-97); Severina Oliveira de Carvalho (989.204.307-30); Walter Jablonofsky Junior (779.007.317-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6098/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.677/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adailton Balbino Ferreira Gomes (152.642.035-04); José Neto de Carvalho (828.580.638-34); Manoel Alfredo Alves Mendes (168.622.365-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6099/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.695/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Carlos Pereira (365.135.989-15); José Cândido Vieira (084.496.862-53); Lauro Matuszak (106.411.812-72); Vilson Mota (085.047.682-87); Vítor Tunes Placa (209.755.469-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6100/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.944/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Alzerina Bento da Silva (351.389.632-87); Edilena Froes de Araujo (113.209.822-04); Martenira Alves Pinto (271.570.242-68); Peregrina Gomes do Nascimento (078.600.992-68); Raimunda Batista de Almeida (161.857.652-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6101/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.977/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Iruman Ramos Contreiras (183.166.115-20); Roberto Luciano Lopes Lima (202.899.444-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6102/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.980/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Lúcia Brito de Oliveira (095.401.214-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6103/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.001/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Rezende (411.006.116-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6104/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.024/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Elisete Comoretto (582.374.290-87); Lilian Hahn Mariano da Rocha (243.776.780-00); Margarete Machado (447.745.400-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6105/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.034/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Resende Moreno (068.928.947-20); Celso Barroso (324.189.577-72); Eliana Couto (495.225.829-72); Manuel Alexandre da Silva Sousa (666.809.487-20); Wagner Ferreira Coelho (597.018.897-20).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6106/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.118/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Manoel da Silva (177.605.184-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6107/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão relacionado no item 1.1, e em adotar a seguinte medida, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público:

1. Processo TC-015.179/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Davi Guimarães Abreu de Oliveira (929.250.733-87).

1.2. Demais interessados: Jonson Lara Junior (092.111.558-00); Reinaldo do Couto Passos (113.182.106-82); Ricardo Santos de Moraes (910.786.877-49); Rita Beatriz Dutra Pires (456.693.170-68).
1.3. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Medida:
1.8.1. Ordenar o sobrestamento da análise dos atos dos interessados Jonson Lara Junior (092.111.558-00), Ricardo Santos de Moraes (910.786.877-49), Reinaldo do Couto Passos (113.182.106-82) e Rita Beatriz Dutra Pires (456.693.170-68), peças 4-7, considerando que ainda não houve o desfecho do processo TC-023.224/2020-7, que trata de aposentadorias de ex-integrantes da carreira policial, com fundamento na LC 51/1985.

ACÓRDÃO Nº 6108/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.367/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Consuelo Macaúba do Prado (304.441.601-91); Ernesto Alves da Silva (207.303.901-44); Henrique Augusto Vieira (040.783.221-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6109/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.424/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lilyane Ferreira Lima (304.333.554-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6110/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria de Marcia Espindola Santos, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.
Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;
Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;
Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;
Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;
Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;
Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);
Considerando que, nesse sentido, estão os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Marcia Espindola Santos e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-015.646/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcia Espindola Santos (847.270.717-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 6111/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria, emitido pelo Ministério da Educação e submetido à apreciação desta Corte para fins de registro;
Considerando que a Sefip e o Ministério Público de Contas identificaram o pagamento de anuênios em percentual superior (21%) ao efetivamente devido (18%);
Considerando que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, para a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço/anuênio, é necessário: (i) o cumprimento do tempo de serviço público pleiteado durante a vigência da legislação que gerou essa vantagem; e (ii) o não rompimento do vínculo jurídico do servidor com a Administração;
Considerando que, na aposentadoria em exame, foi computado, para fins de concessão de anuênios, o tempo de serviço prestado em fundação pública, no período entre 25/10/1974 e 31/5/1978, após o qual houve interrupção do vínculo do servidor com a Administração Pública Federal;
Considerando que o tempo de serviço prestado em fundação pública não se enquadra na hipótese prevista no inciso I do art. 7° do Decreto 31.922/1952, sendo vedada a sua contagem para fins de concessão de anuênios;
Considerando que o ato em exame deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, em consonância com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);
Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento na Constituição Federal, artigo 71, inciso III e IX, e na Lei 8.443/1992, artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, em considerar ilegal o ato de aposentadoria de Edmar Almeida de Moraes, negando-lhe registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé até a data da ciência, pelo órgão de origem, do presente acórdão, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-016.774/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edmar Almeida de Moraes (057.081.921-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao Ministério da Educação que:
1.7.1.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal e do artigo 262 do Regimento Interno desta Corte;
1.7.1.2. corrija, nos assentamentos funcionais do interessado, o percentual recebido a título de anuênios, uma vez que não há respaldo na jurisprudência deste Tribunal para averbar tempo de serviço prestado com rompimento de vínculo jurídico com a administração pública;
1.7.1.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.1.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado tomou ciência do presente acórdão;
1.7.1.5. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, no prazo de trinta dias, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 6112/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.120/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Martins Trindade (080.950.005-15); Henrique Robélio Silva Amorim (107.489.385-91); José Roberto Monteiro Del Rei (383.082.747-49); Valdelice Santos de Araujo (158.457.535-20); Vera Fonseca Reis (131.001.065-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6113/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão relacionados no item 1.1, e em adotar a seguinte medida, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público:

1. Processo TC-017.314/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Henrique Bispo de Santana (084.835.155-04); Eliana da Silva Freitas (331.648.195-87); Getúlio Seara do Bomfim (106.104.725-34); José Carlos Cordeiro de Oliveira (157.867.065-91).
1.2. Demais interessados: Arnaldo Oliveira do Livramento (548.948.247-87).
1.3. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Medida;
1.8.1. Ordenar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais a realização de diligência junto ao Ministério da Saúde para que, em relação ao ato de Arnaldo Oliveira do Livramento (548.948.247-87), esclareça o fundamento legal da aposentadoria e, se for o caso, a memória de cálculo dos proventos, além de enviar ao Tribunal a cópia da publicação da concessão e demais documentos que entender pertinentes para o deslinde do processo.

ACÓRDÃO Nº 6114/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.321/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cleusa Mainarte da Silva (201.485.346-00); Edna Maria de Pinho Tavares (131.661.826-91); Ionilda Amaral Pires (276.003.276-00); Milton Gomes Matozinho (367.529.246-00); Sandra Valente de Paula Vieira (290.050.276-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6115/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.322/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adão Irênio de Araujo (327.164.946-49); Cleber Penini Sabiniano (392.839.846-68); João Alves Pereira Neto (367.843.706-00); Valmira Bonifácio de Oliveira (335.277.176-68); Washington Lincoln Barbosa (221.393.896-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6116/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.424/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aloísio Fernandes da Silva (504.655.977-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6117/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.483/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nehemias Florêncio de Moura Junior (166.019.714-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6118/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.545/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Sergio Ferreira da Vera Cruz (058.202.862-00).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6119/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.567/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Denise Vicente Lopes (091.252.758-79); Elizabeth Leite Duque Estrada (340.647.451-91); Maria Neomísia de Oliveira (296.495.601-49); Terezinha de Maria Pinto Gonçalves (095.470.103-87); Vandites Gomes da Silva (057.773.484-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6120/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.599/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Ferreira de Lima Filho (376.834.464-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6121/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.651/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Clécia Vasconcellos de Barros Coelho (336.743.880-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6122/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.655/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Batista dos Santos (091.779.302-15); Antonio Carlos Rodrigues (423.323.977-87); Evaldo Ramos da Silva (331.833.687-49); Maria Solidade de Almeida Viana (587.803.787-49); Vítor José Santos da Silva (750.413.837-15).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6123/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.667/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Elza Rosa Pedroso (892.807.688-91); Maria da Conceição Castro (617.776.687-00); Sandra Maria Rocha (357.110.947-34); Vilma Dias Coelho (632.293.747-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6124/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em

considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.670/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Raimundo Cardoso Ferreira (131.320.592-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6125/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.674/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Alcina Maria Sousa da Silva (272.655.282-04); Guilhermina Maria Lay de Carvalho (699.917.747-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6126/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.759/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edvaldo José de Vasconcelos (104.334.574-49); Jorim Pereira Glória (347.169.717-91); José Marcos Alves (272.653.827-49); Lídia Maria Lopes Chabi (223.822.245-68); Maria Cristina Nascimento Conceição Menezes (089.244.815-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6127/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.776/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Jane Bahiense Machado (214.449.861-04); Lourdes Coutinho Ferreira Bessone (033.722.697-05); Marinalva Lima Machado (631.749.107-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6128/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.789/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Edith Richter Kawai (364.229.839-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6129/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.838/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria das Dores Rodrigues da Luz (247.587.101-63).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (extinta).
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6130/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.839/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Josué Faria (219.629.286-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6131/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.861/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Waldett Alves de Souza (628.826.007-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6132/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.891/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Dias Pereira (049.281.638-77).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6133/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.900/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elizete de Fátima de Freitas Machado (400.074.480-15); Farahildes Torres (400.469.150-87); Harlay Bertolin (000.302.010-04); José Goulart Matos de Oliveira (175.939.990-68); Marli Gazzoni (503.328.050-34); Olcino Vargas dos Santos (183.655.900-34); Roberto Zanette (167.810.070-68); Wilson Delmar Korzekwa (411.244.800-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6134/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.902/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ângela Lúcia Mascarenhas Santos (008.148.816-53); Arnaldo Alves Lemos (299.485.506-25); Humberto Andreata (198.955.776-72); Luiz José Leonardi (042.305.236-53); Octavio Elísio Alves de Brito (007.156.206-06); Paulo Alvarenga Junqueira (016.219.126-04); Rosaura de Oliveira Guimarães (109.943.516-15); Sebastião Coelho (055.006.136-34); Umberto de Campos (008.757.406-34); Virginio Nelson Brant (007.510.226-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6135/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.910/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Inácio de Oliveira (026.460.641-87); Waldemar Thomé de Oliveira (226.197.557-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6136/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.960/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Gervásio Silva Filho (343.462.604-20); Julio Cesar da Silva Costa (078.740.304-00); Regina de Lacerda Barboza (038.243.144-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6137/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.027/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliezer Alves de Souza (041.414.153-91); Francisco Ferreira Calaça Filho (210.882.173-20); Hélio Clayton Linhares Bezerra (228.377.283-49); Luís Lopes da Silva (016.740.563-20); Rita Marlene Quixada Bezerra (166.576.083-49).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6138/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.047/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Juliano Marques de Aguilar (082.580.746-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6139/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.048/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jackson José Souto de Moraes (111.096.964-34); João Rezende de Souza (088.335.324-53); Vera Lúcia Sales de Melo Soares (134.049.544-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6140/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.063/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Alves da Silva (382.611.118-49).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6141/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.127/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Creuzinete da Silva Campos (952.488.707-04); Elza Wandermurem e Silva (930.634.747-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6142/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.130/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Henrique Sergio Pereira de Souza (390.912.363-53); Samuel Rodrigues da Cruz (414.777.077-00).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6143/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.136/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Augusto Hartwig (307.698.500-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6144/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.204/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dalila do Espírito Santo Pacheco de Oliveira (112.255.802-34); Francisco Pantaleão Ferreira (019.833.502-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6145/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.220/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alinaldo da Silva (367.377.984-20); Givaldo Leite Bezerra (225.993.634-20); Ilderico José da Silva Lima (102.597.751-34); Lauri Ferreira da Costa (082.957.274-00); Marton Pessoa de Araujo Pereira (206.310.304-68); Napoleão Gomes de Albuquerque (023.929.844-68); Sebastião Martins de Oliveira (581.636.897-49); Severino Rodrigues Neto (338.124.204-06); Tirone dos Santos Soares (048.151.904-10); Werton de Medeiros Roque (005.714.904-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6146/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.232/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gileno Moreira Duarte (032.653.401-63).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6147/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.289/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Felomena Muller (521.084.739-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6148/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.305/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fernando Gutemberg da Silva (215.039.236-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6149/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.324/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ricardo dos Santos Nogueira (733.901.517-53); Sônia Maria Ferreira Simas dos Santos (335.389.057-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6150/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.353/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Vitória de Moura Cruz (055.945.373-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6151/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.363/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Geraldo Cristóvão de Souza Ferreira (144.516.621-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6152/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.387/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Lazara de Lima Cardoso (146.760.014-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6153/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.425/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Soares Pereira (149.910.046-91); Crispim Oliveira de Carvalho (335.161.206-06).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6154/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.437/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Correa Alves (509.180.798-53); Marisa Correia de Matos (085.793.968-83); Poti Chimetta Havrenne (756.603.348-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6155/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.443/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Artene Baeta Barreiros Silva (227.550.124-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6156/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.469/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Neuza Terezinha Schaustz (194.923.757-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6157/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.474/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Carlos Orocil de Medeiros (174.866.887-00); Tereza Cristina Bucci (774.606.698-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6158/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.502/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Danilo do Nascimento (346.661.687-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6159/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria de Maria de Fatima Guedes Ferreira, emitido pelo Superior Tribunal de Justiça, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando que, nesse sentido, estão os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Maria de Fatima Guedes Ferreira e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-019.318/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria de Fatima Guedes Ferreira (553.838.071-87).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 6160/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria de Maria Dilce Nascimento Alberto, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando que, nesse sentido, estão os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Maria Dilce Nascimento Alberto e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-019.348/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Dilce Nascimento Alberto (113.150.672-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 6161/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de ato de admissão de Jose Ricardo Gomes Barros, emitido pela Caixa Econômica Federal.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU manifestaram-se pela ilegalidade do ato de admissão, em razão da contratação do interessado após a expiração do prazo improrrogável do concurso público regido pelos Editais 001/2014NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida nos autos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, o referido concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que, em situações análogas, esta Corte tem considerado ilegal o ato de admissão, com a negativa de seu registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, bem como de que os pagamentos sejam mantidos, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, da relatoria da E. Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência deste Tribunal sobre o tema;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em considerar ilegal o ato de admissão de Jose Ricardo Gomes Barros, negando-lhe registro; esclarecer à entidade de origem que, a despeito da negativa de registro do ato, a admissão poderá subsistir enquanto se mantiver hígida a sentença favorável ao interessado, proferida na Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, proposta originalmente perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF; dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e ao interessado; e expedir a determinação discriminada no subitem 1.7:

1. Processo TC-012.775/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jose Ricardo Gomes Barros (050.444.383-67).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, proposta originalmente perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da decisão favorável ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 6162/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1, e em adotar a seguinte medida, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público:

1. Processo TC-013.612/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernando José Amorim Martins (478.958.293-00); Luiz Alves Portela Junior (897.875.283-72); Nadjla Andreya Alves Gonçalves Macedo Cipriano (618.004.493-72); Rafaella Sá Carvalho Sousa (960.904.133-72).
1.2. Demais interessados: Marcio Denis Medeiros Mascarenhas (446.134.313-87).
1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Medida:
1.8.1. Ordenar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais que realize diligência junto à Fundação Universidade Federal do Piauí para que, em relação ao servidor Márcio Denis Medeiros Mascarenhas (446.134.313-87):
1.8.2. esclareça a fundamentação para a acumulação do cargo de enfermeiro (40 horas) com o cargo de professor do magistério superior, em regime de dedicação exclusiva, ambos em exercício na universidade federal conforme pesquisa realizada no sistema Siape (elementos de peças 11 e 12);
1.8.3. encaminhe cópia da escala semanal de trabalho em cada vínculo, bem como da declaração de não acumulação de cargos firmada pelo servidor quando de sua posse em ambos os cargos, além da declaração assinada pelo interessado quando do início do exercício do cargo de professor no regime de dedicação exclusiva.

ACÓRDÃO Nº 6163/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.373/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Sônia Maria Serejo Ribeiro Pereira (125.624.163-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6164/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.447/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antônia Francisca das Chagas de Carvalho (052.428.192-00); Diolanda Ferreira da Silva Maia (705.603.482-90); Lindemar Crame da Cunha (804.433.382-72); Marcos Antonio Dias de Almeida (041.424.972-00); Maria Iolanda Ferreira da Silva (239.462.882-00); Raimundo José das Chagas (094.594.418-74); Suhellen Margareth da Cunha Botelho (043.578.462-50).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6165/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.451/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Clarlei Lúcio Carlota (654.582.736-72); Maria Aparecida Nogueira Sediyama (209.116.296-53); Maria das Graças Siqueira Fialho (056.507.826-79).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6166/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.456/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Luziene Souza (481.637.244-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6167/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.568/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Laís Motta Galvão Galindo (488.058.128-38); Luísa Motta Galvão Galindo (536.098.298-50); Mirian Boni Cremasco (021.358.388-70).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6168/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.576/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Dianyra Teixeira Barbosa (759.053.027-15); Jorgeli Ribeiro dos Santos (736.755.807-25); Maria Benedita de Oliveira da Silva (660.507.317-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6169/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.587/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Jane Maciel Almeida Baptista (277.564.596-87); Maria Benvinda Pereira Mendes (473.334.806-15); Maria Stella Mendes Ribeiro (327.451.766-68); Maria da Consolação Caldeira de Almeida (297.307.836-91); Mary Friedlaender (870.583.326-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6170/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.598/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Zenita Bitencourt Rodrigues (190.502.242-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6171/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.652/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Carlos Rodrigues da Silva (046.000.614-20); Eleonora Maria Lira Lobo (046.830.134-87); João Bosco Gonçalves Barros (022.543.014-20); Maria Cristina Farias e Siqueira Campos (587.176.764-87); Vânia Maria Cavalcanti Ribeiro Coutinho (167.065.604-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6172/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.687/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Elza Pasquina Dassie (452.846.527-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Biblioteca Nacional.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6173/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.688/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maísa Mendes dos Santos Sá (165.572.395-20); Rosa Maria da Conceição Pereira Barros Silva (182.358.911-15).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6174/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.559/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Leone de Moraes (024.997.547-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6175/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.585/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: José Fortes Portugal (008.663.693-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6176/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.610/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Cássio Roberto Soares de Oliveira (346.141.927-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6177/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.699/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Deniza Balduina da Silva Rangel (988.415.997-15); Maria do Carmo Alvarenga (102.383.527-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6178/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.706/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Geralda Lopes de Brito (324.832.778-29); Luísa Alves de Sousa (542.024.694-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6179/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.773/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Angélica Coelho da Câmara (214.350.574-49); Maria do Livramento Santos Paulino (838.957.444-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6180/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.787/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Astarute Teresinha Kotkiewicz (495.951.990-87); Isabel Maria Recaman Ferreira (678.927.100-78); Sofia Milmann Saute (681.228.960-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6181/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.816/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ilza dos Santos Gomes (031.643.896-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6182/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.834/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Janete dos Santos Fontanelli (618.413.587-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6183/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.841/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Auxiliadora Honorato Leite (650.699.357-04); Maria Delmira Peixoto (805.291.357-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6184/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar do término do prazo anteriormente concedido, para que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba cumpra as determinações exaradas no Acórdão 3696/2022-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-039.039/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Glauber Renato Sarmento Ferreira (111.508.384-85); Glece Sarmento da Silveira Ferreira (805.982.934-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6185/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de prestação de contas anuais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), relativas ao exercício de 2018;

Considerando que a análise de mérito destes autos foi sobrestada, em atendimento ao disposto no Acórdão 2.065/2021-TCU-1ª Câmara, até a apreciação definitiva do TC 011.637/2020-0 (representação que tratou da ausência de medidas afetas à prestação de contas e à devolução dos recursos destinados a obras que foram canceladas no âmbito do programa Proinfância/PAC), tendo em vista que seu resultado poderia impactar as contas dos responsáveis arrolados nestes autos;

Considerando que o processo sobrestante foi apreciado pelo Acórdão 629/2022-TCU-1ª Câmara, de minha relatoria, mediante o qual, o TCU conheceu daquela representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, acolhendo as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis e ordenando o levantamento do sobrestamento das presentes contas;

Considerando que a decisão proferida no processo sobrestante não impactou negativamente a gestão dos responsáveis pelas presentes contas;

Considerando, acerca da conformidade das peças que compõem esta prestação de contas, que as falhas observadas no rol de responsáveis são de responsabilidade da Controladoria Geral da União (CGU), que possui a atribuição de verificar a conformidade das peças apresentadas na prestação de contas nos termos das normas regentes; e que a ausência dessas informações não prejudicou a análise destes autos, bem como, que, segundo a IN-TCU 63/2010 revogada pela IN-TCU 84/2020, não cabe providência adicional desta Corte a esse respeito;

Considerando, ainda, acerca da conformidade das peças, que o parecer da unidade de auditoria interna do FNDE apontou insuficiência de medidas para garantir a implementação e a manutenção de mecanismos, instâncias e práticas de gestão baseadas em riscos, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos nos arts. 4º e 5º do Decreto 9.203/2017 e na IN-CGU 1/2016, razão pela qual, proposta a ressalva nas contas do dirigente máximo da entidade, Sílvio de Sousa Pinheiro;

Considerando que, quanto ao cumprimento das recomendações emitidas pela CGU nos relatórios de auditoria dos exercícios de 2016 e 2017, o referido órgão de controle apontou que, do total de 21 recomendações, onze foram consideradas plenamente atendidas, sete parcialmente atendidas e três não atendidas, de modo que a aludida questão está sob o controle da CGU;

Considerando, no que se refere à avaliação do monitoramento da aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que as recomendações emitidas pela CGU e outros trabalhos realizados pelo TCU abordaram o tema suficientemente, não havendo falha com impacto no mérito destas contas;

Considerando, acerca do aprimoramento das prestações de contas dos repasses concedidos, que, apesar de as providências tomadas não terem resolvido definitivamente o problema, ensejaram melhorias pontuais e comprovam empenho por parte dos gestores, não sendo necessários apontamentos adicionais referentes à matéria;

Considerando que as falhas nas contratações de serviços terceirizados no FNDE, relacionadas à celebração (planejamento) e à execução das avenças (gestão, fiscalização e acompanhamento contratual), foram objeto de 23 recomendações emitidas pela CGU, no âmbito dos Relatórios de Avaliação dos Resultados de Gestão 201800834, 201800837 e 201800841, e que, portanto, ensejam ressalvas nas contas do diretor de administração, Manuel Dernival Santos Neto;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "a", e 169, inciso V, do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em levantar o sobrestamento destes autos; julgar regulares com ressalva as contas de Manuel Dernival Santos Neto e de Sílvio de Sousa Pinheiro, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/92; julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no subitem 1.1., dando-lhes quitação plena, de acordo com os arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/92; e dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.090/2019-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2018)
1.1. Responsáveis: Annelise Ragone de Mattos (859.558.251-34); Cynthia Marcela de Campos Pinheiro (729.606.471-49); Dirceu Falcao da Mota Junior (153.363.601-04); Fernanda Lucena Ribeiro (841.990.081-87); Fernanda Maria Diniz de Azevedo Barros (787.113.805-78); Flavio Carlos Pereira (020.030.788-60); Jose Fernando Uchoa Costa Neto (375.326.184-04); Julio Cezar da Camara Ribeiro Viana (981.437.604-30); Leandro Jose Franco Damy (136.652.528-06); Manuel Dernival Santos Neto (587.461.375-72); Marcio Fernandes Cunha (697.968.401-97); Maria Nazare Marinheiro Niceas de Albuquerque (149.847.844-15); Pedro Antonio Estrella Pedrosa (090.723.157-82); Rogerio Fernando Lot (344.161.101-20); Silvio de Sousa Pinheiro (671.730.715-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6186/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relatados estes autos de prestação de contas anuais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), relativas ao exercício de 2017;

Considerando que a análise de mérito destes autos foi sobrestada, em atendimento ao disposto no Acórdão 9.595/2020-TCU-1ª Câmara, até a apreciação definitiva do TC 011.637/2020-0, versando sobre representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas no FNDE, durantes os anos de 2016 a 2018, tendo em vista que seu resultado poderia impactar as contas dos responsáveis arrolados nestes autos;

Considerando que o processo sobrestante foi apreciado pelo Acórdão 629/2022-TCU-1ª Câmara, de minha relatoria, mediante o qual, o TCU conheceu daquela representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, sem prejuízo de acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis e ordenar o levantamento do sobrestamento das presentes contas;

Considerando que, no que tange à prestação de contas de 2017, a Controladoria-Geral da União (CGU) opinou pela existência de impropriedades que ensejam ressalvas nas contas do Presidente e dos Diretores do FNDE, sem prejuízo da regularidade das contas dos demais;

Considerando que, de acordo com a CGU, as ressalvas decorreriam de impropriedades relativas a não devolução de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) repassados de forma indevida, ao repasse de recursos do PDDE a entidades inadimplentes e à insuficiência na resolução dos problemas referentes às obras não concluídas, ao processo de descontinuação das "Metodologias Inovadoras" e ao cumprimento das recomendações exaradas pela CGU na avaliação das contas do exercício de 2014;

Considerando que a SecexEducação anuiu às conclusões da CGU, para, no mérito, propor o julgamento pela regularidade com ressalvas das contas do Presidente e dos Diretores do FNDE, sem prejuízo da regularidade das contas dos demais responsáveis;

Considerando que a referida proposta da SecexEducação contou com a anuência do Ministério Público junto ao TCU;

Considerando, nesse sentido, a significativa redução do número de pagamentos feitos às entidades inadimplentes, passando de 3.737, em 2016, para apenas 74 pagamentos, em 2017, o que representa cerca de 3% dentre os 211.753 feitos naquele ano;

Considerando que o FNDE adotou as medidas necessárias para a restituição do montante equivalente aos 74 pagamentos feitos, de forma indevida, no exercício de 2017, conforme disposto no art. 21 da Resolução FNDE 10/2013, passando, em 2018, a compensar os futuros repasses com os não devolvidos no ano anterior;

Considerando que, em relação às obras do Proinfância, o FNDE implementou ações, de cunho prático e normativo, para a retomada dessas obras, as quais foram objeto de diversas ações de controle por este Tribunal, a exemplo da determinação prolatada no Acórdão 348/2020-Plenário, da minha relatoria, acerca dos procedimentos a serem adotados para as obras canceladas e não iniciadas, cujo monitoramento encontra-se em curso no TC 021.169/2020-9;

Considerando, enfim, que as demais falhas identificadas pela CGU não se revestem de gravidade suficiente para ensejar a reprovação das contas dos referidos gestores, apesar de o FNDE ter empreendido ações para solucioná-las;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, em julgar regulares com ressalva as contas de Sílvio de Sousa Pinheiro, Cynthia Marcela de Campos Pinheiro, Maurício Bucciolli Guernelli, Leandro José Franco Damy e José Fernando Uchoa Costa Neto, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/1992; além de julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no subitem 1.1, dando-lhes quitação plena, de acordo com os arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/1992; e dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.769/2018-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2017)
1.1. Responsáveis: Antonio Correa Neto (244.743.801-00); Cynthia Marcela de Campos Pinheiro (729.606.471-49); Diogo Souza Moraes (031.329.814-94); Dirceu Falcao da Mota Junior (153.363.601-04); Ediene Vasconcelos Chaves (005.988.671-47); Eline Neves Braga Nascimento (741.866.124-04); Fernanda Lucena Ribeiro (841.990.081-87); Flavio Carlos Pereira (020.030.788-60); Henrique Sartori de Almeida Prado (872.993.051-00); Ivana de Siqueira (210.485.411-34); Jose Fernando Uchoa Costa Neto (375.326.184-04); Jose Mendonca Bezerra Filho (405.300.864-68); Leandro Jose Franco Damy (136.652.528-06); Manuel Dernival Santos Neto (587.461.375-72); Marcio Fernandes Cunha (697.968.401-97); Marcos Silva Ozorio (755.514.207-44); Maria Ines Fini (374.747.588-49); Maria Nazare Marinheiro Niceas de Albuquerque (149.847.844-15); Mauricio Bucciolli Guernelli (203.827.138-00); Mauricio Eliseu Costa Romão (075.830.794-20); Nubia Moreira dos Santos (334.114.411-00); Paulo Monteiro Vieira Braga Barone (453.821.406-00); Pedro Antonio Estrella Pedrosa (090.723.157-82); Regina Alcantara de Assis (059.981.231-15); Ricardo Rodrigues de Alvarenga (539.403.341-20); Rogerio Fernando Lot (344.161.101-20); Rossieli Soares da Silva (659.111.130-15); Silvio de Sousa Pinheiro (671.730.715-34).
1.2. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6187/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), contra Claudinei Braz, em razão da não apresentação de comprovante de dominialidade do terreno utilizado para execução da obra prevista no Termo de Compromisso 04583/2013, celebrado com o município de Cerro Azul/PR (construção de cobertura de quadra esportiva escolar);

Considerando que consta do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC) informação de que a obra foi concluída, sem restrições ou inconformidades, e o comprovante de dominialidade definitivo do terreno, constituído pela Escritura Pública de Doação e Declaração do Prefeito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no 169, inciso VI, e 212 do RI/TCU c/c o art. 5º, caput, da IN/TCU 71/2012, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a tomada de contas especial, em razão da ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, de acordo os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.026/2020-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Claudinei Braz (023.189.819-30).
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6188/2022 - TCU - 1ª Câmara

Visto e relacionado este pedido de reexame interposto pela empresa Minsait Brasil Ltda. contra o Acórdão 4.506/2022-TCU-1ª Câmara, proferido em sede de representação, em que a ora recorrente é também representante;

Considerando que o reconhecimento do representante como parte nos autos é situação excepcional e depende, além do pedido de ingresso como interessado, da demonstração de legítima e comprovada razão para intervir no processo, nos termos do art. 282 do RI/TCU;

Considerando que, após a análise da admissibilidade deste pedido de reexame pela Secretaria de Recursos, estando os autos em meu gabinete, a empresa Minsait Brasil Ltda. juntou novos documentos a fim de demonstrar suas razões para intervir nestes autos como parte interessada, alegando possibilidade de lesão ao seu direito subjetivo em decorrência da deliberação atacada, tendo em vista seu interesse, na condição de licitante, de contratar com a administração;

Considerando, entretanto, que eventual frustração em relação à expectativa de vir a ser contratada caso vencesse o certame não caracteriza lesão a direito subjetivo e não configura razão legítima para intervir nos autos;

Considerando que, caso não deferido seu ingresso como parte interessada nos autos, a empresa Minsait Brasil Ltda. requereu sua admissão como amicus curiae;

Considerando que, quanto à figura do amicus curiae, o art. 138 do CPC, aplicado subsidiariamente aos processos de controle externo, dispõe que "o juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a manifestação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de quinze dias da sua intimação";

Considerando, no que concerne ao último requisito, que o amicus curiae não intervém no processo para defender seus próprios interesses, como ora se pretende; e que a aferição da representatividade deve passar por crivo apurado, a fim de evitar a proliferação de requerimentos de intervenção e de assegurar que a ingerência e atuação processual do amicus curiae na causa seja realmente desejável e útil, apta a proporcionar meios que viabilizem adequada resolução do litígio;

Considerando, por fim, que não cabe ao TCU atuar na defesa de interesses particulares junto à administração pública, tampouco, servir de instância recursal para tutelar os interesses particulares de representante, salientando, nesse ponto, que não restou demonstrado prejuízo ao Erário a partir do que foi suscitado pela representante nestes autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, 146 e 282, do RI/TCU, em negar o ingresso da empresa Minsait Brasil Ltda. como parte interessada e como amicus curiae nos presentes autos, não-conhecer deste pedido de reexame ante a ausência de legitimidade da recorrente, e dar ciência desta deliberação e da instrução, peça 44, à recorrente e à Petróleo Brasileiro S.A.:

1. Processo TC-011.255/2022-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Minsait Brasil Ltda (05.276.991/0001-53).
1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Jorge Oliveira
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
1.7. Representação legal: Guilherme Camargo Giacomini (406800/OAB-SP).
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6189/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, apresentada pela Gennesis Engenharia e Consultoria Ltda., noticiando possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 313/2022, promovido pela Fundação Universidade de Brasília (FUB), com vistas à contratação de serviços comuns de engenharia;

Considerando que o objeto da licitação consiste na prestação de serviços de manutenção, conservação, adaptação, reparação e instalação de infraestruturas prediais e imobiliárias, incluindo o fornecimento de materiais, peças, equipamentos e mão-de-obra sob demanda, pelo valor estimado de R$ 41.319.861,00, por vinte meses;

Considerando que a representante alegou a ocorrência de restrição à competitividade do certame a partir da vedação à participação de empresas não optantes do regime de desoneração da folha de pagamento, assim como pela falta de indicação dos serviços demandados pela FUB da última contratada e da ambiguidade na composição do BDI previsto no edital;

Considerando que, de acordo com a representante, o edital também não teria previsto o pagamento de determinados custos que a contratada teria que incorrer, a exemplo dos profissionais de engenharia, do software de gerenciamento e do espaço físico para a contratada se instalar na UnB;

Considerando que, diante disso, a representante pede a concessão de medida cautelar para suspender o certame, além da posterior anulação da licitação para a correção das supostas falhas e o seu ingresso como terceira interessada;

Considerando que a Selog propôs conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la improcedente, sem prejuízo de indeferir o pedido de ingresso da representante nos autos;

Considerando que o teor da presente representação é similar ao da impugnação ao edital, tendo esta representação, aliás, sido protocolada neste Tribunal antes mesmo da resposta da FUB no âmbito administrativo;

Considerando que os alegados indícios de irregularidade foram afastados na resposta à impugnação ao edital, assim como no parecer técnico exarado pela Selog;

Considerando não ser o TCU instância revisora de decisões administrativas adotadas por órgãos e entidades que lhes são jurisdicionadas em relação a terceiros, salvo se, de forma reflexa, atingirem o patrimônio público ou lesarem o Erário, o que não se verifica no caso em análise;

Considerando, ainda, que a representante alega que os vícios no edital impediriam a sua participação, assim como a dificultariam a formulação de propostas pelas licitantes, ao passo que, na prática, restou evidenciada a sua ativa participação na fase competitiva do certame;

Considerando que houve a participação de treze empresas e os lances vencedores para os três itens da licitação foram, em média, 32,50 % inferiores aos estimados pela FUB;

Considerando, portanto, a ausência de plausibilidade jurídica das alegações apresentadas pela representante;

Considerando, enfim, a ausência de razão legítima para intervir no feito, nos termos do art. 146, § 2º, do Regimento Interno do TCU, e do art. 2º, § 2º, da Resolução-TCU 36/1995, com redação dada pelo art. 1º da Resolução-TCU 213/2008;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 143, inciso III; 237, inciso VII e parágrafo único; e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da representação para, no mérito, julgá-la improcedente, além de considerar prejudicado o exame do pedido de medida cautelar, indeferir o pedido de ingresso da representante como parte e arquivar os presentes autos, dando ciência deste Acórdão e da instrução, à peça 12, à representante e à Fundação Universidade de Brasília, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.028/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Juscelio Garcia de Oliveira (103045 /OAB-MG).
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6190/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos que tratam de representação autuada em cumprimento ao Acórdão 2.831/2021-TCU-Plenário, destinada à apuração de responsabilidades em relação à extrapolação do limite legal previsto no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/1993, em despesas realizadas por meio das dispensas de licitação por unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com indícios de fracionamento indevido de despesas.

Considerando que, no âmbito desta Corte de Contas, foi realizada a audiência dos responsáveis pelas autorizações das contratações nas quais foram identificados os mencionados indícios;

Considerando que, analisadas as razões de justificativas apresentadas, a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) conclui pela "essencialidade dos objetos" contratados, pela urgência das contratações, pela pertinência das dificuldades indicadas pelos gestores, pela natureza formal das falhas cometidas e pela ausência de prejuízo ao Erário;

Considerando que a unidade técnica concluiu, ainda, que os responsáveis não incorreram em impropriedade ou ilegalidade que justifique a aplicação da sanção prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao processo a seguir especificado, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, nos art. 143, inciso III, e 250, inciso I, Regimento Interno do TCU, em acolher as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis e determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo das ciências objeto do subitem 1.8 deste Acórdão, expedidas com fulcro no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, dando conhecimento desta deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos pela Selog.

1. Processo TC-044.586/2021-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsáveis: Jorge Adelino Rodrigues da Silva (099.100.267-91); Jorge Fonte de Rezende Filho (860.464.547-00); José Luiz de Sa Cavalcanti (006.728.237-72); Maria Tavares Cavalcanti (759.806.227-72).
1.2. Interessados: Jorge Adelino Rodrigues da Silva (099.100.267-91); Jorge Fonte de Rezende Filho (860.464.547-00); José Luiz de Sa Cavalcanti (006.728.237-72); Maria Tavares Cavalcanti (759.806.227-72); Maternidade Escola - Me/ufrj (33.663.683/0052-66).
1.3. Órgão/Entidade: Instituto de Neurol. Deolindo Couto da Ufrj - Mec; Instituto de Psiquiatria da Ufrj; Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: Leticia da Silveira Lobo (223.930/OAB-RJ), representando Maria Tavares Cavalcanti.
1.8. dar ciência à UFRJ e às suas unidades abaixo identificadas das impropriedades relacionadas à extrapolação do limite previsto no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/1993, caracterizando fracionamento de despesa e, consequentemente, fuga ao procedimento licitatório, identificadas nos procedimentos licitatórios indicados, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes
1.8.1. Instituto de Psiquiatria da UFRJ - Dispensas de Licitação 303/2019, 307/2018 e 309/2018;
1.8.2. Maternidade Escola da UFRJ - Dispensas de Licitação 197/2019, 26/2019, 46/2018, 502/2018 e 73/2019;
1.8.3. Instituto de Neurologia Deolindo Couto da UFRJ - Dispensas de Licitação 264/2018, 265/2018 e 5/2019.

ACÓRDÃO Nº 6191/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que se trata de pedido de reexame interposto por Antonio Gilson de Jesus Santos contra os termos do Acórdão 3.664/2022-1ª Câmara, que negou provimento a pedido de reexame anteriormente interposto contra o Acórdão 8.479/2021-1ª Câmara, que considerou ilegal ato de aposentadoria emitido em seu favor;

Considerando que, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, o pedido de reexame, já apreciado, constitui-se na espécie recursal cabível nos processos deste Tribunal que versam sobre fiscalização de atos e contratos e atos sujeitos a registro;

Considerando o disposto no art. 278, § 4º, do RITCU, o qual estabelece que "não se conhecerá de recurso da mesma espécie, exceto embargos de declaração, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao TCU, contra deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto";

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei nº 8.443/1992 c/c os artigos 143, inciso IV, alínea "b", e 278, § 4º, ambos do RITCU, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer do presente recurso, em razão do seu manifesto incabimento.

1. Processo TC-001.950/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Recorrente: Antonio Gilson de Jesus Santos (214.420.021-15).
1.2. Interessados: Antonio Gilson de Jesus Santos (214.420.021-15).
1.3. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Benjamin Zymler
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinação: dar ciência da presente deliberação ao recorrente e ao órgão jurisdicionado.

ACÓRDÃO Nº 6192/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista a alteração da aposentadoria da sra. Francisca Chagas Rocha da Silva, ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região;

Considerando que, por meio do Acórdão 11.292/2020-1ª Câmara, prolatado em 6/10/2020, esta Corte considerou ilegal e negou registro ao ato;

Considerando que a negativa de registro se deveu à inclusão, no benefício previdenciário, da vantagem denominada "opção", em contrariedade à disciplina estabelecida pela Emenda Constitucional 20/1998;

Considerando que, inconformada, a inativa interpôs pedido de reexame, o qual, por meio do Acórdão 6.552/2021-1ª Câmara, de 20/4/2021, foi conhecido e teve provimento negado;

Considerando que, devidamente notificada a respeito, a sra. Francisca Chagas Rocha da Silva apresenta novo recurso, desta feita "contra o Acórdão 6552/2021-1ª Câmara", essencialmente reafirmando suas alegações anteriores;

Considerando que, nos termos do art. 278, § 4º, do Regimento Interno, "não se conhecerá de recurso da mesma espécie, exceto embargos de declaração, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao TCU, contra deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto";

Considerando a ocorrência, na espécie, de preclusão consumativa, prevista no art. 278, § 3º, do Regimento Interno, que se operou devido ao pedido de reexame anteriormente interposto;

Considerando o posicionamento uniforme da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União pelo não conhecimento do presente recurso;

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 32 e 33 da mesma Lei e 143, inciso IV e § 3º, do Regimento Interno, em não conhecer o segundo recurso interposto nos autos pela sra. Francisca Chagas Rocha da Silva, dando ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

1. Processo TC-001.975/2020-0 (APOSENTADORIA - PEDIDO DE REEXAME)
1.1. Recorrente: Francisca Chagas Rocha da Silva (023.067.273-68).
1.2. Interessada: Francisca Chagas Rocha da Silva (023.067.273-68).
1.3. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.8. Representação legal: Manoel Carlos Siqueira de Souza (8.086/OAB-PE), representando Francisca Chagas Rocha da Silva.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6193/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.956/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adriana Tannus Souto (279.695.761-68); Ana Maria da Silva (125.931.685-87); Claudete Galvani Rulli Costa (461.709.871-20); Marco Antonio Soares Ferreira (114.462.181-04); Rosa Maria Vahia Terzella (622.130.917-49).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6194/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.967/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Irene Rodrigues Primo (141.755.335-91).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6195/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.973/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Teofilo do Nascimento (055.476.954-91).
1.2. Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6196/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.008/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Betania Monteiro Souto da Motta (196.962.646-15); Carlos Almeida de Oliveira (059.878.903-06); Luis Ponciano Silva (232.070.781-68); Vera Lucia Izabel (435.940.856-00); Vera Lucia de Oliveira Sa Pereira (593.813.107-34).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6197/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.014/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Vanda Lucia dos Santos Araujo (398.337.801-30).
1.2. Órgão: Ministério do Turismo.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6198/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.585/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maben Tavares Vasconcelos (611.152.666-91).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6199/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.449/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Olivaldina Paiva de Almeida (056.404.902-68).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6200/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.993/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Jose Tenorio Santos Barros (952.648.928-49).
1.2. Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6201/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.006/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Aparecida Alves Rocha Coelho (326.269.836-91).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6202/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.308/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edna Gomes da Silva (297.928.602-82); Iria Maria Beschorner (383.571.352-34); Raimunda Melo Peres (042.743.692-34); Tereza Batista dos Santos (065.271.082-49); Zulmira da Silva Noleto (188.654.882-04).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6203/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.547/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sebastiao Lopes de Oliveira (202.741.654-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6204/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.573/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Thompson Magalhaes Ferreira (862.653.268-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6205/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.786/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes Jacinto (414.474.684-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6206/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.799/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Solange Banhos de Menezes (261.504.503-25).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6207/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-015.824/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Aparecida Hugo Cagnin (024.146.511-72).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda ao destaque dos atos de aposentadoria emitidos em favor de José de Araújo de Souza (023.217.691-49) e Valéria da Conceição (341.271.357-00), a fim de que sejam realizadas diligências quanto à eventual ocorrência de prescrição do fundo de direito em relação aos atos de alteração de aposentadoria editados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 6208/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.092/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jonecleia Maria da Silva Nascimento (432.819.744-49); Jose Luiz Spineli Goncalves Catarino (074.637.234-53); Marcelo Moraes Valenca (267.699.724-68); Morgana Lima Gomes da Silva (399.722.244-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6209/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.130/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adao Tadeu de Oliveira (287.769.096-20); Antonio Joao Fraga (201.194.886-04); Antonio Joaquim Ferreira (146.155.336-91); Edwaldo Teixeira Pinto (218.342.966-68); Eliane Aparecida Fonseca Ferreira (549.198.196-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6210/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.207/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Terezinha Machado de Resende (622.642.067-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6211/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.258/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fernanda Jacques de Farias (216.661.054-49); Marcio Vieira da Costa Santos (996.209.281-72); Ronildo Jose de Lima (121.263.141-20).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6212/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.274/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luis Henrique Franca Ramos (214.113.102-25).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6213/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.282/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jocimar do Espirito Santo (762.755.747-04); Maria da Conceição de Souza dos Anjos (102.546.841-49); Rilma de Jesus Santos da Silva (119.688.342-49); Rosileia Pereira Ignacio (382.342.206-59); Valeria Cristina Cardoso Quirino (429.987.007-72).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6214/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.724/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elenita Maria do Nascimento (729.257.877-20).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6215/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.984/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lemir Rodrigues Pedra (040.320.637-53).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6216/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do RITCU, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.051/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Hiroshi Oikawa (289.505.508-49); Luiz Takachi Kosseki (367.771.378-15).
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6217/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-018.095/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Walter da Silva (300.141.666-15).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que proceda à imediata autuação e subsequente instrução do ato relativo à pensão civil instituída pelo sr. Walter da Silva (e-Pessoal 27436/2022), aferindo, em particular, a regularidade da vantagem "opção", incluída nos proventos, e das parcelas de "quintos" oriundas de "transformação de funções".

ACÓRDÃO Nº 6218/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.177/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Arthur Marques (002.842.036-53).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6219/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-018.192/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Floriano Miranda Damasceno (035.869.287-34); Herminio Barbosa Filho (086.694.067-72).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que proceda à imediata autuação e subsequente instrução do ato relativo à pensão civil instituída pelo sr. Floriano Miranda Damasceno (e-Pessoal 19959/2021), manifestando-se, em particular, acerca da regularidade dos tempos de serviço computados para fins de anuênios e da rubrica associada a "decisão judicial", considerados na composição do valor inicial dos proventos conferidos à beneficiária.

ACÓRDÃO Nº 6220/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-018.238/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel das Chagas (206.379.189-91).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que proceda à imediata autuação e subsequente instrução do ato relativo à pensão civil instituída pelo sr. Manoel das Chagas (e-Pessoal 10518/2021), aferindo, em particular, com base na memória de cálculo do benefício de partida (a ser requerida ao órgão de origem), a eventual inclusão, nos proventos, de forma cumulativa, da Gratificação de Atividade Externa (GAE; Lei 11.416/2006) e de "quintos" da função comissionada FC-5 (Executante de Mandados).

ACÓRDÃO Nº 6221/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.246/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Lucia Monteiro de Novaes (509.982.937-68).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6222/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.273/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Teodoro Pereira da Silva (033.460.992-53).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6223/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-018.278/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elisabete Maria Cardoso Leite de Castro (531.776.655-91).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que proceda à imediata autuação e subsequente instrução do ato relativo à pensão civil instituída pela sra. Elisabete Maria Cardoso Leite de Castro (e-Pessoal 91219/2022), aferindo, em particular, à vista das informações prestadas pelo Controle Interno no presente processo de aposentadoria, a regularidade dos "quintos" de funções comissionadas incluídos nos proventos.

ACÓRDÃO Nº 6224/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.288/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geraldo Torres Santos (059.866.565-04); Nelma Jandira de Souza Lima (654.275.645-00).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6225/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por

unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.300/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Willekens Brasil Nascimento (224.968.901-68).
1.2. Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6226/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.317/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Goncalves Neto (109.972.294-20).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6227/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-018.319/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Danilo Benarros (134.040.322-68); Ernandis Borges do Amaral Neto (312.418.757-15).
1.2. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que proceda à imediata autuação e subsequente instrução dos atos relativos às pensões civis instituídas pelos srs. Danilo Benarros (e-Pessoal 78469/2022) e Ernandis Borges do Amaral Neto (e-Pessoal 135827/2021), aferindo, em particular, em ambos os casos, a regularidade do percentual de anuênios incluído nos proventos.

ACÓRDÃO Nº 6228/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.420/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Raimundo Santos Sousa (022.124.983-49); Reginaldo Coqueiro (125.558.433-53).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6229/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.481/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aguinaldo Claudino Ribeiro (069.440.782-87); Ezequias Gomes Martins (089.820.072-53); Vera Lucia da Silva Tavares (289.501.782-49).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6230/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.494/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valdecir Fontes Fernandes da Silva (106.351.904-78).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6231/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-018.515/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joacilo de Oliveira Bernardo (156.810.843-53).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que proceda à imediata autuação e subsequente instrução do ato relativo à pensão civil instituída pelo sr. Joacilo de Oliveira Bernardo (e-Pessoal 62418/2021), aferindo, em particular, a regularidade das parcelas vinculadas a decisões judiciais integrantes dos proventos.

ACÓRDÃO Nº 6232/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.541/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Moura de Vasconcelos (225.538.781-68).
1.2. Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6233/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-022.690/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Eleodoro Gimenes Valdes (200.629.901-87).
1.2. Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que, consoante disposto no art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, providencie a correção, no sistema e-Pessoal, dos dados lançados no quadro "Funções Exercidas" do ato 52690/2020, conformando-os com aqueles informados no Siape.

ACÓRDÃO Nº 6234/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "a", e 286 do Regimento Interno, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) conhecer do pedido de reexame interposto pela sra. Iguacy Silva da Cunha para, no mérito, dar a ele provimento, tornando sem efeito o Acórdão 11.822/2021-1ª Câmara;
b) considerar legal o ato de aposentadoria da interessada, ordenando seu registro;
c) dar ciência desta deliberação à recorrente e à unidade jurisdicionada;
d) fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-023.263/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Recorrente: Iguacy Silva da Cunha (740.878.607-44).
1.2. Interessada: Iguacy Silva da Cunha (740.878.607-44).
1.3. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.9.1. Determinar à Sefip que, consoante disposto no art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, providencie a correção, no sistema e-Pessoal, dos dados lançados no quadro "Funções Exercidas" do ato 56459/2018, conformando-os com aqueles informados na peça 12 (p. 2, item 5).

ACÓRDÃO Nº 6235/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a seguinte determinação:

1. Processo TC-023.988/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Teresa Cristina Soares (506.937.946-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda às anotações devidas no sistema e-Pessoal.

ACÓRDÃO Nº 6236/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-024.194/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Dalva Galvao Pinho (030.311.601-34).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que, consoante disposto no art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, providencie a correção, no sistema e-Pessoal, dos dados lançados no quadro "Funções Exercidas" do ato 126524/2019, conformando-os com aqueles informados no Siape.

ACÓRDÃO Nº 6237/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a seguinte determinação:

1. Processo TC-024.222/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alice Maria de Lima (080.930.324-87).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda às anotações devidas no sistema e-Pessoal.

ACÓRDÃO Nº 6238/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os atos de concessão adiante relacionados foram disponibilizados para exame desta Corte há mais de cinco anos, fazendo incidir, na espécie, o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no RE 636.553, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos II e V, do Regimento Interno, em efetuar as seguintes determinações:

1. Processo TC-013.685/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Etelvina Francisca Rebhaim Bossle (005.392.939-03); Ivonete Cabral Bossle (342.193.319-72); Wilma Maciel Arruda (035.345.929-13).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Florianópolis/SC - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que:
1.7.1. faça consignar, na base de dados do sistema e-Pessoal, a anotação de registro tácito dos atos tratados neste processo;
1.7.2. adote, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021-TCU-Plenário, as medidas pertinentes com vistas à revisão de ofício dos atos iniciais de pensão civil constantes do presente processo, levando-se em conta, para tanto, as irregularidades identificadas nestes autos.

ACÓRDÃO Nº 6239/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.377/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cleler Rocha da Costa (106.064.672-20); Dulcilene Ferreira da Silva Vital (456.591.762-91); Maria Teresinha de Oliveira Dias (142.009.704-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6240/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.389/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Abigail de Carvalho Bandeira (034.375.952-70); Daniel Barbosa Bandeira Filho (018.011.102-71); Ione Ferareis Nonato (812.807.852-68); Ivone Carvalho Bandeira (570.952.482-49); Ketlen Kamilly Ferareis Nonato (039.875.792-50); Mical de Carvalho Bandeira (018.012.112-05).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6241/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.406/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Nair Oliveira da Silva (782.505.361-34).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6242/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.440/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ceres Ramos de Freitas (029.059.654-87); William Honorio da Silveira (055.912.364-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6243/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.442/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Raquel Aben Athar de Sousa (410.989.351-87).
1.2. Órgão: Advocacia-Geral da União.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6244/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.464/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Goncalves de Macedo (248.855.761-72); Tatiane da Costa Porto (334.257.338-42).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6245/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.482/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edinamar Aparecida Santos da Silva (375.411.611-87); Heloisa Helena Riccioppo da Costa (988.513.731-91); Raimunda Pacheco Magalhaes (017.481.492-53); Sueli de Oliveira Macedo (166.611.171-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6246/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.519/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Clarice Mendes do Amaral (500.605.891-91).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6247/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.567/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jose Roberto da Costa (426.689.137-72); Margarida Ferreira de Vasconcelos (937.700.147-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6248/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.607/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Benedita Lima Almeida (089.591.453-00); Joao Conrado Lavra Reis (627.084.813-04); Joao Goncalves Marvao (040.484.313-15); Jose Maria Farias Reis (126.972.572-68); Leandro Henrique Lavra Reis (626.411.313-15); Maria Conceicao da Silva Bim (227.421.071-34); Maria Rosendo de Santana (057.002.414-55); Richardson Marques Marvao (621.737.073-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6249/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.677/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Lenita Pacheco Lemos Duarte (195.022.227-68).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6250/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.550/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ana Amelia Bittencourt Vieira (070.175.882-15).
1.2. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6251/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seu processamento pela Corte.

1. Processo TC-018.568/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Rita Soares Costa (625.602.396-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6252/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.578/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Bigaran de Melo (535.180.049-72).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6253/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seu processamento pela Corte.

1. Processo TC-018.580/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Francisca Varela Cachina (897.522.524-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6254/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seu processamento pela Corte.

1. Processo TC-018.611/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Regino Alves de Jesus (028.998.501-30).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6255/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seus processamentos pela Corte.

1. Processo TC-018.641/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Sebastiana Galucio Lorena Cardoso (095.848.997-16); Sergio Rodrigues Roque (095.232.947-68).
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6256/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seus processamentos pela Corte.

1. Processo TC-018.655/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dalvanira Lopes da Costa (473.087.961-91); Francisca Dulcinea Coelho da Silva (523.460.131-53); Maria Anunciada da Silva (775.626.901-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6257/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seu processamento pela Corte.

1. Processo TC-018.755/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Lindalva Soares da Silva (369.988.852-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6258/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seu processamento pela Corte.

1. Processo TC-018.757/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria da Conceição Pinheiro da Costa (191.894.602-78).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6259/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seu processamento pela Corte.

1. Processo TC-018.760/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Luzia Rabelo de Souza (775.272.596-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6260/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seus processamentos pela Corte.

1. Processo TC-018.793/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Carolina Martins de Mattos (563.260.506-00); Maria das Dores Marques Dumont (970.249.886-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6261/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seus processamentos pela Corte.

1. Processo TC-018.863/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Helena Kenne de Medeiros (985.266.260-00); Ivone Oliveira de Oliveira (434.699.490-34); Palmyra Dornelles de Oliveira (606.872.900-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6262/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seu processamento pela Corte.

1. Processo TC-018.883/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Donizetti Lima de Sousa (727.292.874-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6263/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.892/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Cecilia Maria Pedro de Mello (662.160.367-34).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6264/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.893/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Marli Aparecida Pavan da Silva (745.728.658-68).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6265/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seu processamento pela Corte.

1. Processo TC-018.904/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Antonio Lira Coelho (230.505.433-53).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6266/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do RITCU, em arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos abaixo:

1. Processo TC-045.736/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Nelson Goncalves Correia (490.070.259-53)
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Florestópolis/PR
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.2. dar ciência do presente acórdão ao Ministério da Cidadania e ao responsável.

ACÓRDÃO Nº 6267/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143 e 237, VII e parágrafo único, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação para, no mérito, considera-la prejudicada, em virtude da perda do objeto; em considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante; e em determinar o arquivamento, dando ciência ao representante e à Administração Regional do Senac no Distrito Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.649/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Administração Regional do Senac No Distrito Federal.
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Felipe Tobias Costa de Almeida (59082/OAB-DF), Maria de Fátima Pereira de Souza (28852/OAB-DF) e outros, representando Administração Regional do Senac No Distrito Federal; Roberto Liporace Nunes da Silva (43665/OAB-DF), representando Módulo Security Solutions S/A.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6268/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Márcia Coelho Viana Diniz emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Márcia Coelho Viana Diniz;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-006.757/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Márcia Coelho Viana Diniz (536.679.306-82)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a referida parcela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 6269/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Maria Ines Schwartz da Silva emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.
Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;
considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;
considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;
considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir, sem necessidade de ajustes ou de impugnação da parcela;
considerando que o STF deixou assente que, mesmo em tais situações, a incorporação de quintos, no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001, é ilegal, nos termos da tese firmada em sede de repercussão geral, Tema 395;
considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e
considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:
a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Maria Ines Schwartz da Silva;
b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-012.374/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Ines Schwartz da Silva (671.101.779-04).
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, nos prazos abaixo indicados contados da ciência desta decisão:
1.7.1. em quinze dias, dê ciência, do inteiro teor desta deliberação, à interessada;
1.72. em trinta dias, encaminhe ao TCU o comprovante da data de ciência referida no item anterior.

ACÓRDÃO Nº 6270/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao exame dos atos original e de alteração da aposentadoria de Lilia Coelho de Carvalho, emitidos pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e submetidos a este Tribunal para fins de registro.
Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular, nos proventos relativos a ambos os atos, de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;
considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;
considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;
considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;
considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;
considerando, adicionalmente, que, no ato original, foi detectada a inclusão, nos proventos, da vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, benefício não aplicável aos servidores que implementaram o direito à aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);
considerando que, no caso concreto, o direito à aposentadoria foi implementado após 16/12/1998;
considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário (Relator: Ministro Benjamin Zymler), que firmou o seguinte entendimento:
"9.4. firmar entendimento de que é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão (opção) , aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria."
considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de atos sujeitos a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
considerando a presunção de boa-fé da interessada;
considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e
considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno, em:
a) considerar ilegal e negar registro aos atos original e de alteração da aposentadoria de Lilia Coelho de Carvalho;
b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-012.420/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lilia Coelho de Carvalho (674.985.317-04)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que, no prazo indicado, contado da ciência desta decisão:
1.7.1. em quinze dias:
1.7.1.1. promova o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta decisão à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.
1.7.2. em trinta dias encaminhe ao TCU comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 6271/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.762/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Dimas Machado Filho (082.457.031-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6272/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.935/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria do Carmo Vieira Freire (676.871.134-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6273/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Daniel Ferreira emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetido a este Tribunal para fins de registro.
Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;
considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;
considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;
considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;
considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;
considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
considerando a presunção de boa-fé do interessado;
considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e
considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Daniel Ferreira;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-013.806/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Daniel Ferreira (160.355.342-87)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 6274/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.450/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Rosa da Silva Macieira (236.773.683-91); Heliomar de Alcantara Pavao (035.450.403-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6275/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.495/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Haroldo Farias (051.691.352-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6276/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.506/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Olivia de Moraes Jardim Lamaziere (214.842.951-53); Maria Soares Mascarenhas (244.251.411-72); Nivea de Carvalho Baptista (184.192.081-91); Silvia Correa Sampaio Giudice (186.458.011-91); Terezinha Bezerra do Nascimento (034.486.732-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6277/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.539/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elud Leite Monteiro (273.185.082-53); Luiz Carlos de Souza Menezes (194.002.842-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6278/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.557/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Aparecida Maria de Souza Novaes (338.062.171-49); Bernadete Martins Fridman (046.240.138-32); Elisangela Cristina de Sousa (282.211.908-29).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6279/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.599/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lindalva Freire Lopes (177.420.724-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6280/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.601/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Benedito Romulo de Oliveira Costa (265.984.347-34); Klinger Fontoura Coimbra (574.415.707-78); Luiz Carlos Alexandre (493.945.507-63); Waldevino Cassemiro Pereira (201.746.597-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6281/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.613/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Gomes Barbosa (156.932.794-72); Francisco de Assis Pinheiro de Lima (067.058.394-49); Maria Bernadete Fernandes de Oliveira (047.613.914-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6282/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.666/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eduardo de Oliveira Elias (008.006.168-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Integração Latino-americana.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6283/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.679/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto da Silva Alves (239.447.060-72); Maria Bernadete Renoldi de Oliveira Gavi (719.823.297-34); Silvana Dalmacio Demaria (761.680.937-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6284/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento

Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.694/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Aurelio Cavalcanti (130.972.104-15); Raimundo Clidenor Ferreira (155.639.874-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6285/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.723/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Bernadette Gomes Lobato (394.515.262-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6286/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.089/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Zila Maria Correa da Silva Pinheiro (290.062.870-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6287/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.104/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gerson Edson Machado de Sousa (174.848.126-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6288/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.258/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Felisberto Dourado Neves (404.646.016-49); Gilberto Ferreira da Silva (646.273.818-91); Jose da Conceicao Fernandes (188.261.646-49); Reginaldo Pereira de Azevedo (304.016.236-53); Silvia Alves Ferreira Lopes (659.898.136-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6289/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.535/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jorge Ricardo de Souza (239.964.201-53); Jose Carlos da Fonseca Junior (238.616.811-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6290/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.551/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Cesar de Souza (382.468.566-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6291/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.830/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Denise Teixeira Mascolo (424.226.710-04); Lucia Telma da Paixao (123.187.872-04); Osmarina Bonfim Pantoja Dias (088.682.802-30); Rosely Moreira Bolze (356.748.309-91); Sandra Maria da Silva Freitas (300.467.180-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6292/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado e fazendo a seguinte determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.314/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adilson Antonio Lima (113.367.732-00).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que na hipótese de desconstituição da decisão judicial que tem amparado o pagamento da rubrica judicial, faça cessar o seu pagamento, ora impugnado por esta Corte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 6293/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.081/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mariza Wasculewsky de Matos (229.718.310-00); Rogerio Torres Marques (288.772.250-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6294/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.172/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Tania Ribeiro Batista (354.100.271-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6295/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.174/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Janio Coelho da Silveira (177.390.121-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6296/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.223/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Sirley Silva Florenciano (112.416.322-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6297/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.228/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Veronica Ferreira Magalhaes (264.514.686-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6298/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.233/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Robson Papini Mota (596.431.026-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6299/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.237/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Josefa Freire Pedrosa (131.216.934-68); Levi Ruben Peixoto (155.096.054-72); Luzia Pereira Baracho Ribeiro (037.942.884-91); Maria de Lourdes Melo da Silva (791.110.844-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6300/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.254/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adao Julio da Conceicao (880.468.428-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6301/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.262/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Christina Raeder (500.182.729-91); Antonio Manoel Bandeira Ribeiro Cardoso (465.182.907-49); Everalda Garcia de Morais (328.369.101-00); Maria Regina das Neves Semedo (060.122.418-36); Severiano Alves de Souza (024.857.885-53).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6302/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.278/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Pereira (706.548.917-53); Francine Araujo de Souza (187.032.753-53); Joao Luiz Gouvea (307.206.727-91); Joao Paula da Silva (271.736.234-72); Marcos Pessoa Pereira (173.542.001-82).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6303/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.305/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Ferreira Sobrinho (028.366.102-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6304/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.315/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Correia dos Santos (098.623.825-20); Arnaldo Bispo da Silva (145.499.485-15); Celina Trindade dos Santos (178.182.145-34); Jesse Ventura dos Santos (107.291.275-91); Melciades Marinho Pereira (073.738.305-44).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6305/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.325/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Galdino Camara (023.934.332-87); Maria de Fatima Viana de Moura (093.315.142-04); Ocirema Siqueira Dias de Oliveira (044.062.732-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6306/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.352/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Batista Ferreira Almeida (043.915.862-15); Sandra Eli Luciano (065.975.278-60).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6307/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.353/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lourival Luiz Alves Correa (057.964.402-25).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6308/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.399/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Roberto Ferreira Filho (315.699.606-82); Marcia da Cunha Orneles da Silva (359.124.486-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6309/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.443/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Catia Lucia da Silva e Silva (298.525.791-34); Elizabeth de Queiroz (969.401.238-49); Ilma Vanete Pairague (208.835.101-97).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6310/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.446/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Valdir Machado Valadao Junior (491.649.456-34); Vera Alves Nascimento Chueiri (595.474.056-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6311/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.466/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Jose Blaskovski Vieira (374.468.860-72); Nanci Ramos Martins (229.708.600-82); Rosa Maria Vargas Castilhos (238.683.680-00); Sergio Luiz Cardoso de Oliveira (262.554.300-06).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6312/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.478/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior (238.738.680-91); Jose Carneiro de Lima (095.074.344-53); Maria Antonia da Silva (407.149.934-68); Nelbe Uchoa Cyreno (138.612.804-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6313/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.516/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edna Lima da Silva Alves (160.569.814-87); Maria Dalva Andrade Torres (431.912.404-97); Maria Zizi Queiroz Silva (396.207.354-04); Raul Medeiros Couto (421.515.974-15); Tereza Cristina de Souza e Silva (685.727.277-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6314/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.548/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Alberto Santana dos Santos (215.591.715-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6315/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.549/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Dias (147.316.223-87); Raimundo Nonato Teles (124.424.703-06); Tereza de Jesus Pinho Ribeiro (079.804.773-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6316/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.552/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldemir Lima Franco (222.763.781-15); Gilberto Nogueira Guimaraes (149.488.853-04); Helio Celso Galdino Alves (115.503.091-53); Jose Jacinto Freire (120.418.581-68); Julio Ribeiro de Souza (342.354.426-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6317/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.563/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Augusto Cesar Gouvea Quintas (058.079.482-20); Caetano Dias Thomaz Filho (107.460.802-04); Dalvalina Vieira de Souza (481.742.702-72); Lazaro Souza de Brito (126.561.432-68); Rossilda Guedes Braga (072.906.592-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6318/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.583/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marli Ferreira de Moraes (009.153.538-73).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6319/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.601/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eleuterio Felipe Marques (091.117.193-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6320/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.633/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jarib Nobrega da Silva (209.781.541-34).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6321/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.639/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tom Mix Vieira da Conceicao (059.129.622-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6322/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.664/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Estevao Goncalves da Conceicao (115.958.505-97); Maria Carmelita Araujo Oliveira (908.048.057-68); Maria Madalena Correia de Melo (103.994.374-87); Mario Roque da Silva (174.659.074-20).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6323/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.686/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Flavio Bomfim Loureiro (020.948.354-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6324/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.791/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Antonio Goncalves de Oliveira (230.444.036-34); Marcelo Paiva (332.364.616-91); Nilton de Oliveira (258.885.526-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6325/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.826/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Pereira (019.203.298-46); Jussara Bringel (316.865.409-49); Marcia Guglielmi (402.269.807-15); Rosana de Souza Silva (942.754.837-15); Rosineide Alencar de Souza Barros (296.288.651-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6326/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.835/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adnen Rajab (155.804.821-91); Mauro Bartolomeu Carneiro de Barros (122.228.364-68).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6327/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.856/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Karine Matilde de Souza Teixeira (834.267.361-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6328/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.874/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Argemiro Armando de Souza (115.015.702-00); Armando Chaves do Nascimento (113.915.962-34); Jose Aparecido Menezes (085.164.562-34); Maria Irlanda Barbosa Araujo (276.058.251-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6329/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.887/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Roberto Lopes de Lima (092.497.882-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6330/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.897/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ivo dos Santos (264.122.417-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6331/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.013/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Abidoral Maciel (012.918.822-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6332/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.053/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Felix Pereira (075.065.201-25); Antônio Coelho Ribeiro (078.441.903-53); Carlos Alberto Barbosa de Araujo (042.351.421-00); Jorge Cesar Gouvea (070.658.257-87); Jorge Cesar Gouvea (070.658.257-87); Jose Pacheco de Pinho (009.719.951-68); Maria Luiza Medeiros de Souza (143.545.781-15); Mirroneo Vieira de Albuquerque (023.619.061-04); Ronaldo Silva (115.896.801-97).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6333/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.082/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adolfo Jose Machado Dias (563.528.918-53); Armelim Utino (302.331.439-04); Benedito Juarez de Andrade (586.429.608-25); Ciro Alencar de Jesus e Silva (781.944.748-68); Clovis Chiaradia (013.412.438-34); Edson da Costa Chaves (014.657.758-20); Edson da Costa Chaves (014.657.758-20); Luiz Carlos Roberto de Sousa (628.846.978-53); Maria Luiza de Oliveira Ganzerli (020.506.868-54); Miguel Fredy Orihuela Bilbao La Vieja (107.028.148-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6334/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.093/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela Maria Urata (217.819.077-49); Paulo Augusto Silva (870.349.647-34); Tania Correa Carrilho (363.580.707-97).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6335/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.119/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Judith Pereira de Morais (308.532.571-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6336/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.120/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eudoro Tude de Souza Netto (045.826.917-49); Gilda Maria Reis Bancov (163.019.607-00); Jose Carlos Correia da Silva (814.534.857-91); Nelson Rangel Coutinho Filho (259.127.717-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6337/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.160/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Barros de Lima (116.826.203-87); Antonio Barros de Lima (116.826.203-87); Porfirio Rodrigues de Lima (025.934.832-53); Tarcizio Alves de Lima (005.230.383-72); Tereza Apoliano Ribeiro (203.123.933-34); Umberto Andrade Alves (001.089.603-15); Wilson Damasceno (037.682.013-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6338/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.164/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sergio de Siqueira Bertoche (765.485.117-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6339/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.172/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Hely Brandi Vieira (003.395.551-49); Hilda Orquidea Hartmann Lontra (310.668.950-15); Jaqueline Carneiro Lobo Macedo (843.244.657-20); Paul Irving Mandell (182.542.331-87); Vitor Hugo Pinheiro de Souza (149.595.421-87).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6340/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.176/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Matias Munchen (094.003.200-78).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6341/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.225/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Anildo de Jesus Barreto (171.350.601-72); Antonio de Jesus Gomes de Oliveira (035.689.622-68); Joao Bernardino Andrade da Rosa (295.859.612-53); Lauro Gomes (127.736.892-91); Manuel dos Santos Morais (058.460.562-53); Valdir Alves Pereira (326.225.112-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6342/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.228/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Althoff (245.385.909-91); Sonia de Lourdes Parizotto (567.932.869-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6343/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.229/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Florisvaldo Ribeiro (957.127.048-20); Jose Aldemi do Nascimento (111.724.445-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6344/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.231/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Erica Ripoll Hamer (344.761.647-49); Lucia Olinda Nicoletti (318.470.999-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6345/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.256/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Marcello Pessoa Filho (047.526.603-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6346/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.264/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hermelino Cardoso Camara (087.528.932-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6347/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.276/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Matilde de Carvalho Lima (286.491.092-68); Sebastiao Marques de Oliveira (005.143.302-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6348/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.293/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos da Silva (197.423.207-72); Sonia Maria de Almeida (590.738.617-72); Walfran Ribeiro Peixoto (058.192.377-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6349/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do

art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.310/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alexandre da Silva Lopes (008.006.437-04); Alvaro Lustosa Pires (034.050.281-91); Raimundo Barbosa Pereira (086.775.901-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6350/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.356/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Edith de Aguiar (012.186.116-34); Maria de Fatima Andrade Araujo (217.113.056-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6351/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.357/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sueda Godinho de Lima (284.608.630-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6352/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.373/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eneuton Dornellas Pessoa de Carvalho (059.628.544-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6353/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.378/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Gilberto Neves Maciel (005.164.574-20); Jose Reinaldo Moulin (577.951.427-53); Marcos Luiz Santos Barbosa (480.674.317-87); Olavo da Costa Teixeira (189.546.187-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6354/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.388/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alberto Fernandes da Silva (099.826.984-00).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6355/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.394/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Marlucia de Oliveira (083.746.195-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6356/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.412/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marco Antonio Pinto Bittar (184.817.017-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Militar.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6357/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.431/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Zenith Crispim de Lucena Pereira (036.997.812-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6358/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.440/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Albertino do Rego Marques (009.141.691-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6359/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.484/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Justino Fonseca de Figueiredo (201.692.309-10).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6360/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.489/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Hiram Anchieta Ramos (137.213.301-10).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6361/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.506/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Soares de Souza (230.369.582-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6362/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.516/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lairio da Costa Silva (045.687.372-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6363/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.517/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cicero Malaquias da Silva (599.375.057-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6364/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.538/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudio de Souza Alves (065.676.978-57); Jose Murilo Milhomem de Sousa (154.255.331-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6365/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Sandra Helena Lopes Uberti emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Sandra Helena Lopes Uberti;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-019.150/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sandra Helena Lopes Uberti (214.453.701-15)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:
1.7.1. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.
1.7.2. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 6366/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Iria de Fatima Bezerra Pinho emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Iria de Fatima Bezerra Pinho;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-019.272/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Iria de Fatima Bezerra Pinho (081.641.933-72)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 6367/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Paulo Cesar Gomes da Silva emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir, porém que aquelas vantagens amparadas em decisão judicial não transitada em julgado ou em decisão administrativa devem ser convertidas em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ é no sentido de que os quintos incorporados até a edição da Lei 9.527/97 devem ser atualizados de acordo com os critérios adotados para a revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais;

considerando que o ato em questão contempla reajuste irregular da parcela de quintos incorporada pelo interessado, uma vez que os percentuais concedidos pela Lei 13.323/2016 foram irregularmente estendidos para a parcela mencionada;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Paulo Cesar Gomes da Silva;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-019.299/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Cesar Gomes da Silva (262.059.631-91).

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Câmara dos Deputados que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, por ter sido concedida por decisão administrativa;

1.7.2. retifique os valores percebidos a título de incorporação de quintos/décimos do servidor, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.4. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 6368/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Raimundo Nonato Delgado Rodrigues emitido pela Fundação Universidade de Brasília e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes decisões judiciais referentes a planos econômicos;

considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores do órgão de origem e que deveriam ter ensejado a absorção das parcelas judiciais inquinadas;

considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando, no entanto, a existência de decisão judicial sem trânsito em julgado, por meio do qual o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes obteve liminar impedindo a suspensão da rubrica referente à URP (26,05%);

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao Relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno, bem assim com os Enunciados 276 e 279, da Súmula do TCU, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria de Raimundo Nonato Delgado Rodrigues;

b) fazer as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC-019.325/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Raimundo Nonato Delgado Rodrigues (152.662.221-15)

1.2. Unidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

1.7.1. uma vez desconstituída a ação que assegura, presentemente, o pagamento da rubrica judicial ora impugnada, adote as medidas administrativas necessárias à cessação do seu pagamento, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor em sentido contrário;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 6369/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Carmen Dolores Faria Guerreiro emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando a inexistência, nos autos, de informação de que a incorporação irregular tenha decorrido de decisão judicial transitada em julgado;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região já converteu os quintos ou décimos indevidamente percebidos em vantagem compensatória, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE;

considerando que a observância da modulação dos efeitos do julgamento do RE 638.115/CE não descaracteriza a existência de irregularidade da concessão da vantagem e, por conseguinte, do ato de aposentação, mas implica a desnecessidade da adoção de qualquer providência complementar, inclusive a suspensão do pagamento ou o ressarcimento das importâncias indevidamente percebidas;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Carmen Dolores Faria Guerreiro.

1. Processo TC-019.344/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Carmen Dolores Faria Guerreiro (118.417.705-82).

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6370/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.986/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Fabiane Coelho de Oliveira da Rocha (035.259.216-83).
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6371/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.322/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Celia Vieira Lourenco (220.933.701-15); Jose Guatemozin Lopes da Silva (130.027.917-68); Lucas Araujo Farias (064.338.831-17); Nilceia Martins de Souza (279.488.541-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça (extinta).
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6372/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.353/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ivany Guimaraes Maia Behring (357.693.277-15); Maria das Gracas Goncalves Magdalena (054.561.027-30); Sindonia Maria da Silva (008.988.677-11); Telma Maria Avelar Bally (282.235.193-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6373/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.370/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Heloisa Helena Santos Patricio (470.986.276-15); Herta Louise Caires Fernandes (859.210.176-04); Ivone Maria Dantas Palmela Silva (533.858.456-53); Magda Lucia Figueiredo Campos Chisto (222.979.106-06); Rosana Elvina da Silva Cossenzo (052.532.236-14).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6374/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.458/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jonas Monteiro de Souza (027.909.472-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6375/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.462/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Davi Farias de Castro (035.172.553-94); Rita de Mesquita Farias de Castro (079.881.707-08).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6376/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.474/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Naura Jafar (022.898.490-49); Rejane Tavares Soares (490.051.461-68); Renata Aguilar de Andrade Macedo (806.024.281-49); Vilma Begossi (138.415.131-15); Vivina Dias Sol Queiroz (273.312.611-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6377/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.486/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Jose Bueno Suzuki (144.923.978-17).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6378/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.508/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Nunes de Pinho (382.337.203-30); Maria do Carmo Pereira Chaves (728.930.014-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6379/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.537/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Celine Sousa de Menezes Sa (111.844.644-56); Joao Pedro Sousa de Menezes Sa (052.601.694-92); Maria Aparecida de Sousa Silva Sa (025.129.104-90); Maria das Gracas Souza Gomes (961.573.563-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6380/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.573/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adolfina de Menezes (224.719.361-72); Ciloide Alves de Melo Mendes (326.425.472-72); Gustavo do Nascimento Santos (052.048.331-61); Irene Lopes Queiroz da Silva (810.638.657-00); Joao Paulo Sousa Silva (023.067.581-66); Maria da Gloria Santos Silva (114.544.151-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6381/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.583/2022-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Angela Santos Bravo (004.279.087-52); Divina Rodrigues de Faria (256.360.147-91); Julia Silveira Cordeiro (159.828.527-08); Tito Livio Santos Guariglia (276.813.277-20).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6382/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.636/2022-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Josefa Coelho Bezerra (444.270.931-91); Pricila da Conceicao Silva Ferreira (002.798.363-33).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6383/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.649/2022-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Elza Maria de Souza Alves (441.239.812-91); Francisco Costa Filho (026.802.972-53); Isete Tavares Canto (214.392.732-00); Luciula de Vasconcelos Lasmar Franca (290.661.662-15); Maria Eduarda Ferreira da Silva (011.690.052-09); Maria Luiza Martins da Silva (022.387.522-85); Soliegem Martins Ferreira (604.103.022-87).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6384/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.660/2022-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Ilma da Cunha Cardoso (108.743.992-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6385/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.552/2022-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Cecilia Fernandes de Moraes (093.287.637-46); Clotilde Alves de Souza (052.364.097-80); Cylene Alves de Souza (084.303.222-72); Elisabete Dias da Silva (159.317.493-49); Ester de Carvalho Reis (138.471.628-96); Guilhermina da Silva Carachubetti (004.051.808-61); Helenir Maria do Nascimento (108.623.664-53); Maria dos Santos Costa Silva (644.725.661-68); Olga dos Santos Souza (473.558.592-34); Therezinha Pires da Silva (109.603.777-78); Valdilea Martins Ferreira (032.635.657-61); Yara Apparecida Faria Dalle Lucca Tortorelli (128.661.728-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6386/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.553/2022-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alice Borba Ananias (756.060.708-04); Amalia Eleuterio Ferreira (772.249.657-15); Ana Lucia Silva Freitas (431.860.845-04); Iracira de Oliveira Vianna (605.979.767-91); Iracy de Oliveira Vianna (602.936.837-00); Jupyra Maria Belchior (427.350.847-87); Luiza do Carmo de Souza Porto (088.236.207-08); Maria Bernadete Barbosa (314.455.198-87); Maria de Nazare Silva Lima (953.451.082-34); Marisa de Oliveira Andrade (060.488.168-12); Merces Lacerda da Silva (466.642.707-49); Sandra Eleuterio Ferreira (072.048.597-58); Yuri Eleuterio Ferreira (154.003.947-10).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6387/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.569/2022-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Juarez Landau de Carvalho (120.326.546-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6388/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.572/2022-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Gerusa Silva Hermano de Barros (346.375.324-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6389/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.586/2022-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Consuelo Machado Newton (519.956.629-68).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6390/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.596/2022-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Ilda Maria Freire (845.487.037-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6391/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº

237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.597/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Norma de Albuquerque de Souza (397.848.511-72); Wilkins Cavalcante Rego (144.348.814-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6392/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicado a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.608/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Lourdes Silvia Buschle Zipperer (421.379.009-63).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6393/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicado a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.614/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Sergio Rainerio da Costa (430.588.506-97).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta).
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6394/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.703/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Francisca Maria de Farias (261.509.054-20); Francisca do Carmo do Nascimento (312.910.403-82).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6395/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.720/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alice Borges de Souza Dutra (985.206.797-49); Ana Benevenuto de Brito (317.540.155-49); Aurora de Souza Santana Telles (816.101.067-68); Dalva de Nazareth Silva (193.749.617-17); Daniela Macedo da Justa (016.700.647-94); Edith Brandao Pita (046.353.487-50); Jucileide de Luna Goncalves (094.857.832-72); Maria Mendes de Souza (001.473.987-97); Misael Medrado Vaz Santos (000.766.945-34); Mozart Pereira da Silva (038.841.636-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6396/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.779/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Sonia Maria Pinto Dolabella Silva (005.022.047-02).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6397/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.783/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jose de Siqueira Santos (530.203.167-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6398/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.785/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Darcy Alzira da Silva Amorim (514.576.603-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6399/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.809/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Adeilda Lacet de Vasconcelos (033.427.007-34); Catharina de Abreu Lopes (000.051.747-08); Denise Almeida dos Santos (246.230.087-20); Glaucia Ferreira Barreto (884.092.957-68); Helenita Carvalho de Oliveira (023.990.747-77); Lydia de Souza Serra (941.932.827-91); Maria Sayra da Silva Carneiro (022.385.547-26); Maria do Carmo Ferreira Barreto (784.707.497-49); Maria do Carmo Lira Gouveia (007.375.777-20); Nelly Costa de Araujo (054.769.487-32); Therezinha Silva Lopes (007.965.657-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6400/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.820/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Helena Mazzei Pereira (783.198.975-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6401/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.831/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ivony Lysakovski Bampi (008.145.450-33).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6402/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.840/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Albina Fernandes Furtado (722.894.816-53); Cilea Rosa Pimentel Caldas (077.660.847-91); Eda Fossati (433.621.687-87); Maria Cleomar Medeiros de Moraes (188.756.452-72); Maria Jose Fiuza dos Santos (046.845.917-00); Maria Natividade de Souza (120.591.883-34); Mario Alves da Cruz (411.869.582-00); Newton Marques de Souza (023.491.917-53); Raimunda Silva da Cruz (357.348.922-20); Regina Maria Amorim de Santana (005.453.787-88).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6403/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.846/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Regina Maria da Costa Monteiro (113.328.591-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6404/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.848/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Rosaria Maria de Jesus (897.861.906-10).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6405/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.896/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Eda Ek Carneiro da Cunha Machado (343.475.694-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6406/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.040/2022-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Maria Gercilia de Oliveira Amaral (002.770.747-46).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6407/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.064/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Heleonor Leite Fontana (235.754.094-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6408/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de concessão da pensão militar instituída por Procópio Lopes da Silva Neto em favor de Keley Kristina Moreira Lopes, emitido pelo Comando do Exército e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip constatou ter havido majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela "ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, bem como para o acréscimo de dois postos no cálculo dos proventos";

considerando que a aludida orientação é respaldada pela jurisprudência predominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a exemplo das decisões proferidas por aquela Corte nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

considerando que os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU foram pela ilegalidade e denegação de registro do ato em exame;

considerando, por fim, a presunção de boa-fé da interessada no ato em análise;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno e com a Súmula-TCU 106, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão da pensão militar instituída por Procópio Lopes da Silva Neto em favor de Keley Kristina Moreira Lopes;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-012.981/2022-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Keley Kristina Moreira Lopes (927.280.656-91)
1.2. Unidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Comando do Exército que, no prazo indicado, contado da ciência desta deliberação:

1.7.1. em quinze dias:

1.7.1.1. dê ciência desta decisão à interessada, com o alerta de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a eximirá da devolução de valores indevidamente percebidos, caso os apelos não sejam providos;

1.7.1.2. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de pensão militar com base no posto incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.2. em trinta dias:

1.7.2.1. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ora examinado, e o submeta a nova apreciação por este Tribunal;

1.7.2.2. encaminhe a esta Corte comprovante da data da ciência desta decisão pela interessada.

ACÓRDÃO Nº 6409/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.918/2022-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Francisca Vanessa Deodato do Carmo (511.227.073-04); Hilda Fortes (210.359.461-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6410/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 143, V, "a", 169, VI, e 212 do RITCU, ACORDAM em determinar o arquivamento deste processo por ausência de pressupostos para seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.135/2021-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Bruno Gustavo Araújo Loureiro (010.024.804-77).

1.2. Órgão: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Henrique Correia Vasconcellos (8004/OAB-AL).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6411/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTA e relacionada esta tomada de contas especial instaurada pela 4ª Região Militar do Exército, em desfavor de Mirtes de Oliveira Martins, em razão de dano ao erário referente às parcelas que lhes foram pagas, a título de pensão especial, cumulativamente com proventos de pensão militar, concedida em caráter provisório e em cumprimento à decisão liminar concedida pela Justiça Federal.

Considerando o falecimento da responsável em 8/1/2019;

Considerando que entre os fatos que ensejaram a instauração desta tomada de contas especial e a citação dos sucessores responsáveis haverá o transcurso de mais de quinze anos, circunstância que inviabiliza o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 143, V, "a", 169, VI, e 212 do RITCU, ACORDAM em determinar o arquivamento do seguinte processo por ausência de pressupostos para seu desenvolvimento válido e regular, e em encaminhar cópias desta deliberação e da instrução que a fundamenta aos eventuais sucessores da responsável e ao Comando do Exército, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.551/2021-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Mirtes de Oliveira Martins (924.890.606-00).

1.2. Órgão: 4ª Região Militar/Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6412/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando a duplicidade de objeto deste processo com o TC 001.566/2016-4, no qual idêntica matéria tradada já obteve julgamento de mérito, por meio do Acórdão 5.097/2018 - 2ª Câmara;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 143, V, "a", e 212 do RITCU, em determinar o arquivamento deste processo, ante a ausência de pressupostos de seu desenvolvimento válido e regular, sem julgamento do mérito, conforme pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.662/2019-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva (174.201.562-04).

1.2. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6413/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a representação está desacompanhada de suficientes indícios de irregularidade, não se vislumbrando possibilidade de instauração de tomada de contas especial ou de qualquer ação fiscalizatória de controle externo em face do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 143, III, e 237, parágrafo único, e 250, I, do RITCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando ciência à representante e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com o envio de cópia desta deliberação e da instrução que a fundamenta, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.433/2022-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Alagoas

1.2 Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6414/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que os esclarecimentos apresentados conseguiram justificar as decisões tomadas pelo Senado Federal, bem como não foram detectadas irregularidades que justifiquem a atuação deste Tribunal;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, bem como nos artigos 143, III, 237, VII, parágrafo único, e 250, I, do RITCU, ACORDAM em conhecer da representação, indeferir o pedido de medida cautelar, para, no mérito, considerá-la improcedente, arquivando-a, e em encaminhar cópia desta deliberação e da instrução que a fundamenta à representante e ao Senado Federal, conforme pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.098/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Polimaq Equipamentos Agroindustriais Ltda.

1.2 Órgão: Senado Federal.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6415/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.913/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carla Tondin de Oliveira (557.955.870-87); Lucio de Azambuja Dias Filho (209.689.300-34).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6416/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.519/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Angelica Caetano dos Santos (322.847.726-68); Ciro Trugilho Rezende (649.071.207-53); Maria Silva de Lima (451.832.524-91); Nilda Celia Rodrigues Exposto (042.558.648-02).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6417/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.546/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Douglas Mac Arthur Siqueira Umbuzeiro (690.576.568-68).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6418/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetida a este Tribunal para fins de registro

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcela decorrente da incorporação de quintos/décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, no caso concreto, não consta a informação de que o pagamento da parcela incorporada no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 (8/10), está amparado por ação judicial transitada em julgado, podendo ter sido incorporada por decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Carmen Valéria da Silva, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:

b.1) se a incorporação dos "quintos"/"décimos" decorrentes do exercício de funções comissionadas após a edição da Lei 9.624/1998 estiver amparada por decisão judicial transitada em julgado, o pagamento da rubrica poderá subsistir sem qualquer absorção, nos exatos termos da decisão do STF no âmbito do RE 638.115/CE;

b.2) se, entretanto, a vantagem dos "quintos/décimos" incorporados no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tiver sido contemplada por força de decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa, a parcela deverá ser destacada e transformada em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme a decisão do STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, em qualquer das hipóteses, a emissão de novo ato concessório;

c) dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ;

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-015.642/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carmen Valeria da Silva (762.456.917-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6419/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.818/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Domingos Amabile Prigol (026.028.140-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6420/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.819/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Iraneudes Almeida Campos (144.366.552-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6421/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.844/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luis Carlos Azevedo Oliveira (324.503.974-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6422/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos/décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, no caso concreto, nos termos da instrução da unidade técnica, o pagamento de parcelas incorporadas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 está amparado pela Ação Ordinária 2005.34.00.012112-9, que tramitou na 7ª Vara Federal/DF, ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União/SINDIJUS/DF, transitada em julgado em 12/7/2010;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Eneil Moraes Godoi, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, a despeito da negativa de registro do ato de aposentadoria do interessado, os "quintos"/"décimos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez amparados por decisão judicial transitada em julgado, poderão subsistir, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, sendo desnecessária, assim, a emissão de novo ato concessório;

c) dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-016.290/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eneil Moraes Godoi (148.429.631-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 6423/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.100/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cristovam Madureira Filho (107.259.385-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6424/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.139/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Brasiliano Florencio da Silva (432.057.719-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6425/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.195/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Djair Teofilo do Rego (224.958.274-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6426/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.217/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alderico da Cunha Ferreira (220.227.676-91); Carlos Roberto Guimaraes Oliveira (212.074.886-15); Lucimar Colombaroli de Padua (323.828.046-53); Patricia Magalhaes Pardini Pimentel (549.923.896-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6427/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso

II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.268/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wagner Rodrigues Barreiros (462.632.767-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6428/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.272/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lilian de Amorim Madureira (265.575.411-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6429/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.311/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Francisco dos Santos (100.382.805-15); Manoel Almeida Santos (206.888.575-15); Maria Conceicao de Jesus Bandeira (338.985.705-25); Maria do Socorro da Silva Costa (173.285.605-25); Marialva Gonzaga de Sa Magalhaes (141.724.885-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6430/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.324/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gilcelia Maciel da Silveira (695.383.526-53); Maria Jose Campos (600.440.046-72); Ubirajara Martins de Oliveira (438.167.116-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6431/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.332/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ariel Pinto da Silva (372.117.657-04); Francisco Jose da Silva Holanda (017.605.722-68); Manoel Tome Neto (080.171.402-82).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6432/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.336/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Regina Celia de Carvalho (026.023.378-11).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6433/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.404/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia dos Santos Cardoso (339.177.281-68); Jose Rosevaldo Vasconcelos Santos (120.654.551-87); Maria Goret Aquino de Oliveira (424.897.253-00); Rosalina Miranda Pimentel (240.075.441-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6434/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.523/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lauriano da Cruz Santos (344.855.389-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6435/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.529/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tania Valdelice Maciel de Andrade Oliveira (084.060.814-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6436/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.558/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Paola Latorre Moreira (138.788.628-22).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6437/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.565/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edineth Barros dos Santos (207.175.802-10); Elza Chagas Duarte (251.417.912-20); Lindomar Pereira Cunha Serrao (208.813.802-10); Maria do Carmo Cabral da Silva (072.988.382-53); Matias Silva (119.118.672-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6438/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.618/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisca Severina da Silva Campelo (130.319.454-68); Joana da Silva Tavares (200.747.194-91); Jose Wilson Ribeiro da Silva (200.104.864-53); Maria Jose Caldas Fonseca (322.651.904-20); Maria Venus de Souza Gomes (502.811.354-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6439/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.654/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Edimar Mesquita Bezerra (146.703.993-49); Luiz Roberto de Menezes Gomes (137.158.443-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6440/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.662/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elza Maria Felix dos Santos (382.938.110-72); Felix Teodorico de Almeida (250.246.804-30); Maria de Fatima do Nascimento Oliveira (242.030.253-20); Martinho dos Passos (473.894.789-34); Sheila Terezinha Bianco (479.039.029-20).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6441/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.723/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jair Ferreira de Araujo (362.286.307-25).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6442/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.737/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Artur Andres Ribeiro (253.392.656-68); Luiz Carlos Brant Carneiro (204.200.216-04); Marco Aurelio Lana Peixoto (092.353.376-15); Maria Jose Braga (618.347.696-04); Sonia Mara Pacheco (456.522.366-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6443/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.762/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Deonirio Aciari (174.918.609-82); Francimar Carneiro Teixeira (115.137.302-82); Isabel Lopes Campos Gomes (124.861.753-34); Silvia Dalia dos Santos (162.767.792-53); Walter Pereira dos Santos (219.341.004-63).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6444/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.819/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adriane Aparecida de Freitas Silva (101.139.548-75); Benedita Elizete da Costa Fontes (486.781.801-10); Joao Vaz de Lima (353.778.101-63); Jose Rodrigues Costa (078.380.771-68); Olegario Rosa de Toledo (412.983.819-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6445/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.840/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Manoel Pereira Silva (132.145.435-04); Edmundo Theobaldo Muller Neto (266.464.630-34); Lucia Ramos Pereira de Moraes (289.513.871-00); Marciano Gomes dos Santos (189.840.451-87); Vitalina Fernandes Souza (107.460.562-49).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6446/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.868/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Reginaldo Antonio Furtado de Oliveira (097.456.612-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6447/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.886/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mozar Gomes de Oliveira Reis (062.134.134-72); Ruan Silva de Melo (621.110.274-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6448/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.888/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alvino Ferreira (020.358.474-00); Arlete de Figueiredo (002.488.604-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6449/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.898/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Claudio Cruz Vilar (045.555.626-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/mg.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6450/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.940/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wellington Alves Abreu (270.821.301-63).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6451/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.964/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Erasmo Campello (033.370.308-15); Jose Ribamar Garcia de Sousa (088.908.893-49); Paulo Leal Rocha (025.423.663-49); Raimundo de Jesus Lima (040.435.373-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6452/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.990/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Rezende Barata (339.648.157-72); Antonio Marrocos (075.029.401-97); Helio Pereira Rocha Sobrinho (275.704.791-49); Jose Darci Tome (093.045.331-04); Manoel Rapozo Neto (098.924.601-97).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6453/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.018/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Graciliano Rufino da Silva (024.224.412-20).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6454/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.030/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cromidio Ferreira Lira (020.435.644-04); Geraldo Azevedo da Silva (008.611.704-15); Joao Zeca da Silva (023.375.334-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6455/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.046/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cesar Augusto dos Santos (057.198.979-92).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6456/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.115/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Welcio Ramos Pereira (253.634.091-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/go.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6457/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.132/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Denis Miguel Duarte (208.475.131-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6458/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.134/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ataulfo Marques Martins da Costa (007.930.436-20); Edma Maria Ferreira (987.077.796-15); Edma Maria Ferreira (987.077.796-15); Eduardo Borges de Resende (182.694.436-20); Ernani Silva (025.069.041-15); Ernani Silva (025.069.041-15); Ivone Melgaco Barbosa Marques (485.013.286-34); Maria Abadia de Paula (535.939.526-53); Maria Luiza Vieira de Rezende (089.089.236-91); Sonia Lourdes da Costa (288.215.566-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6459/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º,

do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.153/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Julio Cesar Torres Rocha (198.428.483-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6460/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.208/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adir Pereira da Silva (864.996.617-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6461/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.301/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Idalecio Damasceno de Souza (116.836.511-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cidadania.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6462/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.343/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Guttembergue Custodio da Silva (262.877.227-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Casa de Rui Barbosa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6463/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.385/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Domingos Leite Cavalcante (115.525.229-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6464/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.406/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliete Maria Scarfon Ruggiero (046.969.358-41); Paschoa Caceta (058.922.978-88).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6465/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.449/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edgar Sardi de Figueiredo (001.719.131-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6466/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.546/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco das Chagas Barbosa (266.377.901-68); Jose Batista dos Santos (023.673.191-20).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6467/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcela decorrente da incorporação de quintos/ décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, no caso concreto, não consta a informação de que o pagamento da parcela incorporada no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 está amparado por ação judicial transitada em julgado, podendo ter sido incorporada por decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Maria Lúcia Lima da Costa, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:

b.1.) se a incorporação dos "quintos"/"décimos" decorrentes do exercício de funções comissionadas após a edição da Lei 9.624/1998 estiver amparada por decisão judicial transitada em julgado, o pagamento da rubrica poderá subsistir sem qualquer absorção, nos exatos termos da decisão do STF no âmbito do RE 638.115/CE;

b.2.) se, entretanto, a vantagem dos "quintos/décimos" incorporados no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tiver sido contemplada por força de decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa, a parcela deverá ser destacada e transformada em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme a decisão do STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, em qualquer das hipóteses, a emissão de novo ato concessório;

c) dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ;

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-040.979/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Lucia Lima da Costa (337.163.587-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 6468/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à admissão de Galdiana Maria de Araujo Carvalho nos quadros da Caixa Econômica Federal e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação de empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte de Contas há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso I, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à admissão de Galdiana Maria de Araujo Carvalho, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor da interessada, torne sem efeito o ato de sua admissão, com o subsequente cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal;

c) determinar à Sefip que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região;

d) dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e à interessada; e

e) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-010.831/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Galdiana Maria de Araujo Carvalho (000.186.013-59).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 6469/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à admissão de Patricia Lopes Leandro nos quadros da Caixa Econômica Federal e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação de empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte de Contas há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso I, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à admissão de Patricia Lopes Leandro, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor da interessada, torne sem efeito o ato de sua admissão, com o subsequente cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal;

c) determinar à Sefip que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região;

d) dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e à interessada; e

e) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-019.077/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Patricia Lopes Leandro (003.784.093-28).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 6470/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.866/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Sonia Maria Machado das Neves (161.517.470-20).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6471/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.334/2022-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Fernanda Scalzilli de Souza Goncalves (157.736.757-06); Jose Manuel Rosario (340.446.557-15); Maria das Gracas Ferreira Vieira de Almeida (554.137.227-53); Matheus Scalzilli de Souza Goncalves (157.735.027-80); Monica Scalzilli de Souza (789.476.697-68); Yara Maria Rodrigues de Mattos (072.698.917-70).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6472/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.349/2022-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Carlos Jorge Leite de Freitas (362.796.767-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6473/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.352/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Neli Rayol Sola (023.606.427-40); Neriston Tavares Guimaraes (102.219.137-34); Paulo Sergio Soares (346.773.487-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6474/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.618/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Henrique Alves de Vasconcelos (184.497.511-87); Jozinilde de Souza Cunha (024.193.857-05); Maria Dolores Bezerra (473.212.964-15); Maria Olgarina Melo Martins (310.159.131-72); Sidnei Ruviere Furlanetto (108.649.462-87); Tania Catarina Lopes do Nascimento Muri (535.346.117-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6475/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.603/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Valtemira da Silva Souza (424.149.114-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6476/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.654/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Neuza Miranda Martins (159.528.268-81).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6477/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.813/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Celia de Carvalho Dantas Lopes (055.915.038-53); Zulmira Camporezzi Pella (605.427.138-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6478/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.830/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Francelina Batista dos Reis (126.140.412-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6479/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.051/2022-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Maria Cristina Figueira Silva (596.229.707-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6480/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Comando da 1ª Região Militar, em desfavor de Antônio Carlos da Silva, em razão de saques de pensão militar pagos indevidamente à pensionista Conceição Maria da Silva, após seu óbito em 7/4/1994, no período de 8/4/1994 (dia seguinte ao falecimento da titular) a 2/8/2002 (quando foi transferido o último pagamento do benefício), tendo apresentado documentação inidônea para sacar os recursos da pensão e fraudar prova de vida.

Considerando o falecimento do responsável Antônio Carlos da Silva, em 26/5/2011, antes da instauração da presente TCE;

Considerando o longo decurso de tempo da ocorrência do fato gerador do dano apurado nesta tomada de contas especial (mais de vinte anos) sem que tenha havido a citação do responsável, dos herdeiros ou sucessores, havendo, portanto, presunção relativa de prejuízo ao contraditório e à ampla defesa;

Considerando que os eventuais herdeiros ou sucessores do responsável não tiveram qualquer influência na concessão do benefício impugnado ou influenciaram a demora processual;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica (peças 46-48) e do Ministério Público junto ao TCU (peça 49) pelo arquivamento da presente tomada de contas especial, sem o julgamento de mérito;

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", 169, VI, do Regimento Interno do TCU, em:

arquivar o processo, sem julgamento de mérito, por ausência de pressupostos para seu desenvolvimento válido e regular, com fulcro no art. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU c/c os arts. 6º, inciso II, e 19 da Instrução Normativa TCU 71/2012; e

dar ciência deste acórdão ao Comando da 1ª Região Militar.

1. Processo TC-005.476/2021-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Antonio Carlos da Silva (566.314.727-68) (falecido).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da 1ª Região Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 6481/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Comando da 1ª Região Militar, em desfavor de Alfredo Paulo Blady Filho, em razão de saques de pensão militar indevidamente pagos à pensionista Zilda Cardoso Blady, sua genitora, após seu óbito em 11/12/1995, no período de 12/12/1995 (dia seguinte ao falecimento da titular) a 2/7/2008 (quando foi transferido o último pagamento do benefício).

Considerando o falecimento do responsável Alfredo Paulo Blady Filho, em 1/8/2015, antes da instauração da presente TCE;

Considerando o longo decurso de tempo da ocorrência do fato gerador do dano apurado nesta tomada de contas especial (mais de treze anos) sem que tenha havido a citação do responsável, dos herdeiros ou sucessores, havendo, portanto, presunção relativa de prejuízo ao contraditório e à ampla defesa;

Considerando que os eventuais herdeiros ou sucessores do responsável não tiveram qualquer influência na concessão do benefício impugnado ou influenciaram a demora processual;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica (peças 51-53) e do Ministério Público junto ao TCU (peça 54) pelo arquivamento da presente tomada de contas especial, sem o julgamento de mérito;

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", 169, VI, do Regimento Interno do TCU, em:

arquivar o processo, sem julgamento de mérito, por ausência de pressupostos para seu desenvolvimento válido e regular, com fulcro no art. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU c/c os arts. 6º, inciso II, e 19 da Instrução Normativa TCU 71/2012; e

dar ciência deste acórdão ao Comando da 1ª Região Militar.

1. Processo TC-014.575/2021-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Alfredo Paulo Blady Filho (370.286.937-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da 1ª Região Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 6482/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no artigo 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, tendo em vista que o ato de concessão em exame ingressou nesta Corte, inicialmente pelo Sisac, em 27/4/2017 (peça 3, p. 1), há mais de cinco anos, o que impõe o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no RE 636.553/RS, em considerar tacitamente registrado o ato de concessão da interessada indicada no item 1.1..

1. Processo TC-004.181/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leslie Cecilia Sponton (049.277.508-76).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. remeter os autos à Sefip para que seja iniciada, em autos apartados, a revisão de ofício do registro tácito ora consignado, levando em conta, para tanto, as irregularidades identificadas nestes autos;
1.7.2. dar ciência deste acórdão ao órgão de origem e à interessada, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

ACÓRDÃO Nº 6483/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.520/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adenilde Maria Silva de Miranda (287.275.923-91); Alceia Aparecida Martins Vicente (442.883.109-97); Nanci Pereira Costa (248.267.231-72); Nancy Maria Faria Santos de Albuquerque (392.166.679-15); Shirley Campos Bittar (224.547.051-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6484/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.938/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Alexandre dos Santos (138.233.023-53); Cibele Lemos Oldemburgo (512.259.729-49); Luiz Carlos da Conceicao (186.635.321-72); Sergio Luiz de Moraes de Freitas (667.952.907-78); Solange Bispo Aires (416.798.571-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6485/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.518/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonia Maria Barbosa (091.320.312-20); Ivone Maria Machado Leal (086.345.562-04); Luiz Paulo de Oliveira (610.310.707-53); Marina Correia Dutra Reis (475.994.727-20); Vincenza Buccoleri Tannure (044.103.048-36).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6486/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.525/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antunes Heleno Bastos de Melo (146.775.205-34); Domingas Ponce do Nascimento (135.577.931-68); Francisco Antonio de Mesquita (150.614.931-68); Moyses Costa Nunes (078.245.215-91); Rene Osorio Teixeira (395.803.930-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6487/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.834/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Enedino Goncalves de Mattos Filho (053.945.975-53); Flavia Augusta Skaf Melo (428.200.901-25); Laurentino Pinheiro da Luz (154.076.321-87); Maria Isabel dos Santos Barbosa (257.892.285-34); Sidnei Cicero Cottet (767.988.608-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6488/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.088/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Lizete Batista de Figueiredo (877.706.449-68); Lucia Cleide Xavier (464.778.967-53); Mariza Luz Machado (219.884.040-53); Mirian da Costa Loureiro (635.638.607-00); Pedro Baptista de Souza (112.426.801-44).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6489/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.110/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Spindola Meireles Filho (176.814.723-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6490/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.122/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Carlos de Jesus Pereira (260.426.145-68); Antonio Rodrigues Torres (225.444.105-15); Manoel Gringo Lacerda (100.926.765-53); Mario Aguiar Sampaio Filho (140.385.105-06); Reginaldo Souza Silva (117.140.775-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6491/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.155/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Aparecida Moreira (938.345.868-20); Olga de Souza (857.006.578-72).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6492/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.162/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Almira Maria Melo da Silva (629.518.317-49); Laura Maria Cozendey Araujo (466.188.217-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6493/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.181/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Consolata Faria Alves (149.979.912-87); Gilmar Gomes Laranjeiras (144.653.372-72); Lucinea de Souza da Silva (241.631.392-49); Maria Janira Mendes Ferreira (112.430.312-04); Santana Cavalcante Costa de Oliveira (037.778.978-09).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6494/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.209/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Lourenco dos Santos Neto (420.349.147-91); Elane Fernandes da Silva Antunes (592.119.974-53); Francisco Paixao Marques (041.488.603-82); Jackson Costa (035.024.248-88); Maria Lucia de Aragao Canalli (347.152.237-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6495/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.406/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Marques dos Santos (093.255.651-53); Ivaldo de Magalhaes (275.234.031-15); Maria Aparecida Vago Roldi (818.127.107-63); Maria dos Reis (212.590.466-72); Rejane Reif Silva (416.654.570-15).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6496/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.409/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Bernadete Izabelita Vilar Ortiz (051.406.412-91); Francisco de Assis Barreto (154.874.319-49); Jorge Biola (506.819.667-34); Jose Carlos Leandro da Silva (645.622.207-91); Maria Eugenia Kretzer (248.566.659-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6497/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.411/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marilene Menezes Lobato (209.056.022-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6498/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.503/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alan Kardeck Rodrigues (180.230.615-34); Edivaldo Caldas dos Santos (509.850.607-78); Neusa Maria Freitas Viana (166.862.095-20); Sonia Marina Simas Amorim (110.556.775-34); Valdemar Machado Freitas (063.574.905-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6499/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.521/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Domingos Salvio dos Santos (090.848.512-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6500/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.550/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Celso Pocas (104.209.401-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6501/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.566/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aldo Antonio de Sousa (106.482.083-20); Domingos Matos Correia (115.787.261-15); Joao Urcino Ferreira (046.409.501-87); Mirtes Aparecida da Silva Marques (525.007.726-91); Vania das Gracas Soares (226.814.341-49).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6502/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.625/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Ednalda do Amaral Mesquita (221.030.401-63).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cidadania.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6503/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.669/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Cassia Fernandes dos Santos (235.141.753-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6504/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.692/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Teixeira da Silva (121.382.745-00); Evandro Santos da Cruz (129.254.975-00); Joaquim Pereira Varjao (257.918.775-87); Joeval Cerqueira Lima (079.880.955-87); Marilene Conceicao Castro (151.964.615-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6505/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.736/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Maria Vilela Bastos Ferreira (600.054.916-49); Denise Marcondes de Oliveira Costa (548.835.396-87); Edna Lucia de Almeida (300.212.276-91); Geraldo Vitor Marques (370.793.366-00); Rosemary das Gracas Santos dos Reis Melo (279.029.866-15).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6506/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.830/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Catarina Maria Feres Braga (267.238.757-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6507/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-017.883/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Celia Regina Abreu Souza (736.914.707-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6508/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-017.938/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ciriaco Goncalves (200.262.269-87); Helio Carlos Machado Alves (083.393.847-91); Ivo Dedicacio Soares (415.208.909-15); Joao Inacio Muller (305.590.909-78); Jose Eduardo Peron (058.938.958-00); Otavio Vitor da Silveira (303.503.799-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6509/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.036/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Angelica Souza Santos (053.321.505-63); Lucidalva Pereira Gomes (175.828.735-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6510/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.085/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Jack Pedreira da Silva (545.612.058-53); Sidney Garcia (587.832.028-20).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6511/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.144/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Luis Freitas Lobato (055.207.381-49).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6512/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.156/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Manoel Rodrigues Vieira (042.030.036-87).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6513/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.171/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aldo Camargo Dornelles (167.930.050-49); Ana Maria do Amaral Camargo (163.229.320-04); Carlos Roberto Cardoso Peres (394.492.970-53); Ceni Alves Barbosa (118.341.020-49); Eneida Maria de Quadros Martins (315.405.970-91); Luiz Augusto Pinto Lemos (188.074.020-68); Paulo Cesar Oliveira Vergne de Abreu (627.151.607-63); Volnei Costa Damasceno (004.783.690-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6514/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.190/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Helena Braganca Moreno (617.453.323-91); Thais Virginia Moura Machado Costa (011.643.803-70).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6515/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.227/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Angela Mony Ferreira (206.917.770-04); Ernesto Osorio Behrensdorf (098.829.010-34); Joao Rodrigues dos Santos (090.990.500-20); Jorge Barbosa (104.690.520-15); Mara Rossi Arzeno (243.667.300-49); Mirian Lunardi Prates (081.256.780-34); Mirian Lunardi Prates (081.256.780-34); Roque Celso Zorzi (167.717.290-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6516/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.244/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ariovaldo Farias Nogueira (118.566.101-87); Silas Franco de Toledo (018.843.508-52); Wilson Daniel Rosa (150.901.241-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6517/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.266/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Milton Augusto Nunes Guerreiro (063.249.912-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6518/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.284/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Carlos Fontenele (262.072.221-72); Edmundo Soares do Nascimento Filho (224.487.053-72); Jose Cardoso Rodrigues (199.241.867-53); Manoel Estevam de Amorim (291.734.858-53); Manoel dos Santos (038.936.505-04); Maria Lourdes de Oliveira (223.382.501-25); Maria Raimunda de Aguiar Viana (331.994.693-53); Meiry Crisostomo Paiva de Freitas (352.222.391-87); Raimundo Finze de Souza (018.152.292-68); Vicente Paulo da Silva (131.769.945-91).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6519/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM,

por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.308/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Ricardo Borges (265.335.296-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6520/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.333/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Alves Ataide (023.003.031-91); Necy Rodrigues Lima (035.939.242-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6521/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.365/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lindomar Guimaraes Oliveira (043.551.641-87); Marcus Vellasco Curado (118.489.601-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6522/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.446/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Estephan Jose Moana (023.726.577-04); Joao Martins Magalhaes Junior (306.607.187-15); Jose Guilherme Muniz Brito (252.289.517-68); Jose Lamartine Lucas Loureiro (343.208.227-49); Nina Celia Miranda Santos (418.212.387-53); Saint Clair Pinheiro Ottoni (395.260.467-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6523/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.519/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arlene dos Santos Vieira (273.768.007-78); Wilson Barbosa Loureiro (055.775.267-10).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6524/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.532/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Elizabeth Bhering (496.363.677-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6525/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.348/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cilene Aparecida Ribeiro Brandao (102.445.038-42); Eliana Silva da Cunha (703.236.588-49); Joana Fucci Wady (047.235.438-80); Samuel Ribeiro Brandao (446.573.188-45); Vera Maria de Barros Pimentel Reznik (002.507.458-01); Zilda Moreira Melo (452.771.098-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6526/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.379/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Arlete Portella Scherer Borges (531.442.280-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6527/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.394/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Carlos Eduardo Casagrande (042.549.079-31).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/sc.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6528/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.420/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marilene Nepomuceno de Abreu (317.005.357-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6529/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.429/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anizelaine Boaz de Paiva Nadler (054.893.501-72); Aparecida Maria de Oliveira Neto (350.564.606-72); Eunice Rodrigues Amado (111.515.606-34); Suraide Alves Lourenco (393.830.836-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6530/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.433/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alcione de Carvalho Moura (058.883.286-34); Joana Darc Viveiros Cardoso Brito (182.584.921-87); Maria Aparecida Marques (967.981.736-91).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6531/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.450/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aurinete Ernesto de Oliveira Pimentel (621.109.694-15); Ivan da Rocha Pitta (075.127.244-20); Maria Clara Santos Crescencio (104.080.014-96); Maria Lucia da Silva Santos (134.594.734-87); Maria Victoria de Arruda (132.364.484-90); Maria da Conceicao Nery Batista (264.627.534-04); Maria das Dores Farias Guerra (869.271.164-00); Vania Loureiro Luna (047.557.194-02).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6532/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.520/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ilza Martins Nunes (419.416.321-49); Isaura Heloisa de Almeida (253.370.411-34); Maria Coelho Medeiros (497.940.351-49); Tereza Eugenia Maria Infante de Jesus Breves Beiler (753.607.567-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6533/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.535/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Felipe Augusto Cagi Deroza (295.433.550-53); Idima de Oliveira Virgini (820.379.901-97); Marieta de Almeida Nobrega (109.135.994-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6534/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.559/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eva Aparecida Alves Placido (015.047.888-77); Isabel Pimenta Hernandes (316.055.078-81); Maria de Lourdes Cunha Cintra (270.237.358-52); Mirtes Marilia Martins Coelho (172.152.608-01); Zilmar Arraes Lopes (383.713.598-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6535/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.606/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Espedita Siqueira de Lima (011.589.741-08); Kiosuke Tomioka (021.008.197-04); Maria Glaudimar Oliveira Costa (511.203.723-72); Maria Irineide Sousa Miki (120.716.331-72); Teresa de Araujo Pereira (646.603.111-04).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6536/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.632/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Clarice Damazio Fernandes (161.808.006-77); Darci Alvina Caixeta Pereira (526.406.126-20); Ines Laluci Durighetto (004.682.278-06); Maria Aparecida de Jesus (753.598.716-87); Maria de Fatima Vale Alves Taglialegna (038.213.626-85).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6537/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.641/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Celidalva Oliveira Jatoba (671.592.225-04); Daniel Oliveira Jatoba (027.092.715-83); Doralice dos Santos Pereira (610.156.791-53); Fabiola Aroucha de Lacerda e Silva (318.454.954-20); Maria Aparecida Goes da Silva (163.549.152-53); Maria Roxane Penchel (223.649.601-00).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6538/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.567/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Sueli Medeiros dos Santos (113.593.807-52).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6539/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.571/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Deolinda Santos (007.441.834-30); Quiteria Celerino de Moraes (816.188.244-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6540/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.601/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Luiz Muniz Rocha (044.781.183-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6541/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.791/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Arlinda Maria Martins Nunes (820.526.977-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6542/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.907/2022-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Julita Mourao Arruda (736.148.317-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Militar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6543/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.176/2022-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Dina Fortes Pantoja Coelho (516.793.021-91); Vivian Goulart de Marco (612.889.347-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6544/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos, fazendo-se a determinação abaixo.

1. Processo TC-013.909/2022-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Christiane Maria dos Santos Pereira Juca Interlando (422.013.731-91); Dorineide Gregoria Amarilha Salina (025.853.791-40); Izabel Sanabria Salina (407.560.841-72); Tatiana Blanche Pereira Juca Pires (164.345.601-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. em observância ao entendimento externado pelo Tribunal no acórdão 2895/2021-TCU-Plenário, além do que decidiu o Supremo Tribunal Federal no RE 602.584, em sede de repercussão geral, determinar ao Comando do Exército que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, providencie a implementação do cálculo do teto constitucional no benefício da pensão militar percebida pela beneficiária Christiane Maria dos Santos Pereira Juca Interlando, considerando que acumula o benefício pensional em questão com o cargo de defensora pública do estado de Mato Grosso do Sul.

ACÓRDÃO Nº 6545/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.920/2022-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Claudia Rejane Santos de Araujo (815.359.021-91); Maria Aparecida de Oliveira e Silva (242.843.431-49); Rita de Cassia Santos de Araujo Lima (376.225.101-06).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6546/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, em seu parecer, a Controladoria-Geral da União (CGU) opinou pela regularidade com ressalva das contas dos diretores superintendentes da entidade e pela regularidade das contas dos demais integrantes do rol;

Considerando que a ressalva apontada pelo órgão de controle interno consistiu na "publicidade inadequada dos procedimentos de seleção de pessoal em função da insuficiência de divulgação das etapas dos processos seletivos e inexistência de instância recursal" (item 2.1.1.2 do relatório de auditoria anual de contas 201601844);

Considerando, entretanto, que, após o exame dos pontos levantados pelo órgão de controle interno e de outros decorrentes da análise dos autos, a unidade instrutiva propôs o julgamento pela regularidade das contas dos responsáveis da entidade, com quitação plena;

Considerando que, em que pese a informação da unidade instrutiva acerca de aprimoramentos promovidos na ferramenta de seleção de pessoal I-Hunter, utilizada pela unidade jurisdicionada na seleção de pessoal, verificou-se que restou pendente a previsão de possibilidade de abertura de prazo para recursos, cabendo constar como ressalva às contas dos responsáveis;

Considerando que foram constatadas falhas no acompanhamento da execução do termo de cooperação 13.486/2010, bem como na fixação dos critérios de rateio de despesas entre os entes envolvidos, tendo sido constatado o desajuste entre o quantitativo de funcionários do Sesi/RS alocados nas áreas compartilhadas e o respectivo percentual de rateio das despesas com pessoal;

Considerando que o acórdão 3258/2020-TCU-Plenário expediu determinações com vista à adoção de critérios objetivos de rateio no compartilhamento de estrutura/serviços/processos entre unidades nacionais e regionais do Sistema S com confederações/federações patronais ou quaisquer outras entidades, entre outros;

Considerando que as determinações supracitadas foram direcionadas ao departamento nacional do Sesi, cabendo a constatação apenas constar como ressalva às contas dos dirigentes do Senai/MG, sem prejuízo de expedir recomendação de modo que a proporção dos funcionários que trabalha nas áreas compartilhadas atinja o percentual de rateio de despesas que a entidade efetivamente paga;

Considerando que as demais falhas relatadas no relatório de auditoria anual de contas foram de menor gravidade, sendo suficientes as recomendações do órgão de controle interno.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, "b", do RI/TCU, e de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, em razão das impropriedades verificadas e dar quitação aos responsáveis:

(i) falha nos procedimentos de seleção de pessoal em função da inexistência de instância recursal;

(ii) ausência de proporcionalidade entre os percentuais de rateio adotados e a força de trabalho de cada uma das entidades do Sistema Indústria no Rio Grande do Sul alocada nas áreas compartilhadas.

1. Processo TC-028.730/2016-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Adriana Rosa dos Santos (463.787.400-97); Antônio Felipe Pistoletti Pinto (010.382.300-04); Antônio Roso (119.055.730-49); Edison Danilo Massulo Lisboa (346.082.490-53); Flávio Haas (016.552.300-00); Gilberto Ribeiro (011.536.920-15); Heitor José Müller (019.919.570-68); Humberto Cesar Busnello (002.106.840-20); Juliano André Colombo (637.396.070-68); Leonardo Rodrigues Martins (038.100.460-00); Leonor da Costa (387.204.000-63); Marcos Odorico Oderich (240.773.130-15); Maristela Cusin Longhi (372.375.190-34); Nelson Menegotto (230.055.480-15); Raul Heller (167.012.670-68); Rogério Borges Siqueira (367.989.830-49); Vittorio Antônio da Silva Ardizzone (207.317.950-91).

1.2. Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio Grande do Sul (Sesi/RS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).

1.6. Representação legal: Loiva Pacheco Duarte (37741/OAB-RS), Daniele Jardim Vasconcellos (75114/OAB-RS) e outros, representando Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio Grande do Sul.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado do Rio Grande do Sul (Sesi/RS), com fundamento no com base no art. 9º da Resolução TCU 315/2020, acerca das seguintes falhas:

1.7.1.1. inadequação na ferramenta de gerenciamento de processos seletivos I-Hunter, a qual não permite aos participantes dos processos seletivos a interposição de recursos, dando pleno atendimento aos princípios da impessoalidade e da publicidade;

1.7.1.2. falta de identificação no rol de responsáveis dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração, com data de publicação em órgãos oficiais e dos endereços residenciais e de correio eletrônico dos gestores, em desconformidade às exigências dos incisos V e VI do art. 11 da então vigente Instrução Normativa - TCU 63/2010;

1.7.2. recomendar ao Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado do Rio Grande do Sul (Sesi/RS), com fundamento no inciso III, art. 2º c/c o art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que adeque o percentual de seus funcionários que trabalha nas áreas compartilhadas, de modo que a proporção desses funcionários em relação ao total de funcionários que trabalha nessas áreas compartilhadas atinja o percentual de rateio de despesas que a entidade efetivamente paga;

1.7.3. dar ciência desta deliberação à Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul e ao Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado do Rio Grande do Sul (Sesi/RS), destacando que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 6547/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, "a", ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em; conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante; encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 10), ao representante e ao Conselho Regional de Biologia - 3ª Região (RS,SC).

1. Processo TC-017.066/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda (05.340.639/0001-30).

1.2. Entidade: Conselho Regional de Biologia - 3ª Região (RS,SC).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Rayza Figueiredo Monteiro (442216/OAB-SP), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6548/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o caso se assemelha ao examinado no acórdão 2043/2022-TCU-Plenário.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 6), ao representante e ao Ministério da Defesa.

1. Processo TC-019.581/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: MP/TCU.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 02 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pelo Presidente e a ser homologada pela Primeira Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ALINE GUIMARÃES DIÓGENES
Subsecretária da Primeira Câmara

Aprovada em 22 de setembro de 2022.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

2ª CÂMARA

ATA Nº 33, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Bruno Dantas
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes e Antonio Anastasia; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausentes o Ministro Aroldo Cedraz, em missão oficial, e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, por motivo de férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 32, referente à sessão realizada em 13 de setembro de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTRO AUGUSTO NARDES

O Ministro Augusto Nardes usou da palavra para fazer uma retrospectiva de sua atuação, no Tribunal, nos últimos 18 anos. Na oportunidade, o Ministro Bruno Dantas destacou o trabalho desenvolvido por S. Exa., em especial, na agenda internacional, no foco da boa governança, na sustentabilidade e na competitividade, de modo a contribuir para o desenvolvimento do país. O Ministro Antônio Anastasia e o Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado manifestaram-se em apoio às homenagens.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-022.566/2021-0 e TC-026.897/2016-4, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas; e

- TC-011.863/2022-6, de relatoria do Ministro Antonio Anastasia.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 5711 a 5986.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 5682 a 5710, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 5682/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.249/2015-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Esporte (02.961.362/0001-74).
3.2. Responsáveis: Alex José Batista (845.989.301-44); Fabio Correa de Oliveira (183.763.801-25); Giselle Cristina de Oliveira Araújo (577.355.141-15); Município de Cidade Ocidental - GO (36.862.621/0001-21).
3.3. Recorrente: Fabio Correa de Oliveira (183.763.801-25).
4. Órgão/Entidade: Município de Cidade Ocidental - GO.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Aline Thomaz Ferreira (38065/OAB-DF), representando Prefeitura Municipal de Cidade Ocidental - GO; Lúcio Flávio Mendes Cruccioli (18.486/OAB-GO), Hyulley Aquino Machado (18.481/OAB-GO) e outros, representando Alex José Batista; Aline Thomaz Ferreira (38065/OAB-DF), representando Fabio Correa de Oliveira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Fábio Correa de Oliveira em face do Acórdão 3.890/2022-TCU-Segunda Câmara, por intermédio do qual o Tribunal aplicou-lhe multa de R$ 5.000,00, com fulcro no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, em virtude de descumprimento reiterado de diligência do Tribunal.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los, conferindo-lhes efeitos infringentes, para tornar insubsistente o subitem 9.4 do Acórdão nº 3.890/2022-TCU-Segunda Câmara; e
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao embargante e aos interessados.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5682-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5683/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.674/2017-7.
1.1. Apenso: 010.533/2017-6
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Recurso de Reconsideração).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16); Ministério da Saúde.
3.2. Responsáveis: José Genaldi Ferreira Zumba (795.479.314-15); Pedro Antônio Vilela Barbosa (168.657.314-68); W.A.S.Projetos e Construção Ltda (06.966.541/0001-55).
3.3. Recorrente: Pedro Antônio Vilela Barbosa (168.657.314-68).
4. Órgão/Entidade: Município de São João - PE.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: não atuou.
8. Representação legal: Carlos Eduardo Otaviano Cabral dos Anjos (23511/OAB-PE), Frederico Hartmann (17107/OAB-PE) e outros, representando Pedro Antônio Vilela Barbosa; Paulo Jesus de Melo Barros (8412/OAB-PE), Dyego Alexandre Girao de Souza Anjos (12123-E/OAB-PE) e outros, representando Jose Genaldi Ferreira Zumba; Paulo Jesus de Melo Barros (8412/OAB-PE) e Pedro Melchior de Melo Barros (21802/OAB-PE), representando W.A.S.Projetos e Construção Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Pedro Antônio Vilela Barbosa em face do Acórdão 1.605/2022-TCU-2ª Câmara, que negou provimento ao recurso de reconsideração por ele interposto contra o Acórdão 10.042/2018-TCU-2ª Câmara, retificado por inexatidão material pelo Acórdão 12.076/2018-TCU-2ª Câmara, de natureza condenatória;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos para, no mérito, rejeitá-los; e
9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5683-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5684/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 010.325/2019-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).
3.2. Responsáveis: 3D Construções Ltda. (09.411.758/0001-97); Brenno Oliveira Queiroga de Morais (009.250.184-22).
3.3. Recorrente: Brenno Oliveira Queiroga de Morais (009.250.184-22).
4. Órgão/Entidade: Município de Olho dÁgua do Borges - RN.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (3640/OAB-RN) e Afonso Adolfo de Medeiros Fernandes (3937/OAB-RN), representando Brenno Oliveira Queiroga de Morais.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos contra o Acórdão 1.343/2022-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los; e
9.2. dar ciência da presente deliberação ao embargante e demais interessados.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5684-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5685/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.018/2018-8.
1.1. Apenso: 010.011/2022-6
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsáveis: Carlos Vicente de Arruda Silva (214.902.954-53); Manuel Severino da Silva (186.268.314-04); Prefeitura Municipal de Carpina - PE (11.097.342/0001-98).
3.3. Recorrente: Manuel Severino da Silva (186.268.314-04).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Carpina - PE.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: não atuou.
8. Representação legal: Amaro Alves de Souza Netto (26082/OAB-PE), Márcio José Alves de Souza (5786/OAB-PE) e outros, representando Manuel Severino da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Sr. Manuel Severino da Silva em face do Acórdão 3.124/2022 - 2ª Câmara, proferido em sede de recurso de reconsideração, o qual conheceu do recurso e negou-lhe provimento.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los; e
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao embargante e aos interessados.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5685-33/22-2.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5686/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.833/2004-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Administração Regional do Senac no Estado do Espírito Santo (03.743.301/0001-01); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional (33.469.172/0001-68).
3.2. Responsáveis: Dionísio Corteletti (125.467.987-15); Douglas Leite Loyola (054.999.357-69); Hamilton Azevedo Rebello (014.684.647-87); Joao Elvecio Fae (159.366.607-10); Lea Marina Erlacher Brito (558.500.817-04); Maria do Carmo Felix (471.371.187-04); Nivea Maria Magalhaes de Oliveira (015.349.607-08); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (03.743.301/0001-01).
3.3. Recorrentes: Hamilton Azevedo Rebello (014.684.647-87); Dionísio Corteletti (125.467.987-15); Maria do Carmo Felix (471.371.187-04); Lea Marina Erlacher Brito (558.500.817-04).
4. Entidade: Administração Regional do Senac No Estado do Espírito Santo.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
8. Representação legal: Ary Jorge Almeida Soares (64904/OAB-RJ), Alain Alpin Mac Gregor (101.780/OAB-RJ) e outros, representando Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional; João Carlos Salles de Carvalho (144.364/OAB-MG), representando Administração Regional do Senac No Estado do Espírito Santo; Mauro Porto (12878/OAB-DF) e Cássio Augusto Muniz Borges (91152/OAB-RJ), representando Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional; Gabriela Dellacasa Stuckert (39693/OAB-DF), Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (21359/OAB-DF) e outros, representando Lea Marina Erlacher Brito; Mauro Porto (12878/OAB-DF) e Cássio Augusto Muniz Borges (91152/OAB-RJ), representando Departamento Regional do Sesi No Estado da Bahia; Gabriela Dellacasa Stuckert (39693/OAB-DF), Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (21359/OAB-DF) e outros, representando Maria do Carmo Felix; Alessandra Gonçalves Pinheiro Pimenta (14017E/OAB-DF), representando Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (34406/OAB-DF), Gabriela Dellacasa Stuckert (39693/OAB-DF) e outros, representando Dionísio Corteletti; Paula Cardoso Pires (23688/OAB-DF), Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (34406/OAB-DF) e outros, representando Hamilton Azevedo Rebello; Rafael Fernandes Machado de Oliveira (21.265/OAB-DF), Jussara de Faria Malheiros (10665/OAB-DF) e outros, representando Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional do Espírito Santo (Senac/ES), referente ao exercício de 2003, e em que, nessa fase, aprecia-se recurso de reconsideração interposto por Hamilton Azevedo Rebello, Dionísio Corteletti, Maria do Carmo Félix e Léa Marina Erlacher Brito, contra o Acórdão 3.048/2011-TCU-2ª Câmara (Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do RI/TCU, conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento;
9.2. tornar insubsistente os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 3.048/2011-TCU-2ª Câmara;
9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 17 e 23, inciso I, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas de Hamilton Azevedo Rebello, Dionísio Corteletti, Maria do Carmo Félix e Léa Marina Erlacher Brito, dando-lhe quitação plena;
9.4. dar ciência da presente decisão aos recorrentes, ao Senac/ES, à Controladoria-Geral da União, ao Senac - Administração Nacional e à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo.
9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5686-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Antonio Anastasia (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5687/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.635/2021-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto I Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Raimundo Hélio Araujo Costa (149.968.711-72); Câmara dos Deputados.
3.2. Recorrente: Câmara dos Deputados (00.530.352/0001-59).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Câmara dos Deputados em face do Acórdão 14.835/2021-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal e negou registro à aposentadoria de Raimundo Helio Araujo Costa, em razão de irregularidades na incorporação de "décimos" de funções comissionadas.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, no sentido de esclarecer à Câmara dos Deputados que a determinação expressa no subitem 1.7.1.1. do Acórdão 14.835/2021-TCU-2ª Câmara alcança apenas a parcela de décimos incorporados além do limite de um décimo (1/10), previsto no art. 5º da Lei 9.624/1998 (cômputo do tempo residual, a partir de 10/11/1997, para a concessão de 1/10);
9.2. dar conhecimento deste acórdão à Câmara dos Deputados, informando que o teor da presente deliberação, bem como do Relatório e Voto que a integram, poderá ser obtido no endereço eletrônico https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5687-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Antonio Anastasia (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5688/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.714/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessado/Responsável/Recorrente:
3.1. Recorrente: Jose Geraldo Silva Caetano (186.295.716-91).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Flávia Mello e Vargas (79517/OAB-MG), Luís Ataliba Cavalcante França (174641/OAB-MG) e outros, representando Jose Geraldo Silva Caetano.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por José Geraldo Silva Caetano contra o Acórdão nº 5.891/2021-TCU- 2ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro no art. 48 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 286 do RI/TCU, conhecer do pedido de reexame interposto por José Geraldo Silva Caetano contra o Acórdão nº 5.891/2021-TCU- 2ª Câmara para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência sobre o presente Acórdão ao recorrente;
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5688-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Antonio Anastasia (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5689/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.720/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Maria Delia de Jesus (167.986.355-04).
3.2. Recorrente: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO (02.011.574/0001-90).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - TRT/10ª Região contra o Acórdão 4.655/2021-TCU-2ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro no art. 48 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 286 do RI/TCU, conhecer do pedido de reexame pedido de reexame interposto pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - TRT/10ª Região contra o Acórdão 4.655/2021-TCU-2ª Câmara para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. no que tange à parcela de "opção", dar ciência ao órgão de origem quanto à necessidade de avaliar se a beneficiária do ato em exame está efetivamente contemplada pela sentença proferida no Processo nº 1035883-44.2019.4.01.3400, atualmente em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e, nessa hipótese, caso venha a ser desconstituída ou suspensa a eficácia da referida sentença, dar imediato cumprimento à determinação contida no subitem 9.3.1 do Acórdão 4.655/2021-TCU-2ª Câmara;
9.3. dar ciência sobre o presente Acórdão ao recorrente;
9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5689-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Antonio Anastasia (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5690/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.234/2021-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Eliane de Fatima Valeriano Amorim (047.123.268-83); Isis Maria Fruetti Pessoa Americo (050.581.028-03); Renoaldo Francisco Kazmarek Filho (069.209.418-05).
3.2. Recorrentes: Isis Maria Fruetti Pessoa Americo (050.581.028-03); Renoaldo Francisco Kazmarek Filho (069.209.418-05).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 7.630/2021-TCU-Segunda Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e dar provimento parcial aos pedidos de reexame para tornar insubsistentes os itens 9.3.1 e 9.3.3 do acórdão recorrido;
9.2. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de quinze dias, ajuste a proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida no RE 638.115/CE, mantendo a

incorporação imune a absorção por reajustes futuros caso ela decorra de decisão judicial transitada em julgado, o que deverá ser devidamente comprovado pelos interessados junto à unidade jurisdicionada;

9.3. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5690-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5691/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 001.732/2022-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Unidade Jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em que se apuram indícios de irregularidade na normatização e na divulgação dos direitos aos usuários da ANTT, em relação à acessibilidade dos veículos que realizam transporte rodoviário coletivo de passageiros,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, antes as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, com fundamento nos arts. 235, 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 103, §1º, da Resolução TCU 259/2014, e, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que reedite a cartilha do passageiro no prazo de 90 (noventa) dias, informando aos usuários seus direitos e deveres, inclusive no tocante à acessibilidade, bem como os canais adequados para fazerem valer seus direitos, conforme o art. 3º da Lei 10.048/2000, Capítulo X da Lei 13.146/2015 e Resolução-ANTT 3.871/2012;
9.3. retornar os autos à SeinfraRodoviaAviação para posterior monitoramento do cumprimento da determinação.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5691-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5692/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.290/2017-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Francisco Maciel Oliveira (167.448.023-72) e Município de Camocim/CE (07.660.350/0001-23).
4. Unidade Jurisdicionada: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Município de Camocim/CE.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Alexandre Rodrigues Maia Filho (001.203.123-28), representando o Município de Camocim/CE.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em razão de irregularidades na execução financeira do Convênio 830.032/2007 (Siafi 698182), que objetivou a construção de uma escola e aquisição de equipamentos, no âmbito do Programa de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19 da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Francisco Maciel Oliveira e do Município de Camocim/CE, condenando-os, individualmente, ao pagamento dos valores discriminados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora devidos, calculados desde as datas das ocorrências indicadas até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

9.1.1. débito atribuído a Francisco Maciel Oliveira:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
22/6/2012	12.838,48

9.1.2. débito atribuído ao Município de Camocim/CE:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
15/6/2013	36.118,20

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar multa no valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) a Francisco Maciel Oliveira, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Ceará, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.6. enviar cópia deste acórdão ao FNDE e aos responsáveis.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5692-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5693/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 010.261/2019-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Responsáveis/Recorrentes/Interessados:
3.1. Responsáveis: Ailton Sessa (576.599.237-49); Fabiola Colli Sessa (099.994.747-80); Franciele Colli Sessa Fernandes (111.269.707-19).
3.2. Recorrentes: Ailton Sessa (576.599.237-49); Fabiola Colli Sessa (099.994.747-80); Franciele Colli Sessa Fernandes (111.269.707-19).
4. Unidade Jurisdicionada: Fundo Nacional de Saúde - FNS/MS.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Altivo Bernardes de Abreu Oliveira - 110033/OAB-MG (peças 100-102).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Ailton Sessa, Fabiola Colli Sessa e Franciele Colli Sessa Fernandes contra o Acórdão 7.805/2021-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas dos recorrentes e imputou-lhes débito e multa,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. não conhecer do recurso em relação à Drogaria Aline Ltda., ante sua impossibilidade de praticar atos processuais por não ser parte nos autos;
9.2. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração interposto por Ailton Sessa, Fabiola Colli Sessa e Franciele Colli Sessa Fernandes para negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o Acórdão 7.805/2021-TCU-Segunda Câmara;
9.3. expedir quitação do débito a Ailton Sessa, com fulcro no art. 27 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU;
9.4. reconhecer o crédito de R$ 287,61 (atualizado em 2/2/2022) em nome de Ailton Sessa;
9.5. dar ciência deste acórdão aos recorrentes, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS), à Controladoria-Geral da União e à Procuradoria da República no Espírito Santo.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5693-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5694/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.133/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Francisco Vítor de Sousa Pantoja (368.870.992-68); Município de Igarapé-Miri/PA (05.191.333/0001-69); Regina Auxiliadora Pantoja (264.151.512-15); e Roberto Pina Oliveira (123.643.122-72).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Igarapé-Miri/PA.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Edimar de Souza Gonçalves (OAB/PA 16.456) e Ana Cristina Costa Dias Silva (OAB/PA 23.657), representando Francisco Vítor de Sousa Pantoja; Shirley Viana Marques (OAB/PA 14.940), representando o Município de Igarapé-Miri/PA.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS/MS, em desfavor do Município de Igarapé-Miri/PA e outros, em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos repassados pela União mediante o citado fundo,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Município de Igarapé-Miri/PA;
9.2 fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, com fundamento nos arts. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 e 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU, para que o Município de Igarapé-Miri/PA efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificadas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
22/2/2012	10.500,00
19/3/2012	12.194,00
11/4/2012	12.194,00
11/5/2012	12.194,00
15/6/2012	12.194,00
16/7/2012	12.194,00
1/8/2012	1.694,00
15/8/2012	12.194,00
14/9/2012	12.194,00
17/10/2012	12.194,00
20/11/2012	12.194,00
14/12/2012	11.323,00
29/12/2012	11.323,00
19/2/2013	13.300,00
15/3/2013	13.300,00

9.3 informar ao Município de Igarapé-Miri/PA que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-se quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência de liquidação tempestiva poderá levá-las ao julgamento pela irregularidade, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios, nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992;

9.4 encaminhar cópia deste acórdão ao Município de Igarapé-Miri/PA.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5694-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5695/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.818/2021-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Eunice de Andrade Girardelli (004.880.458-43).
3.2. Recorrente: Eunice de Andrade Girardelli (004.880.458-43).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22.256/OAB-DF), representando Eunice de Andrade Girardelli.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 17.577/2021-TCU-Segunda Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame, sem prejuízo de mais uma vez orientar que, caso haja comprovação, perante a unidade jurisdicionada, de que os quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 decorrem de decisão judicial transitada em julgado, a incorporação estará imune a absorções por reajustes futuros, tudo conforme a modulação estabelecida no RE 638.115/CE;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5695-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5696/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.898/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Mara Schubert Antunes Maciel (421.893.066-04).
3.2. Recorrente: Mara Schubert Antunes Maciel (421.893.066-04).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Heron Alvarenga Bahia (OAB/MG 43.649), representando Mara Schubert Antunes Maciel.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 14.839/2021-TCU-Segunda Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame, sem prejuízo de mais uma vez orientar que, caso haja comprovação, perante a unidade jurisdicionada, de que os quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 decorrem de decisão judicial transitada em julgado, a incorporação estará imune a absorções por reajustes futuros, tudo conforme a modulação estabelecida no RE 638.115/CE;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5696-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5697/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.044/2021-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Rosemary Raimundo dos Santos (259.779.031-20).
3.2. Recorrente: Rosemary Raimundo dos Santos (259.779.031-20).
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619), representando Rosemary Raimundo dos Santos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 18.180/2021-TCU-Segunda Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e dar provimento parcial ao pedido de reexame para tornar insubsistentes os itens 1.7.2.1 e 1.7.2.2 do acórdão recorrido;
9.2. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de quinze dias, ajuste a proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida no RE 638.115/CE, mantendo a incorporação imune a absorção por reajustes futuros caso ela decorra de decisão judicial transitada em julgado, o que deverá ser devidamente comprovado pelo interessado junto à unidade jurisdicionada;
9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5697-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5698/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.344/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Antonio Jorge Silva Alencar (055.341.352-04).
3.2. Recorrente: Antonio Jorge Silva Alencar (055.341.352-04).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.142/2021-TCU-Segunda Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame, sem prejuízo de mais uma vez orientar que, caso haja comprovação, perante a unidade jurisdicionada, de que os quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 decorrem de decisão judicial transitada em julgado, a incorporação estará imune a absorções por reajustes futuros, tudo conforme a modulação estabelecida no RE 638.115/CE;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5698-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5699/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.398/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Katia Maria Viola Conegero Tirollo (090.289.768-33).
3.2. Recorrente: Katia Maria Viola Conegero Tirollo (090.289.768-33).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Heloisa Capra da Silva (OAB/SP 405.927), representando Katia Maria Viola Conegero Tirollo.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 14856/2021-TCU-Segunda Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame, sem prejuízo de mais uma vez orientar que, caso haja comprovação, perante a unidade jurisdicionada, de que os quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 decorrem de decisão judicial transitada em julgado, a incorporação estará imune a absorções por reajustes futuros, tudo conforme a modulação estabelecida no RE 638.115/CE;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5699-33/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5700/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.014/2021-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Ligia Borowski (455.694.280-20).
3.2. Recorrente: Ligia Borowski (455.694.280-20).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Rui Fernando Hübner (OAB/RS 41.977), Amarildo Maciel Martins (OAB/RS 34.508) e outros, representando Ligia Borowski.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 15.639/2021-TCU-Segunda Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e dar provimento parcial ao pedido de reexame para tornar insubsistentes os itens 1.7.2.1 e 1.7.2.2 do acórdão recorrido;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de quinze dias, ajuste a proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida no RE 638.115/CE, mantendo a incorporação imune a absorção por reajustes futuros caso ela decorra de decisão judicial transitada em julgado, o que deverá ser devidamente comprovado pelo interessado junto à unidade jurisdicionada;

9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5700-33/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5701/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.050/2021-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Maria de Jesus Veiga Lopes (170.172.032-91).

3.2. Recorrente: Maria de Jesus Veiga Lopes (170.172.032-91).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Miguel Garcia de Queiroz (3320/OAB-RO), representando Maria de Jesus Veiga Lopes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 15.645/2021-TCU-Segunda Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e dar provimento parcial ao pedido de reexame para tornar insubsistentes os itens 1.7.2.1 e 1.7.2.2 do acórdão recorrido;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de quinze dias, ajuste a proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida no RE 638.115/CE, mantendo a incorporação imune a absorção por reajustes futuros caso ela decorra de decisão judicial transitada em julgado, o que deverá ser devidamente comprovado pela interessada junto à unidade jurisdicionada;

9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5701-33/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5702/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 024.230/2020-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Cooperativa de Trabalho e Assistência A Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte - Cofaspi (06.102.236/0001-15); Robson Aglayton Cabral Rodrigues (380.040.115-00); Leonardo Lino Carvalho (039.267.225-17).

4. Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados, via Contrato de Repasse 286.234-55/2009, à Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar Sustentável de Piemonte - Cofaspi,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, nos termos do art. 12, §3º, da Lei 8.443/1992, a Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte - Cofaspi, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Robson Aglayton Cabral Rodrigues e da Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte - Cofaspi, condenando-os solidariamente ao pagamento da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculada desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
5/11/2013	414.282,00

9.3. aplicar, individualmente, a Robson Aglayton Cabral Rodrigues e à Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte - Cofaspi a multa de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei nº 8.443/1992, autorizar, se requerido, desde logo, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer delas importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República na Bahia, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5702-33/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5703/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.238/2021-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Vilmara Moraes (059.165.818-66).

3.2. Recorrente: Vilmara Moraes (059.165.818-66).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB/DF 22.256) e outros, representando Vilmara Moraes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.755/2021-TCU-Segunda Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e dar provimento parcial ao pedido de reexame para tornar insubsistentes os itens 1.7.2.1 e 1.7.2.2 do acórdão recorrido;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de quinze dias, ajuste a proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida no RE 638.115/CE, mantendo a incorporação imune a absorção por reajustes futuros caso ela decorra de decisão judicial transitada em julgado, o que deverá ser devidamente comprovado pelo interessado junto à unidade jurisdicionada;

9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5703-33/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5704/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.241/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Andrea Vale Maia Magnusson (082.236.928-13).

3.2. Recorrente: Andrea Vale Maia Magnusson (082.236.928-13).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 18.902/2021-TCU-Segunda Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame, sem prejuízo de mais uma vez orientar que, caso haja comprovação, perante a unidade jurisdicionada, de que os quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 decorrem de decisão judicial transitada em julgado, a incorporação estará imune a absorções por reajustes futuros, tudo conforme a modulação estabelecida no RE 638.115/CE;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5704-33/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5705/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.707/2021-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Dagmar Maria Juliao (065.764.048-40).

3.2. Recorrente: Dagmar Maria Juliao (065.764.048-40).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB/DF 22.256), representando Dagmar Maria Juliao.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 16.608/2021-TCU-Segunda Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e dar provimento parcial ao pedido de reexame para tornar insubsistentes os itens 1.7.2.1 e 1.7.2.2 do acórdão recorrido;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de quinze dias, ajuste a proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida no RE 638.115/CE, mantendo a incorporação imune a absorção por reajustes futuros caso ela decorra de decisão judicial transitada em julgado, o que deverá ser devidamente comprovado pelo interessado junto à unidade jurisdicionada;

9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5705-33/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5706/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.730/2021-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Carmen Silvia Mendonca Costa Rogalsky (046.037.848-13).

3.2. Recorrente: Carmen Silvia Mendonca Costa (046.037.848-13).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB/DF 22.256), representando Carmen Silvia Mendonca Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 18.226/2021-TCU-Segunda Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame, sem prejuízo de mais uma vez orientar que, caso haja comprovação, perante a unidade jurisdicionada, de que os quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 decorrem de decisão judicial transitada em julgado, a incorporação estará imune a absorções por reajustes futuros, tudo conforme a modulação estabelecida no RE 638.115/CE;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5706-33/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5707/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 041.013/2021-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Manoel Antonio e Silva (169.611.532-91).

3.2. Recorrente: Manoel Antonio e Silva (169.611.532-91).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (5.176/OAB-RO), representando Manoel Antonio e Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 18.681/2021-TCU-Segunda Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e dar provimento parcial ao pedido de reexame para tornar insubsistentes os itens 1.7.2.1 e 1.7.2.2do acórdão recorrido;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de quinze dias, ajuste a proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida no RE 638.115/CE, mantendo a incorporação imune a absorção por reajustes futuros caso ela decorra de decisão judicial transitada em julgado, o que deverá ser devidamente comprovado pelo interessado junto à unidade jurisdicionada;

9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5707-33/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5708/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 041.014/2021-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Vera Lucia Brasilino de Souza (040.328.702-25).

3.2. Recorrente: Vera Lucia Brasilino de Souza (040.328.702-25).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Igor Martins Rodrigues (6.413/OAB-RO), Vanessa Azevedo Macedo Rodrigues (2.867/OAB-RO) e outros, representando Vera Lucia Brasilino de Souza.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 18.682/2021-TCU-Segunda Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e dar provimento parcial ao pedido de reexame para tornar insubsistentes os itens 1.7.2.1 e 1.7.2.2 do acórdão recorrido;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de quinze dias, ajuste a proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida no RE 638.115/CE, mantendo a incorporação imune a absorção por reajustes futuros caso ela decorra de decisão judicial transitada em julgado, o que deverá ser devidamente comprovado pela interessada junto à unidade jurisdicionada;

9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5708-33/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5709/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.240/2021-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Monica Micadei Rangel (032.328.988-66).

3.2. Recorrente: Monica Micadei Rangel (032.328.988-66).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 7.973/2021-TCU-Segunda Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame, sem prejuízo de mais uma vez orientar que, caso haja comprovação, perante a unidade jurisdicionada, de que os quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 decorrem de decisão judicial transitada em julgado, a incorporação estará imune a absorções por reajustes futuros, tudo conforme a modulação estabelecida no RE 638.115/CE;

9.2. dar ciência deste acórdão à recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5709-33/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5710/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.042/2021-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Marcos Antonio Coutinho Figueiredo (136.307.684-15).

3.2. Recorrente: Marcos Antonio Coutinho Figueiredo (136.307.684-15).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 12.480/2021-TCU-Segunda Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame, sem prejuízo de mais uma vez orientar que, caso haja comprovação, perante a unidade jurisdicionada, de que os quintos incorporados no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 decorrem de decisão judicial transitada em julgado, a incorporação estará imune a absorções por reajustes futuros, tudo conforme a modulação estabelecida no RE 638.115/CE;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 33/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5710-33/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

ACÓRDÃO Nº 5711/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Saúde em favor de Sebastiao Rogerio de Araujo Ferreira, submetido a este Tribunal para fins de apreciação e registro;

Considerando que a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e o Ministério Público junto ao TCU identificaram como irregularidade o pagamento de rubricas decorrentes de planos econômicos amparadas em decisão judicial proferida na Reclamação Trabalhista 0158800.85.1991.5.19.0003, que tramitou na 3ª Vara do Trabalho de Maceió - AL;

Considerando que os efeitos da referida Reclamação Trabalhista já foram discutidos neste Tribunal por ocasião da apreciação de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 7316/2016-TCU-Primeira Câmara, tendo-se concluído que o STF, ao deliberar sobre a Reclamação Constitucional 24.862/AL, declarou:

"a incompetência da Justiça do Trabalho para processar e julgar os pedidos incidentes à Reclamação Trabalhista 0158800.85.1991.5.19.0003 fundados na atuação do Poder Público para adequar o cálculo de vantagem originada no período celetista à superveniente edição do regime estatutário e às sucessivas leis de reestruturação de carreira e reajuste remuneratório, devendo a questão ser remetida à Justiça Comum Federal".

Considerando que, na oportunidade, o voto condutor do Acórdão 8849/2019-TCU-Primeira Câmara (relator o Ministro Walton Alencar Rodrigues) assinalou que aquela Reclamação Constitucional transitou em julgado em 29/4/2019, não havendo óbices para que a unidade de origem refizesse "os cálculos relativos à absorção das parcelas em razão das novas estruturas remuneratórias";

Considerando que outros atos de aposentadoria em que também eram pagas rubricas judiciais com espeque naquela mesma RT 0158800.85.1991.5.19.0003 já foram julgados ilegais por esta Corte, a exemplo dos Acórdão 1016/2022-TCU-Primeira Câmara (relator o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti) e 5258/2018 - 1ª Câmara (relator o Ministro Vital do Rêgo);

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (de 19/2/2020, Plenário, Ata 75/2020, DJE nº 129);

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em: considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Sebastiao Rogerio de Araujo Ferreira; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-006.686/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sebastiao Rogerio de Araujo Ferreira (087.540.394-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério da Saúde que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação;

1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5712/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Antonio Guaracy de Andrade Filho emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que este Tribunal detectou em outros processos de aposentadorias deferidas pela Câmara dos Deputados que houve a concessão de reajustes irregulares das parcelas de "quintos/décimos" tal como constatado neste ato de aposentadoria;

Considerando que, nos casos acima indicados, este Tribunal determinou à Câmara dos Deputados que promovesse o ajuste nas parcelas de "quintos/décimos", para que voltassem a refletir os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016 (Acórdãos 3.538, 6.278 e 10.240, todos de 2021, da Primeira Câmara e de relatoria do ministro Vital do Rêgo; e 6.857/2021 - Segunda Câmara, relator ministro Raimundo Carreiro);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Antonio Guaracy de Andrade Filho; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-006.702/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Guaracy de Andrade Filho (074.848.872-34).

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Câmara dos Deputados que:

1.7.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o ajuste na rubrica "122 - VP/INCORPORADA LEI 9527/97 - PROVENTOS", nos proventos do interessado, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

1.7.2. após o ajuste mencionado no item 1.7.1 promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a referida parcela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. emita novo ato, livre das irregularidades ora apontadas, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento;

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor;

1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e à Câmara dos Deputados.

ACÓRDÃO Nº 5713/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Saúde em favor de Joao Jorge dos Santos, submetido a este Tribunal para fins de apreciação e registro;

Considerando que a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e o Ministério Público junto ao TCU identificaram como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Plano Econômico;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, relator Ministro Adylson Motta, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que consoante Acórdão 1.614/2019-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento das seguintes rubricas judiciais: a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987); b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%); c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%); d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%); e) incorporação de horas extras; f) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; g) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; h) percentual de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real); e i) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, relator o Ministro Walton Alencar Rodrigues, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro José Jorge, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato

decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (de 19/2/2020, Plenário, Ata 75/2020, DJE nº 129);

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em: considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Joao Jorge dos Santos, em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-008.024/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Jorge dos Santos (215.921.794-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Ministério da Saúde que:
1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação;
1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5714/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Claudia Maria Faria Azevedo emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetido a este Tribundal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Claudia Maria Faria Azevedo; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-008.029/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudia Maria Faria Azevedo (458.624.277-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a parcela incorporada em razão do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o seu devido destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;
1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5715/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Verissimo de Araujo Chaves, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.541/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Verissimo de Araujo Chaves (133.059.800-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5716/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Pernambuco em favor de Gerson Jose de Souza Mendes, submetido a este Tribunal para fins de apreciação e registro;

Considerando que a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e o Ministério Público junto ao TCU identificaram como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Plano Econômico;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, relator Ministro Adylson Motta, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que consoante Acórdão 1.614/2019-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento das seguintes rubricas judiciais: a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987); b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%); c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%); d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%); e) incorporação de horas extras; f) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; g) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; h) percentual de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real); e i) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, relator o Ministro Walton Alencar Rodrigues, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro José Jorge, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (de 19/2/2020, Plenário, Ata 75/2020, DJE nº 129);

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em: considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Gerson Jose de Souza Mendes, em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-009.920/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gerson Jose de Souza Mendes (174.419.434-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Pernambuco que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação;

1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5717/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Rosanir Aparecida da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.458/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rosanir Aparecida da Silva (249.007.881-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Militar.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5718/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Magda Ramos Freitas emitido pelo Senado Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a análise também detectou que os períodos anteriores a 8/4/1998 não são suficientes para a incorporação da vantagem de quintos na forma concedida, havendo parcelas a maior e que o Senado Federal vem promovendo o reajuste indevido da vantagem de quintos/décimos, no mínimo, desde a edição da Lei 13.302/2016 (que promoveu reajuste na remuneração dos servidores do Senado Federal);

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida, de uma forma geral, a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que é firme o entendimento desta Corte em considrar irregular a incidência do reajuste autorizado pela Lei 13.302/2016 sobre as parcelas de VPNI de quintos e décimos incorporados, pois essa norma não se caracteriza como lei de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais. O art. 15, § 1º, da Lei 9.527/1997 autoriza a atualização de valores da mencionada vantagem exclusivamente nessa circunstância;

Considerando que o ato em análise foi reajustado pela Lei 13.302/2016, que reajustou apenas as tabelas de vencimentos dos servidores do Senado Federal, não configurando reajuste geral do funcionalismo público, que possibilitaria o reajuste regular das vantagens pessoais;

Considerando que a interessada exerceu função em tempo inferior ao necessário para a concessão nos termos constantes do presente ato, não configurando tempo suficiente capaz de justificar a proporção na forma concedida;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Magda Ramos Freitas; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-013.655/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Magda Ramos Freitas (265.704.241-49).

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Senado Federal que:

1.7.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o ajuste na rubrica impugnada, nos proventos do interessado, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016 e o recálculo da vantagem de quintos na forma concedida, devido a incorporação de parcelas em proporção indevida;

1.7.2. após o ajuste mencionado no item 1.7.1 promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a parcela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. emita novo ato, livre das irregularidades ora apontadas, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento;

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5719/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Vera Lucia dos Passos Alves, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.818/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Vera Lucia dos Passos Alves (361.910.196-53).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5720/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Nanci Oliveira Belas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.430/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Nanci Oliveira Belas (233.682.335-72).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5721/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.467/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Cardoso dos Santos Neto (402.291.495-53); Elza Maria Santos Mecenas (116.805.045-68); Florisvaldo Santos (266.912.645-68); Nilson Delmiro dos Santos (551.544.687-91); Tenison Souza Duarte (103.575.805-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5722/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jose Carlos Perri Vidal Alvarez, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.474/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Carlos Perri Vidal Alvarez (553.638.737-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5723/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Fausto Figueiredo Vieira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.530/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Fausto Figueiredo Vieira (011.976.656-68).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5724/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.556/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geraldo de Oliveira de Francisco Junior (048.758.218-75); Mariangela Carvalho de Fassio (055.381.698-55); Marleide Candida de Messias (029.515.678-39).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5725/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Francisco Claudio de Figueiredo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.568/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Claudio de Figueiredo (056.290.713-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5726/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Paulo Sergio de Carvalho Barbosa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.687/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Sergio de Carvalho Barbosa (225.934.544-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5727/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.809/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Christianne de Lyra Nogueira (428.339.304-53); Jesu Gomes Moreira (373.834.266-49); Nair Padula Ribas (787.959.586-49); Raimundo da Silva Filho (425.226.686-68); Sidney Augusto Vieira Filho (198.619.076-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5728/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.843/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Artur Gomes dos Santos (381.705.076-34); Maria Veronica de Souza (633.610.004-91); Maria de Lourdes Pereira Dias (722.979.726-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5729/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Claudia Falcao Toledo de Albuquerque, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.925/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Claudia Falcao Toledo de Albuquerque (331.649.834-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5730/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jose Goncalves Cavalcante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.990/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Goncalves Cavalcante (181.392.302-78).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5731/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.249/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Agenor Jose Ferreira (082.682.825-68); Alcione Cardoso de Oliveira (065.609.385-49); Antoniel Miranda Ribeiro (162.147.145-49); Manoel Santana Guerra (128.128.035-68); Maria das Gracas Coelho Queiroz (066.880.125-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5732/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.257/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Albertino Estevam de Oliveira (302.216.766-00); Angela Maria Novaes Saldanha Ruy de Almeida (334.073.986-20); Eustaquio Antonio Figueredo (317.305.156-49); Geraldo Sales de Miranda (411.933.936-04); Geraldo Soti de Moura (189.663.306-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5733/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Odailza Felix da Cunha, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.260/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Odailza Felix da Cunha (620.914.841-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5734/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Mirley Varjao Rosa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.327/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Mirley Varjao Rosa (329.253.441-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/mt.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5735/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.575/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Claudine Cassia de Brito (327.063.671-72); Nadir Alves Mauricio (374.068.171-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5736/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Ana Marcia de Andrade Petriz emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que este Tribunal detectou em outros processos de aposentadorias deferidas pela Câmara dos Deputados que houve a concessão de reajustes irregulares das parcelas de "quintos/décimos" tal como constatado neste ato de aposentadoria;

Considerando que, nos casos acima indicados, este Tribunal determinou à Câmara dos Deputados que promovesse o ajuste nas parcelas de "quintos/décimos", para que voltassem a refletir os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016 (Acórdãos 3.538, 6.278 e 10.240, todos de 2021, da Primeira Câmara e de relatoria do ministro Vital do Rêgo; e 6.857/2021 - Segunda Câmara, relator ministro Raimundo Carreiro);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro aos atos de aposentadoria de Ana Marcia de Andrade Petriz; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-015.618/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Marcia de Andrade Petriz (284.973.171-49).
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Câmara dos Deputados que:
1.7.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o ajuste na rubrica impugnada, nos proventos da interessada, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. emita novo ato, livre das irregularidades ora apontadas, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento;
1.7.4. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;
1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5737/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.779/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celso Pinto de Melo (046.824.084-53); Eliane Maria Jose Santos (198.342.414-53); Joselia Pacheco de Santana (101.042.914-00); Maria dos Prazeres Camelo Gomes (174.243.644-72); Tarcisio Ferreira Silva (075.623.064-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5738/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Alceni Augusta Werle, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.809/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Alceni Augusta Werle (378.391.600-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5739/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão inicial de aposentadoria de Antonio Benedito de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.862/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Benedito de Oliveira (137.499.866-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5740/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.087/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelaide Teixeira Pais de Carvalho (635.573.477-53); Eliane Maria Rodrigues (594.882.476-49); Maria de Fatima da Silva Rodrigues (442.579.107-04); Maria de Fatima dos Santos (105.207.368-93); Shirley Mclane de Oliveira (297.201.091-49).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5741/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Ikumi Sato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.108/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ikumi Sato (516.787.217-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5742/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.109/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dalton Donizetti Machado (017.229.318-92); Maria Margarete Lins (306.731.604-59); Yeda Soares de Lucena Bataus (309.818.591-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5743/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Erivaldo Braga das Chagas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.118/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Erivaldo Braga das Chagas (033.288.644-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5744/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.147/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Altamir Antonio Francisco (292.013.730-15); Paulo Souto Ferreira (176.627.880-91); Pedro Danilo de Oliveira (184.839.250-87); Silvana Cuenca (032.219.188-28).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5745/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Geraldo Claudino de Freitas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.152/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Geraldo Claudino de Freitas (252.043.274-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5746/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.159/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Angela Cristina do Valle Nascimento (370.488.487-15); Aurea Regina de Souza Sampaio (319.178.524-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5747/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jose Fernandes da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.167/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Fernandes da Silva (179.593.574-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/pe.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5748/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Walberth Gutierrez Junior, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.179/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Walberth Gutierrez Junior (757.851.108-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5749/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.219/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aleide Maria Sousa Rocha (116.129.161-04); Francisco Luiz Barros Oliveira (132.052.934-87); Leonice de Jesus Pereira Dutra (289.822.821-49); Rosalina Rosa da Cunha (256.031.750-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5750/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.234/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Domingos Raimundo da Silva (075.599.253-91); Elvira Dias Castro (124.526.295-53); Evaldo de Carvalho Maciel (511.634.707-91); Maria Amancia Clementina Oliveira (056.216.745-53).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5751/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Carmen Lucia de Jesus Almeida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.260/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Carmen Lucia de Jesus Almeida (435.136.627-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5752/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.292/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Antonia Catunda da Silva (140.597.112-68); Maria Rosa Augusto de Souza (152.184.142-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5753/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Marli Brito da Silva Luz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.316/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marli Brito da Silva Luz (105.940.785-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5754/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Florinda Irenice Moraes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.334/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Florinda Irenice Moraes (294.051.810-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5755/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.343/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andrea Alves do Carmo Roriz (297.090.751-87); Angela Maria Quintas (256.002.576-00); Antonia Fernandes Bezerra Duarte (245.315.451-68); Elza Martins e Silva (749.927.753-49); Ronaldo Lopes de Souza (500.745.207-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5756/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.379/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Eduardo Gomes Leite (225.169.561-34); Francinete Silva Lima (216.684.423-53); Joao Carlos Lopes (564.185.158-20); Maria Lidia de Paiva Santiago (069.171.864-49); Paulo Andre de Souza (140.367.894-49).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5757/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Vera Lucia dos Santos Baleeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.403/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Vera Lucia dos Santos Baleeiro (124.168.941-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5758/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.408/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lucia Lima Sousa (332.964.724-87); Elida Maria de Azevedo Dantas Veloso (333.696.071-15); Jose Ovidio da Silva (243.317.839-87); Jose de Souza Leite (297.383.345-00); Russell Luiz Mauricio (411.921.416-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5759/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.435/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marilene Honorato da Silva (465.222.984-49); Maurilio Soares do Couto (182.129.484-04); Nazareno Inacio de Oliveira (230.680.864-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5760/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.461/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Iran Gondim Filho (061.260.653-87); Mara Silva de Oliveira (210.376.120-00); Maria das Gracas Ferreira de Carvalho (338.189.084-00); Rosani Wolmeister Bersch (400.752.570-68).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5761/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Lidice Pereira Gama, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.462/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lidice Pereira Gama (373.751.051-20).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5762/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.475/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Denise Medina de Souza (666.408.497-04); Elizete Cristina de Souza (386.495.271-91); Luciene Barbosa Martins (138.804.625-34); Maria da Conceicao Abreu dos Reis (388.119.287-53); Mirna Tamiozzo da Costa Rupp (770.286.787-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5763/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.489/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Genivaldo Cardoso da Gama (020.312.994-68); Jose Itamar Martins (089.324.096-68); Pedro Rogerio Branco (194.528.709-82).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5764/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.544/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Afonso Alves da Cruz (387.828.716-04); Ana Elizabeth Barros da Costa (166.711.634-72); Valdaires Cardoso Rodrigues (064.686.913-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5765/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Marcelo Luis Zordan Bernabe, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.555/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcelo Luis Zordan Bernabe (951.203.608-82).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5766/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.640/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Nadia Teresinha Silva de Souza (263.668.190-68); Paulo Jose Araujo da Cunha (046.356.981-49); Vanilda Lago Pinheiro (325.449.446-68).
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5767/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Zaira Marcia do Rosario Bezerra, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.653/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Zaira Marcia do Rosario Bezerra (209.938.202-63).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5768/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.666/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elizabeth Timotheo Crivaro (376.064.847-91); Magaly Dolsan de Almeida (945.153.107-63); Marcos de Sa Rego Costa (242.907.697-72); Marise Dutra Asensi (601.293.957-49); Osvaldo Carvalho da Silva (693.366.287-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5769/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.691/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Aragao Lima (120.742.505-25); Jose Vieira de Jesus (106.651.375-91); Luiza Ferreira de Souza Brito (097.363.605-04); Maria Helena Nonato (110.630.335-00); Susana Nilo de Santana (340.840.295-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5770/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Liete Virgolino de Miranda Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.726/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Liete Virgolino de Miranda Silva (038.678.032-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5771/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jose Maria Farias, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.745/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Maria Farias (028.877.972-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5772/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maria Tereza Roveri Prado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.748/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Tereza Roveri Prado (070.382.988-28).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5773/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maria Suely Galvao Cysneiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.769/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Suely Galvao Cysneiros (620.404.994-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5774/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Luzitano Garcia Cruz Filho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.831/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luzitano Garcia Cruz Filho (108.004.092-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5775/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.834/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Cibele Stramare Ribeiro Costa (672.274.069-20); Joice Mara Facco Stefanello (486.748.000-25); Mara Rejane Rodrigues Correa Segalla (636.111.129-68); Sandra Mara Alessi (646.373.609-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5776/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Romao Jose Tavares Marques, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.920/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Romao Jose Tavares Marques (013.932.512-34).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5777/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Felizardo Penalva da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.930/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Felizardo Penalva da Silva (192.636.788-04).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5778/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.944/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Atila Martins dos Santos (071.819.824-78); Carlos Portela (299.380.589-49); Edno Marc Zambon (035.833.767-49); Joana Darc Lobato (197.144.323-91); Jose Abimael de Sousa (011.395.683-53); Jose Barbosa Barros (087.695.594-49); Maximo Cirano Fortes (012.018.830-91); Neivaldo Vasconcelos do Couto (244.548.261-53); Silvio Roberto Araujo Rocha (286.291.325-15).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5779/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.948/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marcos Silva (043.855.006-49); Milton Mariano dos Santos (191.394.706-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5780/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.952/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jairo de Carvalho (089.020.546-91); Joao Fernandes da Silva (147.669.226-20); Jose Maria Sutani (360.635.688-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5781/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Ednelson Jose da Costa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.017/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ednelson Jose da Costa (097.174.475-00).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5782/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Moyses Placin Rodriguez, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.045/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Moyses Placin Rodriguez (233.361.459-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5783/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.052/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Amaury Goncalves Martins (001.799.651-15); Dezival Ribeiro dos Reis (001.345.032-87); Flaviano Lopes da Silva (008.229.571-91); Francisco Azevedo Aguiar (059.946.161-68); Marco Antonio Vieira Cabral (129.964.167-91); Maria Luiza de Moura Costa (126.494.301-68); Nelson Gomes dos Santos (001.568.681-72); Paulo Rubens Pinheiro Guimaraes (146.427.861-04).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5784/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Valmir Souza Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.072/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valmir Souza Santos (096.030.695-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5785/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.076/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Correia de Farias Brito (003.043.105-06); Lucio da Costa Camara (058.109.064-00); Maria Nilza de Oliveira (204.084.204-72); Neusa de Assis Dias (059.425.194-04); Severino de Almeida Sa (023.738.744-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5786/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Otto Eddy Pereira Cavalcanti, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.101/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Otto Eddy Pereira Cavalcanti (196.643.204-63).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5787/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e

art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.110/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Argolo dos Reis (043.271.285-20); Francisco de Assis Albuquerque (009.937.944-91); Severino Ramos da Silva (025.175.904-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5788/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Manoel Cardoso dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.116/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Cardoso dos Santos (026.709.921-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5789/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Grinberg Medeiros Botelho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.150/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Grinberg Medeiros Botelho (086.781.114-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5790/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.151/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademar Bonatto (117.071.600-82); Ademar Bonatto (117.071.600-82); Antonio Silvio Fernandes Calderipe (005.307.430-00); Assis Brasil Duarte da Silveira (187.407.230-20); Guido Gilberto Fernandes (096.369.350-68); Hugo Pinto (091.308.020-91); Jureni Conrado Lemes (420.760.130-91); Miguel Levin Piltcher (007.261.330-00); Roger Lahorgue Castagno (021.546.410-91); Therezinha Ferreira Rohrig (161.527.270-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5791/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Jose Henrique Modesto de Lima, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.189/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Henrique Modesto de Lima (004.055.582-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Pará.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5792/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Paulo Cezar Carvalho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.206/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Cezar Carvalho (249.880.577-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5793/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.215/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcebiades Vianna (282.451.137-00); Elza Faria Pereira (379.554.977-91); Erani Aparecida Callado (027.043.742-87); Heli Manoel Prado Costa (337.028.967-91); Joao Alves Vilela (106.878.905-00); Joaquim Ferreira da Silva (478.856.887-04); Jose Severino Gomes (125.557.207-82); Nina Celia Miranda Santos (418.212.387-53); Sebastiana Fraga Scardua (017.312.487-92); Walter Maria Cordova Guzman (157.423.507-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5794/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.230/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lucia Maria Forte Manicardi (693.071.998-68); Lucia Maria Prata (032.028.388-73); Luiz Fernando Guimaraes Santos (153.039.008-78); Marina Viana de Moura (695.081.278-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5795/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Valeria Luiza Coutinho Castro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.240/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Valeria Luiza Coutinho Castro (972.879.117-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5796/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Tarciso Ferreira Viana, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.260/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tarciso Ferreira Viana (089.996.513-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/ce.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5797/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Arnoldo Junqueira Netto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.309/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Arnoldo Junqueira Netto (006.972.226-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5798/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Reginaldo Fabiano dos Reis Pereira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.327/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Reginaldo Fabiano dos Reis Pereira (017.478.942-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5799/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Vanderlei Camargo Baialardi, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.342/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vanderlei Camargo Baialardi (103.727.250-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5800/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Noilson Leite Larangeira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.345/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Noilson Leite Larangeira (105.580.121-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5801/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Anivaldo Xavier de Souza, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.346/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Anivaldo Xavier de Souza (549.179.487-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5802/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Edimar Antunes Saude, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.359/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edimar Antunes Saude (035.209.865-15);
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5803/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.364/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eloiza Aparecida Assis Lopes Vieira Ravacci (753.962.468-04); Jilvan Costa Santos (155.293.985-53); Jose Xavier Ferreira Sobrinho (143.936.624-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5804/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Maria Marta Santos Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.366/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Marta Santos Silva (237.757.696-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5805/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.369/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Jose Domingues (194.272.127-72); Eneci Catarina Vieira dos Santos (279.341.440-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5806/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Alcindo Alves dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.380/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alcindo Alves dos Santos (038.952.462-04).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5807/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Rubens Martins Campos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.392/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rubens Martins Campos (356.547.756-34).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5808/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Joao Francisco de Freitas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.393/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Francisco de Freitas (117.393.806-06).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5809/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Jose Roberto Muniz de Souza, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.421/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Roberto Muniz de Souza (045.854.702-63).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5810/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.444/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldericio de Aquino Silva (006.988.812-49); Mario Nilson de Jesus Cid (034.932.702-59); Paulo Barbosa de Almeida (021.526.492-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5811/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Claudio Antonio Ramos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.454/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudio Antonio Ramos (323.543.639-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5812/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Antonio Alves Bonifacio, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.465/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Alves Bonifacio (113.215.981-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5813/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Ezequiel de Jesus, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.485/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ezequiel de Jesus (366.776.201-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5814/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Jose Marciano da Fonseca Machado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.511/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Marciano da Fonseca Machado (177.408.007-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5815/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.524/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Hildeberto Uchoa Ribeiro (063.117.174-68); Joao Salusto da Silva (106.661.764-34); Manoel Galdino da Silva (155.140.724-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5816/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Lindomar Pedro Camargo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.527/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lindomar Pedro Camargo (114.015.751-53).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5817/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Jose Everson Nogueira Reis emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de de Jose Everson Nogueira Reis; e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-019.242/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Everson Nogueira Reis (354.821.091-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a parcela incorporada em razão do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o seu devido destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor;

1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5818/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Rossana da Cunha Gehlen emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Rossana da Cunha Gehlen; e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-019.246/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rossana da Cunha Gehlen (529.572.170-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a parcela incorporada em razão do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o seu devido destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;
1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5819/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Rosane Silva de Cerqueira emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Rosane Silva de Cerqueira; e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-019.252/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rosane Silva de Cerqueira (332.466.295-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a parcela incorporada em razão do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o seu devido destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;
1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5820/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que a recorrente foi notificada da deliberação recorrida na data de 3/11/2021;

Considerando que o prazo para a interposição de pedido de reexame é de 15 (quinze), nos termos do art. 286, parágrafo único, c/c art. 285, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que o recorrente apresentou o recurso em 14/7/2022;

Considerando, dessa maneira, que o presente pedido de reexame foi apresentado intempestivamente;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não-conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 32, parágrafo único e inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 285, caput e §2º, artigo 286, parágrafo único, 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º do RI/TCU, em não conhecer do pedido de reexame interposto por Marileide Fernandes de Souza Costa, por restar intempestivo em período superior a 180 dias, e dar ciência à recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor desta decisão.

1. Processo TC-022.740/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Recorrente: Marileide Fernandes de Souza Costa (278.881.421-68).
1.2. Interessada: Marileide Fernandes de Souza Costa (278.881.421-68).
1.3. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5821/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Karla Moreira Pena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.823/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Karla Moreira Pena (921.412.265-20).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5822/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Cristian Aparecido de Castro emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de admissão de Cristian Aparecido de Castro, negando seu registro, encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal e expedir as seguintes determinações:

1. Processo TC-010.826/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Cristian Aparecido de Castro (281.988.148-33).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos Editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;
1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 5823/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Felipe Gomes Garcia da Silva emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de admissão de Felipe Gomes Garcia da Silva, negando seu registro, encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal e expedir as seguintes determinações:

1. Processo TC-010.829/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Felipe Gomes Garcia da Silva (229.727.748-25).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos Editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;
1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 5824/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Alessandra Benaia Oliveira da Silva emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de admissão de Alessandra Benaia Oliveira da Silva, negando seu registro, encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal e expedir as seguintes determinações:

1. Processo TC-015.596/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alessandra Benaia Oliveira da Silva (586.924.952-04).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos Editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;
1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 5825/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Sandra Vicensotti Pacheco emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de admissão de Sandra Vicensotti Pacheco, negando seu registro, encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal e expedir as seguintes determinações:

1. Processo TC-019.097/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sandra Vicensotti Pacheco (269.331.508-52).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos Editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;
1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 5826/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.371/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Claudia Maria de Jesus (884.920.286-53); Jose Marcio Santos Rodrigues (140.867.436-04); Mariza Medeiros de Garrido Pimentel (917.615.736-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5827/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.384/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Aurea Aparecida Trombini Telles (274.120.328-87); Aureluce Seripieri (052.695.558-91); Lucia da Piedade Correa Falchi (146.467.018-80); Maria de Lourdes Lima Favero (054.165.878-65); Nair Gomes Sanchez Martinatto (869.085.618-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5828/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria do Socorro Souza Moura Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.407/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria do Socorro Souza Moura Oliveira (303.312.776-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5829/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.436/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Maria Santos Araujo Furtado (107.159.243-20); Ana Martins de Aguiar Moura (393.045.821-72); Hilton Fernandes Viana (024.378.131-87); Marlene Felix Cotrim (669.790.211-68); Vilda Martins da Rocha (801.738.531-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5830/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Wera Lucia Santiago Leite, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.438/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Wera Lucia Santiago Leite (271.002.864-68).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5831/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Celso Cardoso da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.495/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Celso Cardoso da Silva (028.343.418-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Biblioteca Nacional.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5832/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Joana Mariel Couto Silva Sousa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.498/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Joana Mariel Couto Silva Sousa (176.781.103-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5833/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Deusarina Viegas da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.526/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Deusarina Viegas da Silva (306.222.472-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5834/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Vilma Sarmento Rodrigues, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.549/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Vilma Sarmento Rodrigues (784.005.386-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5835/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Marlene de Almeida Cardoso, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.571/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Marlene de Almeida Cardoso (253.713.712-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5836/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Ana Victoria Pereira da Silva Castro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.600/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ana Victoria Pereira da Silva Castro (115.081.974-07).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5837/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.619/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jose Barros da Silva Neto (119.128.981-87); Maria Tereza da Silva Carvalho (881.855.241-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5838/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Tania Lucia Lobo Acioli, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.712/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Tania Lucia Lobo Acioli (564.303.024-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5839/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Arcisio Fernandes da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.593/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Arcisio Fernandes da Silva (049.877.198-94).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5840/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de

outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Wilma Alvim Basile, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.607/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Wilma Alvim Basile (049.905.010-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5841/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.619/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Lindacy Fittipaldi Pontual (018.415.484-72); Maria Eliane da Silva (493.584.484-15); Maria Jose Leite Ferreira de Barros (462.497.294-53); Maria Madalena de Freitas (439.184.414-15); Maria de Jesus Belarmino de Luna (361.052.794-34); Zelia de Moura Melo Ferreira (191.692.134-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5842/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.665/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Walter da Penha (037.490.887-72); Yeda Freitas de Souza (117.867.557-26).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5843/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.676/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adailton Nascimento Goes (025.199.685-91); Marinalva Maria dos Santos da Paz (047.635.915-50).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5844/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.678/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Amelia Crispim de Oliveira (207.228.934-34); Ana Maria da Silva Oliveira (200.009.498-84).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5845/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.681/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Creuza Maria de Medeiros (637.663.374-91); Nair Almeida de Oliveira (466.749.264-34); Raisa Rabelo de Souza (025.410.444-45).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5846/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Denir Barbosa Gomes Lemos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.685/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Denir Barbosa Gomes Lemos (087.725.217-32).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5847/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Ubirajara Lima de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.687/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ubirajara Lima de Oliveira (062.268.922-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5848/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Maria Rita Prates Machado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.691/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Rita Prates Machado (152.467.440-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5849/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Edvaldo Alves do Nascimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.692/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Edvaldo Alves do Nascimento (117.471.615-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5850/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Maria Jose Pinheiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.707/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Jose Pinheiro (874.879.694-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5851/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.724/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Esmeralda Marinho Moreira (260.084.668-96); Zeferina Barbosa da Silva (741.448.478-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5852/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Maria de Lourdes Silva Moura, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.736/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria de Lourdes Silva Moura (721.040.076-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5853/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Marlene Lidington Vellozo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.742/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Marlene Lidington Vellozo (066.778.394-60).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5854/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Sergio Cardoso da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.761/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Sergio Cardoso da Silva (220.470.007-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5855/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Elca Crespo da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.765/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Elca Crespo da Silva (101.505.437-43).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5856/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Aulerina Valentina de Jesus Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.806/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Aulerina Valentina de Jesus Silva (699.652.779-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5857/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Bebiana Pereira de Amorim, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.832/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Bebiana Pereira de Amorim Costa (680.811.893-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5858/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de pensão civil de Maria Lucia de Faria Lima Nogueira emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão nos proventos da vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990 - não obstante o direito à aposentadoria do instituidor ter sido implementado antes da publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998) -, em decorrência, além do fato de estar cumulativa com a vantagem de quintos, de não ter havido o implemento dos requisitos do art. 193 da Lei 8.112/1990 até 18/1/1995 (cinco anos consecutivos ou dez anos interpolados no exercício de função);

Considerando o entendimento deste Tribunal, explicitado por meio do Acórdão 2988/2018-TCU-Plenário (Ministra-Relatora Ana Arraes), de que os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até 18/1/1995, podem acrescer aos proventos de inatividade, deferidos com base na remuneração do cargo efetivo, o valor da função de confiança ou a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, de forma não cumulativa, em razão da vedação contida no § 2º do próprio art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que, a exemplo do paradigmático Acórdão 2988/2018-TCU-Plenário, a jurisprudência pacificada do TCU condiciona, entre outros fatores, o pagamento da vantagem "opção" ao implemento, até a data de 18 de janeiro de 1995, dos pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/1990 (Acórdãos 2076/2005 e 1.599/2019, rel. Ministro Benjamin Zymler, do Plenário; 16703/2021, rel. Benjamin Zymler, da Primeira Câmara; e 18558/2021, rel. Raimundo Carreiro, e 19024/2021, rel. Bruno Dantas, da Segunda Câmara).

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor de Maria Lucia de Faria Lima Nogueira; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU; e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-041.210/2021-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Lucia de Faria Lima Nogueira (223.598.931-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO que:
1.7.1. faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes da parcela "opção", ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
1.7.2 emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 5859/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo da seguinte determinação:

1. Processo TC-012.483/2022-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Jacqueline Roberta Soares Salgado (035.636.837-86); Maria Gercilia de Oliveira Amaral (002.770.747-46).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. para o ato de Pensão militar de LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA SALGADO, determinar e diligenciar os órgãos jurisdicionados responsáveis pelos vencimentos/proventos da Sra. JACQUELINE ROBERTA SOARES SALGADO (COMANDO DA AERONÁUTICA e Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear-IDQBRN) que se comuniquem com a finalidade de acordar em que UJ será apurado o teto constitucional remuneratório, conforme Acórdão 2895/2021-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 5860/2022 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos, originariamente, de representação impetrada pela empresa Edcon Comércio e Construções Ltda., com amparo legal no §1º do art. 113 da Lei 8.666/1993, alegando possíveis ilegalidades e arbitrariedades cometidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Concorrência 14/2013-DMP, que teve como objeto a construção da 2ª etapa da Escola Lygia Maria Rocha Leão Laporta (ELMRLL), localizada na Escola Agrícola de Jundiaí, de propriedade da UFRN, no Campus do Cérebro, no município de Macaíba/RN.

Considerando que, por meio do Acórdão 9.687/2017-2ª Câmara, de minha relatoria, este Tribunal, dentre outras medidas, aplicou multas individuais a Gustavo Fernandes Rosado Coelho, Fred Guedes Cunha, Aline Patricia de Freitas Silva e Ilzenete Andrade Meneses.

Considerando que, conforme constatado pelo Chefe do Serviço de Controle dos Efeitos de Deliberações deste Tribunal (peça 258), os Srs. Gustavo Fernandes Rosado Coelho e Fred Guedes Cunha recolheram os valores integrais das multas que lhes foram aplicadas pelo Acórdão 9.687/2017-2ª Câmara, de acordo com os comprovantes acostados às peças 200, 201, 202, 205, 206, 208, 209, 213, 214, 216, 224, 230, 231, 232, 233, 237 e 249 e demonstrativos nas peças 254 e 255.

Considerando, por outro lado, que as Sras. Ilzenete Andrade Meneses e Aline Patricia de Freitas Silva ainda não concluíram o pagamento de todas as parcelas de suas respectivas multas (últimos comprovantes acostados às peças 260 e 261, respectivamente).

Considerando os pareceres uniformes do Serviço de Controle dos Efeitos de Deliberações (peça 258), da Secretaria de Gestão de Processos (peça 259) e do Ministério Público junto ao TCU (peça 262).

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do RITCU e com base nos pareceres uniformes emitidos nos autos, em expedir quitação de dívida aos responsáveis Gustavo Fernandes Rosado Coelho e Fred Guedes Cunha, ante a quitação das multas que lhes foram aplicadas por meio do Acórdão 9.687/2017-TCU-2ª Câmara, bem como restituir os autos à unidade de origem para acompanhamento e controle do recolhimento das multas aplicadas aos demais responsáveis.

1. Processo TC-033.685/2013-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 032.851/2017-0 (MONITORAMENTO)

1.2. Responsáveis: Aline Patricia de Freitas Silva (037.093.994-83); Fred Guedes Cunha (202.201.384-00); Gustavo Fernandes Rosado Coelho (365.873.624-00); Ilzenete Andrade Meneses (761.828.784-87); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (24.365.710/0001-83).

1.3. Interessado: Edcon Comércio e Construções Ltda (86.712.247/0001-56).

1.4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

1.8. Representação legal: Carlos José Fernandes Rego (5362/OAB-RN), representando Edcon Comércio e Construções Ltda; Adalberto Couto de Oliveira, representando Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5861/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidades caracterizadas pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e pelo reajuste indevido da parcela incorporada a título de quintos por ocasião das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores (e.g. Acórdãos 4.193/2020-TCU-Primeira Câmara, 4.691/2020-TCU -Primeira Câmara, 8.185/2021-TCU-Primeira Câmara, 5.674/2020-TCU-Segunda Câmara, 6.170/2020-TCU-Segunda Câmara e 8.465/2021-TCU-Segunda Câmara);

Considerando que, nos termos do art. 15, § 1º, da Lei 9.527/1997, a vantagem pessoal relativa aos quintos incorporados se sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, o que não é o caso das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016, que não podem ensejar reajuste da vantagem (e.g. Acórdãos 3.223/2020-TCU-Plenário, 41/2021-TCU-Primeira Câmara e 12.338/2021-TCU-Segunda Câmara);

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-006.708/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco Mauricio da Paz (081.419.593-87).

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar ao Senado Federal que:

b.1) no prazo de quinze dias, corrija o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos para os patamares anteriores à vigência das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016 e, em seguida, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

b.2.) caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

b.3) no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Senado Federal.

ACÓRDÃO Nº 5862/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-009.583/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jorge Luiz Barboza (311.101.424-04); Severino Pereira da Silva (145.869.324-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5863/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos com fundamento nos art. 143, V, "e", 183, parágrafo único, e 185, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 30 dias, a contar desta decisão, o prazo para atendimento das determinações exaradas no Acórdão 4609/2022-TCU-Segunda Câmara (peça 08), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.445/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Daise Pereira Medeiros (309.571.417-34).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5864/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos com fundamento nos art. 143, V, "e", 183, parágrafo único, e 185, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 30 dias, o prazo para atendimento aos itens 1.7.2.1, 1.7.2.2 e 1.7.2.3 do Acórdão 4322/2022-TCU-Segunda Câmara (peça 8), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.755/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Iete Cavalleiro de Melo Silva (463.495.617-91).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5865/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.517/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ademir Sousa Lima (078.372.755-00); Ivanice de Fatima Silva (784.466.198-49); Maria Helena de Medeiros de Souza (432.391.029-00); Maria Lucia Negri Vieira (502.351.846-91); Rosangela Constantino Rech (444.982.929-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5866/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.556/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Walde de Macedo (164.516.946-49).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5867/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;
Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, em desacordo com a legislação de regência;
Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";
Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;
Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;
Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;
Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;
Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e
Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,
ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-015.611/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria de Jesus Ferreira Lima Silva (310.139.881-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

ACÓRDÃO Nº 5868/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-017.140/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raquel Carneiro Rocha (293.540.724-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5869/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.149/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Erotides Paulela Rossi (011.853.468-80); Nelson de Jesus Filho (005.107.848-10); Raimundo Nonato Pessoa Chaves (022.272.822-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5870/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.183/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Austrelio Leite Sussuarana (092.648.092-87); Cleide Mari Ribeiro Leite (226.741.522-49); Eduvaldo Martinho Monteiro (046.174.522-49); Maria Miguel da Costa Figueira (126.577.512-53); Vanda Cherfen de Souza (028.939.082-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5871/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-017.240/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria da Graca Bernardes e Silva (454.610.829-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5872/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.273/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fernando Luis da Silva (094.479.034-87); Maria Auxiliadora de Sousa (219.065.214-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5873/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.288/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Mauro Costa da Silva (209.913.046-91); Jurandir Duarte Lopes (284.308.086-04); Margareth da Silva Alves (892.752.257-53); Ney Sussumu Sakiyama (360.946.259-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5874/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.340/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Noemia Schoffen Prado (501.847.339-87); Vanessa Werner Giordani (968.769.300-25).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5875/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-017.351/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Fernandes de Sousa (193.205.664-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5876/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.372/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joel de Paiva da Silva (153.900.392-20); Manoel Elias Costa de Almeida (003.269.538-17); Maria Aparecida de Oliveira Cunha (225.209.022-72).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5877/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.417/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Clovis Claudino da Silva (124.678.474-20); Joao Lopes Filho (023.892.904-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5878/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.576/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Huata Wameru Otomopa (240.539.531-20); Manoel da Silva (294.319.642-87); Oruao Cun Orueu (285.755.802-30); Roberto Kafej Mineiro (284.822.399-53); Valdenia Araujo Ramos Lucena (499.153.044-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5879/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-017.642/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Line Pinto Rocha (149.518.002-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5880/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.659/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jorge Ricardo do Nascimento (292.143.514-49); Rosalva Maria da Veiga Pessoa Portela (180.787.884-87); Zinaldo Ferreira dos Santos (070.663.174-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5881/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-017.818/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Cristina da Costa e Silva (666.333.387-91).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5882/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-017.841/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Elaene de Fatima Soares Pinto (353.770.540-91).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5883/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.881/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Ribeiro Filho (328.964.177-53); Luis Antonio da Silva (403.614.037-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5884/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.908/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Albino Lopes Bezerra (052.166.302-44); Ana Cristina da Silva Netto (574.276.667-04); Ausemar das Gracas Neres Correa (037.371.602-87); Dino Dal Bo (179.842.039-20); Mauricio de Sena e Silva (107.740.764-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5885/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.917/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Olympio Costa e Silva (502.852.388-68); Manoel Paula de Melo (039.144.452-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5886/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.942/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Amaury Couto Prado (036.136.157-20); Amaury Couto Prado (036.136.157-20); Celeste Yeda Schwan Valentim (525.763.537-20); Celeste Yeda Schwan Valentim (525.763.537-20); Dilcinea Victoria da Conceicao (826.797.207-25); Josias Juvencio da Silva (422.252.727-00); Karla Sizinio Olindino (917.425.367-00); Valter Pires Pereira (179.054.607-97).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5887/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-017.976/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alvino Bernardes da Costa (248.331.699-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5888/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.977/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Manoel Neves de Jesus (054.569.591-00); Roberio Antonio Rodrigues Alves (484.792.171-20); Valdir Francisco Lauriano (125.939.901-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5889/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.987/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Amaro dos Santos (060.239.594-15); Cicero Domingos da Silva (227.765.244-04); Daniel Felix de Oliveira (061.106.734-04); Josilton Omena Passos (061.725.634-91); Maria Neuma Lins (087.784.004-06); Milza Oliveira da Silva (140.367.704-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5890/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-018.137/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Bosco Martins (327.217.226-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5891/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-018.157/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Belinda Francesca Correa Renno Evelin (185.063.566-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5892/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-018.162/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alex Julio Lima de Oliveira (266.303.383-91); Gilio Lorencini Netto (526.360.707-53); Iowanderlei Pereira Bonfim (351.365.107-49); Jose Francisco Pinheiro (089.320.006-97); Jose Raimundo de Araujo Brito (316.337.657-68); Riccely Carlos Silva da Rocha (047.595.984-13); Sergio Ferreira Pimentel (220.652.705-78).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5893/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-018.175/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luis Eduardo dos Santos (235.364.115-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5894/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-018.202/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fernando Pereira da Silva (127.901.504-78).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5895/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-018.213/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Braulio Valerio do Nascimento (157.557.115-34); Israel Medeiros de Souza (075.772.735-20); Joao Jose de Matos (106.862.905-34); Sebastiao Avelino da Costa (697.987.968-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5896/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-018.224/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Alves de Souza (260.976.304-25).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5897/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-018.235/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edison Gregorio de Araujo (353.151.567-53); Hissayo Yamashita (260.917.478-00); Zeni Alves da Silva (528.358.207-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5898/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-018.291/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Cristina de Alencar Rodrigues (462.335.393-15); Antonio da Rocha Freire Neto (033.738.783-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5899/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-018.321/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arao Pereira da Costa Filho (291.814.453-34); Carlos Alberto Pereira da Silva (025.371.093-68); Emerson Divino Ribeiro de Oliveira (789.167.551-15); Francisca Moraes Laune Ribeiro (128.321.623-04); Joao Vaz de Carvalho (044.577.813-04); Jose Maria Nogueira (042.304.933-04); Paulo Leal Rocha (025.423.663-49); Sandra Maria Nascimento Sousa (011.992.263-00); Walterbi Pereira de Sa (003.132.623-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5900/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-018.326/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Edite Aguiar Louzeiro (113.401.341-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5901/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-018.398/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valdir Sbardelotto (154.029.910-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5902/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-018.430/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Galdino Nazare de Almeida (088.095.002-10).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5903/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-018.531/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Esterzilda Berenstein de Azevedo (063.737.715-04); Francisco Martins Ferraz (002.150.075-49); Gilson Jose Vitorio Almeida (314.022.165-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5904/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-019.131/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nadia Nogueira Lopes Coelho (308.142.351-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

ACÓRDÃO Nº 5905/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-019.132/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vera Lucia Barbosa Machado (307.143.202-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

ACÓRDÃO Nº 5906/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;
Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, em desacordo com a legislação de regência;
Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";
Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;
Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;
Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;
Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;
Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e
Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,
ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-019.186/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Angela Regina Dias Ribeiro (248.957.687-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

ACÓRDÃO Nº 5907/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;
Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, em desacordo com a legislação de regência;
Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";
Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;
Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;
Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;
Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;
Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e
Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,
ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-019.271/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cleunice da Silva Goncalves (082.684.228-31).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
c) remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

ACÓRDÃO Nº 5908/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;
Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, em desacordo com a legislação de regência;
Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";
Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;
Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;
Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;
Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;
Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e
Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,
ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-019.294/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Eunice Tozo de Souza (786.845.448-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

ACÓRDÃO Nº 5909/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;
Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidades caracterizadas pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e pelo reajuste indevido da parcela incorporada a título de quintos por ocasião da Lei 13.302/2016, em desacordo com a legislação de regência;
Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";
Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;
Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores (e.g. Acórdãos 4.193/2020-TCU-Primeira Câmara, 4.691/2020-TCU - Primeira Câmara, 8.185/2021-TCU-Primeira Câmara, 5.674/2020-TCU-Segunda Câmara, 6.170/2020-TCU-Segunda Câmara e 8.465/2021-TCU-Segunda Câmara);
Considerando que, nos termos do art. 15, § 1º, da Lei 9.527/1997, a vantagem pessoal relativa aos quintos incorporados se sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, o que não é o caso das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016, que não podem ensejar reajuste da vantagem (e.g. Acórdãos 3.223/2020-TCU-Plenário, 41/2021-TCU-Primeira Câmara e 12.338/2021-TCU-Segunda Câmara);
Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;
Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e
Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,
ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-019.339/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ietes Almeida de Abreu (152.189.961-49).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
b) determinar ao Senado Federal que:
b.1) no prazo de quinze dias, corrija o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos para os patamares anteriores à vigência das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016 e, em seguida, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
b.2.) caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;
b.3) no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;
c) remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Senado Federal.

ACÓRDÃO Nº 5910/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;
Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela admissão de servidor após a validade editalícia do concurso público com amparo em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que prorrogou a validade do certame até a ocorrência do trânsito em julgado daquela Ação;
Considerando que, em casos do gênero, o TCU compreende, de forma pacificada em sua jurisprudência, que os atos devem ser considerados ilegais, ante a inobservância do prazo de validade editalício, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto amparada por decisão judicial, a exemplo dos Acórdãos 4.830/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 3.492/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.014/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 9.274/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 5.048/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 1.106/2020-TCU-Plenário (relatora Ministra Ana Arraes), 8.779/2020-Segunda Câmara (de minha relatoria), 4.747/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.137/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.909/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 13.911/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 8.670/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), entre outros;
Considerando que não houve trânsito em julgado da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, cabendo à unidade jurisdicionada acompanhar o deslinde daquele processo e adotar as medidas pertinentes quanto ao que ali for decidido;
Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e
Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,
ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso II, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato em exame, sem prejuízo de esclarecer que a relação contratual está mantida enquanto amparada por decisão judicial, e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-019.084/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vanessa Pereira Dias (100.039.526-06).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1.1. acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 e adote as medidas pertinentes quanto ao que ali for decidido;
1.7.1.2. no prazo de trinta dias, disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
1.7.2. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), à Caixa Econômica Federal.

ACÓRDÃO Nº 5911/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-016.324/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Dilma Ferreira Ramos (577.825.551-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5912/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-016.326/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Aparecida Carneiro Macedo (075.397.747-89).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5913/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.369/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonio Marcio Guimaraes (072.261.956-15); Daisy Luzia Machado (220.075.806-59); Maria Cleonice Mendes de Souza (321.424.806-59); Maria Eliza Linhares Borges (402.084.866-15); Marina Alvarenga Silva (637.172.806-78).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5914/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.391/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Iracilda Carneiro Peixoto de Almeida (280.990.601-72); Marlene Porto Ramos (009.146.141-34); Tania Elenir Artigas (316.435.231-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5915/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.423/2022-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ilda Amancio Teles (828.763.041-04); Marcia Maria Martins Maia (552.218.237-72); Maria Aparecida Alves Nunes (417.703.821-00); Maria da Penha Melo de Moura Chaves (019.555.834-04); Sirdes Ingrid Follmer Soares (295.639.330-87).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5916/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.437/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Eliezer Inacio de Oliveira (357.887.201-68); Iria Rodrigues da Silva (097.897.151-53); Maria Geralda dos Santos Costa (376.154.081-72); Maricia de Lima da Silva (393.184.191-04); Marta Maria Dias dos Santos (310.063.101-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5917/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.449/2022-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Edvaldo Ribeiro Ferreira (179.694.687-72); Evelin Soares da Silva (125.716.793-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5918/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.516/2022-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria das Merces Duarte Pontes (160.517.262-68); Raymunda Lins Pedrosa (321.784.252-91).

1.2. Órgão/Entidade: Extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações pasta incorporada pelo atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5919/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-016.536/2022-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Hedi Silveira Chagas (192.789.500-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5920/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-016.550/2022-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Pedro Kerscher (103.839.489-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5921/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.566/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Gilvana de Souza Silva Franca (262.189.171-34); Maria Amelia Neves Vieira (033.255.951-38).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5922/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.622/2022-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Maria Lima Pinto da Silva (497.822.311-34); Diva Sousa da Silva (994.189.081-15); Maria Antonieta Cruz Hercules (503.591.934-04); Maria Augusta de Melo (223.029.561-68); Maria Geralda Kemper Garcia (666.437.241-04); Mirna de Souza Pinheiro (243.996.201-53).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5923/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-018.549/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Americo Guedes de Sousa (027.356.367-04).

1.2. Órgão/Entidade: Defensoria Pública da União.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5924/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-018.621/2022-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Haydee Mendes da Silva (056.978.437-98); Helena Lopes Drummond (077.394.927-52); Julio Cesar Vieira Luiz da Costa (335.890.467-91); Lygia Freire de Almeida Rodrigues (028.598.117-02); Maria Luiza Belieny (360.425.607-00); Maria Manoela da Silva Crispim (035.620.087-67); Maria da Conceicao Ferreira de Mattos (284.928.117-49); Marlene Rocha Siqueira (679.333.867-68); Thereza Ferreira de Carvalho Brandao (024.219.107-06); Therezinha Nascimento Peixoto (095.428.087-39).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5925/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-018.790/2022-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antonio Luiz Rezende (373.970.368-72); Lidia de Andrade Gomes Barroso (834.077.668-15); Terezinha da Silva Francati (173.115.108-05); Vera Lucia de Paula (767.592.968-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5926/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;
Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela elevação do grau hierárquico dos proventos por incapacidade definitiva do militar sem preenchimento dos requisitos legais;
Considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;
Considerando que, nos termos do art. 110 da Lei 6.880/1980, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando militares que sejam considerados incapazes quando já reformados;
Considerando a impossibilidade de nova elevação de posto a militar já contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, com fundamento no art. 50, inciso II, da Lei 6.880/1980, por contar mais de 30 anos de serviço;
Considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;
Considerando que o ato em exame contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdãos 2.225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);
Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;
Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e
Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,
ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-011.136/2022-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: João Pedro de Jesus Gomes da Silva (079.063.124-57); Talita Cristina de Andrade Silva de Paula (083.519.497-36); Tatiana Conceição de Andrade Silva (089.277.527-08).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Comando da Aeronáutica que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
1.7.2.2. no prazo de trinta dias, emita novo ato livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal por meio do Sistema e-Pessoal;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento deste acórdão;
1.7.3. remeter cópia deste acórdão e da instrução da secretaria especializada (peça 5) ao Comando da Aeronáutica.

ACÓRDÃO Nº 5927/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-012.066/2022-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Cristiana Gondim Bastos Sydriao (683.602.583-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5928/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;
Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela elevação do grau hierárquico dos proventos por incapacidade definitiva do militar sem preenchimento dos requisitos legais;
Considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;
Considerando que, nos termos do art. 110 da Lei 6.880/1980, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando militares que sejam considerados incapazes quando já reformados;
Considerando a impossibilidade de nova elevação de posto a militar já contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, com fundamento no art. 50, inciso II, da Lei 6.880/1980, por contar mais de 30 anos de serviço;
Considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;
Considerando que o ato em exame contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdãos 2.225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);
Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;
Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e
Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,
ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-012.962/2022-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Jussara Medina dos Santos (602.502.247-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Comando da Aeronáutica que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
1.7.2.2. no prazo de trinta dias, emita novo ato livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal por meio do Sistema e-Pessoal;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
1.7.3. remeter cópia deste acórdão e da instrução da secretaria especializada (peça 5) ao Comando da Aeronáutica.

ACÓRDÃO Nº 5929/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;
Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela elevação do grau hierárquico dos proventos por incapacidade definitiva do militar sem preenchimento dos requisitos legais;
Considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;
Considerando que, nos termos do art. 110 da Lei 6.880/1980, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando militares que sejam considerados incapazes quando já reformados;
Considerando a impossibilidade de nova elevação de posto a militar já contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, com fundamento no art. 50, inciso II, da Lei 6.880/1980, por contar mais de 30 anos de serviço;
Considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;
Considerando que o ato em exame contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdãos 2.225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);
Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;
Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e
Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,
ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-019.361/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Andrea Torrents da Rocha (628.756.047-91); Maria Helena Saldanha Sampaio da Rocha (044.235.267-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Comando da Marinha que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
1.7.2.2. no prazo de trinta dias, emita novo ato livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal por meio do Sistema e-Pessoal;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que as interessadas tomaram conhecimento deste acórdão;
1.7.3. remeter cópia deste acórdão e da instrução da secretaria especializada (peça 5) ao Comando da Marinha.

ACÓRDÃO Nº 5930/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;
Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela elevação do grau hierárquico dos proventos por incapacidade definitiva do militar sem preenchimento dos requisitos legais;

Considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;

Considerando que, nos termos do art. 110 da Lei 6.880/1980, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando militares que sejam considerados incapazes quando já reformados;

Considerando a impossibilidade de nova elevação de posto a militar já contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, com fundamento no art. 50, inciso II, da Lei 6.880/1980, por contar mais de 30 anos de serviço;

Considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;

Considerando que o ato em exame contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdãos 2.225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-019.379/2022-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Nadja Maria Lima Chagas (672.011.134-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Comando da Marinha que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
1.7.2.2. no prazo de trinta dias, emita novo ato livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal por meio do Sistema e-Pessoal;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
1.7.3. remeter cópia deste acórdão e da instrução da secretaria especializada (peça 5) ao Comando da Marinha.

ACÓRDÃO Nº 5931/2022 - TCU - 2ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos que cuidam de atos de concessão de aposentadoria expedidos pela Funai.

Considerando que os atos em análise foram apreciados mediante o Acórdão 1.473/2014-TCU-2ª Câmara (peça 12), prolatado na Sessão de 15/4/2014, assim lavrado no que interessa ao presente exame:

a) considerar legais, para fins de registro, os atos de Amilton Gerônimo de Figueiredo (079.995.341-53); Daniel de Sousa Simões (017.587.055-15) e Joel Raiol Pinheiro (056.550.302-25), constantes deste processo, aplicando-se o art. 6º, § 2º da Resolução TCU 206/2007 aos atos de Amilton Gerônimo de Figueiredo (079.995.341-53) e Daniel de Sousa Simões (017.587.055-15), com determinação à Unidade Jurisdicionada para que proporcionalize as rubricas GAPIN-MP 441/2008 desses servidores;

Considerando que, em 4/8/2022, a Funai ingressou com expediente por meio do qual requer a "revisão de ofício" do registro de aposentadoria do ex-servidor Amilton Gerônimo de Figueiredo (peças 45-72).

Considerando que o art. 260, §2º, do RI/TCU, dispõe que "o acórdão que considerar legal o ato e determinar o seu registro não faz coisa julgada administrativa e poderá ser revisto de ofício pelo Tribunal, com a oitiva do Ministério Público e do beneficiário do ato, dentro do prazo de cinco anos da apreciação, se verificado que o ato viola a ordem jurídica, ou a qualquer tempo, no caso de comprovada má-fé."

Considerando os pareceres uniformes elaborados pela Secretaria de Recursos (peças 73 a 75).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fulcro no do parágrafo único do artigo 48 da Resolução-TCU 259/2014 e 143 do RI/TCU, em recepcionar as peças 45-72 como mera petição e encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) para fins de apreciação da peça e adoção das medidas que entender pertinentes.

1. Processo TC-002.209/2012-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Recorrente: Fundação Nacional do Índio (00.059.311/0001-26).
1.2. Interessados: Amilton Gerônimo de Figueiredo (079.995.341-53); Daniel de Sousa Simões (017.587.055-15); Joel Raiol Pinheiro (056.550.302-25).
1.3. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.8. Representação legal: Daniel Gustavo Santos Roque (31195/OAB-SP), representando Fundação Nacional do Índio; Joana Renata de Freitas Miranda (40.636/OAB-DF) e Alexandre Melo Soares (24518/OAB-DF), representando Amilton Gerônimo de Figueiredo.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5932/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-009.574/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carla Junia Ferreira Alves (518.805.206-72); Juvenilda Felix Martins do Monte (227.179.941-49); Marilene Maria Pereira de Aguiar (367.973.836-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5933/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-011.886/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marco Aurelio Borges de Paola (101.628.361-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5934/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-011.891/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Og Carramilo Barbosa (312.710.657-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5935/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.515/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lisete Mann Medeiros (311.829.509-06); Marcia Nogueira Ferreira Borja (600.639.557-68).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5936/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.522/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hamilton Mattos (412.114.727-87).
1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5937/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.537/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Afonsina Maria Guersoni Rezende (184.143.701-87); Maria do Socorro Bezerra dos Santos (215.743.594-87); Rita Guilhermina Pires da Costa (467.496.674-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5938/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.592/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gilberto Miguel Moura dos Santos (220.439.005-44); Jose Gomes dos Santos (282.713.355-53); Jose Santos da Silva (077.677.492-15); Waldson Del Rei Pinto (132.178.285-34); Washington Goncalves Dias (220.413.705-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5939/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.636/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Claudia Luquin Gama (795.872.167-68); Sandra Regina Maia Barbosa (510.095.877-49).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5940/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.734/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisca Aurelina de Medeiros Lima (061.526.193-00); Lidia Veras Rodrigues da Silva (034.181.202-10); Luzineth Rodrigues Martins (283.214.053-04); Maria Lenice Pereira dos Santos (225.274.942-34); Maria Zuila Paiva Ribeiro (323.008.592-20).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5941/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.796/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliza Gomes Falcao (051.851.302-53); Maria de Nazare Argemiro (162.669.002-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5942/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.922/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Almir Figueiredo (041.668.332-00); Jaime Ray Brandao de Freitas (134.773.152-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5943/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.968/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldeisa Girao Nogueira Lima (228.823.083-53); Claudia Santos Teixeira Torres (279.567.761-04); Delvandro Francisco de Freitas (115.379.301-68); Maria de Fatima de Sousa Falcao Real (214.527.841-91); Rita Aparecida Talpo Volpe (036.958.798-74).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5944/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.981/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Suely Ferreira de Araujo Santos (220.560.501-10); Vera Lucia Gregue Moro (116.533.531-04); Zilah Cova Gama (359.519.581-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5945/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.014/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dulce Maria Viana Mindlin (783.391.467-34); Marisa Marotta de Rezende (489.964.836-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5946/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.049/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Ferreira de Souza (147.326.375-15); Sinval de Jesus (143.232.495-00); Vera Lucia Rodrigues Tupina (043.735.965-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5947/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.059/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rosemari Soares (861.671.468-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5948/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.079/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lindinalva Mendes da Silva (205.987.421-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5949/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.129/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lucimar Fernandes Cambraia (067.426.612-91); Luzia de Araujo Brito (226.354.402-04); Maria Jovenil Pinheiro Magalhaes (565.267.252-87); Maria da Graca Guarani Penafort (622.449.908-00); Samuel Pereira Borges (092.696.812-20).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5950/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.139/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elionilson Furtado de Souza (127.429.612-91); Elizete Maria de Souza Ribeiro (247.632.176-15); Francisca Cabreira Quintao (162.759.502-34); Lurdeci de Azevedo Beckmann (030.676.102-53); Marluce Antonia de Medeiros (062.984.862-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5951/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.409/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Clara de Fatima Gomes Cavados (851.036.677-20); Marli Brito Moreira de Albuquerque Navarro (898.484.467-53); Neivaldo dos Santos Pinto (389.399.167-00); Vera Lucia da Silva Moura (381.936.987-20); Virginia Alonso Hortale (335.373.307-82).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5952/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.093/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elizabete Aparecida Goncalves (381.615.916-87); Francisco Edmar Martins de Souza (411.430.436-34); Jurandir Lopes (209.910.456-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5953/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.129/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela Maria dos Reis (491.043.226-49); Jose Mario Veloso (187.372.856-53); Paulo Sergio de Sales (276.483.466-72); Silvia da Silva Ferreira Mateus (604.094.606-72); Sonia Maria Rodrigues Grossi (317.752.176-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5954/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.169/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lindalva Alves da Silva (080.258.942-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5955/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.236/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ilza Matias de Sousa (270.058.107-59); Mara Duarte Saraiva Maia (406.210.144-00); Maria da Nobrega Santos (129.930.694-20); Salvina Barbosa do Nascimento (150.360.144-72); Suely Ferreira Chavante (336.152.174-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5956/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.376/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Albertina Vasconcelos Rocha (066.860.012-87); Jose Maria Batista dos Santos (051.225.112-68); Miriam dos Santos (226.270.732-49); Oldalita Barros de Almeida (209.291.882-68); Raimundo Almeida dos Santos (066.682.752-49).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5957/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.491/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ivamilton de Souza Araujo (146.645.772-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5958/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar

legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.497/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisca Rubina Torres (022.698.482-68); Joana Sivirino Brazao (242.682.242-20); Rosime de Freitas Pessoa (043.507.402-44).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5959/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.502/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela Margarida Santos da Ressurreicao (125.676.045-53); Jose Adaildo Conceicao da Silva (118.497.035-15); Luiz Antonio Cavalcante Dantas (146.935.935-91); Luiz Paulo Macedo Nunes (168.302.615-20); Manoel da Silva Guedes (107.045.745-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5960/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.559/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliete dos Santos Oliveira (199.808.502-30); Joao Anastacio dos Santos (153.899.012-15); Maria Helena de Araujo Fonteles (096.087.022-91); Naiva de Souza Bizarrias (043.583.172-00); Rosa Gomes de Souza (043.573.372-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5961/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.574/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Jose Alves de Assuncao (096.274.212-00); Maria de Lourdes Galvao de Souza Ribeiro (113.451.362-34); Maria de Nazare Lopes Guedes (040.440.022-15); Severino Bezerra de Sales (526.780.839-34); Wanderley Mozaldo de Souza (369.664.879-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5962/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.607/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela dos Santos Nunes Rocha (815.109.697-72); Eronildes Santos de Andrade (961.958.787-15); Joao Roberto de Lima (687.963.587-34); Paulo Sergio Leao (756.824.517-91); Sebastiao Miguel Venancio (471.651.037-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5963/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.697/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Euzebia da Conceicao Braga Barbosa (079.783.243-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5964/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.775/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eva Maria Nogueira (675.793.457-49); Fatima Mendes Diniz Cunha (843.339.447-91); Luiz Jorge de Oliveira (496.696.647-72); Luiz de Souza (552.764.587-15); Sandra Maria Ribeiro dos Santos (753.456.687-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5965/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.780/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria do Socorro Alves Augusto Coelho (113.279.951-15); Neuza Soares da Silva (352.223.791-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5966/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.803/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Liliane Calil Guerreiro da Silva (008.114.337-06); Nadia Maria Siqueira (526.033.267-91); Rita de Cassia Mangas da Rocha (587.487.417-87); Vania Carvalho de Araujo (740.517.337-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5967/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor do : Ministério da Saúde, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.867/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Augusto dos Santos (118.974.301-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5968/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.919/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sandra Lucia Wickert Flores (932.174.209-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5969/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.104/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jayr Jose Nassif (086.137.967-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5970/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor do Ministério da Saúde, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar ao órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.211/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Goncalves Coutinho (091.899.802-63).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5971/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor da Fundação Nacional de Saúde, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar ao iórgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.328/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Batista Araujo Lima (183.662.523-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5972/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidores da Fundação Nacional de Saúde, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, o cruzamento do sistema Siape fornece uma visão atual e verdadeira da situação, o que permite descaracterizar irregularidades e inconsistências que, embora constantes do e-Pessoal, já foram corrigidas.

Considerando que, nos atos de Jose de Paiva Teixeira (134.610.873-00) Data de óbito: 10/05/2020; Willians Martins de Lima (311.516.203-00) Data de óbito: 07/10/2012, constam como perda de objeto em função do cadastro Sisobi;

Considerando que, no ato de Francisco Ivan de Oliveira (219.634.363-34) onde o servidor consta como instituidor 22241/2021; em consulta realizada nos Sistemas deste Tribunal, o presente ato já foi encerrado. Assim, como se trata de situação que cessou os efeitos financeiros da concessão antes de sua apreciação por esta Corte, cabe a aplicação do art. 260, § 5º do Regimento Interno do TCU;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o (cancelamento ou exclusão) e falecimento dos atos de concessão, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar ao órgão e ao interessado que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

1. Processo TC-018.334/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Ivan de Oliveira (219.634.363-34); Jose de Paiva Teixeira (134.610.873-00); Willians Martins de Lima (311.516.203-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5973/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor do Departamento Nacional de Obras Contra As Secas, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.389/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joel Menezes (022.128.465-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5974/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.534/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Disiderio Kemper (031.207.839-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5975/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos que cuidam de ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal, submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que o presente processo foi apreciado por meio do Acórdão 1.482/2022 - 2ª Câmara, no qual o Tribunal considerou ilegal e negou registro ao ato de admissão em favor de Camila Morena Ferreira (Ato n. 31348/2017) e determinou a expedição de comandos a serem discriminados no item 1.7 da referida decisão.

Considerando, no entanto, que no item 1.7 do Acórdão 1.482/2022 - 2ª Câmara não houve a prolação de quaisquer Determinações/Recomendações/Orientações.

Considerando os pareceres uniformes emitidos pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 12, 13 e 15).

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d" do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União e com o inciso I do art. 463 do Código de Processo Civil, ACORDAM em apostilar Acórdão 1.482/2022 - 2ª Câmara, Sessão de 29/3/2022, Ata nº 8/2022, do processo a seguir relacionado para fins de correção de erro material; manter os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela UT e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos. Para que:

Onde se lê:

"ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso II; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de admissão em favor de Camila Morena Ferreira (Ato n. 31348/2017) e expedir os comandos discriminados no item 1.7.";

Leia-se:

"ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso II; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de admissão em favor de Camila Morena Ferreira (Ato n. 31348/2017)."

1. Processo TC-043.509/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Camila Morena Ferreira (112.368.676-96).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5976/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.560/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ester Vieira Barbosa (783.974.058-87); Ieda Jucara Soares (685.730.498-04); Lais Rodrigues Aun Machado (836.593.238-53); Sonia Conceicao Delgado Faria (057.837.328-93); Ulysses de Godoy Camargo (161.173.448-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5977/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.614/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Edivaldo da Rosa (288.422.279-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5978/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.623/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Augusta Jacinto de Paula (275.892.262-20); Elisaude Castro de Moura (009.178.661-42); Esterzinha Alda Pereira Gevaerd (313.186.149-53); Maria Luiza Avila (039.864.939-13); Ruth Melo Paim (090.477.941-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5979/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.634/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Agamenon Marques Ferreira (084.172.101-72); Elena Luciani Pires (055.211.901-63); Maria das Dores Alves Rust (011.205.775-60).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5980/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.658/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Leide Santos Aguiar Dias (345.927.841-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5981/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.662/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Francisca Arizete Pereira Procopio (762.053.984-00); Ivanildo Melo de Oliveira (049.883.294-53); Pedro Lucas Pereira Procopio (063.269.534-05).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5982/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão de ex-servidores da Universidade Federal do Maranhão, cujos os atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, o cruzamento do sistema Siape fornece uma visão atual e verdadeira da situação, o que permite descaracterizar irregularidades e inconsistências que, embora constantes do e-Pessoal, já foram corrigidas.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o (cancelamento ou exclusão) de Abel Aarao Caldas da Costa (063.520.343-06), e falecimento da beneficiaria Silvia Maria Costa Caldas (249.383.273-68) do ato de concessão, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.752/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Abel Aarao Caldas da Costa (063.520.343-06); Silvia Maria Costa Caldas (249.383.273-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5983/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão de ex-servidor Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.824/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria da Conceicao Martins de Novoa (278.828.531-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5984/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão de ex-servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.827/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Carmelita Mendes Curado (250.907.981-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5985/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão) de ex-servidor da Universidade Federal Fluminense, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.905/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Alberto Fontes Gandra (049.339.157-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5986/2022 - TCU - 2ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos que cuidam de tomada de contas especial instaurada pelo Comando da 1ª Região Militar, em desfavor de Riparo Construções e Instalações Ltda. - Me (CNPJ: 03.876.154/0001-30), Edval Freitas Cabral Filho (CPF: 469.658.907-20), Marcus Valerius Teixeira Xavier (CPF 588.586.017-34), Marcelo Henrique Dantas da Silva (CPF: 120.316.448-31), Marcos Costa de Vasconcellos (CPF 519.845.127-49) e Vitor Cesar Furley dos Santos (CPF: 619.209.087-49), em razão de irregularidades, ocorridas no âmbito do Diex 549-S2/Subchefia/Chefia, quando da construção do Centro de Tratamento Intensivo do Hospital Central do Exército, objeto do pregão eletrônico 29/2013-HCE.

Considerando os documentos encaminhados pelo Comando da 1ª Região Militar e pela Riparo, diversos já constam nos autos do TC 008.512/2020-5 (213-227, 259-266, 270-271 e 275-277), que trata da tomada de contas especial instaurada para os mesmos fatos apurados, porém relativamente ao Contrato 2/2014.

Considerando que as apurações levadas a cabo pelo HCE sobre eventuais recebimentos por serviços não executados pela Riparo ocorreram sobre a execução dos Contratos 1 e 2/2014, que tratavam, respectivamente, de obras realizadas no CTI e na Unidade Coronariana do hospital.

Considerando que a sindicância realizada, as perícias ocorridas nas obras, os depoimentos colhidos e as ações judiciais levaram em conta as apurações e conclusões obtidas na análise conjunta das ocorrências envolvendo esses dois contratos.

Considerando que o Comando da 1ª Região Militar instaurou duas tomadas de contas especiais distintas, uma para cada contrato de execução das obras.

Considerando que esses dois processos autuados no Tribunal, da mesma relatoria do Min. Antônio Anastasia, o presente processo e o TC 008.512/2020-5, devem ser analisados de forma conjunta, uma vez que estão intrinsicamente relacionados aos mesmos fatos em apuração, além de cada um possuir documentos distintos, cuja análise deve ser realizada conjuntamente.

Considerando os pareceres uniformes elaborados pela SecexTCE (peças 278 a 280).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fulcro nos arts. 36 e 40, III, da Resolução TCU 259/2014 e 143 do RI/TCU, em apensar o presente processo ao TC 008.512/2020-5.

1. Processo TC-008.511/2020-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Edval Freitas Cabral Filho (469.658.907-20); Marcelo Henrique Dantas da Silva (120.316.448-31); Marcos Costa de Vasconcellos (519.845.127-49); Marcus Valerius Teixeira Xavier (588.586.017-34); Riparo Construções e Instalações Ltda - Me (03.876.154/0001-30); Vitor Cesar Furley dos Santos (619.209.087-49).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Central do Exército.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Ingryd Patrocinio Mattos (48.884/OAB-DF), Silvio Cesar Cardoso de Freitas (59.182/OAB-DF) e outros, representando Marcelo Henrique Dantas da Silva; Fatima Aparecida Martins de Almeida (146864/OAB-RJ), representando Riparo Construções e Instalações Ltda - Me.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 02 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 23 de setembro de 2022.

BRUNO DANTAS
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 571-CJF, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a convocação para Sessão de Julgamento Extraordinária do Conselho da Justiça Federal.

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da delegação de competência constante da Portaria CJF n. 407, de 5 de agosto de 2021, e, ainda, tendo em vista o que consta nos artigos 10, inciso III, e 44, ambos do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, resolve:

Art. 1º Convocar os membros do Conselho da Justiça Federal para Sessão Extraordinária Virtual a ser realizada no período de 27 a 29 de setembro de 2022, com início às 9h do dia 27 e término às 18h do dia 29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Juiz Federal DANIEL MARCHIONATTI BARBOSA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 590, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do artigo 6º do Regimento Interno, bem como o que prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo STM nº 89, de 28 de maio de 2014 e da Portaria nº 1.599/STN, de 20 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro de 2021 a agosto de 2022.

Art. 2º A publicação do Relatório de que trata o art. 1º, deste Ato Normativo, dar-se-á na forma do Anexo Único deste Ato, no qual se encontra o demonstrativo da despesa com pessoal (alínea a do inciso I do art. 55 da LRF).

Art. 3º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex LUCIO MÁRIO DE BARROS GÓES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022

Anexo I - (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	35.562.486,15	35.855.973,10	54.213.591,13	41.543.532,89	36.936.188,40	36.288.916,12	36.718.032,42	35.721.370,64	35.539.635,79	47.841.090,32	35.433.827,57	35.108.280,15	466.762.924,68	7.010.892,47	473.773.817,15
Pessoal Ativo	18.486.242,37	18.555.130,33	28.685.445,32	24.484.719,98	19.434.509,29	18.798.992,30	19.568.922,37	18.546.137,43	18.388.365,08	22.274.383,15	18.551.071,26	18.468.391,64	244.242.310,52	4.080.489,55	248.322.800,07
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.301.278,78	15.382.005,46	22.342.909,00	21.234.893,70	16.256.259,73	15.616.551,75	16.382.892,08	15.401.920,19	15.246.400,05	19.047.702,90	15.406.176,60	15.377.297,89	202.996.288,13	4.080.489,55	207.076.777,68
Obrigações Patronais	3.184.963,59	3.173.124,87	6.342.536,32	3.249.826,28	3.178.249,56	3.182.440,55	3.186.030,29	3.144.217,24	3.141.965,03	3.226.680,25	3.144.894,66	3.091.093,75	41.246.022,39	0,00	41.246.022,39
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.076.243,78	17.300.842,77	25.528.145,81	17.058.812,91	17.501.679,11	17.489.923,82	17.149.110,05	17.175.233,21	17.151.270,71	25.566.707,17	16.882.756,31	16.639.888,51	222.520.614,16	2.930.402,92	225.451.017,08
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.382.265,48	10.507.916,91	15.464.399,42	10.253.204,44	10.174.029,21	10.241.429,13	10.215.731,90	10.223.767,32	10.269.045,28	15.279.899,92	9.994.392,06	10.097.575,13	133.103.656,20	2.929.127,15	136.032.783,35
Pensões	6.693.978,30	6.792.925,86	10.063.746,39	6.805.608,47	7.327.649,90	7.248.494,69	6.933.378,15	6.951.465,89	6.882.225,43	10.286.807,25	6.888.364,25	6.542.313,38	89.416.957,96	1.275,77	89.418.233,73
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	17.076.736,03	17.314.260,11	25.528.638,06	8.679.764,35	847.859,52	36.259,15	73.631,10	98.319,16	37.291,32	69.967,20	7.049.599,60	16.819.324,14	93.631.649,74	2.928.044,86	96.559.694,60
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	492,25	492,25	492,25	492,25	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	54.914,44	0,00	54.914,44
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	14.569,48	841.241,34	29.640,97	67.012,92	91.700,98	30.673,14	63.349,02	51.373,22	0,00	1.189.561,07	0,00	1.189.561,07
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.076.243,78	17.313.767,86	25.528.145,81	8.664.702,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.991.608,20	16.812.705,96	92.387.174,23	2.928.044,86	95.315.219,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.485.750,12	18.541.712,99	28.684.953,07	32.863.768,54	36.088.328,88	36.252.656,97	36.644.401,32	35.623.051,48	35.502.344,47	47.771.123,12	28.384.227,97	18.288.956,01	373.131.274,94	4.082.847,61	377.214.122,55

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	377.214.122,55	0,030247%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.004.886.451,06	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	954.642.128,51	0,076547%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	904.397.805,95	0,072518%

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União, 06/09/2022, 17h03min.

Nos demonstrativos elaborados no 1º e 2º quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

Gen Ex **LUCIO MÁRIO DE BARROS GÓES**
Ministro-Presidente

JOSÉ CARLOS NADER MOTTA
Diretor-Geral

CAMILO REY LAURETTO
Diretor de Orçamento e Finanças

ROGERS GONCALVES VELLOSO DE ASSIS
Secretário de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº PRESI 48 (16578080), DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum do Conselho de Administração, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, referente ao 2º quadrimestre de 2022, na forma do Anexo, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida Lei.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	179.543.076,56	181.085.785,81	280.690.371,10	198.041.034,88	245.899.994,00	181.242.814,41	180.191.865,31	180.450.376,06	181.533.806,42	184.676.491,06	179.961.417,92	182.911.091,63	2.356.228.125,16	6.601.477,46
Pessoal Ativo	146.975.406,57	148.625.472,02	231.939.857,51	165.373.369,24	197.437.464,24	147.800.377,03	147.048.499,99	147.103.214,14	148.178.134,90	150.939.292,92	146.526.718,60	148.177.017,58	1.926.124.824,74	6.541.367,89
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	121.817.054,25	123.488.224,12	182.064.877,44	139.730.501,26	172.301.609,25	122.916.982,33	122.125.407,71	122.179.597,70	123.325.362,98	126.045.233,31	121.714.695,78	123.340.811,46	1.601.050.357,59	6.530.897,17
Obrigações Patronais	25.158.352,32	25.137.247,90	49.874.980,07	25.642.867,98	25.135.854,99	24.883.394,70	24.923.092,28	24.923.616,44	24.852.771,92	24.894.059,61	24.812.022,82	24.836.206,12	325.074.467,15	10.470,72
Pessoal Inativo e Pensionistas	32.567.669,99	32.460.313,79	48.750.513,59	32.667.665,64	48.462.529,76	33.442.437,38	33.143.365,32	33.347.161,92	33.355.671,52	33.737.198,14	33.434.699,32	34.734.074,05	430.103.300,42	60.109,57
Aposentadorias, Reserva e Reformas	27.898.255,58	27.966.958,97	41.948.797,50	28.119.011,81	41.798.875,77	28.533.578,69	28.360.763,23	28.485.629,62	28.596.978,51	28.797.167,45	28.499.948,70	29.053.665,25	368.059.631,08	22.165,44
Pensões	4.669.414,41	4.493.354,82	6.801.716,09	4.548.653,83	6.663.653,99	4.908.858,69	4.782.602,09	4.861.532,30	4.758.693,01	4.940.030,69	4.934.750,62	5.680.408,80	62.043.669,34	37.944,13
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	32.944.116,21	32.896.631,34	50.567.096,10	27.200.627,20	48.480.026,14	33.662.333,89	33.376.186,59	33.554.083,82	33.609.567,12	34.150.082,95	33.641.812,92	34.809.218,24	428.891.782,52	75.674,77
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	64.518,44	88.266,92	444.601,40	392.991,20	17.496,38	219.896,51	232.821,27	206.921,90	253.895,60	412.884,81	207.113,60	264.495,60	2.805.903,63	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração													0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	311.927,78	348.050,63	1.282.620,87	3.760.081,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.702.680,85	15.565,20
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	32.567.669,99	32.460.313,79	48.839.873,83	23.047.554,43	48.462.529,76	33.442.437,38	33.143.365,32	33.347.161,92	33.355.671,52	33.737.198,14	33.434.699,32	34.544.722,64	420.383.198,04	60.109,57
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	146.598.960,35	148.189.154,47	230.123.275,00	170.840.407,68	197.419.967,86	147.580.480,52	146.815.678,72	146.896.292,24	147.924.239,30	150.526.408,11	146.319.605,00	148.101.873,39	1.927.336.342,64	6.525.802,69

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	1.933.862.145,33	0,155065%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.320.078.887,26	0,346402%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.104.074.942,90	0,329082%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.888.070.998,54	0,311762%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial. Unidade Responsável: Divisão de Análise Contábil e Custos - Dicoc/Secor, 21/09/2022, 13h53

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

1 - O valor de R$ 452.765,00 foi deduzido na coluna de restos a pagar não processados inscritos em dezembro de 2021, em razão de cancelamento no exercício de 2022.

NÁDIA BARBOSA DA CRUZ SANTANA

Diretora da Divisão de Planejamento

MARÍLIA ANDRÉ DA SILVA MENESES GRAÇA

Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

ADELSON VIEIRA TORRES

Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 973, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao segundo quadrimestre de 2022.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no PAD nº 3191/2022, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao segundo quadrimestre de 2022 e o Demonstrativo de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão nº 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JORGE MANOEL LOPES LINS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Maio/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)** (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.362.096,68	8.657.125,22	12.742.576,27	10.024.907,64	10.588.011,47	8.489.146,18	8.471.842,31	8.456.370,87	8.832.106,02	8.456.021,91	8.407.700,79	8.483.067,96	109.970.973,32	2.109.901,28
Pessoal Ativo	7.609.360,99	7.904.389,53	11.611.322,67	9.258.410,48	9.438.265,62	7.722.649,02	7.705.345,15	7.689.873,71	7.980.511,18	7.663.983,02	7.595.492,83	7.671.027,84	99.850.632,04	2.109.901,28
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.377.494,13	6.662.856,86	9.134.623,99	7.967.382,30	8.252.666,64	6.481.344,86	6.472.012,96	6.466.947,70	6.745.142,36	6.433.095,75	6.366.781,28	6.450.534,22	83.810.883,02	2.108.101,28
Obrigações Patronais	1.231.866,86	1.241.532,67	2.476.698,68	1.291,028,18	1.185.598,98	1.241.304,16	1.233.332,19	1.222.926,01	1.235.368,82	1.230.887,30	1.228.711,55	1.220.493,62	16.039.749,02	1.800,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	752.735,69	752.735,69	1.131.253,60	766.497,16	1.149.745,85	766.497,16	766.497,16	766.497,16	851.594,84	792.038,89	812.207,96	812.040,12	10.120.341,28	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	467.992,12	467.992,12	700.197,81	467.992,12	701.988,23	467.992,12	467.992,12	467.992,12	472.997,78	478.324,51	498.493,58	498.325,74	6.158.280,37	-
Pensões	284.743,57	284.743,57	431.055,79	298.505,04	447.757,62	298.505,04	298.505,04	298.505,04	378.597,06	313.714,38	313.714,38	313.714,38	3.962.060,91	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização **ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)**		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	842.160,11	939.916,84	1.131.253,60	929.944,67	1.155.218,65	873.598,58	777.627,52	810.398,12	908.626,13	811.546,48	948.688,61	813.642,94	10.942.622,25	989.229,42
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	12.222,86	86.244,00	-	33.129,28	-	-	1.268,73	-	-	-	117.323,89	339,74	250.528,50	20.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	77.201,56	100.937,15	-	130.318,23	5.472,80	107.101,42	9.861,63	43.900,96	57.031,29	19.507,59	19.156,76	1.263,08	571.752,47	969.229,42
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	752.735.69	752.735,69	1.131.253,60	766.497,16	1.149.745,85	766.497,16	766.497,16	766.497,16	851.594,84	792.038,89	812.207,96	812.040,12	10.120.341,28	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.519.936,57	**7.717.208,38**	**11.611.322,67**	**9.094.962,97**	**9.432.792,82**	**7.615.547,60**	**7.694.214,79**	**7.645.972,75**	**7.923.479,89**	**7.644.475,43**	**7.459.012,18**	**7.669.425,02**	**99.028.351,07**	**1.120.671,86**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	100.149.022,93	0,008030
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	207.834.004,01	0,016665
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	197.442.303,81	0,015832
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	187.050.603,61	0,014999

FONTE: Sistema SIAFI, COFIN/SECONT, 22/SET/2022 e hora de emissão 09h40m.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1599, de 20 de setembro de 2022, publicada em 21 de setembro de 2022.

Des. JORGE MANOEL LOPES LINS

Presidente do Tribunal

MELISSA LAVAREDA RAMOS NOGUEIRA

Diretora-Geral

BÁRBARA LIMA TAVARES DE ALMEIDA

Secretária de Administração, Orçamento e Finanças

Em exercício

RUY MELO DE OLIVEIRA

Coordenador de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTARIA TRE Nº 257, DE 22 SETEMBRO DE 2022

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás relativo ao segundo quadrimestre de 2022.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, resolve:

Art. 1º Fica publicado o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral relativo ao segundo quadrimestre de 2022, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ITANEY FRANCISCO CAMPOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS Set/21	out/21	nov/21	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.458.391,91	13.564.605,01	20.815.094,76	15.052.454,77	17.364.236,07	13.436.729,32	14.053.832,15	13.409.480,50	13.502.272,57	13.697.713,82	13.296.993,30	13.350.430,18	175.002.234,36	2.385.955,80
Pessoal Ativo	11.733.111,80	11.841.550,17	18.235.525,22	13.325.006,27	14.742.527,01	11.653.643,44	12.264.590,58	11.588.291,63	11.715.454,26	11.911.780,28	11.513.015,94	11.496.506,84	152.021.003,44	2.385.955,80
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.962.013,22	10.063.077,95	14.705.112,37	11.501.790,27	13.009.032,93	9.909.024,08	10.504.220,21	9.835.359,89	9.957.486,01	10.152.623,23	9.770.227,68	9.742.817,53	129.112.785,37	2.385.955,80
Obrigações Patronais	1.771.098,58	1.778.472,22	3.530.412,85	1.823.216,00	1.733.494,08	1.744.619,36	1.760.370,37	1.752.931,74	1.757.968,25	1.759.157,05	1.742.788,26	1.753.689,31	22.908.218,07	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.725.280,11	1.723.054,84	2.579.569,54	1.727.448,50	2.621.709,06	1.783.085,88	1.789.241,57	1.821.188,87	1.786.818,31	1.785.933,54	1.783.977,36	1.853.923,34	22.981.230,92	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.406.372,58	1.406.364,15	2.101.051,94	1.410.470,83	2.143.685,76	1.449.464,56	1.454.378,08	1.460.176,61	1.448.895,64	1.439.865,66	1.438.089,29	1.438.082,94	18.596.898,04	-
Pensões	318.907,53	316.690,69	478.517,60	316.977,67	478.023,30	333.621,32	334.863,49	361.012,26	337.922,67	346.067,88	345.888,07	415.840,40	4.384.332,88	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.800.185,86	1.744.253,98	2.668.868,57	1.735.658,88	2.640.300,47	1.920.523,93	2.176.476,81	1.821.188,87	1.805.732,17	1.787.027,28	1.788.676,83	1.853.923,34	23.742.816,99	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	74.905,75	21.199,14	89.299,03	8.210,38	18.591,41	137.438,05	387.235,24	-	18.913,86	1.093,74	4.699,47	-	761.586,07	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.725.280,11	1.723.054,84	2.579.569,54	1.727.448,50	2.621.709,06	1.783.085,88	1.789.241,57	1.821.188,87	1.786.818,31	1.785.933,54	1.783.977,36	1.853.923,34	22.981.230,92	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.658.206,05	11.820.351,03	18.146.226,19	13.316.795,89	14.723.935,60	11.516.205,39	11.877.355,34	11.588.291,63	11.696.540,40	11.910.686,54	11.508.316,47	11.496.506,84	151.259.417,37	2.385.955,80

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	153.645.373,17	0,012320
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	291.304.330,37	0,023358
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	276.739.113,85	0,02219
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	262.173.897,33	0,021022

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFI/SAO, Data da emissão 21/09/2022.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2.Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.599, de 20 de setembro de 2022, publicada em 21 de setembro de 2022.

CHRISTIANO DE SOUZA VIEIRA

Secretário de Auditoria Interna

Substituto

CHRISTINE FERREIRA RESPLANDE

Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade

WILSON GAMBOGE JÚNIOR

Diretor-Geral

Des. ITANEY FRANCISCO CAMPOS

Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 220-GP, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2022.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2021 a agosto de 2022 constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CORNÉLIO ALVES

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[3] (b)
	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.240.055,87	10.300.965,96	15.674.496,93	12.189.616,50	13.547.306,11	10.523.681,05	10.302.625,44	10.353.905,93	10.531.049,38	10.759.932,49	10.210.256,77	10.303.233,07	134.937.125,50	878.239,09
Pessoal Ativo	8.387.690,84	8.435.624,25	12.896.969,54	10.320.210,91	10.739.642,13	8.660.494,20	8.425.415,22	8.429.577,04	8.612.173,76	8.842.364,84	8.310.809,31	8.364.645,99	110.425.618,03	878.239,09
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.009.232,39	7.056.709,22	10.152.176,38	8.929.613,24	9.406.656,77	7.274.720,80	7.062.360,40	7.058.934,37	7.250.323,54	7.476.629,21	6.961.312,20	7.018.321,07	92.656.989,59	831.338,14
Obrigações Patronais	1.378.458,45	1.378.915,03	2.744.793,16	1.390.597,67	1.332.985,36	1.385.773,40	1.363.054,82	1.370.642,67	1.361.850,22	1.365.735,63	1.349.497,11	1.346.324,92	17.768.628,44	46.900,95
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.852.365,03	1.865.341,71	2.777.527,39	1.869.405,59	2.807.663,98	1.863.186,85	1.877.210,22	1.924.328,89	1.918.875,62	1.917.567,65	1.899.447,46	1.938.587,08	24.511.507,47	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.259.081,91	1.277.227,54	1.916.052,40	1.277.227,54	1.884.277,70	1.247.203,68	1.261.423,17	1.259.053,26	1.303.088,57	1.301.780,60	1.283.660,41	1.293.085,85	16.563.162,63	-
Pensões	593.283,12	588.114,17	861.474,99	592.178,05	923.386,28	615.983,17	615.787,05	665.275,63	615.787,05	615.787,05	615.787,05	645.501,23	7.948.344,84	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.852.365,03	1.924.213,96	2.842.642,11	1.817.132,29	2.807.663,98	1.863.186,85	1.877.210,22	1.924.328,89	1.962.381,56	1.920.564,50	1.940.512,88	1.951.592,91	24.683.795,18	5.355,24
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	44.895,33	65.114,72	-	-	-	-	-	43.505,94	-	41.065,42	13.005,83	207.587,24	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	13.976,92	-	110.182,66	-	-	-	-	-	2.996,85	-	-	127.156,43	5.355,24
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.852.365,03	1.865.341,71	2.777.527,39	1.706.949,63	2.807.663,98	1.863.186,85	1.877.210,22	1.924.328,89	1.918.875,62	1.917.567,65	1.899.447,46	1.938.587,08	24.349.051,51	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.387.690,84	8.376.752,00	12.831.854,82	10.372.484,21	10.739.642,13	8.660.494,20	8.425.415,22	8.429.577,04	8.568.667,82	8.839.367,99	8.269.743,89	8.351.640,16	110.253.330,32	872.883,85

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	111.126.214,17	0,008911
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	305.534.069,26	0,024499
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	290.257.365,80	0,023274
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	274.980.662,33	0,022049

FONTE: Sistema <Tesouro Gerencial>, Unidade Responsável <COFIN/SAOF>, Data da emissão <22/set/2022> e hora de emissão <10h e 47m>

[3]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.599, de 20 de setembro de 2022, publicada em 21 de setembro de 2022.
3. Na linha " Despesas de exercíos anteriores de Período Anterior ao Período de Apuração" não foi incluído o valores de R$ 24.883,96 (março/22), R$ 22.209,03 (maio/2022) e R$ 817,83 (julho/22), por se tratarem de competências pertencentes ao período de apuração.
4. Na linha " Despesas de Exercíos Anteriores de Período Anterior ao Período de Apuração" no mês de junho/2022, do valor de R$ 47.187,10, foram excluídos R$ 44.190,25, por se tratarem de competências pertencentes ao período de apuração, restando R$ 2.996,85

Des. CORNELIO ALVES DE AZEVEDO NETO
Presidente do Tribunal

ANA ESMERA PIMENTEL DA FONSECA
Diretora-Geral

PAULINEA MARISE LIMA DE ARAÚJO
Dirigente de Auditoria Interna

SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELLO
Secretária de Administração, Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 776, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, DES. ROBERTO EUGÊNIO DA FONSECA PORTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28 do Regimento Interno e considerando o disposto nos artigos 54, III e parágrafo único c/c 55, I, "a", § 1º e § 2º da Lei Complementar 101 - LRF, de 4/5/00, publicada no D.O.U., Seção 1, de 5/5/00, e no teor da Portaria 924, de 08/07/2021, da Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal, no período compreendido entre setembro de 2021 a agosto de 2022, constante do anexo desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. ROBERTO EUGÊNIO DA FONSECA PORTO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	MAI/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.412.311,94	6.480.716,77	9.911.917,23	7.250.923,39	8.999.853,99	6.609.863,81	6.657.037,52	6.511.050,39	6.730.204,94	6.752.351,74	6.497.491,53	6.698.522,51	85.512.245,76	521.496,62
Pessoal Ativo	5.343.011,82	5.418.509,96	8.317.843,97	6.188.716,58	7.403.618,35	5.502.202,34	5.582.457,09	5.436.187,08	5.618.620,62	5.669.676,86	5.454.109,97	5.655.140,95	71.590.095,59	521.496,62
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.450.312,86	4.514.334,72	6.533.664,49	5.250.644,10	6.497.039,57	4.620.184,25	4.686.956,52	4.545.567,56	4.711.308,02	4.766.790,85	4.556.380,24	4.746.181,26	59.879.364,44	519.741,04
Obrigações Patronais	892.698,96	904.175,24	1.784.179,48	938.072,48	906.578,78	882.018,09	895.500,57	890.619,52	907.312,60	902.886,01	897.729,73	908.959,69	11.710.731,15	1.755,58
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.069.300,12	1.062.206,81	1.594.073,26	1.062.206,81	1.596.235,64	1.107.661,47	1.074.580,43	1.074.863,31	1.111.584,32	1.082.674,88	1.043.381,56	1.043.381,56	13.922.150,17	–
Aposentadorias, Reserva e Reformas	719.749,67	720.832,83	1.080.065,39	720.832,83	1.081.249,33	726.641,39	723.737,11	723.737,11	723.737,11	723.737,11	698.303,04	698.303,04	9.340.925,96	–
Pensões	349.550,45	341.373,98	514.007,87	341.373,98	514.986,31	381.020,08	350.843,32	351.126,20	387.847,21	358.937,77	345.078,52	345.078,52	4.581.224,21	–
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1° do art. 19 da LRF)	1.069.300,12	1.062.658,72	1.598.828,68	1.125.146,12	1.596.235,64	1.107.661,47	1.074.769,40	1.074.863,31	1.111.734,84	1.094.653,48	1.044.314,98	1.043.381,56	14.003.548,32	191.787,56
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	–	–	–	–	–	–	–	–	–	11.978,60	–	–	11.978,60	—

Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da apuração	–	–	–	–	–	–	–	–	–		–	–	–	–
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	–	451,91	4.755,42	62.939,31	–	–	188,97	–	150,52		933,42	–	69.419,55	191.787,56
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.069.300,12	1.062.206,81	1.594.073,26	1.062.206,81	1.596.235,64	1.107.661,47	1.074.580,43	1.074.863,31	1.111.584,32	1.082.674,88	1.043.381,56	1.043.381,56	13.922.150,17	–
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	5.343.011,82	5.418.058,05	8.313.088,55	6.125.777,27	7.403.618,35	5.502.202,34	5.582.268,12	5.436.187,08	5.618.470,10	5.657.698,26	5.453.176,55	5.655.140,95	71.508.697,44	329.709,06

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (IIIa + IIIb)	71.838.406,50	0,005760
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	176.368.945,98	0,014142
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	167.550.498,68	0,013435
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	158.732.051,38	0,012728

Fonte: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 22/set/2022, hora da emissão: 08h e 10m.

'Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no seguindo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior

continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2.Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.599, de 20 de setembro de 2022, publicada em 21 de setembro de 2022 no D.O.U.

3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", não foram incluídos os valores de R$ 19.595,38, R$ 8.714,40, R$ 2.079,30, R$ 793,27 e R$ 344,91, nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e junho de 2022, respectivamente, pois a competência pertence ao período de apuração.

NORIVAL NAVAS NETO
Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

ADAIL VILELA DE ALMEIDA
Coordenador de Auditoria Interna

RUBENS LISBÔA MACIEL FILHO
Diretor-Geral

Des. ROBERTO EUGÊNIO DA FONSECA PORTO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PORTARIA GP Nº 309, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, do 2º quadrimestre de 2022, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. RICARDO ANTÔNIO MOHALLEM

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	136.397.830,25	141.354.470,34	134.314.557,12	233.593.314,38	188.067.601,89	140.132.276,42	136.345.335,61	141.315.151,39	141.078.065,19	148.954.171,58	141.190.809,23	141.834.985,35	1.824.578.569,35	2.908.080,72	1.827.486.650,07
Pessoal Ativo	88.249.486,63	88.736.018,42	86.538.886,77	156.220.714,61	116.665.726,77	91.203.226,27	88.485.878,10	91.032.100,21	90.785.358,03	97.948.843,32	90.835.620,41	91.482.678,29	1.178.184.538,43	2.066.213,69	1.180.250.752,12
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	73.138.606,38	73.638.269,45	71.387.544,64	125.720.248,25	101.578.228,77	76.341.366,39	73.561.326,22	75.609.787,68	75.333.339,94	82.445.753,98	75.355.042,32	75.983.840,73	980.099.374,75	2.019.241,62	982.118.616,37
Obrigações Patronais	15.110.880,25	15.097.728,97	15.151.342,13	30.500.466,36	15.087.498,00	14.861.859,88	14.924.551,88	15.422.312,53	15.452.018,09	15.503.089,94	15.480.578,09	15.492.837,56	198.085.163,68	46.972,07	198.132.135,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	48.148.343,62	52.618.451,92	47.775.670,35	77.372.599,77	71.401.875,12	48.929.050,15	47.859.457,51	50.283.051,18	50.292.707,16	51.005.327,66	50.355.188,82	50.352.307,66	646.394.030,92	841.867,03	647.235.897,95
Aposentadorias, Reserva e Reformas	40.299.260,78	42.211.445,61	39.852.010,38	62.396.746,00	59.568.796,45	40.220.104,13	39.789.327,11	42.160.139,86	42.071.713,90	42.533.815,67	42.177.588,13	42.013.609,65	535.294.557,67	620.396,86	535.914.954,53
Pensões	7.849.082,84	10.407.006,31	7.923.659,97	14.975.853,77	11.833.078,67	8.708.946,02	8.070.130,40	8.122.911,32	8.220.993,26	8.471.511,99	8.177.600,69	8.338.698,01	111.099.473,25	221.470,17	111.320.943,42
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	24.777.775,07	26.380.073,04	24.659.219,33	52.385.131,16	71.126.194,30	48.600.293,58	47.568.629,60	49.311.805,00	48.111.220,31	55.936.623,69	49.857.283,51	26.320.231,45	525.034.480,04	116.247,86	525.150.727,90
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	5.289,65	33.568,80	0,00	7.511.379,73	0,00	920,54	11.354,09	18,78	6.735,01	6.311.132,68	0,00	514,84	13.880.914,12	102.963,89	13.983.878,01
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.772.485,42	26.346.504,24	24.659.219,33	44.873.751,43	71.126.194,30	48.599.373,04	47.557.275,51	49.311.786,22	48.104.485,30	49.625.491,01	49.857.283,51	26.319.716,61	511.153.565,92	13.283,97	511.166.849,89
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	111.620.055,18	114.974.397,30	109.655.337,79	181.208.183,22	116.941.407,59	91.531.982,84	88.776.706,01	92.003.346,39	92.966.844,88	93.017.547,89	91.333.525,72	115.514.754,50	1.299.544.089,31	2.791.832,86	1.302.335.922,17

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	**1.302.335.922,17**	**0,104427%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.798.105.625,71	0,304548%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.608.200.344,43	0,289321%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.418.295.063,14	0,274093%

FONTE: Tesouro Gerencial/SIAFI. DOF/SEPEOC/TRT3. 20/SET/2022. 17h e 30min.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1 - Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram computadas como despesas de pessoal:

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R$ 7.853.988,79. Houve a inscrição em restos a pagar no valor de R$ 2.045.742,00.

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada de R$ 8.808.746,81. Não houve inscrição em restos a pagar.

c) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R$ 3.043.394,34. Não houve inscrição em restos a pagar.

2 - Das despesas classificadas como "sentenças judiciais" (ND 319091), todas se referem à competência do período do relatório e, portanto, não foram deduzidas.

3 - Conforme apurado por este Regional, das despesas classificadas como de exercícios anteriores, ND 319092 e ND 319192, liquidadas no exercício de 2022,somente os valores de R$ 920,54 em fevereiro, R$ 11.354,09 em março, R$ 18,78 em abril, R$ 6.735,01 em maio, R$ 6.311.132,68 em junho e R$ 514,84 em agosto, referem-se a período anterior ao do relatório e, portanto, foram deduzidas.

4 - Este TRT não apurou situação que se enquadrasse como despesa de pessoal, reconhecida e devida no período de competência dos últimos 12 meses, não executada orçamentariamente.

Des. RICARDO ANTÔNIO MOHALLEM
Presidente do Tribunal

JOSÉ NACIP COELHO
Assessor de Ordenação de Despesas

MARILIA SOUZA DINIZ ALVES
Diretora de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO CLÁUDIO DOS SANTOS ROSA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 4.427, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PROAD nº 6570/2022, resolve:

Art. 1º. Extinguir 10 (dez) funções comissionadas de ASSISTENTE-CHEFE DE POSTO VARA-FC05 vinculadas aos Postos Avançados da Justiça do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;

Art. 2º. Transformar parte do saldo orçamentário proveniente da opção do servidor pela retribuição do cargo efetivo (Resolução CSJT nº 335/2022) em 10 (dez) cargos em comissão de DIRETOR DE POSTO-CJ03, vinculando 1 (um) a cada Posto Avançado da Justiça do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 318/DG, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Torna publico o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2022.

O DIRETOR-GERAL E ORDENADOR DA DESPESA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11a. REGIÃO, Ildefonso Rocha de Souza, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em cumprimento ao art. 1º, incisos I e II da Portaria Nº 86/2017/SGP, datada de 25-1-2017, e o determinado no inciso III e parágrafo único do art. 54, e § 2o. do art. 55 da Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar no. 178, de 13 de janeiro de 2021, e em atendimento ao Acórdão no. 553/2017- TCU - Plenário, item 9.4, resolve:

Art. 1o. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 2º quadrimestre de 2022, pertinente ao período de setembro de 2021 a agosto l de 2022, na forma constante de seu anexo.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA

ANEXO

UNIÃO DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11a REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	34.227.186,89	33.634.578,85	51.717.553,76	56.539.318,74	48.878.453,03	34.180.043,86	33.970.461,15	33.770.696,18	34.302.164,97	34.758.145,60	33.405.697,76	33.637.159,52	463.021.460,31	3.477.963,90	466.499.424,21
Pessoal Ativo	21.058.988,97	20.899.159,54	32.401.545,94	34.905.130,03	29.697.239,79	21.079.433,72	21.074.643,06	20.887.670,79	21.370.206,74	21.925.237,34	20.586.616,35	20.752.401,91	286.638.274,18	1.614.700,57	288.252.974,75
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.504.152,33	17.336.888,25	25.399.437,36	31.323.706,69	24.688.813,57	17.556.490,14	17.451.479,48	17.362.803,27	17.770.464,86	18.398.999,03	17.103.946,51	17.287.933,42	239.185.114,91	1.614.700,57	240.799.815,48
Obrigações Patronais	3.554.836,64	3.562.271,29	7.002.108,58	3.581.423,34	5.008.426,22	3.522.943,58	3.623.163,58	3.524.867,52	3.599.741,88	3.526.238,31	3.482.669,84	3.464.468,49	47.453.159,27		47.453.159,27
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.168.197,92	12.735.419,31	19.316.007,82	21.634.188,71	19.181.213,24	13.100.610,14	12.895.818,09	12.883.025,39	12.931.958,23	12.832.908,26	12.819.081,41	12.884.757,61	176.383.186,13	1.863.263,33	178.246.449,46
Aposentadorias, Reserva e Reformas	11.114.423,38	10.867.898,56	16.332.486,32	18.488.692,53	16.421.575,33	10.850.502,47	10.812.281,38	10.785.121,81	10.738.487,04	10.703.871,41	10.727.562,51	10.748.130,17	148.591.032,91	1.387.857,81	149.978.890,72
Pensões	2.053.774,54	1.867.520,75	2.983.521,50	3.145.496,18	2.759.637,91	2.250.107,67	2.083.536,71	2.097.903,58	2.193.471,19	2.129.036,85	2.091.518,90	2.136.627,44	27.792.153,22	475.405,52	28.267.558,74
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.053.774,54	1.867.520,75	14.262.980,54	21.579.294,87	4.486.250,85	2.260.290,36	2.181.096,46	2.107.963,68	2.260.484,45	10.363.389,03	11.414.576,21	12.871.925,69	87.709.547,43	3.306.266,29	91.015.813,72
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração													0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	15.074.196,00	1.711.214,20	7.382,94	120.301,03	11.509,78	67.013,26	663.941,25	7.661,27	14.586,33	17.677.806,06	3.151.711,90	20.829.517,96
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.053.774,54	1.867.520,75	14.262.980,54	6.505.098,87	2.775.036,65	2.252.907,42	2.060.795,43	2.096.453,90	2.193.471,19	9.699.447,78	11.406.914,94	12.857.339,36	70.031.741,37	154.554,39	70.186.295,76
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	32.173.412,35	31.767.058,10	37.454.573,22	34.960.023,87	44.392.202,18	31.919.753,50	31.789.364,69	31.662.732,50	32.041.680,52	24.394.756,57	21.991.121,55	20.765.233,83	375.311.912,88	171.697,61	375.483.610,49

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	375.483.610,49	0,030108%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	823.366.863,40	0,066021%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	782.198.520,23	0,062720%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	741.030.177,06	0,059419%

FONTE: TG - NÚC. DE CONTABILIDADE - 22/set/2022 - 10h 55m

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e, somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1. Os gastos com Precatórios de Requisição de Pequenos Valores na ação 0625, foi consolidado no valor de R$ 3.277.269,51.

2. Os gastos com Precatórios da Administração Direta, na Ação 0005, foram executados no valor de R$ 220.958,16

3. Os gastos com Precatórios da Administração Indireta, na Ação 0005, foram executados no valor de R$ 8.198.290,57

ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES
Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordenador da Despesas

LUANA JÓIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA
Chefe do Núcleo de Contabilidade

NELSON MACHADO BARROS
Diretor da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

PORTARIA TRT/GP/DG Nº 455, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

TORNAR PÚBLICO, nos termos do inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL deste Tribunal, relativo ao período de setembro de 2021 a agosto de 2022.

Des. ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.356.507,32	17.810.336,13	27.274.753,69	22.113.009,39	22.343.140,37	18.185.354,75	17.912.115,28	17.718.221,58	17.622.293,93	18.123.408,24	17.726.412,41	18.141.755,54	232.327.308,63	622.707,74	232.950.016,37
Pessoal Ativo	13.996.795,09	14.452.332,90	22.067.886,59	18.513.469,15	17.263.707,40	14.669.871,50	14.502.720,86	14.299.531,29	14.203.799,74	14.563.272,01	14.254.412,68	14.538.472,44	187.326.271,65	611.400,85	187.937.672,50
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.519.288,11	11.981.696,19	17.125.197,56	16.003.198,28	14.771.079,97	12.223.601,60	12.019.292,10	11.814.004,78	11.714.580,44	12.078.773,92	11.792.455,97	12.065.364,11	155.108.533,03	608.900,85	155.717.433,88
Obrigações Patronais	2.477.506,98	2.470.636,71	4.942.689,03	2.510.270,87	2.492.627,43	2.446.269,90	2.483.428,76	2.485.526,51	2.489.219,30	2.484.498,09	2.461.956,71	2.473.108,33	32.217.738,62	2.500,00	32.220.238,62
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.359.712,23	3.358.003,23	5.206.867,10	3.599.540,24	5.079.432,97	3.515.483,25	3.409.394,42	3.418.690,29	3.418.494,19	3.560.136,23	3.471.999,73	3.603.283,10	45.001.036,98	11.306,89	45.012.343,87
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.131.662,62	3.129.953,62	4.838.093,05	3.358.138,24	4.737.358,53	3.257.576,90	3.135.732,20	3.160.079,41	3.160.079,41	3.301.721,45	3.213.584,95	3.344.868,32	41.768.848,70	11.306,89	41.780.155,59
Pensões	228.049,61	228.049,61	368.774,05	241.402,00	342.074,44	257.906,35	273.662,22	258.610,88	258.414,78	258.414,78	258.414,78	258.414,78	3.232.188,28		3.232.188,28
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de tercei rização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)															
Despesas com Pessoal não Executada Orçamentariamente															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.368.156,84	3.392.283,38	5.206.867,10	2.261.220,56	5.079.432,97	3.527.357,30	3.517.494,32	3.418.690,29	3.418.494,19	3.560.136,23	3.586.595,02	3.603.283,10	43.940.011,30	298.197,11	44.238.208,41
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		34.280,15											34.280,15		34.280,15
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	8.444,61			227.703,43		11.874,05	108.099,90				114.595,29		470.717,28	298.197,11	768.914,39
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.359.712,23	3.358.003,23	5.206.867,10	2.033.517,13	5.079.432,97	3.515.483,25	3.409.394,42	3.418.690,29	3.418.494,19	3.560.136,23	3.471.999,73	3.603.283,10	43.435.013,87		43.435.013,87
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.988.350,48	14.418.052,75	22.067.886,59	19.851.788,83	17.263.707,40	14.657.997,45	14.394.620,96	14.299.531,29	14.203.799,74	14.563.272,01	14.139.817,39	14.538.472,44	188.387.297,33	324.510,63	188.711.807,96

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.737.000,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	188.711.807,96	0,015132%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	553.775.044,38	0,044404%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	526.086.292,16	0,042184%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	498.397.539,94	0,039964%

FONTE: SIAFI, STN, SOF/TRT DA 24ª REGIÃO, 21/09/2022, 11h e 08m

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (provisão), no valor de R$ 697.042,17. 2) Despesas com Precatórios da Administração Indireta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R$ 92.958,82.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

Des. ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal

ADRIANO PIRES DE SOUZA
Secretário de Orçamento e Finanças

SELZO MOREIRA FERNANDES
Secretário de Auditoria Interna

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO CFC Nº 1.676, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Dá nova redação ao Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs para 2018/2027, previsto no Inciso V do art. 1º da Resolução CFC nº 1.543/2018.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:
Art. 1º O Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs passa a vigorar com a seguinte redação:

Perspectiva	Resultados Institucionais: o *Balanced Scorecard* (BSC) retém a perspectiva, neste caso, o resultado institucional, como objetivo de maximização e melhoria do ambiente regulatório. O indicador de desempenho busca assegurar-se da competência do CFC e do ambiente regulatório da profissão.	
Dimensão	Política/Legal	
Objetivo	1. Fortalecer o ambiente regulatório e garantir as prerrogativas profissionais.	Indicadores
		1. Ações que assegurem ou ampliem as competências do CFC e melhorem o ambiente regulatório da profissão (indicador mantido com ajustes).
Perspectiva	Público e Sociedade: a estratégia de crescimento do resultado exige uma proposta de valor específico, e a perspectiva público e sociedade descreve como o Sistema CFC/CRCs criará valor diferenciado e sustentável para o público-alvo e a sociedade. No Mapa Estratégico, nesta perspectiva, o Sistema identifica os respectivos objetivos e os seus correspondentes indicadores de desempenho. Esses indicadores orientados para o público e para a sociedade podem ser vistos em si mesmos como relação causa e efeito.	
Dimensão	Responsabilidade Social	
Objetivos	2. Fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil.	Indicadores
		2. Publicações que mencionam o Sistema CFC/CRCs em veículos de comunicação - (indicador mantido com ajustes).
		3. Relacionamento sociopolítico institucional (medido pelo número de visitas dos presidentes, vice-presidentes e conselheiros a parlamentares, a ministros e à Presidência da República e destes à sede do CFC/CRC ou a outras dependências estabelecidas) (indicador mantido sem ajustes).
		4. Participação institucional (convite) em eventos de outras entidades (indicador mantido sem ajustes).
	3. Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade.	5. Índice de divulgação das ações institucionais (indicador novo).
		6. Índice de avaliação da profissão contábil perante a sociedade (indicador mantido sem ajustes).
Dimensão	Alinhamento e Integração	
Objetivo	4. Firmar Parcerias Estratégicas.	**Indicadores**
		7. Percentual de parcerias e patrocínios firmados (indicador mantido sem ajustes).
Dimensão	Iniciativa Institucional	
Objetivo**s**	5. Atuar como fator de proteção da sociedade.	**Indicadores**
		8. Índice de participação de voluntariado (indicador mantido com ajustes).
		9. Quantidade de horas realizadas no programa de voluntariado (indicador novo).
	6. Promover a satisfação da classe contábil em relação ao Sistema CFC/CRCs.	10. Grau de satisfação dos profissionais de contabilidade (indicador mantido com ajustes).
Perspectiva	Resultados Econômicos: o BSC apresenta a perspectiva com o objetivo de maximização dos resultados. O indicador de desempenho mostra se a estratégia, inclusive a sua implementação e execução, está contribuindo para a melhoria da demonstração de resultados.	
Dimensão	Financeira	
Objetivo	7. Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs.	Indicadores
		11. Ampliação da receita de contribuição (anuidade de profissionais e organizações contábeis) - (indicador mantido sem ajustes).
		12. Índice de inadimplência profissional - geral (indicador mantido com ajustes).
		13. Índice de inadimplência de organizações contábeis - geral (indicador mantido com ajustes).
		14. Índice de despesas com pessoal (indicador mantido sem ajustes).
		15. Índice de custos com a estrutura (indicador mantido sem ajustes).
Perspectiva	Tecnologia e Processos: os objetivos da perspectiva público e sociedade descrevem a estratégia; já o objetivo da perspectiva resultados econômicos descreve as consequências econômicas da estratégia bem-sucedida. Os processos institucionais e a inovação tecnológica cumprem dois componentes vitais da estratégia do Sistema: (1) produzem e fornecem a proposição de valor, o público-alvo e a sociedade; e (2) melhoram os processos tecnológicos e garantem a qualidade.	
Dimensão	Governança	
Objetivo	8. Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos.	Indicadores
		16. Índice de processos de registros julgados dentro do prazo (indicador mantido com ajustes - nome do indicador).
		17. Índice de processos de fiscalização julgados dentro do prazo - fase de defesa (indicador novo).
		18. Índice de processos de fiscalização julgados dentro do prazo - fase de recurso (indicador novo).
		19. Índice de Denúncias e Representações Apuradas (indicador novo).
		20. Índice de satisfação com a qualidade no atendimento do CFC/CRC (indicador mantido com ajustes).
Dimensão	Eficiência Operacional	
Objetivos	9. Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Educação Continuada, Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade.	Indicadores
		21. Índice de crescimento de registros profissionais ativos (indicador mantido com ajustes).
		22. Índice de crescimento de registros de organizações contábeis ativas (indicador novo).
		23. Índice de realização de fiscalizações (indicador mantido com ajustes).
		24. Quantidade de horas de capacitação por fiscal em atividade (indicador novo).
	10. Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da Ciência Contábil.	**Indicadores**
		25. Duração média das normas até a revogação (indicador novo).
		26. Quantidade de normas técnicas - aprovadas (indicador mantido sem ajustes).
Dimensão	Tecnologia e Inovação	
Objetivos	11. Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs.	Indicadores
		27. Grau de comprometimento da despesa em relação à receita (indicador mantido com ajustes).
		28. Índice geral de governança (indicador novo).
		29. Índice de cumprimento das determinações e/ou recomendações dos pronunciamentos emitidos pela CCI/CFC (indicador novo).
		30. Grau de implementação da inovação (indicador mantido com ajustes).
	12. Ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs.	31. Índice de modernização do parque tecnológico (hardware) - (indicador novo).
		32. índice de atendimento das demandas (aquisições) - (indicador novo).
		33. Índice de cumprimento das ações do PDTI (indicador novo).
		34. Índice de capacitação de empregados em ferramentas da Tecnologia da Informação (indicador novo).
		35. Índice de capacitação de empregados em ferramentas e/ou soluções de segurança da informação (indicador novo).
		36. Índice de capacitação dos empregados (indicador novo).
Perspectiva	Pessoas e Organização: a quarta perspectiva do Mapa Estratégico do BSC descreve os ativos intangíveis da organização e seu papel na estratégia. Os ativos intangíveis foram divididos em três categorias:	
	Pessoas: a disponibilidade de habilidades, talento e *know-how* necessário para sustentar a estratégia.	
	Organização: a capacidade da organização de mobilizar e sustentar o processo de mudança imprescindível para executar a estratégia.	
	Tecnologia: disponibilidade de sistemas, redes e estrutura tecnológica de que se precisa para apoiar a estratégia.	
Dimensão	Gestão de Pessoas	

Objetivo	13. Atrair e reter talentos.	Indicadores
		37. Percentual de benefícios (indicador mantido com ajustes).
		38. Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho Federal/Regional em prol do corpo funcional (indicador mantido com ajustes).
		39. Taxa de desligamento (indicador mantido com ajustes).
Dimensão	Gestão do Conhecimento	
Objetivo	14.Influenciar a formação das competências e das habilidades dos profissionais, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs.	Indicadores
		40. Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação - educação continuada (indicador mantido com ajustes).
		41. Hora média de capacitação dos conselheiros (indicador mantido com ajustes).
		42. Avaliação dos eventos - cursos, seminários, congressos, encontros, etc. (indicador mantido sem ajustes).
Dimensão	Infraestrutura	
Objetivo	15. Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs.	Indicadores
		43. Índice de veículos disponíveis para uso da fiscalização (indicador mantido com ajustes).
		44. Índice de renovação da frota de veículos de uso da fiscalização (indicador mantido com ajustes).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.
Aprovada na 1.090ª Reunião Plenária de 2022, realizada em 15 de setembro de 2022.

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 2.117, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera e inclui dispositivos no Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia, anexo à Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, pela Lei nº 6.537, de 19 de julho de 1978, pelo Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952 e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução nº 1.832, de 30 de julho de 2010, publicada no DOU nº 149, de 5 de agosto de 2010, Seção 1, Páginas: 85 e 86; CONSIDERANDO o disposto no § 2º do art. 6º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, o qual confere ao Cofecon a possibilidade de estabelecer desconto para profissionais recém inscritos, bem como com vistas a estimular o processo de registro, e de fomentar a política de anuidade diferenciadas e desconto para os jovens economistas; CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 15.643/2012 e o que foi deliberado nas 715ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, realizadas nos dias 16 e 17 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Alterar a alínea 'b' do inciso 'V' e incluir os parágrafos 9º e 10 ao artigo 4º do Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia, anexo à Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 4º [...]

V. [...]

b) duodécimos da anuidade correspondentes ao período entre a data de requerimento do registro e o final do exercício, observado o disposto no parágrafo 9º do presente artigo;

[...]

§ 9º Os Corecons poderão adotar política de anuidade diferenciada e descontos para os recém-inscritos, observadas as regras anualmente estabelecidas pelo Cofecon, garantindo-se desconto sobre o valor integral da anuidade nas seguintes proporções:

I. até 100% (cem por cento) para a primeira anuidade; II. até 50% (cinquenta por cento) para a segunda anuidade; III. até 25% (vinte e cinco por cento) para a terceira anuidade. § 10. Não fará jus ao benefício previsto no §9º do presente artigo o profissional que efetuar registro em decorrência de procedimentos de fiscalização.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente do Conselho
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 5.007, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Homologa processos contábeis apreciados na 715ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978; CONSIDERANDO o que consta dos processos apreciados na 715ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada nos dias 16 e 17 de setembro de 2022, em Brasília-DF; CONSIDERANDO o disposto nos pareceres da Contabilidade e da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon, resolve:

Art. 1º Homologar os Balancetes Trimestrais do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Economia listados abaixo: Processo: 20.101/2022 (Corecon-AM), Balancete 1º Trimestre de 2022; Processo: 20.200/2022 (Corecon-RJ), Balancete 2º Trimestre 2022; Processo: 20.139/2022 (Corecon-CE), Balancete 1º Trimestre 2022; Processo: 20.201/2022 (Corecon-MA), Balancete 2º Trimestre 2022; Processo: 20.169/2022 (Corecon-RR), Balancete 1º Trimestre 2022; Processo: 20.202/2022 (Corecon-BA), Balancete 2ºTrimestre 2021; Processo: 20.177/2022 (Cofecon), Balancete 1º Trimestre 2022; Processo: 20.206/2022 (Corecon-PE), Balancete 2º Trimestre 2022; Processo: 20.178/2022 (Cofecon), Balancete 2º Trimestre 2022; Processo: 20.207/2022 (Corecon-SC), Balancete 2ºTrimestre 2022; Processo: 20.183/2022 (Corecon-MT), Balancete 2º Trimestre 2022; Processo: 20.214/2022 (Corecon-AL), Balancete 2º Trimestre 2022; Processo: 20.187/2022 (Corecon-PI), Balancete 2º Trimestre 2022; Processo: 20.220/2022 (Corecon-GO), Balancete 1º Trimestre 2022; Processo: 20.191/2022 (Corecon-TO), Balancete 2º Trimestre 2022; Processo: 20.221/2022 (Corecon-PB), Balancete 2º Trimestre 2022; Processo: 20.194/2022 (Corecon-RS), Balancete 2º Trimestre 2022; Processo: 20.223/2022 (Corecon-RO), Balancete 2º Trimestre 23022; Processo: 20.195/2022 (Corecon-PR), Balancete 2º Trimestre 2022; Processo: 20.224/2022 (Corecon-MG), Balancete 2º Trimestre 23022; Processo: 20.198/2022 (Corecon-RN), Balancete 2º Trimestre 2022.

Art. 2º Homologar as Reformulações Orçamentárias dos Conselhos Regionais de Economia listados abaixo: Processo: 20.140/2022 (Corecon-CE), Reformulação Orçamentária de 2022; Processo: 20.184/2022 (Corecon-ES), Reformulação Orçamentária de 2022; Processo: 20.141/2022 (Corecon-AM), Reformulação Orçamentária de 2022; Processo: 20.193/2022 (Corecon-MG), Reformulação Orçamentária de 2022.

Art. 3º Homologar o Parcelamento de Cota Parte do Conselho Regional de Economia listado abaixo: Processo: 18.099/2017 (Corecon-CE), Parcelamento de Cota Parte.

Art. 4º Homologar as Prestações de Contas de Auxílios Financeiros dos Conselhos Regionais de Economia listados abaixo: Processo: 19.414/2020 (Corecon-ES), Evento: XXV Prêmio de Economia ES, Valor R$ 2.500,00; Processo: 19.937/2021 (Corecon-BA), Evento: Modernização Tecnológica, Valor R$ 6.000,00; Processo: 19.790/2021 (Corecon-ES), Evento: XXVI Prêmio de Economia ES, Valor R$ 3.000,00.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor nesta data.

PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente do Conselho
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 5.009, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Homologa os processos administrativos apreciados na 715ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e o que consta nos processos apreciados na 715ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada nos dias 16 e 17 de setembro de 2022, em Brasília-DF, resolve:

Art. 1º Homologar as decisões exaradas nos processos a seguir relacionados: Comissão de Fiscalização e Registro Profissional. I. Recurso conhecido e não provido de Cancelamento de Registro: Processo: 20.153/2022 (Corecon-SP), Interessada: Danielle Wandke Adinolfi Jesus; Processo: 19.951/2022 (Corecon-SP), Interessada: Ana Luiza Mendes Nogueira; Processo: 19.949/2022 (Corecon-SP), Interessado: Raimundo Alonso Danes Ortiz; Processo: 19.720/2021 (Corecon-SP), Interessado: Gualter Carvalho Neto; Processo: 20.155/2022 (Corecon-SP), Interessada: Proart Consultoria Representação e produções; Processo: 19.775/2021 (Corecon-SP), Interessado: Carlos Alberto Nastasi; Processo: 19.882/2021 (Corecon-SP), Interessada: Melissa Souza Araújo; Processo: 19.779/2021 (Corecon-SP), Interessada: Luciana Dias Alves; Processo: 19.776/2021 (Corecon-SP), Interessado: Stefano Magli; Processo: 19.740/2021 (Corecon-SP), Interessado: Alexandre Henrique Boni de Oliveira; Processo: 19.780/2021 (Corecon-SP), Interessado: Sérgio José De França Arruda; Processo: 19.881/2021 (Corecon-SP), Interessado: Luis Felipe Gazquez; Processo: 19.778/2021 (Corecon-SP), Interessado: José de Sousa Barbosa; Processo: 20.165/2022 (Corecon-RJ), Interessado: Mauro Campos Muniz; Processo: 19.847/2021 (Corecon-SP), Interessado: José Carlos Martins Basto; Processo: 20.133/2022 (Corecon-RJ), Interessado: Waldir Jesus de Araújo Lobão; Processo: 19.782/2021 (Corecon-SP), Interessada: Amanda Pollini Lopes; Processo: 19.962/2022 (Corecon-RJ), Interessado: Renan Helayel Vieira; Processo: 20.135/2022 (Corecon-RJ), Interessado: Regis Lemos de Abreu Filho, Processo: 20.134/2022 (Corecon-RJ), Interessado: Diego José Ferreira; Processo: 20.131/2022 (Corecon-RJ), Interessada: Ana Cláudia Tavares Mendes; Processo: 19.956/2022 (Corecon-RJ), Interessada: Carla Montenegro de Vasconcellos; Processo: 19.954/2022 (Corecon-RJ), Interessado: Joelcio Gama Mussi Junior; Processo: 19.961/2022 (Corecon-RJ), Interessado: Flávio José Marques Peixoto; Processo: 20.023/2022 (Corecon-RJ), Interessado: Rodrigo Luiz da Costa Pessanha; Processo: 19.763/2021 (Corecon/RJ), Interessada: Juliana Rodrigues de Melo Silva; Processo: 19.870/2021 (Corecon-RJ), Interessado: Raul do Prado Rabell Netto; Processo: 19.927/2021 (Corecon-RJ), Interessada: Hellen Vidal Guimarães; Processo: 19.764/2021 (Corecon-PR), Interessado: Francisco Roberto Fuentes Tavares de Lira; Processo: 19.977/2022 (Corecon-RJ), Interessada: Security Administradora de Recursos Ltda; Processo: 19.920/2021 (Corecon-PR), Interessado: José Carlos Fin; Processo: 19.921/2021 (Corecon-PR), Interessado: Daniel Maurício Fedato; Processo: 19.883/2021 (Corecon-ES), Interessada: Giuliana Calmon Faria; Processo: 19.918/2021 (Corecon-PR), Interessada: Eliane Veteri de Souza Bastos; Processo: 19.893/2021 (Corecon-PE), Interessada: André Stefano Cabral de Assis; Processo: 19.800/2021 (Corecon-RS), Interessado: Tarik Capisani Buchabqui. II. Recurso conhecido e provido de Cancelamento de Registro: Processo: 20.154/2022 (Corecon-SP), Interessado: Héricles Mauro Valle; Processo: 19.922/2021 (Corecon-PR), Interessada: Ivana Angela Zanini; Processo: 19.950/2022 (Corecon-SP), Interessado: José Navasconi Junior; Processo: 19.919/2021 (Corecon-PR), Interessada: Tassia de Oliveira; Processo: 20.132/2022 (Corecon-RJ), Interessado: José Otávio da Silva. III. Recurso conhecido e não provido de Exercício Ilegal da Profissão: Processo: 20.148/2022 (Corecon-PR), Interessada: A3 Capital Assessoria e Consultoria Ltda; Processo: 20.149/2022 (Corecon-PR), Interessada: Balan & F.M Balan Ltda; Processo: 20.150/2022 (Corecon-PR), Interessado: Eduardo Hecht Baldissera; Processo: 19.917/2021 (Corecon-PR), Interessado: Adenilson Aparecido Vieira. IV. Recurso conhecido e provido de Exercício Ilegal da Profissão: Processo: 19.768/2021 (Corecon-PR), Interessado: Alexandre Salton de Souza Aranha; Processo: 20.146/2022 (Corecon-PR), Interessada: LCB Consultoria e Projetos Ltda. V. Recurso conhecido e não provido de remissão de débito: Processo: 20.136/2022 (Corecon-RJ), Interessado: Márcio Braga. VI. Recurso conhecido e provido de Suspensão de Registro: Processo: 19.136/2021 (Corecon-MG), Interessado: Kemersson Vasconcelos Abreu. Comissão de Educação: I. Aprova Auxílio Financeiro: Processo: 20.112/2022 (Corecon-MA), Auxílio Financeiro: Prêmio Maranhão de Economia, Valor: R$ 3.000,00; Processo: 20.219/2022 (Ange), Auxílio Financeiro: XXXVII Congresso da Ange, Valor: R$ 15.000,00; Processo: 20.192/2022 (Corecon-PB), Auxílio Financeiro: X Prêmio Paraíba de Economia Prof. Celso Furtado, Valor: R$ 3.000,00. II. Aprova Auxílio Financeiro com ressalva e condicionantes, conforme voto do relator: Processo: 20.188/2022 (Corecon-RN), Auxílio Financeiro: XX Prêmio RN de Economia, Valor: R$ 3.000,00; Processo: 20.216/2022 (Corecon-PA/AP), Auxílio Financeiro: Prêmio Prof. Armando Corrêa Pinto - 2022, Valor: R$ 3.000,00. Comissão de Governança: planejamento estratégico, transparência e LGPD. I. Aprova Auxílio Financeiro: Processo: 19.978/2022 (Corecon-PI), Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica, Valor: R$ 10.512,00.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente do Conselho
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 5.010, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos dos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário Internacional (UNINTER).

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952 e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofecon nº 1.832, de 30 de julho de 2010, publicada no DOU nº 149, de 5 de agosto de 2010, Seção 1, Páginas: 85 e 86; CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 1.997, de 3 de dezembro de 2018, publicada no DOU nº 239, de 13 de dezembro de 2021, Seção 1, Página: 120, que regulamenta o registro profissional junto aos Corecons dos egressos de cursos de graduação em grau de bacharelado e conexos ao de Economia; CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 2011, de 27 de maio de 2017, publicada no DOU nº 128, de 5 de julho de 2019, Seção 1, Página: 167, que dispõe sobre o registro nos Corecons dos diplomados em Relações Internacionais; CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 20.100/2022 e o deliberado na 715ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada nos dias 16 e 17 de setembro de 2022, em Brasília-DF, resolve:

Art. 1º Aprovar o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos dos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário Internacional - UNINTER, registrados no Ministério da Educação sob os nº 103836 e nº 1314982, respectivamente, nas modalidades presencial e à distância.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente do Conselho
Em exercício

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RESOLUÇÃO CFN Nº 732, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga mandato no Conselho Regional de Nutricionistas da 1ª Região (CRN-1) até o dia 14 de outubro de 2022.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no exercício das competências previstas na Lei Federal n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, no Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno do CFN, aprovado pela Resolução CFN n° 621, de 18 de fevereiro de 2019, e em conformidade com as deliberações adotadas nas 465ª e 469ª Reunião Plenária Ordinária, realizadas nos dias 18, 20 e 21 de agosto de 2022 e no dia 22 de setembro de 2022, respectivamente, Considerando as justificativas apresentadas no Ofício nº 3121/2022-CRN-1-GTEC encaminhado pelo Conselho Regional de Nutricionistas da 1ª Região (CRN-1) solicitando a prorrogação do mandato dos conselheiros efetivos e suplentes Gestão 2019 a 2022, Considerando a Ata da 85ª Sessão Plenária Extraordinária do CRN-1 realizada em 12 de setembro de 2022 enviada ao CFN constando o posicionamento expresso pelo Plenário atual e pelo Plenário eleito para o triênio 2022 a 2025 declarando estar de acordo com a prorrogação da posse para o dia 14 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Prorrogar o mandato do atual Plenário do Conselho Regional de Nutricionistas da 1ª Região (CRN-1) até 14 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CFN Nº 733, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Institui o Glossário Virtual do Sistema CFN/CRN e dá outras providências.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no exercício das competências previstas na Lei Federal n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, no Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno do CFN, aprovado pela Resolução CFN n° 621, de 18 de fevereiro de 2019, e em conformidade com as deliberações adotadas nas 465ª e 469ª Reunião Plenária Ordinária, realizadas nos dias 18, 20 e 21 de agosto de 2022 e no dia 22 de setembro de 2022, respectivamente, considerando:

- a função normativa do CFN, relacionada à realização dos objetivos institucionais, conforme disposto pelo art. 9º da Lei n° 6.583, de 1978, que cria os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, regula o seu funcionamento, e dá outras providências; e - a necessidade de harmonizar, simplificar e consolidar as definições de termos contidas em diferentes Resoluções do CFN, a fim de facilitar a consulta por nutricionistas, técnicos em nutrição e dietética, discentes, membros do Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Nutricionistas (Sistema CFN/CRN) e pela sociedade em geral, bem como em atenção ao art. 7º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, resolve:

Art. 1º Instituir o Glossário Virtual do Sistema CFN/CRN, disponibilizado pelo CFN como ferramenta on-line no sítio eletrônico do Conselho, com o objetivo de disponibilizar as definições de termos adotadas para fins de interpretação e implementação dos atos normativos e demais manifestações do Sistema CFN/CRN. Parágrafo único. O processo de construção do Glossário Virtual do Sistema CFN/CRN objetivou ampliar, harmonizar e revisar as definições de termos integrantes de diferentes resoluções do CFN, reunir tais definições e disponibilizá-las em uma ferramenta on-line de consulta e atualização simplificadas.

Art. 2º Na ausência de determinado termo no Glossário Virtual do Sistema CFN/CRN, deve-se considerar, nesta ordem, as definições publicadas por: I - órgãos oficiais brasileiros; II - entidades técnico-científicas e organismos internacionais de referência no respectivo campo; e III - na literatura científica.

Art. 3º A atualização para inclusão, modificação ou exclusão de termos e definições no Glossário Virtual do Sistema CFN/CRN decorrerá: I - da aprovação de Resolução do CFN que inclua proposta de glossário; II - de necessidade técnica, mediante consulta prévia aos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRNs); e III - de publicação de ato oficial, de modo a manter o glossário adequado às normativas oficiais.

§ 1º A atualização de termos e definições ocorrerá mediante edição de Portaria do CFN.

§ 2º A ferramenta on-line do Glossário Virtual do Sistema CFN/CRN disponibilizará o histórico de atualizações de termos e definições.

Art. 4º A Resolução CFN nº 378, de 28 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte alteração: "Art. 1º Regulamentar o registro e cadastro de Pessoas Jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutricionistas." (NR)

Art. 5º A Resolução CFN nº 490, de 5 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Regulamentar os critérios para a utilização e aplicação das fontes de renda no âmbito do CFN e CRN." (NR)

Art. 6º A Resolução CFN nº 576, de 19 de novembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Regulamentar os procedimentos para solicitação, análise, concessão e anotação de Responsabilidade Técnica do Nutricionista." (NR)

Art. 7º A Resolução CFN nº 585, de 19 de agosto de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Regulamentar a emissão de Certidão de Acervo Técnico para Nutricionistas, Técnicos em Nutrição e Dietética e Pessoas Jurídicas." (NR)

Art. 8º A Resolução CFN nº 594, de 17 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Regulamentar o registro das informações clínicas e administrativas do paciente, a cargo do nutricionista, relativas à assistência nutricional, em prontuário físico (papel) ou eletrônico do paciente." (NR)

Art. 9º A Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Regulamentar a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições e indicar parâmetros numéricos mínimos de referência por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade." (NR)

Art. 10. A Resolução CFN nº 605, de 22 de abril de 2018, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Regulamentar as áreas de atuação profissional e as atribuições do Técnico em Nutrição e Dietética (TND)." (NR)

Art. 11. Ficam revogados os:

I - parágrafo único do Art. 1º da Resolução CFN nº 222, de 21 de maio de 1999;

II - art. 7º e Anexo da Resolução CFN nº 304, de 26 de dezembro de 2003;

III - anexo II da Resolução CFN nº 321, de 2 de dezembro de 2003;

IV - conceito de cada procedimento apresentado no Anexo I da Resolução CFN nº 417, de 18 de março de 2008;

V - art. 2º da Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010;

VI - art. 2º da Resolução CFN nº 596, de 22 de outubro de 2017;

VII - glossário anexo à Resolução CFN nº 599, de 25 de fevereiro de 2018;

VIII - anexo I da Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018;

IX - glossário anexo à Resolução CFN nº 605, de 22 de abril de 2018;

X - anexo da Resolução CFN nº 656, de 15 de junho de 2020;

XI - § 2º do Art. 1º e Anexo I da Resolução CFN nº 663, de 28 de agosto de 2020;

XII - § 1º do Art. 1º da Resolução CFN nº 666, de 30 de setembro de 2020;

XIII - parágrafo único do Art. 2º e Anexo I da Resolução CFN nº 679, de 19 de janeiro de 2021;

XIV - parágrafo único do Art. 2º e Anexo I da Resolução CFN nº 680, de 19 de janeiro de 2021;

XV - parágrafo único do Art. 2º e Anexo I da Resolução CFN nº 681, de 19 de janeiro de 2021, após retomada a vigência do referido ato normativo, suspenso por determinação judicial;

XVI - glossário anexo à Resolução CFN nº 690, de 6 de maio de 2021;

XVII - parágrafo único do art. 1º e anexo I da Resolução CFN nº 702, de 15 de setembro de 2021; e

XVIII - glossário em apêndice à Resolução CFN nº 705, de 16 de setembro de 2021.

Art. 12. Esta resolução entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

RESOLUÇÃO CONTER Nº 15, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre Normas Gerais de Intervenção do CONTER nos CRTRS, Nomeação e Destituição de Diretoria Executiva Interventora e Critérios para Recomposição do Corpo de Conselheiros e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, por intermédio da sua Junta Governativa no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, artigo 16, inciso V do Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, e alínea "b" do art. 15 do Regimento Interno do CONTER e da resolução CONTER 11, de 04 de agosto de 2022;

CONSIDERANDO o teor do caput do artigo 37 inserto na Carta Magna, no tocante aos princípios que devem nortear os atos da administração pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que todas as decisões administrativas com força normativa têm a premissa de dar continuidade no serviço público;

CONSIDERANDO que o princípio da continuidade do serviço público está além da mera prestação da atividade fim da instituição e que essa prestação deve seguir a legislação vigente de modo a ser eficaz;

CONSIDERANDO o princípio da intervenção mínima do CONTER nos Regionais e a continuidade dos mandatos de Corpo de Conselheiros;

CONSIDERANDO o teor do artigo 5° incisos LIV e LV da C/88 que prevê o devido processo legal e seus corolários: a ampla defesa e o contraditório, a fim de empreender segurança jurídica para fielmente cumprir com os princípios da autonomia, independência administrativa e financeira dos Conselhos de Técnicos em Radiologia, e, também, primar pelo princípio do interesse público, tendo como paradigma os postulados da razoabilidade e da proporcionalidade;

CONSIDERANDO que o Sistema CONTER/CRTRs é constituído de Conselhos Profissionais de Fiscalização com natureza jurídica autárquica, exercendo múnus público com indelegável poder de polícia, nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADIN 1717/DF com acórdão publicado no DJ em 28-03-2003 PP-00061 EMENTA VOL02104-01 PP-00149;

CONSIDERANDO que o CONTER deve primar pela boa gestão da coisa pública nos CRTRs, garantindo a supremacia do interesse público sobre o interesse particular, com o imperativo de dever ser reconhecido para que se tenha a correta atuação institucional e como órgão máximo do Sistema, e assim garantir a continuidade do serviço público, bem como, promover os atos necessários a sua regularização, quando houver, nos Regionais, ilegalidades ou irregularidades que possam gerar prejuízo grave, de difícil ou impossível reparação, à Administração Pública e aos administrados;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 e no caput do art. 14, ambos do Decreto nº. 92.790 de 17 de junho de 1986 que determinam, respectivamente, a unicidade do Sistema CONTER/CRTRs e a subordinação dos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia ao Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia;

CONSIDERANDO o disposto no inciso V do artigo 16 do Decreto nº. 92.790 de 17 de junho de 1986 que estabelece como atribuição do CONTER: promover quaisquer diligências ou verificações, relativas ao funcionamento dos Conselhos Regionais, nos Estados ou Territórios e Distrito Federal, e adotar, quando necessárias, providências convenientes a bem da sua eficiência e regularidade, inclusive a designação de diretorias interventoras;

CONSIDERANDO as alterações trazidas pelo decreto Lei 9.531/2018 que altera o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, que regulamenta a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Nacional promover auditorias contábeis e financeiras, diligências ou verificações relativas ao funcionamento dos Conselhos Regionais, nos Estados e no Distrito Federal, e adotar, quando necessárias, providências para aprimorar sua eficiência e regularidade, incluída a designação de diretorias interventoras;

CONSIDERANDO o decidido em Reunião de Diretoria Executiva do CONTER, Ad Referendum de Reunião Plenária, realizada no dia 14 de setembro de 2022, registrada na Ata nº 116, resolve:

Art. 1º - Aprovar e reformular o Regulamento de Intervenção do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia - CONTER nos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia - CRTRs.

Art. 2º - O Regulamento de Intervenção é norma especial e prevalece sobre as demais normativas do CONTER quanto ao tema Intervenção nos CRTRs.

Art. 3º - A Intervenção nos CRTRs reger-se-á pelo Regulamento de Intervenção, o qual é parte integrante da presente Resolução, sem prejuízo da aplicação subsidiária de outras normas do CONTER e da legislação em geral em casos de omissões.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5º - Revoga-se expressamente a Resolução CONTER de nº 14/2016.

SILVIA KARINA LOPES DA SILVA
Diretora-Presidenta do Conselho

ADRIANO CÉLIO DIAS
Diretor-Secretário

ANEXO

CAPÍTULO I
DA INTERVENÇÃO
DA JUSTA CAUSA PARA INTERVENÇÃO

Art. 1° - A intervenção em Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia - CRTRs ocorrerá nos termos deste Regulamento e na sua omissão, nos termos das normas de processo administrativo no Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, aplicando-se subsidiariamente a legislação referente ao processo administrativo no âmbito da administração pública federal, no que couber, assegurada ao acusado ampla defesa e contraditório, sendo que a intervenção decorrerá da comprovação de pelo menos um dos seguintes fatos/atos:

I. Não prestar contas ao CONTER ou aos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União - TCU, nos prazos e moldes estabelecidos, ou sua reprovação em decorrência de ilegalidades praticadas dolosamente;

II. Não recolher ou repassar as cotas-partes devidas ao CONTER, dentro dos prazos fixados e na forma por estes fixadas;

III. Descumprir as normas relativas à arrecadação e ordenação de despesas dos valores arrecadados pelo CRTR, tais como:

a) deixar, sem justa causa, de inscrever os inadimplentes em dívida ativa e promover a cobrança judicial ou extrajudicial dos valores devidos aos cofres públicos, permitindo a ocorrência de prescrição;

b) não concluir no prazo prescricional os processos administrativos de multas decorrentes da fiscalização;

c) suspender o pagamento da dívida contraída junto ao CONTER ou a outro CRTR, salvo motivo de força maior;

d) receber valores em espécie ou em contas não cadastradas para pessoa jurídica do CRTR;

e) receber valores ligados à cota-parte do CONTER em conta não compartilhada;

f) ordenar despesas sem previsão orçamentária, sem transposição orçamentária ou que promovam o desequilíbrio entre receitas e despesas;

g) sem justo motivo, não apresentar o orçamento do ano subsequente no prazo fixado pelo CONTER;

h) Deixar de incluir em previsão orçamentária despesas com os processos eleitorais previstos, a tempo para viabilização das eleições;

IV. Deixar de realizar licitação ou fazê-la em desacordo com as normas legais e orientações do CONTER, ou de órgãos de controle como o TCU, com prejuízo ao erário;

V. Promover ou realizar práticas caracterizadas em lei de improbidade administrativa, mesmo que por apenas um dos membros do Corpo de Conselheiro do CRTR, ou omitir-se de instaurar processo para apuração e punição do (s) responsável (eis) no âmbito do sistema CONTER/CRTRs;

VI. Promover ou realizar ato qualquer que configure crime contra a administração pública, conforme definição legal, mesmo que por apenas um dos membros do Corpo de Conselheiro do CRTR, ou omitir-se de instaurar processo para apuração e punição do (s) responsável (eis) no âmbito do sistema CONTER/CRTRs;

VII. Promover ou realizar interferência indevida em processo eleitoral de qualquer CRTR ou do CONTER, usurpando competência da Comissão Nacional Eleitoral ou da Comissão de Nacional de Recursos Eleitorais, ou omitir-se de instaurar processo para apuração e punição do (s) responsável (eis) no âmbito do sistema CONTER/CRTRs;

VIII. Criar ou permitir a permanência de obstáculos ou embaraços à abertura, desenvolvimento, publicidade ou conclusão de processo eleitoral de qualquer CRTR ou do CONTER, ou omitir-se de instaurar processo para apuração e punição do (s) responsável (eis) no âmbito do sistema CONTER/CRTRs;

IX. Utilizar-se da máquina pública para afastar concorrentes ou obter qualquer espécie de vantagem no processo eleitoral em curso; ou omitir-se de instaurar processo para apuração e punição do (s) responsável (eis) no âmbito do sistema CONTER/CRTRs em razão das infrações eleitorais cometidas no processo eleitoral em curso;

X. Quando ocorrer vacância decorrente de término de mandato eletivo do Corpo de Conselheiros do CRTR, ou quando a eleição de Diretoria Executiva não for realizada nos moldes e prazos previstos no Regimento Eleitoral, no Regimento Interno do CRTR e no decreto regulamentador;

XI. Quando ocorrer a destituição do Corpo Conselheiros por decisão transitada em julgado ou com recurso sem efeito suspensivo em processo administrativo ou judicial que ateste a ilegalidade ou irregularidade de sua eleição;

XI. Quando ocorrer a ausência de quórum mínimo para as deliberações do Plenário no CRTR, em razão de renúncia, afastamento, licença, ou qualquer outra causa, sem que haja a recomposição do corpo colegiado na forma regimental;

XII. Descumprir, injustificadamente, o plano anual de fiscalização;

XIII. Descumprir o Regimento Interno do CRTR;

XIV. Descumprir as normas do ordenamento jurídico brasileiro, em especial às relativas aos Conselhos Profissionais, as Resoluções do Conselho Nacional de Radiologia, as decisões judiciais irrecorríveis ou sem efeito suspensivo ou a Termos de Ajustamento de Conduta assinados com CONTER, TCU ou Ministério Público;

XV. Não atender, tempestivamente, as solicitações das Câmaras e Comissões ou recusar-se, injustificadamente, a prestar informações ou não enviar documentos requisitados pelos setores do CONTER tais como:

a) Comissão de Sindicância;
b) Sindicante;
c) Ccomissão de Processo Administrativo de qualquer natureza;
d) Comissão de Ética do Conselho Regional;
e) Comissão de Licitação;
f) Comissão de Fiscalização;
g) Comissão de Patrimônio;
h) Comissão de Transparência;
i) Comissão de Educação;
j) Comissão de Tomada de Contas;

XVII. Não atender, tempestivamente ou recusar-se, injustificadamente a prestar informações, ou não enviar documentos requisitados pelos seguintes entes, ou órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Poder Executivo, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União ou órgãos policiais.

XVIII. Não promover abertura ou não dar o regular seguimento aos processos e sindicâncias de cunho ético/disciplinar, contra membros do atual Corpo de Conselheiros por atos praticados anteriormente à gestão em curso, quando de sua competência;

XIX. Praticar atos que coloquem em risco a integridade e hierarquia do Sistema CONTER/CRTRs ou que desvirtuem suas finalidades para atender a interesses pessoais, de terceiros, de associações, de sindicatos, de instituições de ensino ou de empresas;

XX. Conceder ou negar irregularmente inscrições e registros sem observância dos requisitos legais e normas expedidas pelo CONTER, seja a pessoa física ou jurídica;

XXI. Não observar os valores sociais do trabalho, a existência digna do trabalhador, ou descumprir desígnios morais na gestão de pessoal em âmbito do poder público, permitindo a ocorrência no âmbito do CRTR de:

a) Prática de assédio moral contra os empregados do CRTR colocando em risco o desempenho das atividades da Autarquia ou sendo condenado em contenciosos trabalhistas individuais ou coletivos em razão de tal prática;

b) Violação dos direitos dos empregados com prática que indique preconceito de origem, raça, gênero, orientação sexual, religião, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

c) Atrasos injustificados por período igual ou superior a três meses o pagamento de salários dos seus empregados, bem como o não recolhimento de valores atinentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, verbas previdenciárias e retenção do Imposto de Renda nos termos da lei;

d) Contratação por livre nomeação e exoneração para cargos de chefia, assessoramento e direção de parentes consanguíneos, afins ou socioafetivos até o 3° grau inclusive, cônjuge ou companheiro;

e) Realização de concurso público com não provimento das vagas ofertadas no prazo de sua validade;

f) Despedida de empregado sem a devida motivação do ato, ressalvadas as hipóteses de livre nomeação e exoneração ad nutum;

g) Descumprimento de acordo coletivo, quando o mesmo atender aos requisitos impostos pelo Tribunal de Contas da União.

§1º - Quando compatível, a tomada de medidas pelo CRTR que efetivamente corrija, repare ou suste os efeitos dos fatos/atos elencados nos incisos deste artigo, até abertura de processo administrativo que implicará na intervenção, constitui justa causa capaz de elidir a mesma. No mesmo sentido, efetivada nova eleição de Diretoria Executiva pelos demais Conselheiros Efetivos antes da abertura de processo administrativo em comento, quando os fatos tenham sido praticados por culpa exclusiva de um ou mais membros dela, excluindo-se da nova gestão o(s) agente(s) do ato(s).

§2º - No curso da intervenção, quando um ou mais Membros da Diretoria Executiva Interventora praticar qualquer um dos atos elencados nos incisos do artigo 1º do Capítulo I deste regulamento, ofensivos à Gestão da Autarquia e às Resoluções ou Portarias emanadas do CONTER, pode ocorrer a sua imediata destituição, em decisão administrativa discricionária da Diretoria Executiva do CONTER, antes da abertura do processo administrativo para apuração de eventual irregularidade, ficando a critério da Diretoria Executiva do CONTER analisar se cabe a assinatura de Termo de Ajuste de Conduta.

§3º - No curso da intervenção em Conselho Regional, a Diretoria Executiva do CONTER pode destituir a Diretoria Executiva Interventora, em decisão administrativa discricionária, por conveniência e oportunidade, através de edição de Portaria específica, observando sempre o interesse público e a melhoria da gestão do Conselho Regional.

CAPÍTULO II
DO PRINCÍPIO DA NÃO INTERVENÇÃO
DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Art. 2° - O CONTER não intervirá nos CRTRs, ressalvadas as hipóteses do artigo 1° do Capítulo I e nos casos fatos/atos que embora não previstos expressamente nos incisos do artigo anterior, possam causar grave lesão à ordem pública ou à economia das contas do Sistema CONTER/CRTRs, de modo a garantir a continuidade regular dos serviços prestados pelo CRTR e a prevalência do interesse público.

§1° - Tanto nas hipóteses descritas nos incisos do art. 1° do Capítulo I, como nos casos deste art. 2°, o CONTER, quando possível, proporá ao CRTR a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, fixando medidas a serem tomadas por este em prazos improrrogáveis previamente fixados;

§2º - O Termo de Ajustamento de Conduta assinado pelo CRTR não implicará em confissão quanto aos fatos ou atos que justificariam a intervenção, mas, se descumprido, autorizará a realização de intervenção imediata independentemente da abertura de novo processo administrativo sobres os fatos/atos nele consignados.

§3° - Cumprido na sua integralidade, o Termo de Ajustamento de Conduta de que trata os §§1° e 2° deste artigo, o CONTER arquivará o procedimento, não cabendo intervir no Regional em razão dos mesmos fatos/atos nele consignados, ressalvada a reincidência.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO E DOS PROCEDIMENTOS PARA INTERVENÇÃO
FASES PROCESSUAIS

Art. 3° - O Processo Administrativo de Intervenção reger-se-á em Rito Sumário, devendo o (a) Diretor (a) Presidente do CONTER, ao tomar ciência do (s) ato (s)/fato (s) típico (s), adotar as seguintes providências:

I. Determinar o arquivamento da denúncia/representação em até 05 (cinco) dias da ciência do ato/fato, quando verificado de plano a sua inconteste falsidade, insubsistência ou atipicidade;

II. Caso haja materialidade e tipicidade na denúncia, determinar a abertura de processo administrativo no âmbito do CONTER e notificar o Presidente do Regional para que apresente defesa no prazo improrrogável de 10 (dez) dias sob o (s) fato (s) /ato (s) imputado (s) que justificariam a intervenção e propondo, no mesmo ato, Termo de Ajustamento de Conduta, sempre que cabível, nos termos do art.2°;

III. Em não havendo assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, transcorrido o prazo da defesa, em até 05 (cinco) dias, o(a) Diretor(a) Presidente, solicitará, em caráter de urgência, Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica do CONTER e convocará reunião de Diretoria Executiva em até 10 (dez) dias depois de recebido o Parecer, para:

a) decidir pelo arquivamento, quando a defesa apresentada pelo Regional realizar reproche ao (s) ato (s) /fato (s) imputados, comprovando a ausência de autoria ou materialidade necessárias para configuração da justa causa para Intervenção, ou demonstrando a ilegalidade de possível decisão pela intervenção no caso;

b) decidir pela intervenção quando subsistirem provas suficientes sobre autoria e materialidade, restando configurada a tipicidade do (s) ato (s) /fato (s) e não houver apresentação de defesa pelo CRTR ou a mesma se mostrar completamente insubsistente ou infundada;

c) decidir pela nomeação de Comissão de Intervenção para instruir o Processo Administrativo de Intervenção quando não for possível decidir nas formas das alíneas "a" ou "b".

§1° - O Presidente do CONTER poderá agir de ofício em tomando ciência dos fatos/atos que impliquem em ilegalidades e irregularidades passíveis de gerar abertura de processo de intervenção nos CRTRs, para tomar as medidas cabíveis.

§2º - A defesa apresentada intempestivamente ou a sua não apresentação não gerará a presunção de veracidade do (s) ato (s) /fato (s) imputados, devendo haver comprovação dos mesmos para que se motive a Intervenção;

§3° - O Parecer Jurídico a que alude o inciso II deste artigo tramitará com prioridade sobre os demais expedientes da Assessoria Jurídica devendo constar dos autos em até 48 (quarenta e oito) horas após sua requisição, de modo que a Diretoria Executiva tenha ciência do conteúdo do mesmo antes de tomar uma das decisões a que alude o inciso II deste artigo, não se vinculando ao mesmo;

§4° - A intervenção decorrente de vacância por ter expirado o mandato do Corpo de Conselheiros do CRTR sem que haja posse de um novo Corpo, ou por descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta, independe da fase de instrução, deverá ser tratada e decidida em reunião de Diretoria Executiva, devendo em até 30 (trinta) dias, antes do término do mandato, notificar o Presidente do Regional para que no prazo de 10 (dez) dias o CRTR se manifeste sobre a hipótese de possível vacância.

§5° - Compete originalmente à Diretoria Executiva do CONTER julgar e determinar a intervenção nos CRTRs, mas o Plenário, independentemente de quaisquer circunstâncias, poderá anular toda a intervenção ou apenas converter seu caráter

imediato aplicando a hipótese da alínea "c" do inciso II do art. 3° deste Regulamento para que seja apresentado parecer da ASSEJUR para apreciação pela Plenária do CONTER.

§6° - É vedado o litisconsórcio passivo de pessoas jurídicas (CRTRs) e a intervenção de terceiros nos processos de que trata este Regulamento, mas é possível a cumulação de pedidos e fundamentos para intervenção quando referentes ao mesmo CRTR e ao mesmo Corpo de Conselheiros.

SEÇÃO I

DA COMISSÃO DE INTERVENÇÃO

Art. 4° - A Comissão de Intervenção será composta de 03 (três) membros nomeados pelo Presidente do CONTER em até 1O (dez) dias da decisão prevista na alínea "c" do inciso II do artigo 3° deste Regulamento, sendo pelo menos 01 (um) da classe profissional e em pleno gozo de seus direitos junto ao Sistema CONTER/CRTRs.

Parágrafo único - A Comissão de Intervenção organizar-se-á com um Presidente e dois Secretários, conforme Portaria de nomeação.

Art. 5° - O membro da classe profissional do Sistema CONTER/CRTRs que integrar a Comissão de Intervenção será o seu Presidente, sendo substituído, nas suas ausências, por quaisquer dos Secretários e, nos seus impedimentos ou em caso de renúncia, somente poderá ser substituído por outro profissional da categoria para tal fim nomeado, observados os mesmos critérios.

Art. 6° Os membros da Comissão de Intervenção não poderão ser:

I. Conselheiros, empregados ou prestadores de serviço do Conselho Regional sob o qual potencialmente poderá recair a intervenção;

II. Conselheiros Efetivos do CONTER, e, se Suplentes, ficarão impedidos de participar do julgamento em Plenário de tal processo, caso sejam convocados a suprir temporariamente Conselheiro Efetivo quando do julgamento ou se tenha tornado efetivo em definitivo;

III. Quem tenha participado do processo, ou venha a participar, como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrerem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

IV. Quem esteja litigando diretamente e pessoalmente, judicial ou administrativamente contra Conselheiros do CRTR sob o qual recai a possível intervenção, ou respectivo cônjuge/companheiro;

V. Candidato em chapa inscrita para concorrer em eleição para o CRTR sob o qual potencialmente poderá recair a intervenção, caso haja pleito em curso;

VI. Parentes consanguíneos, afetivos ou afins, até 3º grau, ou cônjuge ou companheiro (a) de quaisquer dos Conselheiros do CRTR sob o qual potencialmente poderá recair a intervenção;

VII. Amigo íntimo, ou inimigo capital, de quaisquer dos Conselheiros do CRTR sob o qual potencialmente poderá recair a intervenção.

VIII. Quem tenha interesse direto ou indireto na matéria.

Parágrafo único - Quaisquer alegações de impedimento ou suspeição, seja da Comissão de Intervenção, da Diretoria Executiva ou do Plenário do CONTER, serão julgados incidentalmente pelo colegiado onde estiver o arguido, excluído o mesmo da votação, sem suspensão dos trabalhos em andamento.

Art. 7° - São atribuições da Comissão de Intervenção:

I. Instruir o processo, juntando aos autos as provas necessárias ao justo deslinde do feito;

II. Elaborar Relatório Conclusivo Motivado, opinando pela Intervenção ou Arquivamento, bem como outras medidas que entender cabíveis;

III. Prestar informações ao CONTER sobre o andamento do processo;

IV. Diligenciar e impulsionar de ofício o processo na fase instrutória de modo imparcial e conclui-la em 60 (sessenta) dias, contados da intimação do CRTR para produzir novas provas, podendo haver pedidos de prorrogações à Diretoria Executiva do CONTER por prazo razoável, sempre que as circunstâncias justificarem um degolamento da instrução;

V. Decidir os casos omissos, suprindo as omissões deste Regulamento com as demais normas aplicáveis, com analogia, princípios gerais do direito e precedentes das Comissões de Intervenção anteriores em casos similares;

VI. Manter os autos do processo sob seu controle e responsabilidade durante a fase instrutória, juntando as peças cronologicamente, numerando-as e rubricando-as.

CAPÍTULO IV

DA FASE INSTRUTÓRIA

DA PROVA EM GERAL E DOS PODERES INSTRUTÓRIOS

Art. 8° - A Comissão de Intervenção de ofício ou a requerimento do CRTR, poderá determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo motivadamente, de forma irrecorrível, os pedidos de provas e de diligências inúteis ou meramente protelatórias.

Art. 9° - A Comissão de Intervenção intimará o CRTR na pessoa de seu Presidente para que no prazo de 05 (cinco) dias indique as provas que pretende produzir, justificando a sua necessidade, sendo que em caso de documentos não juntados com a defesa, estes deverão ser juntados neste mesmo prazo.

Parágrafo único - Quando o ato/fato imputado aos gestores do CRTR decorrer de denunciante não anônimo, este será igualmente intimado nos termos do caput.

Art. 10° - Caso a Comissão de Intervenção defira a produção de prova pericial, a mesma será produzida previamente à prova oral, regendo-se, no que for aplicável, pelas regras gerais do processo civil brasileiro quanto à competência técnica e imparcialidade do perito, devendo oportunizar às partes a apresentação de quesitos iniciais e complementares, sendo que os prazos para os atos de perícia e quesitos serão fixados razoavelmente pela Comissão, primando pela celeridade que o rito requer, observada a isonomia.

Parágrafo único - É admissível ao CRTR bem como ao denunciante nomear assistente técnico.

Art. 11° - Além da juntada de documentos, a Comissão de Intervenção poderá requerer, de ofício, o depoimento pessoal do Presidente do CRTR ou de qualquer outro Conselheiro que se relacione com o (s) ato (s) /fato (s) imputado (s), bem como oficiar a terceiros para prestar informações ou testemunhar;

Art. 12° - Será admissível a prova testemunhal, somente quando cumulativamente:

I. O ato/fato não estiver comprovado por perícia, documento ou confissão;

II. O ato/fato for controvertido e a oitiva seja imprescindível seu esclarecimento;

III. Quando houver decisão da Comissão de Intervenção de ofício, ou esta houver deferido o requerimento do CRTR, ambos a serem realizados no prazo previsto no art. 9°, oportunidade na qual deverá juntar o rol com a qualificação das testemunhas que se deseja ouvir.

Art. 13° - Será admitida a oitiva de até 03 (três) testemunhas por ato/fato que se deseje provar, devendo as mesmas, quando requeridas pela Comissão de Intervenção, serem trazidas independentemente de intimação, sob pena de descumprimento de ordem legal prevista no art. 330 do Código Penal;

Parágrafo único - O CONTER arcará com as despesas da produção da prova testemunhal e de qualquer outra quando a prova for requerida pela Comissão de Intervenção, cabendo ao CRTR arcar aquelas geradas pelas provas por ele requeridas.

Art. 14° - É vedada a substituição de testemunhas, salvo em caso de morte de alguma previamente arrolada, hipótese na qual a testemunha substituta poderá ser trazida no dia da oitiva, independentemente de juntada de rol, sendo qualificada antes de iniciar a sua oitiva.

Parágrafo único - Em qualquer hipótese, a alegação de impedimento ou suspenção de testemunha, será oral e reduzida a termo no ato de sua oitiva, logo após a sua qualificação, cabendo a Comissão de Intervenção, em modo irrecorrível, analisar e decidir o incidente, imediatamente, considerando os mesmos requisitos previstos nos incisos V a VIII do art. 6° deste Regulamento.

Art. 15° - A Comissão de Intervenção poderá de ofício ou a requerimento dos interessados deferir outros meios de prova em direito admitidas e que não estejam expressamente previstas neste Regulamento, quando imprescindíveis a busca da verdade real.

Art. 16° - A Comissão de Intervenção designará as datas, locais e horários para realizar seus atos e coletar as provas, podendo preferencialmente optar entre a sede do CRTR ou do CONTER, conforme o caso, ressalvada a oitiva de Conselheiros do Regional investigado e de testemunhas em geral hipóteses nas quais se dará na sede do CRTR, ou quando a natureza do ato exigir local diverso de acordo com as circunstâncias.

Parágrafo único - As oitivas poderão ser tomadas por meio de videoconferência, desde que seja utilizado aplicativo oficial e precedido da devida gravação.

Art. 17° - A Comissão de Intervenção poderá delegar a um dos Conselheiros do Sistema CONTER/CRTR, nos moldes de Carta Precatória, a oitiva de pessoas, sempre que necessários para o atendimento dos princípios da celeridade e da economicidade.

Art. 18° - Concluída a instrução, a Comissão de Intervenção elaborará um relatório descrevendo seus trabalhos e, com parecer motivado, opinando pela realização da intervenção ou não no CRTR, constando expressamente eventual voto divergente e seus fundamentos.

§1º - Concluído o relatório a que alude o caput, a Comissão de Intervenção enviará os autos ao Presidente do CONTER em até 48h (quarente e oito horas), sendo que seu parecer não vincula a decisão do Plenário do CONTER que, motivadamente, pode decidir por medida diversa da sugerida, observando os postulados da proporcionalidade e razoabilidade em relação à gravidade do (s) fato (s) /ato (s) comprovado (s) e as demais normas deste Regulamento.

§2º - Em caso de Instauração de Junta Governativa do CONTER, esta decidirá ad referendum do plenário do CONTER, exercendo esse papel para andamento dos trabalhos do CONTER e das intervenções administrativas.

CAPÍTULO V

DA FASE DECISÓRIA

Art. 19° - Recebidos os autos do Processo de Intervenção concluídos, o Presidente do CONTER, no prazo de 05 (cinco) dias, os enviará para o Departamento Jurídico para que a Assessoria Jurídica do CONTER emita parecer sobre o caso no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 20° - Retornando os autos do Processo de Intervenção da Assessoria Jurídica, o Presidente do CONTER, no prazo de 5 (cinco) dias, nomeará Relator, dentre os Conselheiros Efetivos do CONTER, para proferir voto, o qual será apreciado em Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva do CONTER, convocada em até 30 (trinta) dias, salvo motivo justificado.

Art. 21° - O Relator deverá ser nomeado observando os mesmos requisitos previstos nos incisos III a VIII, do art. 6° deste regulamento.

§1° - Em sendo impedido ou suspeito, qualquer membro da Diretoria Executiva do CONTER, conforme os requisitos do caput, votarão os demais diretores, em caso de empate se garantirá, preferencial, o voto do mais velho da diretoria;

§2° - Se o impedimento ou suspeição for do Presidente do CONTER, o Secretário o substituirá e na impossibilidade deste o Tesoureiro, sendo a (s) cadeira (s) vaga (s) da Diretoria Executiva preenchida (s) pelos conselheiros efetivos votados pela Plenária para este fim.

§3° - Em casos de impedimento ou suspenção de todos os Diretores Executivos do CONTER, as funções do Presidente, e demais Diretores, serão exercidas pelos Conselheiros Efetivos do CONTER eleitos pela Plenária do CONTER, exclusivamente para os fins de que trata este Regulamento.

Art. 22° - O Relator proferirá seu voto no prazo de 10 (dez) dias contados de sua intimação pelo CONTER e o lerá na Reunião da Diretoria Executiva do CONTER, convocada para tal fim.

Parágrafo único - Não haverá Revisor, nem sustentação oral nos Processos de Intervenção.

Art. 23° - Os Diretores Executivos, os Conselheiros Efetivos, ou ainda, Suplentes no exercício da efetividade, nos casos de substituição por impedimento ou suspeição, em Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva do CONTER, após a leitura voto do Relator proferirá voto, manifestando-se favorável ou não a este, determinando por consequência a realização ou não de intervenção no CRTR.

§1º - Por questões de economia e celeridade o Relator poderá apresentar voto verbal, reduzido a termo na Ata da reunião, e sempre que as razões de sua decisão coincidirem com Parecer da Comissão de Intervenção ou Parecer da Assessoria Jurídica, apontado em Ata expressão: "pelos mesmos fatos e fundamentos do Parecer da ... " e, se for o caso, constando ainda as pequenas divergências e diferenças;

§2º - O voto dos demais será sempre verbal reduzido a termo em Ata e cada um dos membros terá fala regulada, conforme Regimento Interno do CONTER, e na omissão deste, poderão se manifestar pelo tempo máximo de 05 (cinco) minutos.

Art. 24° - A Diretoria Executiva do CONTER, ou quem o faça as vezes, em qualquer hipótese, quando julgar a Intervenção e não decidir pelo arquivamento do processo, imporá as seguintes penalidades:

I. Advertência pública aos Conselheiros do CRTR condenados;

II. Intervenção temporária, pela qual o Corpo de Conselheiros será afastado por até 06 (seis) meses, prorrogáveis até o saneamento das irregularidades constatadas no processo e das outras encontradas durante a intervenção;

III. Intervenção definitiva pela qual, o Corpo de Conselheiros será afastado definitivamente e será nomeada Diretoria Interventora no mesmo ato.

§1º - A penalidade de advertência pública somente se aplica isoladamente se os fatos/atos cumulativamente:

a) Não comprometerem o erário;

b) Forem realizados de forma culposa;

c) Tiver ocorrido o saneamento das ilegalidades/irregularidades durante o processo administrativo e;

d) Não tiver sido aplicada, anteriormente, ao mesmo Corpo de Conselheiros, ainda que inespecífica a reincidência;

§2º - A penalidade de intervenção temporária somente se aplica se os fatos/atos cumulativamente:

a) Não implicam na aplicação isolada de censura pública;

b) Não caracterizam improbidade administrativa;

c) Não configuram crime assim definido pela legislação penal e haja razoáveis elementos que indiquem que o retomo do Corpo de Conselheiros não implicará na continuidade das ilegalidades/irregularidades constatadas.

§3° - A penalidade definitiva se aplica nos casos de vacância ou quando ficar comprovado que os atos realizados pelo Corpo de Conselheiros, ainda que todos não tenham participado diretamente, mas haja omissão comprovada, de modo que alternativamente se verifique:

a) Prejuízos consideráveis aos cofres do Sistema CONTER/CRTRs;

b) Crime contra a administração pública;

c) Improbidade administrativa;

d) Manipulação de processo eleitoral no âmbito do Sistema CONTER/CRTR; ou

e) Que a manutenção do Corpo de Conselheiros tomar-se, física ou juridicamente impossível, em razão do ato/fato, ou ainda, quando seu retorno se mostrar incompatível com a moralidade na gestão da coisa pública;

§4° - As penalidades não podem ser aplicadas cumulativamente, não configurando, entretanto, cumulação, os casos de reincidência.

§5° - A penalidade de intervenção temporária poderá converter-se em definitiva nas hipóteses reguladas neste Regulamento, respeitado o contraditório, a oportunidade de apresentação de defesa e produção de provas pelos afastados;

§6° - A penalidade de intervenção definitiva se aplica quando não for possível aplicar-se a advertência pública ou a intervenção temporária;

CAPÍTULO VI

DA FASE RECURSAL

DOS RECURSOS CABÍVEIS

Art. 25° - Caberá recurso ordinário para o Plenário do CONTER devolvendo-lhe toda matéria de fato e de direito:

I. Nos casos em que a Diretoria Executiva do CONTER decidir nas formas da alínea "a" do inciso II do art.3º;

II. Nos casos em que a Diretoria Executiva do CONTER decidir nas formas das alíneas "b" do inciso II do art.3°;

III. Nos casos em que a Diretoria Executiva do CONTER, após fase instrutória e Parecer da Comissão de Intervenção, decidir arquivar o processo ou aplicar quaisquer das penalidades do art. 24 deste Regulamento.

Parágrafo único - Em caso de instauração de Junta governativa ficará prejudicada a análise do recurso, que, na hipótese, será realizado sem efeito suspensivo, e seguirá para deliberação do próximo corpo de Conselheiro.

Art. 26° - Caberá recurso inominado para o Plenário do CONTER nos casos de indeferimento de alegação de impedimento ou suspeição de membro da Comissão de Intervenção ou da Diretoria Executiva do CONTER.

Art. 27° - Aos acórdãos das decisões proferidas pelo Plenário do CONTER, poderão ser opostos Embargos de Declaração no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua publicação ou da intimação aos interessados, em petição dirigida ao Relator, na qual será indicado o ponto obscuro, contraditório ou omisso, cuja declaração se imponha.

Parágrafo único - O Relator, se assim entender necessário, poderá abrir vista à parte ou ao interessado a quem eventual modificação do julgado possa causar gravame, para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias e, após, submeterá o recurso com seu voto na próxima Sessão Plenária Extraordinária do CONTER.

Art. 28° - Ressalvada a hipótese do art. 27, são irrecorríveis as decisões do Plenário do CONTER, porém, este deverá rever a decisão de Intervenção sempre que:

I. Cessarem os atos que a justificaram, fazendo retomar o Corpo de Conselheiros ou dando posse ao novo Corpo eleito, de acordo com os demais regramentos deste Regulamento;

II. Verificar-se, de ofício, que sua decisão foi nula de pleno direito por violação à legislação ou a este Regulamento; ou

III. Houver decisão judicial transitada em julgado, ou cujo recurso contra a mesma não tenha sido dado efeito suspensivo, indicando a nulidade ou a improcedência da intervenção.

Art. 29° - São partes legitimas para interpor os recursos:

I. Conselheiros do CRTR sob o qual pode recair a intervenção;

II. O denunciante ou o autor da representação quando não anônimo;

Art. 30° - Os recursos serão interpostos no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação da decisão, sob pena de preclusão.

Art. 31° - São dispensados de preparos os recursos previstos neste Regulamento, não sendo cabíveis, recolhimentos de taxas, emolumentos ou depósitos recursais, ressalvados os custos com reprodução de cópias de partes do processo que podem ser requeridas e pagas de acordo com norma específica.

Art. 32° - Os recursos previstos neste Regulamento serão recebidos sem efeito suspensivo, salvo nos casos em que o Relator entender que possam causar grave lesão ao Sistema CONTER/CRTRs, hipótese na qual, em decisão monocrática, poderá sustar os efeitos da decisão recorrida até o julgamento do recurso.

Art. 33° - Os recursos serão interpostos ao Presidente do CONTER e endereçados para sede da Autarquia Nacional via protocolo do CONTER, por e-mail ou presencialmente.

Art. 34° - O Relator nomeado para o recurso inominado ficará prevento para os demais;

Art. 35° - Aplica-se ao processamento dos recursos o mesmo rito previsto nos artigos 19 a 23 deste Regulamento, com as seguintes adequações:

I. Somente serão levados a julgamento recursos que estejam fundamentados com a demonstração clara dos pontos da decisão recorrida que violarem este Regulamento ou a legislação aplicável subsidiariamente ao mesmo.

II. O Relator, no prazo para proferir seu voto, poderá, por decisão monocrática e irrecorrível, negar seguimento ao recurso quando este for:

a) Intempestivo;

b) Interposto contra decisão irrecorrível, observadas as hipóteses deste Regulamento;

c) Interposto sem fundamentação, ou seja, descontextualizado em relação a decisão recorrida, vago, ou excessivamente genérico;

d) Interposto por parte ilegítima.

Art. 36° - Julgado inadmitido pelo Relator, monocraticamente, ou julgado improvido no Plenário, o recurso, manter-se-á a decisão recorrida.

Art. 37° - Julgado provido o recurso, se:

I. Reformando a decisão de arquivamento da forma da alínea "a" do inciso II do art.3°, será imediatamente instaurada Comissão de Intervenção nos termos da alínea "c" do mesmo inciso e artigo;

II. Reformando a decisão pela intervenção da forma da alínea "b" do inciso II do art.3°, será imediatamente sustada a intervenção e instaurar-se-á Comissão de Intervenção nos termos da alínea "c" do mesmo inciso e artigo, ou arquivado o processo reestabelecendo o Corpo de Conselheiros, consoante o caso concreto, se eventualmente estiver afastado;

III. Reformando a decisão de intervenção, fundada nos casos em que já houve atuação e Parecer da Comissão de Intervenção, reestabelecer-se-á o Corpo de Conselheiros, se eventualmente estiver afastado;

IV. Revendo a decisão de indeferimento da alegação de impedimento ou suspeição, será recomposto o colegiado onde o membro foi considerado inapto, excluindo-se todos os membros julgados como impedidos ou suspeitos, substituindo-os por outros que preencham os critérios deste Regulamento.

Art. 38° - Os recursos serão julgados prioritariamente aos demais recursos, sempre na primeira sessão Plenária subsequente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, mantendo-se e executando-se a decisão recorrida até deliberação ulterior.

Art. 39° - Ultrapassado o prazo para propor Embargos de Declaração contra acórdão que julgou recurso, expedir-se-á certidão de trânsito em julgado, certificando-a e incluindo-a nos autos.

CAPÍTULO VII

DA FASE EXECUTÓRIA

Art. 40° - Transitado em julgado o processo de intervenção, ou estando em curso, mas havendo decisão pela intervenção (temporária ou definitiva) sem efeito suspensivo, o Presidente do CONTER nomeará Diretoria Executiva Provisória de Intervenção para o CRTR.

Parágrafo único - Transitado em julgado o processo e, em havendo decisão pela advertência pública, o Presidente do CONTER mandará publicar os termos da advertência no DOU, dentro de 05 (cinco) dias.

Art. 41° - A Diretoria Executiva Provisória de Intervenção será composta por 03 (três) membros dentre os profissionais inscritos no Sistema CONTER/CRTRs de ilibada reputação e em pleno gozo dos seus direitos ao exercício profissional, os quais exercerão as funções de Presidente, Secretário e Tesoureiro do CRTR, conforme discriminação na portaria de nomeação, substituindo o Corpo de Conselheiro afastado.

Art. 42° - A Diretoria Executiva Provisória de Intervenção tomará posse em data designada pelo Presidente do CONTER e ficará adstrita aos cânones legais aplicáveis à Administração Pública e, principalmente, às determinações emanadas do CONTER.

Art. 43° - A Diretoria Executiva Provisória de Intervenção quando assumir em razão do afastamento do Corpo de Conselheiros poderá solicitar ao CONTER prorrogação de prazo para sanear as ilegalidades/irregularidades apuradas, se insuficiente, ou ainda, se descobertas durante a intervenção novas ilegalidades/irregularidades, hipótese também aplicável para o caso da intervenção ocorrer inicialmente por simples vacância, sendo que, em qualquer das hipóteses, o CONTER fixará prazo razoável para Diretoria Interventora executar as correções e ajustes necessários.

Art. 44° - A Diretoria Executiva Provisória de Intervenção assumirá todas as competências do Corpo de Conselheiro afastado, devendo, entretanto, reativar, recompor e nomear, se ausentes, as Comissões Permanentes obrigatórias de trabalho do Regional, compondo-as com profissionais regularmente inscritos no Sistema CONTER/CRTR, se couber, diversos dos afastados, podendo ainda, de acordo com a necessidade e o interesse público, criar, compor, modificar ou extinguir, nos mesmos moldes, Comissões Transitórias, em quaisquer dos casos, observando o Regimento Interno do CRTR.

Art. 45° - Compete à Diretoria Executiva Provisória de Intervenção, sem prejuízo das demais atribuições legais e regimentais:

I. Executar os trabalhos de intervenção de forma eficiente e eficaz;

II. Tomar as providências e executar as ações que fundamentadamente julgar necessárias ao fiel cumprimento de suas finalidades;

III. Inventariar todos os pontos e questões apuradas previamente no processo administrativo que gerou a intervenção, devendo apresentar ao CONTER os seguintes documentos:

a) Atas de reuniões que se relacionam com a apuração dos fatos;

b) Relatórios detalhados das ações e atos/fatos apurados, com indicação de datas de sua ocorrência;

c) Cópias de quaisquer documentos que se relacionem com a intervenção e que não integraram o processo;

d) Indicação precisa das responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva e dos Conselheiros, se houver;

e) Determinação de medidas a serem tomadas para correção de infrações e irregularidades que forem apuradas e cumprimentos destas medidas e das indicadas pelo CONTER, bem como das que se fizerem necessárias ao cumprimento das suas competências e finalidades;

f) Declaração de não incidência nas condutas autorizadoras da intervenção descritas no art. 1º do Capítulo I deste regulamento.

I. Realizar relatório contábil financeiro comparativo para demonstrar a situação do CRTR antes da intervenção e ao seu fim.

Parágrafo único - Se a Diretoria Executiva Interventora incidir em condutas autorizadoras da intervenção, poderá ser substituída de ofício por decisão de Diretoria Executiva do CONTER.

Art. 46° - Na Portaria que nomear a Diretoria Executiva Interventora poderão ser especificadas outras atividades e atribuições especiais para esta realizar com fito de sanear as irregularidades/ilegalidades que justificaram a intervenção.

Parágrafo único - O CONTER poderá, ainda na mesma Portaria de nomeação, anular todos os atos da Diretoria Executiva ou do Corpo de Conselheiros do CRTR interditado que conflitem com o escopo deste Regulamento e possam, de qualquer maneira, obstar os trabalhos da nova Diretoria.

Art. 47° - A Diretoria Executiva Provisória de Intervenção prestará relatório mensal ao CONTER sobre o desenvolvimento das atividades do Regional, acompanhado das Atas das suas reuniões, inclusive sobre as medidas adotadas para sanear as ilegalidades/irregularidades que justificaram a intervenção e a eficácia de tais, sob pena de imediata destituição;

Art. 48° - A Diretoria Executiva Provisória de Intervenção sinalizará o total saneamento das irregularidades/ilegalidades que geraram a intervenção e o CONTER, por meio de sua Plenária, decidirá pelo retorno do Corpo de Conselheiros quando o afastamento se der nos moldes da intervenção temporária, ou permanecerá na administração do CRTR até a posse do próximo corpo de conselheiros caso a intervenção tenha ocorrido nos moldes da definitiva.

Parágrafo único - Quando do julgamento a que alude o caput, o Plenário do CONTER poderá converter o afastamento temporário em definitivo, nos termos deste Regulamento.

Art. 49° - Todas as despesas, tais como jetons, verba de representação, auxilio representação, diárias e passagens aéreas, se for o caso, que foram geradas para realização dos trabalhos da Diretoria Executiva Provisória de Intervenção, bem como das Comissões Permanentes ou Transitórias, inclusive da Comissão Eleitoral, correrão às expensas do CRTR interditado, podendo o CONTER, em casos de ausência de receita suficiente para tanto, com fins de não inviabilizar as atividades precípuas do Regional, arcar de modo total ou parcial com tais despesas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50° - Todos os atos serão praticados na sede do CONTER, com dias e horários designados pela Diretoria Executiva na fase prévia, decisória e recursal, ou na forma deste Regulamento quando designados pela Comissão de Intervenção na fase instrutória, ressalvados os que por sua natureza tenha que ser praticados em outro lugar, sempre dentro do horário de funcionamento do CONTER e em dias úteis.

Parágrafo único - No caso de impossibilidade de realizar reunião presencial, fica autorizado que a reunião seja feita por meio de videoconferência, desde que, seja utilizado aplicativo oficial e precedida da devida gravação.

Art. 51° - O CRTR será intimado na pessoa do seu Diretor-Presidente, sendo, entretanto, intimados individualmente, os membros do Corpo de Conselheiros que estejam envolvidos nas irregularidades ou ilegalidades que fundamentam o pedido de intervenção, por AR ou por correspondência eletrônica.

Art. 52° - Os prazos deste Regulamento são contados em dias simples, não se suspendendo em razão da superveniência de sábados, domingos, feriados ou ausência de expediente do CONTER ou do CRTR, salvo quando coincidir com seu termo, hipótese na qual se prorrogará para o dia subsequente, aplicando-se as demais regras gerais de contagem de prazo.

Art. 53° - A denúncia ou representação relativa a fatos/atos que importem na possibilidade de intervenção, poderá ser realizada por qualquer pessoa física ou jurídica, desde que o faça por escrito, ou, se oral, se reduza a termo por empregado do CONTER e poderá integrar autos de procedimento preparatório ou sindicância, sempre que houver diversos denunciantes dos mesmos fatos ou diversas denúncias de fatos diferentes.

Art. 54° - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Executiva do CONTER, que poderá, ao decidir integrá-los utilizando-se da analogia, da equidade, dos princípios gerais do direito, bem como, aplicar subsidiariamente a este Regimento as demais normas do ordenamento jurídico pátrio, preferencialmente as emanadas pelo CONTER sobre processos e procedimentos em geral.

Art. 55° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SILVIA KARINA LOPES DA SILVA
Diretora-Presidenta do Conselho

ADRIANO CÉLIO DIAS
Diretor-Secretário

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO CRCMG Nº 452, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do exercício de 2022 do CRCMG.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a análise da execução orçamentária, em que foi verificada a necessidade de proceder a ajustes entre as dotações orçamentárias;

Considerando a adequação do Plano de Trabalho para o exercício de 2022, em conformidade com as ações e decisões do Plenário do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2022, no valor de R$663.000,00 (seiscentos e sessenta e três mil reais), na seguinte dotação:

SUPLEMENTA

6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS		310.000,00
6.3.1.0.01	PESSOAL E ENCARGOS		310.000,00
6.3.1.1.01.01.005	Férias	250.000,00	
6.3.1.1.01.01.006	Abono Pecuniário de Férias	40.000,00	
6.3.1.1.01.03.003	Plano de Saúde	20.000,00	
6.3.1.3	**USO DE BENS E SERVIÇOS**		**353.000,00**
6.3.1.3.01	**MATERIAIS**		**10.000,00**
6.3.1.3.01.01.016	Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação	10.000,00	
6.3.1.3	**USO DE BENS E SERVIÇOS**		**343.000,00**
6.3.1.3.02	**SERVIÇOS**		
6.3.1.3.02.01.047	Inscrições	10.000,00	
6.3.1.3.02.03.001	Diárias - Funcionários	40.000,00	
6.3.1.3.02.03.002	Diárias - Conselheiros	78.000,00	
6.3.1.3.02.03.003	Diárias - Colaboradores	40.000,00	
6.3.1.3.02.04.001	Passagens - Funcionários	40.000,00	
6.3.1.3.02.04.002	Passagens - Conselheiros	60.000,00	
6.3.1.3.02.04.002	Passagens - Colaboradores	25.000,00	
6.3.1.3.02.06.001	Auxílio Deslocamento	50.000,00	
	TOTAL		663.000,00

Parágrafo único. O recurso utilizado para a cobertura do crédito será oriundo de anulação parcial de rubrica orçamentária, em conformidade com o artigo 43, item III do § 1º, da Lei n.º 4.320/1964, conforme evidenciado no quadro abaixo.

ANULA

6.3.2.1	DESPESAS DE CAPITAL		663.000,00
6.3.2.1.01	OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMA		663.000,00
6.3.2.1.01.01.001	Obras e Instalações	353.000,00	
6.3.2.1.01.01.002	Reformas	310.000,00	
	TOTAL		663.000,00

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SUELY MARIA MARQUES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO CRCSC Nº 465, DE 20 DE SETEMBRO 2022

Aprova e regulamenta o Programa de Integração CRCSC.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA - CRCSC, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Aprovar e regulamentar o Programa de Integração CRCSC destinado à integração e treinamento dos delegados de representação e conselheiros do CRCSC.

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO CRCSC

Art. 2º O Programa de Integração CRCSC contempla, mensalmente, uma vaga para delegado de representação participar do treinamento na sede do CRCSC, em Florianópolis e de uma vaga para conselheiro do CRCSC participar de treinamento na sede do CFC, em Brasília.

Parágrafo Único: Para a realização é indispensável que exista previsão orçamentária e disponibilidade financeira.

Art. 3º O Programa de Integração CRCSC tem por objetivo proporcionar aos conselheiros e delegados de representação do CRCSC:

I- Melhor entendimento do sistema CFC/CRCs;

II - Maior integração entre CRCSC e CFC;

III - Acesso às atividades, procedimentos e experiências que contribuam para o seu desempenho na função de conselheiro.

IV - Aprimoramento técnico do conselheiro do CRCSC;

V - Capacidade e aptidão para propor a implementação de procedimentos que permitam maior eficiência passíveis de adoção pelo CRCSC.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Art. 4º Todo delegado de representação, no exercício do cargo, participará do Programa, excluindo-se aquele que:

I- Manifestar formalmente seu desinteresse;

II - Já tenha realizado no exercício corrente o treinamento do Programa de Integração CRCSC.

II - Possui, no exercício corrente, computada falta não justificada para o treinamento em questão, para qual foi sorteado.

Art. 5º Todo conselheiro do CRCSC, efetivo ou suplente, no exercício do cargo participará do Programa, excluindo-se aquele que:

I - Manifestar formalmente seu desinteresse;

II - Já realizou o treinamento no exercício corrente;

II - Possua, no exercício corrente, computada falta não justificada para reunião regimental de acordo com Resolução CRCSC nº 425, de 17 de julho de 2019.

III - Possua computada falta não justificada para o treinamento em questão, para qual foi sorteado.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIO DE ESCOLHA E DAS VAGAS

Art. 6º O critério para escolha do delegado e conselheiro será o sorteio.

Art. 7º O sorteio será realizado na reunião plenária ordinária de cada mês, fazendo-se o uso de aplicativo de sorteio eletrônico que gera resultados aleatórios tendo em vista ser método razoável, racional e justo.

§1º O sorteio contemplará o nome de cinco delegados e de cinco conselheiros, sendo os primeiros titulares da vaga e os demais seus substitutos em caso de impedimento, considerando a ordem do sorteio.

§2º O controle das participações dos delegados de representação e conselheiros será realizado pela assessoria da presidência do CRCSC.

Art. 8º O Delegado de representação e conselheiro sorteados, serão convocados para participação no programa que será realizado na plenária ordinária subsequente ao do sorteio, podendo declinar.

CAPÍTULO IV

DO TREINAMENTO DOS DELEGADOS DE REPRESENTAÇÃO

Art. 9º O Programa de Integração CRCSC destinado aos delegados de representação, enquanto titulares do cargo na forma da resolução vigente, acontecerá por meio de comparecimento na sede do CRCSC em Florianópolis, pelo período de 2 (dois) dias.

I - O destinatário somente poderá dispor do programa quando o período de realização seja antes ou concomitante com a plenária subsequente àquela em que foi sorteado, podendo o delegado participar das reuniões regimentais do CRCSC como as de Câmara e a do Conselho Pleno;

II - O treinamento terá como objeto as atividades exercidas pelo CRCSC e normas relacionas a fim de assegurar a efetividade das representações e garantir a padronização dos procedimentos operacionais inerente às suas atividades.

III - O treinamento será realizado pela equipe interna do CRCSC, apresentando os normativos do CFC e CRCSC, legislação correlata, estrutura organizacional, fluxos e processos internos, sempre relacionando o conteúdo com a atividade de representação do delegado.

IV - A visita às instalações e departamentos deverá contemplar interação com os funcionários do CRCSC que darão suporte as suas atividades de representação.

CAPÍTULO V

DO TREINAMENTO DOS CONSELHEIROS DO CRCSC

Art. 10 O treinamento contemplará:

I - Participação nas reuniões de câmara e plenária do CFC.

II - Visita técnica guiada contemplando a infraestrutura e as atividades exercidas pelo CFC.

II - Elucidação das atividades e objetivos dos comitês, comissões e grupos de trabalho técnicos do CFC.

CAPÍTULO VI

DOS CUSTOS

Art. 11 A concessão de diárias e passagens para a participação dos conselheiros e delegados no Programa de Integração CRCSC será efetuada nos termos da Resolução CRCSC nº. 364, de 22 de janeiro de 2014, ou nos termos da resolução que venha a substituí-la.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 O Presidente do CRCSC poderá decidir pela não realização do sorteio, por motivos orçamentários ou conveniência administrativa.

Aprovada na 1.414ª Reunião Plenária do CRCSC, realizada em 14 de setembro de 2022.

MARISA LUCIANA SCHVABE DE MORAIS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 336, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o funcionamento da Comissão de Revisão de Óbitos e sua interface com o Núcleo de Segurança do Paciente na análise dos óbitos hospitalares visando a promoção da qualidade da assistência prestada nas unidades de saúde do Estado do Rio de Janeiro.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, alterada pela Lei Federal nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, alterado pelo Decreto nº 10.911, de 22 de dezembro de 2021;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nº 36, de 25 de julho de 2013, que instituiu ações para a segurança do paciente em serviços de saúde;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 1.693, de 23 de julho de 2021, que institui a Vigilância Epidemiológica Hospitalar (VEH);

CONSIDERANDO as Portarias de Consolidação MS nº 01, nº 5 e nº 6, de 03 de outubro de 2017, que tratam, entre outras, do Controle de doenças e enfrentamento de agravos de saúde, da vigilância epidemiológica e do Serviço de Verificação de Óbito (SVO);

CONSIDERANDO os artigos 18 e 21 do Código de Ética Médica, instituído pela Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018;

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 2.147, de 17 de junho de 2016, que reconhece ser o Diretor Técnico, nos termos da Lei, a autoridade responsável, junto aos Conselhos Regionais de Medicina e autoridades sanitárias, pelos aspectos formais do funcionamento das unidades assistenciais de saúde que representa, cabendo zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor;

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 2.171, de 26 de outubro de 2017, que regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA);

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 2.056, de 20 de setembro de 2013, que disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina, estabelece critérios para a autorização de funcionamento dos serviços médicos de quaisquer naturezas, bem como estabelece critérios mínimos para seu funcionamento, vedando o funcionamento daqueles que não estejam de acordo com os mesmos. Trata também dos roteiros de anamnese a serem adotados em todo o Brasil, inclusive nos estabelecimentos de ensino médico, bem como os roteiros para perícias médicas e a organização do prontuário de pacientes assistidos em ambientes de trabalho dos médicos;

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 1.638, de 10 de julho de 2002, que define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde;

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 1.779, de 11 de novembro de 2005, que Regulamenta a responsabilidade médica no fornecimento da Declaração de Óbito;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

CONSIDERANDO a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde, que aprovou a proposta de um modelo de atenção à saúde voltado para a redução do risco da doença e de outros agravos, onde a promoção, proteção e prevenção ocupem o mesmo patamar e recebam a mesma importância do que a recuperação e a assistência sejam integradas às Redes de Atenção à Saúde e tenham o seu financiamento específico, permanente e suficiente;

considerando o Manual do Ministério da Saúde - Declaração de Óbito: Manual de instruções para preenchimento - que estabelece que os médicos têm responsabilidade ética e jurídica pelo preenchimento e pela assinatura da DO. Dessa forma, ocorrido um óbito, o médico tem a obrigação legal de constatá-lo e atestá-lo, utilizando o formulário-padrão;

Considerando que o ato médico de preenchimento da DO é embasado pela Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, pela Resolução do Conselho Federal de Medicina Nº 1.779, de 11 de novembro de 2005, e pela Portaria Nº 116, de 11 de fevereiro de 2009, ressalta-se que é vedado ao médico cobrar pela emissão da DO em quaisquer situações;

Considerando os valores e significados da promoção da segurança do paciente como parte integrante da Medicina Preventiva e Social;

Considerando que a mortalidade hospitalar expressa o resultado do processo assistencial e que a análise dos óbitos hospitalares contribui para a qualidade e segurança prestada ao paciente,

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na 421ª Sessão Plenária de 20 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Dispor sobre o funcionamento da Comissão de Revisão de Óbitos (CRO) e sua interface com as demais áreas assistenciais, e Comissão de Revisão de Prontuário, Comissão de Ética Médica, Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, Núcleo Hospitalar de Epidemiologia e com o Núcleo de Segurança do Paciente (NSP).

§ 1º O Diretor Técnico nomeará o Coordenador da Comissão de Revisão de Óbitos, responsável por formalizar os compromissos de sigilo e confidencialidade dos fatos, dados e análises, apresentados e discutidos nas reuniões da CRO, por meio de Termo de Confidencialidade, a ser firmado por todos os componentes da comissão; (ANEXO I)

Art. 2º A CRO terá reuniões mensais, cujo substrato de discussões será a análise sistemática de todos os óbitos correspondentes ao mês anterior, previamente analisados pelos coordenadores dos setores assistenciais.

Art. 3º O Sumário de Óbito é parte integrante do prontuário do paciente e deve ser preenchido na íntegra, pelo médico que assistiu ao paciente e/ou que preencheu a Declaração de Óbito (DO), segundo a padronização do formato e conteúdo definidos pela CRO, Comissão de Revisão de Prontuários e Diretor Técnico, de acordo com o modelo proposto no Anexo II.

§ 1º Os prontuários, acompanhados dos sumários de óbito e a Ficha de Análise e Investigação do Óbito (Anexos II e III), compõem o conjunto das informações mínimas necessárias para a CRO analisar os óbitos considerados "óbito a esclarecer", encaminhados para análise e investigação pelo Núcleo de Segurança do Paciente.

Art. 4º A análise dos óbitos do mês, após a reunião da CRO, será compartilhada em suas conclusões e recomendações com o Diretor Técnico, com o Núcleo de Segurança do Paciente, com a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, com o Núcleo Hospitalar de Epidemiologia, Comissão de Revisão de Prontuários e com as demais comissões e estruturas administrativas e assistenciais da unidade.

Art. 5º Cabe ao Diretor Técnico garantir a estrutura e os processos necessários para o cumprimento do disposto nesta Resolução de acordo com as características da sua unidade de saúde.

§ 1º O Núcleo Hospitalar de Epidemiologia participa da qualificação das informações nas Declarações de Óbito, em especial nas respectivas Fichas de Investigação de Mortalidade, segundo o Ministério da Saúde.

§ 2º Cabe ao Coordenador do setor assistencial onde ocorreram os óbitos rever na íntegra os prontuários, ou os boletins de emergência, mensalmente, para identificação de falhas latentes no sistema e eventos adversos na assistência à saúde prestada na unidade.

§ 3º A Comissão de Ética Médica estará à disposição do Diretor Técnico para discutir questões ético-profissionais em condutas médicas diagnósticas, terapêuticas e/ou administrativas, identificadas pela Comissão de Revisão de Óbitos.

Art. 6º Caberá ao Núcleo de Segurança do Paciente, apoiado e liderado pelo Diretor Técnico, proceder a análise dos prontuários identificados pela Comissão de Revisão de Óbito como "óbito a esclarecer" ou "Never Event" e adotar as medidas conforme a legislação vigente.

Art. 7º A Comissão de Revisão de Óbitos poderá convidar os médicos que acompanharam o paciente e/ou participaram dos respectivos registros no prontuário e na Declaração de Óbito para esclarecimentos, e treinamento quando indicado.

Art. 8º A Comissão de Revisão de Óbitos irá definir formato e conteúdo de Boletim Mensal de Mortalidade, um resumo das informações relevantes da reunião, para que a Direção Técnica e as lideranças da unidade de saúde implementem ações, com metas, prazos e estratégias pactuadas para melhoria da qualidade e segurança na assistência prestada ao paciente, conforme Anexo IV desta Resolução.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CASTELLIANO NADAIS
Diretor 1º Vice-Presidente
Presidente do Conselho
Em exercício

MARCELO ERTHAL MOREIRA DE AZEREDO
1º Secretário

ANEXO I

MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Eu _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todos os fatos, registros e análises apresentadas nas reuniões da Comissão de Revisão de Óbito.

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:

1. A não utilizar QUAISQUER informações (técnicas, administrativas ou gerenciais) a que tiver acesso como componente da Comissão de Revisão de Óbito, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente, futuro ou para o uso de terceiros;

2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação a que tiver acesso;

3. A não apropriar para mim ou para outrem de QUALQUER material técnico, gerencial ou administrativo que venha a ser disponível;

5. Cuidar para que as informações confidenciais fiquem restritas ao conhecimento tão somente das pessoas que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises e reuniões devendo cientificá-los da existência deste Termo, e da natureza confidencial destas informações.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas: Informação Confidencial significará toda informação revelada por registro do prontuário médico e relatos dos profissionais envolvidos nos fatos analisados.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Cidade, ___ de _____ de _____.

Assinatura

ANEXO II

Modelo proposto de sumário de óbito

Nome:			Data da IH:
Data de nascimento:	Idade:	Data do óbito:	Hora do óbito:
Sexo: ( ) F ( ) M	Setor:	Prontuário:	Número da D.O:
Óbito de Mulher em Idade Fértil: A morte ocorreu: ( ) Na Gravidez ( )No Parto ( ) No Aborto ( )Até 42 dias após o parto ( )De 43 dias a 1 anos após o parto ( )Não ocorreu nesse período ( )Ignorado			

I. Teve causa externa como causa básica? ( ) Não ( ) Sim (encaminhar para IML com história da admissão na unidade) Quando se tratar de pessoa não identificada, preencher o campo abaixo.
Pessoa não Identificada: Estatura ou medida: _____ Cor e Idade Presumida: _____ Sinais Aparentes: _____ Vestuário ou qualquer outra indicação que possa, no futuro, auxiliar no reconhecimento do falecido: _____

II. Causa básica da morte (evento inicial da cadeia de eventos que levou ao óbito):
A.
B.
C.
D.

III. Condições contribuintes para a causa básica da morte, que não estão na cadeia acima:
III. Óbito de agravo de notificação compulsória? ( ) Não ( ) Sim

IV. Descrever sumário da admissão, evolução e desfecho:
Revisor: Data:

RIO DE JANEIRO [Estado]. Resolução SES nº 1.864, de 25 de junho de 2019. Dispõe Sobre a Relação de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória e Vigilância Sentinela e Revoga a Resolução SES Nº 674, de 12 de julho de 2013. Diário Oficial Do Estado do Rio de Janeiro, 16 jul. 2013.

ANEXO III - Ficha de revisão de óbito

Comissão de Revisão de Óbito / Núcleo de Segurança do Paciente

Nome:		Data da IH: ___/___/____	Dias de internação (setor):
Data de nascimento:	Idade:	Data do óbito: ___/___/____	Número da D.O:
Sexo: ( ) F ( ) M	Setor:	Prontuário:	Sumário de óbito: ( )sim ( ) não
INVESTIGAÇÃO DO ÓBITO (coordenador da área onde ocorreu o óbito)			

Causa básica da morte (como no atestado):
Instruções da Análise: Faça a revisão do prontuário do paciente e responda cada uma das perguntas na coluna sim ou não.

Nº	PERGUNTA	sim	não	Observações
1	A causa do óbito foi reconhecida?			
2	As medidas foram adequadas e oportunas?			
3	Há registro no prontuário de manifestação da causa?			
4	Foram observados eventos adversos durante a internação?			
5	Foi observado possível never event?			
6	Trata-se de internação para conforto terminal, irreversível?			
7	O óbito era não esperado?			
8	Declaração de óbito foi feita corretamente?			

Possível Never Event observado (ANVISA)
( ) Óbito de paciente associados a choque elétrico durante a assistência dentro do serviço de saúde
( ) Óbito intra-operatório ou imediatamente pós-operatório / pós-procedimento em paciente ASA Classe 1
( ) Óbito de paciente resultante de perda irrecuperável de amostra biológica insubstituível
( ) Óbito de paciente associado à fuga do paciente
( ) Suicídio de paciente, durante a assistência dentro do serviço de saúde
( ) Óbito de paciente associados ao uso de contenção física ou grades da cama durante a assistência
( ) Óbito materno associado ao trabalho de parto ou parto em gestação de baixo risco
( ) Óbito de paciente resultante de falha no seguimento ou na comunicação de resultados de exame de radiologia
( ) Óbito de paciente associado à introdução de objeto metálico em área de Ressonância Magnética
( ) Óbito de paciente associados à queimadura decorrente de qualquer fonte durante a assistência
( ) Não se aplica Justifique:
Revisor: Data:

II - CONCLUSÃO DA COMISSÃO DE REVISÃO DE ÓBITO	
Registro consistente: ( ) sim ( ) não	Necessário análise complementar pelo NSP? ( ) sim (Encaminhar prontuário ao NSP) ( ) não Necessário encaminhamento ao Comitê de Ética? ( ) sim (Encaminhar ao Comitê de Ética) ( ) não
Informações claras: ( ) sim ( ) não	
Análise adequada: ( ) sim ( ) não	
Comissão de Revisão de Óbito (CRO) - Data da Reunião (anexar lista de presença): ___/___/____	

NÚCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE
Necessário avaliação complementar pelo NSP? ( ) Sim ( ) Não (anexar relatório de investigação)
FECHAMENTO PELO NSP (anexar lista de presença das reuniões com participantes da tratativa)
Data do fechamento: ___/___/____ Médico membro NSP
Notificação no Sistema de informações da Anvisa NOTIVISA ( ) Não ( ) Sim Nº_____ Data: ___/___/____

Instrução da Análise: Faça a revisão do prontuário do paciente e responda cada uma das perguntas na coluna sim ou não. Caso a resposta seja negativa, apresente a justificativa:				
N	PERGUNTA	RESPOSTA:		
		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
1	A causa do óbito foi reconhecida?			
2	O diagnóstico era tratável?			
3	As condutas foram tomadas em tempo oportuno?			
4	O tratamento foi feito de forma e no tempo corretos?			
Abaixo justifique as respostas em caso afirmativo				
5	Foram observados Eventos adversos durante a internação			
6	O óbito era evitável?			
Validação pelo gestor médico do local da origem do óbito (se necessário, colocar observações) _____ Data: __/__/____ _____ Carimbo e assinatura				

CONCLUSÃO DA COMISSÃO	
Registro consistente: ( ) sim ( ) não Informações claras: ( ) sim ( ) não Análise adequada: ( ) sim ( ) não	Necessário estudo de causa-raiz? ( ) sim (abrir registro de ação corretiva/preventiva - NSP) ( ) não
Data: __/__/____ _____ Carimbo e assinatura	

ANEXO IV

Boletim mensal
Data da reunião da Comissão de Revisão de Óbitos
Indicadores
¸Taxa de mortalidade
Nº de óbitos / número de saídas x100(mês)
¸Taxa de adequação do preenchimento da DO
Nº de DOs preenchidas adequadamente / total das DOs preenchidas x100(mês)
¸Taxa de investigação de óbitos a esclarecer
¸Número de óbitos a esclarecer investigados /total de óbitos a esclarecer x100 (mês)
¸Número de solicitações de tratativas do Núcleo de Segurança do Paciente em óbitos a esclarecer determinadas pela Comissão de Revisão de Óbitos
¸Número de Fichas de Investigação de Mortalidade preenchidas na unidade, segundo determinações do MS, de acordo com o perfil assistencial da unidade:
¸Óbito fetal
¸Óbito infantil
¸Óbito de Mulher em idade fértil
¸Óbito materno
¸Óbito de causa indeterminada

Exposição de Motivos da resolução cremerj nº 336/2022

O objetivo primário desta Resolução é integrar as unidades de saúde, em beneficio da segurança do paciente, quando forem identificadas oportunidades para aperfeiçoamento da estrutura e dos processos no cotidiano da assistência, por meio das ações destacadas nos artigos.

A Resolução induz esses processos ao integrar a Direção Técnica com os Coordenadores Assistenciais, com a Comissão de Revisão de Óbitos, o Núcleo de Segurança do Paciente e demais comissões, tendo como resultado a incorporação da cultura de segurança nas unidades.

A Vigilância da Mortalidade relacionada às causas externas demanda registros destacados no Sumário de Óbito, além do Boletim de Atendimento da Emergência, para que o encaminhamento ao IML seja completo com dados sobre o fato, eventualmente descrição de características de pacientes não identificados formalmente na admissão hospitalar. Como a característica de atendimento de Emergência que recebe esses pacientes com frequência não é comum a todas as unidades assistenciais, esse ilustra a necessidade de adaptação do Sumário de Óbito em cada situação.

A vigilância do Óbito Materno exige Notificação Imediata pelo MS, o que justifica ter nos sumários perguntas sobre óbito de mulheres em idade fértil, a propósito da possibilidade do ciclo gravídico fazer parte da linha do tempo que levou ao desfecho fatal e essa demanda se aplica a todas as unidades.

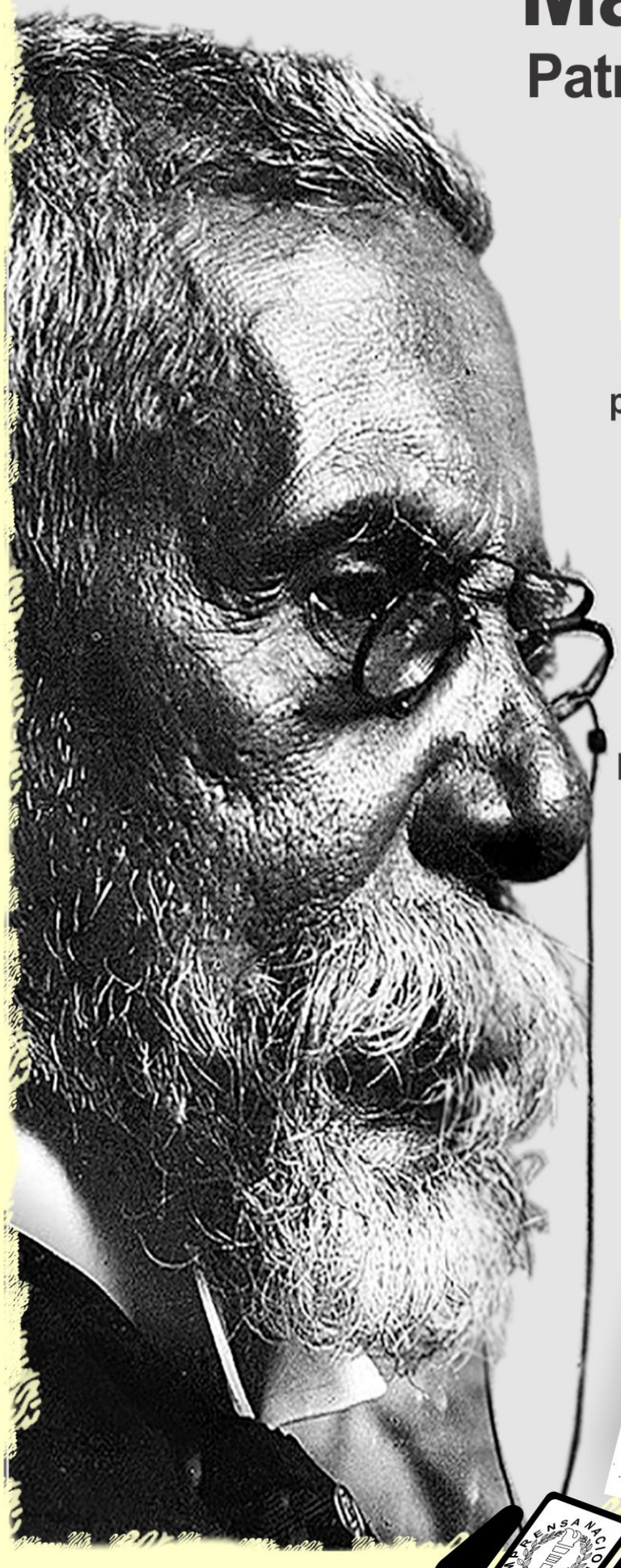
A vigilância da Mortalidade Fetal, Infantil e de Causa Indeterminada também merece destaque na exposição de motivos, por meio da integração do Núcleo Hospitalar de Epidemiologia com os profissionais da assistência e demais comissões.

A resolução tem objetivos relacionados à qualificação dos registros da Declaração de Óbito na unidade, por meio de treinamento e educação continuada do corpo clínico, assim como a diminuição do número de Declarações de Óbito anuladas por questões de preenchimento incorreto e/ou rasuras. O impresso Sumário de Óbito, portanto, deve ser padronizado pela Comissão de Revisão de Prontuário em conjunto com os demais atores descritos na Resolução, para que a sua utilização represente de fato o conteúdo para as ações necessárias na promoção da segurança do paciente.

Os coordenadores/chefes foram incluídos no fluxo sistemático de análise dos Sumários de Óbito e sua validação, com o objetivo de estreitar as relações entre a assistência e a estrutura voltada para a segurança do paciente. Pelo exposto, quando a Comissão de Revisão de Óbitos inicia sua reunião mensal, já tem reunidos todos os sumários e comentários dos chefes /coordenadores para identificação dos óbitos a esclarecer, que serão investigados, analisados e terão tratativas formais de ações necessárias após análise do Núcleo de Segurança do Paciente. Esse processo mensal terá um relatório com indicadores considerados relevantes acompanhados para identificação de oportunidades de aperfeiçoamento institucional, com maior segurança para os usuários e os profissionais.

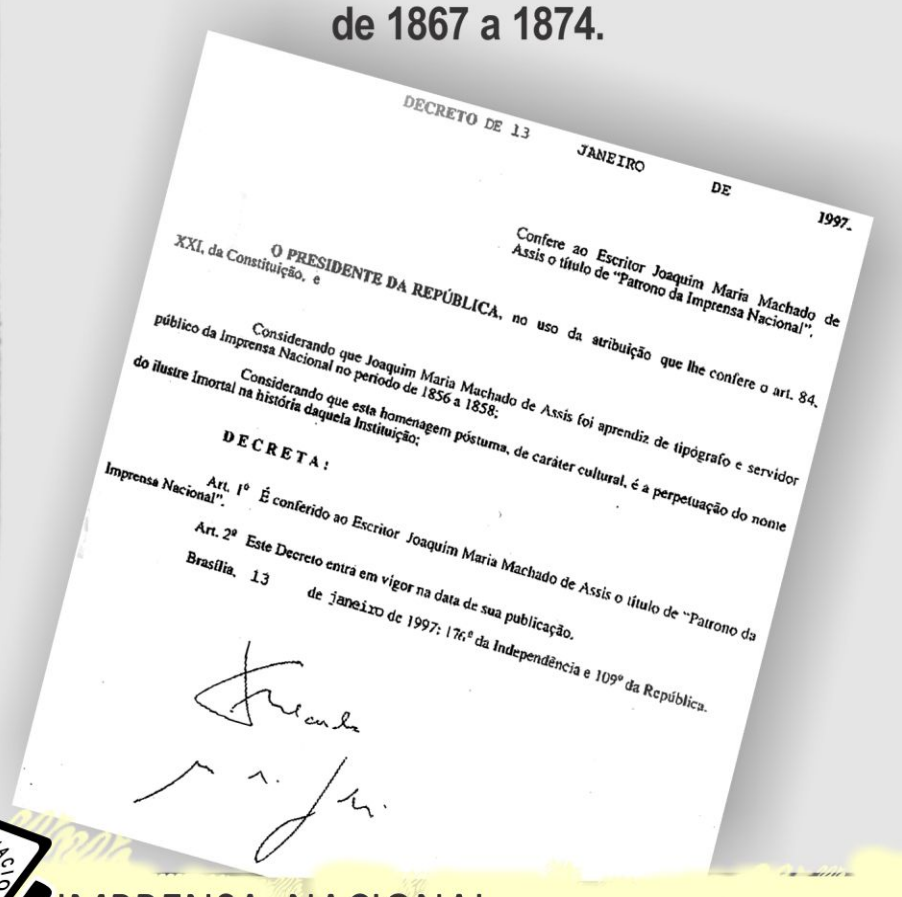
ROBERTO FISZMAN
Conselheiro Relator

Machado de Assis
Patrono da Imprensa Nacional



SERVIDOR

Nossa homenagem ao maior escritor brasileiro e patrono da Imprensa Nacional, título conferido por decreto presidencial de 13 de janeiro de 1997.
Aqui ele iniciou sua atividade profissional como aprendiz de tipógrafo, entre 1856 e 1858, na então Typographia Nacional dirigida pelo também escritor Manuel Antonio de Almeida.
posteriormente, Machado de Assis regressou para exercer a função de assistente do Diretor do Diário Oficial, no período de 1867 a 1874.



DECRETO DE 13 JANEIRO DE 1997.

Confere ao Escritor Joaquim Maria Machado de Assis o título de "Patrono da Imprensa Nacional".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, XXI, da Constituição, e

Considerando que Joaquim Maria Machado de Assis foi aprendiz de tipógrafo e servidor público da Imprensa Nacional no período de 1856 a 1858;

Considerando que esta homenagem póstuma, de caráter cultural, é à perpetuação do nome do ilustre Imortal na história daquela Instituição;

DECRETA:

Art. 1º É conferido ao Escritor Joaquim Maria Machado de Assis o título de "Patrono da Imprensa Nacional".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial